UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia

Paisagens do médio-baixo Xingu
Arqueologia, Temporalidade e Historicidade

VOLUME 1

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia

Paisagens do médio-baixo Xingu
Arqueologia, Temporalidade e Historicidade

VOLUME 1

Tese apresentada ao Museu de Arqueologia e
Etnologia da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de doutor em Arqueologia.

Área de Concentração: Arqueologia

Orientadora Profa. Dra Fabíola Andréa Silva

Linha de pesquisa: Espaço, Sociedade e Processos de Formação do Registro
Arqueológico.

VERSÃO REVISADA

A VERSÃO ORIGINAL ENCONTRA-SE NA BIBLIOTECA DO MAE-USP

São Paulo

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

**Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Museu de Arqueologia e Etnologia**

Garcia, Lorena Luana Wanessa Gomes

Título: Paisagens do médio-baixo Xingu: arqueologia, temporalidade e historicidade. 499 f., 2017

Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Aos Asurini do Xingu, por compartilharem
paisagens que carrego na alma.

Ao Lê, por seu amor e paciência.

On the lower Xingú and lower Iriri Rivers it is rich in plastic adornment, recalling somewhat the pottery of the Monte Alegre region or even of the Tapajó. The pottery of the middle Xingu river and its effluents is plainer, with little plastic or engraved ornamentation, and is not uniform (Nimuendajú, 1948, p.217).

Em certa ocasião, depois de uma longa conversa com alguns jovens asurini sobre os nossos achados arqueológicos e de argumentar com eles sobre os pressupostos das nossas ciências (linguística, antropologia e arqueologia) que tratam da origem e expansão dos povos Tupi-Guarani nessa região amazônica, um jovem asurini fez a seguinte colocação: *“Sabe Fabíola, esta explicação pode estar certa para os outros índios, mas não para os Asurini. Eu confio na nossa explicação. Eu acredito que nós nascemos de Uirá e Ajaré. Eu acredito nesta história porque ela vem de muito tempo... e contada de pai para filho... não se perde... não se esquece... por isso que ela é a mais certa... mas pode ser que algumas cerâmicas, aquelas que estão mais embaixo não sejam de Anumai, mas de outros índios mais antigos [...]”*. (Silva, 2015, p.158)

Stories about ancestors and ancestral places constitute a narrative bridge leading from actual experiences in recent times to the stories of the very distant past (Heckenberger, 2007, p.300).

Continuity in material culture is not simply the result of unconscious transmission of ideas from generation to generation, a form of native conservatism, or a propensity to do things in the same way as the previous generation, according to the manner in which one is taught. Rather, decisions to imitate or deviate from the style of others represent choices by agents at multiple levels of consciousness. Every person is constantly constricting and reassessing his or her own social relationships, paying attention to the cues of others, and at some level of consciousness making motivated choices about how and why to use cues to social identity (Bowser, 2008, p.106).

AGRADECIMENTOS

À Fabiola A. Silva pela orientação, incentivo, amizade e especialmente, por possibilitar a experiência arqueológica junto aos Asurini.

Ao Chico (Noelli) por todas as conversas que tanto me auxiliaram na construção de minha própria reflexão.

Às famílias da aldeia Itaaka, e em especial, Kwain Asurini, Parajuá Asurini, Tucura Asurini, Ativa Asurini, Mboaiva Asurini, Paraka Asurini, Pikiri Asurini, Mboiva Asurini e Tara Asurini.

Às famílias da aldeia Kwatinemu, em especial, Moreyra Asurini, Takamui Asurini, Itakiri Asurini, Apebu Asurini, Palmeyra Asurini, Tivandemi Arara, Mauíra Asurini, Ba'a Asurini, Tiã Asurini, Itareí Asurini, Yru Asurini, Paragei Asurini, Takwain Asurini, Muí Asurini, Paratei Asurini, Timeí Asurini, Ararymyna Asurini, Imudy Asurini, Paru Asurini, Tuvatigí Asurini, Arawí Asurini, Mara Asurini, Murapi Asurini, Kume Asurini, Apeúna Asurini, Murumunaka Asurini, Murapi Asurini, Tirica Asurini.

À Chiquinha e à Lú, pessoas especiais que guardarei sempre na lembrança.

À Vanda e à Marcela , por todo auxílio durante as etapas de campo.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por garantir o apoio financeiro tão primordial ao desenvolvimento deste trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP que através do financiamento do projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I. Koatinemo – Pará Brasil - coordenado pela Profa. Fabíola A. Silva, também contribuiu para o desenvolvimento do presente trabalho ao possibilitar a realização das etapas de campo.

Aos pesquisadores, estudantes e estagiários do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território (LINTT), em especial à Meliam Gaspar, Silvia Cunha Lima, Fábio Guaraldo, Leandro M. Cascon, Caroline Caromano, Lilian dos Anjos, Sara Haro, Caroline Oliveira, Victoria Rocha, e Cristiane Landi de Moraes – do campo ao laboratório, expresso aqui o meu carinho à todxs pelo compartilhamento da vivência arqueológica no Projeto Território e Memória dos Asurini.

Ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), através das pessoas de Cláudia Lopes (curadora da área de Antropologia) e Maura Imázio (Curadora da área de Arqueologia), que garantiram o fundamental acesso às coleções incluídas nesta reflexão. Ainda à equipe do MPEG, deixo aqui o meu agradecimento especial à Suzana (acervo Antropologia) e à Regina (acervo Arqueologia) – pela atenção e acompanhamento durante o estudo das coleções cerâmicas etnográficas e arqueológicas.

Aos professores do MAE, por seus ensinamentos, em especial ao professor Eduardo Góes Neves, pelos incentivos dados por todos esses anos, do mestrado ao doutorado.

Ao pessoal da biblioteca e da secretaria acadêmica do MAE, cujo suporte foi indispensável à realização e conclusão do presente trabalho.

À pesquisadora Dirse Kern, por todos os ensinamentos e apoio ao longo de todos esses anos de pesquisas na Amazônia.

Ao amigo Kazuo Tamanaha, pela produção dos mapas, ao Eduardo Pereira e Danielle Samia, também pela produção de mapas, à Jaqueline Gomes pela digitalização das projeções das vasilhas, à Erêndira Oliveira pelos desenhos das vasilhas cerâmicas, inclusive a peça que se encontra na capa deste trabalho.

À Fernando Ozório Almeida, pela amizade, compartilhamento de livros e calibração das datas do PRONAPABA.

À Jaqueline Carou pela dedicação e cuidado na revisão de quase toda a tese.

Ao Chao Sin e à Dani, pelas longas acolhidas em São Paulo.

À Neize e Juliana Duran, pelo apoio e incentivo emocional.

À Profa. Livia Mathias Simão pelas agradáveis conversas e ideias que vão além das fronteiras de nossas disciplinas.

À Álvaro Duran, pelo apoio e por proporcionar momentos de alegria durante as temporadas em São Paulo.

À Leandro Duran, que esteve presente ao meu lado, incondicionalmente, em todas as fases desta imensa empreitada pessoal e acadêmica.

E, por fim, à minha querida mãe, Isabel Souza Gomes, e minhas amadas irmãs Paula e Isabella, além do pequeno Heitor e da pequena Cecília, sobrinhos que trazem muita alegria à minha vida.

RESUMO

Garcia, L.L.W.G. **Paisagens do médio-baixo Xingu: arqueologia, temporalidade e historicidade**. 2017. 499 f. Tese (Doutorado) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Esta tese trata da pesquisa arqueológica realizada na Terra Indígena (T.I.) Koatinemo, junto ao povo Asurini do Xingu. A partir dessa experiência refletiu-se sobre a temporalidade das paisagens e as histórias indígenas de longa duração da região do médio-baixo Xingu. Para isso combinam-se dois horizontes de reflexão. O primeiro, lida com paisagens persistentes entrelaçadas à experiência da vivência nos lugares, ao contato com as narrativas históricas e à tradição oral dos Asurini; e o segundo, interligado ao primeiro, lida com a paisagem artefactual, materialmente transformada ao longo do tempo, e constituída por marcas visíveis deixadas pelas diferentes atividades humanas do passado. Em termos metodológicos foram empregadas técnicas de *survey* arqueológico e análise de coleções cerâmicas provenientes dos lugares/sítios arqueológicos identificados na referida T.I. Ao final o texto apresenta uma contribuição para o conhecimento sobre a ancestralidade indígena da paisagem e o modo como esta se relaciona com a história dos Asurini e das populações de línguas Juruna e Karib no médio-baixo Xingu.

Palavras Chave: arqueologia na T.I. Koatinemo, paisagem, histórias indígenas no médio-baixo Xingu

ABSTRACT

Garcia, L.L.W.G. **Landscapes of the mid-low Xingu: archaeology, temporality and historicities.** . 2017. 499 f. Tese (Doutorado) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

This thesis deals with the archaeological research carried out in the indigenous land Koatinemo, together with the Asurini do Xingu indigenous people. From this experience, a reflection on the temporality of the landscapes and on the long lasting indigenous stories of the mid-low Xingu region was performed. Two horizons of reflection were combined on the approach. The first one deals with persistent places interconnected with the experience of living in the places, the contact with the historical narratives and the Asurini's oral tradition. The second one concerns the artifactual landscape that has been materially transformed over the time and consists of visible marks left by different human activities throughout the time. In methodological terms, the study applies techniques of archaeological survey and analysis of ceramic collections from the identified archaeological sites in the referred indigenous land. At the end, the text presents a contribution on current knowledge about the indigenous ancestry of the landscape and the way it is related to the history of the Asurini and of the populations of Juruna and Karib languages from the mid-low Xingu.

Key Words: Koatinemo indigenous land, landscapes, indigenous history, mid-low Xingu

Lista de Figuras

iii

Figura 1: Infográfico Paisagens do Xingu: Arqueologia, Temporalidade e Historicidade.....	31
Figura 2: <i>Indigeneidade</i> das paisagens na T.I. Koatinemo.....	46
Figura 3. von den Stein e seus companheiros de viagem em uma canoa, família Juruna, em outra, no médio-baixo Xingu, 1884.	63
Figura 4. Lugar <i>Caruara</i> Juruna. Fonte: Coudreau, 1977.....	70
Figura 5: Datas calibradas sítio Ytypitiuú. OxCal v4. Oxford University.....	175
Figura 6: Datas calibradas sítio Myrina. OxCal v4. Oxford University.....	175
Figura 7: Datas calibradas sítio Yvytyrapitera. OxCal v4. Oxford University.....	176
Figura 8: Croqui 1.....	185
Figura 9: Croqui 2.....	185
Figura 10: Croqui 3.....	185
Figura 11: Croqui 4.....	185
Figura 12: Croqui 5.....	185
Figura 13: Croqui 6.....	185
Figura 14: Croqui 7.....	186
Figura 15: Croqui 8.....	186
Figura 16: Perfil unidade 1020NW920NE.....	186
Figura 17: Perfil unidade 1080NW1120NE.....	186

Figura 18: Gráfico Trincheira.....	192
Figura 19: Gráfico Trincheira.....	192
Figura 20: Perfil da trincheira.....	193
Figura 21: Gráfico Yvytirapitera.....	199
Figura 22: Gráfico Yvytyrapitera	199
Figura 23: Gráfico Trincheira	201
Figura 24: motivo <i>tayngawa</i> Asurini.....	251
Figura 25: morfologias Asurini.....	252
Figura 26: Gravura Aldeia Juruna.....	253
Figura 27: Cauinagem Juruna.....	254
Figura 28: Cabana abandonada Juruna.....	257
Figura 29: motivos pintura corporal e cerâmica Juruna.....	259
Figura 30: Morfologias das cerâmicas Juruna.....	260
Figura 31: Gráfico Coleção cerâmica Aldeia Kwatinemu.....	261
Figura 32: Formas coleção cerâmica Avatikirera.....	267
Figura 33: Gráfico Coleção cerâmica Kwatinemo Velho.....	268
Figura 34: Formas cerâmicas coleção sítio Kwatinemo Velho.....	271
Figura 35: Formas cerâmicas sítio Itapemuu.....	273
Figura 36: Formas coleção cerâmica sítio Kumanuyká.....	277
Figura 37: Formas cerâmicas sítio Araypijá.....	279
Figura 38: Formas cerâmicas sítio Myryna.....	291
Figura 39: Formas cerâmicas coleção sítio Yvytyrapitera	300
Figura 40: Formas cerâmicas coleção sítio Yvytyrapitera.....	302

Figura 41: Formas cerâmicas coleção sítio Yvytyrapiteta.....	304
Figura 42: Formas cerâmicas coleção sítio Yvytyrapitera.....	306
Figura 43: Acabamentos de superfície e morfologias das cerâmicas antigas – estilo tecnológico Juruna.....	308
Figura 44: Acabamentos de superfície e morfologias cerâmicas antigas – estilo tecnológico Karib.....	308
Figura 45: Formas cerâmicas sítios Igarapé Ipiaçava.....	315
Figura 46: Motivo inciso das cerâmicas arqueológicas e grafismo Juruna.	318
Figura 47: Formas cerâmicas coleções sítios igarapé Piranhaquara.....	322
Figura 48: Formas cerâmicas etnográficas Asurini.....	323
Figura 49: Sítio Ytapytiuú: peça KTM 19-02. A vasilha possuiria 56cm de diâmetro.....	326
Figura 50: Sítio Myryna: peça KTM 17-165. A vasilha possuiria 36cm de diâmetro, sem escala.....	327
Figura 51: Formas cerâmicas Igarapé Ipiaçava.....	329

Lista de Fotos

Foto 1: Palmeira de babaçu (<i>attalea speciosa</i> Mart. Ex Spreng.) solitária e recorrente nas matas antropogênicas da Amazônia Oriental.....	44
Foto 2: Levantamento arqueológico no médio-baixo Xingu, acampamento e jantar no sítio Salvaterra. PRONAPABA.	81
Foto 3: Companheira de canoa, Kwajuwi Asurini.....	127
Foto 4: Árvore de Sapucaia, sítio Maritaiva'pijá.....	128
Foto 5: Pajé Moreyra Asurini com as vasilhas cerâmicas. Antiga aldeia Tapypiri. Expedição Igarapé Piranhaquara, maio/2013.....	129
Foto 6: marca na árvore indicando o caminho até as antigas aldeias.....	131
Foto 7: Passagem das canoas em trechos cobertos pela vegetação.....	132
Foto 8: Cachoeira Uirasimbé, Igarapé Piranhaquara.....	133
Foto 9: Igarapé Ipiaçava, Cachoeira Ipeaphuku apelidada de 'Cachoeira do Sal'. Local do sítio Maíra enewa-gapypapera 3.....	142
Fotos 10. Coleção sítio Akapepugi.....	148
Foto 11: Vista do Xingu e Serras do Iriri do sopé do morro e fundos de uma das casas da Aldeia Itaaka.	177
Foto 12. Aldeia Itaaka no verão e no inverno.....	195
Foto 13: Coleta de superfície com as crianças, Aldeia Itaaka, agosto/2014.....	196
Foto 14: Aldeia Itaaka, indicação das áreas dos afloramentos de rocha onde se encontram os polidores.....	197
Fotos 15: Marcas de Mayra, aldeia Itaaka.....	206
Foto 16: Cerâmica de <i>Anumai</i> . Aldeia Itaaka.....	207
Foto 17: Escavação da unidade 1020NW920NE. Meliam Gaspar, Leandro M. Cascon e Kwain Asurini.....	208
Foto 19: Palmeira babaçu, <i>survey</i> arqueológico no Igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo.....	212
Foto 20. Cesto cargueiro expediente (<i>pyryvisinga</i>) confeccionado com folha de palmeira babaçu - com coco babaçu e abandonado no caminho	214

para a Roça Velha do Takamui Asurini.....	218
Foto 21: Coleções cerâmicas do médio-baixo Xingu. Acevos MPEG e T.I. Koatinemo.....	258
Foto 22: Vasilhas Juruna séculos XIX-XX. Coleções etnográficas MPEG.....	263
Foto 23: Vasilha coleção sítio Aldeia Kwatinemu.....	264
Foto 24: Vasilha coleção sítio Aldeia Kwatinemu.....	265
Foto 25: Coleção cerâmica sítio Avatikirera.....	266
Foto 26: Peça KTM 2 – 21/28 – borda com corrugado “mal acabado” – Forma 2, fragmento de possível <i>jape’e</i> Asurini.....	268
Foto 27: Coleção sítio Aldeia Kwatinemu Velho.....	269
Foto 28: Coleção sítio Kwatinemu Velho.....	270
Foto 29: Japepaí coleção sítio Kwatinemo velho.....	272
Foto 30: Coleção Itapemũu:fragmentos de borda de vasilhas cerâmicas Asurini.....	274
Foto 31: Coleção cerâmica sítio Itapemuu	276
Foto 32: Coleção cerâmica sítio Kumanuyká.....	278
Foto 33: Coleção cerâmica sítio Araypijá.....	280
Foto 34: Coleção Jaunapina, fragmentos de vasilhas cerâmicas.....	281
Foto 35: Coleção cerâmica sítio Ypukui.....	282
Foto 36: Coleção cerâmica sítio Tapypiri.....	283
Foto 37: Vasilhas cerâmicas 1, 2 e 3 (da esq. para a dir.). Coleção sítio Tapypiri.....	284
Foto 38: Vasilha cerâmica coleção sítio Tapypipiri	285
Foto 39: Vasilha cerâmica coleção sítio Tapypiri.....	285
Foto 40: Vasilha cerâmica coleção sítio Tapypiri.....	286
Foto 41: Vasilha 7 em processo de restauro e reconstituição. Coleção sítio Tapypiri.....	286
Foto 42: Vasilha cerâmica coleção sítio Tapypiri.....	287
Foto 43: Coleção cerâmica sítio Uirasimbé.....	287

Foto 44: Coleção cerâmica sítio Myrina.....	288
Foto 45: Vasilha cerâmica coleção sítio Tapypiri.....	289
Foto 46: Coleção cerâmica sítio Ytapitiuú.....	292
Foto 47: Fragmento de corpo com pintura vermelho sobre engobo amarelo e resquício de resina. Sem escala. Peça mede 15cm x 7cm.....	293 294
Foto 48: Coleção cerâmica sítio Kaafera do Ativa.....	
Foto 49: Coleção cerâmica sítio Itapemi.....	295
Foto 50: Coleção cerâmica sítio Kupu'jujá.....	296
Foto 51: Coleção cerâmica sítio Roça Pai Apebu.....	298
Foto 52: Fragmentos da <i>tauva rukaia</i> registrada na <i>Tavyva</i> da Aldeia Kwatinemu, etapa de campo 2014.	313
Foto 53: Vasilhas cerâmicas Juruna etnográficas.....	330
Foto 54: Vasilha <i>japepai</i> , Roça Velha Pai de Apebu.....	336

Lista de Quadros

Quadro 1: Cartografia histórica do médio-baixo Xingu.....	50
Quadro 2: Tradições arqueológicas e cronologias dos sítios arqueológicos do médio-baixo Xingu, conforme Perota, 1992.....	83
Quadro 3: Relação de sítios arqueológicos registrados pelo PRONAPABA-XINGÚ.....	85
Quadro 4: Datações PRONAPABA-XINGÚ. Datas cedidas pelo pesquisador Celso Perota.....	86
Quadro 5: Síntese das fases arqueológicas Xingu-Tocantins	89
	117
Quadro 6: Lugares e igarapés nomeados pelos Asurini.	
Quadro 7: Síntese dos sítios arqueológicos – T.I. Koatinemo.....	119
Quadro 8: Cronologia dos deslocamentos Asurini.....	121
Quadro 9: Trechos de inundação – Igarapé Piranhaquara.....	123
Quadro 10: Toponímias históricas do Xingu	125
Quadro 11: Toponímias dos lugares.....	140
Quadro 12. Dados do mapeamento das oficinas de polimento.....	198
Quadro 13: Quantificação das Coleções Cerâmicas da T.I. Koatinemo.....	235

Lista de Mapas

Mapa 1: Localização da área de pesquisa: T.I. Koatinemo.....	22
Mapa 2: Indicação das Terras Indígenas do médio-baixo Xingu....	23
Mapa 3: Mapa Herman Moll, segundo Samuel Fritz, 1690.....	53
Mapa 4: Mapa e desenho das cerâmicas, Nimuendajú (2004).....	77
Mapa 5: Áreas de abrangência do levantamento arqueológico do PRONAPABA – etapas 1977 e 1978.....	82
Mapa 6: Correlação geográfica entre os sítios da T.I. Koatinemo e os sítios identificados através do PRONAPABA-XINGÚ.....	84
Mapa 7: Resultados do survey arqueológico na T.I. Koatinemo - etapas 2010-2014.....	116
Mapa 8: Indicação das planícies de inundação, Igarapé Piranhaquara.....	124
Mapa 9: Localização do sítio Yvytirapitera e Sítio Murumunaka, ambos localizados em morros de maior altitude.....	179
Mapa 10: Sítio Yvytyrapitera.....	184

SUMÁRIO

VOLUME I

INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1	
PAISAGENS DO MÉDIO-BAIXO XINGU: ARQUEOLOGIA, HISTORICIDADE E TEMPORALIDADE.	28
1.1. Paisagens persistentes: temporalidade e prática arqueológica.....	32
1.2. Paisagens artefatuais: a indigeneidade das paisagens do médio-baixo Xingu.....	38
CAPÍTULO 2	
NARRATIVAS HISTÓRICAS:	48
2.1. Toponímias e Topografias do Xingu	48
2.2. As expedições realizadas entre 1842 e 1922	57
CAPÍTULO 3	
NARRATIVAS ARQUEOLÓGICAS.....	79
3.1. Arqueologia Tupi-Guarani: A “questão” do leste Amazônico	92
3.2. A antinomia Tupi-Guarani e as histórias indígenas no médio-baixo Xingu.....	104
CAPÍTULO 4	
LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO NA T.I. KOATINEMO	112
4.1. Diário de campo e horizontes de reflexão arqueológica.....	122
4.2 Descrição dos sítios arqueológicos.....	143
4.3. Cronologia dos sítios arqueológicos e considerações prévias	171
CAPÍTULO 5	
ESCAVANDO YVYTIRAPITERA	177
5.1. Atividades de prospecção e escavação	180
5.2. Resultados das atividades de prospecção e escavação.....	181

5.5. Yvytyrapitera na temporalidade Asurini.....	204
CAPÍTULO 6	
RETOMANDO OS HORIZONTES DE REFLEXÃO	210
6.1. Horizonte 1: modelos arqueológicos e áreas de interflúvio.....	210
6.2. Horizonte 2: paisagens e ancestralidades indígenas.....	224

VOLUME II

CAPÍTULO 7	
COLEÇÕES CERÂMICAS	233
7.1. As cerâmicas arqueológicas: fragmentos, pasta, acabamentos e morfologias	234
7.5. As cerâmicas etnográficas: cerâmicas Asurini do Xingu e Juruna (Séculos XIX-XX).....	252
7.6. Descrição das coleções cerâmicas arqueológicas.....	260
CAPÍTULO 8	
CERÂMICAS E HISTÓRIAS INDÍGENAS NO MÉDIO-BAIXO XINGU	310
8.1. As cerâmicas Asurini Arqueológicas	312
8.2. As cerâmicas antigas dos ancestrais Juruna e Karib	327
CONCLUSÃO	
<i>A indigeneidade</i> das paisagens – último horizonte de reflexão.....	335
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	343
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Esta tese surgiu de duas perguntas: 1) Qual a relação entre as cerâmicas arqueológicas e as histórias indígenas do médio-baixo Xingu? 2) E como essas histórias poderiam ser contadas a partir da prática arqueológica junto aos Asurini do Xingu e das experiências nos lugares e na paisagem? A primeira pergunta, de certa forma, pode ser considerada uma continuidade de ideias que comecei a desenvolver durante o mestrado (GARCIA, 2012). A segunda pergunta apontava para algo desconhecido e novo na minha prática acadêmica, que é a experiência arqueológica em uma terra indígena. O ponto de partida foi o Projeto *Território e Memória dos Asurini do Xingu: Arqueologia Colaborativa na T.I. Koatinemo, PA, Brasil*, coordenado pela Prof^a Dr^a. Fabíola A. Silva. Com o interesse dos Asurini em retornar para as suas antigas aldeias, Silva (2013) propôs o estudo da territorialidade dos Asurini, a partir de suas trajetórias históricas de ocupação e seus lugares significativos da memória e da paisagem. De modo que este trabalho surge de um projeto maior de arqueologia colaborativa (SILVA, 2002; SILVA et al., 2011; SILVA, 2013, 2015, SILVA e NOELLI, 2015, SILVA e GARCIA, 2015). Trata-se, portanto, de um esforço coletivo de pesquisa, que envolve os Asurini, estudantes e pesquisadores vinculados ao Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território – LINTT.

Os Asurini do Xingu são falantes de língua da família linguística Tupi-Guarani, e vivem na Terra Indígena Koatinemo (T.I. Koatinemo), localizada na margem direita do rio Xingu, cuja área territorial abrange os municípios de Altamira e Senador José Porfírio, no Estado do Pará (Mapa 1). Desde o final da década de 1970, diversos estudos etnográficos vêm sendo realizados junto aos Asurini, assim, sua história, cultura material, vida ritual, dinâmica socioeconômica e língua têm sido foco de trabalho de vários pesquisadores (*e.g.* RIBEIRO, 1983; BALEÉ, 1985; MÜLLER 1990, 1992; 1993; SILVA 2000, 2002, 2004, 2009, 2011, 2013, 2015; SILVA et al., 2011; SILVA e GARCIA, 2015; SILVA e NOELLI, 2015; NOGUEIRA, 2009; PEREIRA, 2009; VILELA, 2009, 2015).

Mapa 1: Localização da área de pesquisa: T.I. Koatinemo.

A T.I. Koatinemo está localizada na Amazônia Oriental, com uma área de 387.834 hectares. Os limites territoriais da T.I. são constituídos ao norte por um igarapé (sem nome) próximo à Serra do Escalaço, até sua desembocadura no médio-baixo curso do rio Xingu, e pelas cabeceiras dos igarapés Itaúna e Itatá. Ao sul a área é delimitada por todo o curso do Igarapé Piranhaquara. Ao leste, pelo médio-alto curso do Igarapé Ipiaçava, conectado por uma divisa seca até as cabeceiras do Piranhaquara. Por fim, o limite oeste é feito pelo médio-baixo curso do rio Xingu (SILVA, 2010; SILVA et al., 2011) (Mapa 1.2). Na época do contato, em 1971, os Asurini estavam organizados em duas aldeias no igarapé Ipiaçava. A partir de 1972, passaram a conviver em única aldeia que, embora unificada espacialmente, mantinha por meio da distribuição das casas certa reminiscência relativa aos grupos locais existentes no período anterior ao contato (MÜLLER, 1993; VILLELA, 2009). Atualmente existem duas aldeias Asurini na T.I. Koatinemo. A mais antiga é a aldeia Kwatinemu ocupada a partir de 1985, e a mais recente é a aldeia Itaaka, ocupada a partir de 2011; ambas estão situadas na margem direita do Rio Xingu (SILVA, 2013).

A T.I. Koatinemo compõe um mosaico de terras indígenas do médio-baixo Xingu que começa no Rio Bacajá (localizado ao leste) e se estende até o Rio Iriri (ao

oeste). Ao longo do Iriri, encontram-se as terras dos Arara, falantes de língua Karib (T.I. Arara e Cachoeira Seca); dos Xipaya, falantes de língua Juruna do tronco Tupi; e de coletivos falantes de língua Kayapó (T.I. Kararaô). No Rio Bacajá é situado outro território de coletivos de língua Kayapó (Gorotire), e na desembocadura do Bacajá, no trecho conhecido como Volta Grande do Xingu, ficam as terras de menor extensão dos Arara – também falantes de língua Karib, situada na margem direita do Xingu e dos Juruna, na margem esquerda. Entre o Bacajá e o Xingu forma-se um corredor (norte-sul) Tupi-Guarani, com a terra dos Parakanã (T.I. Apyterewa), Araweté (T.I. Igarapé Ipixuna – Araweté), dos próprios Asurini (T.I. Koatinemo) e a terra de indígenas isolados (T.I. Ituna-Itatá).

Mapa 2: Indicação das Terras Indígenas do médio-baixo Xingu

Nunca é demais lembrar que as terras indígenas, tal como as conhecemos hoje, são a representação de um amplo projeto colonialista que envolve a subordinação e a territorialização de pessoas e lugares (cf. OLIVER, 2010, p. 202). A história do contato dos Asurini não foge dessa realidade, sendo marcada no contexto regional pela consolidação dos projetos de desenvolvimento econômico empreendidos na Amazônia Oriental e pelo avanço definitivo da sociedade nacional sobre os territórios indígenas a partir de meados do século XX (ANDRADE e VIVEIROS DE CASTRO, 1988;

HEMMING, 2009; SCHMINK e WOOD, 2012; SILVA e NOELLI, 2015). Digo definitivo, pois a região de interflúvio do médio-baixo Xingu foi por vários séculos uma barreira à penetração da sociedade colonial e nacional. Uma barreira – é importante frisar – consolidada menos pelas condições naturais que recaíam sobre a viabilidade da navegação e acesso ao interior da floresta, e mais pelas ações defensivas de populações indígenas que optaram pelo não contato com os agentes europeus ou sociedades coloniais e nacionais. Obviamente, as populações indígenas do Xingu não estiveram isoladas do longo processo histórico que daria origem à formação do Estado Nacional, haja vista a derrota demográfica ocasionada por conflitos bélicos e espalhamento de doenças epidêmicas que não implicavam necessariamente na presença física de agentes da sociedade nacional em determinados locais (GALLOIS, 1998; POSEY, 2002; CARNEIRO DA CUNHA, 2012; MONTEIRO, 2007).

As histórias do contato e do colonialismo há muito estão presentes nas reflexões etnoarqueológicas e arqueológicas (LAYTON, 1994, 2005), e uma das perspectivas que orienta essas reflexões é pautada na constatação de que essas histórias não podem ser divorciadas da temporalidade das paisagens (e.g. INGOLD, 1993; BENDER, 2002; SHETLER, 2007; OLIVER, 2010, 2013), e o modo como essa perspectiva pode ser relevante à experiência arqueológica e ao [re]conhecimento das histórias “na” paisagem (LANE, 2006).

Antes das etapas de campo na T.I., já carregava parcialmente comigo duas pinturas de paisagem: a paisagem das narrativas históricas, etnoarqueológicas e etnográficas sobre os Asurini; e a paisagem arqueológica sobre os modelos ecológicos de expansão dos povos Tupi na Amazônia, e o modo como essas histórias de longo termo se conectavam a existência de florestas antropogênicas. Essas paisagens ganharam novas cores, e os lugares, ao mesmo tempo em que subscrevem grandes narrativas históricas também servem de instrumento analítico para questionar e inverter o sentido das histórias coloniais, muitas vezes construídas a partir de rupturas drásticas com o passado e conhecimento das populações indígenas contemporâneas (i.e. SILLIMAN, 2005, 2012; OLIVER, 2013). É a partir dessa perspectiva que buscarei contar uma história sobre as cerâmicas e a experiência arqueológica na T.I. Koatinemo.

Apresentação dos capítulos

No capítulo 1 busco definir o conceito de paisagem, pensada a partir de dois horizontes que a qualifica – o horizonte da *longue-durée* que subscreve a perspectiva da ecologia histórica; e o horizonte da temporalidade, entrelaçado aos sentidos das experiências individuais e à paisagens persistentes, tecidas de lugares física e simbolicamente modificados ao longo do tempo. A partir desses horizontes de reflexão, nos capítulos 2 e 3 me dedico às narrativas históricas e arqueológicas sobre o médio-baixo Xingu, respectivamente. No capítulo 2, destaco as toponímias do Xingu e o modo como estão interligadas às histórias indígenas e ao processo de colonização europeia. O capítulo é a combinação entre uma ‘grande narrativa histórica’ – pautada nas estratégias e políticas coloniais, formação das vilas e aldeamentos, conflitos de guerra e existência de “confederações indígenas” que dominavam extensas áreas do interior do Xingu; e uma narrativa sobre as experiências individuais vivenciadas com pessoas e lugares – pautada nas expedições realizadas nos séculos XIX-XX e nos relatos escritos por Adalbert von Preussen [1849]; Karl von den Steinen [1884]; Henri Anatole Coudreau e sua esposa Otille Coudreau [1898], Emília Snethlage [1909]; e Curt Nimuendajú [1921-1922]. As fontes históricas apontam quase invariavelmente o amplo domínio territorial de coletivos de línguas Tupi-Guarani e Juruna no médio-baixo Xingu. As toponímias e as experiências daqueles que passaram por essa região no século XIX se dão, portanto, sobre paisagens persistentes que vem testemunhando diferentes histórias que marcaram transformações socioculturais profundas dos sistemas regionais indígenas pré-existentes.

No capítulo 3 são apresentadas narrativas arqueológicas que remetem às primeiras experiências de levantamento arqueológico realizado durante as décadas de 1970 e 1980 através do PRONAPABA-XINGÚ e, mais tardiamente, às pesquisas nas áreas que seriam afetadas pela construção da Barragem da UHE Kararaô. Esses trabalhos contribuíram cada um à sua maneira, com um primeiro quadro de fases e tradições arqueológicas, bem como ampla caracterização e cronologia dos sítios arqueológicos do médio-baixo Xingu. Nessa mesma época, surgiram os modelos arqueológicos que retomavam as hipóteses de origem das populações falantes de línguas Tupi-Guarani na Amazônia, onde o médio-baixo Xingu é inserido como parte da ampla região de interflúvio ocupada para onde essas populações teriam expandido. Contudo, o capítulo não propõe realizar uma revisão dos modelos arqueológicos relacionados à história de longa duração Tupi-Guarani na Amazônia, ao invés disso, retomam-se os trabalhos mais recentes que dialogam com esses modelos e que colocam novas

proposições pautadas em pesquisas atuais não só no campo da arqueologia, como também da linguística histórica. A relação entre língua e cultura material (lê-se cerâmicas) corrobora pensar a Amazônia Oriental como área de origem dos povos de línguas Tupi-Guarani, o que é apresentado como ponto de comum acordo nos trabalhos que versam sobre o tema. Entretanto, a relação entre língua e variabilidade formal das cerâmicas, bem como o diálogo com os modelos arqueológicos que surgem nas décadas de 1970-80, se dá de forma diferenciada entre os trabalhos apresentados.

Nos capítulos 4 e 5 apresento os resultados do *survey* arqueológico na T.I. Koatinemo, experiência que se dá a partir do reconhecimento das toponímias históricas, lugares/sítios arqueológicos, cujos elementos materiais – matas antropogenias, cerâmicas, terras pretas arqueológicas, remetem às narrativas apresentadas nos capítulos anteriores, e que ao mesmo tempo, dá início a uma nova narrativa. No capítulo 4, as anotações do diário de campo falam sobre a experiência arqueológica junto aos Asurini, e estabelece os horizontes de reflexão desenvolvidos na tese. Como parte dos resultados do levantamento arqueológico na T.I. foram registrados cinquenta sítios arqueológicos associados à ocupações indígenas pós-coloniais anteriores aos relatos biográficos e autobiográficos dos Asurini (entre os séculos XVII e XIX); a antigas aldeias dos Asurini dos períodos pré e pós-contato oficial na segunda metade do século XX; a acampamentos de seringueiros dessa mesma época; e a uma grande maioria de sítios pré-coloniais e pós-coloniais. No capítulo 5 descrevo as atividades de prospecção e escavação do sítio Yvytyrapitea, localizado na aldeia Itaaka. A partir dos resultados dos *transects* foram selecionados três locais de escavação associados a compartimentos topográficos distintos, e a áreas com terra preta. O sítio apresentou comportamento estratigráfico associado a diferentes processos de ocupação, cuja topografia, localização e visibilidade são associadas à lugar de provável importância defensiva e de controle do trânsito de embarcações no Xingu e foz do Rio Iriri. Contudo, a partir do diálogo com os Asurini durante a escavação, apreende-se outra narrativa sobre a partir da topografia e cerâmicas do Yvytyrapitea.

No capítulo 6, retomo os horizontes de reflexão apontados a partir das anotações do diário de campo. O primeiro horizonte (ou Horizonte 1) correlaciona os resultados do *survey* as paisagens artefatuais da ecologia histórica, e a história de longa duração das populações Tupi-Guarani na região de interflúvio; e o segundo horizonte (ou Horizonte 2) acrescenta à essa paisagem artefactual, as narrativas históricas e etnográficas, interligadas a tradição oral dos Asurini e de seus *tapy'yia* (inimigos dos Asurini).

Os capítulos 7 e 8 tratam sobre a análise das coleções cerâmicas dos sítios arqueológicos da T.I. Koatinemo registrados ao longo das etapas de *survey* realizadas nas etapas de campo de 2010, 2013 e 2014. No capítulo 7 apresentam-se os conjuntos analisados, e estabelecem-se algumas orientações para a qualificação das cerâmicas, bem como os aspectos relacionados a aspectos da variabilidade formal das mesmas: pasta, acabamentos de superfície e morfologias. O capítulo 8, trata-se da correlação entre o estilo tecnológico das cerâmicas e as histórias indígenas do médio-baixo Xingu, cujas paisagens remetem á ancestralidade dos Asurini e de populações de línguas Juruna e Karib.

CAPÍTULO 1

PAISAGENS DO MÉDIO-BAIXO XINGU: ARQUEOLOGIA, HISTORICIDADE E TEMPORALIDADE

Apewu quem viveu aqui?
Meu pai, ele gostava de morar nessa roça.
Esse *jepapai* é do tempo da roça?
Sim, é da minha mãe.
Quer levar pra ela?
Não. Ela pode ficar triste ao lembrar-se do meu pai, do tempo em que tomavam mingau juntos.
(Projeto Território e História dos Asurini do Xingu/ diário de campo, etapa agosto/setembro, 2014).

As coleções e sítios arqueológicos abordados neste trabalho, fazem parte da vida e da história dos Asurini. Nos caminhos trilhados na Terra Indígena (T.I.) Koatinemo, os arqueólogos foram conduzidos pelo conhecimento dos Asurini, com os quais compartilhamos a vivência de determinados lugares e memórias (SILVA et al., 2011; SILVA e GARCIA, 2015; SILVA, 2015). Essa experiência possibilitou pensar uma arqueologia menos vinculada a cronologias absolutas e mais próximas da cosmologia e das narrativas indígenas. Dessa maneira, a prática arqueológica na T.I. Koatinemo dialoga com experiências etnográficas, vivenciadas por arqueólogos, antropólogos e historiadores que se propuseram a compreender as múltiplas dimensões da paisagem, embebidas na tradição oral e na memória das comunidades locais envolvidas (FELD e BASSO, 1996; SANTOS-GRANERO, 1998; HIRSCH e O'HANLON, 2003; SHETLER, 2007; SNEAD et al., 2009; FAUSTO e HECKENBERGER, 2007; DAVID et al., 2012; HILL, 2011).

O que proponho, contudo, não é uma etnografia sobre o modo como os Asurini percebem e constroem as suas paisagens (ver SILVA, 2002, 2013; 2015). A reflexão que se desdobra aqui, é uma etnografia da própria prática arqueológica na paisagem (Cf. INGOLD, 1993; BENDER, 2002; HAMILAKIS, 2009; 2011; 2016), que presta atenção aos significados que sítios e objetos “arqueológicos” adquirem frente a histórias e epistemologias não ocidentais, e as consequências que esses significados podem ter para a interpretação arqueológica de contextos históricos específicos (Cf. LANE, 2006;

LANE, 2008, p. 242-243). Assim, entende-se que a paisagem é o que entrelaça os diferentes “significados” do que se identifica formalmente como “registro arqueológico”. Portanto, de forma holística, neste trabalho o termo paisagem corresponde à temporalidade da experiência humana conectadas aos caminhos, lugares, toponímias e topografias. Em termos específicos, essa compreensão se dá a partir da correlação entre: 1) as narrativas históricas, antropológicas e arqueológicas que versam sobre as histórias indígenas do médio-baixo Xingu; 2) a experiência arqueológica na T.I. Koatinemo; 3) e a percepção dos fragmentos de vasilhas cerâmicas na produção das temporalidades (Asurini e arqueológicas).

A noção de paisagem, aqui, resulta da fusão de dois horizontes. O primeiro surge de reflexões da antropologia e da arqueologia que, a partir da década de 1990, propõem pensar as paisagens como experiências do tempo (BASSO, 1990; INGOLD, 1993; BENDER, 2002; TILLEY, 1994). Nas palavras da arqueóloga Bárbara Bender (2002, p. 103), a paisagem é “*o tempo se materializando*”, entendendo-se aí que, tanto o tempo quanto a paisagem são subjetividades objetivadas. Tal assertiva, segundo Bender (2002), não nega a existência de um mundo exterior para além do conhecimento humano, mas apenas lembra que todo conhecimento se dá por meio de nossas experiências de estar no mundo e que essas levam à classificação e à interpretação deste mundo (THOMAS, 1996, p. 65-66, apud BENDER, 2002, p. 104). Em uma perspectiva hermenêutica: “*We negotiate these understandings through our observations and experiences, and we socialize them all in the stories we tell*” (DAVID et al., 2012, p. 320).

Ao refletir sobre o sentido oposto do cientificismo da experiência, Gadamer (2007) lembra que a historiografia já foi uma forma de contar histórias, assim como os viajantes contavam as suas. Àquilo que se denominava “história”, diz ele, usava um saber que repousava sobre um conhecimento originário na testemunha ocular e nos relatos. Tal forma de história não foi denominada de Ciência (GADAMER, 2007, p. 196-197), contudo, as ciências do espírito – nome dado por Gadamer às ciências humanas – repousam em experiências que dão outro sentido à história universal ou à ordem dos “fenômenos naturais terrenos que não alcançam certamente a regularidade maravilhosa dos movimentos das estrelas” – (GADAMER, 2007, p. 197), pois assim como a temporalidade dos Homens, as estrelas não obedecem ao tempo do movimento rotacional da Terra.

Do ponto de vista interpretativo, a experiência hermenêutica pode ser entendida como “negação” ou momento em que o nosso sentido de realidade é desfeito, refutado, e se apresenta como algo que necessita ser reconstituído. Tal compreensão pressupõe que o conhecimento resulta da fusão de horizontes distintos, em que a experiência é sempre mediada pela cultura, linguagem e autoconhecimento (TAYLOR, 2002, p. 128-130). Essas experiências incorporam narrativas, ou seja, histórias que contamos e escrevemos a partir da memória construída no fluxo da própria temporalidade (BROCKEIMEIER, 2015). Nesta perspectiva, a interpretação não é vista como resultado do contraste entre lados distintos, mas na interpolação (fusão) de círculos, mundos diferentes. Ao contrário do relativismo, no qual a diferença de percepção recai no julgamento, para a hermenêutica a diferença não está no julgamento, mas na pergunta a partir da qual determinadas características se tornarão mais notáveis que outras (cf. TAYLOR, 2002).

Para o segundo horizonte, conhecido na arqueologia e na antropologia amazônica, a noção de paisagem define “construções históricas de marcas visíveis da agência humana no passado” (NEVES e PETERSEN, 2006, p. 279) ou, ainda, “lugar de interação com a dimensão temporal, que é ao mesmo tempo, histórica e cultural” (BALEÉ, 2006, p. 77). Nessas definições, o termo paisagem é relacionado às histórias indígenas de longa duração, materializadas nos sítios arqueológicos e na transformação cultural da floresta. O uso dessas mesmas definições, no entanto, guardam diferenças atreladas às experiências etnográficas e etnoarqueológicas, que tornam mais clara a relação dialética entre as paisagens antigas (pré-colonial e pós-colonial) e as contemporâneas da Amazônia (BALEÉ e MOORE, 1994; BALEÉ, 2000, 2008, 2010, 2013; NEVES, 1999; GREEN, GREEN e NEVES, 2003; HECKENBERGER, 2003, 2005, 2007; HILL, 2011, 2013).

Nesse sentido, o que denomino como primeiro horizonte e segundo horizonte tornam-se aqui duas faces de uma mesma paisagem. No segundo horizonte, as paisagens tornam-se inscrições do tempo que, como um texto, podem ser lidas. Entretanto, na leitura do tempo longo das paisagens, a temporalidade é, muitas vezes, ignorada ou esquecida (OLIVER, 2013). Nesse sentido, o primeiro horizonte situa a prática arqueológica na dimensão social da paisagem, conduzindo à percepção das múltiplas temporalidades que ela possui (cf. HAMILAKIS, 2009, 2011, 2016).

Figura 1: Infográfico paisagens do Xingu: arqueologia, temporalidade e historicidade.

A noção de temporalidade remete à pesada história filosófica que, a partir do século XX, é incorporada de diferentes maneiras na percepção arqueológica de paisagem (cf. INGOLD, 1993; TILLEY, 1994; BENDER, 1993, 2001, 2002; LUCAS, 2005). A ideia de temporalidade será empregada neste trabalho como forma de situar a minha narrativa na experiência dos lugares e da paisagem. Como colocado por BENDER (2002), no fluxo das críticas pós-modernas, posicionamo-nos produzindo algo que pensamos ser verdadeiro para nós [digo para mim] e que, ao mesmo tempo, faça sentido dentro de contextos sociais e históricos específicos (BENDER, 2002, p. 105). Em outras palavras, não se trata de comparar histórias, mas de subscrever diferentes narrativas na interpretação arqueológica dos lugares e da paisagem. Essa perspectiva está intimamente ligada: 1) à descolonização do discurso e das práticas arqueológicas (LAYTON, 1989; SMITH e WOBST, 2005; LILLEY, 2006; COWELL-CHANATHAPHONH e FERGUSON, 2008; SILLIMAN, 2008; FAWCETT, HABU e MATSUNAGA, 2008; WOBST, 2010; GNECCO e HERNÁNDEZ, 2010; SILVA, 2002, 2012; MACHADO, 2013, 2016); 2) à reflexão das diferentes narrativas e significados dos lugares, sítios arqueológicos (RAHARIJAONA, 1994; GREEN, GREEN e NEVES, 2003; HECKENBERGER, 2007; CASTAÑEDA e MATTHEWS, 2008; COWELL-CHANATHAPHONH, 2009; BRUCHAC, 2010; HAMILAKIS, 2009, 2011, 2016; DAVID et al., 2012; SILVA, 2013, 2015; CABRAL, 2014; MACHADO, 2016); 3) e às interpretações que dialogam com os regimes de conhecimento das populações indígenas na Amazônia (SANTOS-GRANERO, 1998; HILL e SANTOS-

GRANERO, 2002; SILVA, 2002; 2013; 2015; WHITEHEAD, 2003; HORNBERG, 2005; FAUSTO e HECKENBERGER, 2007; HILL, 2013).

Ao lidar com rupturas e transformações de longo termo, a arqueologia assume um papel particular na compreensão dos lugares e das paisagens, especialmente quando se trata das histórias dos continentes colonizados (SMITH, 2010, p. 371). Há vários anos atrás, ao escrever sobre a representação histórica e etnográfica do Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú, a antropóloga Berta Ribeiro fez a seguinte consideração:

O mapa representa, portanto, um embasamento sobre o qual a antropologia da América do Sul pode construir o edifício teórico que nos falta para explicar alguns problemas insolúveis: a grande atomização de etnias, a imensa pulverização linguística. Ou seja, como se explica que cada micro-etnia tenha uma língua, que leva milhares de anos para se desenvolver, que através dessa linguagem exprime sua concepção e sua classificação da natureza, sua origem e a origem de outros grupos, e a do universo, considerando-se que milhões de homens de nossa própria cultura jamais se colocaram tais indagações, aceitando como indiscutíveis ou insondáveis as explicações que lhes são impostas sobre a natureza e a ordem social. (RIBEIRO, 1982, p. 180)

Ribeiro (1982) delineou o que se configuraria no maior desafio da antropologia, arqueologia e linguística das terras baixas da América do Sul. Fundamentadas em perspectivas distintas, essas disciplinas apontam horizontes em que “o mosaico etno-histórico do mapa pós-contato contrasta com um panorama pré-colombiano que mais se assemelha a um caleidoscópio” (FAUSTO e MONTEIRO, 2007, p. 31). A metáfora do caleidoscópio é interessante para pensar as histórias indígenas do médio-baixo Xingu, e remete tanto à dinâmica relacional de contextos sociais e históricos específicos quanto à sobreposição temporal de paisagens ao longo do tempo.

1.1. Paisagens persistentes: temporalidade e prática arqueológica

Em “*The Time of our lives*”, o filósofo David Couzens Hoy (2012) mostra que as mais diversas reflexões filosóficas sobre a noção de tempo não estão preocupadas em definir o que o tempo é, mas como ele se dá. Como diz a romântica canção escrita por Herman Hupfeld, na década de 1930, “*as time goes by*”, em que a questão não está na natureza do tempo, mas na fenomenologia de como o tempo se manifesta na existência humana, ou melhor, no tempo de nossas vidas. A temporalidade pode ser traduzida

como esse tempo em movimento, que entrelaça as experiências individuais à finitude da existência humana e ao sentido mais profundo da relação entre pessoas e suas paisagens (cf. HEIDEGGER, 1962, 1992; MERLEAU-PONTY, 1962 apud HOY, 2012, p. 42-93).

Heidegger proposes a topological model for thinking about the relationship between people and the landscape as a matter of the “thereness” of the self-disclosure of being in and of the world. Cognition is not opposed to reality, but is wholly given over in the total social fact of dwelling, serving to link place, praxis, cosmology and nurture. (TILLEY, 1994, p. 13)

Os pensamentos filosóficos de Heidegger ([1927] 1962) e Maurice Merleau Ponty ([1945] 1962) foram incorporados às reflexões antropológicas e arqueológicas sobre a interpretação do tempo (GELL, [1992] 1996) e na qualificação das paisagens (FELD e BASSO, [1996] 2011; HIRSCH e O’HANLON, [1995] 2003; INGOLD, 1993; TILLEY, 1994). A partir dessas perspectivas, as paisagens tornaram-se, do ponto de vista individual, construções mentais e sensoriais (INGOLD, 1993, 2000; TILLEY, 1994), tecidas por relações sociais e de identidade (BASSO, [1996] 2011). Para a arqueologia, segundo Christopher Tilley, a percepção mais “encarnada” das paisagens possibilitou entender os sítios arqueológicos como lugares significativos e sensorialmente apreendidos e vividos (BENDER, 1993; THOMAS, 1996; DAVID e THOMAS, 2008; LANE, 2008; BOWSER e ZEDENÑO, 2009). Essas mesmas paisagens são conformadas por lugares persistentes e temporalidades enredadas de significados sociais e políticos (BENDER, 2002; BOWSER e ZEDENÑO, 2009).

No texto “*Temporality of the landscape*”, o antropólogo Tim Ingold (1993) argumenta como a prática arqueológica, diferente do que muitos arqueólogos e antropólogos comumente percebem, transita entre as múltiplas temporalidades da paisagem.

For anthropologists, to adopt a perspective of this kind means bringing to bear the knowledge born of immediate experiences, by privileging the understanding that people derived from their lived, everyday involvement in the world. Yet it will surely be objected that this avenue is not open to archaeologists concerned with human activities in the distant past [...] But this objection misses the point, which is that the practice of archaeology is itself a form of dwelling. The knowledge born of this practice of archaeology is thus on a par with that which comes from the practical activity of the native dweller and which the anthropologists, through participation, seeks to learn and understand. For both the archaeologist and the native dweller, the landscape tells – or rather is – a story. It enfolds the lives and times of predecessors who, over the generations, have moved around in it and played their part in its formation. To perceive that landscape is

therefore to carry out an act of remembrance, and remembering is not so much a matter of calling up an internal image, stored in the mind, as of engaging perceptually with an environment that is itself pregnant with the past. To be sure, the rules and methods of engagement employed respectively by the native dweller and the archaeologist will differ, as will the stories they tell, nevertheless – in so far as both seek the past in the landscape – they are engaged in projects of fundamentally the same kind. (INGOLD, 1993, p. 152-153)

O trecho citado é extenso, porém, reconheço em cada linha muito do que penso sobre a experiência arqueológica junto aos Asurini. Nesse sentido, concordo com essa reflexão no encadeamento dos seguintes aspectos: a) as paisagens são histórias; b) essas histórias, contadas a partir de narrativas arqueológicas e indígenas, buscam, cada uma à sua maneira, conhecer o passado “na” paisagem. A contribuição que evoco do trabalho do Ingold (1993, 2000) remete, duplamente, à condição básica da temporalidade (em termos de uma fenomenologia da percepção) e à temporalidade como condição básica na experiência arqueológica (em termos de uma etnografia do tempo e da paisagem).

A paisagem, para Ingold (1993), é entendida tanto a partir do conceito de *taskscape*, definida como forma de realização (*embodiment*) e entrelaçamento das atividades que são constitutivas do habitar (*dwelling perspective*), quanto como “registro duradouro de – e testemunho para – vidas e atividades de gerações passadas que tenham vivido nela e assim fazendo tenham deixado alguma coisa de si mesmo nesta paisagem” (INGOLD, 1993, p. 152). Penso que Ingold (1993, 2000) consegue um equilíbrio entre o caráter volátil das paisagens, que do ponto de vista da temporalidade nunca é a mesma e está em constante movimento e transformação, e o caráter sólido e duradouro das paisagens, no sentido das características que permanecem.

Bender (2001) critica a falta de conflitos ou contingências na paisagem de Ingold, pois apesar deste autor definir a paisagem a partir das práticas sociais, o papel político que elas assumem não é uma preocupação para Ingold. Neste ponto concordo com Bender (2002), quando ela diz que as experiências de lugar e da paisagem resultam em histórias entrelaçadas a “grandes narrativas” históricas, em que a percepção da temporalidade pode auxiliar na desconstrução de discursos hegemônicos sobre o tempo. Além disso, as experiências arqueológicas junto a sociedades tradicionais mostram como a convivência entre percepções distintas remete a paisagens dissonantes e bem menos harmônicas que as paisagens que Ingold (1993) deixa transparecer (e.g. LAYTON, 1989; SMITH e WOBST, 2005). De certa forma, o que Ingold (1993, 2000) propõe se aproxima mais de uma antropologia da prática arqueológica do que de uma

arqueologia entre sociedades tradicionais no mundo pós-moderno, em que negociações entre ontologias distintas remetem a tensões e incertezas que sublinham a própria temporalidade das paisagens (BENDER, 1993, 2002; GIVEN, 2004; LANE, 2008; CASTAÑEDA, 2008; HAMILAKIS, 2009, 2011, 2016).

Nas palavras da arqueóloga Margaret Conkey (2002, p. 116) “the power of so-called landscape-as-temporality approaches (cf. INGOLD, 1993) is to invigorate the investigation of time as a phenomenon that emerges from and is represented in social practice”. Para Conkey (2002), a temporalidade convive com o caráter “artefatual” da paisagem, transportando-nos para um cotidiano anterior à memória, expandindo o tempo pela natureza da diferença pautada em nossas próprias convicções. Ao desessencializar a noção de tempo, a interpretação arqueológica passa a lidar com algo provocativo: a memória social dos contextos arqueológicos (cf. TOMÁSKOVÁ, 1999 apud CONKEY, 2002, p. 116). Mas é preciso considerar que há um redirecionamento que leva à seguinte afirmação: temporalidade não é multivocalidade.

A multivocalidade parte da descolonização das teorias e práticas arqueológicas, propondo o empoderamento de narrativas das comunidades locais em detrimento de narrativas colonialistas e nacionalistas; e a não hierarquização dos discursos, direitos e responsabilidades relativas à gestão, aos modos de conhecer e produzir conhecimento sobre o passado (e.g. TRIGGER, 1984; ATALAY, 2007; FAWCETT, HABU e MATSUNAGA, 2008). A multivocalidade proporciona a manifestação da temporalidade como prática e construção social, ou, dito de outra forma, a temporalidade pressupõe a multivocalidade, mas diferentemente desta última, redireciona as narrativas – inclusive a arqueológica – para as experiências “no” lugar e “nas” paisagens, em que presente, passado e futuro convivem no que Ingold (1993) definiu como *taskscape*. Esse aspecto diferencia o que Hamilakis (2011) entende como etnografia arqueológica de outras propostas qualificadas dessa mesma maneira (e.g. CASTAÑEDA e MATTHEWS, 2008).

Para Hamilakis (2011), a etnografia arqueológica é um desdobramento da etnoarqueologia e da arqueologia do presente (cf. RUIBAL, 2009), que lida com questões contemporâneas relacionadas ao envolvimento crítico e reflexivo das populações no presente por meio da percepção da multitemporalidade do registro arqueológico. Trata-se da construção dialógica do conhecimento a partir da experiência do lugar (HAMILAKIS, 2014, p. 406-408). Na etnografia arqueológica, os objetos, monumentos e sítios arqueológicos se depreendem do tempo cronológico e, em última

instância, deixam de ser “*arqueo*”-lógicos, tornando-se materialidades nas experiências do tempo. Trata-se de um modo de fazer arqueologia, em que materialidade e temporalidade dão sentidos distintos à produção do conhecimento arqueológico, levando os arqueólogos a reconsiderarem suas certezas epistemológicas e ontológicas, especialmente no que se refere à linearidade do tempo e à rígida separação entre o passado e o presente. Para Hamilakis, ao restringir a compreensão dos sítios e dos objetos arqueológicos a determinados períodos do tempo (e.g. pré-história), arqueólogos e arqueologias teriam essencializado a percepção do que se identifica como registro arqueológico (HAMILAKIS, 2014, p. 400-401). Esse exercício começa com a desessencialização de categorias analíticas, como sítio e registro/evidência arqueológica. A primeira retomada pela arqueologia do lugar, e a segunda ligada às reflexões sobre a materialidade “*arqueo*”-lógica.

Zedeño e Bowser (2009) explicam que a noção de lugar é diferente da noção de sítio. Do ponto de vista arqueológico, o sítio é uma categoria arbitrária, definida mediante evidência material da atividade e ocupação humana em um determinado espaço. A condição mensurável e visível da modificação humana do espaço não é uma condição necessária para a existência do lugar. Os lugares naturais (*natural places*) exemplificam a percepção mais profunda da noção de lugar, assim definidos por afetarem a vida das pessoas de diferentes maneiras, sendo simbólica e historicamente modificados por meio de inscrições verbais e não verbais, constituindo passagens, marcos territoriais, rotas rituais e toponímias (cf. ZEDEÑO e BOWSER, 2009; BASSO, 1996; BRADLEY, 2000; SHETLER, 2007). Diferentemente dos lugares/sítios arqueológicos, reconhecidos por seus referentes materiais ou “cultura material”, os lugares naturais não apresentam alterações humanas visíveis e mensuráveis por métodos tradicionais de pesquisa arqueológica.

Em uma perspectiva abrangente, a arqueologia do lugar é definida como “a arqueologia que se dedica ao modo como as pessoas comunicam significados – tanto simbolicamente quanto através da ação – em seu entorno físico e cultural em múltiplas escalas e sobre as formas materiais que esses significados adquirem” (cf. BOWSER, 2004, p. 1, apud ZEDEÑO e BOWSER, 2009, p. 5). Talvez menos que uma arqueologia concentrada no lugar, neste trabalho importa pensar a dimensão relacional dos lugares, mais precisamente sobre o modo como os lugares tecem paisagens e se conectam aos caminhos dos rios, da mata, das topografias. Essas conformações físicas ganham cores, sons, calor, frescor, cheiros, sabor, cansaço, medo, afeto, expectativas, surpresas,

estranhamentos, saudade. Aqui, escrevendo essas palavras, os lugares da paisagem que carrego comigo tornam-se “*the homeland of our [my] thoughts*” (INGOLD, 1993, p. 155). Os caminhos trilhados junto aos Asurini, durante as etapas de levantamento arqueológico e retorno a suas antigas aldeias, lembram a descrição etnográfica realizada por Morphy Howard (2003) em sua experiência entre os Yolngu no norte da Austrália:

People learn about the land by travelling through it and being introduced to it by members of their individual kindreds – who constitute their ‘permission’ to be in particular places. Their view of the land becomes enriched with the experiences and associations of their lives. Yet this passage is made through a pre-existing grid of named places – coming into being is through thinking of a named place. (HOWARD, 2003, p. 205)

O projeto de arqueologia colaborativa na T.I. Koatinemo vem sendo desenvolvido há mais de seis anos e, por meio dessa experiência, Silva (2002, 2004, 2013, 2015) tem demonstrado que os sítios arqueológicos identificados nessa terra indígena podem ser definidos como lugares da memória (cf. ZEDEÑO e BOWSER, 2009; STEWARD e STRATHERN, 2003a), ou seja, lugares que incorporam a história dos Asurini e de seus ancestrais míticos, constituindo amplo território compreendido como parte do médio-baixo Xingu, denominado pelos Asurini como “*ure yvy (nossa terra) a terra dos Asurini do Xingu, e que hoje se constitui em uma terra indígena demarcada e que precisa ser resguardada com o auxílio da FUNAI e outros órgãos públicos*” (SILVA, 2015, p. 156). Posso dizer que lugares da memória também qualificam, em outro plano, a própria vivência arqueológica no território dos Asurini. Do ponto de vista arqueológico, os lugares habitados pelos Asurini são constituídos por camadas que vão além da superfície, são mais profundas. Trata-se de materiais relacionados à “reocupação de locais que apresentam sinais de ocupação humana anterior” (SILVA e STUCHI, 2010, p. 51), e que corresponde a uma dinâmica sociocultural antiga entre as populações Tupi-Guarani (e.g. BROCHADO, 1984; NOELLI, 1993, 1996, 2008; BALÉE, 2013; SILVA e STUCHI, 2010; CORREA, 2014; ALMEIDA e NEVES, 2015; GARCIA et al., 2015; SILVA e GARCIA, 2015). Esses lugares têm nomes que carregam histórias – topônimos de cartografias indígenas que ecoam no tempo e evocam paisagens diferentes das de hoje, “do tempo das casas grandes” (cf. OLIVER, 2010, p. 2). Tal cartografia “entre rios” faz parte da temporalidade dos Asurini (MÜLLER, 1993; SILVA et al., 2011; SILVA, 2013, 2015; SILVA e NOELLI, 2015; SILVA e GARCIA, 2015). Os lugares desta narrativa arqueológica, portanto, foram física e simbolicamente modificados, acomodando

identidades e transformações culturais que remetem a arranjos diversificados que se deram ao longo de muito tempo, o que os qualifica como lugares significativos e persistentes (ZEDENHO e BOWSER, 2009, p. 12-13).

Na temporalidade da experiência arqueológica, a história dos lugares e das paisagens do médio-baixo Xingu também é contada por meio das cerâmicas e da “troca contínua de materiais através dela [s]” (INGOLD, 2012, p. 37). Essas cerâmicas se tornaram fragmentos, mas já foram corpos inteiros, com pele, lábio, boca, pescoço, barriga, bunda, pinturas, incisões “tatuadas”, adornos, forma e nomes; já participaram das refeições cotidianas, das festas, dos rituais; já viveram na aldeia, na roça; “foram sepultadas junto às suas donas”, com quem trocou substâncias vitais, histórias, conhecimento (SILVA, 2000, p. 56-94). Ao longo de sua existência, as cerâmicas foram partícipes da mudança da distribuição natural da fauna e da flora, levaram à formação de microrganismos, transformaram as propriedades físico-químicas dos solos, trocando nutrientes com a terra e contribuindo para a sua fertilidade (NEVES e PETERSEN, 2003; COSTA et al., 2004; RODRIGUES, 2014). Nos lugares em que foram deixadas, a floresta voltou a crescer, mas esta, já não é mais a mesma, é outra; trata-se de uma nova floresta que surge das cerâmicas e sobre elas. Ao caminhar por esses lugares, os arqueólogos percorrem caminhos já percorridos, tocam objetos que tiveram donos e, nessa experiência, entendem que o local por onde andam pertenceu a outras pessoas, a outros tempos. Nesse exercício, o fazer arqueológico lida com o orgânico e o inorgânico, com a decomposição implacável dos materiais, com detalhes que dificultam dizer quando a “forma natural” termina e a “forma cultural” começa (BENDER, 2001; INGOLD, 2012).

1.2. Paisagens artefatuais: a indigeneidade das paisagens do médio-baixo Xingu

As ocupações humanas modificaram a floresta amazônica, e dizer isso pressupõe entender que esta última é tão artefatural quanto às cerâmicas ou qualquer outro material ou construções indígenas pré-colombianas que são parte dela. Essa percepção passa pela desconstrução de certas paisagens que, submetidas a determinantes ambientais, foram despidas do que talvez possa ser considerado o seu caráter mais valioso: a história e a dialética que corresponde à sua compreensão. As áreas de terra firme compõem 98% dos ecossistemas da floresta amazônica constituem formações geológicas de maior altitude, marcadas pela existência de grandes vales – com morros e depressões que se

afastam da margem dos rios principais, formando extensas regiões de interflúvios, drenadas por rios secundários e drenagens de menor porte (pequenos igarapés). Os outros 2% da floresta correspondem a áreas de várzea, caracterizadas, *grosso modo*, por relevos de menor altitude e extensas planícies inundáveis. Dentro desses ecossistemas existem múltiplas florestas com características ambientais tão diversas quanto à extensão da própria Amazônia (SAMBROEK, 2000; NEVES e PETERSEN, 2003; NEVES, 2006; COSTA et al., 2010; CLEMENT et al., 2015; STAHL, 2015).

Essas diferenças ambientais acompanharam por muito tempo as discussões arqueológicas iniciadas pouco antes da segunda metade do século XX, pautadas em diferentes modelos ecológicos sobre a ocupação humana na Amazônia (síntese ver NEVES, 1998, p. 66-95; HECKENBERGER, 2005, p. 1-28). A contraposição entre a maior densidade demográfica e complexidade social ao longo dos grandes rios e a menor densidade demográfica de populações esparsas nos interflúvios, enquanto resultado de determinantes ambientais, cristalizaram os tipos de sociedade do “*Handbook South American Indians*” (STEWARD, 1948) e suas morfologias sociais tributárias da ideia de “cultura dos povos da floresta tropical”, em que as sociedades indígenas eram retratadas por uma constelação de aldeias autônomas, igualitárias, limitadas em suas dimensões e estabilidade econômica (ver STEWARD, 1948, p. 669-772; VIVEIROS DE CASTRO, 1996). De modo que, durante décadas, arqueólogos e antropólogos das terras baixas da América do Sul delinearão paisagens como ambientes naturais que afetavam ou limitavam os grupos humanos (STEWARD, 1946; STEWARD e FARON, 1959; MEGGERS, 1954, 1971; LATHRAP, 1970, 1977).

Pode-se dizer que o determinismo ambiental que sublinhava os modelos arqueológicos foi superado há algum tempo, e o viés ecológico adotado por pesquisas posteriores buscou entender a ocupação humana da Amazônia a partir de processos históricos envolvidos na domesticação da floresta e construção da paisagem (DENEVAN, 1992; BALÉE, 1998; NEVES, 1998; NEVES e PETERSEN, 2003, 2004, 2006; McEWAN et al., 2001; LEHMANN et al., 2003; HECKENBERGER, 2005; WALKER, 2012; CLEMENT et al., 2015). A maior parte desses estudos, pautados na ecologia histórica, passaram a desmistificar a ideia da floresta virgem, intocada (BALÉE, 1989, p. 6). Uma idealização que, como apontado por William Denevan (1992), não é de 1492, e sim do esvaziamento demográfico ao longo do XIX após séculos de doenças e mortes enfrentadas pelas populações ameríndias. A cartografia

histórica contribuiu fortemente com a permanência desse imaginário, criando condições para o empreendimento expansionista e colonialista (COSGROVE, 1984, p. 140).

Essa cartografia histórica consolidou a contraposição entre os povos [»tupis-guaranis«] de terra firme e os povos detentores dos grandes rios [»Arawak«]. Se isolássemos esses registros históricos, as observações mencionadas seriam pouco significativas. A começar pelo próprio contexto histórico no qual esses registros foram escritos. No Xingu do século XIX, pouco restava da paisagem indígena de períodos anteriores. E no século XX, uma paisagem indígena diluída, fragmentada e pouco compreendida em seus próprios termos, daria forma à cartografia tipológica do “*Handbook South American Indians*” (STEWART, 1948). Tal cartografia não deixa de refletir o longo processo iniciado no século XVI ou pouco antes. Na Amazônia, o esvaziamento das populações indígenas das margens dos grandes rios, ao longo dos séculos, segue um amplo movimento em direção ao interior da floresta ou regiões de cabeceira dos rios, o que resultou de certa forma, em histórias recentes de “*pacificação de índios arredios*”, que passaram a ter contato intermitente com a sociedade nacional a pouco mais de 50 anos. Na região de interflúvios Xingu-Tapajós e Xingu-Tocantins, como veremos, existem nuances importantes relativas á esse processo histórico, mas que não mudam o fato de que os coletivos indígenas dessa extensa região de terra firme só estabeleceram contato oficial com o Estado Nacional há poucas décadas.

Os modelos arqueológicos lançados na década de 1970 e 1980 rejeitaram as teorias degeneracionistas na compreensão das histórias indígenas (NOELLI e FERREIRA, 2007), mas mantiveram perspectivas ecológicas que atribuíam pouca relevância arqueológica às áreas de terra firme da Amazônia, sendo estas desacreditadas enquanto regiões que pudessem sustentar processos de ocupação indígena de maior complexidade e profundidade histórica (CARNEIRO, 1971; BROCHADO e LATHRAP, 1989; DENEVAN, 1992; BALÉE, 1998; NEVES, 1998; McEWAN et al., 2001; OLIVER, 2001; NEVES e PETERSEN, 2003; LEHMANN et al., 2003; HECKENBERGER, 2005; CLEMENT et al., 2015). Na década de 1970, pouco era sabido sobre as línguas e os coletivos indígenas dos interflúvios Xingu-Tapajós (à oeste) e Xingu-Tocantins (à leste). Nesse período, a FUNAI, em decorrência dos conflitos gerados pela construção da Rodovia Transamazônica, oficializava o contato com grande parte das populações indígenas que vivem nesta região (e.g. ARNAUD, 1961, 1978, 1983; OLIVEIRA e GALVÃO, 1969; LUKESCH, 1976; LARAIA e DA MATTA, 1978; VIVEIROS DE CASTRO, 1986; POSEY, 1987; VIDAL, 1988;

PETRERE JÚNIOR, 1990; MAGALHÃES, 1991; MÜLLER, 1993). Esse aspecto me parece importante, pois é a partir das pesquisas etnográficas iniciadas na segunda metade do século XX na Amazônia Oriental, que as perspectivas ecológicas sobre os processos de ocupação indígena nas áreas de interflúvio começaram a mudar (SMITH, 1980; VIVEIROS DE CASTRO, 1986; POSEY e BALÉE, 1989; BALÉE, 1989).

As florestas antropogênicas da Amazônia Oriental deram origem à pesquisa do antropólogo William Balée na década de 1980. Balée (2013), como ele mesmo escreve, foi influenciado pela pesquisa de Darrell Posey (1985) sobre as “ilhas de recursos” dos Kayapo-Mebêngokre. Posey demonstra que o cultivo de plantas (domesticadas) e o manejo de espécies vegetais (não domesticadas) se mantinham ligados a sistemas socioculturais complexos, entrelaçados a “*nomadic agriculture in manipulated forest field*” (POSEY, 1987, p. 136). Dava-se início a pesquisas etnoecológicas preocupadas em identificar e caracterizar as matas antropogênicas na busca por enfatizar que as populações indígenas atuaram exponencialmente na distribuição de determinadas espécies e nas características das florestas existentes na Amazônia contemporânea. Uma das principais evidências que passou a sustentar os estudos voltados ao tema teve origem nos sítios arqueológicos e na dinâmica de vida das populações indígenas atuais (e.g. RIVAL, 1998; POLITIS, 2001; OLIVER, 2001; HECKENBERGER et al., 2007; NEVES e PETERSEN, 2008; SILVA, 2010; BALÉE, 2013; SCHMIDT, 2013). Desde a década de 1980, os trabalhos desenvolvidos sob a perspectiva da ecologia histórica buscaram estabelecer um posicionamento crítico frente a propostas mais deterministas, adaptativo-funcionalistas, ou que tendem a excluir a intermediação humana e o fator temporal na alteração do ambiente (BALÉE, 2006).

Para a ecologia histórica, a paisagem é multitemporal e multidisciplinar, resultado de pesquisas dedicadas ao estudo da interação entre sociedades e ambientes, subscrevendo histórias de longa duração como parte da mudança ambiental (BALÉE, 2006, p. 76-80). A *longue durée* colocou o discurso arqueológico no debate sobre as políticas ambientais e manutenção dos territórios indígenas (POSEY, 2000, p. 193-217; HECKENBERGER et al., 2003, 2007; SILVA e STUCHI, 2010). A ideia da “floresta virgem”, incorporada nas ciências modernas, ainda é mantida por botânicos e ambientalistas que acabam reforçando o discurso colonialista que deslegitima a interdependência entre conhecimento tradicional e diversidade ecológica na Amazônia (cf. BALÉE, 2010; HECKENBERGER et al., 2003). Como lembra a antropóloga Laura Rival (1998), para Balée (1989) a origem biocultural da floresta é vista como registro

objetivo do passado, mesmo que não haja uma memória social da história dessas paisagens, “a presença das cerâmicas, do carvão nos solos, a distribuição das espécies, o tamanho dos troncos, a tradição oral e a classificação nativa da floresta, possibilitam a diferenciação das matas antropogênicas” (RIVAL, 1998, p. 234).

Segundo Balée (1998), não se trata de uma visão romântica e idealizada de sociedades indígenas integradas à natureza (*Noble Savage*), nem de uma visão na qual seres humanos são tidos como devastadores do ambiente (*Homo Devastans*), mas uma visão que considera que tanto a diversidade/enriquecimento quanto a extinção/empobrecimento do ambiente estão interligadas a transformações históricas que envolvem pessoas e paisagens. Conforme Walker (2012), ao questionar os modelos de equilíbrio ecológico, os trabalhos da ecologia histórica deram visibilidade a “harmonias dissonantes de sistemas ecológicos com histórias e significados específicos” (cf. BATKIN 1990; ZIMMERER, 1994 apud WALKER, 2012, p. 7).

A compreensão sobre o modo como as populações indígenas construíram as suas paisagens ao longo do tempo repousa em amplo debate e esforço de pesquisa entre arqueólogos e antropólogos das terras baixas da América do sul. DeBoer (2003) sintetiza parte do debate ao indicar que por vários anos as paisagens amazônicas foram delineadas por certa “arqueologia da fome e da pressão populacional” centrada na agricultura de cultígenos específicos e na disputa por regiões “naturalmente” mais agricultáveis. Como escreve Heckenberger (2005):

[...] the várzea model is, in part, an artifact of sampling and, in part, reflects the assumptions of cultural ecology. Cultural change depends on other more localized, contingent, and historical factors: the interplay of multidimensional social, cultural, and ecological factors that interact variably under contingent sociohistorical conditions. In other words, population pressure cannot be demonstrated, and rates or regularity of demographic patterns and trends cannot be assumed that cultural responses to demographics stress, such as residential moves, conquest, fight, invention, ritual, and so on will be uniform or predictable across the region. Specifically, scarcity or competition cannot be narrowly defined by the same, small set of ‘strategic’ resources, notable arable lands, and competition for it in flood plain areas, nor can it be assumed that people moved into these areas the first chance they got, some did and some didn’t. (HECKENBERGER, 2005, p. 48)

Podemos dizer que a partir do final do século XX, o desenvolvimento das práticas agrícolas passou a ser entendido como parte de processos históricos – o qual não está centrado no cultivo de duas ou três espécies para alimentação (e.g. mandiocas, milho ou batatas), mas na diversidade de gêneros vegetais e animais, na distribuição

espacial das plantas, na manipulação do fogo, do solo, da água e no reconhecimento de contextos socioculturais específicos – pautados no conhecimento histórico, arqueológico, antropológico e linguístico, delineando o que se entende por “domesticação da paisagem” (WALKER, 2012, p. 13-14; CLEMENT et al., 2015; STAHL, 2015) ou “transformação cultural da floresta” (BALÉE, 2013; PEREIRA et al., 2016, ver também NOELLI, 1993).

Existem diferenças no modo como a domesticação da paisagem é compreendida. Em artigo recente, Clement et al. (2015) dão importância distinta ao forrageio e à agricultura, associando o primeiro à modificação extensiva dos sistemas ecológicos da floresta. Os autores (CLEMENT et al., 2015) correlacionam o forrageio a dinâmicas contínuas de alteração ambiental, que embora menos intensivas em relação às práticas agrícolas, seriam mais representativas em larga escala espaçotemporal. Essa distinção não aparece no artigo, também recente, do arqueólogo Peter Stahl (2015), que vê manejo, cultivo e transporte de plantas como práticas indissociáveis no processo histórico de domesticação das paisagens amazônicas (cf. BALÉE, 2013; PEREIRA e NOELLI et al., 2016). Tanto Stahl (2015) quanto Clement et al. (2015) concordam que a agricultura extensiva de corte e queima, tal como observada entre as populações contemporâneas na Amazônia, pode estar relacionada à introdução do uso do metal ao longo de vários séculos de situações de contato e colonização europeia (cf. DENEVAN, 2001). Nessa mesma perspectiva, Stahl (2015, p. 1599-1600) lembra que a de população indígena provavelmente fez o cultivo extensivo se tornar mais factível. A outra face desse mesmo processo histórico seria a regressão da agricultura entre os coletivos indígenas sobreviventes (cf. BALÉE, 2013).

Em um de seus elegantes textos, Berta Ribeiro (1993) realizou uma leitura do que se discutia sobre manejo e práticas agrícolas entre as populações indígenas da Amazônia. Nesse artigo, intitulado “*Ao vencedor, as Batatas!*”, ela faz uma breve descrição das roças dizendo: “a roça evolui de plantação de subsistência (sobretudo mandioca) para roça mista (mandioca-frutas), pomar frutífero residual, capoeira e, finalmente, floresta alta que, com o tempo, volta a ser abatida para novos cultivos” (RIBEIRO, 1993, p. 116). O que Stahl (2015) e Balée (2013) sugerem talvez possa ser considerado o inverso desse processo, em que as “roças mistas” (pré-coloniais) (cf. LATHRAP, 1977), foram transformadas em “roças/estratégias de subsistência” (pós-colonial). Esse debate segue um caminho diferente do que proponho neste trabalho, mas como arqueóloga que trabalha com “paisagens Tupi-Guarani” é no mínimo complicada

atribuir um papel secundário ao cultivo entre populações com léxicos em que as “cerâmicas, práticas alimentares e manejo agroflorestal já existiam no proto-Tupi, ao redor de cinco mil anos antes do presente” (cf. RODRIGUES, 2000, 2007, 2010; RODRIGUES e CABRAL, 2012 apud PEREIRA e NOELLI et al., 2016, p. 201).

Grande parte das reflexões do Balée surgiu de suas experiências entre as populações Tupi-Guarani da Amazônia (BALÉE, 1989, 2000, 2010, 2013; BALÉE e MOORE, 1994; BALÉE e CAMPBELL, 2009). Essas experiências, que resultaram de ampla coleta de dados ecológicos, linguísticos e etnográficos, buscam mostrar que: 1) as florestas de terra firme são resultado de manejos sucessivos levados a cabo pelas populações indígenas ao longo do tempo; 2) que esse processo resultou na formação de matas antropogênicas com ocorrência e/ou predomínio de determinadas árvores e plantas; 3) que as populações indígenas contemporâneas conservam vocabulário de nomes de plantas e cultígenos que remetem à memória ancestral do uso e cultivo de espécies vegetais e; 4) que existe uma correspondência espacial entre matas antropogênicas (e.g. palmares de babaçu, floresta de lianas) e sítios arqueológicos com terra preta.

Foto 1: Palmeira de babaçu (*attalea speciosa* Mart. Ex Spreng.) solitária e recorrente nas matas antropogênicas da Amazônia Oriental. Fonte: BALÉE, 2013, p. 112.

Como programa de pesquisa, a ecologia histórica reúne estudos diversificados (BALÉE e ERICKSON, 2006; BALÉE, 1998; ERICKSON, 2008). Os trabalhos desenvolvidos por Balée (1989, 1994, 2000, 2010, 2013) são parte das paisagens do médio-baixo Xingu e reconheço nas reflexões desse pesquisador muitos dos lugares e

caminhos percorridos na minha própria experiência arqueológica na T.I. Koatinemo. Em 1986, Balée esteve entre os Asurini do Xingu. Dessa experiência, cujas considerações se somam às pesquisas realizadas também entre os coletivos Araweté, Guajá e Ka'apor, ficou indicada uma possível correspondência entre a área de abrangência das matas antropogênicas e a distribuição dos sítios arqueológicos da região dos Interflúvios Xingu-Tocantins, denotando manejo florestal antigo cujas práticas seriam mantidas entre essas populações (BALÉE, 1989).

É possível acompanhar o movimento dessas paisagens a partir da dinâmica de constituição das aldeias Ka'apor. Entre os Ka'apor, escreve Balée (1989), as condições ecológicas eram vistas como fator determinante na escolha do local de uma nova aldeia ou áreas de roça. O local da aldeia, para os Ka'apor, deveria ser sobre terreno suavemente inclinado, com solo arenoso de boa drenagem, espécies arbóreas que indicavam solo adequado para cultivo (pequi e ipê), drenagem perene com água potável, áreas de pesca no raio de 500 m de distância, certos animais para caça – especialmente a tartaruga de patas amarelas, presente nas cerimônias rituais – e indício da existência de outros animais. Uma vez selecionado o local da nova aldeia, em geral localizada nas áreas periféricas do antigo assentamento, os Ka'apor abriam uma clareira e queimavam a vegetação para limpar o espaço. Feito isso, dava-se início a plantação de cultígenos transportados da aldeia antiga (BALÉE, 1989, p. 131). A relação com a aldeia antiga era mantida por um tempo aproximado de três anos, havendo frequentes coletas e transporte de plantas para a nova aldeia. As primeiras plantas a serem transportadas eram a mandioca, a banana e a batata doce. Os Ka'apor se mudavam gradativamente, levando de 7 a 21 meses, tempo que coincidia com a maturação das primeiras plantações de mandioca. Após se mudarem, cada família Ka'apor se estabelecia em uma área de 5 m de circunferência, onde era realizada a colheita da primeira roça, surgindo depois novas plantações no entorno da casa nova. Passados cinco anos, diferentes zonas ecológicas passavam a existir no entorno da nova aldeia Ka'apor, abrangendo um raio de até 5 km de áreas constituídas por plantações no entorno das moradias, roças novas (com até 2 anos), roças velhas (com 2 a 40 anos), roças abandonadas (com 40 a 100 anos), floresta em regeneração e matas de igapó, formando um mosaico de áreas manejadas. Essa descrição etnográfica feita por Balée (1989) pode ser, em linhas gerais, estendida para outras populações Tupi-Guarani (e.g. VIVEIROS DE CASTRO, 1986; MÜLLER, 1993; NOELLI, 1993; NOGUEIRA, 2009; SILVA, 2010; SILVA e STUCHI, 2010; BALÉE, 2013; PEREIRA et al., 2016).

Para Balée (2008), na Amazônia o processo de constituição das paisagens assume uma dialética própria, na qual a floresta, ao exibir uma heterogeneidade de gradientes ambientais, conforma paisagens com características definidoras indígenas, sendo essas mesmas características referenciadas na diversidade bioambiental da própria paisagem (BALÉE, 2008, p. 11). Trata-se de uma relação dialética na qual os resultados das ações humanas e não humanas não são exclusivos (exclusivamente humano ou não humano), mas integrados e interligados ao que Balée chamou de *Indigeneidade* das paisagens – presente na língua, no conhecimento tradicional, nas práticas cotidianas, nas roças, nas casas, nos objetos, no registro arqueológico e assim por diante. Sob essa perspectiva, o autor (BALÉE, 2008) procurou evidenciar que a transformação da floresta é um *continuum* entre as populações indígenas que, ao manejarem o meio onde vivem, criam paisagens a partir de seus próprios objetivos e visões de mundo (BALÉE, 2000, 2008, 2010). Na T.I. Koatinemo essa paisagem artefactual pode ser representada da seguinte maneira:

Figura 2: *Indigeneidade* das paisagens na T.I. Koatinemo.

As paisagens se recusam ser disciplinadas, disse a arqueóloga Bárbara Bender (2002, p. 105), tornando-se amálgama de diferentes experiências e conhecimentos. Nada mais verdadeiro, eu diria. No entanto, a essa afirmativa acrescentaria a observação de outro arqueólogo, John Walker (2012, p. 7), que em seu árduo exercício de síntese sobre estudos de paisagem na América do Sul, indica que um dos aspectos que parece influenciar a grande diversidade de abordagens entre os arqueólogos das terras baixas, está pautado na complexidade das relações que as sociedades indígenas estabelecem

com os seus territórios e lugares onde vivem. As paisagens da ecologia histórica são reflexos dessas duas observações. No entanto, colocando de forma um pouco diferente, o que parece aproximar ou “disciplinar” as mais diversas percepções de paisagem, são as próprias paisagens. E isso fica muito claro na Amazônia. A distribuição “biocultural” da floresta – para usar o termo empregado por Rival (1998, p. 234) – obedece a aspectos socioculturais, cosmologias e mito-histórias que falam de territorialidades indígenas de longa duração (SANTOS-GRANERO, 1998; RIVAL, 1998; POLITIS, 2001; GREEN, GREEN e NEVES, 2003; WHITEHEAD, 2003; VIDAL, 2003; MEDINA, 2003; HECKENBERGER, 2007; SILVA, 2002, 2013, 2015; HILL, 2013; CABRAL, 2014). Na Amazônia, as mais diversas experiências antropológicas e arqueológicas de paisagem mostram que o que se classifica como sítio arqueológico passa, invariavelmente, pela memória e pela tradição oral das populações indígenas (cf. SANTOS-GRANERO, 1998; GREEN, GREEN e NEVES, 2003; WHITEHEAD, 2003; VIDAL, 2003; MEDINA, 2003; HECKENBERGER, 2007; SILVA, 2002; CABRAL, 2014).

Por fim: “*Como contar uma história muitas vezes contada*”[?]. Essa frase identifica o primeiro capítulo do livro “*Las orígenes de los pueblos indígenas del valle de México*”, do historiador e antropólogo Federico Navarrete Linares. O título escolhido por Navarrete Linares (2008) me parece apropriado como ponto de partida para a construção da presente tese, afinal, contar uma história muitas vezes contada é o desafio que a maioria dos tupinólogos enfrenta ao lidar com as hipóteses de origem e formação territorial entre os povos falantes do tronco Tupi e, em especial, das populações de línguas Tupi-Guarani. Além disso, “como contar uma história muitas vezes contada”, no sentido dado por Navarrete Linares (2008), não significa apenas recontar histórias, mas repensá-las a partir do registro das tradições [orais] indígenas. Tanto do ponto de vista histórico quanto do arqueológico não há muita dúvida de que a região do leste amazônico foi dominada por numerosas “províncias” Tupi-Guarani, as quais gradativamente transformaram essas paisagens de terra firme enquanto foram transformadas por elas. Vejamos como essas histórias indígenas dialogam com as paisagens do médio-baixo Xingu.

CAPÍTULO 2

NARRATIVAS HISTÓRICAS

2.1. Toponímias e Topografias do Xingu

As histórias indígenas do Xingu têm sido contadas de diversas maneiras e por diferentes perspectivas: naturalista, histórica, linguística, antropológica, arqueológica e etnoecológica. Parte dessas histórias teve origem nas mais diversas situações de contato entre “brancos” e coletivos indígenas, constituindo toponímias históricas que marcam os diferentes percursos do rio Xingu, e que estão diretamente interligadas a grandes narrativas relacionadas à formação dos territórios indígenas (do período pré-colonial aos dias atuais), à expansão colonial (séculos XVII e XVIII) e à construção do Estado Nacional (século XIX).

O Xingu é um rio de águas claras que percorre, desde a sua nascente na Serra do Roncador, aproximadamente 2600 km até a margem direita da foz do Amazonas, onde deságua já próximo à baía de Marajó (SILVA, 2012). Ao longo do seu percurso, o Xingu corta diferentes sistemas ecológicos e configurações hidrológicas e geomorfológicas, sendo o médio-baixo curso marcado por canais anastomosados e trechos encachoeirados que se estendem até a cachoeira da Volta Grande do Xingu. Logo após a cachoeira, inicia-se o trecho de ria, que conecta o rio Xingu ao ambiente de várzea do Amazonas. A bacia hidrográfica do Xingu é parte da terra firme amazônica, caracterizada por regiões de maior altitude, marcadas pela existência de grandes vales – com morros e depressões que formam planícies não inundáveis que se conectam a amplas áreas de interflúvios distanciadas das margens dos grandes rios. O ecossistema de terra-firme abrange 3,5 milhões de km² (PIRES, 1973), sendo composto por grande variedade de fitofisionomias, desde aquelas aluviais e típicas das terras baixas da bacia amazônica, com elevada biomassa e diversidade, até florestas abertas submontanas e montanhosas de menor porte e variedade de espécies (MPEG, 2008, p. 12).

O baixo Xingu, assim como outros afluentes do rio Amazonas, serviu como porta de entrada das frentes de expansão colonial, interligada ao estabelecimento de

holandeses, franceses e portugueses na região norte do país a partir do século XVII (BETTENDORFF, [1659-1690] 1990; D'ÉVREAU, [1613-1614] 2002; D'ABBEVILLE, 1975; LEITE, 1938; HEMMING, [1978] 2009; TAVARES, 2008; SOUZA e CARDOZO, 2008; ACEVEDO MARIN, 2010; SCHMINK e WOOD, 2012). Tendo a sua foz conectada ao sistema de drenagens da desembocadura do rio Amazonas, a foz do rio Xingu aparece na cartografia do século XVI e é grafada por diferentes topônimos ao longo do tempo. Entre 1592 e 1606, a cartografia registra o Xingu como rio *Aoripana*, já associado à existência de um vilarejo. Nos mapas datados entre 1680 e 1740, torna-se mais usual o nome *Paranayba*, *Paranaybe* ou *Paranaíba*, associado à Vila de Gurupá. No mapa de 1697, de Herman Moll, detalhado com base nas descrições do missionário jesuíta Samuel Fritz, ambos os nomes, Xingu e Aoripana são utilizados, sendo o primeiro associado à Gurupá, junto à foz, e o segundo ao curso mais a montante, possivelmente nas proximidades da Volta Grande, cujo contorno na época ainda era aparentemente desconhecido.

A localidade de Gurupá (ou Curupá) só aparece com esse nome nos mapas do final do século XVII. Antes de Gurupá, há referências sobre a existência do povoado ocupado por colonos holandeses e irlandeses no Xingu (BAENA, [1839] 2004, p. 375-376 apud ACEVEDO MARIN, 2010, p. 8). A historiografia indica que, por volta de 1623-1625, os holandeses disputavam as terras do Xingu com os portugueses. Apesar de as referências sobre a presença batava no baixo Xingu serem dúbias, parece ser dessa época o posto fortificado de Mariocay, construído pelos holandeses (NIMUENDAJÚ, [1917-1921] 2004; CARDOZO, 2008; GUZMÁN, 2008; ACEVEDO MARIN, 2010). Conforme Acevedo Marin (2010), após a ação de reconquista portuguesa em 1625, o forte de Santo Antônio de Gurupá foi construído no mesmo local do antigo Mariocay (CASTRO, 1999; MUNIZ, 1916 apud ACEVEDO MARIN, 2010). De modo que, ao longo de todo o processo de colonização europeia no baixo Xingu, a localidade de Gurupá tornou-se ponto de escala para aqueles que estavam em trânsito pelo Amazonas, e ponto de partida para a exploração do interior do rio Xingu, dando acesso às drogas do sertão (espécies para fins medicinais, estéticos e alimentícios, como canela, cravo, anil, raízes aromáticas e sementes oleaginosas, como a castanha-do-pará e a salsaparrilha) e à mão de obra indígena (HEMMING, [1978] 2009; TAVARES, 2008; CARDOZO, 2008; CHAMBOULEYRON, 2008; ACEVEDO MARIN, 2010). Nesse contexto, na primeira metade do século XVII, soldados, missionários e aventureiros europeus de diversas proveniências (e.g. holandeses, ingleses, espanhóis, franceses, portugueses) buscaram

explorar o Xingu, estabelecendo contato regular com as populações indígenas e dando início a confrontos que levariam à morte muitos estrangeiros hostis (GUZMÁN, 2008, p. 37; NOGUEIRA, 2008, p. 75).

Quadro 1. Cartografia histórica do médio-baixo Xingu

Topônimo	Ano	Autor	Referências
Aoripana	1592	Petrus Plancius	Segundo descrições de Theodory de Bry
Aoripana	1595	Michael Mercator, Jadocus Hondius	
Aoripana	1597	Cornelis Wytfliet	
Aoripana	1599	Levinus Hulsius	
Aoripana	1606	Gerhard Mercator	
Paranayba	1670	Nicolas Sanson	
Paranayba	1671	John Ogilby	
Paranaíba	1680	Nicolas Sanson	Segundo relatos de Christopher d'Acunã
Paranaíba	1690	Família Danckaerts Danquerts	
Xingu/Aoripana	1690	Herman Moll	Segundo detalhamento de Samuel Fritz
Paranaíba	1691	Vicenzo Maria Coronelli	
Paranaíba	1717	Nicolas de Fer	
Paranayba	1718	Guillaume De L'Isle	
Paranayba	1720	Henry Abraham Châtelain	Com base no mapa De L'Isle
Paranayba	1740	George Mattäus Seutter	
Paranayba	1740	Giovamne Battista Abrizzi	
Paranayba	1740	Jean Baptiste Bourguignon D'Anville	
Xingu-Guiriri	1743	Charles Marie de La Condamine	Base mapa de Vicenzo Coronelli
Xingu	1840	Victor Levasseur	
Xingu-Piranhaquara	1887	P. Vogel	Expedição Karl Von Den Steinen

No final do século XVII, a Companhia de Jesus obteve o direito de governar as aldeias do baixo Xingu, mas não sem antes enfrentar a oposição dos colonos portugueses e a disputa com as outras ordens religiosas que atuavam no vilarejo de Gurupá (franciscanos e carmelitas) (GUZMÁN, 2008). Os jesuítas Luiz Figueira (1636)

e Pedro Pedrosa (1668) teriam dado início à interiorização da atividade missionária, alcançando aldeias mais distantes da fortaleza de Gurupá. Acima de Gurupá foram estabelecidos os aldeamentos de Muturu, Itacaruça, Piraviri e Aricari (LEITE [1938], 2004; TAVARES, 2008). Para o padre Serafim Leite, as entradas jesuíticas pelo baixo Xingu não se distinguiriam pela penetração, mas pela formação de aldeias para a catequese, compartilhando assim da mesma estrutura missionária da Companhia de Jesus, pautada na concentração populacional nos aldeamentos e controle da força do trabalho indígena (CARNEIRO DA CUNHA, 2012). Também é notável nas descrições históricas que muitas das tentativas de viagem pelo interior do Xingu no século XVII não foram bem-sucedidas e parte dos “embaixadores jesuítas”, que subiram o rio com a missão de descender índios das aldeias mais distantes, não retornou (BETTENDORFF, [1661-1698] 1910; apud LEITE [1938], 2004, v. 1, p. 598).

Há quem diga as missões na Amazônia colonial foi o período de ouro dos jesuítas (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 16), e que as missões do Xingu assumiram grande importância militar e comercial com o estabelecimento desses religiosos na região (ACEVEDO MARIN, 2010). No entanto, a história dos jesuítas no baixo Xingu é notavelmente cheia de percalços, rejeições e expulsão da ordem pelos moradores dos aldeamentos (BETTENDORF, [1659-1698] 1990; LEITE, 1938; NIMUENDAJÚ, 2004; CARDOZO, 2008; GUZMÁN, 2008). A predileção dos mandos e desmandos dos padres, como se sabe, era sustentada pela coroa portuguesa, processo que pode ser resumido nas palavras de Todorov quando observou que: “a conquista material (e tudo que ela implica) seria, ao mesmo tempo, resultado e condição da expansão espiritual” (TODOROV, 1983, p. 42). A Companhia de Jesus é um dos grandes exemplos dessa lógica. Como ressalta Cardozo (2008, p. 30) ao analisar os escritos do Padre Figueira, “se a proteção das terras dependia do conhecimento e domínio territorial dos gentios, a obediência destes dependeria dos religiosos a quem os índios teriam na conta de pais e mestres”. Ao que parece, na Amazônia tal obediência estaria menos fundamentada na retórica dos padres frente aos índios, e mais nas cartas ou escritos que relatavam a relação dos primeiros com os nativos (e.g. AMOROSO, 1992; MENÉNDEZ, 1992; GOMES, 2011). De modo que, a permanência indígena nos aldeamentos do baixo Xingu é marcada pela eterna inconstância, ligada ao abandono do trabalho e ao esvaziamento das “Aldeias” que tinham os jesuítas como seu “Principal” (ver BETTENDORF, [1659-1698] 1990; LEITE, 1938). As mais diversas narrativas sobre os primeiros séculos do contato mostram que as populações indígenas criaram um espaço

político marcado pelas constantes [ou inconstantes] articulações de suas relações com os portugueses (Cf. MONTEIRO, 1995 apud CHAMBOULEYRON, 2008, p. 60).

À *priori*, pode-se dizer que as crônicas jesuíticas sobre os aldeamentos do médio-baixo Xingu são narrativas que pouco dizem sobre as populações indígenas (LEITE, 1938; BETTENDORFF, [1659-1690] 1990; CARDOSO, 2002; CARDOSO e CHAMBOULEYRON, 2003; GUSMÁN, 2008). De modo que muitos dos escritos dos padres da Companhia não passam de reflexos de sua própria imagem e das crenças que essa imagem representa. Como observado por Cardozo (2008, p. 31), “Na crônica jesuítica, muda-se o movimento, o cenário, mas o enredo pouco se altera”. Pode-se considerar que o processo de colonização iniciado no baixo Xingu se enquadra nos propósitos e estratégias observadas no contexto mais amplo do Brasil colonial (cf. CARNEIRO DA CUNHA, 1992). As análises historiográficas inserem o Xingu nesse processo mais amplo, em que a conformação geográfica e toponímica torna-se um dos raros aspectos que diferencia o estabelecimento dos agentes coloniais na região.

Entre os séculos XVII e XVIII, as populações indígenas passaram de parceiras de negociações à mão de obra para a empresa colonial (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 15). Nesse ínterim, não demorou muito para que as promessas e “magias” dos padres se tornassem insuficientes para sustentar política e economicamente a Companhia. Logo, a expansão espiritual se resumiria em expansão pelas armas, sendo os padres substituídos por diretores, e a Companhia de Jesus extinta, ou melhor, substituída pelo comando da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (LEITE [1938]; HEMMING, 1983; CARNEIRO DA CUNHA, 1992; PERRONE-MÓISES, 1992; SOUZA e CARDOZO, 2008; TAVARES, 2008; ACEVEDO MARIN, 2010).

A toponímia referente às populações indígenas do início do XVII é comumente relacionada a “confederações” ou “províncias” que configurariam extensas áreas de domínio no interior do Xingu. As primeiras referências cartográficas grafam o etnônimo *Pacaxas* ou *Pacajás*, entre 1625 e 1636, na margem direita do Xingu. Os relatos indicam para esse mesmo período, os nomes Jurunas, Coanapús, Caraguatás. Conforme compilação histórica realizada por Nimuendajú (1948), baseada nas descrições do Capitão-Mor português Pedro Maciel Parente (1637), “[...] the island between the Pacaja branch [of Portel] and the Parnahyba [Xingu] [...] where are situated the provinces of the Pacajaras [Pacajá], Coanapús (Anapú), Caraguatas, and Jurunas”. Nessa descrição, Maciel Parente indica a existência de “províncias” indígenas na

margem direita do médio-baixo Xingu. Entre 1650 e 1750 aparecem nos mapas os nomes de povos Coani, Guayapí (na margem esquerda do Xingu), Juruna (em ambas as margens), Taconhapés (na margem direita), e Curuboré ou Curuaya (na margem esquerda).

Mapa 3: Mapa Herman Moll, segundo detalhamento de Samuel Fritz, 1690.
Acervo: Biblioteca Brasileira-USP.

Os etnônimos Taconhapé e Juruna são mais recorrentes nos relatos históricos e conforme grande parte das espacialidades indígenas descritas sobre o médio-baixo Xingu. No século XVII é frequente os relatos fazerem menção a frases como “o grande sertão dos Taconhapés”, ou “a grande nação Juruna”, ou ainda, “Jurunas [...] ferocíssimos e antropófagos vorazes” (BATTENDORF [1656] apud LEITE, 1938, v. 1, p. 567), denotando que essas populações asseguravam amplo domínio de seus territórios e das negociações com os agentes coloniais. Como observa o historiador Rafael Chambouleyron (2008) sobre os Taconhapé:

É possível que os portugueses designassem como Taconhapé grupos que não o eram, e que por isso tinham diferenciadas relações de aliança e hostilidade em relação aos moradores [...]. Aqueles ‘principais’ que o rei mandava poupar podiam então não ser índio da nação Taconhapé, mas eram assim designados pelos portugueses, em função de sua localização geográfica no sertão do Xingu. Parafraseando Marta Amoroso, poderíamos falar talvez de uma espacialidade taconhapé, identificada com o sertão do Xingu, região habitada por outros grupos, geograficamente identificados com aquela nação, como poderia ser o caso dos Juruna, citados em vários momentos na documentação. (2008, p. 60)

No baixo Xingu, a luta dos colonos por acesso livre à exploração dos cravos de casca justificou a perseguição dos Taconhapé, gerando conflitos de guerra cuja

finalidade última não seria o comércio, mas “a ocupação das terras dadas a donatários com incumbência de fundar vilas e ocupar territórios” (CHAMBOULEYRON, 2008, p. 69). De modo que, diferentemente das negociações que marcam as relações iniciais de contato no período colonial, os ataques comandados pelos portugueses contra os Taconhapé no interior do Xingu mostram que a terra, para esses últimos, nunca foi negociável. As nações indígenas comumente associadas aos Juruna e Taconhapé, certamente não favoreceram a interiorização dos novos colonos, assim como a dificuldade de acesso ao interior da floresta e áreas de cabeceiras, também não foram favoráveis.

Entre meados do século XVII e meados do século XVIII, a “intensificação das perseguições, massacres, aprisionamentos e epidemias [...] levaram a redução drástica das populações indígenas do Xingu” (ACEVEDO MARIN, 2010, p. 9), deixando-as mais suscetíveis à política e à exploração econômica colonial e pós-colonial nos períodos seguintes. Após a criação do Diretório dos índios.

O vale do Xingu é reorganizado como fronteira das expedições de captura. As aldeias do Diretório, situados nos rios Xingu e Tapajós, passaram a fornecer sistematicamente, os trabalhadores para agricultura, extrativismo, serviço da coroa, entre eles a construção da Fortaleza de Macapá, igrejas, prédios da administração colonial, abertura de canais, e, ainda, para o trabalho das expedições de demarcação de fronteiras, nas expedições científicas, nas atividades de arsenal de Marinha de Belém, assim como serviços prestados aos colonos. O intenso deslocamento de indígenas entre 1771-1774 [...] registra o remanejamento de índios para diferentes lugares da Capitania do Rio Negro e do Grão Pará. (ACEVEDO MARIN, 2010, p. 13)

Com o estabelecimento da política pombalina, as missões jesuíticas passaram a condição de vilas, ou melhor, de núcleos coloniais que tiveram seus nomes indígenas substituídos por nomes de cidades portuguesas. Assim, os aldeamentos do Xingu foram renomeados como: Porto de Mós (Muturu), Veiros (Itacuruça), Pombal (Piraviri) e Souzel (Aricari) (BARBOSA, 1976, p. 219-240 apud TAVARES, 2008, p. 61). Se, em um primeiro momento, os jesuítas se dedicaram ao batismo das “gentes”, agora, a política pombalina se apressava para o batismo da terra (TODOROV, 1983 apud CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 8), símbolo de posse e criação de um “Novo Mundo” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992). Nesses termos, os núcleos coloniais não apenas demarcavam o domínio do sertão amazônico, como intencionava mantê-lo sobre o domínio das grandes províncias coloniais. Para isso, foi necessário retomar as “negociações” com os índios, sob o julgo da falsa liberdade, militarização, e

miscigenação por meio de incentivos ao casamento com os “brancos” (HEMMING, 1983; CARNEIRO DA CUNHA, 1992, 2012; NOGUEIRA, 2008). O resultado desse processo pode ser resumido em doenças e fuga, que rapidamente despovoaram as vilas do diretório (HEMMING, 1983, p. 34; GOMES, 2011).

Após a drástica redução demográfica nos séculos XVII e XVIII, seguida do desenvolvimento da economia extrativista da borracha no XIX, deu-se início ao estabelecimento dos “*barracões*” e fazendas, apossados por patrões seringalistas (WEINSTEIN, 1983). Grande parte dos barracões, instalados nas ilhas e ao longo do rio, eram moradias de coletivos indígenas, especialmente famílias Juruna (cf. COUDREAU, [1897] 1977; SNEATHLAGE, [1912] 2002). Na segunda metade do século XIX, esses barracões também passam a representar a interiorização de trabalhadores, vindos do nordeste e regiões próximas, atraídos para o ofício de extração do caucho e comércio da borracha (WEINSTEIN, 1983; HEMMING, [1978] 2009; SOUZA e NETO, 2008). Como observam Schmink e Wood (2012, p. 78-79), o bem-sucedido mercado da borracha se organizou sobre uma rede de comércio que já existia desde o século XVIII com os *regatões*, formalmente conhecidos como *comissários volantes*; atuavam como comerciantes do rio que adquiriam os “produtos da terra” por meio de negociações nas vilas e com os colonos e coletivos indígenas de diversas regiões da Amazônia.

A historiografia indica que na primeira metade do século XVII, o Xingu foi pouco documentado e, nesse sentido, pouco conhecido se comparado aos principais afluentes do rio Amazonas, permanecendo assim até a segunda metade do século XIX (NETO, 2008; CARDOZO, 2008). De modo que, no século XIX, as menções ao Xingu desconhecido indicam particularmente a falta de conhecimento científico sobre a natureza e os habitantes do lugar, aspectos que passaram a orientar a produção intelectual dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, que estiveram diretamente ligados ao projeto de mapeamento territorial do Brasil imperial. Ao subsidiar viajantes e expedições científicas, o então criado Império obtinha informações que atendiam duplamente aos seus propósitos, pois não só serviam de “base para a instalação de colônias militares e de povoamento, presídios e missões na região” (CHAVES, 2008, p. 125), como legitimava suas ações políticas com base no conhecimento científico.

Como mostra a historiadora Kaori Kodama (2009), o grande projeto de mapeamento do território e delineamento das fronteiras continha não apenas um

objetivo prático, mas fundamentalmente ideológico, ao eleger a natureza como símbolo de unidade do império. A ideia de unidade territorial inscrita na natureza seria materializada nas caracterizações físicas das serras, montanhas, rios, vales e, finalmente, dos elementos humanos que faziam parte dela. A aparente unidade linguística e material das populações de línguas Tupi-guarani distribuída por grande extensão do território corroborava a ideia de unidade (cf. KODAMA, 2009, p. 36-40). Entretanto, a despeito das expectativas românticas “aliadas a antigas imagens edênicas da natureza da América” (KODAMA, 2009, p. 43), o esforço etnográfico dos intelectuais ligados ao IHGB não ressaltava outra coisa senão as diferenças baseadas na natureza dos homens, especialmente no que diz respeito à diversidade linguística, algo que logo seria notado por Carl Friedrich Philipp von Martius. Em sua obra “Como se deve escrever a História do Brasil [de 1843], além da tese da mestiçagem, [Martius] sugere que se escrevessem as histórias regionais, com foco na geografia e na paisagem de cada lugar, cujo todo formasse a história do Brasil” (KODAMA, 2009, p. 152). Grande parte das contra-argumentações de Martius em relação às teses publicadas pelo IHGB está baseada em suas experiências na Amazônia. Em 1840, a hipótese de Martius era a de que as matas entre o Xingu, o Tocantins e o Araguaia guardavam evidências de antigas civilizações. As populações indígenas historicamente conhecidas na região seriam a representação da ruína dessas antigas civilizações que, com o tempo, teriam se degenerado (NOELLI e FERREIRA, 2007).

Ahi residem os descendentes Tupys [...] que ainda falam a língua Tupy: eles devem ser considerados como depositários da Mythologia, tradição histórica, e restos de alguma civilização dos tempos passados. Nesses logares talvez se possam encontrar ainda alguns vestígios, que derramem alguma luz sobre a causa da presente ruína destes povos. Mas infelizmente ainda ninguém lá foi estudal-os. (44º Sessão em 1 de agosto de 1840. RIHGB, 1840, p. 400-401 apud KODAMA, 2009, p. 154)

Assim como Alexander von Humbolt teve grande influência entre os expedicionários alemães que vieram para a Amazônia (DIGGS, 2008), pode-se considerar que Martius inaugura essa tradição de viagens alemãs para o Xingu. Em 1842 o Príncipe Adalbert von Preussen seria o primeiro, mas ao contrário das expectativas de Martius, a viagem do Príncipe ao Xingu não assumia um caráter científico, mas, sim, de uma grande aventura. Somente Karl von den Steinen, quase meio século depois, tornar-se-ia o responsável pela mais detalhada cartografia e etnografia dos povos xinguanos. O topônimo “Catarata de Martius” tornou-se a

assinatura da passagem da expedição de von den Steinen e seus companheiros de pesquisa pelo Xingu.

Para dar continuidade ao mapeamento das toponímias históricas do Xingu e explorar um pouco mais as descrições detalhadas das fontes do século XIX, serão utilizadas informações de cinco narrativas de viagens. A primeira narrativa é do Príncipe Adalbert von Preussen ([1849] 1977) sobre a sua viagem entre a foz do Xingu e o igarapé Piranhaquara. A segunda corresponde à viagem de Karl von den Steinen (1884) que, após quarenta e dois anos da expedição de Adalbert, realizou o caminho inverso, partindo das cabeceiras do Xingu até a Volta Grande do Xingu. O corógrafo francês Henri Anatole Coudreau e sua esposa Olga Coudreau (1898) fizeram um roteiro similar ao do Príncipe, avançando até a localidade de Pedra Seca, a montante da desembocadura do igarapé Piranhaquara. Para finalizar a navegação pelo Xingu mediante as experiências desses expedicionários, avançaremos mais no tempo e incluiremos a viagem da naturalista Emília Snethlage (1909) pelo rio Iriri e do etnólogo Curt Nimuendajú (1921-1922) que, diferentemente de todos os outros, viveu uma experiência arqueológica no médio-baixo Xingu.

2.1. As expedições realizadas entre 1842 e 1922

[sobre Karl von den Steinen] Já em avançada idade, que não parecia ter, era homem de alta distinção, irradiante simpatia, espírito vivo e amável. Falou do Brasil de maneira comovente. Bem se via que, em sua alma, paisagens dominadoras tinham, ali também, deixado quadros que o tempo não conseguia desmaiar. (ROQUETE-PINTO, 1940, p. 87 apud THIEME, 1993, p. 102)

O trecho da obra “Brasil-Amazonas-Xingu”, dedicada ao encontro das aldeias Juruna, menciona várias localidades entre povoados e aldeias do baixo-médio Xingu. O Príncipe Adalbert von Preussen, autor da obra, utiliza para sua viagem informações cartográficas baseadas em Humboldt, Spix e Martius, La Ravardiere e La Condamine. Adalbert demonstra grande erudição sobre a cartografia e relatos dos viajantes pelo rio Amazonas. A sua constante comparação que realiza entre as paisagens amazônicas e as paisagens europeias mostra a qual público o escritor pretendia alcançar, e reforça o caráter aventureiro de sua experiência, de certa forma, ainda ligada ao imaginário europeu a respeito da natureza “virgem” presente na construção das paisagens seiscentistas dos trópicos.

A prática da caça para as refeições dá o tom de aventura à viagem, ao passo que o transporte de provisões de alimentos, como arroz, feijão, chocolate, chá, açúcar, sal, além de grande quantidade de cachaça e farinha, garantiam a alimentação diária. Adalbert deixa ressoar em seu diário as saborosas lembranças das refeições com *pacu*, *tapir*, *mutum* e *banana da terra*. Junto a saborosas lembranças encontra-se também a descrição de momentos amargos de fome, cansaço, noites não dormidas e cafés da manhã com chá e farinha. A navegação iniciava-se sempre nas primeiras horas do amanhecer (5-6 horas da manhã).

As brumas da manhã, as águas claras do Xingu, o pôr do sol, bem como as montanhas, ilhas e florestas, acompanham grande parte das descrições do Príncipe. Para além da poética da narrativa, existem dois aspectos que vale ressaltar: o primeiro, relativo à distribuição dos palmares de babaçu (*uauaçu*) nos topos dos morros e colinas e no entorno das casas das aldeias, seguido de observações de que nem todos os lugares apresentavam palmares e que havia diferença entre as palmeiras (*ubuçu*) da foz do Amazonas e aquelas do interior do Xingu (*uauaçu*); e o segundo aspecto, ligado à topografia, referente à localização de aldeias nos topos altos dos morros e nas ilhas.

A minha narrativa sobre a viagem do Príncipe e seus companheiros, Conde de Oriolla, Conde Bismarck, Herr Theremin, e Dr. Lippold, terá como ponto de partida a chegada da expedição à Gurupá, na data de 29 de novembro de 1842. A vila de Gurupá é descrita por Adalbert como povoado de 40 ou 50 casas, posto de fiscalização das embarcações em trânsito e local de produção de telhas, tijolos, vasos de cerâmica e, claro, centro de trocas comerciais por produtos da terra, como cacau e salsaparrilha. Na época da expedição, a Amazônia vivia o clima de tensão e incertezas decorrente das transformações sociais e da política integracionista do Estado independente, e parte desse contexto aparece na narrativa de viagem de Adalbert, o qual encontra as vilas do baixo Xingu esvaziadas, e as aldeias Juruna cada vez mais distantes do baixo Xingu.

Depois de Gurupá, aos poucos o *Crowley* (nome da embarcação) deixou o Amazonas e, subindo o Xingu, alcançou o Porto de Mós. Durante a visita, Adalbert observa a igreja construída no centro da vila e o arranjo de um possível altar enfeitado com folhas de palmeiras ou bananeiras que ele não definiu ao certo, de onde partia uma pequena procissão. Nesse trecho da viagem, a comitiva contava com dois pilotos, sendo um indígena e o outro identificado como Albuquerque, o português. As esposas e filhos dos pilotos do Crowley “tinham tido de fugir de sua casa [...] diante das hordas de desertores vagando naquela região à procura de refúgio em casa dos parentes”

(ADALBERT, [1849] 1970, p. 163). Os pilotos encontraram suas famílias pouco acima de Porto de Mós, às margens do igarapé Açaí. “Ambas as damas [esposas dos pilotos] de origem índia”, escreve Adalbert. Albuquerque, o piloto português, despediu-se da expedição e ficou com a família no igarapé Açaí.

A segunda parada da expedição foi no povoado de Veiros, sobre o qual Adalbert observa: “a primeira coisa que vimos aqui foi uma mulher parda, seminua que, sentada numa canoa, banhava o filho no rio, e que ao nos avistar fugiu com ele” (p. 164). Esses seriam os únicos moradores encontrados em Veiros. A vila é descrita como povoado de 20 a 30 casas, situada no alto de um terraço do rio, de onde se via uma grande cruz de madeira. No centro do povoado, ficava a pequena Igreja. Veiros se encontrava vazia durante a passagem do Príncipe, o qual foi informado que os moradores da vila estavam ausentes devido aos trabalhos nas roças. No dia seguinte, a expedição chega a Souzel.

A descrição que Adalbert faz da vila de Souzel não é muito diferente do que observa para Porto de Mós. Souzel seria uma vila com 40 ou 50 casas de barro e grandes ranchos abertos. A igreja e a casa do padre seriam as únicas construções com paredes “caídas”. O cimo da igreja levava uma cruz pequena, e o chão abrigava muitas sepulturas cobertas com tábuas. Souzel tornou-se ponto estratégico de parada da comitiva do Príncipe, pois era onde vivia o Padre Torquato Antônio de Souza (também conhecido como Vigário de Souzel), integrado à expedição como mediador e intérprete das conversas e negociações entre Adalbert e seus acompanhantes de viagem e os coletivos Juruna.

Segundo Adalbert, o Vigário de Souzel lhe havia sido recomendado no Pará. O padre Torquato, natural de Salinas e educado no seminário de Olinda, tornou-se o guia de confiança da expedição. Grande parte do conhecimento apreendido por Adalbert sobre regras de casamento, ritual de sepultamento, papel dos chefes (*tuxava*) e pajés (*feiticeiros*) nas aldeias Juruna lhe foi repassado pelo Padre Torquato, fluente na língua geral, considerado um missionário experiente, que já havia missionado entre os Mundurucu, e que vivia entre os Juruna há mais de um ano.

Em sua narrativa, Adalbert deixa a entender que a expedição dependia do aceite do Vigário de Souzel para seguir viagem. Para o Padre Torquato, a expedição veio a calhar, pois apesar de conviver com os Juruna, ainda não havia se aventurado pelas aldeias acima da Volta Grande.

A partir de Souzel, a expedição segue com o Padre Torquato pela Estrada da Boca, caminho que ligava as duas pontas do arco da Volta Grande do Xingu e que teria

sido utilizado pelos Jesuítas desde o século XVIII para ultrapassar o trecho de Cachoeira na Volta Grande. Depois de vencerem longo trajeto por terra, chegam à Tavaquara, primeira aldeia Juruna onde Adalbert é apresentado como “tuxava” ao tuxava da aldeia. Na época da viagem do Príncipe, os jesuítas haviam voltado a estabelecer suas missões na Amazônia, porém, dessa vez, como serviço público oferecido pelo Estado. Por volta de 1841, o antigo aldeamento Tavaquara, fixado acima da cachoeira da Volta Grande do Xingu¹, em aproximadamente 1750, e extinto logo depois pelos Juruna, foi retomado pelo Padre Torquato. A aldeia Tavaquara, renomeada como Missão Imperatriz, era habitada especialmente por coletivos Juruna e Shipaya. Os Juruna de Tavaquara tornaram-se guias da expedição de Adalbert pelo Xingu, que tinha como principal objetivo conhecer as aldeias Juruna mais distantes da “civilização” (ADALBERT, [1849] 1979, p. 180).

Ao conhecer as casas das aldeias, dois aspectos são ressaltados na descrição do Príncipe: a arquitetura e a organização interna das casas. De forma resumida, as casas Juruna assumiam forma retangular, portas nas laterais mais estreitas, e cobertura de folhas de palmeiras. No interior, Adalbert nota a existência de jirais na parte superior e inferior das paredes. No jirau superior, observa um cesto com mandioca, algodão, grandes vasos de cerâmica, cabaças e matéria-prima para produção de flechas. No jirau inferior, nota vasilhas cerâmicas menores, cuias, cestarias, cabaças com óleo de palmeira, armas e instrumentos musicais. Ao longo da casa, encaixados na treliça das paredes, observa várias penas de Arara. Nos esteios de sustentação interna da casa, havia numerosas redes de tecidos dispostas de forma variada. No chão da casa, entre as redes, observa a fogueira e os bancos de madeira compondo parte da mobília. Em todas as aldeias Juruna havia sepultamentos na parte interior das casas, e em alguns casos as sepulturas eram recentes. A pouca luminosidade interna das casas, bem como a movimentação de animais de estimação fora das casas, também marcam a descrição de Adalbert sobre os espaços domésticos das aldeias Juruna.

Após deixar Tavaquara, a expedição passa a noite em uma ilha, anteriormente ocupada pelos Taconhapé, situada próxima à margem esquerda do Xingu. No dia seguinte, no final da manhã, o Príncipe acompanha um Juruna até o topo de um morro, com altitude aproximada de 240-300 m, de onde conseguem visualizar a próxima aldeia

¹ Provavelmente situado na Praia do Pepino, localidade do atual município de Altamira, PA (FARIA, 2012).

Juruna, abaixo da confluência do rio Iriri com o rio Xingu. Nessa aldeia, Adalbert conhece Martinho, indígena separado da família quando criança e que consegue fugir dos “civilizados”, passando a viver com os Juruna. Martinho falava bem a língua geral e a língua Juruna, o que, segundo o Príncipe, facilitava as relações comerciais com os mercadores de Souzel. Na aldeia de Martinho, nomeada *Urubuquara* ou *Tapuama*, ocorrem várias trocas, em que o Príncipe e seus acompanhantes oferecem contas de vidro em troca de flautas, arcos, toucado, enfeites corporais, cestos e uma borduna especial herdada pelos Juruna de um *Aripaí* que, por sua vez, havia tomado a borduna de um inimigo em combate de guerra. A borduna foi uma das aquisições do Príncipe.

Um episódio notável no momento das trocas é sem dúvida o do vaso de cerâmica cujo dono não aceitou negociar. Tratava-se de “vaso tinto de amarelo pardacento pelo óleo”, que se distinguia de todos os outros por ter uma “grega gravada em volta”², o qual se tornou objeto muito desejado por todos, e que capturou olhares pela presença do grafismo em “grega” (ADALBERT, [1849] 1970, p. 194). Após as negociações, mediadas pelo padre Torquato, a narrativa leva a um ambiente animado de conversações, em que o Príncipe, aparentemente mais à vontade entre os Juruna, tenta entabular conversa com um velho pajé com o intermédio de algum Juruna que falava a língua geral (talvez o próprio Martinho). O assunto era sobre guerra. A história teria sido encenada com tanta clareza pelo pajé, que o Príncipe precisara pouco da tradução. O pajé era um Taconhapé que, juntamente com alguns membros da sua aldeia, havia sobrevivido aos ataques infligidos sobre a sua gente, passando, desde então, a viver com os Juruna.

No dia seguinte, a expedição seguiu pelos canais da margem esquerda, e quando se aproxima de *Piunteua*, encontra duas famílias Jurunas com canoas aí ancoradas. A viagem continua até alcançarem as corredeiras do Passaí, onde a comitiva acampa na Praia da Ponta, localizada na margem direita do Xingu. O pernoite próximo às corredeiras do Passaí foi conturbado. Os carapanãs e a chuva impossibilitaram o descanso noturno. Depois que a expedição deixa a Praia da Ponta no Passaí, o destino é a casa de Carlos, outra habitação Juruna, localizada na boca do Iriri. Entretanto, na aldeia de Carlos souberam que a grande aldeia Juruna que procuravam não existia, e que provavelmente esta, não era Juruna, mas Taconhapé.

² Esse pequeno vaso é provavelmente um dos primeiros registros escritos que indica a presença dos Asurini no médio Xingu (cf. SILVA e NOELLI, 2015), aspecto que será retomado posteriormente.

Na aldeia de Carlos, Adalbert é orientado a continuar subindo o Xingu até a aldeia Juruna situada na ilha Piranhaquara. A caminho da ilha Piranhaquara passam pela Serra do Castanhal, cujo entorno ficava a ilha Muruxitena ou Castanhal, onde havia um pequeno porto com uma família Juruna. Logo depois arrancharam para o almoço em Jacuí, junto a uma “cabana” em construção situada na margem direita do Xingu. Poucas horas depois a comitiva do Príncipe alcança a ilha Piranhaquara, destino final da expedição. A aldeia Piranhaquara era constituída por três casas com características similares à aldeia de Martinho. Nas proximidades dessa aldeia havia outras duas visitadas apenas pelo Padre Torquato e pelos condes Oriolla e Bismark.

Antes do retorno, um jantar de despedida: “Conde Oriolla [...] mata uma Arara Azul, que apesar das expectativas, tinha a carne muito dura [...]. Mas foi o pedaço de tapir assado que, sem dúvida, foi o prato mais saboroso. Adicione-se a isto uma sopa de chocolate e pode-se dizer que no Xingu não se passa assim tão mal” (ADALBERT, [1849] 1970, p. 207). A expedição de Adalbert von Preussen deixa a aldeia da Ilha Piranhaquara antes da festa do caxiri e, após quarenta e dois anos, Karl von den Steinen vai vivenciar exatamente a experiência de um grande *caxiri*. Entretanto, agora, o Xingu já não é o mesmo e os Juruna também não são os mesmos Juruna que Adalbert conheceu.

Não é só o tempo que separa a experiência de Adalbert e de von den Steinen, o objetivo e expectativas de viagem foram muito distintos. Acompanhado por um padre jesuíta, Adalbert foi um jovem explorador ilustrado, com compromisso apenas com a sua própria viagem e com o status que essa lhe proporcionara, muito relacionado ao “*Bildungsreise* ou *Grand Tour* tão desejável para a formação profissional e socialização masculinas” ao longo do século XIX (JUNGHANS, 2008, p. 244). A natureza da viagem de von den Steinen é outra. A expedição de Karl von den Steinen surge com objetivo e orientações teóricas que vinham de longa tradição acadêmica (THIEME, 1993). Os seus estudos de linguística e etnologia no Xingu deram origem a hipóteses linguísticas discutidas ainda hoje (MEIRA e FRANCHETTO, 2005; MEIRA, 2006). Como colocou o antropólogo Egon Schaden, diferentemente dos estudiosos que lhe foram contemporâneos, von den Steinen foi um dos poucos que se preocupou em realizar suas interpretações seguindo orientações teóricas que guiaram a coleta dos seus dados etnográficos (SCHADEN, 1993, p. 115). A vivência entre os indígenas proporcionaria a ele “inferências de ordem psicológico-evolucionista e com igual êxito se prestava para as investigações relacionadas com migrações e origens ou transmissões

de elementos culturais” (THIEME, 1993, p. 60). Não há nenhuma pretensão de análise da produção acadêmica de von den Steinen, mas interessa ressaltar a sua passagem pelo médio-baixo Xingu com base na referência aos lugares e impressões que esses locais deixaram em sua narrativa.

Após dois meses de navegação e longa temporada entre as populações indígenas do Alto Xingu, a expedição de von den Steinen é encontrada por José, um tuxava Juruna. José aborda os viajantes no rio e nessa oportunidade busca obter informações sobre o possível paradeiro dos seus inimigos Carajá que, aparentemente, colocaram fogo em uma aldeia Juruna durante aqueles dias.

Figura 3. von den Stein e seus companheiros de viagem em uma canoa, família Juruna, em outra, no médio-baixo Xingu, 1884. Fonte: von den Stein, [1883] 1942.

A aldeia de José é a primeira aldeia Juruna que von den Steinen conhece, situada em duas pequenas ilhas próximas uma da outra. As casas pareciam ter menor dimensão e o chão arenoso era coberto com pedras ou vigas de madeira. Apesar de considerar as instalações da aldeia um tanto precárias, começa o dia escrevendo sobre a sua agradável experiência entre os Juruna no Xingu, como mostra o trecho abaixo. Ele permanece três dias na casa de José.

Os galos cantam, o sol aparece, o quinino foi distribuído pelos doentes. Encontro-me sentado na areia a escrever. Perto de mim está uma xícara de café quente, do outro lado está Iuruna, hoje muito simpática; fumo meu

cachimbinho e penso que o Xingu é muito agradável. (VON DEN STEINEN, [1883] 1942, p. 289)

A segunda e a terceira aldeias também estavam localizadas em ilhas, sendo esta última maior que as aldeias anteriores. As casas da terceira aldeia apresentavam 30 m de comprimento por 6 m de largura, e parte das casas se encontrava desabitada. Durante a sua permanência na terceira aldeia, ele participou de um grande caxiri, momento em que a aldeia recebe vários visitantes de aldeias próximas. A descrição dessa experiência etílica junto ao Juruna é feita da seguinte maneira:

Demos cabo de muito caldo de caxiri que estava numa canoa, de sabor melhor que o do provado na aldeia anterior, mas sem desmentir o gosto um tanto fermentado, que lembra a '*pulke*' mexicana. Também nos serviram um caxiri misturado com banana. Um velho de redonda barriguinha bebia quase que ininterruptamente, balançando-se na rede e servido pela jovem esposa. Lá fora, diante do rancho, em companhia dos compadres comemos peixes acarará. Para isso estavam dispostas no centro do círculo que fazíamos uma vasilha para uso geral e uma cuia com farinha onde cada um ensopava o apimentado bocado. Enquanto isso, a lua começava a brilhar maravilhosamente sobre os recifes. (VON DEN STEINEN, [1883] 1942, p. 307)

A canoa com caxiri foi uma das canoas que Steinen conseguiu negociar com os Juruna. Wilhelm von den Steinen, primo de Karl von den Steinen e cronista artístico da expedição, elaborou o desenho que representa o momento do grande caxiri (LÖSCHNER, 1993, p. 133-134). Na gravura, é possível observar não só a canoa que seria utilizada pela expedição, mas também as pessoas que aparecem na sua descrição e parte da organização interna da casa, em que jiraus, vasilhas cerâmicas, cabaças, redes e bancos em uso relembram as anotações feitas por Adalbert sobre as casas Juruna de sua época. Steinen conhece cinco aldeias, todas situadas a montante do igarapé Piranhaquara. Ao passar por este último, a expedição não reconhece outra coisa além de aldeias abandonadas.

Em 29 de outubro de 1884, von den Steinen e seus companheiros de expedição chegam a Porto de Moz, encerrando assim a passagem pelo médio-baixo Xingu e a curta convivência com os Juruna. Como colocado por ele: “teríamos sucumbido se não fossem os Yuruna, que nos forneceram canoas e nos guiaram por sobre as cachoeiras” (VON DEN STEINEN, [1883] 1942, p. 28). Em conversa com alguns compradores de borracha, nas proximidades do rio Iriri, ele teria ouvido falar pela primeira vez em toda

a sua viagem o nome Xingu. Para os Juruna, o Xingu de 1884 era nomeado como *Paraná*, tal como grafado nos mapas do século XVII.

Tanto nas descrições de Adalbert quanto nas de von den Steinen observa-se que as ilhas e os morros eram topografias que serviram de fortificações naturais para os Juruna contra os seus inimigos (THIEME, 1993, p. 55). Essas narrativas, separadas por mais de quarenta anos, mostram que provavelmente os territórios Juruna se estendiam por grande parte do médio-baixo Xingu. De modo que, ao longo do XIX, menos do que um processo de migração, provavelmente muito associado à ausência de registros históricos sobre as “nações” indígenas estabelecidas no interior do Xingu e à ausência de população da foz desse mesmo rio, os Juruna, assim como os Taconhapé, vivenciavam de longa data a redução de seus territórios e tudo o que está implicado nesse processo, dramaticamente marcado para os diferentes períodos de colonialismo nessa região.

Em meados do século XIX, Domingos Ferreira Pena qualifica o Xingu como o “eldorado dos seringueiros e cemitério da civilização” (PENNA, 1864 apud NETO, 2008, p. 109). Essa mesma percepção se faz presente na narrativa do corógrafo francês Henri Coudreau. Ambos viam na indústria extrativista do látex o motivo da decadência das condições sociais do interior da Amazônia, indústria que se opunha à diversificação da base econômica pautada no desenvolvimento agrícola, sendo este último, defendido como aspecto civilizatório positivo, inclusive para os indígenas que viviam na região (PENNA, 1864, p. 6 apud SANJAD, 2010, p. 50).

Coudreau foi contratado em 1896, pelo então governador Lauro Sodré³, com o objetivo de realizar o mapeamento do ambiente físico e socioeconômico do trecho compreendido entre o início da Volta Grande do Xingu até o lugar conhecido como Pedra Seca, este último dado como início do Alto Xingu. Para isso, teve como companheira de pesquisa sua esposa, Otille Coudreau, especialista em cartografia, desenho e topografia (JUNGLANS, 2008, p. 249). O mapa produzido por Steinen, quatorze anos antes, foi utilizado por Coudreau como orientação dos trajetos da viagem. E assim como seus antecessores, Adalbert e von den Steinen, Coudreau também é guiado pelos Juruna.

³ Lauro Sodré foi conhecido por “organizar e incentivar a criação de diversas instituições culturais que deveriam funcionar como ‘vitrine’ para o grau de civilização alcançado pela sociedade paraense, testemunhando seu progresso material” (JUNGLANS, 2008, p. 245).

Ao contrário de outros expedicionários, Coudreau não se prende a descrição poética da vegetação. A sua experiência vê o Xingu como o rio da *paciência e dos altos pedágios*. Tais qualificativos remetem à navegabilidade lenta e difícil, à alimentação escassa em alguns momentos, às constantes negociações ao longo da viagem, e à malária que acometeu seus tripulantes, especialmente, a sua esposa. Em vários aspectos, a viagem parece não ter sido fácil, mas há que se considerar certo pessimismo na narrativa do autor (COUDREAU, [1897] 1977). Um pessimismo, até certo modo, justificado.

Ao longo da sua narrativa, Coudreau carrega a tinta na pintura de um Xingu com “excesso de rifles e carência de machados, enxadas e pás” (COUDREAU, [1897] 1977, p. 82), com indígenas decadentes “vestidos de farrapos” ou “selvagens errantes”, de um lado, e “mascates ou aviadores” escravagistas e assassinos, de outro. O processo civilizatório ideal para Coudreau estava no cultivo da terra e na criação de pastagens. Nesse aspecto, enxerga o passado do Xingu como o tempo da abundância e da prosperidade, associado aos “verdadeiros índios”. A historiografia indica que, até o início do século XIX, apesar do extrativismo da borracha, ainda não havia ocupações não indígenas fixas, o que parece ter prevalecido até cerca de 1840. Desde então a intensificação dos negócios da borracha alterou de forma mais significativa os limites da expansão da já consolidada sociedade nacional (NOGUEIRA, 2008, p. 104), e é nesse contexto que a viagem de Coudreau está inserida.

Na época de Coudreau, a antiga Estrada da Boca, sobre a qual fala Adalbert, é identificada como Estrada de Vitória e ao longo dela surgem pequenas chácaras que serviam de parada aos transeuntes da estrada. No final dessa estrada, havia a Missão Imperatriz (ou aldeia Tavaquara). Coudreau encontra apenas os vestígios da missão. Nas proximidades da antiga missão, formava-se o vilarejo de Altamira, cujos moradores descenderiam de escravos índios e negros do abandonado Forte Ambé que, apesar de nomeado como Forte, havia sido um sítio inicialmente próspero de propriedade do empreendedor piauiense de nome Gaioso, também conhecido como construtor da Estrada de Vitória (atual PA-415). Durante a passagem de Coudreau, o Forte Ambé era constituído por barracões e roças abandonados.

Conforme Coudreau, a maior concentração de imigrantes “estrangeiros”, seringueiros e barracões localizava-se entre a Volta Grande, desembocadura do Iriri e ao longo do próprio Iriri. Seringueiros como José Porfirio de Miranda Junior assumiam o controle político e econômico da compra e venda da borracha. Ao longo do Iriri e

Xingu, barracões como os de Ernesto Accioli de Sousa, a Ilha Grande dos irmãos Miranda, Ilha Caxingui dos irmãos Gomes, são tidos como centros de domínio na exploração dos seringais. Acima do Iriri, o arquipélago do Piranhaquara denota a expansão desses campos seringueiros, nos quais barracões eram instalados majoritariamente nas ilhas com seringais ou próximas a algum campo de seringueiras. A construção dos barracões nas ilhas também significava manter-se protegido dos ataques indígenas.

A cartografia indígena, na época de Coudreau, é associada ao território fragmentado dos Juruna, entre a Praia Grande e a Pedra Seca. A montante da Volta Grande, o território Arara, nas proximidades da Serra, ilha e igarapé dos Arara. Entre as cachoeiras Passaí (Paçaí), Lages e o igarapé Ipixuna, indica o território Asurini; além dessas populações, menciona também coletivos Penas no Xingu; Shipaya e Curuaia no baixo Iriri e Curuá; e Carajás (possivelmente Kayapó-Gorotire) conhecidos como ocupantes dos rios Araguaia e Fresco, e que aos poucos se deslocavam para o Xingu.

Como apontado por Neto (2008, p. 117), “a penetração dos ‘civilizados’ mudou a toponímia dos lugares a partir do povoamento da seringa”. Nesse sentido, lugares como Ilhas do Germano, José Alves, do Belarmino, João Facada, Professor, Alexandre Falcão, do Velho Amaro, do Jacinto, do Caixio, do Barros, José Doido, Manoel Joaquim, Costa Santa, Cachoeiras do Pedrão, Garantido, Novo Acordo, Espelho, Inácio, são resultado desse processo histórico. A narrativa de Coudreau, entretanto, denota que a mão de obra indígena configurava grande parte das famílias residentes nos barracões sob o julgo dos patrões seringalistas. A exploração dessa mão de obra é evidente, mas as relações de trabalho assumem gradientes menos óbvios, mais complexos. As famílias Juruna e Shipaia eram predominantes no trabalho de extração do caucho, e tinham os patrões seringalistas, ora como “protetores” a quem, em troca, serviam; ora como “perseguidores”, a quem deviam abandonar e se vingar. É essa a perspectiva que transparece pela descrição de Coudreau. Por exemplo, Ernesto Acioli de Souza, proprietário de barracões no Iriri, aparece como “bom patrão”, que cuidava das famílias que trabalhavam para ele, fornecendo-lhes alimentos e produtos que comprava nas vilas. Já os irmãos Miranda, cuja propriedade se localizava acima do arquipélago do Piranhaquara, foram abandonados à própria sorte. O recenseamento realizado por Coudreau registra uma população de maioria não indígena, mas a paisagem da sua narrativa mostra que não era bem assim, a começar pela dependência da mão de obra indígena para a prosperidade dos barracões seringueiros.

Essa nova configuração toponímica é baseada, principalmente, em nome de pessoas. Esses nomes, de origem não indígena, nomeavam também os chefes das famílias jurunas. Aspecto que remete ao processo histórico iniciado pelos antigos batismos jesuítas dos séculos anteriores (XVII-XVIII) e nas primeiras décadas do XIX. Como bem observou Adalbert, o batismo para os Juruna era um ato político, e o novo nome decorrente desse ato religioso dava-lhes passe livre aos aldeamentos nos quais aconteciam trocas comerciais e negociações que lhes interessavam. Segundo o informante Juruna que acompanhava Coudreau, por volta de 1876 havia pelo menos dezoito aldeias Juruna, “cujos tuxauas eram Dâmaso, Turatu, Nunes, Curambé, Cancã, Tariendé, Tababacu, Tabaratá, Tabão, Aribá, Macairi, Joaquim Pena, Inácio, Dadi, Tamaricu, Acadá, Turiá, Paxaricu” (COUDREAU, [1897] 1977, p. 39). Parte desses nomes também nomeiam serras, cachoeiras e travessões. É o caso da Serra do Tabão, Ilha Grande dos Penas, Travessão do Dadi e Travessão Turiá (conhecido como Lages). De modo que não é possível associar essa “nova” toponímia somente à penetração de seringueiros e estabelecimento de imigrantes nordestinos, cariocas e outros que aparecem na narrativa de Coudreau.

Ao acompanhar a expedição do corógrafo francês, observa-se também a consolidação de topônimos persistentes, como a Serra Urubuquara, ilha e igarapé Piranhaquara, lugares de antigas aldeias de mesmo nome, visitada por Adalbert. Há outros nomes, como Cachoeiras do Passaí, rio Iriri, igarapé Lages, igarapé e ilha Ipiaçava, igarapé Ipixuna, Morro Grande (acima do Piranhaquara), e rio Fresco, apenas para citar os mais conhecidos. A difícil transposição de corredeiras (ou cachoeiras) e travessões conduziu a naufrágios que também marcam seus nomes. No trecho percorrido pela expedição, uma das corredeiras mais conhecidas é a do Camaleão, na época de Coudreau, também conhecida como rebojo Pastrazana, nome de um “comerciante de Piranhaquara que perdeu toda a família nesse sinistro turbilhão” (COUDREAU, [1897] 1977, p. 45).

Parte dessa toponímia persistente é, eventualmente, associada por Coudreau à relação que os Juruna estabeleciam com os lugares. Nesse sentido, o igarapé Ipixuna é associado a uma grande aldeia Asurini, visitada pelo Tuxaua Macaiori Juruna; o igarapé das Ubás, ao lugar onde havia árvores para a produção das canoas; igarapé Frechal também estabelece uma ligação óbvia com o nome, lugar de taquaral utilizado na produção das flechas – *paês ê amam*, segundo transcrito por Coudreau. De outro modo, a própria expedição daria origem a toponímias. É o caso da ilha Ubá “Carajá”, onde

encontraram uma canoa abandonada; Praia do Cacete, onde os Juruna acharam uma borduna “Carajá”; Cachoeira das Taperas (acima do Rio Fresco), lugar das casas abandonadas em uma ilha a jusante da cachoeira. Para Coudreau determinados lugares também registravam as experiências de von den Steinen, cujo mapa lhe servia de guia.

Ao longo de sua viagem Coudreau foi acompanhado por Raimundo Marques Juruna e família, bem como pelo casal Juruna, Ximbi e Laurinda. As informações que obtêm dos Juruna delineiam um geografia diferente do Xingu, apesar de registrá-la, Coudreau as considerou confusas e incorretas para os seus parâmetros. Na geografia Juruna, o Xingu era subdivido. De modo que a região do Piranhaquara era considerada o ponto central dessa divisa. A jusante do Piranhaquara era identificado como *Puiá*, e a montante, *Tuiá*. Os igarapés menores, *paraná-mirins*. Além dessas referências, entende-se por Piranhaquara um grande trecho do Xingu que não se restringe apenas ao igarapé, estendendo-se às ilhas, cadeia de morros e serras de mesmo nome. Nesse sentido, Piranhaquara identifica uma região e parte do percurso do próprio Xingu, situado no *Puiá*. Coudreau descreve “a região de terra firme do Piranhaquara como uma das mais ricas do vale [...] em cujas margens encontram-se a maioria dos produtos nativos” (COUDREAU, [1987] 1977, p. 44). Ao longo do *Puiá* e *Tuiá* havia lugares sagrados, identificados como *caruaras* Juruna. Coudreau conhece cinco caruaras, a maioria localizada no *Tuiá*: a primeira é a Pedra Preta, nomeada também como *Uundá* pelos Juruna. O lugar, desenhado pela Sra. Coudreau, indica uma grande rocha em forma de colina de cor negra. O segundo é a Serra do Caruara, onde há pedra caruara. Lugar de aldeia antiga, no qual Coudreau encontra lâminas de machado polido. O terceiro caruara é associado à Serra do Aribaru. O quarto, a Cachoeira da Pedra Seca, nomeada pelos Juruna como *Pipidá*, traduzido como o piá das aves – patos selvagens e mergulhões, que ficam nesse lugar durante o inverno amazônico (período das chuvas). O quinto caruara é a Cachoeira do Itaramacá, na Volta Grande do Xingu, na qual uma pedra, que serviu como suporte para gravura rupestre, emite som, justificando o nome dado à Cachoeira e à pedra com gravuras. Os Juruna teriam dito que “Itamaracá seria o que existe de mais caruara no mundo” (COUDREAU, [1897] 1977, p. 129).

A descrição corográfica de Coudreau é preenchida por observações arqueológicas, com registro de gravuras rupestres, ponta de lança e lâminas de machado polido, bem como dos famosos menires indígenas associados a pilares de pedra ao longo do rio. Além disso, assim como em outras experiências de viagem pelo médio-

baixo Xingu, os Juruna levam Coudreau às antigas moradias ou acampamentos abandonados, onde ele realiza coleta de material etnográfico.

Figura 4. Lugar *Caruara* Juruna. Fonte: Coudreau, 1977.

O destino final da expedição de Coudreau é a Pedra Seca, descrita como lugar em que eram realizadas trocas comerciais entre diferentes coletivos indígenas (COUDREAU, 1977, p. 81). Localizada a montante da desembocadura do rio Fresco, região de transição ecológica entre floresta e campos de cerrado, a Pedra Seca ou *Pipidá* Juruna é caracterizada por extensa formação rochosa, provavelmente um antigo canal do rio. Há certa nostalgia nas palavras de Coudreau ao encontrar o lendário mercado da Pedra Seca vazio, com apenas alguns “cacos de cerâmica a guisa de ex-voto”:

Acrescento a esta oferenda de algum benfeitor anônimo da caruara porque a Pedra Seca é uma verdadeira pedra sagrada, e também um autêntico templo primitivo da tribo já quase extinta, mas ainda primitiva dos jurunas), acrescento a estes fragmentos uma dádiva de fanático ou de príncipe das finanças: quarenta e cinco quilos de contas [...] É o resto de um estoque que tenho trazido comigo há vários anos, a fim de dá-lo aos verdadeiros índios, a cada dia mais difíceis de serem encontrados, de vez que todos vêm sendo absorvidos, quer pela civilização, quer pela morte. (COUDREAU [1987] 1977, p. 79-80).

A Pedra Seca também se torna um lugar sagrado para Coudreau. Ponto final de uma longa viagem e síntese de uma paisagem indígena extinta, legada ao passado. Essa mesma percepção será mantida ao longo do século XX. Em 1909, as toponímias descritas pela naturalista Emília Sneathlage em sua passagem pelo Xingu e Iriri não são diferentes daquelas mencionadas por Coudreau treze anos antes. Entretanto, o comércio e os comerciantes da borracha haviam adquirido outro status. Em Sneathlage, a palavra *barracão* é substituída por *casas commerciaes*, deixando entrever a existência de uma elite de comerciantes identificada nas figuras do Senador José Porfírio de Miranda e do Coronel Ernesto Accioli, ambos preceptores logísticos da expedição de Emília Sneathlage. O Coronel Ernesto Accioli, cuja casa de comércio se localizava no Iriri, acompanhou a expedição e colocou Sneathlage em contato com os indígenas, indicando Manuelzinho Shipaya como guia da viagem. Manuelzinho é tido como “grande amigo dos brancos e especialmente do Coronel Accioli, e mediador dos negócios entre os seus patrícios e esse último” (SNEATHLAGE, [1912] 2002, p. 59).

Coudreau, durante a sua passagem pelo Xingu, registra uma população estimada de 220 habitantes nas margens do baixo-médio Iriri. Sneathlage indica uma população superior a mil habitantes, dentre colonos e indígenas envolvidos na exploração da seringa. De certa forma, o ideal de civilização que Coudreau projetava para o Xingu parece se concretizar na narrativa de Sneathlage. As extensas roças e plantações das áreas ocupadas ao longo dos rios Xingu e Iriri a deixam “surpreendida pelo estado de adiantamento e de aperfeiçoamento agronômico [dessa] parte da Amazônia” (SNEATHLAGE, [1912] 2002, p. 52).

Abundam as barracas de seringueiros nas margens e nas Ilhas e a borracha que se produz aqui tem a reputação de ser a melhor do Estado do Pará. Já mencionei as três importantes casas commerciaes de Sta. Julia, S. Francisco e Bocca do Curuá. Perto d'ellas acham-se roças extensas, em estado de alta cultura, verdadeiros paraizos de frutas tropicaes, cereais, etc, que chegarão em breve a tornar este rio independente da importação destes gêneros alimentícios. A pescaria e, até agora, mesmo a caça dão resultados riquíssimos. (SNEATHLAGE, [1912] 2002, p. 57).

No início do século XX, Sneathlage propõe testar uma possível ligação entre a bacia do Tapajós e Xingu, através dos rios Jamauxim-Curuá-Iriri. Uma das poucas mulheres no campo das ciências naturais no Brasil, Sneathlage estabeleceu-se inicialmente na Amazônia, ocupando uma vaga de zoóloga no recém-nomeado Museu Paraense de História Natural e Etnografia (JUNGHANS, 2008; SANJAD, 2010). A ida para o Museu representou um momento importante na vida profissional da jovem

zoóloga. Sneathlage fazia parte da “colônia científica”, formada sob a coordenação de Emílio Goeldi, o qual apostava em novo projeto científico para a Amazônia (SANJAD, 2010, p. 180-191; JUNGHANS, 2008, p. 247). Até o início da gestão de Emílio Goeldi (1894-1907), o museu estaria mais próximo da geografia, arqueologia e etnologia, distante, portanto, do padrão europeu de um museu de história natural (SANJAD, 2010, p. 121; FERREIRA, 2010).

O resultado da expedição de Sneathlage no interflúvio Xingu-Tapajós foi o mapeamento do rio Jamauxim e o inventário das línguas Shipaya e Curuaya (SNEATHLAGE, [1912] 2002; JUNGHANS, 2008). A primeira tentativa de viagem, realizada em 1908, a partir do baixo Tapajós, não deu certo, a princípio, por duas razões: 1) não haveria o canal de comunicação entre as cabeceiras dos rios Jamauxim e Iriri, indicado por Coudreau, que ligaria o Tapajós ao Xingu, respectivamente. Essa comunicação hidrográfica se daria pelo rio Curuá; 2) a expedição não conseguiu ultrapassar a primeira sequência de cachoeiras do Curuá, afluente do Rio Iriri, em virtude do aumento das águas no período de dezembro, o que teria impossibilitado a travessia da extensa região de interflúvio Tapajós-Xingu por meio da navegação. Sneathlage ([1912] 2002) organiza uma nova expedição em 1909, dessa vez, tendo como ponto de partida o médio-baixo Xingu.

Saindo de Vitória do Xingu, cujo porto dispunha de vapor comercial, Sneathlage percorre a Estrada de Vitória até Altamira e navega no sentido do rio Iriri com destino ao Jamauxim, uma travessia em que grande parte do percurso foi realizada a pé. Em seu relatório de viagem, o médio-baixo Xingu até a desembocadura do rio Iriri é descrito como um grande vale, interrompido por inúmeras ilhas, estas cobertas por escassos arbustos e formações rochosas entre as quais correm “preguiçosamente” numerosos canais no período de estiva (SNEATHLAGE, [1912] 2002, p. 54). A autora adiciona a essa topografia as palmeiras babaçu, sempre aglomeradas em determinados lugares.

Uma das primeiras paradas da expedição foi no vilarejo de Santa Julia, local da casa comercial de Ernesto Accioli. Em Santa Julia, Sneathlage aguardava a chegada de Manuelzinho, que foi categórico em dizer que a travessia até o Tapajós seria mais penosa e longa do que ela pensava. A negociação parece não ter sido fácil, especialmente porque as informações cartográficas que Sneathlage obtinha, além de equivocadas, não tinham o mesmo nível de detalhes do mapa que Manuelzinho desenhara na areia (SNEATHLAGE, [1912] 2002, p. 65). Em todo caso, Sneathlage

teria ouvido de algum Curuaya que a viagem era possível, e isso parece ter desafiado Manuelzinho que, ao fim, aceitou a empreitada.

Enquanto permaneceu em Santa Julia para os últimos preparativos, outros indígenas chegaram ao vilarejo. Parte deles é mencionada nessa cerimônia de saudação narrada por Sneathlage:

Um Chipaya magnífico cujo adorno rico de perolas indicava o homem de importância, saudou o coronel com um aperto de mão silencioso [...] Pouco depois apareceram os dois índios que acompanhavam o coronel [...] O primeiro, um moço Chipaya [...] passou perto do Chipaya do mato aparentemente sem vê-lo e ficou em pé alguns passos em frente dele, mas sem voltar-se, mostrando-lhe as costas. Trocou-se uma conversação entre os dois, sendo o Chipaya do mato, o primeiro a falar, pronunciando em voz indiferente uma sucessão de frases breves, aparentemente perguntas e informações, á cada uma das quais o Chypaia mais jovem respondeu com uns monossílabos [...] Durante todo o tempo, os dois não mudaram de posição. Ain [nome do Chipaya mais jovem] ficou sempre de costas voltadas ao outro, e os dois olhavam o horizonte com um ar preocupado. [...] Pouco depois chegou o velho Paidé, um juruna [...] o Chipaya do mato, agora, foi quem virou as costas para o Juruna [...] repetindo a mesma cerimônia de conversação [...]. (SNEATHLAGE, [1912] 2002, p. 64)

O velho Paidé Juruna e os Shipaya citados acompanharam a expedição.

Assim como o desconhecimento do significado da cena que se passa na descrição acima, a narrativa de Sneathlage transparece a existência de uma paisagem que ela não consegue alcançar. Em sua curta convivência com os Shipaya e Curuaya, nota que os indígenas mantinham a localização das suas roças em segredo, o que também se estendia aos seus lugares sagrados. Em conversa com Manuelzinho Shipaya, menciona que ele começara a lhe explicar que nas cabeceiras do Curuá, entre paredes altas de pedra e um salto grande de cachoeira, há um “homem que fuma no meio do salto [...] mas [Manoelzinho] desviou a conversa quando o Coronel Accioli quis mais informações” (SNEATHLAGE, [1912] 2002, p. 67).

Como parte de sua experiência, Sneathlage é inserida ao ritmo de uma viagem que era, antes de tudo, determinada pelos indígenas. Durante a travessia do interflúvio Xingu-Tapajós, observa que “os índios raramente caminhavam mais de uma hora sem interrupção. Sempre havia algo [...] um bando de macacos ou aves, um igarapé com peixes etc.” (SNEATHLAGE, [1912] 2002, p. 74-75). As decisões sobre o trajeto, paradas e refeições, mostram que os Shipaya e os Curuaya eram os chefes da expedição de Sneathlage. Contudo, ao chegarem ao rio Jamauxim, pode-se dizer que essa relação parece mudar um pouco. Nos primeiros dias de navegação pelo Jamauxim, os Shipaya e

Curuaya começam a encontrar acampamentos abandonados, os quais associam aos seus inimigos Carajá. A identificação de folhas de palmeiras que haviam servido de esteira para dormir, restos de fogueira, ossos de jabuti e ovos de tracajá, confirmavam a presença dos temidos Carajá. Em determinado dia, após montarem acampamento, os Shipaya e Curuaya descobrem rastros da passagem recente de outros indígenas e fogem. Nessa passagem, Sneathlage ressalta que quase não consegue recolher os seus pertences para a fuga. Nesse dia, navegaram até tarde da noite: “fomos descendo o rio até depois das 9 horas da noite, apesar da escuridão e do perigo verdadeiro que formavam as numerosas pedras e baixios que obstruíam o rio. Felizmente uma cachoeira mais forte poz termo a esta fuga insensata” (SNEATHLAGE, [1912] 2002, p. 85). Sneathlage acreditava se tratar de seringueiros fugidos e, com isso em mente, busca convencer os Shipaya e Curuaya de que ela conhecia os Carajá, e que esses últimos eram mansos, algo que, aparentemente, só ela acreditava. Em todo caso, aos poucos conseguiu convencer os indígenas e, a partir desse momento, Manuelzinho e os outros Shipaya e Curuaya a colocaram como chefe da viagem, ou melhor, como responsável por eventual negociação com os “índios bravos”.

A narrativa de Sneathlage é marcada por sua breve, porém intensa, vivência etnográfica. A descrição dos lugares e do ambiente, entretanto, ganha menos ênfase em seu relato, em que predominam observações que envolvem a sua relação com Manoelzinho Shipaya e sua família, bem como o comportamento cotidiano dos indígenas com os quais conviveu. Diferentemente das outras narrativas aqui consideradas, em Sneathlage não aparecem expectativas sobre um passado indígena “glorioso” ou projeções para um presente e futuro decadente. De modo que, o que fica documentado é a sua experiência no presente. O seu mapeamento geográfico e das línguas indígenas, no entanto, dá continuidade aos objetivos das viagens científicas oitocentistas.

Existe um contexto histórico importante por trás dessas narrativas e que está relacionado ao longo processo de institucionalização das ciências naturais no país, o qual se faz inseparável de “uma ‘ideologia do progresso’ orientando a criação e a reforma de instituições científicas entre o final do século XVIII e o início do século XX” (SANJAD, 2010, p. 21). O conflito intelectual, sobre o qual fala Melatti ([1987] 2007, p. 5), marcado, de um lado, por certa simpatia pelas minorias indígenas e, de outro, pela situação de inferioridade posta a essas populações por uma hierarquia biológica, que se supunha existir, delineiam ideias conflituosas mantidas pelos

intelectuais do final do Império e da Primeira República. A aplicação de teorias evolucionistas, postulados positivistas e pesquisas experimentais são amplamente pulverizados e difundidos ao longo do XIX (SANJAD, 2010; FERREIRA, 2010; JUNGHANS, 2008), e consequentemente constituem grande parte das impressões descritas nos relatos de viagem.

O mapeamento hidrográfico e territorial, empreendido ao longo do século XIX, contava fundamentalmente com a mão de obra e os conhecimentos indígenas. E assim como em geologia, botânica e zoologia, as línguas e os objetos indígenas seriam inventariados e classificados (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 11) mediante pesquisas etnográficas em que os cientistas viajantes “lidavam indistintamente com problemas etnológicos, arqueológicos, linguísticos ou de antropologia física” (MELATTI, 2007, p. 5).

No início do século XX, há uma leve mudança de enfoque, o “grande projeto” de mapeamento geográfico do território (KODAMA, 2009) passa a ser forjado por outros interesses políticos, econômicos e científicos. Para o Estado, ainda seria preciso “pacificar” grande parcela das populações indígenas existentes e protegê-las da inevitabilidade do progresso em curso. Esse mesmo progresso colocou às instituições científicas a urgência de salvaguardar o conhecimento, a cultura material e as línguas indígenas que, afinal, estariam fadadas a desaparecer ou se aculturar (AMOROSO, 2001, p. 178). De modo que, diferentemente da percepção oitocentista com vistas à descrição da natureza e dos elementos que a integra (sendo os coletivos indígenas um desses elementos), no início do século XX, essa percepção é invertida e o elemento indígena torna-se o objeto a ser inventariado. É nesse contexto que Curt Nimuendajú realiza suas viagens etnográficas.

O mapa etno-histórico de Nimuendajú com sua sobreposição de cores em movimento desenha as diferentes configurações territoriais indígenas documentadas, delineando, ao mesmo tempo, o contexto etnográfico atual. Nesse sentido, ao olhar no mapa para o médio-baixo Xingu extensas pinceladas serão vistas em laranja, permeadas por pontos em rosa e verde vivo, mais ao norte, e outras pinceladas extensas em verde vivo, mais ao sul. A cor laranja, predominante no tempo e no espaço, é relacionada às populações falantes de línguas do tronco Tupi, a cor rosa, de menor profundidade temporal, aos falantes da língua Arara-Ikpeng, e o verde vivo aos falantes Kayapó-Mebêngôkre.

A passagem de Nimuendajú pelo médio-baixo Xingu é documentada em suas observações sobre a coleta das “preciosidades indígenas”, termo que havia empregado para as cerâmicas de Santarém (AMOROSO, 2001, p. 176). Nas palavras de Nimuendajú:

In 1916, I have found fragments of vessels on several terra pretas in the large bend of the Xingú. I found in the spring on the ancient dwelling-sites on the Iratapurú, so that, besides the name (the Aparai pronounced it Wayapi), this fact also argues in favour of an identification with the Wayapi north of the Amazon. (2004, p. 114)

Nimuendajú (2004) observa que as cerâmicas encontradas em Altamira e na Volta Grande do Xingu eram semelhantes às aquelas encontradas em Iratapurú, nas proximidades da margem esquerda do rio Jari, sendo este último considerado rota de ligação entre o Xingu e a região de terra firme da margem esquerda do Amazonas. Para ele, o Iratapurú teria sido ocupado por populações que teriam migrado do Xingu no período pós-colonial (NIMUENDAJÚ, 2004). A partir de algumas referências históricas e da tradição oral dos Aparai, ele associa as cerâmicas encontradas no Xingu e no Iratapuru aos Wayãpi (NIMUENDAJÚ, 2004, p. 114).

As coletas que realiza nas áreas a montante da Volta Grande, no Rio Iriri, o levam a considerar que os sítios dessa parte do Xingu eram distintos daqueles que havia conhecido em Porto de Mós e Altamira, mais a jusante do mesmo rio. “Not only along the Xingu River and its larger affluents, the Iriri and Fresco River, but also along the smaller tributaries and subtributaries, are found vestiges of a vanished population, whose culture differed from that tribes found in the 20th century” (NIMUENDAJÚ, 1948, p. 216). Essa observação, em grande parte pautada nas suas coletas, leva-o à conclusão de que antes dos coletivos Juruna e Shipaya, outras populações com cerâmica altamente sofisticada haviam habitado a região Xingu-Iriri (NIMUENDAJÚ, 2004, p. 112).

Em seu capítulo sobre o médio-baixo Xingu no *Handbook South American Indians*, Nimuendajú (1948) faz uma primeira síntese sobre o conhecimento arqueológico da região, reunindo informações das fontes históricas e, especialmente, do relato de Coudreau. Nesse texto, Nimuendajú fala dos cemitérios com terra preta, sepultamentos em urnas funerárias com ossos humanos queimados, estatuetas líticas zoomorfas e antropomorfas do Igarapé das Flechas e do Rio Curuá, pilares de pedra com até 2 m de altura ao longo do Xingu (os menires de Coudreau); e as famosas

gravuras rupestres registradas pelo Padre João Daniel no século XVIII, Ferreira Penna (1879) e Henri Coudreau (1896) no XIX, e por ele próprio (Nimuendajú), no início do século XX (NIMUENDAJÚ, 1948, p. 216).

Mapa 4. Mapa e desenhos das cerâmicas produzidos por Nimuendajú (2004).

Nimuendajú tinha uma interpretação sobre o contexto arqueológico e etnográfico do médio-baixo Xingu. Para ele há uma ruptura entre esses dois contextos (NIMUENDAJÚ, 1948), de modo que, o que observa arqueologicamente é associado às populações Tupi extintas ou que teriam migrado para outras regiões (Wayãpi). As populações Kayapó seriam, em parte, responsáveis pela extinção/deslocamento dos habitantes indígenas mais antigos, e os coletivos Juruna e Shipaya (cf. o mapa, possivelmente os Arara também) representariam ocupações mais recentes, posteriores aos Kayapó (2004, p. 217). Para Nimuendajú as referências sobre os coletivos Juruna (ou Yuruna) no século XVII, no baixo Xingu, indicariam o início de um processo migratório empreendido por essas populações para a região a montante da Volta Grande, e em direção ao Alto Xingu. Ao serem classificados como canoeiros, os Juruna-Shipaya se ligavam cultural e linguisticamente às populações do ambiente de várzea e não de terra firme. Reconhecidos como *Tupis Impuros*, a língua Juruna estaria

historicamente relacionada aos falantes de línguas Arawak. Nimuendajú (1948) reconhece quatro componentes na língua Juruna: 1) Tupi, o qual considera como base linguística mais antiga, modificada por forte influência; 2) Arawak; 3) menor influência Karib e; 4) mais recente influência da Língua Geral Amazônica (p. 215).

Segundo a antropóloga Marta Amoroso (2001), a corrida contra o tempo no salvamento das culturas nativas teve como consequência o estabelecimento de diferentes gradientes dos estágios de contato (AMOROSO, 2001, p. 179), os Juruna e os Shipaya se enquadravam entre as sociedades indígenas em estado avançado de “aculturação”, e que nada tinham a dizer sobre as “preciosidades indígenas” que Nimuendajú encontrara no Xingu-Iriri (NIMUENDAJÚ, 1948, p. 217). Como etnógrafo que se baseava nas informações históricas e, fundamentalmente, na coleta sistemática de narrativas contadas na própria língua nativa, esse aspecto parece ter sido importante nas considerações de Nimuendajú sobre a origem dos Juruna. No entanto, como “sociedades aculturadas”, os coletivos Juruna não foram contemplados por pesquisa etnográfica na época. Nesse sentido, o seu entendimento que: “The Indians [Juruna-Shipaya] of today know nothing of theirs origin” (NIMUENDAJÚ, 1948, p. 217) deve ser relativizado.

Em Nimuendajú pode-se considerar uma grande síntese das ideias que viajaram por todo o século XIX, delineando: 1) paisagens históricas que falam da mobilidade e da territorialidade indígenas; 2) paisagens etnográficas “sem passado”; 3) e paisagens arqueológicas “sem presente”, pautadas na ruptura entre o presente etnográfico e o passado arqueológico. De outro modo, o colecionismo que movimentou expedições e viagens científicas no século XIX e início do século XX gerou acervos cujos objetos se tornariam eternamente ligados às experiências dos seus coletores e, ao mesmo tempo, dariam origem a novas narrativas sobre os lugares e seus antigos donos. A narrativa de Alfred Métraux sobre as coleções etnográficas é um grande exemplo da formação desse conhecimento.

CAPÍTULO 3

NARRATIVAS ARQUEOLÓGICAS

No início do século XX, Alfred Métraux apresentou a sua obra: *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani* (1928). A perspectiva teórica que orienta o livro é datada, contudo, essa obra é eternizada tanto por seu valor etnográfico intrínseco quanto por abrigar ideias que se mantêm atuais, especialmente para a arqueologia amazônica. Métraux construiu uma paisagem Tupi-Guarani por meio de coleções etnográficas, secularmente enviadas aos museus da Europa Ocidental, e por relatos históricos, que deram movimento a grande narrativa empreendida por ele. Tal narrativa envolve os seguintes aspectos: 1) análise da cultura material com o objetivo de determinar a área de origem e rotas de migração dos Tupis-Guaranis; 2) perspectiva difusionista pouco preocupada com o tempo – no sentido de uma ordenação cronológica dos dados mais dedicada aos aspectos estruturantes da cultura material Tupi-Guarani (cf. VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 83); 3) estabelecimento de continuidade cultural entre as sociedades registradas nos séculos XVI-XVII e os contextos etnográficos; 4) formulação da hipótese do centro/rotas de dispersão Tupi a partir de regiões ao sul e ao leste do Rio Amazonas, definindo a região do Alto Tapajós como provável centro de origem dessas populações, incluindo, nessa hipótese, o Xingu como uma opção; 4) indicação de que os povos Juruna, Chipaya e Tacanhopé, do médio-baixo Xingu e interflúvio Xingu-Tapajós, representariam a onda de migração Tupi mais antiga; 5) constatação de que haveria uma pequena quantidade de objetos considerados exclusivos da cultura material Tupi-Guarani, em contraste com a grande coerência na correlação entre os conjuntos (Métraux, [1928] 2012, p. 21). Esse último aspecto levou Métraux ([1928] 2012) a considerar que os tupis-guaranis eram, antes, difusores do que inventores (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 84; CORRÊA, 2014, p. 127), no sentido de que a abertura a “influências externas” levava os Tupi-Guarani a incorporarem, reterem e difundirem as “descobertas realizadas por outros” (MÉTRAUX, [1928] 2012, p. 440). Nesse sentido, as “invasões” tupis não são entendidas por ele como fenômenos isolados, mas encadeadas a outros processos migratórios hipotetizados da seguinte maneira:

[...] as invasões dos Tupi, Arawak e Carib podem ser classificadas do modo seguinte: a mais antiga onda de invasores é a dos Tupi, eles avançaram o mais longe possível rumo ao sul e foram os primeiros a entrar em contato com as populações mais primitivas, dos quais os Jê ou as tribos do Chaco são os descendentes. Depois deles foram os Arawak que atingiram regiões quase tão meridionais quanto eles e que tinham uma civilização mais desenvolvida. Eles exerceram uma forte influência sobre os Tupi, como sobre outras nações da América do Sul. Enfim vieram os Carib, que por sua vez, se sobrepujaram aos Arawak em várias regiões, dos quais sofreram também a dominação do ponto de vista cultural. Originariamente não deviam se diferir muito dos Tupi. Todos esses movimentos ocorreram certamente de maneira lenta e muitos séculos devem ter transcorrido antes que as tribos americanas se tenham distribuído pelas regiões onde os encontramos estabelecidos no século XVI. (MÉTRAUX, [1928] 2012, p. 443)

Métraux, apesar de ter se considerado “um homem de terreno” que optava em desenvolver suas pesquisas em contato direto com ambientes socioculturais diversos (MÉTRAUX, 1964 apud MACAGNO, 2013, p. 220), só conheceu o Xingu por meio da experiência de outros, obtendo informações atualizadas por correspondências com pesquisadores como Emília Snethlage e Curt Nimuendajú. Décadas foram necessárias para que as ideias e hipóteses formuladas pelo “expatriado [antropólogo] nascido na Suíça, criado na Argentina, formado na França, nacionalizado norte-americano” (MACAGNO, 2013, p. 220) começassem a reverberar na compreensão dos sítios arqueológicos da região e no contexto mais abrangente das ocupações indígenas na Amazônia (LATHRAP, 1970; MEGGERS e EVANS, 1973; MEGGERS, 1974; BROCHADO, 1984).

No Xingu, assim como em outras regiões da Amazônia, o primeiro grande projeto de pesquisa arqueológica foi decorrente do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica – PRONAPABA, que realizou atividades de campo no final da década de 1970.

O objetivo principal da pesquisa [...] constam do programa elaborado pelos coordenadores Clifford Evans e Mário Simões, ou seja, em primeiro lugar o conhecimento arqueológico da região, pois a área pesquisada e a ser pesquisada não são conhecidas arqueologicamente e em segundo lugar testar hipóteses a respeito do relacionamento do ecossistema amazônico e o homem, bem como suas implicações paleoclimáticas. (PRONAPA-XINGÚ, 1977, p. 1)

O projeto era orientado por modelo ecológico de ocupação humana “pré-histórica” do ambiente amazônico, a saber: determinismo ecológico e correlação conceitual entre área cultural e área ambiental (NOELLI e FERREIRA, 2007, p. 125). Tal perspectiva se desdobra em pelo menos três questões centrais projetadas para

compreensão das áreas de terra firme e das paisagens do Xingu. A primeira questão recai sobre as características dos solos naturalmente (“pobres”), pouco propícios à intensificação do cultivo agrícola, o que implicava entender a região como de baixa densidade populacional, ocupada por sociedades com alta mobilidade e organizações autônomo-igualitárias, mais próximas do padrão de “*cultura de floresta tropical*” (STEWART, 1948). A segunda questão trata de um debate do início da década de 1970, quando os arqueólogos Betty Meggers e Clifford Evans, coordenadores do programa, seguindo as hipóteses de Métraux (1927) e da linguística histórica (RODRIGUES, 1958), propõem a origem dos povos Tupi ao sul do Rio Amazonas, mais especificamente na região a leste do Rio Madeira, entendendo-se, portanto, o médio-baixo Xingu como rota de dispersão das populações Tupinambá que teriam sua cultura material associada à Tradição arqueológica Tupiguarani (MEGGERS e EVANS, 1973; MEGGERS, 1974; ALMEIDA, 2013; ALMEIDA e NEVES, 2015; CORRÊA, 2014). A terceira questão, discutida na mesma época do PRONAPABA-XINGÚ, indica que Meggers (1977, 1979) utilizava os resultados obtidos no levantamento arqueológico para debater a Teoria dos Refúgios. Seguindo essa perspectiva, ela sugeria que a transformação dos ecossistemas da floresta, ao sofrer variações climáticas (baixa da umidade) e consequente diminuição dos recursos naturais, estaria por trás dos processos de dispersão dos povos Tupi-Guarani (ALMEIDA 2008, p. 6 apud GARCIA, 2012, p. 24).

Foto 2. Levantamento arqueológico no médio-baixo Xingu, acampamento e jantar no sítio Salvaterra. PRONAPABA. Fonte: Celso Perota, 1978.

Ao acompanhar essas teorias, observa-se a prática arqueológica inscrevendo suas próprias toponímias no médio-baixo Xingu, em que fases e tradições davam início a uma cartografia arqueológica cuja nomenclatura remete aos igarapés e localidades situadas ao longo do rio. O arqueólogo Celso Perota percorreu e prospectou grande parte do vale do rio Xingu, desde o município de Senador José Porfírio até o baixo curso do rio Iriri, a jusante da Cachoeira Grande. O levantamento arqueológico foi realizado em duas etapas: 1) a primeira em 1977, quando Perota e seu companheiro de pesquisa, Eucy Dias Pereira, cabo da polícia militar, identificaram sítios arqueológicos nas glebas residenciais na Rodovia Transamazônica, no município de Altamira e em localidades do Porto de Vitória (PRONAPA, 1977, p. 3); 2) a segunda, realizada no ano seguinte, quando outros sítios foram registrados a montante da Volta Grande do Xingu até a foz do Rio Iriri, e entre a desembocadura deste último no Xingu e a Cachoeira Grande do Iriri (30 km da foz) (PRONAPA, 1978, p. 2).

Mapa 5: Áreas de abrangência do levantamento arqueológico do PRONAPABA – etapas 1977 e 1978. Fonte: Relatório PRONAPABA-XINGÚ, 1978.

No âmbito do PRONAPABA-XINGÚ cadastraram-se 58 sítios⁴, classificados como cerâmicos e indígenas. Parte dos sítios registrados são lugares conhecidos nas fontes históricas dos séculos XVIII-XX (e.g. Paredão Valhe-me Deus; Missões; Morro

⁴ Parte dos sítios arqueológicos registrados por Perota já haviam sido escavados por Nigel Smith (sítios PA-AL-01; PA-AL-02; PA-AL-03; PA-AL-04; PA-AL-05) durante a pesquisa etnoecológica realizada por este último ao longo da Transamazônica em meados da década de 1970 (SMITH, 1976).

do Quartel; Gorgulho da Rita; Cachoeira do Pedrão; Itapinima; Porto de Vitória; Vila de Veiros; Porto de Mós). Desse levantamento destaca-se o registro do sambaqui fluvial (sítio Tamanduá), sítio abrigo com pinturas e gravuras rupestres (Paredão Valha-me Deus, com figuras de animais – peixes e cobras), sítios extensos com montículos, terra preta, artefatos líticos e fragmentos de vasilhas cerâmicas (PRONAPA, 1977, 1978, 1990; PEROTA, 1992). Mediante descrição dos sítios (cf. Quadro 3) observa-se que não existe uma relação de correspondência entre a extensão e a profundidade dos depósitos arqueológicos, o que demonstra o uso dinâmico dos lugares ocupados, com indicação de ocupações intensivas e/ou sucessivas de áreas menores ou estratos pouco profundos de áreas maiores. Nota-se também a existência de um padrão característico relacionado à disposição alongada dos sítios, paralela às margens do rio Xingu, implantados sobre terraços e topos de morro. No Rio Iriri, os sítios identificados apresentaram essas mesmas características gerais, porém estavam situados em áreas mais afastadas das margens do rio.

Pode-se dizer que para o médio-baixo Xingu, com exceção de alguns trabalhos (PEREIRA, 2002; KERN et al, 2003), as pesquisas arqueológicas foram praticamente interrompidas na década de 1980 (PRONAPABA, 1977, 1978; SMITH, 1980; MEGGERS et al, 1988; CALDARELLI e ARAÚJO COSTA, 1988; BALÉE, 1989; PEROTA, 1992), sendo retomadas apenas mais recentemente com resultados ainda preliminares (FARIA, 2012; RIBEIRO et al., 2016; MÜLLER, 2016; LIMA e FERNANDES, 2016) ou decorrentes da própria pesquisa na T.I. Koatinemo (SILVA, 2001; SILVA et al., 2011; SILVA e GARCIA, 2015). Apesar do descompasso entre os objetivos e a duração dos diferentes projetos de pesquisa desenvolvidos nessa região, os resultados do levantamento arqueológico na T.I. estão inseridos em contexto arqueológico mais abrangente, o qual pode ser visualizado no quadro de datas obtidas pelo PRONAPABA-XINGÚ. As datas foram associadas por Perota (1992) a cinco tradições arqueológicas, cujo intervalo temporal é diferente do indicado no quadro 4, e resulta de interpretação posterior a cronologia obtida inicialmente para os sítios.

Quadro 2. Tradições arqueológicas do médio-baixo Xingu

Tradição	Cronologia	Localidade
Inciso Ponteadado	275±75 A.P. e 175±55A.P.	A montante da Volta Grande do Xingu
Itacaiúnas ou Tupiguarani	690±90 A.P. e 400±90 A.P.	A montante da Volta Grande do Xingu
Polícroma (?)	1.050 ±50 A.P. e 300±60 A.P.	A jusante da Volta Grande do Xingu
Guará (Sambaqui)	1.485±75A.P. e 840±60A.P.	A jusante da Volta Grande do Xingu
Mina (Sambaqui)	3.170±120 A.P. e 1.650±A.P.	A jusante da Volta Grande do Xingu
Cf. Perota, 1992.

Mapa 6: Correlação geográfica entre os sítios da T.I. Koatinemo e sítios identificados através do PRONAPABA-XINGU. Mapa: Eduardo Kazuo Tamanaha.

Quadro 3. Relação de sítios arqueológicos registrados pelo PRONAPABA-XINGU

Sítio/Sigla	Sítio/Nome	Localidade	Extensão (m)	Prof. (cm)	Implantação	Referência a Terra Preta	Outras referências	Rio/ou Igarapé	Margem do rio
PA-AL-01	Gleba 31 Lote 12	Prainha-Transamazônica	100x60	20-25	colina	terra preta		Iriri	Próx.
PA-AL-02	Gleba 24 Lote 20	Prainha-Transamazônica	150x100	20	colina	-	Antiga habitação Arara	Iriri	Próx.
PA-AL-03	Gleba 27 Lote 7	Prainha-Transamazônica	150x100	Sup.	planície	-		Iriri	Próx.
PA-AL-04	Gleba 26 Lote 4	Prainha-Transamazônica	150x150	Sup.	planície	-		Iriri	Próx.
PA-AL-05	Gleba 5 Lote 5	Prainha-Transamazônica	50x50	Sup.	vertente	-		Iriri	Próx.
PA-AL-06	São Carlos	Madeira - Altamira	500x100	60	terraço	terra preta		Xingu	Esq.
PA-AL-07	Missões	Missões-Altamira	200x100	30-35	terraço	terra preta		Xingu	Esq.
PA-AL-08	Independência	Independência-Porto de Mós	100x50	60	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-AL-09	Primavera 1	Primavera-Porto de Mós	60x20	20	colina	-		Xingu	Esq.
PA-AL-10	Primavera 2	Primavera-Porto de Mós	200x100	60	terraço	terra preta		Xingu	Esq.
PA-AL-11	Areia Branca	Areia Branca-Porto de Mós	50x50	14	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-AL-12	Boa Vista 1	Boa Vista-Porto de Mós	100x60	20	platô	terra preta		Xingu	Esq.
PA-AL-13	Boa Vista 2	Boa Vista-Porto de Mós	300x200	40	platô	terra preta	Sambaqui	Xingu	Esq.
PA-AL-14	Cacarapi 1	Igarapé Cacarapi-Porto de Mós	50x50	20	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-AL-15	Cacarapi 2	Igarapé Cacarapi-Porto de Mós	50x30	15-20	colina	-		Xingu	Esq.
PA-AL-16	Santo Antônio	Santo Antônio-Senador José Porfírio	200x100	40	terraço	terra preta	Lugar da Sumaúma	Xingu	Dir.
PA-AL-17	Criajó	Criajó- Senador José Porfírio	1000x100	60	terraço	terra preta		Xingu	Dir.
PA-AL-18	Tamanduá	Tamanduá- Senador José Porfírio	150x60	60	ilha	terra preta	Sambaqui	Xingu	-
PA-AL-19	Travessão dos Gatos	Travessão dos Gatos-Altamira	200x60	20	vertente	-		Xingu	Esq.
PA-AL-20	Paredão Valha-me Deus	Paredão Valhe-me Deus-Altamira	-	-	paredão	-	Gravura Rupestre	Xingu	Esq.
PA-AL-21	Pedra do Navio	Pedra do Navio-Altamira	500x60	60	platô	terra preta	Acesso Aeroporto	Xingu	Esq.
PA-AL-22	Maninho	Sítio do Maninho-Altamira	50x30	Sup.	terraço	-	Corredeira	Xingu	Esq.
PA-AL-23	Morro do quartel	Morro do Quartel-Altamira	100x50	10	morro	-		Xingu	Esq.
PA-AL-24	Barreirinha	Barreirinha-Altamira	100x50	10	morro	-		Xingu	Esq.
PA-AL-25	São Felix do Coqueiro	São Felix do Coqueiro	100x50	40	planície	-	Estrada da Balsa	Xingu	Esq.
PA-AL-26	Bela Vista	Bela Vista-Altamira	100x50	Sup.	terraço	terra preta		Xingu	Esq.
PA-AL-27	Gorgulho da Rita	Gorgulho da Rita	100x50	Sup.	Ilha	-	Ilha Babaquara	Xingu	-
PA-AL-28	Pau d'Arco	Pau d'Arco-Altamira	150x60	Sup.	terraço	terra preta		Xingu	Dir.
PA-AL-29	Paud'Arco 2	Ribeirinho-Altamira	200x50	Sup.	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-AL-30	Seu Zeu	Seu Zeu-Porto de Mós	30x20	5-10	terraço	-	Sambaqui	Xingu	Esq.
PA-AL-31	Largo do Bacabal	Largo Bacabal-Altamira	50x30	40	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-AL-32	Cachoeira do Pedrão 1	Cachoeira do Pedrão-Altamira	100x30	10	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-AL-33	Cachoeira do Pedrão 2	Cachoeira do Pedrão-Altamira	150x60	10	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-AL-34	Costa Júnior	Costa Júnior	200x50	10	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-AL-35	José Nunes	José Nunes-Altamira	50x30	Sup.	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-AL-36	Velho	Sítio Velho-Altamira	100x50	Sup.	morro	-		Xingu	Esq.
PA-AL-37	Morro Velho	Morro Velho-Altamira	200x50	10	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-AL-38	Boa Esperança	Boa Esperança-Altamira	50x50	30	morro	-		Xingu	Esq.
PA-AL-39	Itapinima	Itapinima-Altamira	1500x200	130	morro	terra preta	Lugar de Cachoeira	Xingu	Esq.
PA-AL-40	Itapinima 2	Itapinima-Altamira	50x10	10	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-AL-41	Bom Futuro	Bom Futuro-Altamira	100x50	10	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-AL-42	Salvaterra	Salvaterra-Altamira	200x30	60	terraço	-		Xingu	Esq.
PA-BI-1	Largo do Souza	Largo do Souza-Altamira	150x50	10	terraço	-		Iriri	Esq.
PA-BI-2	Largo do Souza 2	Largo do Souza-Altamira	250x50	50	terraço	-		Iriri	Esq.
PA-BI-3	Largo do Souza 3	Largo do Souza-Altamira	200x50	10	terraço	-		Iriri	Esq.
PA-BI-4	Cachoeira grande do Iriri	Cachoeira Grande do Iriri-Altamira	150x30	30	terraço	-		Iriri	Esq.
PA-PM-1	Veios Velho I	Veios Velho	120x60	30	terraço	-		Xingu	Dir.
PA-PM-2	Veios Velho II	Veios Velho	100x60	60	platô	-		Xingu	Dir.
PA-PM-3	Igarapé do Açaí	Igarapé Açaí	100x80	20	terraço	-		Xingu	Dir.
PA-PM-4	Açaí II	Igarapé Açaí	120x60	40	vertente	-		Xingu	Dir.
PA-PM-5	Cazuza	Igarapé Açaí	150x50	30	vertente	terra preta		Xingu	Dir.
PA-PM-6	Vila do Açaí	Vila do Açaí	200x100	30-40	terraço	terra preta		Xingu	Dir.
PA-PM-7	Igarapé do Turu I	Igarapé do Turu	150x50	10	terraço	terra preta		Turu	Dir.
PA-PM-8	Igarapé do Turu II	Igarapé do Turu	100x50	40	terraço	terra preta		Turu	Dir.
PA-PM-9	Porto de Mós	Porto de Mós-próximo do Amazonas	500x200	Sup.	terraço		Na cidade Porto de Mós	Xingu	Dir.
PA-PM-10	Santarém Novo	Santarém Novo-Igarapé Açaí	100x30	-	terraço	terra preta		Xingu	Dir.
PA-GU-2	Tahuera	Tahuera-Igarapé Purus	100x30	35	terraço	terra preta		Foz Xingu	Dir.
PA-GU-3	Tapara	Igarapé Majari	200x50	Sup.	morro			Foz Xingu	Dir.

Fonte:

1) Relatório de Trabalho de Campo Executado por Celso Perota Prof. do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Estudos Gerais e Coordenador de Museus da Sub-Reitoria Comunitária da UFES realizados no Rio Xingu, durante o mês de Julho de 1977, Dentro do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica. Vitória, agosto, 1977.

2) Relatório de Trabalho de Campo Executados por Celso Perota Prof. do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Estudos Gerais e Coordenador de Museus da Sub-Reitoria Comunitária da UFES realizados no Rio Xingu, durante o mês de Julho de 1978, Dentro do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica. Vitória, 1978.

3) Relatório de Trabalho de Campo Executados por Celso Perota Prof. do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Estudos Gerais e Coordenador de Museus da Sub-Reitoria Comunitária da UFES realizados no Rio Xingu, durante o mês de abril de 1990, Dentro do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica. Vitória, 1990.

Quadro 4. Datações PRONAPABA-XINGÚ. Datas cedidas pelo pesquisador Celso Perota. Datas de sítios Arqueológicos - médio-baixo Xingu. PRONAPABA

Sítios/Siglas	Sítios/nomes	Código da Amostra	Data C ¹⁴				Tradição arqueológica
PA-AL-39	Itapinima	Beta 17127	90±80	BP	1780-1940	AD	Polícroma
PA-AL-13	Boa Vista II	SI 3508	105±55	BP	1845-1900	AD	Polícroma
PA-AL-10	Primavera	SI 3505	125±60	BP	1825-1885	AD	Polícroma
PA-AL-6	Prainha	SI 3511	175±55	BP	1720-1830	AD	Inciso-Pontead
PA-AL-39	Itapinima	Beta 17134	220±70	BP	1660-1800	AD	
PA-AL-39	Itapinima	Beta 17135	220±100	BP	1663-1830	AD	
PA-AL-39	Itapinima	Beta 17129	270±60	BP	1620-1740	AD	
PA-AL-39	Itapinima	SI 4345	275±75	BP	1600-1750	AD	Inciso-Pontead
PA-AL-9	Primavera	BETA 17139	300±80	BP	1570-1730	AD	Polícroma excluída
PA-AL-13	Boa Vista II	SI 3507	365±60	BP	1525-1645	AD	Polícroma excluída
PA-AL-39	Itapinima	BETA 17128	400±80	BP	1470-1630	AD	
PA-AL-39	Itapinima	SI 4344	485±90	BP	1375-1555	AD	Inciso-Pontead
PA-AL-39	Itapinima	SI 4342	510±70	BP	1370-1510	AD	Tupiguarani
PA-BI-4	Cachoeira Grande	SI 4351	600±60	BP	1290-1410	AD	Inciso-Pontead
PA-AL-15	Cacarapi II	SI 3512	520±55	BP	1375-1485	AD	Polícroma excluída
PA-AL-17	Criajó	SI 3514	530±60	BP	1360-1480	AD	Polícroma excluída
PA-AL-44		BETA 17125	550±80	BP	1320-1480	AD	Mina
PA-AL-39	Itapinima	BETA 1732	570±80	BP	1300-1460	AD	
PA-AL-39	Itapinima	SI 4343	575±70	BP	1305-1445	AD	Tupiguarani
PA-AL-13	Boa Vista II	SI3509	585±60	BP	1305-1425	AD	Polícroma excluída
PA-AL-39	Itapinima	BETA 17133	600±70	BP	1280-1420	AD	
PA-AL-17	Criajó	SI 3513	610±60	BP	1280-1400	AD	Polícroma excluída
PA-AL-43		SI7140	610±55	BP	1285-1395	AD	Mina
PA-AL-17	Criajó	BETA 17144	620±70	BP	1260-1400	AD	Polícroma excluída
PA-BI-2	Largo do Souza	SI 4349	625±60	BP	1265-1385	AD	Tupiguarani
PA-AL-39	Itapinima	BETA 17130	640±80	BP	1230-1390	AD	
PA-BI-2	Largo do Souza	SI 4350	645±60	BP	1245-1365	AD	Tupiguarani
PA-AL-31	Largo Bacabal	SI 4346	690±90	BP	1170-1350	AD	Tupiguarani
PA-AL-9	Primavera	BETA 17137	690±70	BP	1190-1330	AD	Polícroma excluída
PA-AL-13	Boa Vista II	BETA 17124	770±80	BP	1100-1260	AD	Polícroma excluída
PA-AL-8	Independência	SI 3515	780±60	BP	1110-1230	AD	Polícroma excluída
PA-AL-17	Criajó	BETA 17146	790±80	BP	1080-1240	AD	Polícroma excluída
PA-AL-15	Cacarapi II	BETA 17126	800±70	BP	1080-1220	AD	Polícroma excluída
PA-AL-43		BETA 17141	800±80	BP	1070-1230	AD	Mina
PA-AL-9	Primavera	Beta 17138	850±100	BP	1000-1200	AD	Polícroma excluída
PA-AL-45		SI7149	860±55	BP	1035-1145	AD	Mina
PA-AL-45		SI7145	870±65	BP	1015-1145	AD	Mina
PA-AL-17	Criajó	BETA 17147	890±70	BP	990-1130	AD	Polícroma excluída
PA-AL-17	Criajó	BETA 17145	910±60	BP	980-1100	AD	Polícroma excluída
PA-AL-43		BETA 17142	940±90	BP	920-1100	AD	Mina
PA-AL-9	Primavera	BETA 17136	980±70	BP	900-1040	AD	Polícroma excluída
PA-AL-34	Costa Junior	SI 4347	980±80	BP	890-1050	AD	Inciso-Pontead
PA-AL-45		SI 7148	1000±55	BP	895-1005	AD	Mina
PA-AL-43		SI7147	1050±50	BP	850-950	AD	Mina
PA-AL-44		SI 7143	1050±60	BP	840-960	AD	Mina
PA-AL-45		SI7147	1060±80	BP	810-970	AD	Mina
PA-AL-45		SI 7150	1255±70	BP	625-765	AD	Mina
PA-AL-44		SI 7144	1485±75	BP	540-390	AD	Mina
PA-AL-18	Tamanduá	SI 3517	1650±70	BP	230-370	AD	Mina
PA-AL-45		SI 7146	2255±55	AP	250-360	AC	Mina

O quadro 4 é resultado da datação de doze sítios arqueológicos, os quais deram origem a cinquenta e uma datas de ampla abrangência cronológica (2400 A.P. a 90 A.P.) As datações vinculadas à Tradição Mina recuam a 1.220 a.C., com intervalo de mais de mil e quinhentos anos para a data mais recentes vinculada à essa tradição. Trata-se de sambaquis com cerâmicas antigas, cujo estrato basal foi identificado abaixo do nível da água (PEROTA e BOTELLHO, 1992). Esse contexto levou Neves (2008, p.368) sugerir que os processos de acumulação que levam a formação do sambaqui da Tradição Mina teriam se dado durante períodos mais secos, quando o nível do rio esteve provavelmente mais baixo que o observado atualmente, aspecto corroborado pelas pesquisas paleoambientais⁵ realizadas mais recentemente no Xingu (SAWAKUCHI et al., 2015). No médio-baixo Xingu, os sambaquis fluviais da Tradição Mina foram associados á fase Macapá (PEROTA, 1992). Não há registro de pesquisas posteriores ao levantamento realizado através do PRONAPABA. De modo que no Xingu esses sítios ainda são pouco conhecidos (OLIVEIRA e SILVEIRA, 2016). Já os sítios associados às tradições Inciso-Ponteados e Tupiguarani são amplamente reconhecidos pelas pesquisas arqueológicas posteriores ao PRONAPABA (CALDARELLI e ARAÚJO COSTA, 1988). No que se refere à Tradição Polícroma, as perspectivas arqueológicas mais recentes têm associado os complexos cerâmicos dessa tradição a contextos identificados na bacia do médio-alto Amazonas (e.g. NEVES, 2012; ALMEIDA, 2013; BELLETTI, 2016).

⁵ Um grupo de pesquisadores da área de geociências e ciências biológicas desenvolveu um projeto sobre a paisagem fluvial do Xingu a partir da caracterização da dinâmica sedimentar do rio e reconstrução paleoambiental da Volta Grande do Xingu (SAWAKUCHI et al., 2015, p.23). As taxas de modificação da superfície sedimentar (denudação) foram medidas para diferentes trechos do médio-baixo Xingu e tributários do mesmo (Rio Iriti e Bacajá). Com isso, Sawakuchi et al (2015) identificaram que a taxa de denudação ao longo do canal principal do Xingu é 50% mais alta que a de seus tributários. Os autores (op.cit.) interpretaram essa variação como indicativo de paisagens mais estáveis para região dos tributários do Xingu, ou menos suscetíveis a mudanças geomorfológicas. De outro modo, Sawakuchi et al (2015) verificam a ausência de alterações significativas entre as paisagens fluviais do médio-baixo Xingu do final do Pleistoceno e início do Holoceno e àquelas reconhecidas hoje. Os canais e corredeiras do rio são apontados como parte de sistemas antigos e estáveis que contribuíram para a diversidade da fauna aquática, dinâmica relacionada à concentração de sedimentos em suspensão, hidrologia e cobertura vegetal característica desses ambientes. A palinologia identificou diversos gêneros de espécies vegetais para o médio Holoceno, onde a taxa para vegetações abertas são encontradas em baixa quantidade (e.g. *Cecropia*, *Cedrela*, *Cordia*, *Euphorbiaceae*, *Genipa*, *Fabaceae*, *Lecythidaceae*, *Mauritia*, *Melastomataceae*, *Moraceae*, *Myrtaceae*, *Pouteria*). A coluna de sedimentos coletados na lagoa fluvial da Ilha do Arapujá na Volta Grande do Xingu apresentou na amostra da base (122cm-98cm) espécies do gênero *Aulacoseira*, interpretada pelos autores como indicação de ambiente aquático turbulento datado em 6987±513 A.P; seguindo de amostras (98cm-70cm) onde se verificou a ausência de diatomáceas, indicando a ocorrência de um período de clima mais seco por volta de 4.318±278 A.P, seguido de amostras (0-68cm) de camadas superiores em que as diatomáceas voltam a ocorrer com pouca variação do gênero, sugerindo clima mais úmido e ambiente de águas calmas.

Perota foi, provavelmente, o último pesquisador a conhecer parte dos sítios arqueológicos reportados por ele, especialmente aqueles localizados ao longo da Transamazônica e vilas agrárias do INCRA. As atividades de campo realizadas por Perota são inseridas num contexto mais amplo de mudanças sociais na região do médio-baixo Xingu e em toda a Amazônia Oriental. De certa forma, a trajetória das pesquisas arqueológicas na região se confunde com a própria história dos projetos desenvolvimentistas levados a cabo por incentivos governamentais e interesses econômicos. Com exceção do PRONAPABA, pode-se dizer que o maior volume dessas pesquisas esteve atrelado a grandes empreendimentos vinculados ao complexo de mineração nas serras de Carajás e à barragem hidrelétrica de Tucuruí, no baixo Tocantins.

Em 1969, após a descoberta do minério de ferro em Carajás, começaram as prospecções para levantamento geológico e geofísico que se prolongaram até a década de 1980. Nesse intervalo de tempo foram descobertas minas de manganês (1971), bauxita (1974), níquel (1984), cobre (1977) e ouro (1980) (SIMÕES, 1986, p. 541). Mas a mineração nas serras da Floresta Nacional de Carajás só seria viável com a disponibilidade de energia. Não havia infraestrutura energética que atendesse o principal interesse econômico nacional: a exploração das jazidas minerais. Em Belém, até a primeira metade do século XX,

[...] a escassa energia provinha de velhas máquinas a diesel. [...] A empresa remanescente, no Pará, do período em que esse serviço foi realizado por concessionários ingleses, a Pará Eletric (*Parah Electric Railways and Lighting Company Ltd.*), passou a ser popularmente conhecida como Parálítica. Ficava mais tempo parada do que funcionando. (PINTO, 2005, p. 45)

A criação estratégica do Ministério de Minas e Energia, na década de 1960, e de sua subsidiária Eletronorte, dez anos depois, teve como meta executar a primeira hidrelétrica de grande porte na Amazônia brasileira: Tucuruí. O Programa Grande Carajás justificava a construção dessa barragem, bem como de outras obras de infraestrutura, como a Ferrovia Carajás e a rodovia PA-150, meios de escoamento do minério e acesso às minas. A concretização das minas nas Serras de Carajás tinha como pano de fundo o planejamento nacional de integração da Amazônia ao restante do país. Assim, as obras da hidrelétrica de Tucuruí se sucedem ao início da construção da Rodovia Transamazônica, cujo marco inaugural foi incrustado em forma de placa no

tronco de uma castanheira nas redondezas do rio Xingu, e que se tornou ponto de partida do trecho da Transamazônica que ligaria o Tocantins, o Xingu e o Tapajós.

Sob o *slogan* “terra sem homens” para “homens sem terra” (GOODLAND e IRWIN, 1975), a construção da Transamazônica, iniciada durante o regime militar, anunciou abertamente o genocídio indígena. Podemos dizer que as décadas de 1960, 1970 e 1980 delimitam um período específico e, ao mesmo tempo, fundamental na configuração atual da paisagem social da região dos rios Xingu e Tocantins. Nessas três décadas vê-se a consolidação dos projetos de desenvolvimento econômico e avanço definitivo da sociedade nacional sobre os territórios indígenas. Esses grandes empreendimentos (barragem e mina) marcam a história de nacionalização do Estado do Pará, em que o principal interesse econômico do Estado Nacional pairava sobre a exploração mineral que sustentaria as indústrias de base (e.g. siderúrgicas) e as demandas (pós-guerra) do mercado internacional na segunda metade do século XX (AMARAL, 2013, p. 82).

O segundo grande levantamento arqueológico no médio-baixo Xingu, realizado dez anos depois do PRONAPABA-XINGÚ, entre os anos de 1987-1988, é relacionado a um desses projetos desenvolvimentista, inicialmente conhecido como UHE Kararaô-Babaquara. A pesquisa, vinculada ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), mobilizou diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros em etapas de campo realizadas no trecho compreendido como parte da Volta Grande do Xingu e, a partir dessa, nos Rios Bacajá e Ituná (COSTA e CALDARELLI, 1988, p. 6). O levantamento registrou 40 sítios arqueológicos, entre abrigos, gravuras rupestres, alguns sítios pré-cerâmicos e uma maioria de sítios classificados como cerâmicos. O projeto propôs o levantamento amostral sistemático, a fim de “trazer para o laboratório elementos básicos da arqueologia regional para elaboração de uma metodologia unificada de descrição e registro de sítios arqueológicos” (COSTA e CALDARELLI, 1988, p. 1). Por um lado, é possível dizer que ambos os projetos de levantamento arqueológico, PRONAPABA-XINGÚ e UHE Kararaô, partiram de propostas exploratórias para uma região considerada arqueologicamente desconhecida, por outro, esses mesmos projetos se distanciam quanto ao objetivo. O primeiro objetivou o teste de hipóteses e modelos relacionados ao debate sobre os processos de ocupação “pré-histórica” da Amazônia, já o segundo projeto partiu do teste de metodologias de levantamento, sem a formulação de hipóteses mais específicas que dialogassem com as questões em pauta sobre a

ocupação humana na Amazônia. Aspecto esse posteriormente almejado pelos resultados obtidos em laboratório.

Quadro 5. Síntese das fases arqueológicas Xingu-Tocantins

Fase arqueológica	Tradição	Hidrografia	Cronologia Datação ^{14}C e TL	Associação histórico-cultural
Itacaiúnas	Tupiguarani	Médio Xingu e Itacaiúnas	200 d.C. a 1500 d.C.	Povos de línguas Tupi-Guarani
Tauá	Tupiguarani	Baixo Tocantins	-	Povos de línguas Tupi-Guarani
Tauarí	Tupiguarani	Baixo Tocantins	725±65 d.C. - 1550±70	Povos de línguas Tupi-Guarani
Tucuruí	Tupiguarani	Baixo Tocantins	1000±70	Povos de línguas Tupi-Guarani
Arara	Tupiguarani	Médio Xingu	-	-
Pacajá	Tupiguarani	Médio Xingu	1270 d.C. e 1410 d.C.	-
Cacarapí	Polícroma	Baixo Xingu	Entre 900±50 d.C. e 1650±60d.C.	-
Independência	Polícroma	Baixo Xingu		-
Carapanã	Inciso Modelado/ Inciso Pontado	Médio Xingu e Itacaiúnas	1000 a.C. a 700 d.C.	Povos de línguas Karib
Curuá	Inciso Pontado	Médio Xingu	1675±75 d.C. e 1775±55 d.C.	Povos de línguas Karib
Fontes consultadas: SIMÕES, 1987; SIMÕES, CORRÊA e MACHADO, 1973; SIMÕES e ARAÚJO COSTA, 1978; PEROTA, 1978; ARAÚJO COSTA e CALDARELLI, 1988; ALMEIDA, 2008; SILVEIRA et al., 2008; GARCIA, 2012				

Os resultados decorrentes dos levantamentos arqueológicos iniciais são responsáveis por um conhecimento amplo do contexto arqueológico regional. O PRONAPABA-XINGÚ caracterizou os sítios arqueológicos, inseriu-os em ampla sequência cronológica e os contextualizou pelas tradições arqueológicas amazônicas (Tradição Polícroma, Tradição Tupiguarani, Tradição Inciso Pontado, Tradição Mina). Entretanto, apresentou pouca informação sobre o estudo das coleções arqueológicas que

deram origem às fases vinculadas a essas tradições. Nesse ponto, os relatórios do levantamento da UHE Kararaô oferecem análises tipológicas mais detalhadas, mas com interpretação, porém, que não vai muito além do que já se sabia por meio do PRONAPABA-XINGÚ.

Os resultados das primeiras pesquisas no médio-baixo Xingu não podem ser desassociados dos estudos iniciais das coleções realizados pelo setor de arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi (na década de 1960), das pesquisas arqueológicas realizadas no Rio Itacaiúnas e baixo Tocantins (nas décadas de 1970-1980), as quais, juntamente com o PRONAPABA-XINGÚ, resultaram nas primeiras fases arqueológicas relacionadas com a ocupação pré-colonial na Amazônia Oriental (FRIKEL, 1963, 1968; FIGUEIREDO, 1965; SIMÕES, CORRÊA e MACHADO, 1973; ARAÚJO COSTA, 1983; SIMÕES e ARAÚJO COSTA, 1987; MAGALHÃES, 1994; PRONAPABA, 1977, 1978; PEROTA, 1992; SILVEIRA et al., 2008; PEREIRA et al., 2008; ALMEIDA, 2008, 2013; GARCIA, 2012).

No médio-baixo Xingu as classificações arqueológicas iniciais, baseadas na tipologia cerâmica, cronologia e distribuição dos sítios arqueológicos, geraram três interpretações. A primeira considerou que a localização geográfica da bacia do Xingu, entre o rio Tapajós e a bacia do Tocantins e seu afluente, o rio Itacaiúnas, indicava a existência de uma área de transição entre as tradições arqueológicas Inciso-Ponteadó e Tupiguarani, respectivamente. Nesse sentido, os sítios do médio-baixo Xingu seriam caracterizados pela superposição e substituição gradativa de uma tradição (Tupiguarani) pela outra (Inciso Ponteadó) (SIMÕES e ARAÚJO COSTA, 1978; ARAÚJO COSTA e CALDARELLI, 1988, p. 68).

A segunda interpretação é uma revisão da primeira, realizada alguns anos depois pelas arqueólogas Fernanda Araújo Costa e Solange B. Caldarelli. Após coordenarem o amplo levantamento arqueológico na área que abrange o Reservatório da UHE Kararaô, no médio-baixo Xingu, Araújo Costa e Caldarelli (1988) consideraram que a área compreendida pela UHE Kararaô revelaria uma “terceira tradição”, com elementos culturais da Tradição Tupiguarani e da Tradição Inciso Ponteadó (ARAÚJO COSTA e CALDARELLI, 1988, p. 168). Essa mesma percepção já havia levado Simões e Araújo Costa (1987) a proporem a criação da Tradição Itacaiúnas, uma tradição híbrida, vinculada tanto a Tradição Tupiguarani quanto a tradições arqueológicas da bacia amazônica, englobando as fases Itacaiúnas e Carapanã (FIGUEIREDO, 1965; SIMÕES, CORRÊA e MACHADO, 1973).

A terceira interpretação fez uso das fases e tradições arqueológicas associadas aos sítios identificados no médio-baixo Xingu para a formulação de modelo mais abrangente de ocupação pré-colonial da Amazônia, pautado em determinantes ecológicos dos ambientes de várzea e terra firme. Nesse sentido, as fases associadas às tradições Tupiguarani e Polícroma foram limitadas a trechos diferentes do rio. As fases Independência, Cacarapí e Criajó – vinculadas à tradição Polícroma – seriam restritas ao baixo Xingu, parte mais navegável do rio, e chegariam até a cachoeira da Volta Grande do Xingu. A partir desta, até o médio curso do rio, registrar-se-ia a fase Pacajá e Arara, pertencente à tradição Tupiguarani. Tal configuração foi interpretada por Meggers (et al., 1988) mediante a existência de marcadores ecológicos de fronteiras culturais. Na perspectiva de Meggers e colaboradores (1988), a classificação das fases Polícromas no trecho de ria do Xingu obedecia a um padrão de ocupação indígena na Amazônia que excluía as áreas de terra firme, vistas como barreira ecológica ao desenvolvimento de sociedades politicamente mais “avançadas”, sendo estas associadas às cerâmicas da Tradição Polícroma (CARNEIRO, 2007, p. 141).

Esse quadro inicial de hipóteses lançadas nas décadas de 1970 e 1980, apesar de ter oferecido um conhecimento amplo da configuração dos sítios e de provável diversidade cultural baseada no mosaico de fases e tradições, estabeleceu pouco diálogo com as referências históricas, linguísticas e etnográficas que inspiravam as hipóteses de ocupação indígena na região do Xingu desde o século XIX. Foi preciso agregar à cartografia arqueológica de fases e tradições, as ideias formuladas pelos “antigos” (MARTIUS, 1867; STEINEN, 1886; METRAÚX, 1927; NIMUENDAJÚ, 1948), na qual a relação entre língua e cultura material ainda se manteve restrita a determinantes ecológicos (MEGGERS e EVANS, 1973, 1978; MEGGERS, 1974, 1977, 1979, 1982), mas seria, ao mesmo tempo, complexificada frente à história dos povos falantes de línguas do tronco Tupi e família Tupi-Guarani (LATHRAP, 1970; BROCHADO e LATHRAP, 1982; BROCHADO, 1984, 1989).

3.1. Arqueologia Tupi-Guarani: A “questão” do leste Amazônico

Em macroescala, as pesquisas arqueológicas realizadas entre os rios Xingu-Araguaia e Tocantins vêm corroborando a permanência das populações Tupi-Guarani nas áreas de interflúvios. As escavações e o estudo das coleções arqueológicas, bem como a obtenção de datas de carbono ou da própria cerâmica, tem possibilitado a

construção de um quadro mais sólido a respeito do processo de ocupação dessas populações na região. Esse quadro pode ser sintetizado da seguinte maneira: o processo de expansão populacional dos povos Tupi, vindos das áreas abrangidas pelas bacias dos rios Madeira-Tapajós, iniciado por volta de 5000 anos atrás, deu origem a diferentes famílias linguísticas do Tronco Tupi, dentre elas, a família linguística Tupi-Guarani, com idade aproximada de 2.500 anos (e.g. NOELLI, 1996, 2008; HECKENBERGER et al., 1998; RODRIGUES, 1984, 2000; MELO e KNEIP, 2005, 2006; MILLER, 2009; ALMEIDA, 2013; CÔRREA, 2014).

Por meio dos sítios e das datas conhecidas até o momento, sabe-se que as populações ancestrais Tupi-Guarani já estavam estabelecidas na região de interflúvio Xingu-Tocantins (vale do rio Itacaiúnas) por volta de 150 d.C., e no baixo Rio Tocantins por volta de 500 d.C. (ALMEIDA, 2008a). Nesse quadro, o leste amazônico é entendido não apenas como rota de expansão (BROCHADO, 1984; NOELLI, 1996, 2004; HECKENBERGER et al., 1998; ALMEIDA, 2008a; GARCIA, 2012), mas também como área em que ocorreu a diversificação linguística e cultural dos povos de línguas Tupi-Guarani. Essa compreensão ocorre pelos processos históricos de mobilidade entre essas populações e abarca dinâmicas de fluxo (pré-colonial) e refluxo (pré-colonial e pós-colonial) como parte da formação de territórios (cf. KNEIP e MELLO, 2005, 2006; CORREA-DA-SILVA, 2011; CORRÊA, 2014; SILVA e NOELLI, 2015) e construção das paisagens ao longo do tempo (BALÉE, 2013; SILVA e GARCIA, 2015).

A percepção arqueológica dessas paisagens parte do entendimento de que a diversificação linguística e a ampla distribuição geográfica dos povos de línguas Tupi-Guarani estiveram subjacentes a processos históricos de longo prazo (BROCHADO, 1984), e envolveram dinâmicas sociais relacionadas à colonização de novas áreas sem abandono das áreas antigas, conjugando, assim, mobilidade e territorialidade (NOELLI, 1993, 1996). Para Noelli, os deslocamentos dos povos falantes de línguas Tupi-Guarani seriam decorrentes de causas internas, relacionados não apenas aos aspectos demográficos, mas também a razões sociopolíticas e ao manejo agroflorestal (1996, p. 10-11). A perspectiva de uma expansão gradativa corrobora a compreensão do contexto arqueológico Xingu-Araguaia-Tocantins e parece ser estrutural entre os povos Tupi-Guarani (BROCHADO, 1984; NOELLI, 1993, 1996, 2008; PEREIRA et al., 2016; CORRÊA, 2014; ALMEIDA, 2008; GARCIA, 2012).

Apesar da pouca informação sobre a relação intrassítios e interssítios, existem fatores que devem ser considerados mediante resultados das pesquisas arqueológicas no leste amazônico (FIGUEIREDO, 1965; FRIKEL, 1968; SIMÕES et al., 1973, SIMÕES e ARAÚJO COSTA, 1987; MEGGERS et al., 1988; MAGALHÃES, 1994; SILVA et al., 2004; BUENO e PEREIRA, 2007; SILVEIRA et al., 2008; PEREIRA et al., 2008; ALMEIDA, 2008, 2013, 2016; ALMEIDA e NEVES, 2015, GARCIA, 2012; 2016; SILVA et al., 2011; SILVA e GARCIA, 2015; CORRÊA, 2014). O primeiro fator refere-se ao processo de formação da terra-preta, cuja distribuição, variação dos elementos químicos e datações demonstram que os sítios Tupi-Guarani dessa região podem ser tidos como lugares nos quais as ocupações se deram de forma recursiva e gradativa durante séculos (KERN et al., 2015; GARCIA e KERN et al., 2015) e o segundo, à ampla distribuição geográfica de sítios arqueológicos e cronologias que se estendem entre o primeiro milênio da era cristã até o período inicial do contato europeu (ca. 1500) (SIMÕES e ARAÚJO COSTA, 1987; SILVA, 2004).

Não intento realizar a revisão dos modelos de expansão dos povos Tupi aqui, pois existem trabalhos que já deram conta dessa tarefa (NOELLI, 1993, 1996, 1998, 2008; HECKENBERGER et al., 1998; ALMEIDA, 2008, 2016; CORRÊA, 2009, 2014), entretanto, vale ressaltar que grande parte das pesquisas sobre o tema foi inspirada nos trabalhos de Lathrap (1970) e Brochado (1984), que postularam a continuidade entre os contextos arqueológicos pré-coloniais e as línguas indígenas historicamente conhecidas. Ao considerarem a relação entre língua, cultura material e os sistemas ecológicos de inserção dos sítios arqueológicos, Lathrap (1970) e Brochado (1984) desvelaram, há mais de quarenta anos, uma perspectiva de história indígena que se mantém ativa na arqueologia amazônica. Parte dos estudos que dialogam com o trabalho desses autores (LATHRAP, 1970; BROCHADO, 1984; BROCHADO; LATHRAP, 1982), inclusive este, emprega o termo história indígena como antítese à noção de ruptura entre o passado pré-colonial e o presente etnográfico, e como ponto de partida à compreensão dialética dos processos de transformação cultural ao longo do tempo (e.g. NOELLI, 1993; HECKENBERGER, 1996; NEVES, 1998). Para a arqueologia do médio-baixo Xingu a atualização dos modelos que lidam com a história de longa duração das populações falantes de línguas do tronco Tupi pode ser sintetizada por três trabalhos recentes, e um deles refere-se a minha própria pesquisa de mestrado, realizada na região de interflúvio do vale do Rio Itacaiúnas, na qual proponho a revisão das fases arqueológicas Carapanã e Itacaiúnas, sendo estas contextualizadas dentro das

histórias indígenas regionais e da ancestralidade de grandes famílias linguísticas da Amazônia: Karib, Arawak e Tupi-Guarani (GARCIA, 2012, 2015a, 2016).

O segundo trabalho refere-se a pesquisa realizada por Fernando Almeida (2013), que propõe discutir a correlação entre as cerâmicas da Tradição Polícroma da Amazônia (TPA) e o que ele classificou como Subtradição Tupinambá da Amazônia. O autor (ALMEIDA, 2013) utiliza seus estudos do leste amazônico para fins comparativos com os resultados da pesquisa também desenvolvida por ele no sudoeste amazônico. Para isso, dialoga com os modelos arqueológicos propostos por Lathrap (1970) e Brochado (1984), em que retoma a hipótese de uma relação ancestral entre falantes de línguas Tupi e Arawak por meio da policromia das cerâmicas associadas a essas populações e pelo modelo proposto por Meggers (1987), que entende o baixo rio Tocantins e o médio-baixo Xingu como áreas de origem das populações Tupi-Guarani. O correspondente arqueológico dessa origem seria o que o autor (ALMEIDA, 2013) classifica como Subtradição Tupinambá da Amazônia, caracterizada como expressão material mais antiga e associada à origem das populações Tupi-Guarani, historicamente conhecidas no leste da Amazônia (ALMEIDA, 2013, 2016; ALMEIDA e NEVES, 2015).

O terceiro trabalho foi realizado por Ângelo Corrêa (2014) que produziu um amplo registro de vasilhas arqueológicas e etnográficas abrigadas nos acervos de diferentes museus e instituições de pesquisa do país, bem como de extenso levantamento bibliográfico, com o intuito de reunir e rever as informações sobre os sítios e cronologias relacionados às ocupações pré-coloniais e pós-coloniais das populações falantes de línguas do tronco Tupi. Os dados obtidos pelo pesquisador (CORRÊA, 2014) foram utilizados para atualizar e discutir os modelos de expansão dos povos Tupi (LATHRAP, 1970; BROCHADO, 1984; NOELLI, 1996, 2008; MEGGERS, 1979; MEGGERS et al., 1988). O emprego da linguística histórica (RODRIGUES, 1999; MELO e KNEIP, 2005, 2006; CORREA-DA-SILVA, 2010a; 2010b) levou o autor (CORRÊA, 2014) a um maior detalhamento das hipóteses arqueológicas. Ao analisar comparativamente as vasilhas cerâmicas de diferentes regiões ocupadas por povos falantes de línguas do tronco Tupi, Corrêa (2014) propõe a existência dos Conjuntos Tupi do Norte, associados a agrupamentos de vasilhas diferentes entre si, e dos Conjuntos Proto-Tupinambá, Tupinambá e Guarani, sendo estes dois últimos mais amplamente conhecidos.

O trabalho que busquei desenvolver no mestrado (GARCIA, 2012), bem como as pesquisas realizadas por Almeida (2013) e Corrêa (2014), oferecem contribuições diferentes à arqueologia do leste amazônico, diferenciação essa relacionada aos contextos arqueológicos trabalhados, à percepção da variabilidade formal dos conjuntos artefatuais cerâmicos e, fundamentalmente, ao modo como as classificações linguísticas e arqueológicas são correlacionadas.

Arawak↔Tupi-Guarani:

Assim como a linguística histórica percebe uma ancestralidade comum para diferentes troncos linguísticos (Tupi, Karib, Jê), a arqueologia também observa nos conjuntos cerâmicos atributos na variabilidade formal que, nos agrupamentos mais antigos, parecem ser relativos a diferentes contextos de produção cerâmica na Amazônia. Nesse sentido, recentemente as classificações arqueológicas vêm sendo revistas e repensadas pelo aprofundamento das pesquisas regionais. A partir das hipóteses lançadas por Lathrap (1970) e Brochado (1984), uma das questões que se discute a respeito da origem Tupi-Guarani na Amazônia está fundamentada na policromia das cerâmicas, intimamente relacionada à ascendência dos povos Arawak e à Tradição Polícroma Amazônica (TPA).

Mediante estudos a respeito dos complexos cerâmicos da TPA, Almeida (2013) ressalta que a falta de coerência geográfica e cronológica da distribuição dos complexos ligados a essa tradição fragiliza ou mesmo invalida a associação entre Tradição Polícroma e as fases ou complexos cerâmicos do baixo Amazonas (Cf. NEVES, 2012). Além desse aspecto, ao comparar as vasilhas cerâmicas da Tradição Polícroma com as vasilhas associadas ao preparo e ao consumo de fermentados entre as populações Tupi-guarani, Almeida considera que: 1) tigelas com ombros e decorações sobre os ombros não ocorrem na TPA. Essas tigelas ocorreriam apenas nas cerâmicas Cumancaya, semelhante às cerâmicas Jívaro do Alto Amazonas; 2) urnas funerárias TPA apresentam corpo cilíndrico, parte inferior avantajada e policromia em todo corpo, diferentemente das urnas Tupi-Guarani que apresentam corpo superior avantajado, rara policromia e, esta última, quando ocorre seria restrita à parte superior da vasilha.

Ao ressaltar as diferenças e incongruências relacionadas à Tradição Polícroma e às cerâmicas vinculadas a ela nas regiões do baixo Tocantins, Tapajós e Marajó, por extensão, Almeida (2013a) considera como incerta a existência da Tradição Polícroma

no Xingu (fases Cacarapí e Independência). Conforme o autor (ALMEIDA, 2013a), os complexos cerâmicos da Amazônia Oriental vinculados à Tradição Polícroma estão mais próximos estilisticamente das Tradições Borda Incisa/Inciso Ponteadado, o que abre a possibilidade de que isso também se aplique às fases Polícromas do baixo Xingu (Almeida, 2013a, p. 40). Almeida (2013a) propõe a hipótese de um processo de expansão dos ancestrais Arawak por vias fluviais, pela calha do Rio Amazonas, em contraposição ao processo de expansão por terra firme empreendido por ancestrais Tupi-Guarani, ao longo das regiões ao sul da calha do Amazonas (cf. LATHRAP, 1970; BROCHADO, 1984; RODRIGUES, 2000). A partir dessa hipótese e de escassas informações sobre o baixo Xingu, também sugere ser essa a região em que teria ocorrido o contato antigo entre ancestrais Arawak (Tradição Pocó, Saladoide) e ancestrais Tupi-Guarani (Almeida, 2013a, p. 340).

A ideia de ver o baixo Xingu como área de contato já teria sido, de certa forma, indicada pela cartografia de fases estabelecidas pelo PRONAPABA-XINGÚ e discutidos por Meggers e Perota em artigo de autoria compartilhada com pesquisadores que atuavam em outras regiões (cf. MEGGERS et al., 1988). Nesse artigo, Meggers e colaboradores (1988) colocam a Cachoeira da Volta Grande do Xingu como marcador ecológico e fronteira que dividiria os sítios associados à Tradição Tupiguarani e os sítios da Tradição Polícroma. Almeida (2013a) inverte esse raciocínio. Além de desassociar as cerâmicas policrômicas da Tradição Polícroma, propõe que, ao invés de marcadores ecológicos de fronteiras culturais (cf. MEGGERS et al., 1988), cachoeiras, como a que existe na Volta Grande do Xingu, serviram como lugares de contato entre as populações indígenas pré-coloniais, aspecto que, para o autor (ALMEIDA, 2013), explicaria a variabilidade da cerâmica indicada pelas pesquisas do PRONAPABA-XINGÚ e dos sítios do baixo Tocantins estudados por ele. Nesse sentido, para o autor (ALMEIDA, 2013), a correlação entre os estilos cerâmicos Tupi-Guarani e Arawak estaria vinculada ao compartilhamento da policromia e não a uma mesma tradição tecnológica ou ancestralidade comum (ALMEIDA, 2013a, p. 341). Contudo, Almeida (2013) não define o que entende por contato, assim como não complexifica as possíveis consequências desse contato na variabilidade formal das cerâmicas Tupi-Guarani.

Karib↔Tupi-Guarani:

Em trabalho anterior busquei discutir, ainda que precocemente, a existência de elementos tecnológicos comuns às cerâmicas ancestrais Karib (fase Carapanã) e Tupi-Guarani (fase Itacaiúnas) (GARCIA, 2016). Os sítios arqueológicos nas proximidades do Rio Itacaiúnas, associados à fase arqueológica de mesmo nome, apresentam, até agora, as datas mais antigas para as ocupações Tupi-Guarani na Amazônia cujas cronologias recuam ao primeiro século da era cristã [*ca.* 150 d.C.]. Até o momento, as datas por volta do século II da era cristã são menos frequentes em relação às datações a partir do século VI (SIMÕES, 1976; SIMÕES et al. 1973; SIMÕES; ARAÚJO COSTA, 1987; MAGALHÃES, 1994; PEREIRA et al., 2008; SILVEIRA et al., 2008; PEREIRA et al., 2008; GARCIA, 2012), o que pode ser compreendido não apenas como um reflexo do andamento das pesquisas arqueológicas, mas também como resultado do processo gradativo de estabelecimento dessas populações no leste amazônico (BROCHADO, 1984; NOELLI, 1996; HECKENBERGER, NEVES e PETERSEN, 1998; ALMEIDA, 2008; GARCIA, 2012; CORRÊA, 2014). Esses sítios, associados aos ancestrais Tupis-guaranis, estão espacialmente relacionados a ocupações que antecedem a chegada dos mesmos à região de interflúvio Xingu-Tocantins.

As ocupações mais antigas, com datas entre 400 a.C. e 700 d.C., foram associadas à fase Carapanã (Cf. GARCIA, 2012) e às Tradições Borda Incisa e Inciso Pontado (Cf. MEGGERS e EVANS, 1961; ROOSEVELT, 1980; BROCHADO e LATHRAP, 1982; GOMES, 2002; HECKENBERGER, 2001). A fase Carapanã estaria relacionada ao aparecimento dos primeiros sítios-aldeias do leste amazônico (SILVEIRA et al., 2008; GARCIA, 2012; ALMEIDA, 2013b). O que proponho em meu trabalho de mestrado é que as cerâmicas da fase Carapanã, diferentemente do entendimento das pesquisas anteriores (SIMÕES et al., 1973), apresentam correlações estilísticas e cronológicas com complexos cerâmicos antigos, identificados nas terras altas do noroeste amazônico e baixo curso do Amazonas e seus tributários, nas quais as cerâmicas parecem coincidir com a proliferação de uma série de estilos suprarregionais marcados pela inscrição de grafismos incisos e representações animalísticas (ROOSEVELT, 1992, p. 65).

Os sítios da fase Carapanã não apresentam hiato estratigráfico em relação às ocupações associadas à fase Itacaiúnas (SIMÕES et al., 1973; GARCIA, 2012). Contudo, apesar da existência de cronologias que circunscrevem *ca.* 1200 anos de ocupações vinculadas à fase Carapanã, ainda não é claro se esse processo se deu de forma contínua (SILVEIRA et al., 2008; GARCIA, 2012, 2016; KERN et al., 2015).

Todavia, há maiores indícios de que esses sítios deixam de existir por volta de 700-800 D.C., período que coincide com o aumento dos sítios da fase Itacaiúnas (GARCIA, 2012).

As cerâmicas da fase Itacaiúnas apresentam similaridades com a fase Carapanã. Essas similaridades estão correlacionadas à incorporação de flanges e inflexões acentuadas nos lábios, bordas, ombros e carenas nas cerâmicas da fase Itacaiúnas. As inflexões angulares passam a configurar o perfil interno das vasilhas da fase Itacaiúnas, especificamente na junção entre o corpo superior e inferior, entre o corpo superior e a borda, e no acabamento do lábio. Além dessas características morfológicas, observa-se grande variabilidade de decorações plásticas nas cerâmicas da fase Itacaiúnas, com variações no modo como os corrugados eram produzidos e restritos a partes específicas do corpo das vasilhas, como ombros, pescoço, corpo inferior ou combinado a pinturas, por exemplo, tigelas com ombro pintado e corpo inferior corrugado. É possível dizer que nos conjuntos mais antigos da fase Itacaiúnas [séculos II-VIII não há policromia, e sim pinturas bícromicas produzidas por meio da combinação de pigmentos preto e vermelho]. Essas variações ocorrem associadas a um maior investimento em acabamentos de superfície com grafismos incisos e pintados, elementos que se tornam mais visíveis nos conjuntos da fase Itacaiúnas tardios [séculos IX-XV] (Cf. GARCIA, 2012, 2016).

Do ponto de vista da linguística histórica, a influência das línguas de origem Karib na família Tupi-Guarani mobiliza diferentes estudos e hipóteses na linguística histórica (DERBYSHIRE, 1994; GILDEA, 1994; RODRIGUES, 2000; MEIRA, 2007). Na leitura realizada por Correa-da-Silva (2010, p. 76), o estudo comparativo de construções subordinadas em Tupi-Guarani e Karib realizado por Derbyshire (1994) demonstrou um paralelismo entre essas duas famílias linguísticas “que não poderia ser produto de contato linguístico, reforçando a hipótese de relacionamento genético”. O registro atualizado das línguas Karib contemporâneas, realizado por Meira (2006, 2007), corrobora essa hipótese e coloca dois pontos. O primeiro de que os empréstimos linguísticos entre Karib-Tupi-Guarani seriam subordinados a um ancestral Karib, e o segundo que considera improvável o contato entre essas populações ao sul do Amazonas, descartando a hipótese de uma origem Karib no Brasil Central.

Como mostra Meira (2007), as línguas Karib da costa norte (costa da Venezuela, Guianas e ilhas caribenhas) foram extensamente registradas no período colonial e no século XIX. As descrições históricas e as pesquisas etnográficas oitocentistas resultaram

nos primeiros agrupamentos das línguas Karib associados não apenas às populações que viviam ao norte da bacia amazônica, como especialmente, ao sul, na região dos rios Xingu-Araguaia e Tocantins. Assim, desde o século XIX, com as etnografias de Karl von den Steinen sobre as línguas Bakairi e Kuikuro (*Nahuquá*) no Alto Xingu, bem como as informações coletadas por Paul Ehrenreich entre os Apiaká no baixo Tocantins, e Wilhelm von den Steinen e Hermann Meyer entre os Yarumá do alto-médio Xingu e Araguaia, mantém-se a discussão sobre a origem Karib no sul da Amazônia (VON DEN STEINEN, [1883] 1942; RODRIGUES, 1985; MEIRA e FRANCHETTO, 2005; MEIRA, 2006). Pela comparação entre as línguas Karib, Meira e Franchetto (2005) demonstram que as línguas faladas ao sul do Amazonas conformam agrupamentos distintos e, ao contrário da diversidade linguística que se presumia antes, as línguas Karib do Xingu-Tocantins podem ser reunidas em dois subgrupos: Baikari - Ikpeng (Arara/Yarumá/Apiaká) e Kuikuro (Matipu/Kalapalo/Nahukwa). Com esse resultado, os autores (MEIRA e FRANCHETTO, 2005) corroboram a hipótese de origem das línguas Karib ao norte do Amazonas (cf. DURBIN, 1977), área geográfica que passaria a ter o maior número de ramificações linguísticas independentes dentro da família Karib (MEIRA e FRANCHETTO, 2005, p. 39-40).

Há alguns anos, Mello e Kneip (2005, 2006) propuseram que o leste amazônico deveria ser entendido como área geográfica de origem (*Agea Area*) e diversificação das línguas Tupi-Guarani e contato ancestral entre essas e falantes Karib. A proposta feita pelos autores (MEIRA e FRANCHETTO, 2005, 2006) busca conciliar o dado linguístico e arqueológico. Ao situarem a origem dos povos Tupi-Guarani entre o Rio Tapajós e o Rio Araguaia, corroboram entender tanto a proximidade do Tupinambá com as demais línguas Tupi-Guarani quanto a relação ancestral entre Karib e Proto-Awetí-Tupi-Guarani: “[...] considerando uma rota Karib norte-sul [...], como indicam evidências mais recentes (MEIRA, 2007). De acordo com Mello e Kneip (2006) esse encontro deveria ter ocorrido possivelmente no meio-leste amazônico” (CORREA-DA-SILVA, 2010b, p. 78).

A hipótese de Mello e Kneip (2006) é corroborada pelos dados arqueológicos, especialmente no que diz respeito à origem Tupi-Guarani no leste amazônico (CORRÊA, 2014; ALMEIDA e NEVES, 2015). Já a relação antiga entre as populações falantes de línguas Tupi-Guarani e Karib, pautada não só em linguística, mas também em dados históricos e etnográficos (CORREA-DA-SILVA, 2010a, 2010b), ainda possui pouca visibilidade nas discussões arqueológicas. Nesse sentido, cabe à arqueologia

encontrar caminhos para discutir sobre a profundidade histórica da relação entre essas populações na Amazônia, pois, do ponto de vista arqueológico, tem se tornado cada vez mais clara a correlação entre o estilo tecnológico de alguns conjuntos artefatuais cerâmicos do médio-baixo Xingu e àqueles associados ao estilo Koriabo no interior do Amapá e Guianas e Inciso-Ponteados no baixo Amazonas. A cronologia conhecida até o momento é mais ou menos contemporânea em todas essas regiões (*ca.* 750 d.C. – 1550 d.C.) (ROSTAIN, 2016; SALDANHA et al., 2016; BARRETO e NASCIMENTO, 2016; LIMA e FERNANDES, 2016; MÜLLER et al., 2016). Entretanto, diferente das ocupações mais recentes no médio-baixo Xingu (vide Quadro 4), os sítios situados na região do Rio Itacaiúnas e associados à fase Carapanã apresentam cronologias de ocupação bem mais antigas, que podem estar relacionadas a um processo inicial de ocupação dos povos falantes de línguas Proto-Karib no leste amazônico, questão essa que vai ao encontro das proposições e resultados obtidos pelos estudos mais recentes em linguística histórica (e.g. CORREA-DA-SILVA, 2010; MELLO e KNEIP, 2006; MEIRA, 2006, 2007).

Tupi↔Tupi-Guarani:

Após uma análise mais abrangente⁶, o estudo comparativo realizado por Corrêa (2014) entre as vasilhas Tupi amazônicas e as vasilhas Guarani e Tupinambá foi, sem dúvida, uma grande contribuição à arqueologia dedicada à história de longa duração dos povos falantes de línguas do tronco Tupi. Os conjuntos cerâmicos que ele (CORRÊA, 2014) classificou como Conjuntos Tupi do Norte apresentaram subdivisões que

⁶ Corrêa procurou rever o processo de expansão dos povos Tupi e Tupi-Guarani ao longo das bacias hidrográficas que cobrem grande parte do território brasileiro e países de fronteira (Bolívia mais ao norte e Paraguai, Uruguai e Argentina, ao sul). Para isso, empresta termos da biologia e da ecologia para caracterizar a estrutura dos processos de expansão e migração (Cf. RENFREW, 2000; ANTHONY, 2007; BROCHADO, 1984; NOELLI, 1993, 1996), situados dentro de movimentos homeostáticos e heterostáticos caracterizados, respectivamente, como estabilidade e transição nas dinâmicas de mobilidade e constituição territorial das populações falantes de línguas do tronco Tupi. O termo homeostase é utilizado para definir um sistema aberto, estável e regular do ponto de vista da reprodução social e ecológica, constituindo o que o autor (CORRÊA, 2014) trata como movimentos de primeira ordem, relacionados a movimentos gradativos e de curta distância. O segundo termo, heterostático, define um sistema transitório, relacionado a movimentos de segunda ordem; caracterizados pelo aumento da frequência dos deslocamentos, curta permanência nos locais habitados, e movimento de grande contingente populacional (conjunto de aldeias) a fim de garantir o domínio territorial. Os movimentos homeostáticos dentro desse modelo são preponderantes e coerentes com a dinâmica de manutenção territorial, semelhanças na língua e na cultura material, este último aspecto, de maior visibilidade entre os povos Guarani e Tupinambá (CORRÊA, 2014, p. 143-147). A ideia de homeostase e heterostase procura isolar os aspectos estruturais da mobilidade dos povos de línguas do tronco Tupi (há muito presente nos conceitos de expansão e migração) das causas históricas que dariam origem a eles. De modo que, mais do que a homeostasia já comumente observada nos contextos regionais, a heterostase serviria para explicar a existência de grandes intervalos ao longo das rotas de expansão.

corroboram parte das discussões sobre a origem e a expansão dos povos Tupi na Amazônia. Segundo Corrêa (2014), essas subdivisões formaram os seguintes agrupamentos: Tupi Norte Ocidental, Tupi Norte Oriental e Proto-Tupinambá.

A análise de Corrêa incluiu vasilhas etnográficas, e essas parecem compor a maior parte das vasilhas do Conjunto Tupi Norte Ocidental, provenientes das regiões dos rios Madeira-Guaporé e Tapajós. Um aspecto importante dentro desse agrupamento está na percepção de que as cerâmicas desse conjunto guardam características morfológicas que poderiam ser entendidas como o “*core*” das cerâmicas Tupi, relacionado à existência de formas com contornos simples e acabamentos plásticos (e.g. roletados e corrugados) comuns a todos os conjuntos cerâmicos, arqueológicos e etnográficos (CORRÊA, 2014, p. 225). O Conjunto Norte Oriental, que será enfatizado a diante, remete às vasilhas arqueológicas e etnográficas dos povos falantes de línguas do tronco Tupi e família linguística Tupi-Guarani das regiões dos rios Tapajós, Xingu e Tocantins.

Já o conjunto Proto-Tupinambá é associado às cerâmicas encontradas ao leste das bacias dos rios Gurupi-Tocantins até a costa da região nordeste, no norte da Bahia. Esse último conjunto é relacionado às populações que partiram do interflúvio Xingu-Tocantins até o nordeste e à expansão Tupinambá. Esse processo resultaria na transformação do estilo técnico das cerâmicas. De modo que, os conjuntos Proto-Tupinambá se diferenciam tanto dos conjuntos Tupi Norte Oriental quanto dos conjuntos Tupinambá, estes, por sua vez, encontrados apenas na região nordeste, expandindo-se no sentido sul e nas porções do interior centro-oeste (CORRÊA, 2014, p. 213-216).

Segundo os modelos linguísticos (i.e. CORREA-DA-SILVA, 2010, 2011), os agrupamentos cerâmicos do Conjunto Norte Oriental estariam relacionados aos seguintes processos: 1) movimentação mais antiga que daria origem às famílias linguísticas Tupi-Guarani, Awetí, Munduruku, e Juruna, em que os Juruna são tidos como fracionamento mais antigo das línguas do ramo oriental, assim como os Munduruku do Tapajós; 2) expansão populacional e ramificação das línguas Proto-Tupi-Guarani na Amazônia, caracterizadas por movimentos de fluxo para novas áreas e refluxo para áreas ancestrais ou de origem. Esses movimentos de fluxo e refluxo já seriam conhecidos historicamente, sendo identificado pela linguística para períodos pré-coloniais (Cf. MELLO e KNEIP, 2006; CORREA-DA-SILVA, 2010, 2011).

Com estes desmembramentos [das famílias Juruna e Munduruku] temos a definição de um Proto-Mawé-Awetí-Tupi-Guarani, provavelmente instalados entre o alto Juruna e Arinos. O próximo fracionamento originou o Proto-Mawé tendo seus falantes, seguido para o baixo Tapajós entrando em contato com os ascendentes dos Munduruku que aí também se encontravam. A partir de então os falantes do Proto-Awetí-Tupi-Guarani teriam mantido um contato com grupos do tronco Karib oriundos do norte amazônico, recebendo influência e empréstimos linguísticos destes na região do alto rio Arinos. Outro grupo teria se fracionado originando os falantes do Proto-Awetí ao seguirem para leste na direção dos formadores do Rio Xingu. Com a separação do Proto-Awetí temos consequentemente a definição do Proto-Tupi-Guarani que iniciaram entre 2500 a 1500 A.P. um amplo processo de diferenciação devido a processos de divisão e separação de suas comunidades ainda nas proximidades do rio Arinos. (CORRÊA, 2014, p. 123)

Com base nesse modelo, a expansão Tupi-Guarani na Amazônia daria origem a vários ramos linguísticos:

- ➔ Ramo IV - Rio Arinos: Asurini do Tocantins, Parakanã, Suruí, Tembê, Guajajara, Turiwara;
- ➔ Ramo V - Interflúvio Xingu-Bacajá-Tocantins: Araweté, Anambé-Cararí, Asurini do Xingu;
- ➔ Ramos VI/VII - Interflúvio Tapajós-Xingu: Kayabí, Apiaká, Parintintin, Tupi-Kawahíb, Juma;
- ➔ Ramo VIII com influência Karib - Interflúvio Xingu-Bacajá-Tocantins: Anambé, Guajá, Kaapór, Wajãmpí, Zo'é, Emérillon.

Conforme as proposições linguísticas, vários coletivos indígenas teriam sua ancestralidade ligada à região que abrange as bacias dos rios Xingu-Araguaia e Tocantins. Parte dessas populações atualmente vive nas regiões ao sul do Rio Amazonas ou na extensa região de terra firme da sua margem esquerda, incluindo-se aí o planalto das Guianas. No médio-baixo Xingu vivem os Asurini do Xingu, Araweté e Parakanã. Além dos Juruna e Shipaya, associados ao desmembramento mais antigo do Ramo Oriental, esses agrupamentos linguísticos sintetizam, no estudo desenvolvido por Corrêa (2014), diversos trabalhos em linguística histórica (RODRIGUES, 2000; MELLO, 2000; RODRIGUES e CABRAL, 2001, 2002; CORREA-DA-SILVA, 2010, 2011; MOORE, 2005; MELLO e KNEIP, 2005, 2006).

O modelamento linguístico e arqueológico proposto por Corrêa (2014) corrobora três aspectos observados nos contextos pré-coloniais associados à ancestralidade Tupi e Tupi-Guarani do leste amazônico e que, até pouco tempo, pautavam-se apenas nos estudos regionais. Um desses aspectos remete a certa correspondência entre a diversidade linguística e diversidade material interligada às cerâmicas arqueológicas. O

segundo aspecto, inseparável do primeiro, é relacionado à influência Proto-Karib apontada pelos estudos da linguística histórica e pela variabilidade formal das vasilhas arqueológicas e etnográficas; e o terceiro aspecto, refere-se à maior proximidade estilística das vasilhas da região do Xingu e interflúvios com as vasilhas do Conjunto Guarani.

3.2. A antinomia Tupi-Guarani e as histórias indígenas no médio-baixo Xingu

A hipótese inicialmente apontada pelos estudos da linguística histórica (MELLO e KNEIP, 2005, 2006) e mais recentemente pela arqueologia (ALMEIDA, 2013; CORRÊA, 2014; NEVES e ALMEIDA, 2015) no que se refere à origem ancestral Tupi-Guarani no leste amazônico, vem se tornando ponto de comum acordo entre as pesquisas arqueológicas nessa região. Existem dissonâncias, entretanto, no modo como essas histórias indígenas de longo termo vêm sendo construídas e, mais especificamente, no modo como a relação entre língua e cultura material é entendida nesses modelos arqueológicos.

A relação entre língua e cultura material assume correlações e importâncias distintas nos modelos arqueológicos. Em Brochado (1984), o inventário das línguas e as hipóteses da linguística histórica foram empregados no estudo das cerâmicas Tupinambá e Guarani. Nesse caso, o inventário das línguas foi utilizado na classificação e caracterização das formas e usos das vasilhas; e a hipótese linguística foi utilizada no modelamento dos processos de dispersão e diversificação histórica e cultural dos povos Tupi e, mais especificamente, das populações Tupinambá e Guarani. Em Noelli (1993), termos e palavras Guarani tornaram-se fonte de investigação histórica, etnográfica e arqueológica sobre a ecologia e a cultura material dessas populações. Uma perspectiva semelhante foi empregada nos estudos etnoecológicos desenvolvidos por Ballé (1989, 2000, 2004, 2013) entre os Tupi-Guarani da Amazônia Oriental. Os inventários das línguas indígenas como fonte de pesquisa ainda ocupa pouco espaço na arqueologia Tupi. De outro modo, a história dos povos falantes de línguas do tronco Tupi e, mais especificamente, da família linguística Tupi-Guarani é secularmente ligada aos modelos linguísticos (ver NOELLI, 1996; CORREA-DA-SILVA, 2011; CORRÊA, 2014) e o uso desse conhecimento na arqueologia é quase tão diversificado quanto as hipóteses arqueológicas propostas ao longo do século XX (CORRÊA, 2014).

Do ponto de vista da linguística histórica, a diferenciação das línguas é relacionada a processos diacrônicos de separação, distribuição geográfica e relações de contato entre línguas distintas. De maneira simples e sem querer aprofundar o assunto, em linguística a análise da diferenciação é pautada na identificação de uma língua ancestral comum, ou seja, uma protolíngua por meio da qual outras línguas se originaram (MELLO e KNEIP, 2005; MOORE e STORTO, 2002). Para isso, os linguistas se utilizam da comparação entre “línguas que poderiam ter uma origem comum, visando estabelecer relações genéticas e reconstituir estágios antecedentes daqueles atuais” (RODRIGUES, 1964, 1986; MOORE e STORTO, 2002; SANTOS GRANERO, 2002; FAGUNDES, 2002; ANTHONY, 2007; GLAUCIO, 2010 apud CORRÊA, 2014, p. 102). De modo que, a ancestralidade na linguística corresponde à ancestralidade genética, determinada pela análise e sistematização das similaridades e regularidade das mudanças (*e.g.* fonéticas e fonológicas) da língua ao longo do tempo (MOORE e STORTO, 2002).

De forma similar, os modelos arqueológicos pautados na correlação entre língua e cultura material das populações falantes de línguas do tronco Tupi apontam que a diversidade material (leia-se cerâmicas) associada a essas populações correspondem também a processos diacrônicos de desenvolvimento das línguas (BROCHADO, 1984, 1989; NOELLI, 1993, 1996; CORRÊA, 2014). Para Noelli (1993) e Corrêa (2014), o estudo das cerâmicas arqueológicas estabelece de certa forma, uma analogia entre as perspectivas da linguística e da arqueologia no que diz respeito ao entendimento dos processos diacrônicos de diferenciação da cultura material dos povos Tupi. Conforme Corrêa (2014):

Assim como na linguística histórica se distingue separações entre duas línguas por meio da porcentagem de cognatos entre as línguas, determinando a distância relativa de parentesco genético entre elas, e a protolíngua que as originou, para as cerâmicas podemos pensar do mesmo modo, quanto mais elementos qualificáveis e quantificáveis em comum, maior a relação genética entre os conjuntos. (2014, p. 219)

Noelli (1996) e, antes deste, Lathrap (1971) e Brochado (1984) já haviam adiantado parte desse debate ao apontarem a necessidade de uma percepção crítica da relação entre “diferenciação material e derivações linguísticas”, e que pressupõe a ideia de que “a diferenciação material e tecnológica não ocorre de forma isolada, mas segue fenômenos culturalmente encadeados” (NOELLI, 1996, p. 9).

Na Amazônia, o estudo das cerâmicas arqueológicas está intimamente relacionado às questões postas pela diversidade cultural e linguística. De modo que, quando se trata da formação das línguas e da cultura material, não é apenas a ancestralidade genética que conta, a mobilidade e os efeitos do contato relacionados a sistemas regionais abrangentes se tornam indissociáveis desses processos que, como mostrado pela linguística e pela arqueologia, teve início em períodos pré-coloniais e se mantém nos dias de hoje nas regiões de maior concentração indígena na Amazônia (EPPS, 2009, p. 581). De outro modo, como argumenta a linguista Patience Epps (2009), por trás da grande diversidade linguística da Amazônia é possível observar certa homogeneidade tipológica, na qual línguas de famílias distintas desenvolveram perfis gramaticais similares por meio de contatos prolongados. Nesse sentido, a grande maioria das línguas faladas na Amazônia está ligada a quatro troncos linguísticos: Tupi, Arawak, Karib e Macro-Jê. De certa forma, é com essa “homogeneidade tipológica” que a arqueologia amazônica tem dialogado com os estudos em linguística e antropologia. A correlação entre esses grandes agrupamentos linguísticos (troncos e famílias) ganha contornos distintos quando vistos por diferentes contextos arqueológicos, históricos e etnográficos de cada região.

No leste amazônico, a diversidade material notada especificamente na variabilidade formal das cerâmicas sobrepõe o quadro da diversificação linguística e origem das línguas Tupi-Guarani nessa mesma região. Partindo dessa premissa, no estudo de coleções cerâmicas arqueológicas vinculadas aos falantes do tronco Tupi e à família linguística Tupi-Guarani do leste amazônico, Almeida (2013) e Corrêa (2014) utilizaram o qualificativo “cerâmicas politéticas”, termo emprestado do conceito *Polythetic Features*, adaptado pelo arqueólogo David Clark (1978, p. 36-37 apud ALMEIDA, 2013, p. 28), e que está baseado em certa gramática da diferença e compartilhamento, não específico, de determinados atributos ou linguagem tecnológica.

Para Almeida (2013) os conjuntos cerâmicos são compreendidos pela classificação arqueológica e criação do que o autor (ALMEIDA, 2013) trata como Subtradição Tupinambá da Amazônia (ver também ALMEIDA e NEVES, 2015), cujo caráter politético remete a diferenças entre conjuntos de uma mesma unidade de classificação (Subtradição Tupinambá) e à correlação entre os conjuntos dessa unidade e tradições arqueológicas amazônicas (Tradição Pocó, Tradição Saladoide). De forma distinta, para Corrêa (2014) as características politéticas serviram de base para o modelamento entre arqueologia e linguística, na qual o autor optou por não desassociar

a classificação arqueológica da classificação linguística. Nesse caso, o caráter politético reside nos desenvolvimentos internos de cada conjunto, intimamente relacionados aos processos de diversificação linguística e estrutura das dinâmicas de mobilidade.

Almeida (2013, 2016) se distancia das classificações linguísticas, associando a classificação arqueológica a referências históricas e etnográficas. Conforme Almeida, “enquanto os dados arqueológicos, etno-históricos e etnográficos correlacionam de maneira extraordinária a família linguística Tupi-Guarani ao estilo tecnológico [das cerâmicas, especialmente]” (ALMEIDA, 2016, p. 172), a Subtradição Tupinambá da Amazônia se torna um agrupamento da Tradição Tupi-Guarani (ALMEIDA, 2016, p. 172; ALMEIDA e NEVES, 2015). O trabalho de Almeida (2016) indica, do ponto de vista material, a Subtradição Tupinambá como a expressão mais antiga da Tradição Tupi-Guarani e, neste ponto, diverge das proposições linguísticas e do que é proposto por Corrêa (2014). Para Corrêa (2014), é exatamente o oposto, do ponto de vista material, uma das poucas características comuns às cerâmicas do interflúvio Xingu-Tocantins seria a sua maior similaridade com os Conjuntos Guarani. Entretanto, em consonância com os modelos linguísticos, classifica as cerâmicas do leste amazônico como parte do Conjunto Tupi Norte Oriental, por entender que a diversidade notada na cultura material desse conjunto não corresponde apenas à origem da família linguística Tupi-Guarani, como também à história de outros povos Tupi de línguas do ramo oriental, como os Juruna e Munduruku.

Pode-se considerar que existe um abismo entre o refinamento das classificações arqueológicas e o refinamento das classificações linguísticas, que me parece menos relacionado à natureza distinta do objeto de pesquisa, do que à perspectiva teórico-metodológica. Assim, para a arqueologia Tupi-Guarani na Amazônia ainda escapam estudos sobre o passado recente relacionado às “histórias do meio”, aquelas que estariam entre o passado pré-colonial e o presente etnográfico, ou seja, a história de “*short durée*” (cf. CIGARAN, 2012; MACHADO, 2013; SILVA, 2013; SILVA e NOELLI, 2015), tal como entendida criticamente pelo arqueólogo Stephen Silliman (2012), que propõe desdobrar as histórias do contato e do colonialismo por meio das narrativas indígenas. Além disso, a correlação estabelecida com as classificações da linguística histórica é, muitas vezes, o único ponto de contato entre o dado arqueológico

e o dado etno-histórico⁷ – entendendo este último na acepção antropológica do termo (VIVEIROS DE CASTRO, 1993, p. 25). Monteiro (2007) lembram que a origem das designações históricas e classificações linguísticas estão diretamente ligadas às mais diversas situações de contato e narrativas indígenas, em que o próprio nome Tupi remete ao herói criador *Maíra Tupã* e ao mito da divisão das línguas (LEITE, 1938-50, [8]: 408; apud MONTEIRO, 2007, p. 43).

Historicamente, o emprego dos nomes Tupi e Guarani ou Tupinambá e Guarani tornaram-se generalizações que, ao longo do tempo, substituíram uma variação de etnônimos relacionados a populações distintas, porém, com língua, cultura material, características físicas e sociais semelhantes (CORRÊA, 2014, p. 27-29). Esses termos também estão relacionados à origem “acadêmica” da designação Tupi-Guarani, criada por Steinen ([1886] 1942, p. 342) e popularizada posteriormente por Métraux (1927, 1928) (Cf. NOELLI, 1993, 1996; CORRÊA, 2014). Nesse meio, é interessante notar que o termo Tupi-Guarani, menos que uma classificação linguística, surge dos “elementos culturais comuns às tribos da mesma família” (EDELWEISS, 1947, p. 8 apud NOELLI, 1993, p. 24), sendo especialmente fundamentado por Métraux (1928) por meio do estudo da cultura material vinculada aos povos falantes do tronco Tupi (BROCHADO, 1984; NOELLI, 1993; CORRÊA, 2014). Há muito se sabe que essa simplificação linguística não se aplica à compreensão da história dos povos Tupi na Amazônia e, neste caso, mais do que as similaridades é a diversidade linguística e material que importam.

Em seu artigo sobre a Língua Geral Amazônica, o linguista Denny Moore (2014) observa que a língua Tupinambá propriamente dita é considerada, do ponto de vista histórico, uma língua roubada pelos europeus e missionários jesuítas, que mais tarde a empregaram na catequese e empresa colonial na Amazônia. Como coloca o autor (MOORE, 2014), a bem-sucedida expansão da língua Brasília nos séculos que sucederam a colonização europeia pode ser entendida como um reflexo do protagonismo das populações Tupi-Guarani, reduzidas a etnonímia Tupinambá. No Maranhão e Grão-Pará, a língua Brasília, essencialmente Tupinambá, continuou predominantemente como língua litúrgica e, em menos de cem anos, foi substituída pela

⁷O sentido estrito de etno-história presente nas reflexões do antropólogo Viveiros de Castro é definido "como uma investigação que procura estabelecer os regimes de historicidade característicos de diferentes sociedades, os modos concretos de estar no tempo de cada forma sociocultural, e que é tributária de seu modo de produção e reprodução, de sua estrutura morfológica, de sua cosmologia, sua filosofia da história e de sua 'cultura' no sentido mais amplo" (2002, p. 25).

Língua Geral Amazônica – com influências linguísticas diversificadas (cf. LEE, 2005, p. 165 apud MOORE, 2014). Conforme Moore (2014, p. 116), a relação entre o Tupinambá e a Língua Geral Amazônica se tornaria similar à relação entre o latim e o português de Portugal. De modo que, ao contrário do que muitas fontes históricas do período colonial dão a entender, delineando a ideia de sociedades Tupinambá como “unidade heterogênea”, os estudos mais recentes da linguística sobre o emprego deste etnônimo sugerem que existiu verdadeiramente uma unidade Tupinambá, e esta, após “catequizar” os missionários jesuítas, possibilitou que eles catequizessem seus inimigos, mesmo aqueles mais distantes, no sertão amazônico. Do ponto de vista linguístico (RODRIGUES, 2002; CABRAL, 2011; MOORE, 2014) e arqueológico (BROCHADO, 1991; CORRÊA, 2014), o desenvolvimento da língua e da cultura material Tupinambá tem sido cada vez mais relacionado a histórias específicas e que, diferentemente das línguas Guaraní, estão intimamente ligadas ao processo de colonização da Amazônia.

Na Amazônia o reconhecimento linguístico e cultural das populações falantes Tupi/Tupi-Guarani traz toda carga do conhecimento construído sobre coletivos Tupinambá e Guaraní historicamente estabelecidos em regiões fora da Amazônia. Essa premissa é verdadeira tanto do ponto de vista das experiências coloniais, desenvolvidas mais tardiamente na Amazônia (séc. XVII-XVIII), quanto do ponto de vista da construção das narrativas científicas iniciadas no século XIX. Essas narrativas históricas se refletem na compreensão do estilo tecnológico das cerâmicas arqueológicas Tupi-Guarani do leste amazônico e, muitas vezes, obscurecem a percepção das histórias indígenas. Não se trata de perder de vista “o fio de Ariadne” da longa história Tupi-Guarani nas terras baixas da América do Sul, mas, sim, de não reduzir as trajetórias históricas dos coletivos Tupi-Guarani da Amazônia à etnonímia Tupinambá. A questão é: até que ponto não se está abrindo mão de outras histórias e reproduzindo o discurso colonial? A proposta feita por Brochado (1974, 1981, 1984, 1989, 1991, 1993) nos idos da década de 1980 representa apenas o começo de um grande projeto sobre a história dos povos Tupi, o qual não se resume às trajetórias dos Tupinambá e Guaraní. Nesse sentido, é de se esperar que na Amazônia a arqueologia Tupi tenha outros nomes, outras paisagens.

Ao refletir sobre o que trata como “*A Paisagem Tupi-Guarani*”, o antropólogo Viveiros de Castro (1992) examina a bibliografia disponível sobre essas populações até o início dos anos 1990 e diante disso faz a seguinte observação:

The reliance on the Tupinambá is explicable in part by their being historically anterior; in part by tupinologist's tradition of using their language as sort of latin; and finally, by the supposition that the Tupinambá, as described by the chronicles who encountered them on the southeast coast of Brazil (not in Maranhão where they were described a century latter), were a set of 'pure' societies where almost nothing could be considered an effect of the European presence. Even though this last point is problematic, it is visually taken for granted. [...] But we should look at things from the opposite point of view. The historical Guarani and Tupinambá societies, which were in the midst of a process of expansion when Europeans arrived, should not be considered the civilizational matrix that later degenerated into the contemporary societies, but rather, a specialized and hyperbolic development of a more flexible and generalized social structure. Therefore, it is less matter of reconstructing routes of historical degradation than one of inserting the facts, past and present, into a neutral series where not only do the Tupinambá throw light on the Kaapor or Tapirapé or others, but the latter, for their part, illuminating the former. (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 25)

Um dos aspectos dessa reflexão coloca em pauta o Tupinambá como um “tipo” ideal de sociedade que nunca se concretizou, a não ser entre os tupinólogos. O segundo aspecto, pauta-se na percepção antropológica que reconhece nos referentes históricos Guarani e Tupinambás estruturas sociais que servem para a compreensão dialética das sociedades Tupi-Guarani, heterônimo concebido do ponto de vista histórico, etnográfico e linguístico como unidade heterogênea em seus próprios termos.

Na leitura de Viveiros de Castro, o que parece ser relativamente comum aos tupis-guaranis é apenas a língua e o que pode ser armazenado nesse meio: mitologia, cosmologia e vocabulário institucional, sendo a língua entendida como parte das persistências, e a cosmologia como unidade relacional (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 90-106). Penso que esse ponto diz muito sobre o desencontro das percepções arqueológicas a respeito da história dos povos Tupi na Amazônia Oriental. Ao submeterem a diversidade linguística e material dos povos Tupi-Guarani do leste amazônico à Subtradição Tupinambá, Almeida e Neves (2015) correlacionam histórica e etnograficamente essas populações a um “tipo” ideal de sociedade que, repetindo o que foi dito, nunca se concretizou, a não ser entre os tupinólogos. E daí o grande contraste com as perspectivas em linguística e as divergências na compreensão dos próprios modelos arqueológicos.

Em trabalho anterior defendi a ideia de que o leste amazônico seria, provavelmente, a única região em que o termo Tupi-Guarani teria sentido histórico e arqueológico, por reunir, no estilo tecnológico das cerâmicas, elementos que remetem tanto a ancestralidade Tupinambá quanto a ancestralidade Guarani (GARCIA, 2012). De certa forma, ainda mantenho essa perspectiva ao utilizar o termo Tupi-Guarani para

me referir à diversidade cultural das populações indígenas em termos de línguas, sistemas culturais e trajetórias históricas, em um movimento que aproxima dialeticamente o passado e o presente, entrelaçados a continuidades e transformações culturais que configuram a cultura material de distintos contextos etnográficos e arqueológicos, e que se cruza com histórias ancestrais de falantes de outras línguas Tupi, Arawak e Karib na Amazônia (MÉTRAUX [1928] 2012; LATHRAP, 1970; BROCHADO, 1984; NOELLI, 1996; NEVES, 1999, 2008; HECKENBERGER, 1996, 2001, 2007; ALMEIDA, 2008, 2013a, 2013b; GARCIA, 2012; CORRÊA, 2014).

Essa percepção abre dois caminhos. O primeiro remete ao que é legitimado como fonte de história indígena na arqueologia Tupi-Guarani, e que busca incluir as histórias “dos” coletivos indígenas e não apenas “sobre” os coletivos indígenas (cf. NOELLI, 1993; HILL e SANTOS-GRANERO, 2002; WHITEHEAD, 2003; FAUSTO e MONTEIRO, 2007; FAUSTO e HECKENBERGER, 2007; HORNBERG e HILL, 2011; SILVA e NOELLI, 2015). O segundo refere-se ao modo como a história de longa duração Tupi-Guarani é entrelaçada a outras histórias indígenas de longo termo. Para a antropologia dedicada às histórias indígenas, um dos pontos de partida dessa conversa está na desconstrução de ideologias baseadas tanto na homogeneidade cultural da categoria indígena quanto nas heterogeneidades fixas e estáticas dos etnônimos, ambas “fundamentadas em conceito substantivista e nacional-territorialista longe da natureza relativa e relacional das categorias étnicas, políticas e sociais indígenas” (VIVEIROS DE CASTRO, 1993 apud MONTEIRO, 2007, p. 31).

Em texto recente o antropólogo Jonathan Hill (2013) propõe uma arqueologia da etnogênese na Amazônia, sendo a etnogênese definida como “processo do ‘refazer’ de novas identidades sociais pela redescoberta e remodelação criativa de componentes tradicionais como narrativas orais, textos escritos e artefatos materiais” (cf. CLIFFORD, 2004 apud HILL, 2013, p. 56). Para Hill (2013, p. 58-61), a etno-história e a arqueologia fornecem as fontes mais confiáveis de conhecimento sobre processos de transformação históricos na longa duração. Do ponto de vista arqueológico, pensar processos de etnogênese não é uma tarefa fácil, mas tem se tornado cada vez mais evidente, que os estilos técnicos das cerâmicas do leste amazônico – e do médio-baixo Xingu em especial, materializam processos de apropriação ligados a fronteiras sociais e transformações culturais de longo termo.

CAPÍTULO 4

LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO NA T.I. KOATINEMO

Introdução

Um dos princípios do levantamento arqueológico é proporcionar o conhecimento de áreas amplas em um curto período de tempo, reconhecendo com esse trabalho aspectos relacionados à topografia, vegetação, hidrografia, composição e dispersão dos sítios arqueológicos (SCHIFFER et al., 1978; WANDSNIDER e CAMILLI, 1992; BANNING, 2002; HOWARD, 2007). Entretanto, é possível dizer que a bibliografia especializada em metodologias de levantamento arqueológico não dá conta das variáveis envolvidas nas práticas arqueológicas colaborativas junto às populações tradicionais (GREEN et al., 2003; SILLIMAN e ZIMMERMAN, 2008; LIGHTFOOT, 2008; COWELL-CHANTHAPHONH, 2009; DAVID et al., 2012; MACHADO, 2013; BESPALÉZ, 2013; SILVA et al., 2009, 2011; SILVA, 2015). O fio condutor da incompatibilidade entre o que “reza” os manuais de *survey* arqueológico e as práticas arqueológicas colaborativas recai sobre estratégias e metodologias de pesquisa que são, antes de tudo, negociadas, e não obedecem a uma orientação exclusivamente arqueológica (LAYTON, 1989; SMITH e WOBST, 2005; LILLEY, 2006; COWELL-CHANTHAPHONH e FERGUSON, 2008; SILLIMAN, 2008; FAWCETT, HABU e MATSUNAGA, 2008; WOBST, 2010; GNECCO e HERNÁNDEZ, 2010; SILVA e STUCHI, 2010; SILVA, 2002, 2012; DAVID et al., 2012; BESPALÉZ, 2013; MACHADO, 2013, 2016).

Em termos gerais, a pesquisa arqueológica na T.I. Koatinemo⁸ ocorreu através do levantamento arqueológico informado e amostral da área de estudo, o que resultou em informações sobre uma região pouco conhecida do ponto de vista arqueológico. O

⁸ SILVA, F. Projeto Território e História dos Asurini do Xingu. Um estudo bibliográfico, documental, arqueológico e etnoarqueológico sobre a trajetória histórica dos Asurini do Xingu (século XIX aos dias atuais): **1)** PORTARIA IPHAN Nº21 DE 13 DE AGOSTO DE 2010 (PROCESSO 01506.000571/2009-62). **2)** PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27 DE MARÇO DE 2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8).

método de levantamento arqueológico utilizado pode ser caracterizado como *purposive survey*, termo empregado por Banning (2002) e que pode ser traduzido como levantamento arqueológico informado, voltado à identificação de lugares específicos, baseado em informações e conhecimento sobre um determinado lugar ou território (BANNING, 2002, p. 132-135). Para Banning (2002), é a partir desse conhecimento prévio que o levantamento arqueológico é julgado como satisfatório e, no caso das práticas arqueológicas colaborativas, é o que permeia a negociação e diálogos a respeito dos resultados do *survey*, ou, melhor dizendo, da percepção arqueológica dos lugares.

As atividades do *survey* na T.I. Koatinemo se caracterizaram pelo emprego de técnicas de “caminhamento” (*field-walking* ou *pedestrian survey*), notoriamente conhecida pela comunidade arqueológica (RENFREW e BAHN, 1993; GREENE, 1999; ORTON, 2000; BANNING, 2002; COLLINS e MOLYNEAUX, 2003). Segundo Roskams (2001), o “caminhamento” caracteriza-se, em linhas gerais, pela inspeção visual controlada da área de interesse em busca de possíveis evidências materiais presentes na superfície e/ou marcas expostas na paisagem que possam indicar a presença de algum tipo de ocupação humana pretérita (adaptado de EVANS e MEGGERS, 1965; KASHIMOTO, 1997; BANNING, 2002). Na prática arqueológica junto aos Asurini, o que caracterizo como “caminhamento” pode ser ampliado para a percepção do caminhar, do percorrer determinados caminhos, “*aarupi*” ou “*por aqui*”, como dizia Takamui Asurini. Nesse sentido, o caminhamento arqueológico se deu a partir de algo que é inerente a práticas cotidianas e dinâmicas de mobilidade dos Asurini em seu território.

O fato de lidarmos com áreas florestadas, apesar de afetar em muitos casos o grau de acessibilidade e visibilidade dos sítios arqueológicos (SCHIFFER et al., 1978; WANDSNIDER e CAMILLI, 1992), foi o fator de menor dificuldade. Não por acaso, os locais de acampamento escolhidos pelos Asurini e antigas aldeias, foram todas localizadas em áreas de capoeiras antigas, áreas de roça, lugares que apresentaram alta visibilidade arqueológica (SILVA e GARCIA, 2015). O *survey* arqueológico na T.I. Koatinemo teve como área de abrangência:

- 1) Igarapé Ipiçava: afluente da margem direita do médio-baixo Xingu cujo trecho do alto-médio curso serve como marco de divisa da porção leste da T.I. O trecho percorrido durante o levantamento arqueológico é delimitado entre as coordenadas 22M324420E9553966N, na foz do igarapé; e

22M364824E9537874N, no limite leste da T.I., ponto que o curso do igarapé se curva ao sul, acompanhando o prolongamento da terra indígena nessa mesma direção. Nesse igarapé foram realizadas duas etapas de levantamento. A primeira, no ano de 2010, em que foram localizadas as antigas aldeias; e uma segunda etapa em 2014, para mapeamento das oficinas de polimento em trecho compreendido como parte do baixo curso do igarapé.

- 2) Igarapé Piranhaquara: afluente da margem direita do médio-baixo Xingu, limite da porção sul da T.I. O trecho percorrido no levantamento arqueológico é delimitado entre as coordenadas 22M 321646E9542386N, na foz do igarapé, e 22M361572E9478460N, no trecho de cabeceira. O levantamento no Igarapé Piranhaquara foi realizado em 2013, quando foram localizadas as antigas aldeias, além de outros sítios arqueológicos em suas proximidades e locais de acampamento da expedição. Na etapa do ano posterior, em 2014, no entanto, retornamos à foz do Piranhaquara para localização de sítios situados em áreas de roça dos Asurini.
- 3) Rio Xingu: trecho compreendido como a parte do médio-baixo curso do rio, entre a foz do Igarapé Piranhaquara, à direita, e a foz do Rio Iriri, à esquerda, mais especificamente entre as coordenadas 22M 321646E9542386N, na foz do Igarapé Piranhaquara ao sul, e 22M334556E9585707N, ao norte. Essas coordenadas perfazem todo o limite oeste da T.I., ao longo das margens do Rio Xingu. Ainda no Xingu, foram registrados sítios em lugares pontuais na margem esquerda do rio homônimo, próximos da T.I.

O recorte da área investigada foi determinado: a) pela demanda feita pelos Asurini em retornar às antigas aldeias dos igarapés Ipiaçava e Piranhaquara; b) pelas condições de navegabilidade dos igarapés; c) pela acessibilidade das áreas terrestres; d) pelas solicitações feitas pelos arqueólogos em conhecer os lugares com fragmentos de vasilhas cerâmicas, em geral encontrados nos lugares de acampamento, nas roças e aldeias (SILVA et al., 2011; SILVA, 2013; 2015; SILVA e GARCIA, 2015). A partir da identificação dos lugares/sítios arqueológicos, as atividades de *survey* foram orientadas para o registro de elementos contextuais relacionados à vegetação, às características topográficas de implantação do sítio, às estruturas construídas (*e.g.* montículos ou

lixeiros) e a cortes estratigráficos com aberturas de poços-teste e tradagens de verificação da profundidade e composição dos depósitos arqueológicos.

Detalhe - Área 1

Detalhe - Área 2

Localização Regional

Identificação dos Sítios Arqueológicos

ID	Nome do Sítio	ID	Nome do Sítio	ID	Nome do Sítio	ID	Nome do Sítio	ID	Nome do Sítio
1	Kuatinemu	13	Ipukui	25	Kururu-Y	37	Mayra Enewa-Gapypapera 1	49	Mayra Enewa-Gapypapera 13
2	Avatikirera (Roça Velha)	14	Tapipiri	26	Murumunaka Asurini	38	Mayra Enewa-Gapypapera 2	50	Mayra Enewa-Gapypapera 14
3	Kuatinemu Velho	15	Uirasimbé	27	Ativa Asurini	39	Mayra Enewa-Gapypapera 3	51	Ocorrência Arqueológica 1 (Oc-1)
4	Itapemu'u	16	Cachoeira Uirasimbé	28	Kaafera Júlio Nonato	40	Mayra Enewa-Gapypapera 4	52	Kaafera Da Turé (Oc-02)
5	Akapepuŋgi	17	Muyryna	29	Kaafera Do Martinho I	41	Mayra Enewa-Gapypapera 5	53	Kaafera Akaraí (Oc-03)
6	Taiuviaka	18	Muyryna li	30	Caminho Kaafera Do Martinho li	42	Mayra Enewa-Gapypapera 6	54	Da Beira (Lugar De Caça) (Oc-04)
7	Itajuara	19	Tapytiuu	31	Caminho Kaafera Do Martinho lii	43	Mayra Enewa-Gapypapera 7	55	Apeuvi (Oc-05)
8	Marita Juapijá	20	Yytyrapitera (Aldeia Itaaka)	32	Roça Murumunaka I	44	Mayra Enewa-Gapypapera 8	56	Jautyca'iva
9	Kumanuyka	21	Igarapé Yaí	33	Ilha Piranhaquara	45	Mayra Enewa-Gapypapera 9		
10	Aray'Pijá	22	Kaafera Do Ativa	34	Roça Velha Takamui	46	Mayra Enewa-Gapypapera 10		
11	Itatatu	23	Itapemi	35	Roça Velha Pai Do Apebu	47	Mayra Enewa-Gapypapera 11		
12	Jaumapina	24	Copygyja	36	Ipheapuku	48	Mayra Enewa-Gapypapera 12

Detalhe - Área 3

Detalhe - Área 4

Legenda

- Sítios Arqueológicos
- Divisa Municipal
- Terra Indígena Koatinemo
- Rede Hidrográfica
- Corpo-d'Água

Logo of CAPES, MAE, and UNITT. Text: Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território. Terra Indígena Koatinemo, Altamira e Senador José Porfírio, PA. PESQUISA: Paisagens do Rio Xingu: Cultura Material, Histórias Indígenas e Território. REFERÊNCIA: Sítios Arqueológicos em Topos de Morro.

Fonte:
- Base Vetorial Contínua, Escala 1:250.000, IBGE - 2009.
- Imagem de satélite CBERS-4 obtido pelo INPE. Data: 12/09/2015.
- Hidrografia obtida no HidroWeb - ANA. Disponível em: <http://hidroweb.ana.gov.br/HidroWeb.asp?TocItem=4100>

Como resultado das etapas de *survey* foram registrados cinquenta sítios arqueológicos associados á ocupações indígenas pós-coloniais anteriores aos relatos biográficos e autobiográficos dos Asurini (entre os séculos XVII e XIX); a antigas aldeias dos Asurini dos períodos pré e pós-contato oficial na segunda metade do século XX; á acampamentos de seringueiros dessa mesma época; e a uma grande maioria de sítios pré-coloniais e pós-coloniais que remetem à ancestralidade de povos falantes de línguas Juruna, Tupi-Guarani e Karib no médio-baixo Xingu.

Os relatos coletados por Müller (1993), em meados da década de 1970, registram mais de cinquenta e sete lugares nomeados pelos Asurini, entre caminhos, e antigas aldeias nomeadas, situadas no tempo e no espaço. Essas aldeias, que somam vinte e duas no total, foram construídas entre 1940 e 1970 e estão localizadas, em sua maioria, nas regiões de cabeceira dos igarapés Ipiaçava, Piranhaquara e Ipixuna. Trata-se de uma área central entre os rios Bacajá, Xingu e Igarapé Ipixuna, considerada território tradicional Asurini, posteriormente reduzido com a demarcação da terra indígena (MÜLLER, 1993; SILVA, 2000). O alto-médio curso do Rio Bacajá, por exemplo, é conhecido como área de ocupação mais antiga dos Asurini. O deslocamento dos mesmos dessa região por volta da década de 1930 é associado aos avanços das frentes extrativistas (borracha) e dos coletivos Gorotire-Kayapó (SILVA E NOELLI, 2015, p.498). O quadro abaixo relaciona a toponímia dos lugares e igarapés nomeados pelos Asurini a partir dos relatos coletados por Müller (1993, p.35-65).

Quadro 6. Lugares e igarapés nomeados pelos Asurini. In: Müller, 1993

Lugar	Igarapés (secundários)	Igarapé	Bacia
Aldeia Ipearú	Ipekí	Piranhaquara	Médio Xingu
Aldeia Petyma'ava	ipikuí (margem)	Piranhaquara	Médio Xingu
Aldeia Evuí pevi	tapyipiri (nas proximidades)	Piranhaquara	Médio Xingu
Aldeia Japiiva	Ykanhy (nas proximidades)	Piranhaquara	Médio Xingu
Aldeia Mariryvoho	Tupaví (nas proximidades)	Piranhaquara	Médio Xingu
Aldeia Muyrina	Tuí jipava	Piranhaquara	Médio Xingu
Aldeia ysipisingoho	Arapoiava (nas proximidades)	Piranhaquara	Médio Xingu
Várias aldeias	Ipium yh	Piranhaquara	Médio Xingu
Lugar/caminho	Ukandú parateí	Piranhaquara	Médio Xingu
Lugar/caminho	Jotaf	Piranhaquara	Médio Xingu

Lugar/caminho	Jeo'ym	Piranhaquara	Médio Xingu
Lugar/caminho	Uruvatu	Piranhaquara	Médio Xingu
Lugar/caminho	Jaopina	Piranhaquara	Médio Xingu
Lugar/caminho	Piraapava	Piranhaquara	Médio Xingu
Lugar/caminho	Kumavafuai	Piranhaquara	Médio Xingu
Várias aldeias	Kafuifuruk (margem esquerda)	Ipiaçava	Médio Xingu
Aldeia Yvyra aka	Bykorapykava (margem direita)	Ipiaçava	Médio Xingu
Aldeia Yvyra aka	Yvyrapeavuí (margem direita)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Fundanhynga (margem esquerda)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Tukumarí (margem esquerda)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Uruiví (margem esquerda)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Jesiva-manhynha (margem esquerda)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Uaropyatyva (margem esquerda)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Uamirifukú (margem esquerda)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Turenhynga (margem esquerda)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Ehiraia (margem esquerda)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Kumandoivoho (margem esquerda)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Jysingí (margem direita)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Utuví (margem direita)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Javosivava (margem direita)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Mytuí (margem direita)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Tajahoparí (formador do Ipiçava)	Ipiaçava	Médio Xingu
Lugar/caminho	Ipirasinga (formador do Ipiçava)	Ipiaçava	Médio Xingu
Aldeias antigas	Tekarapô (margem direita)	Ipixuna	Médio Xingu
Aldeias antigas	Tapepirinyna (margem direita)	Ipixuna	Médio Xingu
Aldeia Ipeivakaí	Tekarapô ou Tapepirinyna	Ipixuna	Médio Xingu
Aldeia Paperendí	Ipihauyh (=Ipixuna, margem direita)	Ipixuna	Médio Xingu
Aldeia Javarakapeona	Tapepirinyna e Tajahomopava (Foz)	Ipixuna	Médio Xingu
Aldeia Ararondiva	Yarapava (margem esquerda)	Ipixuna	Médio Xingu
Aldeia Ita aka	Yarapava (margem esquerda)	Ipixuna	Médio Xingu
Aldeia Sivasingí	Tukumayava (margem esquerda)	Ipixuna	Médio Xingu
Aldeia Javosí	Urukuavy (margem esquerda)	Ipixuna	Médio Xingu
Aldeia Pefukuí	Urukuavy (margem esquerda)	Ipixuna	Médio Xingu

Aldeia Kapeak hakuku	Urukuavy (margem esquerda)	Ipixuna	Médio Xingu
Aldeia Ôopsingiyh	Urukuavy (margem esquerda)	Ipixuna	Médio Xingu
Aldeia Yvypypefukú	Urukuavy (margem esquerda)	Ipixuna	Médio Xingu
Lugar/caminho	Takurendí (margem direita)	Ipixuna	Médio Xingu
Lugar/caminho	Ipiataanha (formador do Ipixuna)	Ipixuna	Médio Xingu
Lugar/caminho	Ipareym (formador do Ipixuna)	Ipixuna	Médio Xingu
Lugar/caminho	Apirundava (margem esquerda)	Ipixuna	Médio Xingu
Lugar/caminho	Amoaava (margem esquerda)	Ipixuna	Médio Xingu
Lugar/caminho	Uruvuy	Ipixuna	Médio Xingu
Lugar/caminho	Tukunareyh	Ipixuna	Médio Xingu
Lugar/caminho	Maritaoho	Ipixuna	Médio Xingu
Lugar/caminho	Auarabe	Ipixuna	Médio Xingu
Lugar/caminho	Arapesingí	Ipixuna	Médio Xingu
Lugar/caminho	Tapikwauarí (Igarapé Bom Jardim?)	Ipixuna	Médio Xingu

Parte dessas antigas aldeias havia sido mapeada mediante a memória dos velhos Asurini e durante o processo de demarcação de suas terras (SILVA et al., 2011; SILVA, 2013). Das vinte e duas aldeias mapeadas, dez foram registradas durante o levantamento arqueológico nos igarapés Ipiaçava e Piranhaquara (cf. SILVA et al., 2011; SILVA e GARCIA, 2015). Além dessas dez aldeias antigas, também foram registrados outros quarenta sítios arqueológicos, nomeados e reconhecidos pelos Asurini como lugares de roças, acampamentos, caça, pesca, moradias, ou lugares com cerâmicas dos antigos Asurini, mas que já não fazem parte da lembrança das experiências vividas pelos mais velhos.

Quadro 7. Síntese dos sítios arqueológicos T.I. Koatinemo.

Sítios arqueológicos	Sigla	Coordenadas	Implantação	TPA	Bacia hidrográfica e drenagem mais próxima
Kwatinemu	PA-KTM-01	22M324461E9552350N	Terraço	P	médio-baixo Xingu
Avati-Kirera	PA-KTM-02	22M324420E9553966N	Terraço	P	Igarapé Ipiaçava
Kwatinemu Velho	PA-KTM-03	22M338082E9545402N	Terraço	P	Igarapé Ipiaçava
Itapemuu	PA-KTM-04	22M352567E9538272N	Baixa encosta	P	Igarapé Ipiaçava
Akapepugy	PA-KTM-05	22M354461E9539498N	Terraço	P	Igarapé Ipiaçava
Itaviaca	PA-KTM-06	22M362390E9540756N	Topo de Colina	P	Igarapé Ipiaçava
Itajuara	PA-KTM-07	22M341085E9527838N	Topo de colina	NI	Igarapé Piranhaquara

Maritaiva'pijá	PA-KTM-08	22M352066E9513992N	Topo de morro	P	Igarapé Piranhaquara
Kumanuyka	PA-KTM-09	22M351839E9513792N	Topo de morro	P	Igarapé Piranhaquara
Aray'pijá	PA-KTM-10	22M356733E9503214N	Topo de morro	P	Igarapé Piranhaquara
Itatatu	PA-KTM-11	22M358041E9499978N	Topo de morro	NI	Igarapé Piranhaquara
Jaunapina	PA-KTM-12	22M361573E9484652N	Topo de morro	P	Igarapé Piranhaquara
Ipukui	PA-KTM-13	22M360915E9489302N	Terraço	P	Igarapé Piranhaquara
Tapypiri	PA-KTM-14	22M361269E9487684N	Terraço	P	Igarapé Piranhaquara
Uirasimbé	PA-KTM-15	22M361320E9479632N	Terraço	P	Igarapé Piranhaquara
Cachoeira Uirasimbé	PA-KTM-16	22M361232E9479624N	Coroa de pedra	NA	Igarapé Piranhaquara
Myrina	PA-KTM-17	22M361765E9478590N	Topo de colina	P	Igarapé Piranhaquara
Myrina II	PA-KTM-18	22M361572E9478460N	Coroa de pedra	NA	Igarapé Piranhaquara
Typytiuu	PA-KTM-19	22M361572E9478460N	Terraço	P	Igarapé Piranhaquara
Yvytyrapitera/ Itaaka	PA-KTM-20	22M326490E9581388N	Topo de morro	P	Xingu
Yai	PA-KTM-21	22M324011E9547659N	Terraço	P	Xingu
Kaafera do Ativa	PA-KTM-22	22M323476E9547119N	Terraço	P	Xingu
Itapemi	PA-KTM-23	22M323476E9551863N	Topo de colina	P	Xingu
Kupu'ujá	PA-KTM-24	22M322958E9546561N	Terraço	P	Xingu
Kururu'y	PA-KTM-25	22M324264E9573951N	Terraço/Pedral	NI	Xingu
Murumunaka	PA-KTM-26	22M325345E9576619N	Topo de morro	P	Xingu
Ativa	PA-KTM-27	22M334556E9585707N	Topo de morro	NI	Xingu
Kaafera Júlio Nonato	PA-KTM-28	22M322119E9545871N	Alta-média vertente	NI	Xingu
Kaafera do Martinho	PA-KTM-29	22M3209129E555047N	Média-baixa vertente	P	Xingu
Kaafera do Martinho II	PA-KTM-30	22M320950E9554995N	Coroa de pedras	NA	Xingu
Kaafera do Martinho III	PA-KTM-31	22M320905E9555069N	Coroa de pedras	NA	Xingu
Roça Murumunaka	PA-KTM-32	22M325442E9541559N	Terraço	P	Piranhaquara
Ilha Piranhaquara	PA-KTM-33	22M320014E9540486N	Terraço	P	Piranhaquara
Roça Velha do Takamui	PA-KTM-34	22M327288E9553975N	Terraço	NI	Ipiaçava
Roça Velha do Pai de Apebu	PA-KTM-35	22M327415E9553863N	Terraço	NI	Ipiaçava
Ipeaphuku	PA-KTM-36	22M327200E9553165N	Terraço	NA	Ipiaçava
Maira enewa-gapypapera 1	PA-KTM-37	22M324517E9554089N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Maira enewa-gapypapera 2	PA-KTM-38	22M325995E9552949N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Maira enewa-gapypapera 3	PA-KTM-39	22M326974E9553031N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Maira enewa-gapypapera 4	PA-KTM-40	22M327000E9553051N	Igarapé	NA	Ipiaçava

Maira enewagapypapera 5	PA-KTM-41	22M328539E9552584N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Maira enewagapypapera 6	PA-KTM-42	22M328843E9551914N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Maira enewagapypapera 7	PA-KTM-43	22M32983E99550053N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Maira enewagapypapera 8	PA-KTM-44	22M330091E9549884N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Maira enewagapypapera 9	PA-KTM-45	22M330449E9549765N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Maira enewagapypapera 10	PA-KTM-46	22M332408E9549646N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Maira enewagapypapera 11	PA-KTM-47	22M332476E9549602N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Maira enewagapypapera 12	PA-KTM-48	22M332273E9548918N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Maira enewagapypapera 13	PA-KTM-49	22M332213E9548775N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Maira enewagapypapera 14	PA-KTM-50	22M336592E9546149N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Ocorrência arqueológica 1	PA-KTM-OC-1	22M364824E9537874N	Igarapé	NA	Ipiaçava
Ocorrência arqueológica 2	PA-KTM-OC-2	22M324089E9550648N	Igarapé	NI	Xingu
Ocorrência arqueológica 3	PA-KTM-OC-3	22M323324E9546940N	Igarapé	NI	Xingu
Ocorrência arqueológica 4	PA-KTM-OC-4	22M323167E9546819N	Igarapé	NI	Xingu
Ocorrência arqueológica 5	PA-KTM-OC-5	22M 322203E9543631N	Igarapé	NI	Xingu

Pautados nos relatos orais, fontes bibliográficas e no próprio levantamento arqueológico das antigas aldeias, Silva e Noelli (2015) estabeleceram uma cronologia para os deslocamentos Asurini que abrange os séculos XIX-XX (1842-1922), seguido do período anterior ao contato (1925-1970), até o contato oficial dos mesmos (1971) e início da formação das aldeias atuais nas margens do Xingu (1985).

Quadro 8. Cronologia dos deslocamentos Asurini

Rio-Igarapé	Período do deslocamento	Motivo do deslocamento	Antigas aldeias sítios arqueológicos
Bacajá → Ipiaçava	1925-1927	Pressão extrativista e conflitos com Gorotire-Kayapó	não pesquisados
Ipiaçava → Piranhaquara	1930	Conflitos com os Xícrin-Kayapó	Ipukui, Tapypiri, Ytypytiúú, Myryna, Cachoeira Uirasimbé, Jaumapina, Itatatu, Aray'pijá, Maritaiva'pijá, Itajuara
Piranhaquara → Ipixuna	1950	Conflitos com os Xícrin-Kayapó	
Ipixuna → Piranhaquara	1960	Conflitos com os Araweté e Xícrin-Kayapó	
Piranhaquara → Ipiaçava	1969-1970	Contato Oficial com os padres Anton e Karl Lukesch e, posteriormente com a FUNAI.	Taiuviaka, Akapepugĩ, Itapemuu, Kwatinemu Velho.
Ipiaçava → Xingu	Pós-1985	Após contato com missionários e indigenistas da FUNAI os Asurini se estabeleceram nas aldeias do Xingu.	Avatikirera, Aldeia Kwatinemo, Itaaka
Fonte: SILVA E NOELLI, 2015.			

Neste quadro observa-se que entre 1930 e 1980 os Asurini permaneceram aproximadamente vinte anos no Igarapé Ipiaçava, com maior tempo de permanência

entre os anos de 1970 e 1985, após o contato oficial com a FUNAI (SILVA E NOELLI, 2015). Esse período é conhecido como um tempo muito crítico para os Asurini, época de muitas mortes e redução demográfica que afetou profundamente o modo de vida de sua população (MÜLLER, 1993; SILVA, 2000). Como argumenta Silva (2013), as antigas aldeias do Ipiaçava remetem justamente à essa memória da perda populacional e da morte das velhas gerações, onde se incluem pajés muito respeitados pelos Asurini. No Piranhaquara, as antigas aldeias fazem parte da memória anterior ao contato intermitente com o ‘branco’, onde os Asurini permaneceram aproximadamente trinta anos, entre as décadas de 1930 a 1950, e posteriormente, na década de 1960 até se deslocarem para o Ipiaçava pouco antes do contato com os padres Anton e Karl Lukesch em 1971. Diferentemente do Ipiaçava, as aldeias do Piranhaquara remetem ao “tempo de aldeias com muitas pessoas, grandes rituais, e pajés muito poderosos, roças grandes e abundantes, e guerras contra com os Kayapó” (SILVA, 2015, p.156). Para Silva (2015), mais do que uma memória do contato com o ‘branco’ tão presente na lembrança das aldeias e lugares visitados no Igarapé Ipiaçava, a experiência nas antigas aldeias do Piranhaquara reforçou o conhecimento intergeracional e a manutenção das histórias que evocam noções de pertencimento a um determinado território, associadas à relação que os Asurini estabelecem com a própria T.I.

O *survey* arqueológico na T.I. Koatinemo está interligado a essa cartografia histórica e etnográfica, inscrita por meio das histórias e dos eventos narrados pelos Asurini sobre seus deslocamentos antes e após o contato oficial, no início da década de 1970 (MÜLLER, 1993; SILVA, 2000, 2013, 2015; SILVA e GARCIA, 2015; SILVA e NOELLI, 2015). A memória dos lugares está na origem do projeto arqueológico, constituído tanto pelo retorno às antigas aldeias documentadas ao longo da demarcação da terra indígena quanto pela percepção arqueológica dos lugares e da paisagem (SILVA et al., 2011; SILVA e GARCIA, 2015).

4.1. Diário de campo e horizontes de reflexão arqueológica

Poderíamos dizer que o momento etnográfico funciona como exemplo de uma relação que junta o que é entendido (o que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento da análise). (STRATHERN, 2014, p. 350)

A pesquisa arqueológica na T.I. foi iniciada entre os anos de 2009/2010, mas a minha participação no projeto começou um pouco mais tarde, durante as etapas de campo realizadas nos anos de 2013 e 2014. A narrativa construída a partir do diário de campo é organizada em três momentos: 1) a viagem até as aldeias ao longo do Igarapé Piranhaquara; 2) a escavação do Yvytyrapitera; 3) e o caminhar pelas roças e registro das oficinas líticas de polimento ao longo do Igarapé Ipiaçava. A partir das etapas de campo junto aos Asurini e da apreensão dos dados etnográficos e etnoarqueológicos sobre os significados que os mesmos atribuem às oficinas de polimento e às cerâmicas, pude anotar aqui e ali, o que se tornaria os horizontes de reflexão do presente trabalho.

No Igarapé Piranhaquara, maio de 2013.

A viagem ao longo do igarapé Piranhaquara aconteceu no final do período de maior incidência de chuvas e cheia dos rios, período do verão amazônico. Esse fator foi determinante ao tempo de permanência nos sítios arqueológicos, atrelado a um cronograma que obedeceu rigorosamente ao “ritmo” do igarapé, ou melhor dizendo, a rápida mudança do regime de cheia dos rios para o regime de vazante, quando o nível d'água nos igarapés baixa rapidamente, podendo inviabilizar a navegação. Foram dez dias subindo o igarapé, rumo às cabeceiras do Piranhaquara, onde se localizam as antigas aldeias dos Asurini. Ao longo do percurso, passamos por diferentes configurações ecológicas relacionadas a: 1) trechos navegáveis que margeiam planícies não inundáveis, morros, colinas, capoeiras antigas e floresta; 2) intercalados por trechos de fisionomias aluviais de planícies de inundação e igapós. A densa vegetação que cobria o igarapé nesses trechos deixava a viagem lenta e dificultosa, demandando a abertura de passagem para canoas.

Quadro 9. Trechos de inundação

Igarapé Piranhaquara: planícies de inundação		
Trechos montante→jusante	Início	Fim
Trecho 1	22M361665E9484662N	22M361104E9487602N
Trecho 2	22M360888E9488992N	22M360868E9489316N
Trecho 3	22M360789E9489422N	22M360357E9490740N
Trecho 4	22M358138E9494912N	22M356733E9503214N
Trecho 5	22M356733E9503214N	22M361573E9484652N

Mapa 8: Indicação das planícies de inundação, Igarapé Piranhaquara.

Como em toda etapa de campo, os preparativos finais se deram alguns dias antes, em Altamira, Pará. Desde o século XIX, a antiga vila, atual cidade de Altamira,

tornou-se ponto de referência para o comércio e navegação pelo Xingu. No percurso entre Altamira e a T.I. Koatinemo permanecem as toponímias registradas pelos viajantes novecentistas (e.g. ADALBERT, [1849] 1979; STEINEN, [1883] 1942; COUDREAU, [1897] 1977).

Quadro 10. Toponímias históricas do Xingu

Toponímias históricas do Xingu	Referências
Altamira	Caminho para T.I.
Ilha do Arapujá-Xingu	Caminho para T.I.
Ilha do Bacabal	Caminho para T.I.
Morro dos Araras	Caminho para T.I.
Serra Grande dos Araras	Caminho para T.I.
Igarapé do morro dos Araras	Caminho para T.I.
Ilha Itapinima	Caminho para T.I.
Cachoeira Itapinima	Caminho para T.I.
Ilha de Ararunaquara	Caminho para T.I.
Urubuquara	Caminho para T.I.
Ilha do Meio	Caminho para T.I.
Cachoeira do espelho	Caminho para T.I.
Canal das Lajes	Faz parte do trecho T.I.
Cachoeira do Paçaí de baixo	Faz parte do trecho T.I.
Cachoeira do Araçazal	Faz parte do trecho T.I.
Foz do Iri	Margem esquerda em frente a T.I.
Cachoeira Tataquara	Faz parte do trecho T.I.
Cachoeira Camaleão	Faz parte do trecho T.I.
Cachoeira Sabão	Faz parte do trecho T.I.
Cachoeira Tapaiúna	Faz parte do trecho T.I.
Cachoeira Sapuquara	Faz parte do trecho T.I.
Ilha do Piaçaba	Faz parte do trecho T.I.
Cachoeira Pirararaquara/Piraquara	Faz parte do trecho T.I.
Cachoeira Araçazal/Saranzal	Faz parte do trecho T.I.
Serras Piranhaquara	Faz parte do trecho T.I.
Igarapé Piranhaquara	Faz parte do trecho T.I.
Ilha Piranhaquarara	Próxima da T.I.

Altamira tornou-se recentemente município sede das obras da Hidroelétrica de Belo Monte, sendo conhecida no âmbito nacional e internacional pelas divulgações da mídia, polêmicas e denúncias relativas aos problemas socioambientais que acompanham o projeto desde a sua gestação na década de 1980. Em 2013, com a obra em andamento, a cidade pode ser descrita como caótico “canteiro” de obras, abrigando intenso trânsito de veículos e pessoas ligadas ao empreendimento. A saída do porto de Altamira se deu num domingo, dia 05 de maio de 2013. Antes da partida, realizamos a compra de alimentos, remédios, ferramentas para as atividades de arqueologia, combustível e equipamentos diversos para acampamento ao longo da viagem.

Ao chegar na T.I. fizemos uma rápida parada na Aldeia Itaaka, localizada no extremo norte da T.I. Koatinemo – nome oficial registrado na FUNAI, na margem

direita do médio-baixo Xingu, próxima à desembocadura do Rio Iriri. Em Itaaka foi registrado o primeiro sítio arqueológico desta etapa de campo. Havia uma grande quantidade de fragmentos de vasilhas cerâmicas arqueológicas espalhadas nos espaços entre as casas e carreados pelas chuvas. Saímos de Itaaka com destino à Aldeia Kwatinemu, mais a montante do rio Xingu, onde desembarcamos.

Kwatinemu se encontra localizada às margens do rio Xingu, onde antes ficava o Posto Indígena Koatinemo, comandado pela FUNAI. A parte frontal da aldeia é marcada pela existência de mangueiras plantadas há vários anos por funcionários da FUNAI, formando uma área sombreada na qual se observa o rio e as embarcações que chegam ou saem da aldeia. A partir do porto, abrem-se duas trilhas estreitas de inclinação moderada, sendo uma à esquerda e de acesso à face norte da aldeia, e outra à direita e de acesso à face sul, onde se localiza a *tavyva*. Ao chegar à Aldeia Kwatinemu, Lú, professora fluente na língua Asurini, logo veio nos receber. A notícia do dia era: a aldeia está sem água encanada, a bomba d'água estragou! Com isso, o uso da cozinha e do banheiro ficou mais difícil, mas tomar banho no Xingu não foi nenhum sacrifício!

A expedição contou com a participação de sete *akaraí* (pessoas não Asurini), dentre estes, duas enfermeiras e cinco pesquisadores. A saída da Aldeia Kwatinemu foi dia 07 de maio, 07h30 da manhã. Às 09h00 alcançamos a desembocadura do Piranhaquara. Ao todo somávamos 98 pessoas, distribuídas em quatorze canoas (ver SILVA, 2015). Eu me encontrava no barco de Kwain Asurini, que tinha como proeiro, Mauira Asurini. No mesmo barco ainda estava Mauira e Tirica (casal), Kwajuwi e Taguvi (filhas), e a Fabíola. Ao meu lado, sentada mais próxima da proa, estava Kwajuwi, de quatro anos de idade.

A foz do Piranhaquara é imponente, a vegetação e o relevo composto por morros de maior altitude, margeiam o igarapé, mais largo nesse trecho. Às 16h00, chegamos ao primeiro acampamento. As canoas foram atracadas no pedral e logo registramos o primeiro sítio arqueológico: *Itajuara*. A noite se aproximava, e as providências para instalação do acampamento – redes, barracas e o jantar, faziam-se urgentes para o aproveitamento da luz do final de tarde. Após o jantar, aos poucos as vozes silenciaram e o barulho da mata tomou conta.

No dia seguinte, por volta das 05h00, o despertador animado da enfermeira Marcela tocou. Os Asurini já estavam acordados, assim como a Vanda, pessoa responsável por uma tarefa importante da viagem: o preparo das refeições. Após rápido café da manhã, partimos de *Itajuara*. Paramos às 14h00 no segundo acampamento, no

qual registramos o sítio *Maritaiva'pijá*, ou lugar com muito *maritá* – palmeira que dá coco. O acampamento foi montado no entorno de uma grande árvore de Sapucaia. Permanecemos nesse mesmo acampamento três noites e dois dias. Na manhã do dia 09, aproveitamos para realizar o caminhar e reconhecimento do sítio arqueológico em companhia de Parajuá, Kwain, Tivandemi, Manduca, Mairí e várias crianças que também se envolveram com identificação das cerâmicas. As famílias Asurini passaram o dia em suas barracas, cozinhando, trabalhando com miçangas, cestarias e descansando nas redes, e parte dos homens se ocupou com a caça.

Foto 3. Companheira de canoa, Kwajuwi Asurini.

No dia 10, fomos à *Kumanayká*, ou roça do *kumanuy* (feijão), outro sítio arqueológico próximo a *Maritaiva'pijá*. Ao retornarmos para o acampamento, Maraková e outras mulheres reconheceram a cerâmica de *Kumanayká* como cerâmica dos antigos Asurini. Moreyra, velho pajé Asurini, também pediu para olhar a cerâmica e a lâmina de machado polido coletados em *Kumanayká*, e fez a mesma observação de Maraková. A cerâmica de *Kumanayká* é mais fina e pintada, ambas as características que definem a cerâmica Asurini. Após *Kumanayká*, fomos à tarde com Takamui Asurini a um antigo acampamento, conhecido como *Itatatu*, último trecho de terra firme antes de extenso trecho de igapó.

No dia 11 de maio, seguimos viagem. O trecho do Piranhaquara mostrava-se ainda mais largo, apresentando uma paisagem encantadora, com terraços, colinas, floresta permeada por palmeiras babaçu e árvores que os Asurini sinalizam por ter

alguma importância, mas que, como muitas outras coisas, eu não pude compreender. Essa paisagem não durou muito. Logo adentramos um trecho fechado por vegetação. Por volta das 14h30minhs paramos para montar o terceiro acampamento, onde identificamos o sítio *Araypijá*, cujo nome significa lugar de *Aray* (?). No trajeto até *Araypijá* tomamos muita chuva, e durante a montagem do acampamento foram colocados extensos varais para secagem das roupas. Rapidamente o acampamento era composto pelo colorido das roupas á secar, pelo azul das lonas utilizadas para a cobertura das redes e pela fumaça das fogueiras. Após montagem do acampamento e uma noite de descanso, realizamos na manhã do dia 12 o reconhecimento do sítio. Permanecemos em *Araypijá* no dia 13 para que os homens pudessem realizar a abertura da mata e abrir uma passagem no igarapé para as canoas.

Foto 4. Árvore de Sapucaia, sítio Maritaiva'pijá.

No dia 14 de maio continuamos a navegação pelo Piranhaquara. Um trecho difícil, sendo preciso empurrar as canoas, por elas se encontrarem carregadas e pesadas. Mesmo com todo esforço para abertura da passagem pelo igarapé, não foi possível ultrapassar a área de igapó. Paramos em uma ilha, um trecho estreito de terra firme. Tal como apontado por Mui, jovem Asurini, o lugar era cercado por açailal e vários

vestígios de caça: anta, queixada e veado, o que lembrou as ilhas de recursos descritas por Darell Posey entre Kayapó-Mebêngôkre. Os Asurini informaram que as antigas aldeias *Ypukui* e *Tapypiri* estavam próximas e no mesmo dia, os mais velhos encontraram *Ypukui*. No dia seguinte os acompanhamos até as duas aldeias. O nome *Ypukui* foi traduzido como água/lago comprido/grande, e *Tapypiri* como lugar onde se lava o *tapiá* (vagina). Essas aldeias estão cercadas por extenso trecho de planície de inundação, em local de difícil acesso. Após dias de viagem, encontrar essas aldeias foi um momento de muita satisfação para os Asurini. O grande número de vasilhas inteiras na superfície concentrou a atenção dos velhos e jovens.

A visita às antigas aldeias do Piranhaquara se desenrolou com algumas ações em comum. Após desembarcarem da canoa, os velhos Asurini caminhavam pelas aldeias reconhecendo os espaços. O primeiro gesto era a identificação dos esteios e local das antigas *Tavyvas* (grande casa comunal que abriga as sepulturas, considerada ponto nevrálgico da aldeia). A partir da *Tavyva*, o espaço podia ser mapeado – áreas das casas, lixeiras, caminhos. A *Tavyva*, do ponto de vista da prática arqueológica, tornou-se referência para escolha dos locais de escavação, neste caso, sempre situados nas áreas periféricas em relação a ela (cf. SILVA e GARCIA, 2015).

Foto 5. Pajé Moreyra Asurini com as vasilhas cerâmicas. Antiga aldeia Tapypiri. Expedição Igarapé Piranhaquara, maio/2013.

Moreyra, velho pajé Asurini que sempre carregava uma pequena garrafa azul de café, achou melhor que eu a carregasse para que ele pudesse levar cuidadosamente nos braços a pequena panela *ja'eniwa*. É difícil traduzir em palavras a experiência arqueológica junto ao Asurini nas antigas aldeias. Para mim, como arqueóloga, esses lugares confirmavam o quão pouco se sabe sobre as histórias indígenas nessas regiões de interflúvio. A extensão aproximada das aldeias (com dispersão de material arqueológico que alcançou área de 600m no eixo paralelo ao longo do rio), associadas à terra preta e à floresta antropogênica, bem como a correlação de proximidade entre elas, incitava pensar sobre: 1) a demografia na configuração das aldeias; 2) sobre a concomitância temporal delas e; 3) a antiguidade da ocupação nessas áreas de cabeceiras. Ao mesmo tempo, acompanhar os Asurini no reconhecimento dos espaços das aldeias, das diversas cerâmicas deixadas por seus parentes, suas observações sobre a morfologia das vasilhas já adormecidas na memória dos mais jovens, conduzia-me a outra temporalidade, ou melhor dizendo, à expansão da minha própria temporalidade arqueológica. Depois dessa experiência, ficou mais difícil pensar em processos de mobilidade, tema tão caro à arqueologia dos povos Tupi, sem refletir sobre a ligação afetiva e ancestral que essas populações mantêm com seu território. Os Asurini, especialmente os anciãos, demonstraram na vivência de suas antigas aldeias do Piranhaquara que por trás dos processos históricos de mobilidade há camadas finas entrelaçadas à memória de determinados lugares:

Primeiro horizonte de reflexão:
paisagens e modelos arqueológicos vistos a partir das áreas de interflúvios

No dia 16, seguimos viagem. Afinal ainda faltavam duas aldeias. Assim que retomamos a navegação, logo o Piranhaquara voltou a apresentar maior largura. A chuva nos acompanhava. Paramos em trecho de águas tranquilas. É hora de esperar aqueles que ficaram para trás. Nesse momento, aproveitou-se para comer algo e pescar, acumular energias para mais um trecho de difícil passagem. Depois de *Ipukui* e *Tapypiri* todos se perguntavam se as outras aldeias estavam próximas. No caminho, Kwain parou para ver a marca deixada no tronco da árvore, o que indicou que estávamos no caminho certo. Depois de navegarmos mais de doze horas seguidas, chegamos à noite ao acampamento que ficou conhecido como: “acampamento da lama”.

Foto 6: marca na árvore indicando o caminho até as antigas aldeias.

O igarapé Piranhaquara apresenta padrão de canal fluvial que oscila entre trechos mais largos e encaixados e trechos mais estreitos e encachoeirados, contraste mais evidente entre o percurso da foz e das cabeceiras, respectivamente. No inverno, com o aumento do nível da água, como observou Kwain, o igarapé “se perde”, expandindo seu curso por ampla planície de inundação. No dia 17 chegamos a Jaonapina, um antigo acampamento dos Asurini. O nosso acampamento foi montado à noite, não se enxergava quase nada. A comida e o banho tinham pouca importância, o cansaço predominava. Mas diferentemente dos *akaraí*, os Asurini sempre estavam bem-dispostos. Entretanto, tendo em vista as duas noites mal dormidas e o prolongamento do tempo de viagem nos últimos dias, Fabíola propôs aos Asurini que permanecêssemos em Jaonapina por um dia, para que todos pudessem descansar. Na manhã do dia seguinte, despertei com o pajé Moreyra dizendo para Fabíola que tínhamos que partir, pois a antiga aldeia *Myryna* estava próxima. Ainda no dia 18, no final da manhã, finalmente chegamos à *Cachoeira Uirasimbé*. O lugar parecia o “paraíso”, depois de um longo caminho, escuro e tortuoso.

Foto 7. passagem das canoas em trechos cobertos pela vegetação

Em *Uirasimbé* acompanhamos os Asurini até as antigas aldeias: *Ytypytiuú* (significa água/poço fundo esbranquiçado) e *Myrina* (significa pedra branca de fazer adorno) – localizadas no alto curso do igarapé Piranhaquara, constituído por corredeiras, coroas de pedras e extensa área de terra firme. Foram mais de 140km até *Uirasimbé* (nome de personagem mítica, dona do mingau), onde montamos o último acampamento antes de retornarmos para o Xingu. Ao lado do acampamento, foram registrados os sítios Cachoeira *Uirasimbé* e *Uirasimbé*, e no caminho para *Muyrina*, o sítio *Muyrina II*. A região da Cachoeira *Uirasimbé* é muito agradável no mês de maio. Enquanto o Xingu, nessa época do ano, tem suas praias e afloramentos cobertos pela água, na região de cabeceira do Piranhaquara o aumento do volume das águas não esconde as cachoeiras, ao contrário, faz que elas surjam. Nas regiões de cabeceiras, o verão amazônico é equivalente às paisagens que se formam no Xingu apenas no inverno. No período de estiva, a vazão de água do igarapé Piranhaquara, especialmente nas cabeceiras, é provavelmente muito baixa. Permanecemos em *Uirasimbé* até o dia 21 de maio, quando iniciamos o retorno. A navegação a jusante do igarapé foi muito rápida, não só porque estávamos a favor da correnteza, mas também por haver passagem livre para as canoas. Pernoitamos em *Araypijá* e no dia 22, à tarde, alcançamos o Xingu. Por volta das 17h00, atracamos no porto da Aldeia Kwatinemu.

Foto 8. Cachoeira Uirasimbé, Igarapé Piranhaquara

Assim como aparece nas etnografias, o retorno às antigas aldeias do Igarapé Piranhaquara mostrou que a *tavyva*, casa cerimonial dos Asurini, é um ponto central dentro das aldeias (SILVA et al, 2011; SILVA e GARCIA, 2015; SILVA, 2015). A *tavyva* abriga as sepulturas e a realização das cerimônias rituais (MÜLLER, 1993, p.50), sendo o nome *tavyva*, uma combinação da palavra *tava* = aldeia, e do componente *yva*, traduzido como “*aquilo que possibilita a aldeia existir*” (Silva, 2000, p.100). A partir dos vestígios das *tavyvas* nas antigas aldeias, os velhos Asurini mapeavam todos os outros espaços domésticos. Pode-se considerar que, ao mesmo tempo em que a *tavyva* é para os Asurini um ponto central dentro da aldeia, as antigas aldeias com *tavyva* são pontos centrais na cartografia dos lugares significativos da T.I. Koatinemo. A tradição oral dos Asurini ensina que as aldeias do Piranhaquara remetem ao “tempo de aldeias com muitas pessoas, grandes rituais, e pajés muito poderosos, roças grandes e abundantes, e guerras contra com os Kayapó” (SILVA, 2015, p.156). Essa memória de grandes aldeias define a própria toponímia *Uirasimbé*. A toponímia *Uirasimbé* diz respeito tanto ao ritual que se dá no tempo dos xamãs primordiais, quanto ao complexo ritual *Maraká*. A *Uirasimbé* do *Maraká* prepara o mingau, acompanha o xamã principal, dança e prepara as substâncias utilizadas pelo xamã durante o ritual (MÜLLER, 1993, p.150). As grandes panelas *japepaí* das antigas aldeias da Cachoeira Uirasimbé, ou

cabeceira do Piranhaquara, materializam esses dois tempos – o tempo mítico e o tempo do ritual.

Levantamento arqueológico nas roças Asurini, agosto-setembro de 2014.

A etapa de campo realizada em 2014 na T.I. foi diferente em vários aspectos. Ao contrário da etapa anterior, marcada pelo regime de chuvas, esta etapa aconteceu de agosto a setembro, época do verão amazônico, período em que as águas do rio recuam, descortinando as ilhas, praias, os pedrais e corredeiras. Além disso, a proposta do levantamento arqueológico não envolveu grandes deslocamentos como as viagens pelos igarapés. A equipe de arqueólogos aumentou em relação à etapa anterior, desta vez estávamos em sete. As propostas de pesquisa também aumentaram, tive a companhia dos colegas: Caroline Caromano, que desenvolve pesquisa etnoarqueológica sobre o fogo; Leandro Cascon, que deu início ao estudo etnoarqueológico das roças; e Silvia Cunha Lima, que desenvolve análise sobre uso e conservação das cerâmicas etnográficas e arqueológicas. Além de mim, outros alunos da Fabíola A. Silva também participaram desta etapa, como a Meliam Gaspar, que também compartilhou da viagem ao Piranhaquara, e o Fábio Guaraldo. É importante acrescentar que a Vanda, responsável por deliciosas refeições, também estava presente!

A etapa foi dividida em dois momentos: o primeiro, o qual nos dedicamos à prospecção e à escavação do sítio arqueológico localizado na aldeia Itaaka; e o segundo momento na Aldeia Kwatinemu, em que realizamos o levantamento arqueológico nas roças e mapeamento das oficinas líticas no Igarapé Ipiaçava.

No Yvytirapitera

No verão o Xingu se divide em diversos canais, que contrastam suas águas azuladas com o branco da areia fina que o margeia. A Aldeia Itaaka fica na margem de um canal secundário que se forma no verão. Chegamos a Itaaka no dia 05 de agosto. Ficamos hospedados na casa de farinha da aldeia. Em agosto, os Asurini estavam brocando as roças, e a casa de farinha não se encontrava em uso. Nesse espaço, montamos a cozinha, penduramos algumas redes, e armamos as nossas barracas. A partir da casa de farinha existia uma curta trilha que levava até o rio, e que se tornou de uso diário nas atividades de embarque e desembarque e acesso ao rio para

abastecimento de água, banho, lavagem das louças, roupas, e claro, para apreciar o Xingu.

No dia 07, subimos pela primeira vez o Yvytirapitera, nome dado pelos Asurini ao lugar do sítio e que pode ser traduzido como “em cima do morro”. A trilha é íngreme, e a subida um pouco cansativa. Passamos por uma área de roça dos Asurini, com plantação de mandioca e pés de mamão. Na trilha e no meio da roça, visualizava-se material arqueológico em superfície, contudo, o aspecto que mais chamava a atenção era, sem dúvida, o horizonte do Xingu visualizado lá de cima. O sítio apresentava uma topografia totalmente diferente dos sítios Tupi-Guarani que eu havia conhecido, até então, na Amazônia. A pergunta que me ocorria era: será que se trata de um sítio Tupi-Guarani?

Nos dias que se seguiram, a rotina de trabalho foi estabelecida, trabalhávamos no Yvytirapitera pela manhã, junto com Kwain, Parajuá, Tucura, Ativa e, às vezes, com a agradável companhia do velho Mboaiva. À tarde nos separávamos, os Asurini iam cuidar dos seus afazeres cotidianos, e os *akaraí* se envolviam em outras atividades; mapeamento da aldeia, das oficinas de polimento, organização do material arqueológico, etc. No final da tarde, lavava-se roupa e ajudava-se na cozinha. À noite e durante o jantar tirava-se um tempo para conversar, ouvir e contar histórias. A tranquilidade desse momento dependia da quantidade de carapanã, quando incomodavam muito, logo os Asurini iam para suas casas.

Para os Asurini a escavação do sítio Yvytirapitera implicava na continuidade da pesquisa sobre a história de seu território, iniciada com o retorno às antigas aldeias e paralelamente expandida para outros lugares. A escavação do Yvytirapitera também movimentou relações políticas, concentrando na liderança da Aldeia a tomada de decisão e mediação entre as famílias Asurini e os arqueólogos no que diz respeito às atividades propostas, à distribuição dos recursos financeiros do projeto de pesquisa e aos interesses do coletivo da aldeia. De outro modo, essa relação política e de trabalho colaborativo é resultado de uma convivência de longa data entre os Asurini e a Fabíola, especialmente com o grupo doméstico de Kwain Asurini, espelhando uma relação pautada na confiança e na expectativa de continuidade das pesquisas, notavelmente àquelas que incentivam viagens para as áreas no interior da T.I., onde estão localizadas as aldeias antigas.

Para os arqueólogos, e para mim especialmente, escavar o sítio Yvytirapitera significava conhecer uma das grandes aldeias que existiram às margens do médio-baixo

Xingu, aldeia cuja topografia e extensão associada à terra preta antropogênica, remete ao contexto sobre o qual pouco se sabe em relação às ocupações indígenas pré-coloniais dessa região. Ao mesmo tempo, escavar junto aos Asurini colocou em perspectiva temporalidades diferentes da minha. Essas diferenças, por um lado, já me eram dadas como prerrogativa apreendida nos trabalhos etnoraqueológicos realizados pela Fabíola (SILVA, 2000, 2002, 2013) ou na etnografia realizada por Müller (1993) na década de 1980, por outro lado, a vivência etnográfica deixava essas diferenças um pouco “borradas”, o que em parte se dava pela elegância e sutileza argumentativa dos Asurini no trato do que classificamos como ‘registro arqueológico’ e que levava a certa convergência narrativa entorno da escavação.

Assim, posso dizer, que em ambas as perspectivas (arqueológica e dos Asurini) o Yvytirapitera remete a um tempo ancestral, muito antigo, no qual viveram outras pessoas, diferentes dos Asurini e dos arqueólogos. Essas pessoas eram donas das cerâmicas que encontramos durante a escavação e, pela quantidade de fragmentos de vasilhas, muitas pessoas teriam vivido no Yvytirapitera ao longo do tempo. Além disso, tanto os Asurini quanto os arqueólogos davam muita atenção às cerâmicas, observando sua morfologia, acabamentos de superfície e outros aspectos presentes na escavação, tais como os minerais para produção de pigmentos para pintura, carvão, ossos e assim por diante. Essas convergências se distanciam na medida em que cada uma das partes interessadas (Asurini e arqueólogos) se volta à natureza perceptiva do que se entende por “ancestralidade”.

Segundo Horizonte de Reflexão: Paisagens Persistentes e Ancestralidades Indígenas

Em diferentes momentos durante a escavação do Yvytirapitera, busquei, de forma um tanto desajeitada, falar sobre a história dos antigos Juruna, mas logo percebi que, antes de colocar o meu ponto de vista, precisava amadurecê-lo. E isso, não acontece em uma etapa de campo. Resolvi seguir o conselho que o antropólogo Keith Basso deu a Jonh Welch em seu trabalho de arqueologia entre os Apaches: “*Listen, listen, and listen some more*” (NICHOLAS, WELCH e YELLOWHORN, 2008, p. 285). As famílias da Aldeia Itaaka nos levaram até as moradias de Ativa Asurini e Murumunaka Asurini, localizadas no caminho entre as duas aldeias – Itaaka (ao norte) e Kwatinemu (ao sul), em lugares com ampla visibilidade do curso do rio, que contrastam com a localização das aldeias situadas às margens dos canais do rio, mais recuadas do curso principal do Xingu. Em ambos locais de moradia, de Ativa e Murumunaka, foram

registrados sítios arqueológicos pré-coloniais, haja vista a existência de ponta lítica de lança e lâminas de machado polido. Além desses sítios, os Asurini nos levaram a *Kururuí* ou Furo do Sapo, lugar de gravura rupestre zoomorfa em afloramento de rocha situado às margens de um meandro do rio Xingu.

Em Busca das Tapemberas

Antes das etapas de campo na T.I., já tinha conhecimento de que para os Asurini o que se classifica como arqueológico é entendido como marcas de seus ancestrais míticos, sendo as oficinas líticas de polimento o banco e as pegadas de *Mayra* deixadas na terra mole do firmamento e as cerâmicas não-Asurini pertencentes à *Anumaí*, irmã dos xamãs primordiais, produtora de cerâmicas com paredes grossas (SILVA, 2002). Durante as etapas de campo as denominações *Mayra enewa-gapypapera* e cerâmicas de *Anumaí* foram comumente empregadas como um tipo de classificação feita por eles, e que resultou na nomeação e contextualização dos sítios arqueológicos – àqueles que tinham apenas cerâmicas asurini ou àqueles que tinham cerâmicas asurini e *Anumaí*. Como meu principal interesse era encontrar vasilhas cerâmicas – normalmente já quebradas, e não importava se essas últimas fossem *Anumaí* ou Asurini, as mulheres acabaram me classificando também, passei a ser chamada de Lorena *tapembera*, o que pode ser entendido, nesse contexto, como àquela que procura ‘cacos’ de cerâmicas que foram quebradas por alguém (tradução *tapembera* = *t* (possuidor humano) *pem* (quebrar) *era* (que já foi); algo que já foi quebrado por alguém).

Após encerrarmos as atividades de escavação do Yvytirapytera, seguimos para o segundo momento da etapa de campo na Aldeia Kwatinemu. Nesta Aldeia realizamos o levantamento arqueológico acompanhando os jovens e os velhos Asurini pelos caminhos e lugares de roças. As atividades de caminhamento foram orientadas por saídas diárias em busca das *tapemberas*. Para isso, todos os dias pela manhã, reuníamos embaixo do pé de manga. Ali, em frente ao rio e ao porto da aldeia, combinávamos o trajeto e listávamos quais roças visitar. Essa decisão passava pela indicação dos mais velhos, que orientavam sobre os caminhos de roças que podíamos percorrer.

As saídas para as roças foram iniciadas com a participação dos Asurini mais jovens. Para os jovens a busca por *tapemberas* era uma atividade entediante. Além disso, os caminhos das roças apresentavam outras questões, que entabulavam longas conversações sobre caça e as aventuras que essa prática lhes proporcionava. Nesse

sentido, observavam os rastros de passagem dos animais caçados (e.g. anta, paca, cotia, jaboti) e não caçados (e.g. onça), bem como a existência de árvores cujas flores e frutos atraíam as caças de interesse. Esses lugares eram eleitos pontos de “espera”, ou seja, locais de *tukaia*, em que o caçador espera a caça ou deixa uma armadilha para capturá-la. Com isso era comum que os Asurini voltassem no final da tarde aos lugares percorridos pela manhã, pois sempre identificavam uma boa “espera”.

Após alguns dias, os mais velhos começaram a participar do caminharmento pelas roças e com isso houve mudança no comportamento dos Asurini jovens ao longo das caminhadas. A conversação entre os velhos significava silêncio aos jovens, que pareciam escutar atentamente o conhecimento transmitido pelos primeiros, pois ficava claro que os mais velhos reconheciam uma maior diversidade de árvores e plantas pouco conhecidas para os mais jovens.

As roças dos Asurini se estendem por extensa área de terra firme e compõem uma rede de caminhos organizados por uma trilha principal, pelas quais saem trilhas secundárias que se ramificam no interior das roças. Iniciamos o levantamento percorrendo dois caminhos principais, um localizado na face sul da aldeia – caminho do *Ipeari* ou árvore de Sumaúma quebrada, e o outro mais ao norte da aldeia. Ambos se estendiam no sentido transversal ao rio Xingu, prolongando-se para o interior da mata. Além desses dois caminhos há um terceiro, com saída na parte sul da aldeia e que se estendia nesse mesmo sentido, paralelo ao rio Xingu. Dissemos aos velhos Asurini que gostaríamos de conhecer os lugares de *kaafera* e *kaa’eté* (matas antropogênicas em diferentes estágios de regeneração) que ficavam na beira do Xingu e dos igarapés.

No Xingu, alguns lugares eram conhecidos pela existência de antigas moradias de ribeirinhos, tornando-se locais frequentados pelos Asurini para caça e coleta. Como mencionado anteriormente, todas as árvores de “esperas” chamavam atenção, bem como as madeiras, plantas, e mesmo a avaliação sobre a possibilidade de cultivo em determinados lugares visitados eram temas de conversas frequentes. Tanto as *kaaferas* quanto as *kaa’etes*, cuja classificação ecológica ultrapassa o objetivo do presente trabalho, são relacionadas tanto a matas com palmares de babaçu quanto a lugares que fazem parte da dinâmica de vida e memória dos Asurini (cf. SILVA, 2013, 2015), em que já houve roças, acampamentos, moradias, aldeia e que voltou a ser mata. As roças, em geral associadas a *kaaferas*, levavam o nome de seus donos ou daqueles que as cultivaram algum dia. De certa forma, as roças são o modo como os Asurini se distribuem em suas terras e a visibilidade arqueológica está na dinâmica de formação

das roças e consequente transformação da floresta (ver BALÉE, 1989, 2000, 2013; BALÉE e MOORE, 1994; RIBEIRO, 2009).

No primeiro caminho de roças que percorremos (caminho do Igarapé Ipeari), poucas cerâmicas foram encontradas, algo que parecia inesperado, afinal, as cerâmicas de *Anumai* são comumente encontradas por onde se passa. Já nos caminhos de roça do Rio Xingu, registramos vários sítios arqueológicos os quais como a aldeia Kwatinemu, se encontravam em terraços altos do rio, com terra preta, mata secundária em estado avançado de regeneração, vegetação de sub-bosque, dossel e presença de palmeiras de babaçu. O *survey* nas roças definiu, portanto, o terceiro e último horizonte de reflexão:

Terceiro horizonte de reflexão:
As cerâmicas na indigeneidade das paisagens

A maioria dos sítios arqueológicos foi registrada nas roças antigas, mais distantes da aldeia, em lugar de mata velha (*kaa'eté*) onde cresce muita mandioca, dizia Itaquiri. No caminhar pelas roças surgiam várias histórias e lembranças dos Asurini. De modo que a pesquisa arqueológica e todos os procedimentos que implicam na sua realização, como sondagens, coleta de solo, coleta das coordenadas UTM, preenchimentos das etiquetas de identificação do material coletado, anotação no caderno de campo, fotografia e assim por diante, passou a fazer parte dessas histórias e vice-versa.

A toponímia listada no quadro abaixo, diz muito sobre as histórias dos Asurini em seu território, e o modo como percebem os lugares – associados à roça e seus donos (i.e. Avatikirera, Kumanuyká, Roças Velhas do Takamui, Apebu), aos lugares ocupados pelos *akaraí* e a lembrança do contato que os Asurini teriam estabelecido com os mesmos em períodos mais recentes antes da homologação da T.I. (i.e. como o sítio Kaafera do Martinho e Júlio Nonato), às áreas de ‘alagação’ onde se acumulam histórias sobre aqueles que viraram canoas nas cachoeiras, os lugares de pesca (Ipheapuku), de água ruim (Yai), aldeia com pragas (Taiuviaka), de pedrais (Itapemi, Itapemuu), topografias (*yvytyrapitera*), palmeiras (Mariativa’pijá), matérias-primas específicas (Myryna, Itatatu), nomes de personagens míticos (Uirasimbé, Kururu’y).

Quadro 11. Toponímias dos lugares

Toponímia	Referências atuais	Aldeias Antigas Asurini	Marcas dos ancestrais míticos Asurini	Palmeiras babaçu	TPA9	Ocupações indígenas pré-coloniais ¹⁰
Kwatinemu	aldeia atual		x	x	x	x
Avati-Kirera	roças	x	x	x	x	x
Kwatinemu Velho	roças	x	x	x	x	x
Itapemuu	-	x	x	x	x	x
Akaepugi	-		x	x	-	-
Itaiuviaca	-	x		x	-	-
Itajuara	acampamento		x	x	-	-
Maritaiva'pijá	acampamento		x	x	x	x
Kumanuyka	acampamento		-	x	x	x
Araypijá	acampamento		x	x	x	x
Itatatu	acampamento		-	x	-	-
Jaunapina	moradia		-	x	-	-
Ypukui	-	x	-	x	x	-
Tapypiri	-	x	-	x	x	x
Uirasimbé	acampamento		-	x	x	x
Cachoeira Uirasimbé	acampamento		x	-	-	x
Myrina	-	x	x	x	x	x
Myrina II	caminho		x	-	-	x
Typytiuu	-	x	x	x	x	x
Itaaka	Aldeia atual		x	x	-	x
Yvytirapitera	roça		x	x	x	x
Yai	roça		x	x	x	x
Kaafera do Ativa	roça		x	x	x	x
Itapemi	roça		x	x	-	x
Kupu'jujá	roça		x	x	x	x
Kururu'y	caminho		x	-	-	x
Murumunaka	moradia		x	x	x	x
Ativa	moradia		x	x	-	x
Kaafera Júlio Nonato	caça		-	-	-	-
Kaafera do Martinho	Moradia Akaraí		-	x	-	x
Kaafera do Martinho II	caminho		-	-	-	x
Kaafera do Martinho III	Caminho		-	-	-	x
Roça Murumunaka	Roça		x	x	x	x
Ilha Piranhaquara	Moradia akaraí		-	-	-	-
Roça Velha do Takamui	Roça		-	x	-	-
Roça Velha do Pai de Apebu	Roça		-	x	-	-
Ipeaphuku	acampamento		-	-	-	-
Maira enewa-gapypapera 1	Caminho/roça		x	-	-	x
Maira enewa-gapypapera 2	Caminho/roça		x	-	-	x
Cachoeira Ipeaphuku	acampamento		x	-	-	x
Cachoeira Ipeaphuku	acampamento		x	-	-	x
Cachoeira Ipeaphuku	acampamento		x	-	-	x
Maruatykawa	acampamento		x	-	-	x
Cachoeira depois da Jakauka	acampamento		x	-	-	x
1ª Cachoeira Jakauka	acampamento		x	-	-	x
2ª Cachoeira Jakauka	acampamento		x	-	-	x
Maira enewa-gapypapera 3	acampamento		x	-	-	x
Igarapé Tuvii	acampamento		x	-	-	x
Cachoeira Itaphuku	acampamento		x	-	-	x
Cachoeira Itaphuku	acampamento		x	-	-	x
kaafera da Turé	acampamento		x	x	-	-
Kaafera Akaraí	acampamento		-	x	-	-
Na beira	acampamento		-	-	-	-
Apeuvi	acampamento		x	x	-	-

Os nomes dos lugares são indexadores da própria paisagem, e como quase toda toponímia estão invariavelmente correlacionados á identidade desses mesmos lugares (TILLEY, 1994; BOWSER & ZEDENO, 2009). Ao serem nomeados, os lugares são

9TPA = Terra Preta Arqueológica ou Antropogênica.

10Embora ainda não haja datações para a maioria dos sítios, a existência de oficinas de polimento e camadas espessas de terra preta é associada a ocupações pré-coloniais.

inseridos à teia das relações sociais e às experiências individuais, criando referências, caminhos, constituindo uma cartografia que emerge da temporalidade dos Asurini, de um lado, e da experiência arqueológica, de outro. Existem várias passagens ao longo da realização do *survey* que exemplificam isso. Uma delas se passa no mapeamento das oficinas de polimento ao longo do Igarapé Ipiaçava uma viagem relativamente curta até a aldeia velha ou Kwatinemu Velho. Era preciso sair na hora marcada, estávamos no período de seca, o igarapé, por se encontrar com pouca água e possuir várias cachoeiras, tornava a viagem mais lenta. Além disso, ao longo do trajeto, ocorreriam sucessivas paradas para o registro das oficinas de polimento. Houve atraso na saída, e isso me preocupou um pouco. Partimos, e assim que paramos na primeira cachoeira para registrar os polidores, Tivandemi notou que havia esquecido o sal. Logo expressei a minha opinião, disse que poderíamos passar uma noite sem sal. A ideia parecia ter sido aceita, mas assim que fiquei entretida com os polidores, escutei Tivantemi acelerar o motor da canoa, quando rapidamente saltou a cachoeira (*ypyryryma* na língua Asurini) e foi buscar o sal. No dia seguinte, quando retornávamos da aldeia velha, Tivandemi exclamou: chegamos na ‘cachoeira do sal’.

As paisagens do inverno dão outro ritmo à vida, marcando o tempo entre os Asurini – é tempo da pesca, do tracajá, de andar pelas pequenas ilhas do rio, fazer a roça e tantas outras coisas. Ao longo dos rios e igarapés essas paisagens concentram grande quantidade de polidores nos pedrais e cachoeiras dos cursos d’água. Assim como a ‘cachoeira do sal’, ao longo do igarapé Ipiaçava há várias roças, lugares de moradias, acampamentos e aldeias antigas dos Asurini, em geral, associados às oficinas de polimento. É o caso do sítio Maíra enewa-gapypapera 5, um lugar de acampamento onde, segundo Tivandem, um *akaraí* pretendia plantar jaborandi (*pilocarpus jaborandi*), porém, os Asurini não permitiram. No sítio Maíra enewa-gapypapera 2, encontra-se uma antiga moradia de Apeúna e Tivandem. O sítio Maíra enewa-gapypapera 10 é lugar para pesca e está próximo de um acampamento Asurini. No sítio Maíra enewa-gapypapera 11, Apeúna e Tivandem gostam de acampar para pegar tracajá no inverno.

Se por um lado as oficinas fazem parte da origem do mundo Asurini, por outro, não são elas (as oficinas de polimento) que dão nomes aos lugares. O que dá nome aos lugares são as histórias dos Asurini nesses lugares (SILVA, 2013). É o caso das cachoeiras Jakauakas, onde comumente naufragam ou alagam canoas no inverno; ou da Cachoeira Ipeaphuku onde Moreyra alagou sua canoa, perdeu sua panelinha e ficou bravo. Todos os Asurini sabem dessas histórias, disse Tivandem. A cachoeira

Ipeaphuku está próxima do igarapé panelinha, lugar em que os Asurini fazem acampamento. São narrativas como essa que entabularam a conversa sobre os lugares ao longo do igarapé, fazendo das oficinas de polimento marcas que conformam paisagens no presente.

Foto 9: Igarapé Ipiaçava, Cachoeira Ipeaphuku apelidada de ‘Cachoeira do Sal’.
Local do sítio Maíra enewa-gapypapera 3. Fotografia: Lorena García.

Pode-se dizer que ao reconhecerem o lugar para construção de suas aldeias, os Asurini identificaram as cerâmicas grossas de *Anumai* (cerâmicas não-Asurini), os bancos e pegadas de *Mayra* (polidores e amoladores). A correlação entre as marcas dos ancestrais míticos e os lugares é uma constante nas aldeias, portanto, as aldeias antigas [» e atuais «] podem ser definidas como lugares significativos e persistentes (cf. BOWSER e ZEDENHO, 2009). Assim como em outros exemplos etnográficos e arqueológicos, a experiência junto aos Asurini mostra o que se entende como ‘arqueológico na Amazônia’ passa pela temporalidade e pelas narrativas mitohistóricas das populações indígenas do presente (e.g. SANTOS-GRANERO, 1998; WHITEHEAD, 2003; FAUSTO E HECKENBERGER, 2007; HILL, 1988; 2011; CABRAL, 2014a, 2014b). Na mitologia dos Asurini a floresta já surge transformada e habitada por muitos seres e ancestrais míticos, onde as palmeiras são parte dos caminhos pela mata, e as marcas de *Mayra* e as cerâmicas de *Anumai*, das transformações do mundo (Cf. MÜLLER, 1993; SILVA, 2000, 2013, 2015).

4.2. Descrição dos Sítios Arqueológicos

Sítio Aldeia Kwatinemu (PA-KTM-01)

Trata-se da aldeia sede da T.I., localizada em extenso terraço não inundável, na margem direita do médio-baixo Xingu e margem direita da desembocadura do Igarapé Ipiaçava. O sítio é caracterizado pela ocupação atual dos Asurini, registro de ocupações mais antigas, não Asurini, e oficina lítica com bacias de polimento e amoladores, estes últimos situados em pedral na área portuária e acesso principal da aldeia (SILVA, 2000, 2001). A aldeia é parcialmente gramada. A grama contrasta com estreitas trilhas, num espaço central de circulação que se forma entre as casas e a *tavyva*. A vegetação que existe entre as casas é formada principalmente por árvores frutíferas e pés de cuia.

Durante a primeira etapa do levantamento arqueológico foi realizado um poço-teste de 1m² em área periférica da aldeia, onde foram evidenciados materiais industrializados, material vegetal, ósseo, fragmentos de vasilhas cerâmicas e artefatos líticos associados à matriz de solo escuro e depósito arqueológico com 50cm de profundidade. Nas camadas superiores (níveis 1 e 2) da unidade escavada, notou-se o predomínio de objetos associados à ocupação dos Asurini, e nos níveis mais profundos (níveis 3 e 4), fragmentos de vasilhas cerâmicas e artefatos líticos de ocupações anteriores, não Asurini. Esses objetos, a princípio separados temporalmente, encontravam-se misturados, tanto nas camadas arqueológicas enterradas quanto na superfície. A associação entre os vestígios da ocupação Asurini e as ocupações anteriores aos Asurini também é notada na superfície do solo dos espaços domésticos, áreas comuns e caminhos que cruzam a aldeia ou que partem dela para outros lugares (e.g. para mata, roças, rio) (SILVA et al., 2011, p. 46).

Em 2014, durante a minha última etapa de campo, pouco antes do encerramento desta, estava em andamento a construção de novas casas na aldeia e, com isso, a exposição de ampla superfície do solo em virtude da terraplenagem. Na oportunidade, foi possível observar manchas de terra preta localizadas na face leste e norte da aldeia. Faltavam apenas dois dias para a nossa partida, quando uma criança Asurini falou sobre uma vasilha cerâmica em superfície situada na entrada da casa de um jovem casal Asurini, Odí e Mayrí. Ao conhecer o local da vasilha, percebi que tal objeto possivelmente estaria associado a um contexto de sepultamento. Tendo em vista a falta de tempo para conversar com os Asurini sobre o assunto, optei por não realizar a

escavação. Juntamente com Imüdi Asurini, coletamos apenas a vasilha (tigela) exposta no canal de escoamento da água de uso doméstico. Tratava-se de uma tigela de contorno composto, ombro, borda reforçada e levemente restringida, com morfologia correspondente a um *cambuchí caguâba* Guarani (NOELLI, 1996, p. 213) ou a uma vasilha com forma similar, descrita por Brochado (1991, p. 59-69) a partir das fontes históricas sobre os Tupinambá. Em ambos os casos, a tigela é historicamente associada ao consumo de bebidas fermentadas (alcoólicas).

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de Superfície	22M324358E9552207N	Coleta de fragmentos de vasilhas cerâmicas
Poço Teste (1m²)	22M324461E9552350N	Coletas de materiais industrializados (metal, plástico), cerâmicas, lítico, carvão e solo, vasilha inteira, associados a arenoargiloso de coloração escura (7.5YR 2.5/1) nas camadas antropogênicas registradas entre os níveis 0-50cm, com características típicas de terra preta arqueológica.
Para descrição detalhada ver: SILVA et al., 2011. Intervenções ou atividades de registro realizadas		

Sítio Avatikirera (PA-KTM-02)

A antiga aldeia Avatikirera foi ocupada pelos Asurini brevemente no ano de 1984, pouco antes de mudarem para a Aldeia Kwatinemu atual, em 1989. Avatikirera foi um entreposto para os Asurini em um momento difícil da história de vida deles, quando sofriam a perda de seus parentes vitimados por doenças e conflitos travados com os “brancos” e outros grupos indígenas (SILVA et al., 2011).

O sítio está situado em terraço parcialmente inundável, na margem direita do Igarapé Ipiaçava, associado a bacias de polimento. O Avatikirera é constituído por diferentes áreas de cultivo de roça, denominadas pelos Asurini como roça nova e roça velha. Durante a etapa de levantamento arqueológico, em 2014, a roça nova estava em fase de preparo, com vegetação recentemente cortada, o que dificultou o caminhar e a visualização da superfície do solo. Após a roça nova, percorre-se um pequeno trecho e chega-se na roça velha, onde há plantações de mandioca, banana, algodão, abacaxi, dentre outras. Na roça velha há grande concentração de fragmentos de cerâmicas na superfície associados à terra preta, local em que realizamos a tradagem 2, distante aproximadamente 200m da área em que foi feita a coleta de superfície e a tradagem 1, estas últimas situadas na antiga área construída da aldeia. Além das roças, a vegetação

do sítio pode ser caracterizada pela existência de áreas de floresta, matas de cipó e capoeiras.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de Superfície	22M324420E9553966N	Coleta de fragmentos de cerâmica
Tradagem 1	22M324420E9553966N	coleta de fragmentos de vasilhas cerâmicas, ossos de fauna e líticos, associados ao solo arenoargiloso de coloração escura (7.5YR 2.5/1)
Tradagem 2	22M324542E9554173N	coleta de fragmentos de vasilhas cerâmicas, solo arenoargiloso de coloração escura (7.5YR 2.5/1) nas camadas antropogênicas registradas entre os níveis 0-40cm.
Localização das roças e matas de cipó: Roça Nova: 22M324641E9553956N Roça Velha: 22M324816E9554053N Mata de cipó: 22M324541E9553909N Intervenções ou atividades de registro realizadas		

Sítio Kwatinemu Velho (PA-KTM-03)

Trata-se do primeiro aldeamento Asurini organizado pela FUNAI em 1972. Müller (1993, p. 55) relata que, entre os anos de 1976 e 1982, havia famílias que residiam nas *aketés*, casas com mesma forma arquitetônica da *tavyva* (casa grande), porém, bem menores que esta última. O sítio é situado em terraço fluvial, na margem direita do baixo curso do igarapé Ipiaçava. Como a aldeia Kwatinemu atual, no sítio Kwatinemu Velho há oficina lítica de polidores/amoladores fixos dispostos em afloramento de rocha na margem do igarapé. Para acessar o interior do sítio é preciso subir por uma trilha íngreme até o terraço com elevação aproximada de 23m em relação ao igarapé. A vegetação do sítio é *kaa'eté* ou mata velha na classificação dos Asurini, composta por mata regenerada, dossel, palmeiras de babaçu de maior altura, castanheira, árvores de jenipapo e árvores menores dispostas no entorno das antigas áreas domésticas, como cuieiras, limoeiros e laranjeiras.

Durante o caminhar pelo sítio Apeúna Asurini, vimos o lugar da antiga *tavyva*, área que apresentava capoeira baixa e relevo levemente mais alto em relação ao seu entorno, este último aspecto provavelmente relacionado à existência dos restos construtivos da *tavyva* e aos sepultamentos. É amplamente visível a existência de terra preta e grande quantidade de fragmentos de cerâmica Asurini e não Asurini na superfície do solo. Durante a primeira etapa do levantamento arqueológico, a escavação de uma unidade de 1m² registrou fragmentos de cerâmicas, artefatos líticos, carvão e

materiais industrializados (SILVA et al., 2011, p. 47-48). Nesse sítio foram coletadas três vasilhas Asurini parcialmente inteiras.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de Superfície	22M338082E9545402N	Fragmentos de cerâmica, materiais industrializados
Coleta de Superfície:	22M337998E9545291N	Coleta de japepaí Asurini
Poço Teste 1m²:	22M338082E9545402N	Arenoargiloso de coloração preta (7.5YR 2.5/1); o depósito arqueológico da unidade amostrada atingiu 60 cm de profundidade Coleta de fragmentos de vasilhas cerâmicas, ossos de fauna e líticos
Para descrição detalhada ver: SILVA et al., 2011. Intervenções ou atividades de registro realizadas		

Sítio Itapemuu (PA-KTM-04)

Itapemuu foi um antigo acampamento Asurini, localizado na margem direta do Igarapé Ipiacava, junto a formações rochosas com bacias de polimento. Antes do contato permanente com os “brancos”, por volta da década de 1960, os Asurini utilizaram Itapemuu como local de moradia. O sítio apresentou fragmentos de cerâmicas, artefatos líticos polidos, restos de alimentação (ossos de fauna) e materiais industrializados (vidros, metal, pilhas). A maior parte do material arqueológico é resultado de coletas em superfície e apenas seis fragmentos de cerâmica são provenientes de intervenção em subsuperfície. Além do registro material, relativo à breve ocupação realizada pelos Asurini em período mais recente, o sítio é constituído por extensas manchas de terra preta e concentrações cerâmicas relacionadas a ocupações indígenas mais antigas, pré-coloniais (SILVA et al., 2011, p. 48-49).

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de Superfície	22M352567E9538272N	Coleta de fragmentos de cerâmica
Tradagem:	22M352567E9538272N	Coleta de cerâmicas, ossos de fauna e carvão, todos associados ao solo argiloso de coloração preta (7.5YR 2.5/1), duas camadas estratigráficas em 1m de profundidade.
Para descrição detalhada ver: SILVA et al., 2011. Intervenções ou atividades de registro realizadas		

Sítio Akapepugy (PA-KTM-05)

Trata-se de antigo acampamento no qual os Asurini foram contatados pelo Padre Anton Lukesh, em 1971 (MÜLLER, 1993; SILVA, 2013; SILVA e NOELLI, 2015). O

local é situado em terraço fluvial, na margem direita do médio Ipiacava. O sítio é caracterizado pela presença de solo arenoargiloso escuro, especialmente nas áreas de lixeiras. Durante a etapa de levantamento, foram registradas bacias e sulcos de polimento, fragmentos de cerâmicas, restos de alimentação e materiais industrializados (pilhas, metal, vidros) em superfície e profundidade (SILVA et al., 2011, p. 49-50). A menor densidade de material arqueológico e, dentre estes, objetos industrializados, faz de Taiuviaka um lugar contextualmente similar à Akapepugy, ambos associados ao contato oficial dos Asurini e à apropriação pelos mesmos de bens industrializados do século XX (e.g. pilhas [foto 3], remédios [fotos 1, 2, 4, 5, 6], perfumaria, esmalte [foto 8], havaianas [foto 9], armas de fogo [foto 12 – cartucho de bala], alimentos, bebidas [foto 7 – fundo de garrafa de água tônica que continha quinina utilizada no tratamento de malária], além de lâminas de machado [foto 10], facões e miçangas).

Dentre as embalagens de produtos medicinais, há várias ampolas e flaconetes de remédios injetáveis e vidros de xarope. A marca dos flaconetes indica que estes foram produzidos pela Wheaton Brasil. Essa indústria foi fundada em 1953, em São Paulo, e tornou-se pioneira na fabricação de frascos de penicilina. Na década de 1970, a Wheaton Brasil foi considerada a maior produtora dessas embalagens medicinais. Outra embalagem de remédio preservada indica o consumo de pastilhas Cepacol. Essas pastilhas, até aproximadamente 1983, tinham circulação restrita aos profissionais de saúde, seu consumo não era aberto ao público, não sendo encontradas em farmácias¹¹

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de Superfície	22M354461E9539498N	Coleta de fragmentos de cerâmica e materiais industrializados (especialmente, frascos medicinais).
Tradagem:	22M354461E9539498N	Coleta de fragmentos de cerâmicas, líticos, e materiais industrializados associados ao solo arenoargiloso de coloração preta (10YR 2/1).
Para descrição detalhada ver: SILVA et al., 2011. Intervenções ou atividades de registro realizadas		

¹¹ As informações sobre a coleção de objetos industrializados deste sítio resultam das considerações feitas pelos arqueólogos Paula Bava de Camargo e Leandro Domingues Duran.

Fotos 10. Coleção sítio Akapepugi

As garrafas de vidro identificadas indicam o consumo de água tônica, também muito procurada por conter *quinino* na sua composição, algo popularmente utilizado no tratamento da malária. Esses registros materiais são condizentes com a tradição oral e memória dos Asurini que associam Akapepugi a um período de grande mortalidade em decorrência das doenças contraídas do contato recente com o “branco”. Apesar de ter sido acampamento, em Akapepugi foi construída uma *tavyva* para que os Asurini pudessem sepultar seus parentes e familiares (SILVA et al., 2011; SILVA, 2013).

Taiuviaka (PA-KTM-06)

Conforme Silva et al. (2011, p. 50), os Asurini contam que Taiuviaka foi a última aldeia que habitaram antes do contato. Essa antiga aldeia é situada em terraço fluvial de um pequeno tributário da margem direita do Igarapé Ipiaçava. O sítio é caracterizado pela ocorrência de solo escuro, associado à baixa frequência de material

arqueológico, especialmente fragmentos de vasilhas cerâmicas. Conforme registrado por Müller (1993), os Asurini teriam vivido pouco tempo em Taiuviaka. Essa antiga aldeia, localizada no interior da mata, marca um momento de dispersão dos Asurini pela mata, levando-os a se estabelecerem em pequenos acampamentos localizados próximos das margens do igarapé Ipiaçava. Como descrito por Silva (2012, p. 32), essa estratégia de dispersão, segundo os Asurini, tornava-os menos vulneráveis aos ataques inimigos. A *tavyva*, identificada em Taiuviaka, teria sido construída no mesmo ano que os Asurini foram contatados, em 1971 (MÜLLER, 1993). Os registros materiais identificados em Taiuviaka, especialmente as cerâmicas, fazem parte da história dos Asurini nesse lugar.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de Superfície:	22M362390E9540756N	Coleta de vasilhas semi-inteiras, fragmentos de cerâmicas, materiais industrializados (garrafa de vidro), amolador.
Tradagem:	22M362390E9540756N	Coleta de fragmentos de cerâmica associados ao solo de areia grossa, coloração escura (7.5YR 3/1) e marrom (10YR 5/3).
Para descrição detalhada ver: SILVA et al., 2011. Intervenções ou atividades de registro realizadas		

Itajuara (PA-KTM-07)

O sítio Itajuara está localizado na margem esquerda do igarapé Piranhaquara. Esse sítio possui boas condições de acesso por água, pois está localizado em trecho de maior navegabilidade do Igarapé Piranhaquara. O sítio Itajuara encontra-se em uma curva do igarapé, junto ao pedral com feições de polidores, porém parcialmente submerso devido ao período de cheia dos rios da bacia amazônica. O referido sítio está implantado em topo de colina e se estende ao longo de toda a vertente que margeia o igarapé. Parte da vegetação atual do sítio Itajuara é composta por mata secundária, com palmeiras babaçu. Durante o caminhar, foram observadas marcas de polimento sobre o pedral adjacente ao sítio, bem como fragmentos de cerâmica em superfície na parte interior do pedral. Os Asurini utilizam o lugar para acampar. Devido ao pouco tempo de permanência no sítio, foi possível realizar apenas o registro da localização, sem caminhar, intervenções ou coleta de material arqueológico. Ao contrário dos sítios descritos até agora, o sítio Itajuara – assim como os sítios Maritaiva'pijá, Kumanayká, Aray'píj, descritos na sequência – não constitui a memória de antigas aldeias ou aldeias de contato dos Asurini. Ao mesmo tempo, esses sítios são reconhecidos como lugares de passagem, pois em algum momento serviram para caça e

acampamento. O sítio Itajuara, Maritaiva'pijá, Aray'pijá, Jaumapina e Uirasimbé foram utilizados como lugares de acampamento da expedição até as antigas aldeias Asurini do igarapé Piranhaquara (SILVA e GARCIA, 2015).

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Identificação visual e localização	22M341100E9527826N	Fragmentos de cerâmica em superfície e oficina de polidores fixos.
Intervenções ou atividades de registro realizadas Não houve intervenções. Registro Fotográfico		

Maritaiva'pijá (PA-KTM-08)

O sítio Maritaiva'pijá está localizado na margem esquerda do igarapé Piranhaquara, em topo de morro circundado pelo igarapé nas faces leste e sul. A vegetação do sítio é composta por mata secundária em estado avançado de regeneração, matas de cipó e árvores de grande porte. Durante o caminhamento no sítio Maritaiva'pijá foi possível observar manchas de terra preta e material arqueológico em superfície, com maior ocorrência de fragmentos cerâmicos nas faces leste e norte do sítio. As atividades de registro foram realizadas a partir da coleta de material arqueológico em superfície e profundidade.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM 22M361232E9479624N	Descrição
Tradagem 1	22M352265E9514048N	profundidade máxima 100cm, coleta em superfície e níveis 10cm e 20cm
Tradagem 2	22M352284E9514058N	profundidade máxima 100cm, coleta em superfície.
Tradagem 3	22M352289E9514022N	profundidade máxima 100cm, coleta nos níveis 10cm a 50cm.
Tradagem 4	22M352305E9514062N	profundidade máxima 100cm, coleta nível 40cm.
Tradagem 6	22M352375E9514088N	profundidade máxima 100cm, coleta nível 30cm.
Tradagem 8	22M35235E99514028N	profundidade máxima 100cm, negativo para material arqueológico
Intervenções ou atividades de registro realizadas As tradagens ¹² foram distribuídas nos sentidos leste/oeste (tradagens 2, 4, 6, 8) e norte/sul (tradagens 1, 3), dimensionadas em 30cm de diâmetro e 100cm de profundidade, com ocorrência de material arqueológico em superfície (tradagens 1 e 2), nos níveis 10cm (tradagens 1, 3), 20cm (tradagens 1, 3), 30cm (tradagens 3,6), 40cm (tradagens 3, 4, 6) e 50cm (shovel test 3). A superfície das tradagens apresentaram camada fina de serrapilheira, horizonte A orgânico, com solo arenoargiloso, preto, úmido, friável, ligeiramente plástico, com ocorrência de raízes, radículas, insetos e carvão nas primeiras camadas (30cm), com camada de transição entre os níveis 30cm-40cm, e início de horizonte B no nível 50cm, com solo de gradação bruno-amarelado, úmido, com poucas raízes e praticamente estéril para material arqueológico. Registro Fotográfico.		

¹² As tradagens 5 e 7 foram planejadas, mas não realizadas.

Kumanayká (PA-KTM-09)

O sítio está localizado na margem direita do igarapé Piranhaquara, situado em topo de morro cuja vegetação é composta primordialmente por mata secundária com palmeiras babaçu e roça de “pau-preto”, o qual, segundo os Asurini, é utilizado como combustível para fogo. Durante o caminhar no sítio Kumanayká foi possível observar manchas de terra preta e material arqueológico em superfície – fragmentos de cerâmica e artefatos líticos. As atividades de registro do sítio foram realizadas a partir da identificação e coleta de material arqueológico em superfície e profundidade. O material arqueológico esteve restrito aos primeiros 10 cm, ao contrário da camada de terra preta que atingiu 40 cm de profundidade. Do ponto de vista arqueológico, o sítio Kumanayká é o único que apresenta fragmentos cuja pintura ainda mantém traços de desenhos preservados e resquícios de resina como parte do acabamento de superfície das cerâmicas. Já antecipando os dados obtidos a partir da análise cerâmica, tanto a morfologia das vasilhas desse sítio quanto seu acabamento de superfície dialoga mais proximamente com o estilo tecnológico das cerâmicas Tupi-Guarani do leste amazônico e com o estilo tecnológico da cerâmica Asurini.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de superfície 1	22M351675E9513806N	coleta de cerâmica
Coleta de superfície 2	22M351695E9513824N	coleta de cerâmica
Coleta de superfície 3	22M351696E9513864N	coleta de lâmina de machado polido
Tradagem 1	22M351737E9513868N	profundidade máxima 30cm, coleta em superfície e nível 10cm
Tradagem 2	22M351696E9513864N	profundidade máxima 96cm, coleta em superfície.

Intervenções ou atividades de registro realizadas Foram realizadas duas tradagens e três coletas de superfície. A *tradagem 1* foi realizada sobre área de relevo acidentado, formando um monte mais elevado em relação ao entorno, cuja superfície de topo levemente abaulado apresentou concentração de material arqueológico, especialmente fragmentos de vasilhas cerâmicas. Essa área, além de relevo distinto, era composta por manto de concreções lateríticas ferruginosas, o que dificultou a realização da tradagem. A *tradagem* atingiu 30cm de profundidade, com solo arenoargiloso, preto, concreções lateríticas, camada arqueológica entre a superfície e os primeiros 10cm. A *tradagem 2* apresentou camada de serrapilheira, Horizonte A orgânico, com solo arenoargiloso, bruno-acinzentado, úmido, friável, ligeiramente plástico, com ocorrência de raízes e radículas nas primeiras camadas (50cm), e camada de transição aos 60cm e início do Horizonte B aos 80cm, com solo de gradação bruno-amarelado, úmido, pedregoso. Não foi evidenciado material arqueológico em subsuperfície nessa tradagem, havendo apenas coletas de fragmentos cerâmicos na superfície do local e entorno. Registro Fotográfico.

Aray'pijá (PA-KTM-10)

O sítio Aray'pijá está localizado na margem esquerda do igarapé Piranhaquara, em topo de colina e alta vertente circundada pelo igarapé em sua face leste, e por igapó que o cerca em suas faces norte e parte da face oeste. A vegetação do sítio é composta

por mata secundária, em estado avançado de regeneração. Na área de desembarque de acesso ao sítio, há um pedral que se encontra submerso, onde possivelmente há uma oficina lítica. Durante o caminhar no sítio, foi possível observar manchas de terra preta e material arqueológico em superfície e profundidade. A terra preta atingiu 30cm de profundidade associada a fragmentos de cerâmica e carvão, esse último, ocorrendo até 50cm. Como resultado do caminhar é possível inferir que o sítio Aray'pijá se estende por uma área de aproximadamente 500m nos eixos norte/sul e leste/oeste.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de superfície 1	22M356793E9503206N	entorno <i>tradagem</i> 6, coleta de cerâmica
Coleta de superfície 2	22M356793E9503206N	entorno <i>tradagem</i> 6, coleta de ponta de flecha de metal
<i>Tradagem</i> 1	22M356733E9503214N	Profundidade máxima 100cm, coletas de superfície
<i>Tradagem</i> 2	22M356750E9503216N	profundidade máxima 30cm, coletas de superfície
<i>Tradagem</i> 3	22M356732E9503190N	profundidade máxima 100cm, coletas níveis de 10cm a 60cm
<i>Tradagem</i> 4	22M356720E9503214N	profundidade máxima 50cm, negativo para material arqueológico
<i>Tradagem</i> 6	22M356793E9503206N	profundidade máxima 70cm, coletas nos níveis 20cm, 40cm e 50cm
<i>Tradagem</i> 8	22M356750E9503226N	profundidade máxima 20cm, coletas em superfície e no nível 10cm
<p>Intervenções ou atividades de registro realizadas</p> <p>As atividades de intervenção se restringiram a realização de seis tradagens para verificação da profundidade da camada arqueológica nas áreas mais próximas do igarapé Piranhaquara. As tradagens foram distribuídas aleatoriamente, sendo realizadas preferencialmente em locais com material arqueológico em superfície. Cada <i>tradagem</i> assumiu dimensão de 30cm de diâmetro, profundidade variável, conforme relacionado na tabela a cima. O material arqueológico foi evidenciado em superfície (<i>tradagem</i> 1, 2 e 8), nos níveis 10cm (<i>tradagem</i> 3 e 8), 20cm (<i>tradagem</i> 3 e 6), 30cm (<i>tradagem</i> 3), 40cm (<i>tradagem</i> 3 e 6), 50cm (<i>tradagem</i> 3 e 6) e 60cm (<i>tradagem</i> 3). A superfície das tradagens apresentou camada de serrapilheira, horizonte A orgânico, com solo arenoargiloso, preto ou bruno-acinzentado, úmido, meio-duro, plástico, com ocorrência de raízes, radículas, insetos e carvão nas primeiras camadas (30cm), com camada de transição entre os níveis 30cm-60cm, e início de horizonte B no nível 70cm, com solo de gradação bruno-amarelado, úmido, com poucas raízes, moderadamente pedregoso, e praticamente estéril para material arqueológico. Foi observada a ocorrência de terra preta em duas tradagens (<i>tradagem</i> 6 e 8), que atingiram 30cm de espessura. Outras tradagens não apresentaram terra preta. A <i>tradagem</i> 3 foi a única que apresentou material arqueológico em todos os níveis, sendo restritos à evidência de fragmentos cerâmicos e carvão. Nessa tradagem foi observada concentração cerâmica no nível 40cm-50cm, associada à ausência de terra preta, podendo tratar-se de camada de deposição mais antiga se comparada às outras áreas em que a cerâmica se encontra nos primeiros 30cm de profundidade. Registro Fotográfico.</p>		

Itatatu (PA-KTM-11)

O sítio Itatatu está localizado na margem direita do igarapé Piranhaquara. O sítio está situado em topo de morro cujas vertentes são cobertas por afloramento de quartzo leitoso. Devido a essa característica, Takamui Asurini referiu-se à Itatatu como *Itatinga*: lugar da pedra branca. Esse sítio era um antigo acampamento Asurini, também conhecido como Acampamento da Anta, no qual se observam materiais descartados como pilhas, cartuchos de bala, plásticos, embalagens de remédio e litro de óleo. Durante a visita à Itatatu, também foram identificados fragmentos de quartzos com sinais de retirada e lascamento, além de fragmentos de vasilhas cerâmicas. Em virtude

do pouco tempo de permanência no sítio, não foi possível realizar intervenções ou coleta de material arqueológico.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Identificação visual e localização	22M358041E9499978N	
Intervenções ou atividades de registro realizadas Não houve coleta ou intervenções em subsuperfície. Registro Fotográfico		

Jaunapina (PA-KTM-12)

O sítio arqueológico Jaunapina está localizado na margem direita do igarapé Piranhaquara. O sítio encontra-se implantado em terraço não inundável do igarapé, sua vegetação caracteriza-se por capoeira antiga com concentração de palmeiras açai no entorno do igarapé. O lugar foi uma antiga roça Asurini, onde nasceu a mãe de Mauira Asurini. Durante a curta permanência no sítio arqueológico, foi possível observar manchas de terra preta e material arqueológico em superfície e profundidade.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Tradagem 1	22M361573E9484652N	profundidade 100cm, coleta em superfície e nível 10cm
Intervenções ou atividades de registro realizadas Foi realizada uma tradagem com 30cm de diâmetro e 100cm de profundidade, tal intervenção evidenciou ocorrência de terra preta entre os níveis 0 a 30cm, fragmentos de cerâmica, carvão e sementes nos primeiros 10cm. Nos níveis inferiores, entre 30cm e 80cm, o solo apresentou-se arenoargiloso, mesclado (transição entre terra preta e horizonte B), e com ausência de material arqueológico. Registro Fotográfico.		

Ypukui (PA-KTM-13)

Antiga aldeia dos Asurini onde teriam permanecido por três anos ao longo da década de 1940. Durante a visita à Ypukui, os Asurini reconheceram o local da antiga *tavyva*. Ypukui está localizada na margem direita do igarapé Piranhaquara, em terraço não inundável do igarapé. O sítio é constituído por mata secundária composta por capoeira, palmeiras, cipós, pau-de-lenha (*iagyva* na língua Asurini) e árvores frutíferas (*taperebá* – *spondias mombin*). Na margem do igarapé, junto ao sítio, há pedral com marca de polimento e, possivelmente, feições de polimento submersas. Dentre o material arqueológico observado em superfície, registra-se a existência de um suporte lítico com batedores associados, o qual, segundo os Asurini, era utilizado para quebrar

cocos. Durante a atividade de caminhamento, foi possível registrar manchas de terra preta e material arqueológico em superfície e profundidade.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de superfície 1	22M360990E9489434N	coleta de cerâmica realizada no entorno imediato da Tavyva
Coleta de superfície 2	22M360986E9489444N	coleta de cerâmica realizada no entorno imediato da Tavyva
Coleta de superfície 3	22M360991E9489450N	coleta de cerâmica realizada na face leste do sítio
Tavyva (esteios)	22M360965E9489464N	localização dos esteios da Tavyva
Tradagem 1	22M360991E9489450N	profundidade máxima 60cm, coleta de superfície e nos níveis 20cm-30cm
Tradagem 2	22M360997E9489452N	profundidade máxima 60cm, coleta de superfície e no nível 10cm
Intervenções ou atividades de registro realizadas As tradagens, dimensionadas em 30cm de diâmetro e 60cm de profundidade, apresentaram material arqueológico nos níveis 10cm (<i>tradagem 2</i>) e 20cm-30cm (<i>tradagem 1</i>). A superfície do local das tradagens era coberta por camada fina de serrapilheira; horizonte A orgânico, com solo arenoargiloso, gradação bruno-acinzentado escuro, úmido, friável, ligeiramente plástico, com ocorrência de radículas, madeira e carvão nas primeiras camadas (30cm); com camada de transição aos 40cm e início de horizonte B aos 60cm, com solo de gradação bruno-avermelhado. Registro Fotográfico.		

Tapypiri (PA-KTM-14)

Antiga aldeia dos Asurini, localizada na margem direita do igarapé Piranhaquara, em terraço não inundável. A vegetação é caracterizada por mata secundária, composta por capoeira, com concentração de palmeiras babaçu. Durante o caminhamento, foram registradas manchas de terra preta, concentração de cerâmica e artefatos líticos, como batedores e amoladores em superfície. Durante a visita à Tapypiri, acompanhamos o reconhecimento feito pelos Asurini dos esteios da antiga *tavyva*, dispostos no sentido norte-sul do sítio, e das vasilhas cerâmicas inteiras dispostas em superfície e em diferentes lugares da antiga aldeia. Nesse sítio, os Asurini ficaram completamente envolvidos com o reconhecimento da antiga aldeia e com as lembranças que as vasilhas cerâmicas traziam de seus antepassados. Foram registradas sete vasilhas cerâmicas, sendo estas coletadas pelos Asurini e pelos pesquisadores ali presentes, cabendo aos últimos o registro de localização dos recipientes. Além das vasilhas, fragmentos cerâmicos em superfície também foram coletados, muitos, inclusive, compondo partes de uma mesma vasilha. A coleção arqueológica do sítio Tapypiri está associada à ocupação Asurini.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Tavyva (esteios)	22M361269E9487684N	localização dos esteios da Tavyva
Coleta de superfície 2	22M361240E9487678N	coleta de vasilha cerâmica
Coleta de superfície 3	22M361186E9487592N	coleta de vasilha cerâmica
Coleta de superfície 4	22M361207E9487722N	coleta de vasilha cerâmica
Coleta de superfície 5	22M361197E9487682N	coleta de vasilha cerâmica
Coleta de superfície 6	22M361186E9487592N	coleta de vasilha cerâmica
Coleta de superfície 7	22M361269E9487684N	coleta de vasilha cerâmica
Coleta de superfície 8	22M361269E9487684N	coleta de vasilha cerâmica
Coleta de superfície 9	22M361186E9487592N	coleta de vasilha cerâmica
Coleta de superfície 10	22M361269E9487684N	coleta de vasilha cerâmica
Coleta de superfície 11	22M361186E9487592N	coleta de vasilha cerâmica
Coleta de superfície 12	22M361197E9487682N	coleta de vasilha cerâmica
Intervenções ou atividades de registro realizadas Não houve intervenções em subsuperfície. Registro Fotográfico.		

Uirasimbé (PA-KTM-15)

O sítio arqueológico Uirasimbé está localizado na margem direita do igarapé Piranhaquara. O sítio encontra-se em terraço não inundável, circundado pelo igarapé em suas faces norte e leste, em trecho cercado por corredeiras. A vegetação é caracterizada por mata secundária, composta por palmeiras, local onde os Asurini realizaram caça e coleta de babaçu. A partir do caminhar no sítio arqueológico foram notadas manchas de terra preta e concentrações de material arqueológico em superfície. Poucos fragmentos de cerâmica em superfície foram coletados. O fragmento de vasilha cerâmica coletado foi interpretado pelos Asurini como parte da grande panela ritual – *tauva rukaya*. Essa cerâmica, segundo Moreyra, deve ter sido abandonada no local pelos Kayapó, no tempo em que estes saqueavam as aldeias Asurini durante os conflitos de guerra.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de superfície	22M361320E9479632N	Coleta de fragmentos de cerâmica
Intervenções ou atividades de registro realizadas Não houve intervenções em subsuperfície. Registro Fotográfico.		

Cachoeira Uirasimbé (PA-KTM-16)

O sítio arqueológico está localizado na margem esquerda do igarapé Piranhaquara. Trata-se de sítio oficina lítica composto por 22 feições circulares e elípticas de polidores/afiadores fixos, medindo entre 10cm e 30cm no eixo maior; 5cm e 25cm no eixo menor; e entre 1,5cm a 4,0cm de profundidade.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Mapeamento das oficinas de polimento	22M361232E9479624N	Conjunto de polidores/amoladores fixos localizados em área de cachoeira do igarapé Piranhaquara.
Intervenções ou atividades de registro realizadas Registro fotográfico e croqui na ficha anexa do sítio.		

Myrina (PA-KTM-17)

Antiga aldeia Asurini localizada na margem direita do igarapé Piranhaquara. O sítio encontra-se em topo de colina com inclinação suave, cercado na face nordeste por um pequeno igarapé em que há concentração de palmeiras açaí. O interior do sítio é preenchido por palmeiras babaçu; a vegetação é característica de mata secundária. No entorno do sítio Myrina há corredeiras e afloramentos de rocha onde se identificam oficinas de polidores e afiadores fixos. Durante o caminhar no sítio arqueológico foram registradas manchas de terra preta, concentrações de fragmentos de cerâmica, artefatos líticos, e evidências da antiga ocupação Asurini, como árvores cortadas, esteio da *tavyva* e vasilhas cerâmicas inteiras em superfície. As coletas de superfície e escavações foram realizadas em pontos distintos da área do sítio, distribuídas nos espaços domésticos e entorno periférico em relação à área de localização da antiga *tavyva*. As unidades escavadas apresentaram terra preta, carvão e fragmentos de cerâmica. O material arqueológico está relacionado à ocupação dos Asurini e às ocupações de populações ancestrais que os precederam. Segundo os Asurini, Myrina foi uma aldeia contemporânea às outras aldeias do igarapé Piranhaquara, são essas: Ypukui, Tapypiri, Ytypytiú.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
<i>Tavyva</i>	22M361571E9478526N	esteio da Tavyva, coleta de carvão no buraco do esteio
Coleta de superfície 1	22M361688E9478558N	coleta de cerâmica

Coleta de superfície 2	22M361768E9478622N	vasilha
Coleta de superfície 3	22M361765E9478590N	vasilha
Coleta de superfície 4	22M361746E9478580N	vasilha
Coleta de superfície 5	22M361510E9479346N	vasilha
Coleta de superfície 6	22M361614E9478532N	artefato lítico
Coleta de superfície 7	22M361688E9478558N	coleta de cerâmica
Coleta de superfície 8	22M361571E9478526N	vasilha
Coleta de superfície 9	22M361571E9478526N	coleta de cerâmica
Coleta de superfície 10	22M361764E9478590N	coleta de cerâmica
Coleta de superfície 11	22M361571E9478526N	coleta de cerâmica
Coleta de superfície 12	22M361688E9478558N	lâminas de machado polido
Coleta de superfície 13	22M361688E9478558N	coleta de cerâmica
Coleta de superfície 14	22M361768E9478622N	coleta de cerâmica
Coleta de superfície 15	22M361571E9478526N	coleta de cerâmica
Tradagem 1	22M361743E9478536N	profundidade 100cm, coleta em superfície e nos níveis 10cm a 30cm.
Poço-teste 1	22M361745E9478536N	profundidade 40cm, coleta em superfície e nos níveis 10cm a 30cm.
Poço-teste 2	22M361571E9478526N	profundidade 30cm, coleta em superfície e nos níveis 10cm a 30cm.
<p>Intervenções ou atividades de registro realizadas As atividades de registro do sítio foram realizadas a partir da coleta de superfície, tradagem e escavação por níveis artificiais de dois poços-teste com dimensão de 50x50cm, com coletas de solo para datação e análise geoquímica.</p> <p>A superfície do local escolhido para escavação do Poço-teste 1 apresentou terra preta e fragmentos de cerâmica. A unidade foi dimensionada em 50x50cm, atingindo a profundidade máxima de 30cm. Durante a escavação dessa unidade foi evidenciado fragmentos de cerâmica dispersos, não estruturados, em todos os níveis escavados (0-30cm). A maior frequência de cerâmica ocorreu no nível 10-20cm, onde foram coletadas também amostras de carvão e solo para análise geoquímica da TPA. Nos níveis abaixo de 20cm registrou-se baixa incidência de material arqueológico, provavelmente associados à movimentação de raízes no solo. A escavação por níveis artificiais revelou duas camadas estratigráficas. O horizonte A, caracterizado pela presença de TPA (20cm), solo arenoargiloso, preto, macio, úmido, moderadamente plástico, com raízes, radículas e concentração de fragmentos de cerâmica. Abaixo do horizonte A orgânico, observa-se início da camada de transição (30cm) entre a TPA e solo arenoargiloso, bruno-amarelado, meio-duro, úmido, e pouca incidência de fragmentos de cerâmica no nível 30cm; ausência de material arqueológico no nível 40cm. Foi realizada uma coleta de carvão para datação no perfil norte aos 15cm de profundidade e uma coleta de solo no nível 10cm-20cm para análise geoquímica da terra-preta. O local escolhido para escavação do Poço-teste 2 também apresentou terra preta e concentração de fragmentos de cerâmica. A unidade foi dimensionada em 50x50cm, atingindo profundidade máxima de 30cm. A escavação por níveis artificiais revelou duas camadas estratigráficas. O horizonte A, caracterizado pela presença de TPA (30cm), solo arenoargiloso, preto, macio, úmido, com seixos, raízes, radículas, e material arqueológico, principalmente lítico bruto (corante). Esse horizonte foi observado entre a superfície e o nível 20-30cm. Abaixo do horizonte A orgânico, observa-se o início da camada de transição (30cm), que apresentou solo mesclado, arenoargiloso, meio-duro, úmido, com muitos seixos, raízes, radículas, e baixa incidência de material arqueológico. Foi realizada uma coleta de solo no nível 10cm para datação. Registro Fotográfico.</p>		

Myrina II (PA-KTM-18)

O sítio Myrina II está localizado sobre afloramento de rocha, uma coroa de pedras no meio do curso do igarapé Piranhaquara. Trata-se de oficina de polimento fixa formada por conjunto de afiadores e polidores, composta por quatro feições de desenho elíptico e profundidade máxima de 3cm. Esse sítio caracteriza-se como local de uso sazonal, permanecendo submerso ou parcialmente submerso durante o período de cheia do igarapé, momento em que foi registrado durante o levantamento arqueológico.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Identificação visual e localização	22M361572E9478460N	Superfície com afloramento de rocha.
Intervenções ou atividades de registro realizadas Registro fotográfico		

Ytypytiuú (PA-KTM-19)

Antiga aldeia Asurini localizada na margem esquerda do igarapé Piranhaquara. O sítio encontra-se em terraço não inundável do igarapé, com vegetação de mata secundária, em estado avançado de regeneração, composta por palmeiras, árvores de médio a grande porte e cipós. Logo na entrada do sítio, junto à margem do igarapé, há oficina lítica de polidores fixos, composta por cinco feições circulares, com 21cm de diâmetro médio e 5cm de profundidade máxima. Durante as atividades de registro do sítio, foram identificados, além dos esteios da *tavyva*, manchas de terra preta, áreas de lixeiras em forma de montículos e concentração de cerâmica Asurini, além de cerâmicas antigas. As coletas de superfície estiveram distribuídas por diferentes partes do sítio, em áreas com manchas de terra preta arqueológica e lixeiras. Foram os Asurini que encontraram as lixeiras em forma de montículos, constituídas por grande concentração de fragmentos de cerâmica, carvão e ossos de fauna, especialmente, ossos de jabuti e tracajá. O depósito arqueológico das unidades amostradas atingiu profundidade mínima de 30cm e máxima de 60cm.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
<i>tavyva</i>	22M364227E9476996N	Esteio da Tavyva
Coleta de superfície 1	22M364118E9476912N	coleta de cerâmica
Coleta de superfície 2	22M364243E9476994N	conjuntos de vasilhas cerâmicas fragmentadas
Coleta de superfície	aleatória	coleta de cerâmica
Coleta de superfície 3	22M364286E9477016N	Estrutura de lixeira com coleta de cerâmica, ossos faunísticos, carvão, solo.
<i>Tradagem 1</i>	22M364165E9476992N	Profundidade 100cm, coleta em superfície e níveis 10cm a 60cm.
<i>Tradagem 2</i>	22M364286E9477016N	Profundidade 60cm, coleta em superfície e níveis 10cm a 40cm.
<i>Tradagem 3</i>	22M364241E9477014N	Profundidade 50cm, coleta em superfície e níveis

	10cm a 40cm.
<p>Intervenções ou atividades de registro realizadas</p> <p>As atividades de registro do sítio foram realizadas a partir de caminhamento, tradagens, coleta de material arqueológico em superfície e registro fotográfico. A coleta de superfície 3 foi realizada em estrutura de lixeira com dimensão de 4,5m (N/S) por 3m (E/W). Foram coletadas cerâmicas, osso de fauna e carvão. As tradagens foram realizadas em locais com terra preta e concentração cerâmica em superfície. Essas tradagens assumiram a dimensão de 30cm de diâmetro e profundidade variável, conforme mostra a tabela acima. A maior parte do material arqueológico inclui fragmentos cerâmicos, ossos faunísticos e carvão. O depósito arqueológico atingiu 60cm, com maior frequência de fragmentos cerâmicos nos níveis 0-30cm, com ocorrência de carvão até 100cm. A espessura da camada de terra preta variou entre 10cm (tradagem I) e 30cm, não ocorrendo nos níveis inferiores. A superfície das tradagens apresentou camada fina de serrapilheira, horizonte A orgânico, com solo arenoargiloso, gradação entre preto e bruno-acinzentado escuro, úmido, friável, ligeiramente plástico, com ocorrência de radículas, madeira, carvão, ossos e cerâmica nas primeiras camadas (30cm), com camada de transição no nível 40cm, associada à presença dos materiais arqueológicos citados acima. O horizonte B é visualizado no nível 50cm, com solo arenoargiloso, gradação bruno-avermelhado, material orgânico estruturado (raízes, radículas, carvão), seixos e baixa incidência de material arqueológico até o nível 60cm, este último esteve ausente nas camadas subsequentes do horizonte B.</p>	

Yvytiraptera-Itaaka (PA-KTM-20)

Aldeia atual dos Asurini, localizada na margem direita do médio-baixo Xingu. O sítio está implantado no topo de morro e na alta vertente, onde ficam algumas roças dos Asurini. Nesse sítio pode-se observar a presença de terra preta e grande concentração de fragmentos cerâmicos associados a materiais líticos na superfície do solo. No inverno amazônico, Itaaka fica cercada por coroas de pedras e pequenas ilhas, que formam um meandro secundário em relação ao canal principal do Rio Xingu. Nas áreas de desembarque para acesso ao interior da aldeia, formam-se praias com afloramentos de rocha nas quais se visualiza dezenas de feições de polimento. Há grande concentração de fragmentos cerâmicos no entorno das casas da aldeia. As casas de Itaaka foram construídas na média-baixa vertente, sobrepondo parte do sítio arqueológico. Durante a etapa de levantamento realizada em 2014, os Asurini denominaram o sítio arqueológico de Yvytyrapytera, que significa “*em cima do morro*”. O sítio é, em sua parte mais alta, coberto por floresta regenerada na qual os Asurini costumam caçar. Já as encostas do morro são constituídas por capoeiras e áreas de roças. Junto às famílias da aldeia Itaaka, realizamos no “*yvytirapitera*” a primeira escavação arqueológica na T.I., que será detalhada em outro capítulo.

Tipo de amostragem	Coordenadas UTM	Descrição
Coletas de superfície	22M326418E9581157N	Fragmentos de cerâmica
Coletas de superfície	22M326362E9581229N	Fragmentos de cerâmica
Coletas de superfície	22M326387E9581034N	Fragmentos de cerâmica
Coletas de superfície	22M326440E9581143N	Fragmentos de cerâmica
Coletas de superfície	22M326357E9581193N	Fragmentos de cerâmica
Transects de tradagens	22M326536E9581045N	Referente ao P0 – a partir do qual foram realizadas 40 tradagens
Oficinas de polimento	22M326505E9581435N	Registro de seis conjuntos, 15 bacias de polimento.
<p>Intervenções ou atividades de registro realizadas</p> <p>As tradagens evidenciaram material arqueológico entre os níveis 10cm e 70cm de profundidade, com ocorrência de</p>		

fragmentos de cerâmica associados a solos de terra preta nos primeiros 40cm. As sondagens positivas e com presença de terra preta foram registradas no topo do morro e na roça velha dos Asurini. Já as sondagens negativas identificam tanto as áreas periféricas em relação às áreas de maior visibilidade arqueológica quanto as áreas no topo do morro que parecem indicar intervalos na ocorrência de solos de terra preta. Aspectos comuns relativos ao comportamento estratigráfico foram observados na ocorrência de serrapilheira e material arqueológico na superfície, Horizonte A orgânico com material arqueológico, solo de textura franco-arenosa, de coloração bruno-acinzentado escuro, preto (10YR 2/1) ou bruno-acinzentado (10YR 4/1 - 10YR 4/2), seco, friável, com ampla ocorrência de sementes, carvão, raízes e insetos nas primeiras camadas (0-40cm), e camada de transição entre 40cm e 60cm, seguida do início do Horizonte B, entre 50cm-70cm, com ausência de evidências arqueológicas. Entre as profundidades 50cm-70cm, o solo apresentou textura franco-argilosa, gradação bruno-amarelado (10YR 5/3 – 10YR 5/4), pouco úmido e pedregoso. Em áreas de afloramento de rocha, existentes nos locais de declive acentuado e relevos acidentados no topo do morro, as sondagens atingiram 10cm ou 20cm quando possível.

A partir dos resultados obtidos com as atividades de caminhamento e *transects* de tradagens foram realizadas escavações por poço-testes e trincheira, que serão detalhados e discutidos no próximo capítulo.

Sítio Yaí (PA-KTM-21)

O sítio Yaí está localizado na margem direita do médio-baixo Xingu em terraço não inundável, com altitude superior a 10m em relação à margem do rio. O local refere-se à antiga roça dos Asurini próxima ao Igarapé Yaí. Para os Asurini, o lugar identifica as roças de Itaquiri e Takamui Asurini, com vegetação de sub-bosque composta por palmeiras jovens de babaçu, circundadas por caminhos e armadilhas de caça. As armadilhas ou “esperas de caça” estão relacionadas aos locais que apresentam condições ecológicas atraentes para determinadas espécies animais, como árvores de matamatá (*Eschweilera coriácea*) e favinha (*Stryphnodendron pulcherrimum*), cujas flores, frutos ou sementes servem de alimento para as espécies caçadas pelos Asurini (e.g. paca, anta, cutia, jabuti, veado). Foram coletadas cerâmicas em superfície e em profundidade.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de superfície	22M324027E9547642N	Coleta de fragmentos de cerâmica
Coleta de superfície	22M324007E9547602N	Coleta de fragmentos de cerâmica
Coleta de superfície	22M324010E9547577N	Coleta de fragmentos de cerâmica
Tradagem	22M324011E9547659N	Profundidade 100cm, coleta de fragmentos de cerâmica entre 0-20cm.
Intervenções ou atividades de registro realizadas O depósito arqueológico da unidade amostrada apresentou solo arenoargiloso, de coloração escura (gradação 10YR2/2 a 3/2) até 40cm. Fragmentos arqueológicos dispersos em superfície e evidenciados apenas nos primeiros 20cm.		

Sítio Kaafera do Ativa (PA-KTM-22)

O sítio Kaafera do Ativa está localizado na margem direita do médio-baixo Xingu, em terraço não inundável com altitude superior a 10m em relação à margem do rio. O local refere-se à antiga roça de Ativa Asurini, com vegetação de sub-bosque, dossel e presença de palmeiras jovens de babaçu. Logo após o desembarque no local

dessa antiga roça, Apebu Asurini observou a existência de amolador portátil de pequenas dimensões junto à linha d'água na margem do rio. Ao adentrarmos o sítio, Itaquiri Asurini identificou uma vasilha cerâmica parcialmente fragmentada e exposta no barranco do rio. A exposição da vasilha é, em grande parte, relacionada à erosão fluvial no período de cheia do rio. A cerâmica apresenta forma restritiva, ombro e superfície interna erodida. Durante o caminhar pela área do sítio, observamos a ocorrência de solo escuro (gradação 10YR2/2 a 3/2) e fragmentos de cerâmica em superfície.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de superfície	22M323476E9547119N	Coleta de fragmentos de cerâmica
Coleta de superfície	22M323503E9547085N	Coleta de fragmentos de cerâmica
Intervenções ou atividades de registro realizadas Não foram realizadas intervenções em subsuperfície nesse sítio.		

Sítio Itapemi (PA-KTM-23)

O sítio Itapemi está localizado na margem direita do médio-baixo Xingu, no topo de colina de relevo acidentado. Itapemi é o nome dado a um afloramento de rochas localizado em frente ao sítio e significa “*pedral* pequeno”. O lugar é conhecido como antiga roça de Mboaiva Asurini, e apresenta solo de terra preta, mata secundária com vegetação de sub-bosque, e capoeira jovem em algumas partes. É o sítio mais próximo da Aldeia Kwatinemu, que oferece rápido acesso ao sítio por terra. Foram realizadas quatro tradagens para verificação da subsuperfície, com registro de material arqueológico até 40cm de profundidade. Há um pequeno canal, perpendicular ao Rio Xingu, que divide o sítio. Na área de maior sedimentação, no fundo desse canal, fragmentos de cerâmica ocorreram até 70cm de profundidade. Nas áreas de topo e vertentes da colina há afloramentos de rocha e, de maneira geral, o embasamento rochoso se encontra há 20 cm de profundidade.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Tradagem 1 e Coleta de Superfície	22M324363E9551863N	Coleta de fragmentos de cerâmica
Tradagem 2 e Coleta de Superfície	22M324371E9551827N	Profundidade 50cm, coleta de fragmentos de cerâmicas entre os níveis 0-20cm e 30-40cm.
Tradagem 3 e Coleta de Superfície	22M324370E9551680N	Profundidade 40cm, coleta de fragmentos de cerâmicas entre os níveis 0-30cm.
Tradagem 4 e Coleta de Superfície	22M324317E9551619N	Profundidade 100cm, coleta de fragmentos de cerâmica entre os níveis 10cm-70cm.
Tradagem 5 e Coleta de Superfície	22M324290E9551610N	Profundidade 20cm, coleta de fragmentos de cerâmica apenas na superfície.

Intervenções ou atividades de registro realizadas

As tradagens evidenciaram material arqueológico entre os níveis 0-70cm de profundidade, com ocorrência de fragmentos de cerâmica associados ao solo arenoso de coloração escura nos primeiros 30cm. Aspectos comuns relativos ao comportamento estratigráfico foram observados na ocorrência de serrapilheira e material arqueológico na superfície, Horizonte A orgânico com material arqueológico, solo de textura franco-arenosa, de coloração bruno-acinzentado escuro, preto (10YR4/2) ou bruno-amarelado (10YR 5/4), seco, friável, com ocorrência de carvão (0-30cm), e camada de transição entre 30cm e 50cm, seguida do início do Horizonte B, entre 50cm-70cm, com resquícios de carvão e alguns fragmentos de cerâmica em local de maior sedimentação (fundo do canal). Entre as profundidades 50cm-70cm, o solo apresentou textura franco-argilosa, gradação bruno-amarelado (10YR 5/3 – 10YR 5/4), pouco úmido e pedregoso. Em áreas de afloramento de rocha, existentes nas vertentes e topo da colina, as tradagens atingiram 10cm a 20cm quando possível. A maior parte do material coletado é de superfície

Kupu'ujá (PA-KTM-24)

O sítio Kupu'ujá está localizado na margem direita do médio-baixo Xingu, em terraço não inundável com altitude superior a 10m em relação à margem do rio. Esse sítio foi acessado por água pela Aldeia Kwatinemu, navegando-se à montante do Rio Xingu. Kupu'ujá é conhecido como antiga roça de Takwã Asurini, e apresenta vegetação de sub-bosque, dossel, matas de cipó e solo de terra preta. No local havia restos da antiga casa de roça de Takwã, com esteios, estrutura de fogueira e lixeira. O caminhar se restringiu à parte inicial da roça, área com muitos pés de banana e palmeiras jovens de babaçu. Kupu'ujá, na língua Asurini, significa “*grota do cupuaçu*”. Para os Asurini, Kupu'ujá hoje é lugar bom para a caça e coleta.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Tradagem 1	22M322958E9546561N	Profundidade 40cm, com fragmentos de cerâmica em superfície e no nível 20cm
Tradagem 2	22M322960E9546536N	Profundidade 40cm, com fragmentos de cerâmica em superfície
Tradagem 3	22M322951E9546531N	Profundidade 60cm, com fragmentos de cerâmica entre os níveis 0-50cm
Intervenções ou atividades de registro realizadas		
As tradagens evidenciaram material arqueológico entre os níveis 0-60cm de profundidade, com ocorrência de fragmentos de cerâmica associados à carvão e solo de coloração escura até 50cm. Aspectos comuns relativos ao comportamento estratigráfico foram observados na ocorrência de material arqueológico na superfície, Horizonte A orgânico com material arqueológico, solo de textura franco-arenosa, de coloração bruno-acinzentado escuro, preto (10YR2/1) ou bruno-amarelado (10YR 5/6), seco, friável, com grande quantidade de fragmentos de carvão na superfície do sítio como um todo, e ocorrência de carvão até 30cm. Observa-se camada de transição entre 50cm e 60cm. A maior parte do material coletado é de superfície e da Tradagem 3. Itaquiri e Apebu Asurini coletaram vários fragmentos de cerâmica junto ao buraco de raiz de uma árvore caída.		

Kururu-y (PA-KTM-25)

O sítio Kururu-y está localizado na margem direita do médio-baixo Xingu. Esse sítio é composto por gravura rupestre e oficinas de polimento, situados em afloramento sazonalmente submerso no período de cheia do rio Xingu. A gravura rupestre, visível apenas para quem navega o rio à jusante, está desenhada na rocha de maior altura do

afloramento de rocha. A gravura dá nome ao furo do rio, historicamente conhecido como Furo do Sapo (*kururu-y* em Asurini), lugar visitado por Henri Coudreau durante a sua expedição pelo rio Xingu no século XIX, e por Curt Nimuendajú no início do XX. A gravura possui desenho estilizado com conotação zooantropomorfa, e se encontra cercada por bacias de polimento e amoladores distribuídos por todo o pedral onde está situada. No entorno da gravura há também uma feição natural, a qual os Asurini denominam *itaguá*, uma pedra em forma de panela. Na parte terrestre foi realizada a coleta de uma vasilha cerâmica fragmentada.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Medidas da gravura rupestre	22M324264E9573950N	Representação zoomorfa com 0.50m de altura/0.46m largura máxima no perímetro de abertura dos braços /0.22m largura dos membros inferiores – perímetro de abertura das pernas/0.15m de largura na barriga/0.13m de largura na cabeça.
Coleta de superfície	22M324264E9573951N	Fragmentos de cerâmica em superfície, depositados na beira de barranco e com superfície totalmente erodida.
Intervenções ou atividades de registro realizadas: Não foram realizadas intervenções em subsuperfície		

Sítio Murumunaka (PA-KTM-26)

O sítio Murumunaka está localizado na margem direita do médio-baixo Xingu, nas proximidades da foz do Rio Iriri situada na margem esquerda. Como o Yvytirapitera, o sítio Murumunaka é implantado em topo alto de morro associado à oficina lítica de polimento situada em afloramento na margem do rio. O sítio foi acessado por água, navegando-se à montante do rio Xingu a partir da Aldeia Itaaka. O lugar também é nominado Aldeia Gavião, nome dado por Murumunaka e Mara Asurini que, há aproximadamente três anos, ocupam esse lugar. Mara e Murumunaka construíram a casa no topo do morro, de onde saem os caminhos para as roças no interior da mata. Entre a margem do rio e o topo do morro, há uma trilha que leva até a casa. A vegetação do sítio é composta por mata secundária, onde se destacam palmeiras altas de babaçu no topo do morro e pomar de mangueiras no seu sopé, na beira do rio. As mangueiras foram plantadas por antigos ribeirinhos que ocupavam a terra indígena antes de sua homologação. Durante a visita ao sítio Murumunaka, foi possível registrar a existência de terra preta e alta concentração de fragmentos de cerâmica, artefatos líticos e vestígios de habitação ribeirinha recente, anterior à criação da T.I. A terra preta associada à cerâmica é encontrada especialmente no topo do morro.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de Superfície	22M 325345E9576619N	Coleta de fragmentos de cerâmica, artefatos líticos, e materiais industrializados (e.g. cartucho de bala).
Intervenções ou atividades de registro realizadas: Não foram realizadas intervenções em subsuperfície		

Sítio Ativa (PA-KTM-27)

O sítio Ativa está localizado na margem direita do médio-baixo Xingu, em topo de colina com inclinação suave. O sítio foi acessado por água, navegando-se à jusante do rio Xingu a partir da Aldeia Itaaka. O trecho do rio onde está situado o sítio Ativa é conhecido como Passaí, onde fica a Cachoeira do Passaí, local mencionado desde o século XIX por viajantes que navegaram o Xingu. Assim como no sítio Murumunaka, no sítio Ativa há resquícios de moradia anterior de ribeirinhos, com pomar de mangueiras junto à praia. A casa de Ativa Asurini é próxima da praia, na margem do rio. A segunda casa em construção, em topografia mais elevada do terreno, é mais distante do rio. Do lado esquerdo da casa em construção vê-se o caminho de acesso à roça, à fonte de extração de argila e à mata. Por esse caminho acessa-se também o topo da colina, onde se encontra o sítio arqueológico; há vegetação de capoeira e mata de sub-bosque com palmeiras de babaçu no topo. As faces norte e oeste da colina são circundadas por um pequeno igarapé e afloramentos de rocha.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de Superfície	22M 325524E9553866N	Coleta de fragmentos de cerâmica.
Intervenções ou atividades de registro realizadas: Não foram realizadas intervenções em subsuperfície		

Sítio Kaafera Júlio Nonato (PA-KTM-28)

Sítio arqueológico com ruínas da habitação de um “beiradeiro” de nome Júlio Nonato, conforme informado pelos Asurini. Essa antiga morada está localizada na margem direita do médio-baixo Xingu, em alta-média vertente de morro, acessado por água, navegando-se à montante do Rio Xingu a partir da Aldeia Kwatinemu. Esse sítio histórico é composto por restos da casa, forno de barro, fogueira e prensa de mandioca. Essas estruturas se encontram cobertas por vegetação ou mata velha – *kaa’eté*, segundo os Asurini. Takamui informou que o antigo morador, Júlio, construiu uma segunda casa na margem do rio, onde plantava suas roças. Durante o caminhar no sítio, foram

identificados fragmentos de recipientes de vidro associados a frascos de bebida alcoólica, alimentos e remédios. Havia também restos de pilhas e cartuchos de bala. Segundo os Asurini, Júlio Nonato deixou o local poucos anos após a homologação da T.I. em 1986.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de Superfície	22M323324E9546940N	Coleta de materiais industrializados (vidros, metais).
Coleta de Superfície	22M323343E9546815N	Coleta de materiais industrializados
Intervenções ou atividades de registro realizadas: Não foram realizadas intervenções em subsuperfície		

Sítio Kaafera do Martinho (PA-KTM-29)

O sítio Kaafera do Martinho está localizado na margem esquerda do médio-baixo Xingu, implantado sobre média-baixa vertente com inclinação suave. O sítio foi acessado por canoa com motor rabeta, navegando-se à jusante do rio Xingu, situado fora da T.I. Segundo Apebu e Takamui, Martinho faleceu há muitos anos. Contudo, mesmo após sua morte, os Asurini continuam retornando eventualmente ao lugar para caçar e coletar castanhas.

A localização do sítio é correspondente a descrições feitas pelo Príncipe Adalbert von Preussen ([1849] 1977) sobre uma antiga aldeia Juruna que teria existido nesse lugar. Durante a sua passagem pela então nomeada “Aldeia de Martinho”, Adalbert descreve uma pequena vasilha cerâmica, provavelmente Asurini (SILVA e NOELLI, 2015, p. 496). No final do século XIX, esse mesmo lugar é descrito por Coudreau ([1896] 1977) como local ocupado por seringueiros. Aparentemente, o lugar faz parte da tradição oral dos Asurini de hoje, que, como seus antepassados, estabeleceram contato com os moradores que lá viveram. O sítio fica afastado das margens do Xingu. Para acessá-lo foi preciso deixar as canoas e caminhar aproximadamente 3km por extenso pedral. Segundo os Asurini, durante o verão Martinho mudava-se para as ilhas, ocupando a área do sítio apenas durante o inverno.

Martinho, segundo Apebu e Takamui Asurini, foi um antigo seringueiro do Xingu. De modo que parte do sítio é composto por estruturas de ocupação histórica, com ruínas da casa, fornalha de processamento da seringa, pomar e material histórico visível na superfície do solo. A casa, segundo os Asurini, era de barro com teto de palha duas águas, parecida com a casa atual dos Asurini. Além da ocupação histórica, o sítio é

constituído por grande concentração de fragmentos de cerâmica associada à terra preta, fragmentos que se estendem por todo sopé do morro, alcançando possivelmente seu topo. Como observado pelos Asurini, parte da vegetação do sítio arqueológico já não é *kaafera*, e sim *kaa'eté* – floresta regenerada.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Identificação visual e localização	22M3209129E555047N	Registro de estruturas de antiga casa e cerâmicas indígenas
Intervenções ou atividades de registro realizadas Registro fotográfico. Não foram realizadas coletas e intervenções nesse sítio.		

Sítio Kaafera do Martinho II (PA-KTM-30) e Kaafera do Martinho III (PA-KTM-31)

No caminho para o sítio Kaafera do Martinho foram identificadas oficinas líticas de amoladores/polidores fixos. As oficinas líticas identificadas como Kaafera do Martinho II e III, devido à distância entre elas, foram registradas como sítios distintos de mesma composição, localizadas sobre extenso afloramento de rocha no rio Xingu.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Identificação visual e localização	22M320950E9554995N	Conjunto de polidores/amoladores fixos
Identificação visual e localização	22M320905E9555069N	Conjunto de polidores/amoladores fixos
Intervenções ou atividades de registro realizadas Registro fotográfico. Não foram realizadas coletas e intervenções nesse sítio.		

Sítio Roça do Murumunaka (PA-KTM-32)

O sítio Roça do Murumunaka está localizado na margem direita da foz do igarapé Piranhaquara. O sítio se encontra implantado sobre terraço não inundável, associado à oficina lítica de polimento em afloramento defronte ao sítio, na margem esquerda do igarapé. A oficina lítica fica submersa no inverno, visível apenas durante o período de estiva e nível mínimo de água do igarapé. O sítio Roça do Murumunaka é conhecido também como antiga roça de Moreyra e Mboaiva, velhos Asurini. A roça, segundo os Asurini, foi construída há mais de vinte anos, sendo constituída por mata secundária em estado avançado de regeneração, com palmeiras babaçu de maior altura, e algumas bananeiras. Durante o caminhamento pelo sítio foi possível registrar a antiga casa de roça, fragmentos de cerâmica em superfície e subsuperfície associados ao solo escuro

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Tradagem e coleta de superfície	22M325442E9541559N	Profundidade 50cm, cerâmica entre os níveis 0-20cm
Oficina de polimento	22M325326E9541568N	Bloco de afloramento de rocha com amoladores
Intervenções ou atividades de registro realizadas Aspectos relativo ao comportamento estratigráfico foi observado na ocorrência de Horizonte A orgânico com material arqueológico, solo de textura franco-arenosa, de coloração bruno-acinzentado (10YR 4/1), seguido da gradação bruno-amarelado (10YR 5/4 e 10YR 5/3), úmido, friável, com raízes e radículas.		

Sítio Ilha Piranhaquara (PA-KTM-33)

O sítio Ilha Piranhaquara está localizado na ilha de mesmo nome, próxima à desembocadura do igarapé Piranhaquara. No entanto, ao contrário do igarapé que é afluente da margem direita do rio Xingu, a Ilha está no meio do rio e, por isso, aproxima-se também, da margem esquerda do Xingu. A ilha prolonga-se aproximadamente 7km do sentido norte/sul. O local em que foi identificado o sítio arqueológico está na ponta sul da ilha, onde há uma pequena escola municipal cuidada por uma família residente na ínsula. A vegetação da parte habitada é composta por capoeira e roça dos moradores que ali vivem hoje. Logo na chegada, há uma subida para se alcançar a parte alta e plana do terreno. Nesse trecho nos deparamos com fragmentos de cerâmica, louça e artefatos líticos dispersos na superfície. Segundos os moradores, a ilha foi lugar de *gateiros* e *seringueiros* durante muitos anos. Historicamente, essa Ilha foi descrita por viajantes da primeira metade do século XIX (ADALBERT, [1849] 1977; STEINEN, [1883] 1942; COUDREAU, [1896] 1977), como lugar de uma antiga aldeia Juruna e, posteriormente, como área habitada por caucheiros. Os velhos Asurini contaram que há muito tempo atrás faziam guerra com os *akaraí* que viviam na ilha. Nas palavras de Takamui Asurini: “antes, os *akarai* eram muitos, hoje, são poucos”.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Registro visual e localização	22M 320014E9540486N	Fragmentos de cerâmica, líticos e materiais industrializados em superfície.
Intervenções ou atividades de registro realizadas Registro fotográfico. Não foram realizadas coletas e intervenções nesse sítio		

Sítio Roça Velha do Takamui (PA-KTM-34)

O sítio Roça Velha do Takamui está localizado na margem esquerda do igarapé Ipiacava, próximo da desembocadura deste, no médio-baixo Xingu. O sítio se encontra em terraço não inundável e foi acessado por água, navegando-se à montante do igarapé.

Trata-se de lugar das antigas casas de roça do grupo doméstico de Takamui. A vegetação do sítio é constituída por mata secundária, sub-bosque com dossel, cipós e palmeiras babaçu. Foram registrados restos das edificações (esteios), lixeiras e estrutura de fogueira. As casas ficavam distantes entre si, e associadas a diferentes roças cultivadas ao longo do tempo. Como registrado etnoarqueologicamente (SILVA, 2010), os Asurini construíam casas nas roças durante o preparo destas últimas. Foram realizadas coletas de fragmentos de cerâmica apenas em superfície, não sendo observada a existência de terra preta.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Casa 1	22M327288E9553975N	Local da antiga Aketé – Coleta de fragmentos de cerâmica em superfície
Casa 2	22M327427E9554312N	Local da antiga casa de Taipa de mão
Casa 3	22M327421E9554033N	Local da antiga casa de Taipa de mão
Casa 4	22M327439E9554311N	Local da antiga casa de Taipa de mão
Intervenções ou atividades de registro realizadas		
Registro fotográfico. Não foram realizadas coletas e intervenções nesse sítio		

Sítio Roça Velha do Pai de Apebu (PA-KTM-35)

O sítio Roça Velha do Pai de Apebu está localizado na margem esquerda do igarapé Ipiçava, próximo da desembocadura deste, no médio-baixo Xingu. O sítio se encontra em terraço não inundável do igarapé Ipiçava, próximo ao sítio Roça Velha do Takamui. A vegetação atual é constituída por mata secundária com sub-bosque, dossel, cipós e palmeiras babaçu. Trata-se de lugar de antigas casas de roça da família de Apebu Asurini. Nesses locais foram registrados restos das edificações (esteios), lixeiras, estrutura de fogueira e vasilhas cerâmicas em superfície – dois *japepaí* deixados no entorno das casas. Ao contrário das casas de roça de Takamui, que se encontravam mais distantes uma das outras e remontavam, segundo Takamui, a momentos distintos de moradia na roça, as casas da velha roça do pai de Apebu formavam um conjunto de casas dispostas uma ao lado da outra. Segundo Apebu, com exceção da Casa 1 de uma roça mais antiga, as Casas 2 e 3 foram construídas no mesmo período, há mais de vinte anos atrás. Entre as casas 2 e 3 existiam dois *japepaí* fragmentados, um ao lado do outro. Foram realizadas coletas apenas em superfície, não sendo observada a existência de terra preta.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Casa 1	22M327415E9553863N	Aketé

Casa 2	22M327423E9553882N	Taipa de mão
Casa 3	22M327423E9553882N	Taipa de mão
Coleta de Superfície	22M327415E9553862N	Coleta de vasilha cerâmica fragmentada – Japepaí Asurini.
Intervenções ou atividades de registro realizadas Registro fotográfico. Não foram realizadas coletas e intervenções nesse sítio		

Sítio Ipeaphuku (PA-KTM-36)

O sítio Ipeaphuku está localizado na margem direita do igarapé Ipiçava, próximo da desembocadura deste, no médio-baixo Xingu. Trata-se de uma armadilha de pesca dos Asurini, construída em um furo estreito do igarapé e utilizada apenas no inverno com o aumento do nível da água dos rios. A armadilha ocupa um trecho de aproximadamente 60m, com estrutura em madeira, envira (fibra extraída da casca de árvores do gênero *Xylopia brasiliensis*) para amarração, palha e pedras. A captura dos peixes se dá pelo barramento do canal que, ao transbordar, conduz os peixes para dentro da armadilha. Essa prática de pesca envolvia, segundo os Asurini, saídas coletivas que reuniam várias famílias. O lugar dá nome à corredeira que aflora no verão. Em Ipeaphuku foram registradas oficinas de polimento e fragmentos de cerâmica em superfície.

Tipo de registro	Coordenadas UTM	Descrição
Coleta de superfície	22M327200E9553165N	Coleta de fragmentos de cerâmica Asurini
Intervenções ou atividades de registro realizadas Registro fotográfico. Não foram realizadas coletas e intervenções nesse sítio		

Os sítios Maíra enewa-gapypapera (PA-KTM-37 a 50)

Durante a etapa de campo realizada em agosto/setembro de 2014, navegamos o baixo curso do igarapé Ipiçava com o objetivo de registrar as oficinas de polimento presentes nos afloramentos de rocha, as quais ficam emersas apenas no período do inverno quando o nível d'água diminui. Algumas dessas oficinas já tinham sido identificadas por Silva (2000), de modo que, nesta etapa de campo, retomamos o trabalho anteriormente iniciado. Com a família de Tivandem Arara e Apeúna Asurini, navegamos até a aldeia Kuatinemu Velho vistoriando os pedrais e registrando os sítios.

A maioria dos afloramentos apresentaram feições de polimento e/ou amoladores e, devido ao grande número dessas feições em cada afloramento, o mapeamento individual delas não pôde ser realizado, pois demandaria uma longa etapa de campo para ser concluído. Nesse sentido, cada oficina de polimento abaixo identificada

corresponde a vários polidores associados pela proximidade. Esses sítios se encontram implantados tanto nos afloramentos contíguos à parte terrestre quanto nas ilhas de pedra e corredeiras situadas no meio do rio. Nas cachoeiras, especialmente, identificam-se polidores e amoladores em grande quantidade.

Oficina de Polimento	Toponímia	Localização no Igarapé Ipiacava
Maira enewa-gapypapera 1	Caminho de roça	margem esquerda
Maira enewa-gapypapera 2	Antiga roça de Takamui	margem esquerda
Maira enewa-gapypapera 3	Cachoeira Ipeaphuku	margem esquerda
Maira enewa-gapypapera 4	Cachoeira Ipeaphuku	margem direita
Maira enewa-gapypapera 5	Cachoeira Ipeaphuku	margem direita
Maira enewa-gapypapera 6	Maruatykawa (onde Maru ficou sozinho)	margem direita
Maira enewa-gapypapera 7	Cachoeira depois da Jakauka (a jusante)	margem direita
Maira enewa-gapypapera 8	1ª Cachoeira Jakauaka	nas duas margens
Maira enewa-gapypapera 9	2ª Cachoeira Jakauaka	nas duas margens
Maira enewa-gapypapera 10	Acampamento	margem esquerda
Maira enewa-gapypapera 11	Acampamento do igarapé Tuvif ou faquinha	margem direita
Maira enewa-gapypapera 12	Cachoeira Itaphuku	margem esquerda
Maira enewa-gapypapera 13	Cachoeira Itaphuku	nas duas margens
Maira enewa-gapypapera 14		margem direita

As oficinas se encontram predominantemente na beira d'água, e sua ocorrência nas partes mais elevadas indica o aproveitamento dos afloramentos que se mantém emersos por mais tempo. As feições de polimento apresentam forma circular ou levemente elíptica, com profundidade e tamanho variável, sendo as mais profundas com até 5cm de profundidade e as maiores com até 30cm de diâmetro. Os amoladores possuem morfologia naviforme, sendo mais largos e profundos na parte central, e mais estreitos e rasos nas extremidades de seu comprimento. Em geral, os amoladores são mais rasos em relação às bacias de polimento, medindo entre 2 cm e 3cm de profundidade, com comprimento de até 20cm. Em alguns casos, foi possível observar a fusão entre dois amoladores emparelhados, na qual a feição indicava a formação das próprias bacias de polimento.

Kaafera da Turé (PA-KTM-OC-02)

A Kaafera da Turé está localizada na margem direita do médio-baixo Xingu, em topo de colina. O local foi acessado por água, navegando-se à montante do rio Xingu. Os Asurini identificam o lugar como antiga roça de Turé, constituída por mata secundária em estado avançado de regeneração, vegetação de sub-bosque, dossel e matas de cipó. Durante o caminhamento foram identificados poucos fragmentos de cerâmica dispersos em superfície, com ausência de material arqueológico em subsuperfície.

Kaafera Akaraí (PA-KTM-OC-03)

A Kaafera Akaraí está localizada na margem direita do médio-baixo Xingu, em topo de colina. O local foi acessado por água, navegando-se à montante do rio Xingu. Os Asurini costumam caçar nesse lugar, que apresenta vegetação de mata secundária em estado avançado de regeneração, vegetação de sub-bosque, dossel e matas de cipó. O lugar refere-se à antiga morada de um “beiradeiro” que lá viveu antes da criação da T.I. Durante o caminhar, Itaquiri encontrou um facão com empunhadura e lâmina oxidada. Ba’a Asurini guardou o facão com ele para que o metal pudesse ser reutilizado como lâmina de machado para produção de bancos. Não foi possível identificar os restos da moradia do antigo beiradeiro, ficando registradas apenas as proximidades de sua possível localização, assim como não foram realizadas, também, intervenções em subsuperfície.

Na beira (PA-KTM-OC-04)

Essa ocorrência refere-se a um conjunto de fragmentos de cerâmica identificados na margem direita do rio Xingu, localizado entre a roça de Ajé Asurini ao sul e a Aldeia Kwatinemu ao norte. Alguns fragmentos foram coletados, sendo eles possivelmente decorrentes de sítio arqueológico situado no topo do morro mais próximo, com acesso e visibilidade dificultados pela cobertura vegetal. Palmeira Asurini nos levou até essa ocorrência, descoberta por ele enquanto passava de canoa nesse trecho do rio.

Apeuvi (PA-KTM-OC-05)

Essa ocorrência refere-se a um conjunto de fragmentos de cerâmica identificados na margem direita do rio Xingu. Apeuvi é lugar de caça dos Asurini, e é também onde foram realizadas coletas de folhas de babaçu para construção da tavyva e madeira para a yapema.

4.3. Cronologia dos sítios arqueológicos e considerações prévias

Até o momento foram realizadas datações de seis sítios da T.I. Koatinemo. A amostra da Aldeia Kwatinemu (KTM 1- 01), proveniente da escavação de um poço-

teste de 1m², refere-se ao carvão coletado aos 30cm de profundidade e associado a fragmentos de cerâmica, líticos e solo de terra preta.

Sítio	Código da amostra	Laboratório	Datação		
Kwatinemu	KTM 1 - 01	Beta Analytc	113.5±0.3p.MC	¹⁴ C	pós- 1950
Kwatinemu Velho	KTM 3 - CAR- 01	Beta Analytc	122.2±0.5 p.MC	¹⁴ C	pós- 1950
Kwatinemu Velho	KTM 3 - CER -359	Datação	350±40	TL/ano 2014	Cal 1624-1704 d.C.
Myryna	KTM-17-01	Beta Analytc	150±30 B.P.	¹⁴ C	Cal 1717 – 1784 d.C.
Ytyptiuú	KTM-19-01	Beta Analytc	210±30 B.P.	¹⁴ C	Cal 1734-1807 d.C.
Yvytyrapitera/Ita aka	KTM-20-01	Beta Analytc	1000±30 B.P.	¹⁴ C	Cal 983 – 1051 d.C.

A amostra resultou em data moderna que, a princípio, não é compatível com as características da camada de deposição onde ela foi coletada. A Aldeia Kwatinemu, no entanto, é ocupada pelas famílias Asurini há mais de três décadas, e sua localização é citada nas fontes históricas desde a primeira metade do século XIX como área ocupada por coletivos Taconhapés e Juruna (e.g. ADALBERT, [1849] 1977; CHAMBOULEYRON, 2008, p. 60) e na segunda metade, por coletivos Juruna e seringueiros (e.g. COUDREAU, [1897] 1977; NIMUENDAJÚ, 1948 [1917-1921], 2004; WEINSTEIN, 1983; HEMMING, [1978] 2009; SOUZA e NETO, 2008). Portanto, apesar de não ter atendido as expectativas pautadas no contexto da coleta, a data corresponde ao intenso processo de ocupação do local da aldeia Kwatinemu, situado em lugar de ampla visibilidade, em frente à Ilha Ipiaçava e nas margens do Xingu. A Ilha, historicamente cobiçada pelos *patrões* da borracha, foi utilizada como uma fortificação natural, possibilitando àqueles que ali residiram maior resguardo frente a eventuais ataques inimigos (COUDREAU, [1897] 1977). No chão da aldeia Kwatinemu vê-se a boca de vasilhas cerâmicas enterradas nos espaços públicos e, a princípio, os Asurini não mexem nessas vasilhas.

As amostras KTM 3-CAR-01 e KTM 3-CER- 359 são provenientes do sítio Kwatinemu Velho. A primeira trata-se de amostra de carvão coletada durante a realização de poço-teste de 1m², aos 30cm de profundidade. O contexto de deposição dessa amostra é similar ao já descrito para o sítio Aldeia Kwatinemu e, assim como este último, a data obtida é moderna, porém, remonta a período anterior ao contato oficial dos Asurini (Cf. MÜLLER, 1993; SILVA, 2013; SILVA e NOELLI, 2015). A segunda amostra KTM 3-CER- 359 foi coletada no mesmo poço-teste da primeira, aos 20cm de

profundidade e associada à amostra de solo. Trata-se de um fragmento da cerâmica antiga, datada por meio do método de termoluminescência (TL), utilizando LOE para o sedimento e cinco alíquotas de calibração. O sítio Kwatinemu Velho é profundo (60cm) se comparado ao padrão dos sítios das áreas de terra firme, e apresenta extensas manchas de terra preta, o que indica a existência de ocupações prolongadas ao longo do tempo. A data corresponde ao século XVII, período em que se intensifica o processo de colonização ao longo do Rio Amazonas e Províncias do Maranhão e Grão-Pará (e.g. BATTENDORF, [1656] 2010; TAVARES, 2008; HEMMING, [1978] 2009; MARIN, 2010).

Do ponto de vista arqueológico, talvez a principal questão que as datações pós-coloniais levantam, é que as áreas de terra-firme do Xingu, ao que tudo indica, mantiveram-se intensamente ocupadas durante os primeiros séculos de vigência do regime colonial na Amazônia, e que parte da própria formação dos solos de terra preta em sítios como o Kwatinemu Velho é, muito provavelmente, decorrente de ocupações indígenas no XVII-XVIII. As fontes históricas conhecidas raramente dão notícias sobre as áreas de interflúvio do Xingu nesse período e quando oferecem são decorrentes de informações indiretas, e não da interiorização de agentes coloniais na região. Como se sabe, as regiões de terra firme da Amazônia são historicamente conhecidas como áreas de refúgio das populações que optaram por migrar das regiões costeiras, das margens dos grandes rios navegáveis, ou se afastar do movimento bandeirista que se expandia pelas terras do planalto central brasileiro. Nesse sentido, o interior do leste amazônico se tornaria foco de uma espécie de efeito dominó dos conflitos e mazelas das situações de contato e colonização europeia iniciados no século XVI.

Lugares como o Kwatinemu Velho, entretanto, materializam dinâmicas um pouco diferentes. Primeiro, o sítio já seria intensamente ocupado em períodos pré-coloniais, aspecto esse corroborado pela profundidade e densidade das camadas do depósito arqueológico, bem como pelas oficinas líticas na entrada do sítio. Segundo, como discutiremos posteriormente, existe certa padronização nos conjuntos artefatuais (leia-se cerâmicas), que se mantém até o início das ocupações Asurini. Ao considerar esses fatores, a data entorno de 1624-1704 d.C. indica que sítios como o Kwatinemu Velho, e aqui podemos acrescentar o sítio Myryna, não resultam de ocupações decorrentes de pressões populacionais externas ou da fuga de populações provenientes de outras regiões, mas de sociedades que tinham o interflúvio do Xingu como parte de seus territórios tradicionais. Não se vê ruptura no padrão arqueológico identificado nos

sítios, o que se observa são transformações dadas ao longo do tempo. A variabilidade formal das cerâmicas e a cronologia obtida até o momento indicam que os conflitos em decorrência do regime colonial resultariam na manutenção dos territórios e na intensificação e/ou desdobramento de alianças ou disputas internas entre populações que há muito já viviam na região, como os coletivos Juruna, Taconhapé, Wajãpi, Pacajás que aparecem nas cartografias do século XVII, e de etnônimos Arara, Asurini do Xingu e Araweté citados a partir do século XIX. Como indicado pelas fontes históricas e narrativas indígenas, apenas com o enfraquecimento demográfico dessas populações, especialmente dos coletivos falantes de línguas Juruna e Tupi-Guarani, é que se dá o avanço dos Kayapó Setentrionais no século XIX (FRIKEL, 1963; TURNER, 1992; GORDON, 2006).

Diferente do sítio Kwatinemu Velho, situado no Igarapé Ipiaçava e próximo do Xingu, os sítios Myrina e Ytypitiú estão localizados próximos da cabeceira do Igarapé Piranhaquara, distante dias de canoa do Xingu. A amostra KTM 17-01 do sítio Myryna foi coletada em poço-teste de 0,50cm x 0,50cm, no nível 20cm. Trata-se de carvão, associado a fragmentos de cerâmica e a solo escuro. A amostra KTM-19-01 do sítio Ytypitiú também se trata de carvão, coletado aos 20 cm de profundidade durante a realização de uma sondagem na área de lixeira com 1m de altura e, aproximadamente, 4m de diâmetro, constituída por terra preta, concentração de cerâmicas Asurini e restos de ossos de fauna (e.g. carapaças de tartaruga). Infelizmente, os fragmentos cerâmicos coletados junto com a amostra do sítio Myryna apresentam poucos traços diagnósticos, tratando-se de cerâmicas já bem erodidas e de tamanho reduzido. Contudo, assim como o sítio Ytypitiú, a maior parte das cerâmicas provenientes das coletas de superfície em Myryna é decorrente de ocupações dos antepassados dos Asurini. As datas indicam que esses sítios foram contemporaneamente ocupados no século XVIII, recuando a cronologia de ocupação dos Asurini no interflúvio, até então conhecida por meio das fontes históricas.

A data calibrada do sítio Ytypitiú apresenta curva que indica 48.5% de probabilidade para o período entre 1734 –1807 d.C. No caso da data do sítio Myrina, há dois intervalos com índice de probabilidade muito próximos, entre 31, 4% e 30% para os períodos entre 1717 – 1784 d.C. e 1796 – 1890 d.C., respectivamente. Tendo em vista a similaridade e proximidade entre ambos os sítios, Ytypitiú e Myrina, adotarei como referência o intervalo que situa o período de ocupação do sítio Myrina no século XVIII, sendo este mais próximo da data do sítio Ytypitiú.

Figura 5: Datas calibradas sítio Ytypitiuú. OxCal v4. Oxford University.

Figura 6: Datas calibradas sítio Myrina. OxCal v4. Oxford University.

Diferentemente das amostras de carvão coletadas nos sítios Aldeia Kwatinemu e Kwatinemu Velho, as datas para Ytypitiuú e Myrina foram coletadas com o objetivo de contextualizar cronologicamente as antigas ocupações Asurini, e os resultados podem ser considerados satisfatórios. Entretanto, como apontado por Stahl (2009, p.243), para o período colonial e pós-colonial, a flutuação dos níveis de concentração de carbono na atmosfera resulta em datas mais imprecisas para os contextos mais recentes. As datas por termoluminescência se mostram mais adequadas, tanto para contextos das ocupações mais recentes quanto para estratos menos profundos de sítios intensamente ocupados como a Aldeia Kwatinemu e Kwatinemu Velho. Contudo, mais importante que o estabelecimento de cronologias, é o modo como os contextos de ocupação pós-coloniais dialogam com as fontes históricas e a tradição oral das populações tradicionais, e a percepção de que as datas obtidas através dos métodos de datação, não são menos relativas que as cronologias que surgem a partir das histórias e memórias dos coletivos indígenas (STAHL, 2009; SHETLER, 2007).

A datação do sítio Yvytyrapitera destoa das datas obtidas até o momento para outros sítios da T.I. Koatinemo. A amostra de carvão KTM-20-01 foi coletada durante a escavação da unidade 1020NW920NE (poço-teste de 1m²), no nível 27cm, que será descrita no próximo capítulo. A data, por volta do início do ano 1000 d.C. (983 d.C.-1051 d.C.), é muito emblemática para as paisagens amazônicas. Há vários indícios que apontam a existência de maior densidade populacional associada à intensificação das ocupações humanas em toda a bacia do Amazonas. Essa percepção é pautada, em especial, no aumento do tamanho dos sítios arqueológicos, na correlação espaço-temporal dos estilos cerâmicos e no aparecimento de estruturas defensivas em áreas localizadas nos grandes rios (Rio Negro, Solimões e Madeira) e no Alto Xingu (e.g.

HECKENBERGER, 2005; HECKENBERGER et al., 1999; MACHADO, 2005; NEVES, 2008, 2009; LIMA, 2008, 2010; BARRETO, 2008; MORAES, 2010, 2013). Existem vários fatores correlacionados a esse processo, como a ancestralidade dos povos de línguas Arawak atribuída aos sítios e aos estilos cerâmicos em que foram registradas valas defensivas; a expansão das populações vinculadas à produção das cerâmicas da Tradição Polícroma e, fundamentalmente, a perspectiva de que a complexidade social indígena da Amazônia está relacionada a estruturas político-regionais multiétnicas entrelaçadas a histórias indígenas de longa duração (e.g. HORNBERG, 2005; HECKENBERGER, 1996, 2001, 2002, 2005; NEVES e PETERSEN, 2008; NEVES, 1999, 2008; BARRETO, 2008; MORAES e NEVES, 2012).

Figura 7: Datas calibradas sítio Yvytirapiterá. OxCal v4. Oxford University.

CAPÍTULO 5

ESCAVANDO YVYTIRAPITERA

Introdução

Yvytirapitera na língua Asurini, como sinalizado em capítulo anterior, significa “em cima do morro”. O sítio Yvytyrapitera está localizado na Aldeia Itaaka, segunda aldeia ocupada na T.I. Koatinemo, fundada em 2011. Essa aldeia, situada mais ao norte da área da T.I., encontra-se na margem direita do Xingu próxima à desembocadura do Rio Iriri, maior afluente da margem esquerda do Xingu. Nesse trecho o Xingu se alarga, apresentando ilhas e canais que impedem a visualização da largura do rio por quem o navega. Topografias mais elevadas, entretanto, como a que existe em Itaaka, possibilitam a visão ampla do Xingu e do conjunto de serras que inicia na margem esquerda do rio Xingu e segue na direção do Rio Iriri.

Foto 11: Vista do Xingu e Serras do Iriri, Aldeia Itaaka.
Foto: Leandro Mathews Cascon.

Itaaka apresenta uma localização estratégica, mais próxima do limite norte da T.I. e com amplo controle visual do trânsito de barcos e canoas que a adentram. No entanto, as casas dispostas no sopé do morro representavam uma topografia diferente na constituição das aldeias Asurini, mais comumente situadas em áreas planas de terraços não inundáveis. As casas da aldeia Itaaka foram construídas em relevo irregular, algumas mais próximas do sopé do morro e em relevo de maior altitude, e outras mais próximas da praia, em relevo mais plano. Essa era a distribuição das casas durante as etapas do levantamento arqueológico realizadas nos anos de 2013 e 2014. Na última etapa de campo, entretanto, o plano da aldeia já se encontrava em processo de mudança, e as casas deveriam ser transferidas para uma área de terreno mais plano.

O sítio Yvytyrapytera fica entre 162m e 193m de altitude, ou aproximadamente 80m de altura em relação ao Xingu, seu acesso era realizado por trilha que levava a área de roça e de caça. Nas vertentes do morro estão localizadas duas áreas de roça. Uma roça pouco visitada pelas mulheres Asurini, localizada ao longo da trilha de acesso ao sítio, na face nordeste. Essa parte do sítio apresenta relevo constituído por vertente de inclinação suave, tendo norte e leste limitados por áreas escarpadas em direção ao rio, e oeste limitado pelo topo do morro. A segunda roça estava sendo preparada na época da etapa de campo e havia sido brocada a poucos dias antes da nossa chegada à aldeia. Essa roça está situada na face sul do morro e em sua baixa vertente, por onde se acessa uma estreita estrada aberta com trator, que ligava a área das casas à roça nova e vice-versa. Diferentemente das vertentes, o topo do morro é constituído por floresta, com árvores de grande porte, dossel, lianas, palmeiras de babaçu e vegetação de sub-bosque, apresentando áreas com relevo plano e relevo irregular, este último associado, em geral, à existência de afloramentos de rocha. As áreas florestadas do topo do morro apresentam maior visibilidade das manchas de terra preta e concentração de material arqueológico. Possui configuração espacial e topográfica similar ao sítio Murumunaka, também situado em topo de morro, com ampla visibilidade da desembocadura Iriri-Xingu e vizinho ao sítio Yvytirapitera.

As atividades de prospecção e escavação do sítio Yvytyrapytera foram organizadas em três etapas: na primeira etapa, foram realizados caminhamentos de vistoria da superfície do solo e reconhecimento da área do sítio arqueológico (vegetação, topografia de implantação do sítio, estruturas construídas – *e.g.* montículos ou lixeiras). Nessa etapa, ocorreram coletas de superfície, registro das áreas com maior visibilidade de material arqueológico em superfície, e ocorrência de solos

antropogênicos (terra preta). Na segunda etapa, foram estabelecidas as linhas de *transects* para delimitação do sítio arqueológico e verificação de áreas para realização de poços-teste. As linhas de *transect* foram dispostas no sentido noroeste/sudeste, uma escolha feita por Kwain Asurini, por entender que era nessa direção que as cerâmicas estavam distribuídas.

Mapa 9. Localização do sítio Yvytirapytera e Sítio Murumunaka, ambos localizados em morros de maior altitude. Autor: Eduardo Pereira

A terceira etapa, cujas atividades foram iniciadas com a segunda etapa em andamento, foi caracterizada pela realização dos poços-teste e uma trincheira para mapeamento da distribuição vertical/estratigráfica e horizontal/espacial das evidências arqueológicas em diferentes compartimentos topográficos do sítio arqueológico (REDMAN, 1975; FLANNERY e WINTER, 1976; HIETALA, 1984; KENT, 1987; BLANKHOLM, 1991; KROLL e PRICE, 1991; LIZEE e PLUNKETT, 1996). Esses procedimentos visaram o conhecimento abrangente da área do sítio, tanto no que se refere à camada superficial quanto às camadas em subsuperfície, sendo considerados métodos tradicionais de pesquisa da arqueologia (SCHIFFER et al., 1978; RENFREW e BAHN, 1993; GREENE, 1999; ORTON, 2000; BANNING, 2002; COLLINS e MOLYNEAUX, 2003).

5.1. Atividades de prospecção e escavação

Caminhamento

As atividades de caminhamento foram realizadas por duas equipes que buscaram percorrer a área do sítio no sentido leste/oeste e norte/sul, partindo do topo do morro até seu sopé, orientação inicialmente planejada para a realização dos *transects*.

Transects de tradagens

As linhas de transects foram alinhadas nos sentidos nordeste/sudoeste e noroeste/sudeste, com tradagens a cada 20m. Para realização das tradagens foram utilizadas cavadeiras articuladas para abertura de furos com 25 cm-30cm de diâmetro e profundidade máxima estabelecida pelo início do horizonte B do solo entre 70cm e 1m de profundidade e ausência de evidências arqueológicas. A ocorrência de embasamentos de rocha também determinou a profundidade das intervenções. A partir da identificação de áreas com maior concentração de material arqueológico, as linhas de tradagens buscaram cobrir os quadrantes noroeste e nordeste.

Realização de poços-teste (pt)

Os poços-teste foram realizados em áreas associadas a diferentes compartimentos topográficos do sítio, em locais de maior visibilidade arqueológica, previamente identificadas por meio das atividades de caminhamento e do próprio

transect de tradagens. Os poços-teste foram dimensionados por unidades de 1m² escavados por níveis artificiais de 10cm.

Trincheira

A trincheira buscou delimitar parte de uma mancha de terra preta com concentração cerâmica, sendo dimensionada em 0,50m de largura x 7m de extensão, subdividida em seis unidades de 0,50m x 1m e uma unidade de 1m x 1m.

Coletas de superfície

As coletas de superfície foram realizadas no entorno das áreas residenciais da aldeia, caracterizando-se como coletas aleatórias e seletivas de fragmentos de cerâmica com atributos diagnósticos de acabamentos de superfície e morfologia. Tendo em vista a relação de ancestralidade que os Asurini mantêm com as cerâmicas, essa atividade rapidamente despertou o interesse das crianças que, ao longo dos dias, realizaram suas próprias coletas para entregar aos arqueólogos.

Registro das oficinas líticas

As oficinas de polimento fixas foram identificadas nos afloramentos que contornam o perímetro da aldeia, na praia e na área portuária. O registro das oficinas se deu a partir da medição e identificação individual de cada polidor.

5.2. Resultados das atividades de prospecção e escavação

Os transects de tradagens partiram do ponto Ø estabelecido em relevo mais alto da área do sítio. O alinhamento dos transects obedeceu aos sentidos nordeste/sudoeste e noroeste/sudeste, e se estendeu por 320m a noroeste/sudeste e 280m a nordeste/sudoeste. A partir dos transects foram realizadas 40 tradagens, distribuídas entre as linhas principais e linhas secundárias de mesmo plano cartesiano. A partir das tradagens realizadas nas partes elevadas do morro, o sítio Yvytyrapytera atingiu a dimensão aproximada de 89.600m² (320m NW/SE x 280m SW/NE), com delimitações naturais nos sentidos sul/sudoeste e sul/sudeste pela existência de afloramentos de rocha e escarpas íngremes, estendendo-se nos quadrantes noroeste/sudoeste e noroeste/nordeste, ocupando toda superfície do morro voltada para rio que o contorna

nessas mesmas direções. O sítio se prolonga até as margens do rio, sendo composto por processos variados de ocupação e formação do solo de terra preta antrópica.

Total de tradagens	Tradagens positivas	Tradagens negativas
40	30	10

A escavação realizada no sítio Yvytirapitera deu origem a uma coleção composta por fragmentos de vasilhas cerâmicas (9.154), artefatos líticos (1.198), material vegetal (31), amostras de solo para análises geoquímicas e flotação, além de carvão e cerâmicas para datação. Como mostra o mapa do sítio (na página seguinte) as tradagens indicaram a localização de extensa mancha de terra preta na área mais elevada do sítio, onde foram escavadas a trincheira e a unidade 1020NW920NE. As diferenças estratigráficas e espaciais associadas a áreas com e sem terra preta, identificadas a partir do caminhar e das tradagens, levaram a seleção de locais de escavação situados, conforme já indicado, no topo do morro e na área de roça.

1) Poço-teste 1020NW920NE

Esse poço-teste (pt) foi realizado junto às coordenadas 22M326487E9580977E, em área de relevo plano, no topo do morro. O pt foi aberto seguindo o alinhamento do *transect* noroeste-sudeste. A superfície da unidade apresentou cobertura de serrapilheira, fragmentos de cerâmica no entorno e pedra preta ou óxido de manganês, conhecido pelos Asurini como *itawondi*, mineral utilizado para preparo de pigmento preto.

O nível 1 apresentou solo de textura franco-arenosa, fino, seco, solto, muitas raízes e radículas, insetos, cerâmicas, carvões e manchas claras no solo. O carvão associado às manchas claras no solo pode ser compreendido como parte de uma estrutura de fogueira (ou combustão). Essa estrutura esteve posicionada no perfil norte. Na parte NW desse piso de escavação, foi evidenciada uma raiz espessa. Junto à raiz estavam concentrados muitos fragmentos cerâmicos, evidenciando acúmulos de cerâmica e artefatos líticos. No centro do pt existiam restos de cupins. A escavação do nível 1 resultou na coleta de duas amostras de carvão para datação, uma no canto SE e outra na parte NW do poço-teste, além de amostras associadas às concentrações de material arqueológico e à estrutura de combustão. Além dos carvões, foram coletadas amostras para análise de fitólitos e solo para análise geoquímica.

No nível 2, a escavação começou nos quadrantes N e W, onde ocorreram cerâmicas, carvões e líticos pequenos, dando-se continuidade à escavação da estrutura de fogueira. Nesse nível ocorreu uma pedra vermelha, *itawãpirigi* na língua Asurini, mineral utilizado como pigmento para a pintura cerâmica. No quadrante N, havia uma pequena quantidade de osso decomposto (farinha de osso). No quadrante S, bolotas de terra queimada começaram a aparecer. Nesse nível, um buraco de raiz atravessa o pt do meio ao quadrante NW. Como resultado do peneiramento do solo, foram coletados líticos de pequenas dimensões, como lascas e estilhas de quartzo, além de carvões de lenho e de coco babaçu.

A partir do nível 3, ocorre a diminuição de raízes e radículas, bem como um clareamento do solo de maneira geral. No quadrante N apareceu uma concentração de fragmentos de cerâmica. Em outras partes do piso de escavação desse mesmo nível também ocorreram cerâmicas, líticos médios e pequenas lascas de quartzo, carvões de lenho e coco babaçu, além de um buraco de bicho com concentração de cerâmica no quadrante W.

No nível 4, a cerâmica diminui na quadrícula de escavação como um todo, com cerâmicas concentradas apenas no buraco evidenciado no quadrante W, e solo mais claro na parte SE que na NW. Nos níveis subsequentes (níveis 5, 6 e 7), o material arqueológico continua a ser evidenciado de forma dispersa e em pouca quantidade. No nível 5, no entanto, fica visível a ocorrência de uma lente de carvões no perfil da unidade de escavação, a 50cm de profundidade. Nesse nível foram coletados carvões de babaçu e fragmento de seixo associado à continuidade da estrutura de fogueira. O nível 6 continuou apresentando carvões e cerâmicas no buraco, além de cerâmicas no quadrante W, lítico no quadrante E, e alguns carvões na face NE da quadrícula, dispostos abaixo de material lítico. No nível 7 chega-se ao final do buraco que concentrou terra preta e material arqueológico ao longo da escavação de todos os níveis, com ocorrência de carvão e solo queimado no quadrante E. Ao final, foram coletados 2.015 fragmentos de cerâmica e 539 líticos, entre polidos, lascas, microlascas e estilhas.

- Poço-teste
- Shovel-test - Cerâmica e Lítico
- Shovel-test - Estéril
- Shovel-test - TPA, Cerâmica e Lítico
- Trincheira
- Curva Mestra
- Curva Secundária

Perfil Trincheira

0 0,015 0,03 0,06 0,09
km

1:1.800

Sistema de Coordenda: SIRGAS2000 UTM 22S
MAE-USP 12/2014
Danielle G. Samia

Para finalizar o pt foi realizada uma tradagem no centro da quadrícula, com 25cm de diâmetro e 100cm de profundidade. Na tradagem houve ocorrência de quartzos, possivelmente lascados no horizonte B. As evidências arqueológicas, portanto, ultrapassaram os níveis escavados, o que deve ser retomado em pesquisas futuras. No perfil SE e E foi realizado um corte para coleta de amostra para flotação. Ao final da escavação foi realizada coleta do material arqueológico dos perfis, juntamente com amostras de carvão, solo e cerâmicas para datação.

Figura 8. Croqui 1

Figura 9. Croqui 2

Figura 10. Croqui 3

Figura 11. Croqui 4

Figura 12. Croqui 5

Figura 13. Croqui 6

Figura 14. Croqui 7

Figura 15. Croqui 8

Croquis unidade 1020NW920NE. Meliam Gaspar, Carol Caromano, Leandro Cascon, Kwain Asurini. Desenho: Breno Zúnica.

A inclinação do terreno onde foi realizada a unidade 1020NW920NE resultou em desnível de até 20 cm dos quadrante norte-nordeste (parte mais baixa) para os quadrantes sul-sudeste (parte mais elevada). A camada A, com terra preta, atingiu 40cm de profundidade, delimitando também o depósito arqueológico dos níveis escavados.

Figura 16. Perfil unidade 1020NW920NE. Desenhos: Meliam Gaspar, Carol Caromano, Leandro M. Cascon, Kwain Asurini. Digitalização: Breno Zúnica.

A maior parte do material arqueológico evidenciado, todavia, está relacionada a uma única estrutura – restos de uma antiga fogueira. Essa estrutura, composta por blocos líticos, fragmentos maiores de cerâmica e vestígios orgânicos carbonizados, começa a aparecer aos 14cm do *datum*, prolongando-se até os 29cm. Os blocos líticos foram desarticulados e perderam a disposição que dava forma à fogueira propriamente dita. Os fragmentos de cerâmica também não remontam uma mesma vasilha, mas estão claramente alinhados com os blocos líticos. Não é possível dizer se os restos da fogueira e as cerâmicas dispostas sobre ela são contemporâneos ou não. No entanto, o modo como esses registros estão associados espacialmente indicam a existência de um horizonte mais fino de ocupações entre 14cm e 27cm de profundidade a partir do nível de referência (*datum*), o que fica mais claro no perfil sudeste. As cerâmicas abaixo dessa camada, em geral, encontram-se associadas a bioturbações. Essa mesma observação pode ser estendida ao material arqueológico das camadas B e C, interligados a formação de cupins, buracos de bichos e raízes.

Alguns exemplos etnoarqueológicos mostram que objetos líticos normalmente não são descartados em lixeiras, mas reaproveitados em atividades cotidianas diversas (e.g. ARNOLD III, 1990; SIEGEL e ROE, 1986). Entre os Asurini, os artefatos líticos utilizados na constituição das fogueiras e preparo dos pigmentos para pintura das cerâmicas se encontram normalmente dispostos nos espaços de produção cerâmica, cozinha e quintais das casas (SILVA, 2000a, 2010). Esses correlatos etnográficos indicam que os restos da estrutura de fogueira, líticos para extração de pigmentos, artefatos polidos e frequência significativa de lascas, bem como a concentração desses elementos e do material cerâmico entre 14cm-27cm de profundidade na unidade 1020NW920NE, podem estar relacionados à constituição das áreas de moradia e atividades domésticas que constituíram os espaços do sítio Yvytyrapitera.

2) Poços-Teste da Área da Roça

Foram realizados dois poços-teste na área da roça. Na época do trabalho de campo, a roça havia sido cultivada há, aproximadamente, dois anos. Ela era composta por plantação de mandioca, pés de cacau e mamão, vegetação de capoeira baixa e palmeiras babaçu. Nessa área foram escavados dois poços-teste:

1) Poço-teste 1040NW1080NE: localizado junto às coordenadas 22M326580E9581071N, em área de relevo levemente inclinado no sentido norte e leste. A superfície da unidade de escavação apresentou material arqueológico, solo escuro, seco e duro, aspectos relacionados à supressão vegetal e queima para o preparo da roça. No nível 1 poucos fragmentos de cerâmica foram evidenciados, o solo estava remexido devido ao preparo, cultivo e uso da roça. Nos níveis subsequentes (até 30cm de profundidade) foram evidenciados poucos fragmentos dispersos de cerâmica, carvões de lenho e coco babaçu. Ao final, foram coletados 32 fragmentos de cerâmica e 1 artefato lítico. A partir dos 30cm (ou 60cm a partir do nivelamento do terreno) já não ocorreu material arqueológico, o que levou ao encerramento da escavação e realização de gradagem no centro do poço-teste até atingir o horizonte B do solo. Não foi identificado material arqueológico na gradagem.

2) Poço-teste 1080NW1120NE, localizado junto às coordenadas 22M326533E9581189N. Apesar da baixa densidade de material arqueológico evidenciado no poço-teste 1040NW1080NE, optamos por testar outra unidade de escavação na área da roça, tendo em vista a alta concentração de material arqueológico na superfície e a topografia diferenciada em relação a outras áreas do sítio arqueológico. No entanto, a maior parte do material arqueológico se manteve na superfície. Entre os níveis 1 ao 4, o material arqueológico ocorreu de forma dispersa e pouco visível, porém associados a solo de coloração bruno-acinzentado escuro (10YR 3/1 – 10YR 4/1). No nível 5 foi evidenciada uma estrutura composta por bolotas de argila queimadas, pequenos fragmentos de cerâmica com sinais de queima na face W/NW da quadrícula, e uns poucos carvões dispersos no entorno das mesmas. Nesse nível o solo ficou mais claro (10YR 4/4), característica que se mantém nos níveis posteriores – níveis 6, 7 e 8 –, porém, conforme a escavação evoluiu para níveis mais profundos – níveis 7 e 8 –, o solo se apresentou compactado, duro e com ocorrência de microcarvões. A unidade atingiu 100cm de profundidade. Ao final, foram coletados 40 fragmentos de cerâmica, 8 artefatos líticos, bolotas de argila, amostras de carvão, coco babaçu queimado e solo para análise geoquímica nos níveis de solo mais escuro.

Os poços-teste da área da roça apresentaram comportamentos estratigráficos distintos das escavações no topo do morro, que incluem o poço-teste 1020NW920NE e a trincheira, esta última descrita logo mais. As diferenças foram notadas principalmente nas características do depósito arqueológico que apresentou menor visibilidade de materiais em subsuperfície. As unidades escavadas na roça estão localizadas em alta

vertente de inclinação suave, na face norte/leste do sítio. Essa topografia, bem como as características do solo (arenoargiloso), favoreceu a atuação de ações erosivas, potencializadas pela pluviosidade e pela ocupação humana ao longo do tempo. Os perfis sudoeste e noroeste da unidade 1080NW1120NE ilustram parte do relevo da área da roça, já o declive acentuado pelas dinâmicas de erosão e a lixiviação do solo possivelmente atuaram no desgaste e dissolução das camadas arqueológicas.

Figura 17. Perfil unidade 1080NW1120NE. Croquis 1 e 2 (da dir. para esq.)
Desenhos: Fábio Guaraldo, Silvia C. Lima, Tukura Asurini, Kwain Asurini.
Digitalização: Breno Zúnica.

Ambos os poços-teste realizados na área da roça apresentaram depósitos arqueológicos reduzidos, porém havia grande quantidade de cerâmicas na superfície do solo onde estavam localizados. É provável que a diferença na gradação da coloração do solo e a menor quantidade de cerâmicas nessa unidade sejam decorrentes da exposição mais prolongada da superfície do solo, sujeito a lixiviação e perda parcial da camada arqueológica. A grande quantidade de cerâmicas na superfície da área da roça e na praia corrobora a pensar na atuação de processos erosivos e arrolamento do material arqueológico, assim como numa possível alteração do próprio relevo ao longo do tempo.

É preciso ponderar que a área da roça atualmente conforma um platô que se estende por amplo espaço da face leste do sítio, com vista privilegiada para o rio. As trilhas que existem hoje e que conduzem até a roça podem ser uma assinatura da precedência desses caminhos. Da mesma forma, a compactação do solo e a quantidade de material arqueológico nas unidades escavadas na roça também estão relacionadas à dinâmica de uso desse espaço no passado, cujas atividades resultariam em menor acúmulo de material arqueológico, tal como observado para os espaços públicos e de

circulação entre casas das aldeias indígenas contemporâneas (e.g. DEBÖER e LATHRAP, 1979; SIEGEL e ROE, 1986; KENT, 1999; SILVA, 2010). Como dito no início deste capítulo, os Asurini fazem outro uso desse espaço. Portanto, as mesmas características topográficas que favoreceram ocupações humanas no passado, foram aproveitadas para a plantação da roça. Para os Asurini, a floresta no *yvytyrapitera* é tida como lugar bom para caça, e nesse contexto, a roça torna-se espaço atrativo para determinadas espécies caçadas (SILVA, 2000, 2010; NOGUEIRA, 2009). Mais do que isso, o solo escuro e as cerâmicas também fazem parte da escolha dos locais para implantação das roças (SILVA, 2010, p.56).

3) Trincheira

A trincheira foi escavada a partir do ponto de tradagem 1050NW950NE, realizada fora do espaçamento regular das linhas de transect a fim de verificar uma possível área de lixeira com presença de solo de terra preta e grande concentração de fragmentos de cerâmica em superfície nesse mesmo local. De modo que a trincheira está localizada em área de relevo irregular, junto às coordenadas 22M326469E9581054N.

Antes do início das escavações foi necessário realizar a supressão da vegetação de pequeno porte e limpeza da superfície do solo. Ao colocar a superfície do solo em evidência, delimitamos a área para coleta de superfície e escavação. A coleta foi realizada em espaço delimitado em 12m (N/S) x 7m (E/W). Já a trincheira foi demarcada em 0,50m (N/S) x 7m (E/W), com unidades de escavação delimitadas a cada 1m, partindo da tradagem 1050NW950NE localizada no ponto mais alto do relevo. Assim, a Unidade 1 marca o ponto mais alto e a Unidade 7, o ponto mais baixo do terreno da área escavada.

As escavações na trincheira evidenciaram amplo perfil de terra preta associado aos quatro primeiros níveis de escavação (N1, N2, N3 e N4). As cerâmicas evidenciadas no nível 1 eram constituídas por fragmentos pequenos, de espessura fina, detalhes incisos na face externa e modelado zoomorfo. No nível 2 e 3 ocorreram fragmentos de maiores dimensões. O perfil da camada de terra preta, que compõe o horizonte A orgânico do solo, pode ser subdividido em duas camadas. A **camada IV**, composta por solo de textura franco-arenosa, de coloração bruno-escuro, preto (*Munsell Soil Charts* 10YR 2/1-10YR 3/1), seco, solto, friável, levemente pedregoso, com presença de fragmentos de rocha, ampla ocorrência de raízes, radículas e carvão. A partir dos 25cm, há menor movimento de raízes e buracos associados, o solo apresenta menos

bioturbação e granulosidade. A **camada III** apresenta solo bruno-acinzentado (*Munsell Soil Charts* 10YR 5/1), um pouco mais claro, com poucos fragmentos de cerâmica e algumas lascas de quartzo.

No final da **camada III** e início da camada de transição do solo entre os níveis 5 e 6 ocorreram pequenos conjuntos cerâmicos estruturados, ou seja, fragmentos que se reportam a uma mesma vasilha cerâmica, bem como um almofariz associado a seixo com estrias de uso e cerâmicas. Esses conjuntos foram identificados nas unidades 6 e 7, localizados na parte mais baixa do relevo da área da trincheira. No nível 6 começam a aparecer embasamentos de rocha, o que deixa visível a mudança no comportamento do solo e dos depósitos arqueológicos evidenciados nesse nível. A **camada II** apresenta a transição entre o pacote arqueológico e o horizonte B estéril. É composta por solo de textura franco-argilosa, coloração bruno-acinzentado claro (*Munsell Soil Color Charts* 10YR 4/2 – 5/2), seco, levemente granuloso, estrutura moderada. Nos níveis (5, 6, 7) associados a essa camada ocorre pouco material arqueológico. A **camada I** do horizonte B é caracterizada pela ausência de material arqueológico; o solo é mais argiloso do que na **camada II** de transição, mais úmido, compactado, de estrutura forte a moderada, com coloração bruno-amarelado (*Munsell Soil Color Charts* 10YR 4/2 – 10YR 5/6).

A escavação da trincheira foi precedida pela realização de tradagens em seu entorno, o que possibilitou verificar que a área da trincheira é caracterizada por solo mais escuro (10YR 2/1) em relação ao solo das tradagens existentes em seu entorno (10YR 3/1). Essas tradagens permitem aferir a existência de uma mancha de solo mais escuro (preto) situada em uma área de 40m x 40m. Uma das características dessa área, além da terra preta com gradação mais escura, é o relevo irregular. A escavação da trincheira indicou que o relevo acidentado está relacionado tanto a conformação natural do terreno quanto a processos de ocupação do sítio.

O depósito de terra preta da trincheira apresentou espessura de 40 cm na parte alta do terreno e 30cm de profundidade em sua parte baixa, característica associada ao acúmulo de materiais descartados (cerâmicas e matéria orgânica de origem diversificada) e à própria formação da terra preta antropogênica (e.g. LEHMANN et al., 2003; KERN e KÄMPF, 2005; TEIXEIRA et al., 2010; SCHMIDT, 2013).

Figura 18. Gráfico Trincheira

Figura 19. Gráfico Trincheira

Ao final da escavação, foram coletados 183 líticos e 4.491 fragmentos de vasilhas cerâmicas. A maior frequência de líticos e cerâmicas corresponde aos níveis 2 e 3, e a concentração desses materiais é identificada na Unidade 3. A Unidade 2, diferentemente das outras unidades escavadas em 0,50m x 1m, foi dimensionada em 1m x 1m, portanto não é compatível em área amostrada com as outras unidades. Apesar da Unidade 2 possuir o dobro de área escavada, sua frequência cerâmica é inferior a apresentada na Unidade 3, o que torna esta última uma anomalia em relação à frequência mais ou menos padrão das Unidades 1, 4, 5, 6, 7.

Sítio Yvytyrapitera - Trincheira

Em diversos contextos arqueológicos da Amazônia, as análises geoquímicas do solo mostram que grandes manchas de terra preta, em geral, apresentam variações na concentração dos elementos químicos (e.g. P, Mg, Ca, K, Fe, Zn), o que é tido como resultado do uso diversificado dos espaços e da existência de áreas de atividades mais específicas, o que gera assinaturas químicas distintas no solo (SMITH, 1980; KERN, 1988, 1996; KERN et al., 2015; KÄMPF, 2010; SCHMIDT et al., 2010; SCHMIDT, 2013; COSTA et al., 2013). É provável que futuras análises das amostras de solo da trincheira também corroborem essa percepção, pois a própria distribuição das cerâmicas e dos artefatos líticos já indica processos distintos de deposição na área associada ao perímetro da Unidade 3 na parte mais elevada, e das Unidades 6 e 7 na parte mais rebaixada do terreno. Essas últimas apresentaram camada de terra preta menos espessa, fragmentos cerâmicos maiores, e maior quantidade de artefatos líticos. Já a Unidade 3 apresentou maior concentração de cerâmicas, muitos fragmentos pequenos (com 2 cm² aproximadamente), baixa visibilidade de líticos, ausência de materiais estruturados e camada de terra preta pouco mais espessa, observada entre as Unidades 1 e 5.

Coleta de superfície (c.s.)

Como já observado, as coletas em superfície aconteceram principalmente no entorno das casas e na zona intertidal de praia em frente da aldeia, áreas sujeitas à oscilação sazonal da linha d'água nos períodos de cheia e de vazante do rio. Nessas áreas, os processos de deposição sofrem forte influência da dinâmica do rio e das chuvas. Durante a cheia do rio a linha d'água ficava bem próxima das casas. Já no período de estiva, a área de inundação é coberta por gramíneas que se estendem até os afloramentos no rio. Em todos os espaços das casas e na planície de inundação entre a praia e as casas, havia muitas cerâmicas e objetos líticos que se misturavam naturalmente com as fogueiras, quintais, lixeiras, locais para banho associados aos espaços de atividades domésticas e cotidianas dos Asurini. Ao circular na aldeia é possível observar que a maior concentração de material arqueológico na superfície está localizada na parte sudoeste, orientação que corresponde ao perímetro das trilhas de acesso à roça e às áreas com terra preta em que foram realizadas as escavações no topo do morro. Esse aspecto leva a pensar que, de fato, grande parte do material arqueológico coletado em superfície na parte sudoeste da aldeia corresponde a materiais deslocados das áreas preteritamente ocupadas no *yvytyrapitera*, ou em cima do morro.

Frente da Aldeia Itaaka/Yvytyrapitera no período de chuvas e cheia do Rio Xingu, mês maio/2013.

Frente Aldeia Itaaka/Yvytyrapitera no período de estiva e seca do Rio Xingu, mês agosto/2014.

Frente da Aldeia Itaaka/Yvytyrapitera no período de estiva e praias sazonais, mês agosto/2014.

Aldeia Itaaka/Yvytyrapitera no período de estiva, fragmentos de vasilhas cerâmicas em superfície no entorno das casas da aldeia.

Foto 12. Aldeia Itaaka no verão e no inverno

Todavia, o período de estiva (inverno amazônico) delinea paisagens diferentes daquelas do período das chuvas (verão amazônico). As ilhas e praias cobertas de forma sazonal pelas águas são descobertas no inverno e comumente ocupadas nessa época do ano. As oficinas de polimento nos afloramentos da praia mostram que se trata de dinâmicas milenares, e que há muito fazem parte da vida das populações indígenas da Amazônia. Portanto, parte das cerâmicas e objetos líticos coletados nos espaços da aldeia está relacionada às ocupações que se deram no topo do morro, no sopé do morro, bem como ao uso dos espaços da praia. A coleta foi seletiva, as crianças se envolveram nessa atividade e escolheram peças que julgaram ser interessantes, seja pelo tamanho, espessura ou aparência estética. Em conversas com as crianças, raramente elas associavam os fragmentos de cerâmica à morfologia das vasilhas que conhecem. A existência de orifícios, decorações, inflexões, figuras zoomorfas e antropomorfas, estavam entre as características que chamavam mais a atenção, tanto delas quanto dos arqueólogos. Parte do material coletado em superfície ficou na escola da aldeia e parte foi integrada à coleção levada para o MAE/USP.

Foto 13: Coleta de superfície com as crianças, Aldeia Itaaka, agosto/2014.
Fotografia: Leandro M. Cascon.

Oficinas de Polimento Fixas

Durante a etapa de campo na Aldeia Itaaka foram registrados seis conjuntos de polidores e amoladores na praia e área de atracação de canoas. Esses conjuntos, agrupados pela proximidade entre as feições, estão dispostos ao longo dos afloramentos de rocha que margeiam a praia. Segundo o estudo realizado pela geógrafa Juliana Silva (2012), os afloramentos de rocha do médio-baixo Xingu são normalmente compostos por rochas sedimentares ferruginosas e metamórficas de alto grau do Complexo Bacajá, com embasamento constituído por rochas metamórficas e ígneas do proterozóico-paleoproterozóico, com cobertura pedológica predominante de Neossolo Flúvico próximos aos cursos d'água e afloramentos de rochas nos rios (SILVA, 2012, p. 182).

CONJUNTOS DE POLIDORES/AMOLADORES	UTM DATUM SAD'69
Conjunto 1	22M326505E9581435N
Conjunto 2	22M326523E9581446N
Conjunto 3	22M326550N9581444N
Conjunto 4	22M326607E9581472N
Conjunto 5	22M326619E9581462N
Conjunto 6	22M326345E9581244N

A Aldeia Itaaka é contornada por grandes aglomerados rochosos. O primeiro, localizado ao norte em relação à área principal de atracação das canoas, forma um

pequeno remanso a montante do rio, composto por praia e acesso secundário até as casas da aldeia. Nesse aglomerado, de rochas ferruginosas, não foram identificados polidores. O segundo aglomerado de rochas, fica antes do primeiro, a jusante do rio. Nesses afloramentos, de rochas metamórficas, observam-se várias superfícies polidas e bacias de polimento (Conjunto 1) seguindo o canal do rio, situado na entrada principal da aldeia, onde há afloramentos com polidores, amoladores, superfícies polidas e amoladores sobrepondo polidores (Conjunto 2, 3, 4, 5).

Foto 14: Aldeia Itaaka, indicação das áreas dos afloramentos de rocha onde se encontram os polidores.

Esses afloramentos estão dispostos em grandes blocos, alguns com fraturas posteriores à própria formação dos polidores. Foi possível observar também a existência de afloramentos abaixo da linha d'água e enterrados na areia da praia. A montante, após o segundo aglomerado de rochas, forma-se outro remanso do rio, onde se encontra o terceiro conjunto de afloramentos, mais ao sul em relação à entrada principal da aldeia, compondo parte de outro acesso secundário desta. No terceiro aglomerado de rochas, assim como no primeiro, não foram identificados polidores. Em ambos os casos, as superfícies das rochas apresentam aspecto rugoso e ferruginoso. Durante o dia, há muito carapanã (*Culiseta longiareolata*) nesses locais, o que torna a permanência neles insuportável. Seguindo o contorno da aldeia, mais a montante, há um quarto conjunto de afloramentos de rocha, em área de praia pouco frequentada pelos Asurini. Nesses

afloramentos também há polidores (Conjunto 6). Os polidores foram formados sobre grandes suportes (blocos de rocha), e como mostra a tabela a seguir, cada suporte carrega, em geral, mais de um polidor ou marca de polimento.

Quadro 6.1. Dados do mapeamento das oficinas de polimento

Conjunto	Suporte	Forma	Nº	Medidas	Prof.	Sobreposições
Conjunto 1	Suporte 1	superfície polida	1	25cm x 10cm	0	-
Conjunto 1	Suporte 1	superfície polida	2	30cm x 20cm	0	-
Conjunto 2	Suporte 2	superfície polida	3	20cm x 12cm	0	-
Conjunto 2	Suporte 2	superfície polida	4	30cmx19cm	0	-
Conjunto 2	Suporte 3	superfície polida	5	46cmx39cm	0	-
Conjunto 3	Suporte 4	bacia de polimento	6	37cm x 27cm	2,5cm	-
Conjunto 3	Suporte 4	bacia de polimento	7	22cm x 24cm	3cm	-
Conjunto 3	Suporte 4	superfície polida	8	37cm x 27cm	0	-
Conjunto 3	Suporte 4	bacia de polimento	9	20cm x 27cm	3,5cm	Sobreposta a forma nº8
Conjunto 3	Suporte 5	superfície polida	10	27cm x 23cm	0	-
Conjunto 3	Suporte 6	bacia de polimento	11	30cm x 28cm	0	-
Conjunto 4	Suporte 7	superfície polida	12	22cm x 11cm	0	-
Conjunto 4	Suporte 7	superfície polida	13	11cm x 20cm	0	-
Conjunto 4	Suporte 7	superfície polida	14	15cm x 14cm	0	-
Conjunto 4	Suporte 8	superfície polida	15	33cm x 20cm	0	-
Conjunto 4	Suporte 9	superfície polida	16	33cm x 28cm	0	-
Conjunto 4	Suporte 9	amolador	17	25cm x 5cm	3cm	Sobreposta a forma nº16
Conjunto 5	Suporte 10	superfície polida	18	30cm x 30cm	0	-
Conjunto 5	Suporte 11	bacia de polimento	19	25cm x 26cm	1,5cm	-
Conjunto 5	Suporte 11	bacia de polimento	20	21cm x 26cm	0,5cm	-
Conjunto 5	Suporte 12	bacia de polimento	21	30cm x 28cm	2,0cm	-
Conjunto 5	Suporte 12	bacia de polimento	22	30cm x 25cm	0,3cm	-
Conjunto 6	Suporte 13	bacia de polimento	23	30cm x 25cm	0,5cm	
Conjunto 6	Suporte 14	superfície polida	24	50cm x 20cm	0	
Conjunto 6	Suporte 14	bacia de polimento	25	20cm x 20cm	0,5	Sobreposta a forma nº 24
Conjunto 6	Suporte 15	bacia de polimento	26	20cm x 25cm	0,5	

As superfícies polidas assumem formato irregular, circular e, recorrentemente, elíptico. As bacias são levemente elípticas com profundidade máxima de 3,5cm. Além das bacias, há registro de um amolador em formato naviforme. Tanto as bacias quanto o amolador sobrepõem superfícies que, ao que tudo indica, teriam sido previamente polidas.

Algumas correlações

De maneira geral, as unidades escavadas apresentam comportamentos estratigráficos distintos no que se refere à composição dos depósitos arqueológicos. Nesse sentido, na 1020NW920NE observa-se maior heterogeneidade material, concentração de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos associados à estrutura de fogueira e ao solo de terra preta. Na Trincheira observam-se, basicamente, fragmentos de

cerâmicas dispersos, maior concentração de cerâmicas em apenas uma das unidades escavadas, raros artefatos líticos e variação na espessura da terra preta. Já os poços-teste escavados na roça possuem depósitos materiais reduzidos, solo escuro, porém, com gradação mais clara em relação às outras áreas escavadas.

Apesar dessas diferenças, todas as áreas escavadas apresentaram maior frequência de cerâmicas entre os níveis artificiais 1 e 3, com maior visibilidade dos depósitos materiais no nível 2.

Figura 21. Gráfico Yvytyrapitera

Figura 22. Gráfico Yvytyrapitera

Como mostra o gráfico acima, a frequência cerâmica por unidade escavada também apresenta variações. Na unidade 1020NW920NE há um aumento superior a 50% na frequência da cerâmica no nível 2 em relação ao nível 1, e queda brusca na frequência cerâmica no nível 3 em relação ao nível 2. Aspecto compatível com o comportamento estratigráfico desse poço-teste, no qual se identificam estratos de ocupação melhor delimitados entre os níveis 1 e 2, tal como apontam os perfis e croquis da escavação. Algo similar ocorre na unidade 1080NW1120NE, porém, nesse caso notam-se frequências cerâmicas equivalentes em ambos os níveis (1 e 2). Já os dados isolados da Unidade 2 da Trincheira apresentam camadas de deposição um pouco mais profundas, entre os níveis 2 e 3. Apesar da menor concentração de cerâmicas em relação às outras unidades de escavação do sítio, a Unidade 2 segue a mesma tendência estratigráfica do restante da Trincheira.

A trincheira não apresenta maior quantidade de cerâmicas, especialmente quando comparada à unidade 1020NW920NE. A princípio, a trincheira foi escavada para verificação de uma área de terra preta e possível espaço de lixeira. Apesar da quantidade proporcionalmente inferior de cerâmicas, o índice de fragmentação dessas (86% do conjunto cerâmico da trincheira é composto por fragmentos menores que 2cm, nas outras áreas de escavação esse índice fica entorno de 40%-60%) e a variação na profundidade da terra preta não descartam totalmente a percepção inicial. Nesse sentido, a maior concentração de cerâmicas no nível 3 da trincheira não necessariamente estaria associada a camadas mais antigas de ocupação, mas a dinâmicas de descartes de materiais orgânicos que resultariam em depósito mais espesso de terra preta nesta área de escavação (Cf. SMITH, 1980; KERN, 1988, 1996; GLASER et al., 2003; KÄMPF et al., 2010; SCHMIDT, 2013; COSTA et al., 2013).

Figura 23. Gráfico Trincheira

Diversos contextos etnográficos mostram que há certa regularidade no contraste entre a disposição das áreas domésticas e de descarte, e entre áreas públicas e centrais identificadas nas aldeias contemporâneas, o que também é notado nos sítios arqueológicos (e.g. DEBÖER, 1974; DEBÖER e LATHRAP, 1979; SIEGEL e ROE, 1986; HECKENBERGER et al., 1999; NEVES et al., 2003; SCHMIDT e HECKENBERGER, 2010; SILVA, 2010; SCHMIDT, 2013). A pesquisa sobre depósitos formadores de terra preta realizada por Schmidt (2013) entre os Kuikuro, grupo falante de língua Karib do alto Xingu, mostra que essa regularidade espacial reflete processos extremamente dinâmicos na constituição dos espaços da aldeia. Os Kuikuro residem em aldeia circular em que o contraste entre a praça e o círculo de casas é bem marcado. Nos quintais das casas estão localizadas as áreas de descarte. Essas áreas são reutilizadas para a construção de novas casas e áreas de atividades domésticas (e.g. preparo e processamento dos alimentos), as quais são estabelecidas no topo das lixeiras que, por sua vez, mudam de lugar, expandindo gradativamente as áreas de descarte no entorno da aldeia. As estruturas de descarte também delimitam os caminhos, conformando trilhas ladeadas por concentrações cerâmicas e montículos formados pelo acúmulo de materiais descartados (SCHMIDT, 2013).

Uma das observações subtraída das experiências etnoarqueológicas é que para as cerâmicas são atribuídas algumas particularidades no processo de formação das lixeiras. Por meio dessas experiências, nota-se que as cerâmicas são descartadas em lugares e situações variadas, sendo as lixeiras um dos últimos espaços onde elas são depositadas (cf. BECK, 2006). Na Amazônia, isso não ocorre, por exemplo, com o refugo gerado pelo

processamento da mandioca. Como mostra Schmidt (2013), entre os Kuikuro as cascas da mandioca ficam em espaços mais específicos, como o fundo das casas e as lixeiras. Já Siegel e Roe (1986) notaram que objetos líticos, machados e facões de metal entre os Shipibo-Conibo, falantes de língua Pano do Ucayali-Alto Amazonas, não eram usualmente depositados nas lixeiras. Na aldeia Shipibo-Conibo, esses objetos eram largados e/ou mantidos nos espaços centrais entre as casas. Não obstante, os exemplos etnográficos também mostram que as cerâmicas, embora não se restrinjam a áreas mais específicas de descarte, são frequentemente descartadas de forma similar, pois integram as atividades rotineiras e a organização social das populações que as produzem (Cf. DEBÖER, 1974; DEBÖER e LATHRAP, 1979; SIEGEL e ROE, 1986; KENT, 1999; SILVA, 2000a, 2000b, 2010; BECK e HILL, 2004; BECK, 2006).

A partir do estudo etnoarqueológico na comunidade tradicional Dalupa, da Província Kalinga nas Filipinas, Margareth Beck (2006) mostra que as lixeiras, por resultarem de processos variados de descarte e acúmulo de fragmentos cerâmicos, possibilitam ampla compreensão da variabilidade artefactual de um determinado contexto etnográfico ou arqueológico. No exemplo Dalupa, as cerâmicas chegavam nas lixeiras ainda reconstituíveis, mas logo se transformavam em pequenos fragmentos em decorrência do que a autora (BECK, 2006) trata como processo cultural de distúrbio, relacionado às dinâmicas de despejo e acúmulo do lixo. Segundo Beck (2006, p.37-44), o aumento dos distúrbios naturalmente reduzia o tamanho dos fragmentos. Além das ações ligadas ao processo de formação das lixeiras, a experiência etnoarqueológica de Beck (2006) aponta que ainda que as lixeiras possuíssem refugio de vários grupos domésticos, elas seriam cotidianamente utilizadas por mesmo núcleo familiar (BECK e HILL, 2004, p. 321).

Entre os Asurini, Silva (2003) observou que a lixeira é resultado da limpeza dos espaços domésticos e incineração dos materiais descartados, gerando acúmulo nas áreas periféricas em forma de montículos ou dispersos por espaços amplos. A dispersão do lixo também é gerada pela ação dos animais. Essas lixeiras são formadas nos arredores das áreas de atividade doméstica e podem ocupar 40m² de área, compostas dentre outras coisas por fragmentos de cerâmica normalmente bem pequenos e de difícil reconstituição. Na aldeia Asurini, a cerâmica é identificada em todos os espaços, pois não há um descarte sistemático dela, “os potes são inteiramente consumidos na aldeia, restando pouco para ser efetivamente descartado” (SILVA, 2003, p. 379, tradução nossa). Conforme Silva (2003), a cerâmica se deteriora na aldeia após a quebra das vasilhas, os fragmentos

permanecem dispersos no interior e fora das casas. Segundo a autora: “Quando uma mulher Asurini limpa sua casa e áreas adjacentes, ela coleta esses fragmentos com outros materiais descartados e deposita-os na lixeira, denominada *tyapyra*” (SILVA, 2003, p. 381, tradução nossa). As áreas de descarte da aldeia Asurini apresentam características que podem ser percebidas nos depósitos arqueológicos, tais como: 1) a ampla dispersão da cerâmica pela aldeia; 2) a disposição das áreas de descarte no entorno das áreas domésticas; e 3) a formação de lixeiras compostas por cerâmicas que passaram por processo anterior de quebra e descarte.

O contexto arqueológico do Yvytyrapitera e os exemplos etnoarqueológicos corroboram pensar a área da trincheira como possível espaço de lixeira, especialmente no que se refere aos correlatos atribuídos às características das cerâmicas dessas áreas de descarte. Como colocou Margareth Beck (2006), as lixeiras são espaços privilegiados à compreensão da variabilidade formal das cerâmicas. Na Amazônia, as terras pretas são a sinalização mais óbvia de identificação e formação desses espaços nos contextos arqueológicos, sendo esse o principal objetivo de escolha das áreas escavadas no Yvytyrapitera. Mas ao voltarmos para o Yvytyrapitera há dois aspectos que devem ser considerados na percepção do sítio. O primeiro remete à existência de relevo irregular; e o segundo aspecto refere-se à espacialização do topo do morro, naturalmente delimitada por áreas escarpadas e vertentes íngremes. Ao observar os resultados dos *transects* visualizados no mapa do sítio, percebe-se que todos os pontos de tradagem sem terra preta (em geral, espaçados em 20m) estão circundados por pontos de tradagem com terra preta, e que os pontos com terra preta estão concentrados na parte sudoeste do sítio, contornando a extremidade sul do topo do morro, estando a trincheira no limite entre as áreas com e sem terra preta.

Os sítios arqueológicos do leste amazônico, especialmente os associados às ocupações pré-coloniais Tupi-Guarani, indicam que não há uma geometria (e.g. circular ou linear) de distribuição das áreas com e sem terra preta. De modo que a única regularidade observada são os intervalos entre as manchas de terra preta nos espaços dos sítios arqueológicos. (e.g. SILVEIRA et al., 2008; ALMEIDA, 2008; ALMEIDA e GARCIA, 2008; GARCIA et al., 2015; KERN et al., 2015). O pluricentrismo das aldeias Araweté (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 316) seria a imagem etnográfica mais próxima do que se imagina arqueologicamente. Contudo, não é claro o quanto dessa imagem pluricêntrica seria, na verdade, resultado dos processos diacrônicos de ocupação dos sítios arqueológicos. A etnoarqueologia Asurini mostra que as lixeiras ficam nas

áreas periféricas da aldeia e entorno das casas, o que resultaria em amplos espaços centrais nos quais, historicamente, os Asurini constroem as *tavyvas* que marcam os espaços cerimoniais das aldeias atuais e antigas (e.g. SILVA, 2000b, 2008, 2010, 2013, 2015).

A implantação do sítio Yvytyrapitera é muito diferente da dos sítios Tupi-Guarani do leste amazônico e dos sítios localizados nos terraços planos de maior altitude ao longo do Xingu e seus afluentes. Essa diferença é mais acentuada pelo relevo acidentado do Yvytyrapitera do que pela altitude propriamente dita, pois o sítio Murumunaka, com altitude similar ao Yvytyrapitera, é constituído por extensa área plana e relevo aparentemente mais regular. A variação de relevo em espaços relativamente próximos (por exemplo: área de topo e roça) cria ambientes distintos e dificulta a própria percepção de proximidade entre os espaços do sítio. Como observado no início deste capítulo, o Yvytirapitera possui localização estratégica, sua altitude e horizonte de visualização remetem a amplo controle visual da confluência dos rios Xingu e Iriri. Esse aspecto não é uma coincidência.

Os Asurini consideram que o Yvytyrapitera não é um lugar adequado para a construção de uma aldeia, sendo as aldeias Asurini tradicionalmente localizadas em terraços planos e próximas da água. Para eles, esses critérios estão interligados a realidades míticas e cosmologias que organizam os seus caminhos e lugares na paisagem (MÜLLER, 1993; SILVA, 2013, 2015). Em conversa com Parajuá e Ativa Asurini durante a escavação do sítio, eles observaram que apesar da presença das cerâmicas de *Anumaí*, o lugar não era próprio para se viver, pois assim como os Asurini, *Anumaí* gostava de morar em lugares planos. Retomarei esse diálogo mais adiante, mas no momento ressalto essa qualidade topográfica do sítio, ou seja, a irregularidade do relevo. Esse aspecto diferencia o Yvytyrapitera do padrão de espacialização observado para os outros sítios, que, independentemente da altitude e implantação (se em morros, ilhas ou terraços), possuem áreas planas de maior extensão. Esse critério leva a pensar que a configuração do espaço e da implantação do sítio remete à sua importância defensiva, interligada às dinâmicas de ocupações sucessivas que manteriam amplo controle da área de encontro entre os rios Xingu e Iriri.

5.5. Yvytyrapitera na temporalidade Asurini

One frequently encounters artifacts of pre-historic ceramic making peoples at both present settlement sites (Araweté e Asurini). The Indians regard potsherds and polished stone axeheads [...] to be a divine origin (BALÉE e CAMPBELL, 1990, p.40).

Para os Asurini as ‘oficinas de polimento’ (marcas de *Mayra*) e as cerâmicas ‘arqueológicas’ (cerâmicas de *Anumai*) materializam duplamente – o fim e a criação do mundo. Em texto intitulado *Mito e Arqueologia: A interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados na Terra Indígena Kuatinemu*, Silva (2002) faz uma primeira reflexão sobre a narrativa dos Asurini á respeito das oficinas líticas existentes nas margens do rio, e das cerâmicas encontradas em uma de suas aldeias e nas roças. Como relatado por Silva (2002) as oficinas líticas são para os Asurini as marcas deixadas por *Mayra* herói criador na mitologia Asurini – “*Mayra* fez o ser humano, os animais, os objetos culturais, ensinou as técnicas e as práticas da economia doméstica” (SILVA, 2000, p.112). As pedras lhe serviram de banco, por isso, as bacias de polimento são as marcas de suas nádegas. Mas há também, as pedras por onde ele andou, deixando as marcas de seus pés, identificada na narrativa arqueológica, como amoladores (SILVA, 2002, p.173; MÜLLER, 1990, p. 193-194).

O mito de origem das cerâmicas ‘de paredes grossas’ (não-Asurini), se passa em ritual xamanístico (*maraká*) no tempo dos xamãs primordiais. Durante a festa, um guerreiro (*boakara*) anuncia que matou o inimigo, e leva o braço do morto para mostrar a todos durante a festa ritual. A *Uirasimbé* da festa, dona do mingau, ao levar o braço do morto para dentro da casa, provocou a morte de todos os xamãs primordiais. Ao se retirarem para o céu, os xamãs (*Apikwara e Karuara*) levaram a casa com eles, inclusive o piso – ressalta a versão coletada por Müller (1993, p.343). *Tapijawara*, ser monstruoso que mora embaixo da terra fica bravo, pois ficou sem casa. Até hoje ele não tem casa – diz a o mito. *Tapijawara* bateu com a cabeça na panela e quebrou. *Anumai*, irmã dos xamãs primordiais e primeira *Uirasimbé*, ficou com medo e raiva de *Tapijawara*. Ela então começou a quebrar as panelas na cabeça de *Tapijawara* para ele entrar embaixo da terra. No final da narrativa, parte dos xamãs se retira para o céu (*Apikwara e Karuara*), e parte segue a pé para o mato (*Tiva e Arapu’a*) (SILVA, 2000; MÜLLER, 1993).

Aldeia Itaaka: Maira enewa-gapypapera

Fotos 15: marcas de Mayra, aldeia Itaaka.

Foto 16: cerâmica de *Anumaí*. Aldeia Itaaka. Fotografia: Leandro M. Cascon.

Como mostra Müller (1993, p.136) o xamã na sociedade Asurini tem a finalidade de estabelecer o contato físico com os espíritos e através deste contato, garantir a vida dos membros da aldeia pelo intercâmbio de substâncias invisíveis, do lado dos espíritos, e do mingau, água e plantas, do lado dos humanos. Na leitura de Müller (1993), no mito a guerra se contrapõe ao xamanismo. O contato do xamã com o corpo do inimigo morto, trazido pelo guerreiro, instituiu a diferença e separação cósmica e moral entre xamãs e guerreiros (*boakara*). Ao longo do mito, acompanha-se a correlação contínua entre os dois tempos – o tempo do passado mítico e o tempo da festa do maraká, onde se estabelecem o papel social e político de seus participantes (xamãs, guerreiros, e a *uirasimbé*). As cerâmicas também transitam entre esses diferentes tempos. As cerâmicas de *Anumaí* possuem paredes grossas, fazem parte do tempo em que os xamãs primordiais não morriam. As cerâmicas das mulheres Asurini são diferentes das cerâmicas de *Anumaí*, possuem paredes finas, mas nos rituais, a grande panela ritual Asurini (*tauva rukaia*) é feita de paredes grossas como as cerâmicas de *Anumaí*, estas últimas, espalhadas por todo lugar após a tragédia do fim do mundo que deu origem aos Asurini de hoje.

Na aldeia Itaaka, a primeira roça foi construída no Yvytyrapitera, em área de terra preta. A escolha do local de plantação da roça para os Asurini leva em consideração a existência de solo escuro, bem drenado, onde comumente ocorrem cerâmicas (SILVA, 2010, p.56). Entretanto, assim como as casas, a topografia das roças parecia estar

passando por ajustes, levando à escolha de novos locais, pois o topo do morro, apesar da terra preta, parecia não ser muito adequado para a roça, e nem mesmo para uma aldeia.

Foto 17: Escavação da unidade 1020NW920NE. Meliam Gaspar, Leandro M. Cascon e Kwain Asurini. Fotografia: Caroline Caromano.

Durante a escavação do Yvytyrapitera, Parajuá, jovem pajé Asurini, me explicou que *Anumaí* morava em lugares planos, com terra preta, onde fazia festas com mingau, como os Asurini. As antigas aldeias Asurini no Igarapé Piranhaquara, materializam a descrição feita por Parajuá, localizadas em terraços planos não inundáveis, circundadas por igarapés ou canais secundários, e junto á extensos pedrais para banho e atividades cotidianas. Em outro sítio, também localizado em topo de morro com relevo irregular (PA-KTM-27), falei com Ativa sobre a explicação que Parajuá havia me dado e perguntei por que *Anumaí*, diferentemente dos Asurini, teria escolhido morar em cima dos morros? Então Ativa prontamente me respondeu: Não sei, por isso temos que continuar pesquisando.

As marcas dos ancestrais míticos integram a historicidade dos Asurini, ou seja, o modo como ordenam e dão sentido à percepção do tempo (LÉVI-STRAUSS, [1952] 2000; SAHLINS, 1990; HARTOG, 2014). Para Silva (2013):

Os Asurini apreendem os vestígios materiais como sendo a materialização da existência e da presença de seus ancestrais, dos personagens míticos e da sua cosmologia. Assim pode-se dizer que eles são objetivações de subjetividades, ou ainda incorporação de pessoas e de relações sociais. Ao mesmo tempo os

lugares onde eles aparecem são lugares significativos aos quais os Asurini atribuem uma dimensão histórica e mítica - a partir de seus próprios regimes de historicidade - tornando-os testemunhos de sua ancestralidade, como lugares da memória (SILVA, 2013, p.36).

Durante a escavação do Yvytyrapitera, assim como os arqueólogos, os Asurini construíam suas próprias explicações sobre as cerâmicas e o lugar onde as mesmas foram encontradas. Entretanto, os lugares e os ‘materiais’ – para usar um termo empregado pelos Asurini ao se referirem às cerâmicas e todas as coisas coletadas pelos arqueólogos durante a escavação, já seriam previamente explicados ou acomodados dentro de um conhecimento pré-existente, interligado a tradição oral, aos modos de transmissão de conhecimento, e fundamentalmente, a cosmologia e regime de historicidade dos Asurini. Há muitas questões á serem pensadas sobre o significado que os Asurini dão as cerâmicas de *Anumaí*. Uma delas define-se pela própria percepção do tempo, que como mostra a etnologia ameríndia, não é compreendida a partir de cronologias que se sucedem, e que significa um tempo até então narrado e datado apenas pela arqueologia (cf. SANTOS-GRANERO, 1998; HILL, 2013). Os conjuntos cerâmicos identificados nos lugares e antigas aldeias Asurini, se tornam o elemento material que faz o entrelaçamento entre diferentes temporalidades (arqueológicas e Asurini) e a experiência arqueológica nas paisagens.

CAPÍTULO 6

RETOMANDO OS HORIZONTES DE REFLEXÃO

A partir da descrição dos sítios arqueológicos, a paisagem que surge é menos definida por suas qualidades que por determinadas configurações físicas. Essa aparência sólida da paisagem abriga diferentes histórias entrelaçadas às paisagens ancestrais dos Asurini, às paisagens sociais e sagradas narradas pelos viajantes do século XIX, à paisagem cultural descrita por Nimuendajú (1948; 1927) no início do século XX, e às paisagens da ecologia histórica, vivenciadas por Balée (2013) e Darrell Posey (2002). Essas diferentes experiências de paisagem me acompanharam ao longo da realização do *survey* na T.I., sendo aqui retomadas para a reflexão sobre as histórias indígenas do médio-baixo e a prática arqueológica na T.I. Koatinemo.

6.1. Horizonte 1: modelos arqueológicos e áreas de interflúvio

As configurações físicas da paisagem – topografias e elementos materiais que se repetem: 1) as matas antropogênicas; 2) a terra preta; 3) as cerâmicas e as oficinas de polimento incorporam histórias indígenas de longa duração no médio-baixo Xingu. Como discutido no capítulo sobre as narrativas arqueológicas, essas histórias estão entrelaçadas a ancestralidade das populações Tupi-Guarani, Juruna e Karib no médio-baixo Xingu.

Matas antropogênicas

Nos contextos observados no levantamento arqueológico realizado nos igarapés Ipiaçava e Piranhaquara e ao longo do Rio Xingu, é notável a existência de matas secundárias classificadas pelos Asurini como *kaafera*, nas quais se identificam lugares em que já existiram roças, acampamentos, moradias, aldeias, e que, em alguns casos, voltaram a ser mata velha *ou* kaa'eté. Essas florestas de terra firme do médio-baixo Xingu são, do ponto de vista não indígena, classificadas como Floresta Ombrófila Aberta e apresentam estrato arbustivo pouco denso e, especialmente, lianas lenhosas. Esse tipo de

vegetação é representado por três grupos de formação: aluvial, das terras baixas e submontanhas. Ocorre em climas secos bem marcados (2 a 4 meses/ano) e distingue-se em duas faces florestais: 1) a floresta de palmeiras; 2) e a floresta de cipó (FERREIRA et al., 2008, p. 15). A floresta de palmeiras, caracterizada especialmente pela presença do babaçu (*attalea speciosa*), cobre área estimada em 196.370 km² da Amazônia brasileira, estendendo-se do sudoeste ao leste amazônico, numa extensa faixa entre os Estados de Rondônia, Pará e Maranhão (BALÉE, 2013, p. 39-41). As florestas de liana cobrem cerca de 100 mil km² entre os Estados do Pará e Maranhão, e abrangem o baixo Tocantins, Xingu e Tapajós (Cf. BALÉE, 1989). De acordo com levantamento realizado pela equipe do Museu Paraense Goeldi (MPEG) no médio-baixo Xingu (FERREIRA et al., 2007, 2008), essas florestas constituem uma tipologia característica na qual a disposição espaçada das árvores, dominada por palmeiras de babaçu de grande porte (*attalea speciosa* Mart. Ex Spreng), permite a passagem de cerca de 50% de luz solar, favorecendo a colonização por lianas e palmeiras (FERREIRA et al., 2007, p. 27). As palmeiras de babaçu são consideradas espécie bem adaptada às florestas de cipó, favorecidas por sua forma caducifólia, que exclui as lianas. As florestas de liana seriam equivalentes às florestas primárias identificadas como *ka-ã-hete* pelos Araweté e *Kaa'eté* pelos Asurini (BALÉE, 1989). Para Balée e Campbell, as florestas de lianas são florestas alteradas no passado (BALÉE e CAMPBELL, 2009, p. 39), sendo as duas faces florestais (matas de palmeiras e matas de lianas) indicativas de manejo agroflorestal.

Não pretendo aprofundar os aspectos ecológicos interligados ao desenvolvimento das faces florestais das áreas de terra firme do médio-baixo Xingu, esse não é o objetivo do presente trabalho. Ao ressaltar a associação entre as palmeiras babaçu e os lugares/sítios arqueológicos chamo a atenção para algo aparentemente mais simples que é: na T.I. Koatinemo as palmeiras babaçu estão invariavelmente presentes nas roças velhas e nas antigas aldeias/e sítios arqueológicos, as exceções se referem aos sítios da beira d'água ou oficinas de polimento, nas quais as áreas terrestres não foram conhecidas, e às roças novas.

Essa correlação entre matas de palmares babaçu e matas de cipó – enquanto indicadores de matas antropogênicas e sítios arqueológicos como já apontado – não é nenhuma novidade (POSEY, 2002; BALÉE, 1989; BALÉE, 2013, p. 18-26). A questão é que, ao estender o conhecimento arqueológico que se tinha até o momento para o interior ou área de interflúvio da T.I., verifica-se que a correlação estreita entre o padrão de implantação dos sítios e das matas antropogênicas possui dimensão geográfica muito

maior que aquela pautada nas áreas ao longo do Xingu, afinal foram mais de 140 km igarapé adentro. O elemento que, inevitavelmente, desperta a percepção visual, neste caso, são as palmeiras.

Foto 19: Palmeira babaçu, *survey* arqueológico no Igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo.

Parte desses indicadores ecológicos que caracterizam a Floresta Ombrófila Aberta é entendida como resultado da manipulação de plantas que passam a colonizar determinadas áreas historicamente ocupadas pelos Asurini, como é o caso dos pés de cuia e árvores frutíferas no entorno imediato das casas e da aldeia, além da própria longevidade das áreas de roça (e.g. MÜLLER, 1993; SILVA, 2000; BALÉE, 2000). Pode-se considerar que o que as etnografias realizadas por Balée (2013) e Posey (2002) na década de 1980 mostraram foi que espécies como o babaçu fazem parte de processos mais complexos de transformação cultural da floresta. Segundo Posey (2002), para os Kayapó-Mebêngokrê o plantio dos “bosques” de bacaba, babaçu e castanheiras é considerado parte da tradição ancestral de formação dos lugares de/para a ocupação humana. E assim como os acampamentos temporários se transformam em aldeias permanentes, as florestas domesticadas também se transformam em *ibe* – ou mata velha para os Kayapó (POSEY, 2002, p. 28). No final dos anos 1980, o autor (POSEY, 2002) acompanhou o xamã Beptopoop até uma antiga aldeia de contato dos Kayapó na região entre os rios Xingu e Araguaia. A vegetação, comumente utilizada para o reconhecimento dos sítios abandonados – observou Posey –, após mais de cinquenta anos, tornou o *ibe*

Kayapó algo de difícil identificação sem o auxílio de olhos bem treinados (POSEY, 2002, p. 28-29).

Nos idos da década de 1980, Peter May e colegas (1985) indicaram o babaçu como palmeira amplamente distribuída nas áreas de transição ecológica – entre floresta e cerrado (Rios Araguaia e Tocantins) –, desenvolvendo-se tanto em solos pouco drenados quanto em solos aluviais. Essa aparente adaptabilidade e alta capacidade de reprodução faz da palmeira babaçu um recurso perene. May e colaboradores (1985) realizaram amplo levantamento sobre o aproveitamento econômico e social do babaçu, sendo a planta associada ao sustento de mais de 500 mil famílias residentes na fronteira oriental da Amazônia. A fibra e as folhas dessa planta foram associadas: 1) à produção de cestarias (de armazenamento e transporte), esteiras (portas das casas, tapetes, e suporte para secagem de sementes e alimentos processados – como farinha de mandioca), abanadores, peneiras, combustível para o fogo, armadilhas de caça, casas e áreas abrigadas de maneira geral; 2) ao uso agrícola relacionado à queima da roça, reciclagem dos nutrientes do solo e controle de pragas; 3) ao uso medicinal antisséptico do extrato do talo do babaçu; 4) ao valor alimentar do fruto para a produção de farinha, consumida diretamente ou como mingau, podendo ser armazenada por longos períodos; além da larva de besouro, que promove a formação do *gongo* também amplamente consumida, e do palmito (MAY et al., 1985, p. 118-121). As palmeiras babaçu são parte da paisagem artefactual das áreas de interflúvio e da sua íntima relação com as atividades rotineiras das práticas de coleta, obtenção de matérias-primas, produção dos objetos (i.e. cerâmicas e as cestarias), arquitetura das casas, formação das roças e regeneração das florestas de terra firme (MÜLLER, 1993; SILVA, 2000; 2009b; POSEY, 2002; BALÉE, 2008, 2013; RIBEIRO, 1980).

Assim como as experiências etnográficas, o olhar dos expedicionários do XIX é unânime em perceber as florestas de palmares babaçu (aparece como palmeira *uauaçu* nas fontes históricas) nos contornos das colinas, circundando os locais de roças, os caminhos e as margens do rio – só o Príncipe Adalbert da Prússia cita a palavra palmeira mais de cinquenta vezes ao longo da sua narrativa de viagem (ADALBERT, [1842] 1977; COUDREAU, [1896] 1977; STEINEN, [1884] 1942). A montante da Volta Grande do Xingu:

[admiramos] mais de perto a bela e alta floresta entremeada das algumas palmeiras *uauaçu* isoladas, da margem esquerda [do Xingu]. (ADALBERT, [1842] 1977, p. 196).

[...] as palmeiras uauaçu apareceram [...] em maior número com as suas coroas de plumas [...]. (ADALBERT, [1842] 1977, p. 198).

Foto 20. Cesto cargueiro expediente (*pyryvisinga*) confeccionado com folha de palmeira babaçu - com coco babaçu e abandonado no caminho para a Roça Velha do Takamui Asurini.

A dispersão dos palmares de babaçu é provavelmente mais ampla hoje em relação às paisagens coloniais e pré-coloniais (BALÉE, 2013, p. 39-41; MAY et al., 1985, p. 115). As fontes históricas corroboram essa observação e indicam a concentração de palmares babaçu para trechos a montante da Cachoeira da Volta Grande do Xingu e em locais específicos que chamariam mais a atenção dos viajantes. Essas palmeiras (*attalea speciosa* Mart. Ex Spreng) germinam espontaneamente com a queima da floresta, de modo que a dispersão da espécie também acompanhou o avanço da sociedade nacional e todo o desmatamento e expansão agrária vinculada a esse processo histórico (BALÉE, 1989, p. 8; MAY et al., 1985; HEMMINING, [1978] 2009; SCHMINK e WOOD, 2012). Atualmente, fora das áreas de preservação ambiental e das próprias terras indígenas, as palmeiras de babaçu, não raramente, são a única vegetação com altura em um amplo horizonte de pastagens.

O *survey* arqueológico na T.I. Koatinemo corrobora a percepção inicial do Balée (1989), sendo a palmeira babaçu espécie comumente associada à existência de sítios arqueológicos (BALÉE, 1989, 2013; SILVA et al., 2011; SILVA e GARCIA, 2015). Mas ainda faltam análises arqueobotânicas que deem visibilidade ao uso e manejo das espécies comuns às matas de palmeiras e matas de cipó mediante contextos arqueológicos escavados, haja vista que a geoquímica dos solos indica terem sido as folhas de palmeira

importante fonte de potássio, manganês e zinco, elementos químicos altamente concentrados nas terras pretas dos sítios arqueológicos do Xingu e leste amazônico (SMITH, 1980; KERN et al., 1999, 2003).

Terra Preta Arqueológica (TPA)

A terra preta é parte do processo de modificação das paisagens e congrega um significativo número de sítios arqueológicos em toda a região amazônica (CLEMENT et al., 2015, p. 1; KERN et al., 2003). No Xingu, esses sítios são situados em áreas com relevos de maior altitude, solos bem drenados próximos a cursos d'água e usualmente localizados em pontos de ampla visão do seu entorno imediato (KERN et al., 2003, p. 52-53). As pesquisas sobre as terras pretas arqueológicas (TPA) no médio-baixo Xingu foram iniciadas por Nigel Smith (1980) após extenso levantamento realizado durante a construção da Rodovia Transamazônica, quando identificou vários sítios no município de Altamira e nas margens do Xingu e notou que os sítios ao longo do rio costumam apresentar manchas de terra preta com distribuição linear e os sítios dos interflúvios, manchas com distribuição concêntrica. Smith (1980) ressalta a existência de sítios extensos com 1.8km de comprimento e 500m de largura, intercalados com sítios menores, o que também foi observado em levantamentos arqueológicos posteriores (cf. PRONAPABA, 1977, 1978). Para Smith (1980), as terras pretas das áreas de interflúvio desafiavam as hipóteses iniciais de origens desses solos (muitas vezes associados a processos naturais de formação sedimentar), bem como os modelos arqueológicos que versavam sobre as dinâmicas sociais e econômicas do processo de ocupação humana nas áreas de terra firme, pautados na pobreza dos solos para o sustento de práticas agrícolas e na consequente ausência de densidade populacional (e.g. MEGGERS, 1954, 1971; MEGGERS e MILLER, 2006; LATHRAP, 1970; ROOSEVELT, 1980), o que sugere correlações anacrônicas entre os contextos etnográficos do presente (e.g. STEWARD, 1949; STEWARD e FARON, 1959) e as ocupações humanas no passado. Uma das principais contribuições de Smith (1980) foi indicar que as hipóteses sobre a origem das terras pretas e os modelos arqueológicos propostos não explicavam como numerosos sítios com TPA das áreas de terra firme e interflúvios teriam se formado.

The small and often seminomadic habits of groups that live in interfluvial areas of Amazonia are not a vignette of the past. Most tribes have been drastically reduced, or have died out, since contact. (SMITH, 1980, p. 566)

Pesquisas sobre as terras pretas arqueológicas (TPA's) em sítios do leste amazônico aos poucos têm respondido as questões colocadas nas décadas de 1970 e 1980 (KERN, 1996; KERN et al., 2003). Em texto recente, Kern et al. (2015) delineiam um primeiro quadro sobre o processo de formação das TPA's na região do leste amazônico. Mediante o estudo de sítios da Reserva Nacional Tapirapé-Aquiri banhada pelos igarapés Salobo, Mirim e Cinzento, tributários do Rio Itacaiúnas, os autores (KERN et al., 2015) apontam que em períodos mais recentes, entre 500 d.C. e 1500 d.C., sítios com registros de ocupações de curta e de longa duração remetem a processos de reocupações sucessivas – nos quais a variação na concentração dos elementos químicos possibilitaram o mapeamento mais refinado da intensidade e dos intervalos das ocupações ao longo do tempo. Nesse sentido, segundo análises pedogeoquímicas, elementos como fósforo (P) e cálcio (Ca) são tidos como indicadores mais expressivos de formação da TPA, relacionados às ações de corte-queima (coivara), processamento de alimentos (peixes, caças, vegetais, cerâmicas), excrementos e sepultamentos. O preparo dos alimentos e queima contínua de resíduos das áreas de descarte (lixeiros) foram fontes de matéria orgânica importante para a formação da TPA – em que peixes e ossos animais seriam os principais recursos que resultaram nos altos índices de P e Ca da TPA em relação aos solos sem TPA das adjacências dos sítios arqueológicos.

Ainda segundo os autores (KERN et al., 2015, p. 440), embora elementos vegetais como folhas de palmeiras tenham influenciado a concentração de K, Ca, Mg, Zn nas terras pretas, o P e Ca são mais diretamente associados a atividades humanas ao longo das ocupações dos sítios. A variação da concentração de elementos como o P e Ca é tida como um indicador dos processos de intensificação e/ou interrupção das ocupações humanas nos sítios. Com base no contexto arqueológico específico na região do Rio Itacaiúnas, Kern e colaboradores (2015) colocam que os dados ecológicos, a configuração dos sítios, as cronologias e a análise da TPA sugerem que as dinâmicas de reocupação não estariam associadas a ocupações esparsas de áreas menores, mas à existência de grandes aldeias sustentadas por recursos alimentares abundantes e soluções criativas de manejo ambiental das florestas de terra firme (KERN et al., 2015, p. 447). Um aspecto significativo dos sítios arqueológicos da região do Rio Itacaiúnas é que a TPA está diretamente correlacionada às ocupações ancestrais dos povos de línguas Tupi-Guarani, com destaque para os solos de terra preta que se tornam mais visíveis nos sítios datados a partir de 500 d.C. (KERN et al., 2015, p. 437; GARCIA et al., 2015).

Outra questão importante sobre a amplitude e longevidade dos processos de ocupação da região de interflúvio Xingu-Tocantins refere-se à continuidade da formação da TPA ao longo do período pós-colonial, o que modifica a hipótese inicial de que o declínio populacional pós-contato teria levado à interrupção da formação dos depósitos de terra preta (Cf. DENEVAN, 1992; MYERS et al., 2003; NEVES e PETERSEN, 2003). Essa hipótese não se confirma para as áreas de interflúvio do leste amazônico. Kern et al. (2015) demonstram que, para a região do Itacaiúnas, sítios com TPA continuariam sendo ocupados ao longo dos séculos XVI ao XVIII. Nesse caso, a TPA das ocupações mais recentes estaria associada às ocupações Tupi-Guarani no período colonial. Na T.I. Koatinemo, como dito anteriormente, nas antigas aldeias Ytypitiuú e Myryna do Igarapé Piranhaquara também se verifica a existência de TPA associada a ocupações ancestrais Asurini no século XVIII.

Existem similaridades entre os contextos arqueológicos observados para a região do Rio Itacaiúnas e o médio-baixo Xingu, especialmente quanto aos sítios relacionados à história de longa duração Tupi-Guarani nas áreas de interflúvio – os quais apresentam semelhanças quanto à cultura material, ao padrão de implantação dos sítios, à espacialidade da terra preta e à localização junto a drenagens secundárias. Trata-se de contextos que possuem em comum aspectos relacionados à formação das TPA's que refletem, duplamente, tempo de ocupação e intensidade das atividades humanas nos lugares habitados (e.g. SMITH, 1980; LEHMANN et al., 2003; NEVES e PETERSEN, 2004; KÄMPF e KERN, 2005; SCHMIDT, 2013; KERN et al., 2015). Assim como observado para outras regiões amazônicas (ver NEVES e PETERSEN, 2003; HECKENBERGER, 2005; BALÉE e ERICKSON, 2006; ERICKSON, 2008; SCHAAN, 2012; WALKER, 2012), as TPA's da região de interflúvio Xingu-Tocantins denotam a intensidade e a abrangência da transformação das paisagens ao longo de muito tempo (SMITH, 1980; KERN, 1996; KERN et al., 2003, 2015; BALÉE, 1989; SILVA et al., 2011; SILVA e GARCIA, 2015). Mas, ao contrário das planícies aluviais do Amazonas, a formação da terra preta entre os séculos XVI e XVIII indica a permanência de aldeias e ocupações estáveis após o contato europeu.

As cerâmicas

Na Amazônia, observa-se a partir dos contextos etnoarqueológicos e arqueológicos que as variações estilísticas podem ser correlacionadas tanto à escala das relações políticas e sociais (e.g. DEBÖER, 2003; BOWSER e PATTON, 2008; SILVA,

2000a, 2000b, 2009; BARRETO, 2008; 2013) quanto à escala das formações linguísticas e territoriais (e.g. DEBÖER, 1974; LATHRAP e DEBÖER, 1979; ROE e SIEGEL, 1986; HECKENBERGER, 2001, 2005, 2007; NEVES, 1998, 1999; STUCKI, 2010; SILVA e STUCKI, 2010; ROCHA, 2012; SILVA et al, 2011, SILVA e GARCIA, 2015) enquanto categorias sobrepostas e expressivas na configuração da variabilidade formal das cerâmicas ao longo do tempo.

Foto 21: Coleções cerâmicas do médio-baixo Xingu. Acervos MPEG e T.I. Koatinemo.

No médio-baixo Xingu as cerâmicas apresentam variabilidade formal associada a estilos técnicos distintos e características similares a diversos complexos cerâmicos das regiões vizinhas – baixo Amazonas, foz do Xingu, e áreas mais distantes, como o interior do Amapá no nordeste amazônico (BARRETO et al., 2016; NEVES, 2008), aspecto esse já apontado por Nimuendajú ([1927] 2004, 1948) ao associar as cerâmicas encontradas na região da Volta Grande do Xingu (Igarapé Panelas) e Porto de Moz às cerâmicas de Monte Alegre e ao Estilo Santarém do baixo Tapajós, sendo o mesmo observado por Deböer et al. (1976) nas cerâmicas coletadas em sítios localizados no município de Altamira, PA (apud BROCHADO e LATHRAP, 1982, p. 61).

Como observado para diferentes contextos arqueológicos na Amazônia, as camadas de terra preta dos sítios arqueológicos da T.I. Koatinemo apresentam uma

‘mistura’ de estilos técnicos, com cerâmicas grossas e finas – diriam os Asurini. Existem dois aspectos a serem previamente ressaltados sobre o estilo técnico reconhecido nessas cerâmicas. O primeiro, é que o estilo tecnológico dessas cerâmicas parece estar relacionado às histórias dos povos Karib e Tupi no Xingu, cujas continuidades culturais seriam menos marcadas por rupturas que por transformações ao longo do tempo. O segundo aspecto, refere-se à relação entre esses estilos. Nesse sentido, as cerâmicas apresentam estilos tecnológicos distintos, e ao mesmo tempo, remetem à dinâmicas socioculturais de apropriação e (re)criação tecnológica refletidos na variabilidade formal de cada estilo. Essas dinâmicas, reconhecidas a partir dos contextos arqueológicos têm levado a percepção dos processos históricos de etnogênese, apresentada como um caminho para a compreensão das transformações das identidades sociais e das paisagens pré-contato e pós-contato na Amazônia (HORNBERG, 2005; HECKENBERGER, 2006, HILL, 2011; MORAES e NEVES, 2013; SILVA e NOELLI, *no prelo*). As reflexões sobre etnogênese predominam entre os especialistas em histórias Arawak (HORNBERG, 2005; HECKENBERGER, 2006, HILL, 2011), mas, ao mesmo tempo, abrem uma agenda de pesquisa sobre a etnicidade na Amazônia antiga, que integra as tradições orais indígenas, as fontes históricas, a linguística e a arqueologia como parte da construção de histórias particulares, e a partir de contextos regionais específicos (HILL, 2013). Uma das grandes inspirações para as reflexões sobre os processos históricos de etnogênese reside na percepção de que, se por um lado, as mudanças foram aceleradas pós-1492, por outro, as ancestralidades indígenas de diferentes regiões da Amazônia levaram a formação de paisagens persistentes (HECKENBERGER, 2006, p.322).

Desde o século XVII as populações de línguas Tupi-Guarani e Juruna passaram a fazer parte dos mapas e narrativas sobre as *nações* indígenas do Xingu (ADALBERT [1842], 1977; STEINEN, 1942; COUDREAU [1896], 1977; NUMENDAJU, 1948, GALVÃO, 1979; TURNER, 1996; SOUZA; CARDOSO, 2008). Do ponto de vista arqueológico, essa cartografia histórica é um reflexo da formação de sistemas regionais abrangentes que configuravam os contextos pré-coloniais de ocupação indígena do leste amazônico.

Ao que tudo indica o estabelecimento das populações de Tupi-Guarani no interflúvio Xingu-Tocantins foi, do ponto de vista regional, responsável pelo aparecimento de grandes aldeias, modificação intensiva dos solos e domínios territoriais de longo prazo (BROCHADO, 1984; NOELLI, 1996, 2008; ALMEIDA, 2008a; GARCIA, 2012; CORRÊA, 2014). As cerâmicas arqueológicas, a cronologia das

ocupações, bem como as fontes históricas (e.g. BETTENDORFF, [1659-1690] 1990; D'ÉVREAUX, [1613-1614] 2002; D'ABBEVILLE, [1614] 1975; LEITE, 1938; ADALBERT, [1849] 1970; STEINEN, [1884] 1942; COUDREAU, [1897] 1977; MÉTRAUX, [1928] 2012; FERNANDES, 1963; HEMMING, [1978] 2009; SOUZA e CARDOZO, 2008), etnográficas (e.g. RIBEIRO, 1983; VIVEIROS DE CASTRO, 1986; MÜLLER, 1993; FAUSTO, 2001) e estudos em linguística histórica (e.g. RODRIGUES 1984/1985, 1999, 2000; MELO e KNEIP, 2005, 2006; CORREA DA SILVA, 2010a; 2010b) indicam para diferentes períodos, pré-colonial e pós-colonial, transformações socioculturais profundas decorrentes do estabelecimento dessas populações no leste amazônico (e.g. NIMUENDAJÚ, [1917-1921] 2004; FIGUEIREDO, 1965; FRIKEL, 1968; SIMÕES et al., 1973; SIMÕES e ARAÚJO COSTA, 1987; MEGGERS et al., 1988; MAGALHÃES, 1994; SILVA et al., 2004; BUENO e PEREIRA, 2007; SILVEIRA et al., 2008; PEREIRA et al., 2008; ALMEIDA, 2008a, 2013a, 2016; ALMEIDA e NEVES, 2015; GARCIA, 2012, 2015, 2016; SILVA et al., 2011; SILVA e GARCIA, 2015; CORRÊA, 2014). O processo de expansão Tupi-Guarani no leste amazônico pressupõe pensar a formação das paisagens iniciais. Para retomar essa história de longo termo, é preciso recuar no tempo.

Do ponto de vista da ecologia histórica, a domesticação da paisagem pode ser entendida como um *continuum* que retoma as primeiras ocupações humanas entre o Pleistoceno tardio e o Holoceno inicial, as quais teriam contribuído amplamente com a dispersão de plantas úteis e concentração de diferentes espécies em determinadas regiões da Amazônia (BALÉE, 1989; MILLER, 1992; OLIVER, 2001; NEVES e PETERSEN, 2003, 2008; CLEMENT, 1999; CLEMENT et al., 2015). De forma abrangente, esses estudos mostram que as ocupações iniciais se deram tanto nos ambientes de várzea quanto nas regiões de terra firme (ROOSEVELT et al., 1996; OLIVER, 2001; COSTA et al., 2010; CLEMENT et al., 2015; KERN et al., 2015). Neves e Petersen (2006) colocaram esse processo da seguinte maneira: a mudança dos ecossistemas da floresta envolveu a perda de “paisagens iniciais” para a contínua modificação de “paisagens posteriores”. As paisagens iniciais, como entendida pelos autores citados, referem-se aos registros das ocupações humanas durante o Holoceno inicial.

Na região de interflúvios Xingu-Tocantins, as “paisagens iniciais” estão interligadas a cavidades naturais das grandes serras que existem nos arredores do médio Xingu – especialmente a Serra de Carajás – ocupadas há *ca.* 9.000-10.000 anos atrás, sendo essa uma das poucas regiões na Amazônia em que se verifica registros de

ocupações ao longo de todo o Holoceno inicial e médio (SILVEIRA, 1994; MAGALHÃES, 2005; OLIVEIRA, 2007; KIPNIS et al., 2005; NEVES, 2008). O relevo de maior altitude das serras, onde se encontram as cavidades, é comumente associado ao ecossistema arbustivo, caracterizado por coberturas vegetais de canga e campos naturais, que se distinguem das áreas de floresta ao longo dos vales. A grande variedade de restos faunísticos, botânicos e instrumentos confeccionados com matérias-primas transportadas de outros lugares para os abrigos, falam da mobilidade de populações que se produziam socialmente frente à diversidade ecológica dos ambientes de savana e floresta. Essa dinâmica parece ter sido mantida com o aparecimento das cerâmicas na estratigrafia dos sítios (KERN et al., 1992; SILVEIRA, 1994; SILVEIRA et al., 1996; MAGALHÃES, 1995, 2005; OLIVEIRA, 2007; KIPNIS et al., 2005; CALDARELLI et al., 2005).

Por volta de 3.400 A.P. são notadas transformações culturais nos sistemas regionais estabelecidos. Ao longo dos vales e junto aos pequenos igarapés no entorno das serras, sítios com cerâmicas antigas passam a constituir assentamentos com dimensões variadas, depósitos de ocupação profundos, porém de proporções materiais reduzidas. A estratigrafia desses sítios é marcada por intervalos e reocupações que se mantêm até o primeiro milênio da era cristã (SILVEIRA et al., 2008; KERN et al., 2015; GARCIA, 2012). O início da formação dos solos antropogênicos¹³ nessa região de interflúvio está intimamente associado a essas ocupações que se deram por volta de 3.400 A.P. Segundo Kern et al. (2015), esse processo se confunde com a própria mudança climática ocorrida no Holoceno médio, período em que se identificam para a bacia amazônica sinais de clima mais quente e seco, o que teria resultado na diminuição do nível dos rios e lagos, e na formação da floresta tropical que se conhece hoje – com diferentes nichos ecológicos e áreas de transição entre floresta e cerrado (Cf. HERMANOWSKI, 2012; HERMANOWSKI, COSTA e BEHLING, 2014 apud KERN et al., 2015, p. 431; SAWAKUCHI et al., 2015). Esse longo processo de ocupação humana registrado no interflúvio Xingu-Tocantins levou a formação de paisagens domesticadas, onde as populações ancestrais de línguas Tupi-Guarani escolheram ficar e se estabelecer em períodos posteriores (GARCIA e KERN et al., 2015; KERN et al., 2015).

Ao contrário da ideia que pressupõe o domínio inicial dos cursos fluviais principais, seguido da expansão demográfica e ocupação dos afluentes menores (cf.

¹³ A ideia de solos antropogênicos não pressupõe necessariamente a existência de terra preta arqueológica, mas solos com assinaturas geoquímicas relacionadas às ocupações humanas (Cf. LEHMANN et al., 2003; KÄMPF e KERN, 2005; KERN et al., 2015).

LATHRAP, 1970; BROCHADO, 1984; NOELLI, 1996), no leste amazônico os sítios Tupi-Guarani são encontrados junto aos rios secundários e vales compartimentados por grandes serras que caracterizam, em certo sentido, barreiras naturais que dificultavam a passagem por terra. As ocupações mais antigas, neste caso, se dariam junto á rios menores, expandindo-se gradativamente das áreas centrais de interflúvio para os grandes rios – Tocantins, Araguaia, Xingu. Esse processo estaria correlacionado tanto as paisagens iniciais e ocupação das melhores áreas e ecossistemas de nichos diversificados – como observou Noelli (1993) para os Guarani, quanto a existência de fronteiras sociais e políticas estabelecidas por outros Tupi (i.e. famílias linguísticas Juruna e Munduruku), com precedência na vasta região compreendida como interflúvio Tapajós-Xingu. Por volta de 500 d.C., o baixo Tocantins já seria ocupado por ancestrais Tupi-Guarani (ALMEIDA, 2008, 2013a). No médio-baixo Xingu, as cronologias de ocupação situadas por volta de 300 d.C. – 400 d.C., foram associadas previamente por Perota (1992) às Tradições Polícroma e Tupiguarani. A primeira (Tradição Polícroma), desconsiderada do ponto de vista da percepção do estilo tecnológico das cerâmicas, e a segunda (Tradição Tupiguarani), do ponto de vista terminológico¹⁴.

O modelo de formação dos territórios Guarani proposto por Noelli (1993) talvez seja o que mais se aproxima das paisagens propostas por Balée (2013) e do que se conhece, por meio da arqueologia e das fontes históricas, sobre as populações indígenas do leste amazônico. Para Noelli (1993), o processo de formação do território Guarani é interligado a fatores sociopolíticos e ecológicos. O território Guarani é visto mediante categorias sociológicas e geopolíticas que refletem laços de parentesco e reciprocidade em três níveis distintos: o *guará*, o *tekohá* e o *teíí*. O *guará*, da língua Guarani, é traduzido como conceito sociopolítico que define uma região, em geral, delimitada entre rios e constituída por unidades sociopolíticas aliadas, definidas como *tekohá*. O *tekohá* é “compreendido em três níveis inter-relacionados – físico-geográfico, econômico e

¹⁴ Como se sabe, a definição da Tradição Tupiguarani (sem hífen) nunca foi desassociada dos tupis-guaranis historicamente conhecidos (Brochado et al, 1969; Brochado, 1973; Meggers & Evans, 1973; Meggers, 1974). Entretanto, como mostrou o próprio Brochado (1989; 1991), a questão não está na ‘associação’, mas no ‘abandono’ de um nome que nunca fez sentido, especialmente para uma arqueologia que se propõe ‘dialogar’ com a etnohistória e a etnografias indígenas, especialmente nas últimas décadas, quando o papel político e social da prática arqueológica no país vem sendo tão discutido (Green, Green & Neves, 2003; Silva, 2002; 2009; 2013; 2014; 2015; Heckenberger, 2008; Cabral, 2014; Bezerra, 2015; Machado, 2013; 2016). Afinal, se “nome” fosse algo insignificante, estaríamos vivendo no *Pindorama*! Parafraseando Fausto e Monteiro (2007) em suas reflexões sobre os processos históricos de etnificação, chegará o dia em que nós arqueólogos perceberemos que a “nomeação” das tradições arqueológicas é fruto de um equívoco intencional, parte de um processo colonialista de classificação e definição de categorias *a-históricas*.

simbólico” (Cf. CHASE-SARDI, 1989 apud NOELLI, 1993, p. 250), o qual seria identificado por sítios arqueológicos e aldeias historicamente conhecidas. Já o *teíí* corresponderia ao grupo doméstico ou casas que abrigariam as famílias nucleares (NOELLI, 1993, p. 269). A formação do território Guarani seria estruturada por dinâmicas sociais e políticas que remetem à história de longa duração das populações falantes de línguas Tupi-Guarani, e que tem como pano de fundo a expansão das fronteiras territoriais enquanto parte de processos contínuos de colonização de novas áreas sem o abandono definitivo das áreas anteriormente ocupadas, aspecto esse diretamente associado às ocupações de longo prazo observadas na estratigrafia dos sítios arqueológicos, constituição das florestas antropogênicas, similaridades da cultura material e proximidade linguística. Do ponto de vista sociológico, a guerra nas sociedades Tupi-Guarani é vista por Noelli (1993) como elemento integrado à expansão das fronteiras sociais, aumento demográfico e manutenção dos territórios conquistados/colonizados.

A guerra de expansão das fronteiras seria a primeira etapa de conquista territorial, possivelmente com o enfraquecimento dos habitantes originais e a instalação das primeiras áreas de manejo. A partir dos assentamentos iniciais, como resultado do aumento demográfico, deve ter havido um contínuo avanço em diversas direções, para ambientes favoráveis ao desenvolvimento da agricultura agroflorestal [...]. *Pari passu*, teríamos como prática a atividade de expulsar os antigos habitantes e propagar as áreas de roça e manejar ininterruptamente os locais onde estavam as demais plantas perenes úteis [...]. (NOELLI, 1993, p. 309)

Ao considerar a guerra como parte da conquista de sistemas ecológicos em disputa, a formação do *tekohá* – coloca Noelli (1993, p. 309) – deve ser pensada distintamente no momento das primeiras ocupações e ao longo do processo milenar de manutenção das áreas conquistadas. O autor (NOELLI, 1993) ressaltou dois momentos distintos como parte desse processo: o primeiro momento se daria com a ocupação das melhores áreas e ecossistemas de nichos diversificados; e o segundo, a manutenção das primeiras ocupações e gradativa instalação em lugares menos próprios, relativo a contingências históricas e pressão demográfica. Esse modelo de formação territorial¹⁵

¹⁵ Do ponto de vista histórico e arqueológico, o modelo de formação territorial Guarani também define o próprio conceito de território proposto por Zedeño (1997) a partir do estudo etnoarqueológico da formação do território dos índios *pueblos* Hopi, do Arizona. Em termos objetivos, para Zedeño o território é definido enquanto objetos agregados – constituídos por terra, recursos naturais e objetos – reunidos historicamente através de processos dinâmicos de interação socioambiental (ZEDENO 1997, p. 73). Ao mesmo tempo, o território é a manifestação da territorialidade humana em todas as esferas – econômica, social, política, e ritual – possuindo, portanto: 1) uma dimensão formal e material interligada às características físicas da terra, recursos e a modificação humana; 2) dimensão relacional, que envolve as ações humanas e as

Guarani pode ser estendido à compreensão das paisagens Tupi do leste amazônico, as quais resultam da combinação de processos que envolvem dinâmicas de mobilidade e permanência, ambas interligadas a transformação cultural das florestas de terra firme (cf. BALÉE, 1989, 2013; NOELLI, 1996; HECKENBERGER, 2005, 2006, ALMEIDA, 2008, 2013).

6.2. Horizonte 2: paisagens e ancestralidades indígenas

As fontes históricas sempre apontaram que os Asurini eram populações das áreas de interflúvio, distanciadas das margens do Rio Xingu. Aspecto este ressaltado por Nimuendajú (1948, p. 37) ao adjetivar os Asurini como povos do interior da floresta, tal como Coudreau ([1897] 1977) já havia feito, ao escrever que os Asurini viveriam sempre nas florestas centrais, nunca nas margens [dos grandes rios], o que do ponto de vista da trajetória histórica e tradição oral Asurini parece ser verdadeiro (SILVA e NOELLI, 2015). Contudo, ao que tudo indica os Asurini sempre mantiveram algum tipo de contato com os coletivos indígenas que habitavam as margens do Xingu. Existem algumas passagens nas descrições realizadas por Adalbert von Preussen ([1849] 1970) e von den Steinen [1883], 1942) que referem-se a ida de ‘representantes’ Jurunas a aldeias no interior do Piranhaquara, bem como a presença de cerâmicas Asurini em uma aldeia Juruna (ver SILVA e NOELLI, 2015). Segundo Kwain Asurini, os antigos faziam expedição até o Xingu. Durante a visita a Kaafera do Martinho, local da possível aldeia Juruna visitada por Adalbert von Preussen ([1849] 1970, p.207), os Asurini indicaram que conhecem o lugar há muito tempo, o que pode estar relacionado às histórias contadas pelos antigos, e não apenas ao conhecimento recente que possuem desse mesmo lugar. A ilha do Piranhaquara também foi identificada por Takamui como lugar onde viveram muitos *akaraí* com os quais os Asurini faziam guerra. Ao contextualizar historicamente o Xingu em sua etnografia sobre os Arara, Teixeira-Pinto (1997) utilizou as seguintes palavras:

Região etnográfica marcada pela guerra primitiva com a captura de troféus humanos (ossos, dentes e cabeças dos inimigos), a região entre o Tapajós e o Tocantins (e particularmente o vale do Xingu) caracterizava-se pelo trânsito e pela migração intermitente de povos indígenas: a instabilidade demográfica do vale traduzia-se, quanto à dinâmica de sua população tradicional, na

dinâmicas de mobilidade; 3) dimensão histórica, que remete ao uso sucessivo da terra e de seus recursos (ZEDENO, 1997, p. 211).

movimentação constante em busca de novos sítios para moradia, caça e produção agrícola, ou para ficar a salvo de ataques e/ou represálias de outros povos indígenas. (Teixeira-Pinto, 1997, p.203-204)

Os conflitos de guerra e deslocamentos indígenas subscrevem as narrativas históricas e etnográficas sobre as populações do Xingu, o que prevalece até a segunda metade do século XX, consolidando assim o vazio demográfico notado nas narrativas dos viajantes do XIX. Afinal, como não se impressionar com os troféus Arara desenhados por Nimuendajú (1948). Por outro lado, o trânsito ou migrações intermitentes mencionados por Teixeira-Pinto (1997) contribuíram, juntamente com o vazio demográfico, com a imagem de povos seminômades que caracterizaria as sociedades de terra firme amazônica nas etnografias do *Handbook South American Indians* (STEWART, 1948).

A partir dos dados etnográficos e arqueológicos sobre a história do passado recente dos Asurini, o entendimento dos processos históricos de ocupação das áreas de interflúvio frequentemente entendidas como áreas de refúgio para os coletivos indígenas durante o período colonial, pode ser revisto. No caso dos Asurini, a região do rio Bacajá é identificada nas narrativas indígenas, fontes históricas e por estudos em linguística histórica como parte do território ancestral Asurini (RIBEIRO, 1982; MÜLLER, 1993; SILVA e NOELLI, 2015; CÔRREA-DA-SILVA, 2010; CÔRREA, 2014). Conforme Ribeiro (1983, p. 4), durante muitos anos os Asurini defenderam bravamente o seu território, “impedindo a penetração de seringueiros, até que foram atingidos pela expansão dos Gorotire-Kayapó, que por volta de 1936, lhes infligiram amarga derrota”. Desde o deslocamento dos Asurini das margens do rio Bacajá, por volta de 1920, os motivos para as migrações foram as pressões dos brancos envolvidos na prática extrativista da borracha e das populações indígenas inimigas (Kayapós-Gorotires, Kayapós-Xikrin, Araweté) (SILVA e NOELLI, 2015). A aproximação em direção às margens do Rio Xingu também é atribuída a esses fatores (MULLER, 1993, p.37; SILVA, 2000, p. 48; SILVA e NOELLI, 2015).

Essa ampla movimentação migratória, presente nos registros históricos, deu-se também por conflitos intergrupais. Na Amazônia Oriental, tal como relata o etnólogo alemão Protásio Frikel, as guerras travadas entre os grupos Kayapó e Tupi-Guarani fizeram com que esses últimos migrassem para as regiões de cabeceiras dos afluentes do baixo rio Tocantins (FRIKEL 1963). No Xingu, esse mesmo processo marcaria a memória dos Asurini (MÜLLER 1993, SILVA 2000, 2011, 2013). Porém neste último caso, a pesquisa arqueológica e etnoarqueológica mostra que o prevalecimento dos

Asurini nas regiões dos afluentes do Xingu, não pode ser reduzido à compreensão de áreas de refúgio. As etnografias entre os grupos indígenas da região dos interflúvios Xingu-Tocantins (BALDUS 1970, VIVEIROS DE CASTRO 1986, VIDAL 1977, TURNER 1992, FAUSTO 2001, GORDON 2006, dentre outros) mostram que a forma como essas movimentações populacionais e as relações entre os grupos se deram, perpassam visões de mundo pré-concebidas entre as sociedades indígenas. Da pesquisa etnográfica realizada por Müller podemos trazer à reflexão às narrativas cosmológicas que versam sobre os caminhos da mata. Para Müller entre os Asurini parece existir uma "correspondência entre a topografia aldeias-caminhos na mata, e a topografia mundo dos humanos/mundo dos espíritos. A fisionomia do cosmos, além da aldeia, é a mesma da mata, cheia de caminhos" (1993, p.189). Os caminhos pela mata conformam a cartografia das aldeias ao longo dos igarapés.

As narrativas historiográficas e etnográficas dão sentidos distintos à mobilidade. A primeira, embora delineie diferentes processos da história indígena regional, ainda se encontra muito afeita ao princípio da causalidade, onde as narrativas indígenas ainda são pouco consideradas. A segunda, delimitada no tempo e no espaço, mostra através de suas tramas finas, que a mobilidade é subjacente à estrutura social e as noções cosmológicas aí entendidas, envolvendo diferentes níveis de relações políticas e sociais, a partir das quais os deslocamentos são agenciados e significados. Com isso os dados etnográficos, e especialmente os etnoarqueológicos, não excluem o fato de que os deslocamentos tiveram suas causas nas (*in*) consequências do projeto colonialista da sociedade nacional, pelo contrário. O que se coloca em pauta, são os significados presentes nos 'efeitos' desses deslocamentos, relativo às escolhas e ao conhecimento que se desdobra dos eventos vividos, narrados e historicizados nos mitos.

As antigas aldeias dos Asurini nos Igarapés Ipiaçava e Piranhaquara estão associadas tanto ao contato recente dos mesmos no final do século XX, quanto à ocupações de seus antepassados no século XVIII. As aldeias do Piranhaquara abrigariam uma população numerosa – o que é especialmente notado através da extensão das aldeias, formação da terra preta, e grande quantidade de cerâmicas (SILVA e GARCIA, 2015). A tradição oral dos Asurini, bem como as narrativas históricas ressalta a existência de uma cartografia de aldeias, as quais não raramente, são associadas a pajés fortes – diriam os Asurini. Como mostra Silva (2015), os Asurini estabelecem uma relação afetiva e ancestral com as suas antigas aldeias. Trata-se de lugares onde foram sepultados seus parentes mais próximos, e onde os velhos teriam nascido ou vivido algum dia.

Assim como o conceito histórico de *tekohá* Guarani, a *tavyva* na cartografia das antigas aldeias é definida por sua importância social, simbólica, política e econômica (cf. NOELLI, 1993; MÜLLER, 1993; SILVA, 2000). Além das antigas aldeias, lugares como Kumanuyká também são associados pelos velhos Asurini à história de seus antepassados, cujas lembranças já se encontram apagada na memória. As histórias dessas antigas aldeias vão além da superfície, e abrigam ocupações anteriores ao período colonial, cercadas por diversas oficinas de polimento associadas, do ponto de vista arqueológico, à produção dos machados polidos rapidamente substituídos por lâminas de metal pós-contato europeu (DENEVAN, 1992; STAHL, 2015). Diferentemente das áreas de interflúvio, o estabelecimento dos Asurini no Xingu faz parte do processo de contato oficial dos mesmos na década de 1970. Ao mesmo tempo, as aldeias do Xingu se encontram localizadas junto aos pedrais com as marcas de *Mayra*, e as cerâmicas de *Anumai* – ancestrais míticos que deram origem ao mundo dos Asurini.

Outras paisagens, outros tempos [...]

As áreas de interflúvio possuem paisagens muito distintas daquelas ao longo do Xingu. Navegar das áreas de interflúvio em direção ao Xingu significa deixar para trás, terraços cercados por pedrais, corredeiras, e uma rede quase infinita de pequenas drenagens, para se aproximar dos grandes morros, paisagem onde o rio passa a dividir terra, é como se suas margens (direita e esquerda) se tornassem países distantes. No Xingu, a primeira referência aos Asurini é feita mediante a cerâmica. A pequena vasilha com pintura em “gregas” sobre amarelo pardacento, extremamente cobiçada pelos companheiros de viagem do Príncipe Adalbert von Preussen (ADALBERT, [1849] 1970, p. 194). A vasilha tinha grande valor para o seu dono, um Juruna.

Ao longo do Xingu os sítios arqueológicos se encontram em extensos terraços não inundáveis, nas Ilhas e no topo alto dos morros do Xingu. O topo dos morros ocupados chegam a alcançar 100 m de altitude em relação à margem do rio. Esses morros já não são comumente ocupados. Historicamente, povos Juruna, falantes de línguas do tronco Tupi, também conhecidos como “*Tupis impuros*” (NIMUENDAJÚ, 1948; GALVÃO, 1979; RIBEIRO, 1983), juntamente com outras populações, incluindo os Xipaya, e os Kuruaya, estes últimos de língua Munduruku, ocupavam uma vasta região do médio-

baixo Xingu e construía suas aldeias nos terraços, topos altos do morro e ilhas do Xingu.

Historicamente, a área compreendida entre a Volta Grande do Xingu e a desembocadura do Rio Fresco, afluente da margem direita do médio Xingu foi território antigo dos coletivos Juruna. Em 1896, Coudreau delimitou o território Juruna entre a Praia Grande e a Pedra Seca, toponímias que se mantêm no Xingu. Como ressaltado por Lima (2005), nos relatos de Adalbert, os Juruna somavam uma população de 2000 pessoas em 1842, diminuindo para 200 em 1884, 150 em 1896, e 52 em 1916, reduzidos á 37 pessoas no Alto Xingu, época em que Lima (2005) começou realizar a sua etnografia entre os Yudjá-Juruna (ADALBERT [1842], 1970; VON DEN STEINEN, 1942; COUDREAU [1896], 1977; NUMENDAJÚ, 1948). De modo que, no século XX a situação dos índios era crítica, pois os novos colonos ocupavam boa parte do médio Xingu e Iriri. Nesse processo, os Juruna já se encontravam envolvidos na exploração da seringa desde o século XIX, no que passaram a depender dos padrões seringalistas (GALVÃO, 1979, p.65). Segundo Lima (2005) a memória social dos Yudjá apresentaria um hiato referente à tragédia da borracha no XIX, e outro do século XVII. Já estabelecidos no Alto Xingu, os Juruna foram tidos como ‘pacificados’ em 1948, através da Expedição Roncador-Xingu.

Após séculos de conflitos de guerra e mortes decorrentes do processo de colonização, os Juruna começaram a abandonar gradativamente o médio-baixo Xingu (LIMA, 2001; RIBEIRO, 1983). O processo de deslocamento dos Juruna para o Alto Xingu se confunde com dinâmica tradicional de mobilidade e expansão territorial entre os povos Tupi. Os Juruna começariam a se deslocarem para o Alto Xingu no século XIX, esse processo só seria concretizado no século XX. A redução demográfica das populações alto-xinguanas, e o enfraquecimento da barreira milenar sustentada pelas populações Arawak, Karib, e posteriormente pelos Kamayurá, podem ter favorecido o estabelecimento dos Juruna no Alto Xingu (HECKENBERGER, 2001, 2005, 2006). Os Juruna descritos nas narrativas do século XIX, “transportavam suas plantas, inserindo-as por todas as regiões em que se instalavam” (NOELLI, 1996, p.34), o que é especialmente notado pelo Príncipe Adalbert da Prússia em sua visita as aldeias Juruna na primeira metade do século XIX. Junto á eles, também se encontravam panelas de ferro, tacho de porcelana, facas de indústria alemã (Elberfeld e Remscheider), mala batida de cobre, pólvora fina, enfim, mercadorias que aparecem como resultado do fluxo de objetos decorrentes das relações políticas e comerciais que os Juruna mantinham com os

‘brancos’ e outros coletivos indígenas do médio-baixo Xingu (VON DEN STEIN, 1942). Portanto, a dinâmica de mobilidade dos Juruna do século XIX, não se explica apenas como um processo de ‘fuga’ para o Alto Xingu. As fontes históricas situam invariavelmente os coletivos Juruna no Xingu e interflúvios Xingu-Iriri ou Xingu-Rio Fresco, e do ponto de vista etnográfico, os Yudjá-Juruna se identificam nada menos que como os ‘donos do Rio Xingu’ (LIMA, 2001). Nesse sentido, é preciso inverter a leitura das narrativas históricas. A partir da perspectiva arqueológica o que se sabe é que por mais de oito séculos os alto-xinguanos mantiveram uma barreira intransponível ao avanço dos falantes de línguas Tupi (HECKENBERGER, 2005). Com as mudanças nas configurações territoriais indígenas ao longo dos primeiros séculos de colonização europeia, mudaram-se também, antigas relações sociais, econômicas e políticas do *socius* ameríndios (HECKENBERGER, 2006, WHITEHEAD, 2003; FAUSTO, 2001; FAUSTO e MONTEIRO, 2007; CARNEIRO DA CUNHA, 1992). Nesse sentido, o enfraquecimento das fronteiras sociopolíticas devido à perda demográfica pós-1492, não apenas impulsionou o deslocamento dos Juruna para o Alto Xingu, como também favoreceria a conquista de um território provavelmente já almejado por seus ancestrais.

Os Juruna são historicamente conhecidos como argonautas do rio, e não por acaso, foram os principais guias das viagens e expedições coloniais do século XIX. Exímios navegadores das águas turbulentas do Rio Xingu, as canoas/ubás Juruna, confeccionadas no tronco escavado de árvores (canoas monóxilas), foram descritas e desenhadas pelos viajantes que passaram pelo médio-baixo Xingu. As aldeias Juruna do século XIX eram situadas nos topos dos morros, terraços elevados e ilhas do médio-baixo Xingu. Existia uma sazonalidade no uso desses diferentes lugares e topografias. Nas narrativas de von den Stein e Coudreau, observa-se que os autores falam de “casas” localizadas nas ilhas, bem como aldeias ou “cabanas” localizadas nos terraços às margens do rio. O contexto histórico em que se dão as viagens de von den Stein e Coudreau é muito distinto. Este último, por exemplo, não encontrou nenhuma aldeia Juruna, o que lhe causou profundo desgosto. Contudo, é possível identificar uma paisagem familiar em von den Stein e Coudreau, pois ambos passaram pelo Xingu no período de estiva ou inverno amazônico. De modo que a passagem do primeiro acontece nos meses de setembro-outubro, e o segundo, viaja durante os meses de maio-outubro, exatamente no intervalo do período de chuvas. Já a viagem realizada pelo Príncipe Adalbert von Preussen (ADALBERT, [1849] 1970), na primeira metade do XIX acontece em período chuvoso do mês de dezembro, e sua narrativa é a experiência do encontro das aldeias Juruna nos

terraços e topos dos morros do Xingu. Nas descrições desses viajantes-expedicionários, nota-se que as pessoas Juruna que os guiaram recorriam a determinados “morros” a fim de visualizarem a proximidade de alguma aldeia ou destino. Denotando dinâmicas de ocupação sazonal e uso estratégico dos morros ao longo do Xingu.

Na mitologia Yudjá o Xingu foi criado por *Senã’ã*, xamã magnífico que criou a humanidade, os Yudjá, o Xingu, a floresta, e objetos culturais como a cerâmica.

Senã’ã [...] Soprou uma parte da humanidade para que ela se perdesse na floresta, virasse *abi imama*, e sua carne pudesse servir de alimento para os Yudjá, com quem constituiu uma sociedade para si nas ilhas do Xingu. Ao abandonar mais tarde as pessoas no Xingu, *Senã’ã* soprou uma parte dos Yudjá para que virassem *karaí* e dotou-os da condição de criadores de gado, enquanto os Yudjá atuais assumiram a condição de caçadores. Depois de sua partida, o magnífico xamã inventou as primeiras mercadorias, como as armas de fogo, os tecidos, as facas de aço e os aviões pequenos. (Mito Origem Yudjá. (Stolze Lima, 2005, p.25)

Na mitologia Yudjá, os *abi imama* não navegam, vivem nas florestas, e os Yudjá, nas cabeceiras das ilhas aonde vão para as praias no verão (LIMA, 2005, p.31). O trecho de rio do Xingu após as últimas cachoeiras é na narrativa Yudjá, onde corre a “Água Grande – o rio Xingu tendo sido magicamente alargado pelo filho mais velho de *Senã’ã* com o fim explícito de impedir a sua navegação pelos Yudjá”. No baixo Xingu habitariam outros povos, inimigos dos Yudjá, mas reconhecidos não só como falantes de uma língua próxima, mas também como participantes da “civilização do cauim” (LIMA, 2005, p.104). Como observou von den Steinen ([1883], 1942, p.307), o cauim Juruna seria conhecido como o melhor das paragens do Rio Xingu. As toponímias e a tradição oral indígena mantêm cartografias de tempos não alcançados pelas fontes históricas. No início da década de 1950 teria morrido entre os Yudjá, o último Taconhapé. Conforme Lima (2005) os Yudjá se lembravam da emoção do Taconhapé ao reconhecer na fala dos Kayabi a língua de seu povo. Essa história contatada pelos Yudjá indica que coletivos indígenas identificados como Taconhapé falavam língua Tupi-Guarani como os Kayabi, denotando relações sociopolíticas antigas entre as populações Tupi-Guarani e Juruna do médio-baixo Xingu.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia

Paisagens do médio-baixo Xingu
Arqueologia, Temporalidade e Historicidade

VOLUME 2

0 1 2 cm

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia

Paisagens do médio-baixo Xingu
Arqueologia, Temporalidade e Historicidade
VOLUME 2

Tese apresentada ao Museu e Arqueologia e
Etnologia da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de doutor em Arqueologia.

Área de Concentração: Arqueologia

Orientadora Profa. Dra Fabíola Andréa Silva

Linha de pesquisa: Espaço, Sociedade e Processos de Formação do
Registro Arqueológico.

VERSÃO REVISADA

A VERSÃO ORIGINAL ENCONTRA-SE NA BIBLIOTECA DO MAE-USP

São Paulo
2017

CAPÍTULO 7

COLEÇÕES CERÂMICAS

Introdução

O estudo das cerâmicas arqueológicas da T.I. Koatinemo ocorre no âmbito de um contexto abrangente de pesquisas no qual são observadas ligações históricas profundas entre diversos coletivos indígenas e as terras em que vivem hoje (HECKENBERGER, 2005, 2007; SILVA, 2013, 2015; SILVA e NOELLI, 2015; SILVA e GARCIA, 2015; CABRAL, 2014; ROCHA, 2012). Como já adiantado em outros capítulos, os conjuntos cerâmicos analisados são parte das ocupações antigas e do passado recente dos Asurini do Xingu; e de ocupações pré-coloniais relacionadas às histórias indígenas de longa duração do médio-baixo Xingu. As coleções são compostas basicamente por fragmentos e vasilhas cerâmicas inteiras ou parcialmente inteiras de uso doméstico e/ou ritual. Para facilitar a descrição das coleções arqueológicas foi empregada a denominação cerâmica asurini para identificar os conjuntos cerâmicos que fazem parte da trajetória histórica dos Asurini e que estão intimamente relacionados com a história de longa duração das populações Tupi-Guarani no leste amazônico (MELO e KNEIP, 2005, 2006; CORRÊA, 2014; SILVA e NOELLI, *no prelo*), e a denominação cerâmica antiga para identificar os conjuntos associados a ocupações anteriores aos Asurini e com estilo tecnológico que remete tanto à ancestralidade linguística e antepassados históricos da família linguística Juruna no médio-baixo Xingu (Cf. RODRIGUES, 1964, 1984-1985, 2000; CORREIA-SILVA, 2010; RODRIGUES e CABRAL, 2012; CORRÊA, 2014) quanto à história ancestral das populações falantes de línguas Karib no Xingu e baixo Amazonas (HECKENBERGER, 2005).

A análise foi orientada pelo estudo da variabilidade formal das cerâmicas, ou seja, as características físicas, mensuráveis e observáveis, dos conjuntos analisados (Cf. SCHIFFER e SKIBO, 1997, p. 28) e a correlação entre as cerâmicas arqueológicas e etnográficas Juruna e Asurini do Xingu (Cf. BROCHADO, 1984, 1991; LA SALVIA e BROCHADO, 1989; BROCHADO et al., 1990; BROCHADO e MONTICELLI, 1994;

NOELLI, 1993, 2008; SILVA, 2000b; CORRÊA, 2014). Ao final, propõe-se a diferenciação dos conjuntos cerâmicos analisados mediante o estilo tecnológico que os caracteriza.

Há mais de duas décadas, estudos sobre estilo tecnológico são assumidos como ferramentas conceituais e metodológicas para mensurar as fronteiras sociais e os significados dos padrões identificados no registro arqueológico (e.g. SACKETT, 1977; 1986; CARR, 1990; STARK, 1998, 1999; HEGMON, 1998). Nessa perspectiva, o estilo tecnológico é resultante de escolhas que repousam sobre o conhecimento dos indivíduos a respeito dos princípios estruturais da tradição tecnológica na qual foram enculturados como membros de um determinado grupo social, por isso ele é reconhecido como um índice de identidade cultural (e.g. STARK, 1998; STARK, BOWSER e HORNE, 2008; GOSSELAIN, 1992, 2000; JONES, 1997; SACKETT, 1977). Neste trabalho, a variabilidade formal será entendida como parte do estilo tecnológico, o qual reside não apenas na morfologia, mas também nas escolhas e habilidades técnicas das populações que produziram os recipientes cerâmicos, e na rede de sociabilidade em que esses recipientes estiveram e estão inseridos (e.g. STARK, 1999; HEGMON, 2000; BOWSER e PATTON, 2008; GOSSELAIN, 1992, 2000, 2008; MILLS, 2008; SILVA, 2008; DOBRES, 2010).

A análise foi organizada em quatro campos: 1) proveniência e categoria dos fragmentos analisados; 2) caracterização da pasta, associada a atributos como antiplásticos minerais ou orgânicos, tamanho e proporção dos grãos minerais e resultados da queima (com oxidação completa ou incompleta e *fired clouds*); 3) acabamentos de superfície, que incluem alisamentos, marcas do alisamento, tratamentos crômicos e plásticos; 4) e morfologia, sendo esta última correlacionada à técnica de manufatura, espessura dos fragmentos e características morfológicas das bordas, lábios e bases. Além desses quatro campos, assinalam-se aspectos secundários ao objetivo da análise, mas que estão intimamente relacionados às dinâmicas de uso e deposição das vasilhas – como a presença de erosões na superfície dos fragmentos, restos de fuligem e depósitos carbônicos (SCHIFFER e SKIBO, 1997; SKIBO, 2013; ARNOLD, 1989).

7.1. As cerâmicas arqueológicas: pasta, acabamentos e morfologias das vasilhas

As coleções cerâmicas arqueológicas resultam do levantamento arqueológico na T.I. Koatinemo e antigas aldeias dos Asurini. Além das cerâmicas, fazem parte das

coleções: objetos industrializados (garrafas de vidro, frascos de vidro medicinais, cartuchos, pilhas, ponta de lança de metal, machados de metal, fragmento de louça, objetos de plástico), líticos, ossos de fauna e amostras de solo, que foram mencionados ao longo das descrições dos sítios e coleções, mas não serão analisados neste trabalho.

Quadro 12: Quantificação das coleções cerâmicas da T.I. Koatinemo

Sítios	Nº de fragmentos analisados	Nº total de fragmentos triados
Aldeia Kuatinemu	432 + 2 vasilhas inteiras	572
AvatiKirera	39	85
Kuatinemu Velho	415	809
Itapemuu	746	797
Akapepugi	232	281
Itaviaka	86	92
Maritaiva'pijá	41	49
Kumanuika	348	402
Araypijá	162	172
Jaunapina	10	10
Ipukui	174	187
Tapypiri	15 + 7 vasilhas inteiras	25
Uirasimbé	12	12
Myrina	225	378
Ytapytiuú	511	730
Yaí	9	22
Kaafera do Ativa	31	50
Kururui	14	14
Itapemi	47	100
Kupujujá	129	217
Murumunaka	51	51
Ativa	4	4
Roça Murumunaka	7	7
Ilha Piranhaquara	3	3
Roça Velha do Takamui	8	18
Roça Velha do Pai de Apebu	2 vasilhas semi-inteiras	2 vasilhas semi-inteiras
Ipeaphuku	1 vasilha fragmentada	1 vasilha fragmentada
Yvytyrapitera	1.755	9.154
Total	5.506	14.240
Observação: os totais somam apenas fragmentos e não as vasilhas inteiras ou semi-inteiras.		

Na tabela acima está listada a quantificação das coleções analisadas. A coluna fragmentos analisados corresponde a contagem de fragmentos maiores de 2cm e que apresentam atributos observáveis de, pelo menos, três campos da ficha de análise: 1) categoria; 2) características de pasta; 3) acabamentos de superfície/ou morfologia. O termo categoria identifica a secção ou fragmento da vasilha analisada – lábio, flange labial, borda, ombro, carena, corpo medial ou base. Há ainda referência a apliques modelados, bolotas de “argila”, que por algum motivo foram transformadas em cerâmica,

e possível fragmento de trempe. Além desses critérios, na coleção Yvytyrapitera foram analisadas apenas amostras das unidades de escavação (poços-teste de 1m² e trincheira).

Na coluna fragmentos triados assinala-se o total de vasilhas e fragmentos cerâmicos que compõe as coleções dos sítios registrados na T.I. Koatinemo. As coleções cerâmicas mais numerosas são as dos sítios Kwatinemu Velho, Itapemũu, Ytapitiuú e Yvytyrapitera. As escavações realizadas neste último deram origem a maior coleção dentre todos os conjuntos analisados. Os outros sítios são compostos por amostras reduzidas. Dentre essas, as mais significativas são as coleções do sítio Aldeia Kwatinemu, Kumanuyka, Tapypipiri (com maior número de vasilhas inteiras) e Myrina. Com exceção das coleções das antigas aldeias, os sítios com conjuntos menores (Jaunapina, Uirasimbé, Yaí, Kaafera do Ativa, Kururuy, Itapemi, Murumunaka, Ativa, Roça Murumunaka, Ilha Piranhaquara, Roça Velha do Takamui, Roça Velha Pai do Apebu, Ipheapuku) não geraram análise quantitativa dos atributos tecnológicos, apenas considerações gerais sobre determinados fragmentos cerâmicos.

A pasta das vasilhas cerâmicas

To be good pottery clay, then, a natural deposit needs inclusion that are angular and occur in a wide range of sizes. In such a deposit the smaller particles and the clay itself bond and interlock with the angles and edges of the inclusions, conferring strength in both dry and fired states. (RICE, 2005, p. 74)

Pode-se dizer que fragmentos de vasilhas cerâmicas com pasta “grossa”, rica em areia e grânulos minerais diversificados, são comuns aos conjuntos cerâmicos arqueológicos e caracterizam os estilos técnicos de produção das cerâmicas indígenas do leste amazônico. De modo que cerâmicas com antiplásticos orgânicos, como cauxí e caraipé ou mesmo temperos como caco-moído, possuem baixa visibilidade de maneira geral, mas podem ser mais presentes em sítios e áreas específicas. No médio-baixo Tocantins, por exemplo, cerâmicas com temperos orgânicos ou caco-moído são mais frequentes se comparadas aos conjuntos do médio-baixo Itacaiúnas e médio-baixo Xingu (SILVA et al., 2004; ALMEIDA, 2008; GARCIA, 2012).

No médio-baixo Xingu as cerâmicas arqueológicas e etnográficas têm como uma de suas principais características a pasta rica em grãos minerais de quartzo, feldspato e óxidos de ferro (PEROTA, 1992; ARAÚJO e CALDARELLI, 1988; SILVA, 2000;

SILVA et al., 2004; SILVA, 2008; GARCIA, 2016; MILLER et al., 2016). De certa forma, dizer que a pasta cerâmica é rica em quartzo, feldspato e ferro é praticamente uma redundância, já que esses minerais estão presentes na origem de praticamente todas as argilas da crosta terrestre, especialmente os feldspatos (RICE, 2005, p. 35 e 97). Portanto, é o modo como os minerais ocorrem e são associados ao seu lugar de origem, que faz que a combinação entre os minerais de argila, quartzo e feldspato tenham – como colocou a arqueóloga Prudence Rice (2005, p. 72), uma “identidade mineral”. A pasta das cerâmicas do médio-baixo Xingu é constituída por combinações relativamente equilibradas de grãos minerais, cuja “identidade mineral” permite que sejam reconhecidas como originárias de argilas naturalmente boas e desejáveis para a produção cerâmica (SILVA, 2000; SILVA et al., 2004). Todavia, parece nem sempre ter sido assim. A identificação de plagioclásio alterado (rocha da família dos feldspatos) nas cerâmicas arqueológicas das áreas de interflúvio indica que esse mineral teria sido adicionado a argila em forma de grãos para aprimoramento da pasta (REIS, 2012). Em todo caso, a argila considerada ideal seria sempre aquela com muitos grãos minerais, sejam eles naturais ou eventualmente adicionados.

As análises macroscópicas apontam variações tênues na composição e granulometria da pasta das cerâmicas arqueológicas. Entretanto, o mesmo não pode ser dito das análises microscópicas, nas quais as assinaturas da composição química e mineral das cerâmicas têm mostrado que a similaridade ou a homogeneidade das pastas é apenas aparente (SILVA et al., 2004; REIS, 2012). Há pouco mais de dez anos, Silva et al. (2004) realizaram a verificação e comparação dos elementos químicos e da densitometria de cerâmicas, em amostras da T.I. Xicrín do Cateté na região de interflúvio e da T.I. Koatinemo no Xingu. Além das cerâmicas arqueológicas, fragmentos das cerâmicas Asurini também foram analisados e comparados com a amostra arqueológica. Como resultado, os pesquisadores (SILVA et al., 2004) indicaram que as argilas dos conjuntos cerâmicos das duas terras indígenas eram diferentes entre si, e que os antiplásticos eram de origem natural. A pasta dessas cerâmicas não demandaria a adição de temperos, sendo entendidas, portanto, como originárias de matérias-primas com plasticidade equilibrada. Já a densitometria apontou diferentes coeficientes de densidade, especialmente na comparação entre as amostras arqueológicas e etnográficas. As cerâmicas arqueológicas seriam mais densas, menos porosas e de superfícies intensamente alisadas quando comparadas às cerâmicas Asurini.

Outra análise arqueométrica interessante foi realizada por André H. Reis (2012), que por meio de análises químicas buscou verificar a relação entre acabamentos de superfície e concentrações de cálcio (Ca) e fósforo (P) na pasta e na superfície dos fragmentos cerâmicos de sítios próximos a T.I. Xicrín do Cateté. Ele identificou que os fragmentos de vasilhas com espessura entorno de 1cm e com superfícies pintadas mostraram maior concentração de Ca. Já os fragmentos com acabamentos corrugados e espessuras entorno de 0,5cm apresentaram menor concentração desse elemento. As paredes corrugadas seriam mais ricas em P, ao contrário dos fragmentos com incisões e espessuras superiores a 1cm que chegaram a apresentar ausência de fósforo. O autor (REIS, 2012) sugere que as cerâmicas pintadas, incisas e mais espessas foram utilizadas para alimentos ou bebidas que tinham grande capacidade de reação do Ca na pasta – como armazenamento de carapaças de tartaruga, peixes, bebidas e fermentados ricos em Ca. As maiores concentrações do Ca foram identificadas em formas correspondentes a panelas com capacidade estimada em 8 litros e tigela de 2 litros. Já o P estaria mais presente nas vasilhas corrugadas e naquelas de menor espessura e sem incisões, o que indica a preferência delas para a cocção (REIS, 2012, p. 8-17). Na coleção analisada por Reis (2012), as vasilhas de espessuras mais finas, provavelmente teriam sido utilizadas para o cozimento. Ao associar os resultados obtidos por Reis (2012) ao trabalho realizado por Silva et al. (2004) é possível considerar que, se por um lado as cerâmicas arqueológicas do interflúvio são mais densas em termos de granulometria e manufatura, aquelas destinadas para irem ao fogo teriam a parede mais fina, tal como observado na variabilidade formal das cerâmicas etnográficas. A diferença é que enquanto as morfologias arqueológicas associadas à cocção de alimentos apresentam maior variação na espessura (5mm-9mm), as panelas cerâmicas Asurini (*japepaí*) possuem praticamente a mesma espessura e quase nenhuma variação (5mm) (SILVA, 2000).

Pode-se dizer que fragmentos de vasilhas cerâmicas com pasta “grossa”, rica em areia e grânulos minerais diversificados, são comuns aos conjuntos cerâmicos arqueológicos e caracterizam os estilos técnicos de produção das cerâmicas indígenas do leste amazônico. As cerâmicas com antiplásticos orgânicos, como cauixí e caraipé, ou mesmo temperos como caco-moído possuem baixa visibilidade de maneira geral. No médio-baixo Tocantins, por exemplo, cerâmicas com temperos orgânicos ou caco-moído são mais frequentes se comparadas aos conjuntos do médio-baixo Itacaiúnas e médio-baixo Xingu (SILVA et al., 2004; ALMEIDA, 2008; GARCIA, 2012). No entanto, para iniciar a discussão sobre as *tapemberas*, o que gostaria de frisar é que a grande maioria

das cerâmicas do extenso interflúvio Xingu-Tocantins possui pasta de texturas médias e grossas, resultado da elevada proporção de antiplásticos minerais. Essa característica, que será tratada mais como uma qualidade do que como classificação propriamente dita, diz muito sobre as cerâmicas do médio-baixo Xingu e sobre as paisagens que surgem dos milhares de fragmentos de vasilhas cerâmicas espalhados nos lugares por onde se passa.

De maneira geral, as cerâmicas arqueológicas do médio-baixo Xingu são mais “grossas”, qualidade que remete tanto à espessura quanto à granulometria associada à proporção de grãos minerais na pasta. A expressão “cerâmicas grossas” é utilizada pelos Asurini para diferenciar, na língua dos *akaraí*, as cerâmicas do ancestral mítico *Anumai* das suas cerâmicas e das cerâmicas de seus antepassados (ver SILVA, 2000, 2002, 2013). Farei uso da expressão “cerâmicas grossas”, cunhada pelos Asurini, pois de certa forma ela resume o modo como os elementos de análise da pasta e morfologia foram correlacionados neste trabalho, ou seja, a partir da granulometria e espessura dos fragmentos cerâmicos. Portanto, para a caracterização preliminar da pasta mediante análise binocular serão considerados elementos referentes à presença de grãos minerais relacionados a grandes grupos ou famílias minerais como quartzos e feldspatos, que possuem maior visibilidade, além da mica, turmalina e óxidos de ferro (hematita/limonita), amplamente presentes nas composições das pastas dos conjuntos cerâmicos analisados. Esses minerais se apresentam majoritariamente na fração areia e grânulos (Cf. Tabela de Wentworth). A frequência e a proporção dos grãos minerais foram aferidas com base no quadro adaptado por Orton et al. (2008, p. 238), e que dialoga com outras medidas apresentadas por Rice (2005, p. 349). A partir dessas referências foram estabelecidos três graus de textura para o registro da pasta dos fragmentos analisados: fragmentos com pasta fina; fragmentos com pasta medianamente fina; e fragmentos com pasta grossa.

Graus de textura da pasta cerâmica	
Pasta Fina	Predomínio de grãos $< 1\text{mm}/\geq 1\text{mm}<3\text{mm}$ em 5% - 10% em relação a fração argila
Pasta Medianamente Fina	Predomínio de grãos $\geq 1\text{mm}<3\text{mm}$ em 20% em relação a fração argila
Pasta Grossa	Predomínio de grãos $\geq 3\text{mm}<5\text{mm}$ e $>5\text{mm}$ em 20% - 30% em relação a fração argila

A maior ou menor proporção de grãos minerais na pasta está diretamente relacionada à maleabilidade e extensibilidade da argila. Como mostram os manuais sobre tecnologia cerâmica, maleabilidade diz respeito ao grau de plasticidade da argila, e a

extensibilidade ao poder de liga, ou seja, sua resistência à ruptura ao ser tensionada, especialmente quando modelada ou acordelada (e.g. RICE, 2005, p. 371-405; ARNOLD, 1989; SKIBO, 2013). A maleabilidade e a extensibilidade também dizem respeito à textura da argila, definida a partir da quantidade, tamanho e forma dos grãos minerais e das partículas que a compõe (RICE, 2005, p. 72). As argilas com areia e com grânulos em menor proporção e tamanho são mais macias, de textura agradável ao toque e de mais fácil manuseio, porém, menos resistentes à deformação e ao estresse hídrico e térmico sofridos durante a secagem e a queima, respectivamente. O estresse hídrico ocorre quando a argila perde as moléculas de água e, conseqüentemente, sofre contração e redução do seu volume. A resistência a esses fatores se deve especialmente à presença dos grãos minerais que dão sustentação à pasta e possibilitam o aumento de sua porosidade. Nesse sentido, a proporção de antiplásticos minerais está diretamente ligada com a porosidade da cerâmica (RYE, 1981; ORTON et al., 1993; RICE, 2005).

Toda cerâmica é porosa, frisa Rice (2005, p. 220). Os poros são espaços vazios cercados por elementos sólidos do corpo cerâmico. A porosidade facilita a evaporação da água e a liberação dos gases gerados no contato da vasilha com o fogo, deixando o corpo cerâmico mais flexível às alterações físico-químicas da pasta quando aquecidos (SCHIFFER, 1990; SKIBO, 1992, 2013). A presença ou adição de antiplásticos minerais com coeficientes de expansão igual ou inferior ao da argila (e.g. feldspato ou caco moído) é vista como o resultado de uma boa combinação entre argilas e grãos minerais (Cf. RICE, 2005, p. 230; SKIBO, 2013). A boa combinação dará origem a uma pasta firme e resistente ao choque térmico e mecânico. Contudo, o processo de manufatura é uma variável que pode manter ou diminuir a resistência a esses fatores (ORTON et al., 2008, p. 115). Portanto, não basta ser uma pasta “ideal”.

A argila com muito antiplástico mineral torna-se menos maleável, e a textura arenosa quando manuseada permite sentir os grãos entre os dedos (RICE, 2005; ORTON et al., 2008). Como mostra Skibo (2013), quando a proporção de antiplásticos é exagerada, conseqüentemente reduz-se a plasticidade, o que torna a manufatura de vasilhas finas e delicadas mais difícil. Ainda conforme o autor (SKIBO, 2013), uma argila com 40% de grãos minerais na fração areia ou grânulos, comum em vasilhas para cocção segundo ele, exigiria muita força manual na manufatura da cerâmica. Nesse caso, a argila se tornaria excessivamente dura, podendo perder a sua extensibilidade e tornar-se propensa a quebra quando flexionada. O alisamento da superfície também seria dificultado na argila que possui essa característica. Entretanto, quando o antiplástico

mineral ocupa aproximadamente 20% da pasta manufatura é facilitada, porém, isso reduz a eficácia de aquecimento da vasilha para o cozimento, o que enfraquece sua condutividade térmica (SKIBO, 2013, p. 40).

Como mencionado anteriormente, a pasta também é definida pelos processos de queima. Na etapa de confecção, as vasilhas sofrem profunda transformação das suas propriedades físicas durante a queima, o que leva a modificação dos minerais e partículas da matéria-prima que coadunam na formação de um corpo sólido e distinto do estado pré-queima (ORTON et al., 1993; RICE, 2005; SKIBO, 2013). Em queimas de temperaturas menos elevadas ($\approx 550^\circ - 1200^\circ$) e em ambientes abertos, a microestrutura da argila e a técnica de manufatura das vasilhas são tidas como determinantes, pois uma das consequências da queima é a formação de microrrachaduras que podem levar a uma quebra fatal (RICE, 2005, p. 348). A queima ao ar livre impõe variáveis diversas, sendo o controle do fogo e o tempo de exposição das peças ao ambiente de queima aspectos que demandam maior atenção e cuidado. Além disso, o tamanho dos recipientes e o número de vasilhas também influenciam na queima, ou seja, se será uma queima grande com muitas vasilhas, uma queima pequena com poucas vasilhas, ou apenas a queima de uma única vasilha grande (e.g. RYE, 1981; ARNOLD, 1989; SILVA, 2000).

Como se sabe, a queima influencia na cor da cerâmica, fator que depende do ferro e do carbono que a argila contém, além da duração, temperatura e atmosfera de queima. Como explicam Orton e colaboradores (1993), toda argila possui matéria orgânica, especialmente as argilas sedimentares. De modo que quando aquecido em ambiente oxidante – como no caso das queimas em áreas abertas –, o carbono irá queimar e se transformar em dióxido de carbono, gás que precisa ser liberado pelos poros da cerâmica. Quando isso não ocorre, a queima pode dar errado. A pressão exercida pelos gases pode rachar ou estourar a cerâmica. Em caso de queimas com duração insuficiente e temperaturas não controladas, o carbono pode não ser completamente queimado, gerando núcleos enegrecidos ou de coloração cinza escuro (ORTON et al., 1993, p. 133; RYE, 1981; RICE, 2005). Ainda durante a queima, o carbono pode ser depositado na superfície, resultando na formação de manchas escuras. Essas manchas são denominadas por Skibo (2013) como *fired cloud* (nuvens de queima), elas são decorrentes do contato da superfície das vasilhas com o combustível (brasa) da fogueira da queima de produção das cerâmicas. É preciso muita atenção nisso, pois *fired cloud* são marcas distintas daquelas que se observa em função do uso (SKIBO, 2013, p.108). Para a descrição dos conjuntos cerâmicos aqui estudados faz-se referência pontual ao aspecto da queima, ou seja, se se

trata de queima completa ou incompleta; qual a gradação da cor predominante da pasta de um determinado conjunto de fragmentos cerâmicos; bem como a presença de machas que podem estar relacionadas à formação das *fired clouds*. Acima de tudo, os resultados de queima serão entendidos como fatores que caracterizam as propriedades visíveis da pasta dos fragmentos, especialmente a cor.

Conforme Skibo (2013), uma característica primária de *performance* das cerâmicas de uso doméstico é a sua resistência ao choque térmico. De modo que o estresse térmico de um recipiente cerâmico pode ser reduzido com a manipulação de três fatores: 1) antiplásticos minerais; 2) porosidade e; 3) morfologia (SKIBO, 2013, p. 52). Já foram apontados aspectos relativos à importância dos antiplásticos minerais para a pasta cerâmica, de modo que gostaria de retomar algumas correlações entre porosidade, morfologia e uso dos recipientes cerâmicos.

Como sinalizado por diversos autores, porosidade e permeabilidade são fatores interdependentes (e.g. RYE, 1981; SINOPOLI, 1991; ARNOLD III, 1991; ARNOLD, 1993, 1999; RICE, 2005; ORTON et al., 1993; SKIBO, 2013). Os poros proporcionam a permeabilidade de líquidos por meio das paredes da cerâmica. A permeabilidade se dá tanto pelos líquidos no interior das vasilhas quanto pela umidade no seu exterior. Em recipientes como potes, comumente utilizados para o armazenamento de água e bebidas, a permeabilidade leva à formação de uma superfície úmida em seu exterior. A evaporação contínua da umidade na parede externa do pote isola o calor e mantém o líquido interno refrigerado. Já nas vasilhas para o cozimento, a permeabilidade reduz a eficácia do aquecimento, aspecto esse corrigido com acabamentos de superfície que diminuem a porosidade e, conseqüentemente, a permeabilidade. Efeito esse proporcionado com alisamentos finos, polimentos, aplicação de resinas vegetais que selam parcialmente a superfície da cerâmica, aumentam o calor interno e aprimoram a *performance* das vasilhas para o cozimento. Como coloca Rice (2005, p. 351), a condutividade térmica é afetada pela porosidade, pois a forma e o tamanho dos poros determinarão o quão rápido o calor irradiará por meio da porosidade. Nesse sentido, a pasta mais densa ou de poros diminuídos tem a sua condutividade térmica reduzida.

Em poucas palavras, maleabilidade e extensibilidade definem o equilíbrio e o controle da plasticidade da argila, fator primordial à produção cerâmica entre diversas populações tradicionais (e.g. ARNOLD III, 1991; ARNOLD, 1993, 1999; SKIBO e FEINMAN, 1999; SKIBO, 2013). A porosidade e a permeabilidade dependerão das características da matéria-prima, mas não só, a manufatura também é uma condicionante

desses fatores. Do ponto de vista etnoarqueológico, Schiffer e Skibo (1997, p. 40) colocam que, de maneira geral, as escolhas técnicas envolvidas na produção de vasilhas cerâmicas, especialmente em contextos de produção e uso doméstico, prezam a maleabilidade da pasta; a capacidade de secagem e queima; a resistência à desintegração, choque térmico e mecânico; e a boa condutividade térmica. Tais propriedades físicas passam por escolhas culturais que podem aprimorar a *performance* das vasilhas para que estas atendam ao gosto e necessidades da ceramista (e.g. SKIBO e FEINMAN, 1999). Na Amazônia, as experiências etnoarqueológicas mostram que a seleção de fontes ricas em antiplásticos minerais, a adição de elementos orgânicos, a mistura entre argilas distintas e a morfologia dos recipientes, tornam-se escolhas que podem acomodar as vantagens e desvantagens da matéria-prima, para que esta apresente as características necessárias à sua “prova de fogo”, ou melhor dizendo, que resista a queima de produção e ao uso (e.g. ARNOLD, 1993, 1999; LATHRAP e DEBÖER, 1979; SILVA, 2000, 2008).

Na epígrafe deste tópico cito as palavras da Rice (2005) sobre os fatores que caracterizam uma boa argila para produção cerâmica. A partir de uma série de correlatos amplamente conhecidos na literatura arqueológica sobre o tema, é possível dizer que as coleções cerâmicas da T.I. Koatinemo apresentam todas as características da “argila ideal”, criteriosamente escolhida por meio da seleção das fontes de matéria-prima (SILVA et al., 2004; REIS, 2012). Ao que tudo indica essas argilas são muito semelhantes do ponto de vista da composição mineral, mas apresentam diferenças no que diz respeito à granulometria e à visibilidade de determinados minerais. A combinação dessas variáveis qualifica o que seriam as cerâmicas grossas e as cerâmicas finas. Essa qualidade corrobora a percepção de que essas cerâmicas (finas e grossas) resultam de critérios distintos de preparo da argila e manufatura das vasilhas. Portanto, a análise da pasta dos conjuntos cerâmicos da T.I. Koatinemo sublinha dois entendimentos: o primeiro diz respeito ao reconhecimento da pasta enquanto propriedade formal cuja similaridade entre os mais diversos conjuntos cerâmicos se manteve no tempo e no espaço, interligada às histórias indígenas de longa duração. O segundo é que, associada a outras propriedades, como morfologia e acabamentos de superfície, a pasta dos fragmentos cerâmicos ganha forma, contornos, cores e marcas que a insere no processo contínuo de transformação das paisagens de terra firme do médio-baixo Xingu.

Acabamentos de superfície

Acabamentos de superfície resultam do uso de técnicas e ferramentas diversificadas que dão aparência final à vasilha, vestindo o corpo cerâmico que, além de pele, pode conter figuras antropomorfos e zoomorfos. Os acabamentos seriam realizados durante e após a confecção do corpo das vasilhas, sendo aplicados antes ou depois da queima da cerâmica (e.g. SHEPARD, 1963; RYE, 1981; ORTON et al., 1993; RICE, 2005; LA SALVIA e BROCHADO, 1989; SILVA, 2000b, 2008; DEBÖER, 2003; BARRETO et al., 2016). Nesse sentido, entende-se que o acabamento de superfície seria iniciado com o alisamento que dá forma à vasilha, continuado em outras etapas de alisamento, polimento, aplicação de engobos, pinturas, unglados, digitunglados, excisões, incisões, adição de apliques, dentre outros. Nas cerâmicas Tupi e Tupi-Guarani, assim como o alisamento inicial, o corrugado e o roletado podem ser considerados parte da etapa de confecção que dá forma ao corpo da vasilha cerâmica (LA SALVIA e BROCHADO, 1989; BARRETO et al., 2016 – para ver glossários das terminologias citadas). No caso das cerâmicas etnográficas Juruna e Asurini, parte dos acabamentos de superfície é realizado após a queima das vasilhas, especialmente a aplicação de pinturas, resinas e resina vegetal de impermeabilização das superfícies (SILVA, 2000; OLIVEIRA e GALVÃO, 1969). Já nos conjuntos cerâmicos Asurini arqueológicos, a pintura é quase inexistente macroscopicamente, apresentando apenas resquícios de pigmentos, resinas e, principalmente, resina vegetal. As estrias de alisamento na superfície das vasilhas também são muito visíveis nos conjuntos Asurini.

Do ponto de vista da performance das vasilhas, acabamentos associados aos alisamentos, polimentos, engobos e resinas proporcionam maior resistência ao corpo cerâmico, diminuem a porosidade e impermeabilizam a superfície, o que otimiza a vida útil dos recipientes nas atividades de uso, como o armazenamento de líquidos e a cocção dos alimentos (SHEPARD, 1963; RYE, 1981; ORTON et al., 1993; RICE, 2005; SCHIFFER, 1988, 1990; SKIBO, 2013). Já acabamentos que resultam em superfície irregular, como o corrugado, aumentam a superfície de contato com o fogo e melhoram absorção e transmissão do calor (LA SALVIA e BROCHADO, 1989; PIERCE, 2005; SKIBO, 2013, p. 46-48). Conforme Schiffer e Skibo (1997, p. 31), as propriedades formais de uma vasilha também são alteradas em consequência do uso. Nesse sentido, os resíduos depositados na superfície durante a cocção podem reduzir a permeabilidade e a abrasão pode remover pinturas e camadas do alisamento. Do ponto de vista da

performance, a camada de fuligem, ao diminuir a permeabilidade/porosidade, otimiza a retenção de calor quando a vasilha é levada ao fogo (SKIBO, 2013; RICE, 2005).

Como diria Longacre (2000), nem toda escolha tecnológica é ditada por sua eficiência no processo de produção e uso. De modo que, acabamentos de superfície falam da qualidade visual das cerâmicas e, como mostram diversos exemplos etnoarqueológicos, suscitam valores do universo simbólico e cosmológico, apropriações e manipulação das expressões de identidade e etnicidade (Cf. STARK, 1999, 2003; GOSSELAIN, 1999, 2008; COSTIN, 2000; SILVA, 2000b, 2009a, 2009b, 2016). Nos conjuntos cerâmicos analisados não há uma associação unívoca entre acabamentos de superfície e um determinado estilo tecnológico. Nesse sentido, categorias gerais identificadas como incisões, pinturas e figuras e/ou grafismos antropomorfos e zoomorfos são comuns a todos os conjuntos cerâmicos. Portanto, é o modo como esses acabamentos vestem o corpo cerâmico e são [re]produzidos ao longo do tempo que possibilita a correlação entre estilos técnicos e identidade cultural.

Na Amazônia, figuras cerâmicas com rostos animais foram amplamente [re]produzidas e adicionadas junto à borda das vasilhas, elas remetem à existência de complexos cerâmicos mais antigos (*ca.* 1000 A.C.- 400 A.D.) existentes nas terras altas da bacia do Rio Orinoco – Tradição Saladoide (BOOMERT, 2000); ao longo da calha do Amazonas – Tradição Pocó-Açutuba (NEVES et al., 2014); e na região de interflúvio dos rios Xingu e Tocantins (*ca.* 1000 A.C – 700 A.D.) (SILVEIRA, 2008; GARCIA, 2012; ALMEIDA, 2013; KERN et al., 2015). No médio-baixo Xingu, assim como em outras regiões amazônicas, ocorre figuras zoomorfas e figuras antropomorfas. Ao que tudo indica, esses modelados figurativos estão relacionados a processos de ocupação mais recentes, entorno do ano 1000 d.C., e apresentam similaridades estilísticas com conjuntos cerâmicos da Fase Koriabo e Tradição Inciso Ponteadado (e.g. ROSTAIN, 2016; SALDANHA et al., 2016; GARCIA, 2016; LIMA e FERNANDES, 2016; BARRETO e NASCIMENTO, 2016).

Diferente da maior padronização formal observada nos complexos cerâmicos mais antigos, os contextos arqueológicos situados a partir do final do primeiro milênio da era cristã seriam marcados por maior variabilidade formal e diferenças estilísticas muitas vezes tênues e meio borradas (HECKENBERGER, 1996; NEVES, 2012; BARRETO, 2008, 2015; SALDANHA et al., 2016). Barreto (2008, 2015, 2016) propõe que a convergência entre determinados temas e [re]produções figurativas, observadas nos complexos cerâmicos mais recentes (700 d.C – 1500 d.C), estaria relacionada a fluxos

estilísticos conectados com o aumento das redes de interação social indígenas em escala pan-amazônica (BARRETO, 2016, p. 116), aspecto este, contextualizado a partir do desenvolvimento das cerâmicas reconhecidas como parte da Tradição Polícroma e da expansão das populações falantes de línguas do tronco Tupi na Amazônia (Cf. BARRETO, 2015; NEVES, 2008, 2012; MORAES e NEVES, 2012; ALMEIDA, 2013).

Morfologias

A proximidade linguística e as similaridades na cultura material dos povos de línguas Tupi-Guarani se tornaram o ponto de partida de uma tradição secular de estudos sobre a distribuição geográfica, origem e antiguidade dessas populações nas terras baixas da América do Sul. As cerâmicas adquiriram um significado especial nesses estudos por várias razões, mas talvez a principal delas seja a complexidade das vasilhas em termos morfológicos e decorativos, além de sua ampla visibilidade nas fontes históricas, sítios arqueológicos e acervos museológicos. No entanto, ao contrário das hipóteses migratórias que se supunham inicialmente (e.g. MÉTRAUX, [1928] 2012, p. 21), as similaridades na língua e cultura material são relacionadas a domínios territoriais de longo prazo – interligados a dinâmicas sociais, econômicas e políticas – que sublinham os aspectos da padronização formal e persistência temporal das cerâmicas produzidas pelas populações falantes de línguas da família Tupi-Guarani (NOELLI, 1993, p. 20).

Para a arqueologia dedicada à história dos povos Tupi e, mais especificamente, dos povos falantes de línguas Tupi-Guarani, a relação entre variabilidade formal das cerâmicas, fronteiras sociais e linguísticas foi inicialmente estabelecida por Brochado (1984) que, a partir da diferenciação entre morfologias e acabamentos de superfície, caracterizou o que se conhece na arqueologia como Tradição Guarani e Tradição Tupinambá. Brochado sempre fez uso da analogia etnográfica para definir a tipologia das vasilhas Tupinambá e Guarani, entendendo a morfologia como uma maneira de pensar sobre a funcionalidade das formas cerâmicas associadas aos falantes dessas línguas (Cf. BROCHADO, 1984, 1991; LA SALVIA e BROCHADO, 1989; BROCHADO et al., 1990; BROCHADO e MONTICELLI, 1994; NOELLI, 1993, 2008; CÔRREA, 2014; SILVA e NOELLI, *no prelo*). As morfologias aqui identificadas se enquadram nas mesmas categorias já mapeadas para outros conjuntos cerâmicos Tupi:

- a) Vasilhas para cozinhar/panelas;
- b) Vasilhas para armazenar;

- c) Vasilhas para servir/consumir;
- d) Vasilhas para consumir *cauim*.

Como observado por Rice (2005, p. 217), o orifício das vasilhas é a parte mais modificada ou adaptada à função que o recipiente deverá assumir. Nesse sentido, as vasilhas cerâmicas para cozinhar e processar os alimentos costumam apresentar o diâmetro de abertura mais largo, irrestritivo. Diferente das vasilhas para armazenar, que possuem diâmetros de abertura menores, restritivos (RICE, 2005, p. 237-241). Portanto, para a descrição dos conjuntos analisados consideram-se tanto as referências históricas, arqueológicas e etnográficas sobre as cerâmicas Tupi, quanto os critérios mais genéricos relativos à caracterização morfológica de recipientes cerâmicos. A descrição, projeção e classificação morfológica estão pautadas basicamente nos fragmentos de bordas, corpo superior e bases. Por meio da relação entre estrutura, contorno e proporção das formas cerâmicas projetadas foram estabelecidos agrupamentos por semelhanças entre os conjuntos (SHEPPARD, 1968; RICE, 2005; SINAPOLLI, 1991; LA SALVIA e BROCHADO, 1989; SCATAMACCHIA, 2004).

Estrutura	Irrestritiva (aberta): o diâmetro da boca é maior ou igual ao diâmetro máximo do corpo da vasilha
	Restritiva (fechada): o diâmetro da boca é menor que o diâmetro do corpo da vasilha
Contorno	Simples: não apresentam ângulos ou ondulações
	Composto: apresentam seções unidas por uma inflexão (ombro) ou angulação (carena).
	Complexo: apresentam um perfil com dois ou mais ângulos (multiangular) e/ou inflexões (multiflexionado).
Proporção/profundidade	Rasas: altura total menor que 1/3 do diâmetro máximo. $D/H > 3$
	Médias: altura total entre 1/2 e 1/3 do diâmetro máximo. $D/H = 2,1$ a 3
	Fundas: altura total maior ou igual à metade do diâmetro máximo. $D/H \leq 2$
Cf. SHEPPARD, 1968; RICE, 2005; SINAPOLLI, 1991; LA SALVIA e BROCHADO, 1989; SCATAMACCHIA, 2004	

Em seus trabalhos, Brochado (1984, 1991) mostrou que as diferenças na variabilidade formal das cerâmicas Tupinambá e Guaraní estavam ligadas à dieta, às práticas agrícolas e aos rituais, conectados a um modelo ecológico de domínio territorial que marcaria processos históricos muito distintos de configuração dessas sociedades, apesar da origem linguística e geográfica comum. Contudo, as cerâmicas Tupinambá e

Guarani, especialmente as últimas, sempre indicaram a existência de uma maior coerência interna. Já os conjuntos cerâmicos Tupi Norte Oriental – para empregar a designação dada por Corrêa (2014, p. 159-161) – seriam caracterizados por seu caráter politético, ou seja, por apresentarem uma maior diferenciação interna entre as coleções desse conjunto (CORRÊA, 2014, p. 159; ver também ALMEIDA, 2013, p. 27-28). No entanto, as morfologias das vasilhas cerâmicas do conjunto Tupi Norte Oriental apresentam mais similaridades com as formas Guarani (CORRÊA, 2014, p. 261). Em suma, para Corrêa (2014) o conjunto Tupi Norte Oriental possui coleções diferentes entre si e mais semelhantes com as formas Guarani, ou melhor dizendo, as formas Guarani conservariam morfologias cerâmicas mais similares ao conjunto Tupi Norte Oriental.

Anos após o trabalho seminal realizado por Brochado (1984) e Lathrap (1970), uma das questões que se mantinha em aberto sobre a correlação estilística entre as cerâmicas Tupi-Guarani era: quais seriam as características morfológicas realmente comuns a todos os conjuntos? Brochado já havia adiantado a resposta a partir da comparação entre as cerâmicas Tupinambá e Guarani, mas, em sua época, não se sabia quase nada a respeito das cerâmicas Tupi na Amazônia. Ao sistematizar as características morfológicas das cerâmicas arqueológicas e etnográficas, Corrêa (2014) ofereceu uma resposta para essa questão ao verificar que tipos de vasilhas, tais como o *yapepó*, *ñetá* e *cambuchi* Guarani, estão presentes em todos os conjuntos cerâmicos Tupi, especialmente naqueles correspondentes ao Tupi Norte Oriental, Tupinambá e Guarani. Nesse sentido, morfologias como o *yapepó*, *ñetá* e *cambuchi* Guarani, indicariam relações culturais e linguísticas mais antigas entre as populações que os produziram (Cf. LATHRAP, 1970; SILVA e NOELLI, *no prelo*).

Assim como verificado, a partir das vasilhas arqueológicas e etnográficas o inventário linguístico também mostra que vasilhas para cozinhar já existiam no proto-Tupi e no proto-Tupi-Guarani (Cf. RODRIGUES, 2007 apud SILVA e NOELLI, *no prelo*; PEREIRA et al., 2016; CORREA, 2014, p.21). Segundo resultados obtidos por Corrêa (2014), Silva e Noelli (*no prelo*) estendem a proposta linguística às vasilhas de armazenar água e *cauim*, as quais provavelmente também já existiriam desde o Proto-Tupi-Guarani.

Famílias linguísticas do Xingu	Nomes para panelas de cozinhar
Juruna	<i>Waʔẽ</i>
Awetí	<i>Taʔẽ</i>
Tupi-Guarani	<i>Jaʔẽ</i>
Cf. RODRIGUES, 2007, apud SILVA e NOELLI, <i>no prelo</i> .	

No quadro acima destaco a reconstrução da palavra *panela* para três famílias linguísticas do Xingu. Como visto no capítulo sobre as narrativas arqueológicas, para a linguística as famílias Awetí e Tupi-Guarani já estiveram ligadas a uma mesma protolíngua, e seriam resultado de um fracionamento antigo que teria se dado no Alto Rio Arinos há mais de 2.500 anos atrás. A família linguística Juruna para os linguistas também já esteve ligada ao ramo que deu origem as protolínguas Awetí e Tupi-Guarani, porém, os ancestrais da família Juruna teriam se separado dessas últimas em período ainda mais remoto. Nesse sentido, a reconstrução da palavra *panela* remete a desenvolvimentos linguísticos e culturais distintos. Ao contrário da família Awetí, no médio-baixo Xingu as histórias Juruna e Tupi-Guarani se mantiveram interligadas, denotando relações políticas e sociais entre os ancestrais dessas populações – o que é especialmente notado através das narrativas históricas. Entretanto, do ponto de vista arqueológico, as cerâmicas Juruna e Tupi-Guarani apresentam mais diferenças que similaridades, o que reforça a percepção de que a história de longo termo dessas populações de fato teve desenvolvimentos muito distintos apesar da proximidade geográfica e relações históricas de contato.

7.5. Cerâmicas etnográficas: cerâmicas Asurini do Xingu e Juruna (séculos XIX-XX)

As cerâmicas Asurini do Xingu

Antes de dar início à descrição dos conjuntos cerâmicos analisados, retomarei alguns aspectos relacionados ao processo de produção das cerâmicas Asurini etnográficas. O estudo etnoarqueológico realizado por Silva (2000, p. 58) oferece uma reflexão aprofunda sobre o processo de produção da cerâmica Asurini e sua relação com aspectos cognitivos, estéticos, ecológicos e simbólicos. Na descrição etnográfica realizada pela autora é possível acompanhar o cotidiano das mulheres no processo de manufatura de suas vasilhas. Desde a busca do barro até o momento final do preparo, quando a resina de jatobá é lentamente espalhada sobre a superfície de uma vasilha pintada, as ações são marcadas por prerrogativas, regras e escolhas sobre como fazer.

Em diversos trabalhos a autora mostra que as etapas do processo de produção das cerâmicas Asurini e o modo como essas etapas são definidas apresentam grande similaridade entre as mulheres, independente do grupo doméstico. Conforme Silva (2009,

p. 734), “entre os Asurini, padronização e variabilidade resultam da dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, que usa em última instância, a reprodução de artefatos considerados *ikatu* (bonitos)”. Essa percepção define o estilo técnico de produção das cerâmicas Asurini.

As etapas de produção são organizadas em: obtenção de matéria-prima, preparo da matéria-prima, manufatura da vasilha, secagem, queima e acabamento de superfície. Durante a realização de sua pesquisa de doutorado, Silva (2000) registrou dois depósitos para coleta de argila, os quais foram identificados como depósitos do mato e depósito do rio, ambos próximos do rio. Apesar de próximos, os depósitos apresentavam características distintas no que se refere a composição mineral, plasticidade e granulometria. A argila do depósito do rio era mais plástica e o depósito do mato com maior proporção de antiplásticos minerais (SILVA, 2000b, p. 69-70). As argilas são previamente testadas pelas mulheres, que verificam sua plasticidade e extensibilidade, bem como sua resistência para queima. A argila é tratada, os instrumentos deixados à mão e a vasilha começa a ser formada a partir de espessos roletes sobrepostos que, aos poucos, vão perdendo forma e espessura conforme a vasilha é manufaturada.

A operação de alisar, diz Silva (2000b, p. 74), é demorada. A vasilha deve ficar lisa como “pele de gente”, tal como conta um dos mitos sobre Kyty, filho de *Maíra*, herói criador da humanidade, do mundo e das coisas na mitologia Asurini. A saliva, substância vital que dá origem ao mingau fermentado, é utilizada para o alisamento inicial das vasilhas Asurini, juntamente com a espátula de cuia. Durante a secagem o alisamento continua, com suportes mais rígidos, como o coco-inajá e seixos. Esses instrumentos deixam leves estrias na superfície das vasilhas que, como indicarei posteriormente, são amplamente observadas nas cerâmicas Asurini arqueológicas. O barulho, decorrente do alisamento com o seixo e o coco-inajá, indica que a vasilha pode começar a ser queimada. E, no dia da queima, será colocada junto ao calor das fogueiras de uso cotidiano, passando por queima indireta até que esteja pronta para ser exposta à queima direta, em fogo preparado para a queima das vasilhas. Bolinhas de barro, comumente encontradas em contextos arqueológicos, são postas nas estruturas de apoio das vasilhas. A espata de babaçu, presente na coleta do barro como superfície em que se apoia a argila, é também utilizada como combustível para o fogo. Depois de queimada e resfriada, a vasilha recebe a resina vegetal (*titiva*) retirada da casca do tronco do ingá (*Inga sp*) para impermeabilizá-la, nessa etapa, a pintura também pode ser aplicada (e.g. SILVA, 2000a, 2000b, 2008, 2009b). As vasilhas pintadas carregam o *tayngava*, ou o grafismo em

“grego” mencionado por Adalbert ([1849] 1970). O referido grafismo é considerado o padrão estrutural da arte gráfica Asurini, o qual é combinado de diferentes maneiras durante a pintura da superfície das vasilhas, e é igualmente aplicado na pintura corporal e na decoração de outros objetos. O *tayangava* tem como princípio constitutivo o humano, compartilhado pelos xamãs, espíritos, animais e outros seres, e é interligado a noções profundas da cosmologia Asurini (ver MÜLLER, 1992, 1993; SILVA, 2000, 2009).

Figura 24: motivo tayangava Asurini. Fonte: Müller, 1992, p.239.

Do ponto de vista morfológico, as cerâmicas Asurini são compostas por quatro classes gerais de vasilhas utilizadas no processamento, consumo e armazenagem de alimentos e líquidos, em que se verifica os conjuntos de panelas para cozinhar (formas 1, 2, 3); panelas para servir (formas 4, 5, 6, 7, 8); panelas para consumir (formas 14,15, 16, 17, 18) e potes para transportar e armazenar líquidos (formas 8, 9, 10, 11,12). Inicialmente, Silva (2000, p. 86) identificou que as quatro formas de vasilhas mais utilizadas pelos Asurini, após o contato, eram o *japepa'i*, *japepa'i/já'enewa*, *já'e* e o *jape'e*, usadas para cozinhar e servir mingaus no consumo cotidiano ou nos rituais.

Não há distinção morfológica entre vasilhas de uso cotidiano e ritual. No contexto ritual, as vasilhas costumam ser maiores, reproduzindo as características formais das vasilhas de uso cotidiano. Entre os Asurini as vasilhas rituais reproduzem especialmente as formas: *japepa'i*; *já'e* e o *japepá*, ritual de nome *Tauva Rukaia*. Ao registrar a variabilidade quantitativa das vasilhas, Silva (2000) mostra que as formas de cozinhar mingau no cotidiano e no contexto ritual, como o *japepaí eté* e o *japepa'i/já'enewa*, possuíam menor durabilidade em relação às formas *já'e*, *jape'e*, utilizadas para torrar farinha e beijus. Ao mesmo tempo, todos os quatro tipos seriam menos duráveis em relação às vasilhas destinadas ao armazenamento ou práticas rituais.

Figura 25: morfologias Asurini. Adaptado de Silva, 2000.

Quando nos transportamos do etnográfico para o arqueológico, a percepção da cerâmica deixa o mundo onde as cores são mais bem definidas, para um mundo em que essas cores se encontram mais borradas, misturadas, ainda que indelével em vários aspectos. Portanto, nessa breve nota sobre as cerâmicas etnográficas Asurini ressalta-se algumas características da variabilidade formal relacionadas à pasta, manufatura, acabamentos de superfície e morfologias amplamente reconhecidas nas coleções cerâmicas arqueológicas.

As cerâmicas Juruna (Séculos XIX-XX)

As cerâmicas Juruna aparecem nas narrativas históricas, e são representadas por meio das gravuras que retratam as expedições realizadas no século XIX. Essas gravuras oferecem mais informações que as observações encontradas nas próprias narrativas. von den Steinen faz duas observações significativas sobre as panelas de cozinha Juruna. Primeiro observa que as panelas para o cozimento eram semelhantes às vasilhas utilizadas para o preparo do cauim e, em seguida, acrescenta que a conformação da vasilha era envolta pelo fogo até a extremidade que se alarga (carena), impedindo que as chamas envolvessem a panela toda (VON DEN STEINEN, [1883] 1942, p. 310). A carena pode ser considerada a marca distintiva das panelas Juruna. Essa característica é bem representada nas gravuras presentes em von den Steinen [1883].

Figura 26. Gravura Aldeia Juruna. Fonte: von den Steinein, [1883] 1942, p. 309.

A gravura reúne o que Berta Ribeiro (1980) considerou como os aspectos mais expressivos das mulheres Juruna, conhecidas por sua alta tecnologia culinária e proficiência na tecnologia do algodão para produção de tecidos de grandes dimensões (redes) e padronagem intrincada com padrão labirinto, realçada pela coloração dos fios e uso de vestimentas compostas por duas peças: “cobertor” e saia, mas que já não eram

utilizadas na época em que Ribeiro realizou a sua etnografia (RIBEIRO, 1980, p. 370). Na gravura, as setas em vermelho sinalizam duas panelas; a da esquerda está sobre uma fogueira, ao passo que a da direita se encontra em cima de um banco. Duas das mulheres conversam, e a terceira, sentada junto a um pilão, parece observar Wilhelm von den Steinen, cronista artístico da expedição. A cena da gravura se passa na quarta aldeia visitada por von den Steinen ([1883] 1942) ao longo de sua expedição, na qual, segundo ele, viviam vinte e quatro Jurunas.

Figura 27. Cauinagem Juruna. Fonte: von den Steinen, [1883] 1942, p. 315.

A segunda gravura encontrada em von den Steinen é muito rica e representa uma grande cauinagem, identificada na obra como festa do caxirí. Nessa festa, von den Steinen negocia com os Juruna uma canoa, que aparece na gravura coberta com possíveis folhas de bananeiras. As folhas, na verdade, cobrem o cauim que está dentro da canoa. Nessa gravura há a representação de quatorze vasilhas. As vasilhas que se encontram nas mãos dos convivas apresentam forma de contorno simples, são rasas e abertas. Trata-se de tigelas pequenas e médias, um pouco mais abertas que as cuias. No chão vê-se um pote grande carenado, parcialmente coberto por uma esteira estendida embaixo do suporte que sustenta a canoa do cauim, duas tigelas de beber, uma cabaça e um banco meio tombado sobre a esteira. Como descreve Adalbert, parte dos objetos que se encontram no chão e, especialmente a esteira, podem estar associados a um sepultamento.

O modo como os jurunas sepultam seus mortos é, como me contou o Padre Torquato quando lhe perguntei, sumamente simples. O cadáver é envolvido na sua rede, posto em cima de uma esteira de folhas de palmeira, 'tupé', e coberto com outra. Depois, põem-no na sepultura, que enchem de terra - terra que deve ser trazida de longe na floresta, e cobrem-na com uma terceira tupé. Em cima da sepultura dos homens põem o arco, as flechas e o remo que usava, e no que concerne às mulheres, jogam na água tudo o que possuíam, não havendo, por conseguinte o que pôr em cima do tupé. Logo que a carne se decompõe, os sobreviventes tiram os ossos da terra frouxa e penduram-nos numa esteira ou num cesto no telhado da cabana. Os ossos dos mortos ficam assim sempre entre os vivos [...] (Adalbert [1811-1873], 1977, p.183).

Ainda no piso da casa, mais a direita, há uma segunda vasilha com boca introvertida e ombro carenado. A última seta da direita da gravura aponta o desenho de uma pequena vasilha intrigante, pois ela parece ser constituída por flange mesial, o que ainda é desconhecido nos conjuntos cerâmicos arqueológicos do Xingu. No jirau, localizado na parte central e superior da gravura, há várias vasilhas. Da esquerda para a direita, nota-se uma vasilha bem pequena, mais ao fundo, cuja imagem não é clara. Um pote grande carenado, com boca introvertida. Ao lado do pote, há uma tigela com ombro carenado, pouco mais para o fundo do jirau, um pote maior com pescoço e, na frente dele, uma tigela com ombro, sem carena bem marcada. Essa cena se passa no interior de uma casa Juruna e concentra vários outros aspectos relacionados à identidade cultural Juruna, como a vestimenta das mulheres e homens, adornos corporais, o penteado do cabelo dos homens, instrumento musical, remo, canoa e flechas. Trata-se de uma imagem que fala sobre muitas coisas. Para além dos objetos, é possível ouvir o barulho animado das conversas, o som da flauta que pouco chama atenção das pessoas, bem como o olhar atento das mulheres.

Em sua vivência etnográfica das cauinagens Yudjá-Juruna, Lima (2005) discorre rapidamente sobre o uso das panelas e a frequência das beberagens entre os mesmos. Em meados da década de 1980, na aldeia Tubatuba do Alto Xingu, seriam consumidos 500 litros de bebida por uma população de 31 adultos. As cauinagens ensejavam o uso de panelas grandes e pequenas, com capacidades de 40 e 80 litros. Como mostram as fontes históricas, as populações Yudjá-Juruna fazem uso das canoas para o preparo e consumo do cauim, mas diferentemente destas, que seriam de uso coletivo, as panelas tinham donas, e quase todas as mulheres teriam uma de cada tamanho. As panelas de cauim, “jamais são [seriam] utilizadas para cozinhar peixe ou carne” (Lima, 2005, p.283). Em nota, Lima (2005, p.285) observa que uma das hipóteses que surgiu durante o seu exercício etnográfico é a de que no passado os Yudjá não deveriam beber tanto, pois

dedicariam mais tempo ao trabalho. Ao colocar essa questão ao seu informante [Kadu], o mesmo lhe daria a seguinte resposta:

Ele [Kadu] discorreu longamente sobre os duros ofícios no tempo em que não se tinha machado de aço e facão, sobre a pouca durabilidade da cerâmica e das pontas de osso usadas nas flechas de pesca, mas foi enfático ao afirmar que hoje se bebe tanto quanto no passado, quer dizer, a cada dez dias [...] A Kadu, pareceu-me, só parecia importante calcular quantos cauins ele dá por mês. Disse-me uma mulher que ela e sua mãe fazem cauim umas três vezes por mês, cada uma, já sua avó, por ser uma Yudjá antiga, faz bem umas sete vezes (Lima, 2005, p.285 – nota de rodapé).

A etnografia e tradição oral dos Yudjá indicam que a recorrência das cauinagens pode estar refletida na maior frequência de vasilhas grandes com paredes mais grossas – sendo este último aspecto, observado apenas para as cerâmicas arqueológicas. A pouca durabilidade das cerâmicas Yudjá no passado, mencionada por Kadu à Lima (2005), também poderia ser relacionada a frequência de manipulação e uso das vasilhas. Entretanto, do ponto de vista arqueológico, a presença de ângulos acentuados no corpo das vasilhas dos ancestrais Juruna seria um problema estrutural se considerados os correlatos de performance – especialmente nas vasilhas destinadas a irem ao fogo, cujo ângulo levaria a concentração do calor em ponto específico e ao stress térmico que afetaria o tempo de vida útil das panelas. E esse pode ser um dos aspectos que sublinharia o não uso das vasilhas de cauim para o cozimento de carnes e peixes, notado etnograficamente. A partir da descrição e gravuras encontradas em von den Steinen ([1883] 1942), Métraux faz a seguinte observação:

As vasilhas dos Yuruna que podemos distinguir em um dos desenhos do livro de von den Steinen são tão parecidos a ponto de serem confundidos com algumas escudelas do Paraguai que se tornaram conhecidos por Ambrossetti. Elas também têm a superfície superior muito inclinada para o interior, o que lhe dá a aparência de dois cones truncados e unidos pela sua base. (MÉTRAUX, [1928] 2012, p. 338).

Assim como as vasilhas Juruna, Métraux ([1928] 2012, p. 281) menciona que os Wajãpi possuíam grandes potes destinados ao preparo da bebida fermentada, e que estes também eram muito semelhante aos vasos Guaraní empregados na mesma função. Faz breve nota sobre a cerâmica Shipaya, mencionando apenas que se tratava de enormes “cubos” para a fermentação de cauim. Os Shipaya também possuiriam cerâmicas mais finas, pintadas e envernizadas. Entre os Curuaya, registra que as cerâmicas seriam de fabricação “rústica”, sem pintura ou ornamento, mas de morfologia “bem elegante”

(MÉTRAUX, [1928] 2012, p. 338-339). A informação sobre a cerâmica dos Wajãpi citada pelo o autor é do século XVIII, já as menções às cerâmicas Shipaya e Curuya foram retiradas de Nimuendajú (1948), e datam da primeira metade do século XX.

Figura 28. Cabana abandonada Juruna. Fonte: Coudreau, [1897] 1977.

Em Coudreau ([1897] 1977), as cerâmicas são mencionadas como objetos para coleta, e na gravura da antiga “cabana” abandonada Juruna, observa-se a representação de três formas distintas. Uma vasilha, na extrema direita, cuja morfologia remete a uma grande tigela, aberta, com contorno simples. No centro da imagem, uma segunda vasilha que parece ser uma tigela pequena, sem distinção muito nítida da morfologia, mas que possivelmente seja a vasilha que Coudreau levou de lembrança para o então Governador-geral Lauro Sodré, e que posteriormente foi destinada ao Museu Paraense Emílio Goeldi. A terceira vasilha, no lado esquerdo da gravura, é um pote de maior proporção, com corpo de contorno esférico, abertura restritiva e pescoço.

Do ponto de vista etnográfico, as informações sobre o processo de manufatura das cerâmicas Juruna do século XX são decorrentes do trabalho realizado por Oliveira e Galvão (1969), ambos os pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi, quando estiveram entre os Juruna no final da década de 1960. Na narrativa Juruna, o conhecimento sobre a confecção cerâmica foi apreendido pelo ancestral mítico Senaã. As mulheres Juruna, dizem Oliveira e Galvão (1969), começam a produzir cerâmicas ainda crianças. As mães usualmente produziam pequenas réplicas das vasilhas, que passavam a

fazer parte da brincadeira entre as meninas de quatro e cinco anos. A descrição das etapas de produção (técnica de manufatura, alisamento, secagem, queima inicial, queima final, localização das fogueiras de queima nas adjacências do exterior das casas) é muito semelhante ao que já se conhece sobre a produção cerâmica Asurini (SILVA, 2000).

Foto 22: Vasilhas Juruna séculos XIX-XX. Coleções etnográficas MPEG.

O “barro bom” para a ceramista Juruna é aquele com características “próprias” para a utilização, mas que também é acrescido de caraípe (OLIVEIRA E GALVÃO, 1979, p. 69). Os acabamentos de superfície são caracterizados pelo alisamento, impressões digitais nas bordas, pinturas e figuras zoomorfas adicionadas no corpo dos potes. No tratamento da superfície, identifica-se o uso de líquido produzido com lascas de madeira (não identificada) emersas em vasilha com água; essas lascas eram posteriormente espremidas, extraindo-se o pigmento vermelho que, segundo Oliveira e Galvão (1969), “parece sangue de gente”. Esse seria o pigmento vegetal. O pigmento mineral vermelho era produzido com sementes de algodão piladas com solo de coloração vermelha (não identificado). Dessa mistura, gerava-se uma tinta vermelha escura. As tintas branca ou preta também teriam minerais e vegetais na sua composição. As pinturas Juruna são caracterizadas pelos autores (OLIVEIRA e GALVÃO, 1969) como resultado

da aplicação de traços contínuos ou com sinuosidades, este último representando cobras pintadas em preto. Haveria também desenhos em forma de cruz representando gente. Os traços de geometria linear e vertical eram combinados e formavam motivo labiríntico.

Figura 29: motivos pintura corporal e cerâmica Juruna. Fonte: Vidal, 1985.

A cerâmica Juruna é descrita como vasos de fundo arredondado, bordas extrovertidas com estreitamento do pescoço. As formas das vasilhas, descritas por Oliveira e Galvão (1969), são classificadas da seguinte maneira: 1) vasilhas esféricas, com boca constrita, gargalo, borda extrovertida, bases arredondadas ou convexas; 2) vasilhas fechadas, com corpo carenado, boca constrita, com diâmetro maior no corpo, base plana e levemente arredondada; 3) vasilhas abertas, com maior diâmetro na boca, base arredondada, borda direta, inclinada externamente, e apliques. Quatro eram as figuras zoomorfas aplicadas, com duas de cada lado do vasilhame.

As panelas para *cauim* presentes na gravura de Wilhelm von den Steinen não aparecem nos conjuntos etnográficos, assim como já não se fazem presentes nos lugares conhecidos por Coudreau. No final do século XIX, Coudreau coleta as vasilhas de servir e beber deixadas para trás, em cabanas já abandonadas. As cerâmicas históricas Juruna, não apresentam pinturas, exceto o uso de engobo vermelho aplicado na face externa da vasilha (nº1) coletada por Coudreau, e o ângulo bem marcado da carena, também observado nas gravuras de Wilhelm von den Steinen, é um traço característico das

cerâmicas do século XIX. Nos conjuntos etnográficos, observam-se ombros mais abaulados, uso de pinturas, que em geral, reproduzem os motivos incisos das cerâmicas arqueológicas – traços sinuosos e o ponteadado, variações na composição da pasta, composta por *caraipé*, e vasilhas zoomorfas, que a princípio, não notadas nas cerâmicas históricas, mas estão presentes nos conjuntos arqueológicos.

Figura 30: Morfologias das cerâmicas Juruna. Adaptado de Oliveira e Galvão (1969).

7.6. Descrição das coleções cerâmicas arqueológicas

Coleção Aldeia Kwatinemu

A coleção cerâmica Aldeia Kwatinemu é composta por 572 fragmentos cerâmicos, dos quais 432 foram analisados, além de duas vasilhas inteiras que também fazem parte da coleção. A maior parte dos fragmentos analisados é proveniente da

escavação da unidade de 1m², em que foi observado o predomínio de materiais decorrentes da ocupação Asurini nos primeiros níveis (superfície, níveis 1 e 2) e materiais associados a ocupações mais antigas nos níveis subsequentes (níveis 3, 4, 5, 6 e 7). Como mostra o gráfico abaixo, o nível 3 concentra a maior quantidade de fragmentos cerâmicos, já os níveis subsequentes, apesar de depósitos reduzidos e dispersos, indicam a existência de camadas mais profundas de ocupação no sítio.

Figura 31. Gráfico Coleção cerâmica Aldeia Kwatinemu

As características da pasta cerâmica dos diferentes níveis de escavação são bem similares quanto a sua composição, ou seja, a análise macroscópica aponta a existência dos mesmos elementos de pasta no conjunto cerâmico Asurini e no conjunto das cerâmicas antigas, quais sejam grãos minerais de quartzo, feldspato, óxidos de ferro, mica e turmalina. De modo que, com exceção do uso do cauixi em alguns fragmentos cerâmicos analisados, a diferença entre as cerâmicas Asurini e as cerâmicas antigas não repousa na relação presença *versus* ausência de determinados elementos na pasta de produção, mas em sua granulometria. Os fragmentos analisados apresentam pasta de produção constituída por grãos minerais de quartzo e feldspato, com menor ocorrência de grãos de óxidos de ferro (hematita/limonita). Elementos orgânicos como carvão e cauixi são mais raros. O carvão, devido à baixa visibilidade na pasta e ocorrência pontual nos fragmentos analisados, é provavelmente decorrente da queima de matérias orgânicas presentes na argila, não podendo ser caracterizado como elemento (tempero) adicionado durante o preparo da pasta. Já o cauixi remete à pasta de produção extremamente fina e porosa, distinguindo-se das cerâmicas do restante da coleção.

Tanto as cerâmicas Asurini quanto as cerâmicas antigas são caracterizadas pelo predomínio de pasta medianamente fina, com grãos minerais na fração grânulos e areia compondo cerca de 5% a 20% da pasta de produção. As pastas com granulometria fina, com 5% de grãos minerais em relação à fração argila, apesar de serem menos frequentes, estão associadas a vasilhas de menor espessura. Algo parecido ocorre com as pastas grosseiras com 30% de grãos minerais, comumente relacionadas a fragmentos mais espessos. A diferenciação dos conjuntos a partir da composição da pasta é muito tênue, considerando a associação da cerâmica Asurini aos níveis superiores (superfície, níveis 1 e 2) e da cerâmica antiga aos níveis inferiores (níveis 3 a 7), a análise das características da pasta de produção mostra que há uma porcentagem pouco maior de fragmentos cerâmicos com pasta medianamente fina nos níveis superiores e de pasta grossa nos níveis inferiores. Outro atributo de maior visibilidade é o predomínio de grãos de feldspato na pasta dos fragmentos dos níveis inferiores, associado às cerâmicas antigas. O cauxi também é um elemento de pasta restrito as cerâmicas não Asurini.

A técnica de manufatura empregada na confecção das vasilhas foi o acordelado, com indícios de alguns fragmentos modelados e fragmentos cuja técnica de manufatura não foi identificada, aspecto esse associado tanto a conservação do fragmento quanto ao grau de obliteração do rolete no processo de confecção do recipiente cerâmico. As vasilhas receberam alisamento fino aplicado na face interior e exterior dos recipientes, tratamentos crômicos com engobo vermelho e pinturas, acabamentos com roletado, incisão e filete aplicado na face externa. As pinturas e incisões são residuais, os desenhos ou motivos não são mais visíveis.

Os fragmentos cerâmicos mediram entre 3mm e 17mm de espessura, com predomínio de medidas entre 6mm e 11mm. Ainda que a maior parte dessa coleção seja composta por fragmentos de corpo e baixa quantidade de fragmentos de borda e base, não há uma associação direta entre espessura e partes distintas do corpo das vasilhas. O que se observa nas vasilhas inteiras, descritas mais adiante, é que há pouca variação na espessura do corpo, borda e base, ou seja, bordas e bases geralmente não apresentam espessuras muito distintas do restante do corpo da vasilha. De modo que a maior variação na espessura está relacionada a diferenças morfológicas e de volume/tamanho da vasilha. O grau de fragmentação, erosão e baixa frequência das bordas e bases, impossibilitaram projeções e análise morfológica da amostra cerâmica proveniente da escavação do sítio Aldeia Kwatinemu. As bordas preservadas são parte do conjunto Asurini, associadas a

vasilhas menores de contorno simples, estrias de alisamento visíveis, espessuras finas (5mm), lábios arredondados e sinais de uso.

Foto 23. Vasilha KTM 01-573 coleção sítio Aldeia Kwatinemu

As duas vasilhas inteiras que fazem parte da coleção Aldeia Kwatinemu estão associadas às cerâmicas antigas. A vasilha KTM 01 – 573 mede 10,7 cm de altura, 34 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura de lábio e 1,0 cm de espessura de corpo. Trata-se de uma vasilha irrestritiva, rasa, com contorno composto, inclinada internamente, lábio reforçado e arredondado, leve ângulo de carena – forma de tigela. A face externa encontra-se erodida. Na parte superior, entorno do lábio, observa-se a descamação de possível reforço do lábio/carena, *fired clouds* no corpo inferior decorrentes do processo de queima na produção, e resquício de pigmento branco associado à antiga faixa de pintura branca no perímetro superior da carena. Apesar do grau avançado de erosão, é possível observar traços do alisamento na face externa. Os fragmentos indicam queima completa de coloração ocre, pasta mais fina com grãos minerais de quartzo, feldspato e óxidos de ferro. A face interna mantém preservada a camada de alisamento fino e o fundo é levemente enegrecido. A fragmentação da base acompanha a orientação do rolete, tendo sido a vasilha confeccionada por meio da técnica do acordelamento. O contorno interno do corpo não acompanha o ângulo externo da carena, tal como ocorre com a segunda vasilha descrita a seguir. Apesar do tamanho, a vasilha é leve e de fácil manuseio. A base

é convexa, com fundo levemente plano. Vê-se resquício do depósito de fuligem na parte inferior da carena.

A vasilha KTM 01-574 mede 17 cm de altura, 21,2 cm de diâmetro a partir do limite exterior do lábio, 0,4 cm de espessura do lábio, 0,5 cm de espessura do corpo. Trata-se de forma restritiva, funda, com contorno complexo, borda tipo flange e carena. A face externa se encontra bem erodida, contudo ainda apresenta partes com a camada de alisamento e resquícios de pintura branca na parte superior, acima da carena. Há também sinais de uso associado ao depósito de fuligem no entorno da carena. As quebras indicam a existência de partes da vasilha com queima incompleta (com núcleo), pasta de produção com grãos minerais de quartzo e bastante feldspato. Na face interna, a vasilha apresenta maior parte da camada de alisamento fino, e superfície levemente escurecida no fundo e perímetro de maior diâmetro na parte interna, no ângulo interno da carena. A face externa da base pode ser considerada a parte em que a superfície se encontra mais erodida, o que provavelmente está relacionado não apenas ao maior desgaste, mas também ao processo de manufatura, com emprego de alisamento mais superficial, menos intenso, na face externa da base. A base apresenta forma convexa, com parte central levemente plana.

Foto 24. Vasilha KTM 01- 574 coleção sítio Aldeia Kwatinemu

Coleção Avatikirera

A coleção cerâmica do Avatikirera é composta por 146 fragmentos, sendo 85 provenientes da coleta de superfície e tradagem 1, e 61 fragmentos da tradagem 2. A

maior parte da amostra das cerâmicas de superfície são Asurini. O oposto ocorreu na tradagem 2, em que os fragmentos foram coletados entre 20 cm e 80 cm, com predomínio das cerâmicas antigas nas camadas de terra preta cujo depósito atingiu 60cm de profundidade. De maneira geral, ambos os conjuntos apresentam fragmentos de vasilhas confeccionadas por meio do acordelamento de roletes. A maioria dos fragmentos analisados corresponde ao corpo superior ou inferior das vasilhas, contudo, algumas bordas e bases também fazem parte das categorias analisadas. A pasta das vasilhas é fina, composta basicamente por argila com grãos minerais de quartzo e grãos de feldspato, mica e óxidos de ferro (limonita/hematita), estes últimos com menor visibilidade.

Foto 25. Coleção cerâmica sítio Avatikirera.

Os recipientes tinham corpo com espessura entre 4mm e 9mm, sendo mais frequente fragmentos com 7mm de espessura. Os acabamentos de superfície identificados estão relacionados a alisamentos finos que deixaram, em alguns exemplares, lustros associados ao polimento. Na coleção Avatikirera observa-se nas cerâmicas Asurini uma

camada avermelhada nas superfícies interna e externa dos fragmentos, nesse caso, associada tanto ao engobo quanto possivelmente à *titiva* – resina vegetal da casca do ingazeiro (*Inga sp.*) comumente utilizada pelas mulheres Asurini na produção de suas vasilhas. Nos fragmentos com a superfície mais preservada a diferenciação entre o engobo e a *titiva* é feita pela observação da espessura da camada crômica, em que o engobo apresenta camada mais densa, maior variação na gradação do vermelho e ausência de estrias resultantes da sua aplicação. O oposto ocorre com as características da *titiva*, a qual apresenta camada avermelhada mais fina e estrias resultantes da sua aplicação. A visualização desses traços é facilitada por meio da análise binocular. Além disso, essas diferenças ficam mais claras dependendo do grau de preservação do fragmento, como tamanho e estado de conservação das superfícies dos fragmentos. No conjunto das cerâmicas antigas há registro de acabamentos plásticos como corrugado, roletado, ungulado e digitungulado, estes últimos localizados nos fragmentos de borda e lábio. As bordas associadas às cerâmicas Asurini remetem a vasilhas com abertura irrestritiva, profundidade rasa, contorno simples, face externa rugosa lembrando um corrugado “mal acabado”, o qual poderia ser visto também como um alisamento grosseiro – correspondente à forma *jape’e* registrada etnograficamente.

Foto 26: Peça KTM 2 – 21/28 – borda com corrugado “mal acabado” – Forma 2, fragmento de possível *jape’e* Asurini.

As projeções dos fragmentos de borda remetem ao conjunto contextualizado como parte da ocupação Asurini. De modo que todas as bordas apresentam aspectos morfológicos que resultaram em projeções similares às vasilhas etnográficas. É o caso das formas 1 e 2 correlatas ao tipo *jape’e*, a forma 4, ao *japepa’í*, e a forma 5, à *yawa*

(para outras projeções e descrição detalhada ver o anexo ao final deste capítulo). Uma das bases desse mesmo conjunto também pode ser correlacionada às bases que dão forma ao tipo *japepa'í*.

Figura 32. Formas coleção cerâmica Avatikirera

Coleção Kwatinemu Velho

A coleção Kwatinemu Velho é composta por 809 fragmentos cerâmicos, sendo a análise pautada em 415 fragmentos classificados como corpo (306), bordas (36), lábios (14), bases (56), carena (1) e pescoço (2) das vasilhas. A coleção cerâmica desse sítio apresenta maior variabilidade relacionada, especialmente, aos acabamentos de superfície, com pinturas, engobos vermelho e branco, roletados, incisões e applique zoomorfo. Assim como as coleções já mencionadas, o conjunto cerâmico da Aldeia Kwatinemu Velho é constituído por cerâmicas Asurini situadas nos primeiros níveis de escavação (da superfície ao nível 2), e as cerâmicas antigas encontradas em todos os níveis do solo (da superfície ao nível 4). Pela frequência de distribuição estratigráfica da cerâmica observa-se uma redução de fragmentos no nível 2 e aumento de 97% da frequência da cerâmica do nível 3 em relação ao nível 2, o que indica a existência de camadas de deposição mais visíveis no nível 1 e entre os níveis 2 e 4.

Figura 33: Gráfico Coleção cerâmica Kwatinemu Velho

Os fragmentos indicam a confecção de vasilhas por acordelamento, com pasta composta pela combinação de grãos minerais de quartzo e feldspato, algumas vezes associados à mica, óxidos de ferro e carvão residual. Fragmentos com cauxí foram identificados nos níveis 1 e 3 e estão relacionados à pasta fina e porosa, com grãos minerais em menor proporção e tamanho. A espessura dos fragmentos indica a confecção de vasilhas com espessuras mais finas (entre 4 mm e 10mm) e vasilhas de maior espessura (até 23mm). As cerâmicas do conjunto Asurini compõem a maior parte da coleção e esse aspecto parece ter influenciado no predomínio de pastas mais finas e maior índice de queima incompleta.

Foto 27. Coleção sítio Aldeia Kwatinemu Velho

As três vasilhas semi-inteiras que fazem parte dessa coleção foram coletadas na superfície do solo e estão associadas à ocupação Asurini.

A vasilha KTM 3 – nº1 mede 7,8 cm de altura, 18 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura de lábio e 0,4 cm de espessura de corpo. Trata-se de vasilha irrestritiva, contorno composto, borda levemente cambada com inclinação externa, lábio arredondado e base plana (típica de um *japepaí eté*). Ambas as faces apresentam alisamento fino, com estrias de alisamento visíveis. O fundo da vasilha na face interna encontra-se mais erodido, com rachadura que acompanha os roletes. Nas quebras é possível observar pasta fina com grãos de quartzo e mica, resultado de queima completa com gradação ocre. Na face externa, há sinal de fuligem, resquício de resina queimada e *fired cloud* associada à queima de produção. A partir das formas etnográficas é possível considerar essa pequena vasilha uma variação da forma *ja'e* ou *japepa'i*.

A vasilha KTM 3 – nº 2 mede 10,7 cm de altura, 34 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura de lábio e 1,0 cm de espessura de corpo. Trata-se de vasilha irrestritiva com contorno simples, borda direta com inclinação externa, lábio arredondado, base convexa com fundo levemente plano. Ambas as faces da vasilha foram bem alisadas, especialmente a face interna. A quebra indica pasta de produção fina com grãos de feldspato e queima completa de coloração bege. Há sinais de uso associados à deposição de fuligem na face externa e depósito carbônico no fundo interno da base.

Foto 28. Coleção sítio Kwatinemu Velho

A vasilha KTM 3 – nº 3 mede 17,7 cm de altura, 37,7 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura de lábio e 0,4 cm de espessura de corpo. Trata-se de vasilha irrestritiva com contorno composto, borda extrovertida com inclinação externa, lábio arredondado e dobrado, base plana. Ambas as faces da vasilha foram bem alisadas, com superfície

avermelhada do uso de resina vegetal (*titiva*) e possível resquício de resina na face externa. A quebra indica pasta de produção fina e queima completa com coloração na gradação bege. Há sinais de uso associados à deposição de fuligem na face externa e depósito carbônico no fundo da base na face interna. Trata-se de um *japepa'í* Asurini.

Foto 29. Japepaí coleção sítio Kwatinemu velho

Assim como observado para o sítio Aldeia Kwatinemu, a diferença entre as cerâmicas Asurini e as cerâmicas antigas na coleção Kwatinemu Velho é mais visível a partir da granulometria e frequência dos grãos de feldspato na pasta. De modo que as cerâmicas antigas possuem pasta com grãos minerais em maior proporção e tamanhos. Além disso, os grãos de feldspato tendem a ser mais visíveis nesse conjunto. As diferenças também estão relacionadas à existência de determinadas acabamentos de superfície e predomínio de vasilhas de menor espessura no conjunto Asurini. Já as morfologias com lábios tipo flange, ombros bem marcados, tratamentos de superfície com engobo vermelho, pigmentos brancos (resquícios de pintura) e incisões, são comuns no conjunto da cerâmica antiga. O predomínio de fragmentos de corpo com superfícies apenas alisadas, entretanto, nem sempre torna a diferenciação entre as cerâmicas Asurini e antigas muito óbvia. Um exemplo disso são as bordas que deram origem à projeção morfológica da forma 5, a qual apresenta características de pasta e acabamento de superfície que podem estar correlacionados a ambos os conjuntos. Já as formas 1, 2, 3 e 6 estão associadas ao conjunto das cerâmicas antigas, e a forma 4 associada à cerâmica Asurini.

Figura 34. Formas cerâmicas coleção sítio Kwatinemu Velho

Coleção Itapemuã

A coleção cerâmica Itapemuã é composta por 797 fragmentos, dos quais foram analisados 746 fragmentos representados nas categorias de lábio (5), borda (42), corpo (471), carena (3), ombro (3), aplique (3) e base (211). A amostra analisada indica que as vasilhas foram confeccionadas por meio do acordelamento de roletes, aplicação de reforço no acabamento da borda e do ombro de alguns recipientes. Há registro de uma única peça modelada cuja forma não foi identificada. A pasta de produção das vasilhas é composta por grãos minerais de quartzo e feldspato, óxidos de ferro (hematita e limonita), turmalina e plaquetas de mica. Assim como nas outras coleções, o carvão ocorre de forma residual. Trata-se de cerâmicas com maior proporção (20%-30%) de grânulos e areia em relação à fração argila, aspecto esse que diferencia essa coleção das outras já descritas. Os fragmentos indicam vasilhas com espessuras entre 2mm e 30mm e predomínio de espessuras entre 4mm e 13mm, sendo os fragmentos mais espessos (20mm e 30mm) associados à base e ao corpo inferior das vasilhas.

A quase totalidade (92%) dos fragmentos cerâmicos apresentou resultado de queima completa. Nessa coleção poucos fragmentos apresentam características correlacionadas à cerâmica Asurini, sendo a maioria associada às cerâmicas antigas. Os fragmentos das vasilhas Asurini remetem às formas de contornos simples ou contorno composto com bordas extrovertidas. Tendo em vista que esses mesmos aspectos morfológicos são comuns às cerâmicas antigas, um dos traços de maior visibilidade e que

diferencia os fragmentos das vasilhas Asurini está na menor proporção de grãos de areia na pasta, na preservação dos sinais de aplicação da resina vegetal (*titiva*), e no que pode-se tratar como lentes mais finas de alisamento da superfície das vasilhas, com estrias e lustro decorrentes desse processo.

Foto 30: Coleção Itapemũu: fragmentos de borda de vasilhas cerâmicas Asurini.

As cerâmicas antigas apresentam pasta de produção com maior granulometria, fragmentos erodidos que perderam a camada de impermeabilização, o que deixou a pasta exposta e as superfícies (interna ou externa) com textura mais áspera ao toque. Além desses traços sutis, decorações plásticas como entalhado, digitado, corrugado, roletado, excisões, incisões com desenhos triangulares, ondulados e espiralados, apliques zoomorfos, pinturas ou resquícios de pigmentos em vermelho, preto ou amarelo foram identificados no conjunto das cerâmicas antigas. As bordas que resultaram na projeção morfológica remetem a formas associadas a esse conjunto (Ex.: formas 5, 15 e 17) após a confecção do corpo estrutural da vasilha. Em outros casos, ombro e carena ganham forma no processo de confecção do próprio corpo da vasilha, em que o contorno externo reflete o contorno interno e vice-versa.

Assim, na coleção Itapemũu há maior visibilidade das bordas com flange e fragmentos de corpo com carenas e ombros. As flanges acompanhavam tanto vasilhas rasas e irrestritivas quanto as vasilhas mais fundas e restritivas. O modo como a flange foi confeccionada apresenta variações. No Itapemũu há flanges produzidas pelo alargamento do lábio, com ângulo apenas na parte interior da vasilha, e há flanges produzidas com a adição de reforço na face externa do lábio/borda, formando ângulo na face interna e

externa da vasilha. Algo semelhante também ocorre com a confecção de ombros e carenas. Algumas vasilhas apresentam reforços na face externa que dão forma ao ombro/carena, ou seja, o ombro e a carena seriam resultado da adição de pasta/rolete

Figura 35. Formas cerâmicas sítio Itapemuu

Parte da amostra analisada (27%) apresentou sinais de uso associados ao enegrecimento da face interna dos fragmentos e à fuligem, os quais correspondem aos sinais comuns das dinâmicas de uso das vasilhas. O primeiro normalmente é relacionado a depósitos carbônicos resultantes da cocção de alimentos, fermentação e armazenamento de líquidos. Já o segundo, é decorrente do contato da superfície externa dos recipientes com o fogo. Por se tratar de fragmentos, ou seja, análise parcial das vasilhas, é preciso ponderar que tanto o enegrecimento quanto a fuligem podem resultar dos processos pós-deposicionais. Contudo, fatores pós-deposicionais tendem a atuar de forma mais abrangente, deixando marcas visíveis em um maior número de fragmentos. Um exemplo disso é a erosão que, a despeito de também ser relacionada ao uso e a tecnologia de manufatura das vasilhas, processos que podem tornar a cerâmica mais ou menos suscetível às ações erosivas, está intimamente ligada às condições do solo, intempéries e tempo de deposição dos fragmentos cerâmicos. Outro aspecto que corrobora indicar o enegrecimento e a fuligem como sinais de uso é o padrão de localização desses na superfície interna ou externa dos fragmentos, haja vista que a atuação dos fatores pós-

deposicionais não é seletiva, apresentando marcas aleatórias nas cerâmicas. É o caso da presença de fuligens na quebra dos fragmentos.

Coleção Cerâmica Itapemuu

Foto 31. Coleção cerâmica sítio Itapemuu

Coleção Akapepugi

A coleção cerâmica Akapepugi é composta por 281 fragmentos, destes apenas dois em subsuperfície. Nesse conjunto identificam-se fragmentos cerâmicos associados ao corpo das vasilhas (222), bases (34), bordas (14), ombros (6) e pescoço (2). Essa pequena amostra de cerâmicas é composta basicamente por fragmentos de vasilhas Asurini, com pasta fina constituída por grãos minerais de quartzo, e com menor visibilidade de grãos de feldspato, limonita/hematita e mica. A quase totalidade da cerâmica apresenta queima completa (93%).

A análise indica que as vasilhas possuíam espessura entre 4mm e 22mm, com predomínio de fragmentos com espessura entre 5mm e 7mm, acabamento de superfície com alisamento fino, engobo vermelho, resquício de pintura em vermelho e branco, incisões, roletados e corrugado mal alisado. Apenas 10% do total de fragmentos apresenta possíveis sinais de uso, como depósito carbônico e fuligem. No entanto, mais

de 60% possui a superfície com algum tipo de desgaste ou erosão. Apesar disso, nenhum fragmento se encontra totalmente erodido, pois o nível de erosão ainda possibilita a visualização da superfície de alisamento.

Coleção Taiuviaka

A coleção cerâmica Taiuviaca é composta por 92 fragmentos cerâmicos, categorizados como corpo (76), bases (11), bordas (4) e lábio (1). Em geral os fragmentos apresentaram tamanho entre 2cm e 4cm, com o maior fragmento medindo 10cm em sua largura máxima. Nesse pequeno conjunto, portanto, a cerâmica se encontra bem fragmentada. Trata-se de cerâmica com pasta, espessura e alisamento finos. A pasta é composta por grãos minerais de quartzo e mica, com predomínio de grãos minerais <1 mm e em proporção de 5%-10% em relação à fração argila. Os fragmentos apresentam espessura entre 4mm e 10mm, com predomínio de espessuras de 7mm e 8mm.

As vasilhas possuíam acabamentos de superfície com alisamento fino, pinturas em vermelho, polimento e resina vegetal (*titiva*), esta última resultando em camada fina de coloração avermelhada. A queima de produção é completa de coloração na gradação bege. Alguns fragmentos parecem ter feito parte de uma mesma vasilha pela semelhança na coloração da queima, espessura e alisamento, porém não remontam. A maior parte da cerâmica dessa coleção não possui erosão na superfície e apresenta bom estado de preservação. Tendo em vista o número reduzido de fragmentos, especialmente bordas, há pouca informação sobre a morfologia das vasilhas. As duas formas identificadas foram correlacionadas a vasilhas irrestritivas de profundidade média, sendo uma de contorno simples e lábio arredondado, e a outra de borda extrovertida, contorno complexo com ombro e lábio arredondado.

Coleção Maritaiva'pijá

A coleção cerâmica Maritaiva'pijá é composta por 49 fragmentos provenientes tanto da coleta em superfície quanto de intervenções em subsuperfície. Apesar de se tratar de uma amostra muito reduzida, é possível fazer algumas observações sobre a cerâmica. Nesse conjunto há fragmentos de corpo (40), borda (1), ombro (3) e base (5), associados a vasilhas confeccionadas por acordelamento de roletes, pasta mais grossa com grãos de quartzo e feldspato na fração grânulos e areia, queima completa, acabamentos de

superfície com corrugado, roletado e applique. Os fragmentos indicam a produção de vasilhas com espessura entre 4 mm e 22mm. A borda remete à vasilha restritiva de contorno simples e lábio arredondado. A maior parte dos fragmentos provenientes das tradagens são menores que 2cm e não possibilitaram a leitura das características morfológicas, somente dos atributos relacionados à pasta de produção. Neste aspecto, não há diferenças macroscópicas entre as cerâmicas coletadas em profundidade e aquelas da superfície do solo. As cerâmicas dessa coleção se encontram com as superfícies intensamente erodidas.

Coleção Kumanayká

A coleção cerâmica Kumanayká é composta por 402 fragmentos categorizados como corpo (246), borda (35), lábio (6), ombro (4), base (56) e bolota de argila (1). A maior parte da coleção é resultado da coleta de superfície. A pasta de produção é composta por grãos minerais de quartzo, feldspato, turmalina, plaquetas de mica e óxidos de ferro (limonita/hematita). A granulometria da pasta é mais fina. Embora a proporção de minerais na fração areia seja maior (10%-20%), há o predomínio de grãos menores que 1mm, o que deixa a pasta com aspecto menos grosseiro.

Foto 32. Coleção cerâmica sítio Kumanuyká

Os fragmentos analisados apresentam espessura entre 2mm e 22mm, e maior frequência de espessuras entre 4mm e 7mm. As vasilhas receberam acabamentos de superfície com ungulado nos lábios, roletado na face externa, incisões com traços finos, superficiais e curvilíneos. A coleção Kumanayká é a única que apresenta vasilhas com pinturas mais visíveis nas cores vermelha, branca, preta e amarela. Uma das peças (KTM 9-381) é pintada com a sobreposição de traços em vermelho e preto sobre engobo amarelo na face interna, e pintura vermelha e resquícios de resina na face externa. Embora resina e pintura tenham sido identificadas, a maior parte da cerâmica possui apenas alisamento ou superfícies totalmente erodidas.

A morfologia das vasilhas projetadas remete a formas com profundidade média, contorno composto, borda introvertida com inclinação interna e lábios arredondados; borda com contorno complexo, com ombro e boca extrovertida, também faz parte do conjunto, assim como miniaturas de lábio reforçado e borda extrovertida com ombro. A quase totalidade dos fragmentos possui queima oxidante completa, sem núcleo escuro. Há também possíveis sinais de uso, associados a depósito carbônico no fundo e fuligem na face externa.

Figura 36. Formas coleção cerâmica sítio Kumanuyká

Coleção Araypijá

A coleção cerâmica Araypijá é composta por 172 fragmentos identificados como corpo (103), bordas (21), lábios (4), ombros (5), bases (28) e bolotas de argila (1). A maior parte dos fragmentos é proveniente de coleta de superfície (142), e apenas alguns, das intervenções em subsuperfície (30). A análise macroscópica da cerâmica indica a produção de vasilhas com pasta composta por grãos minerais de quartzo, feldspato, turmalina, mica, limonita/hematita. A pasta pode ser considerada fina, com menor proporção (5%-10%) de grãos minerais na fração areia. Os fragmentos possuem espessura entre 2mm e 30mm, com maior frequência de cerâmicas com espessuras de 4mm. Os acabamentos de superfície identificados estão relacionados à produção de corrugados, incisões, engobo vermelho e alisamentos. As cerâmicas analisadas se encontram bem erodidas, porém com camadas de alisamento parcialmente preservadas.

Foto 33. Coleção cerâmica sítio Araypijá

A queima de produção é predominantemente completa. Alguns fragmentos possuem sinais de uso, como face interna enegrecida por depósito carbônico. A fuligem

se encontra disposta em ambas as faces dos fragmentos, interna e externa, o que favorece sua compreensão como parte de processos pós-deposicionais. As bordas projetadas remetem tanto a vasilhas irrestritivas, rasas, com contorno simples ou composto, quanto a vasilhas restritivas com contorno composto, ombros e boca extrovertida. Ressalta-se a borda KTM 10-119 (Forma 5) associada à vasilha de lábio fletido ou mais comumente classificada como borda cambada. Trata-se de morfologia menos recorrente, com diâmetro de vasilha de maior capacidade volumétrica ($\varnothing$ 44 cm). Nesse conjunto também há bordas de vasilhas em miniatura com contornos simples, composto ou complexo, carenas e bordas extrovertidas.

Figura 37. Formas cerâmicas sítio Araypijá

Coleção Jaunapina

A coleção cerâmica Jaunapina é composta por apenas dez fragmentos classificados como corpo, borda e base. Trata-se de fragmentos de vasilhas de pasta fina com grãos de quartzo e feldspato, queima completa e espessuras entorno de 7mm. Observam-se acabamentos de superfície com alisamento, roletado e resquícios de pigmentos em vermelho. Algumas peças apresentam fuligem na face externa e camada de depósito carbônico na face interna.

Foto 34: Coleção Jaunapina, fragmentos de vasilhas cerâmicas

Coleção Ypukui

A coleção cerâmica de Ypukui é composta por 187 fragmentos categorizados como corpo (131), bordas (21), pescoço (5), carena (1), ombro (1) e base (28). A amostra analisada é proveniente da coleta realizada na superfície do solo. A pasta de produção é caracterizada pela presença de grãos minerais de quartzo, feldspato, turmalina, limonita/hematita, mica e carvão, este último provavelmente relacionado à queima de matéria orgânica na argila. A pasta é fina, com grãos minerais menores que 1mm em porcentagem aproximada de 10% em relação à fração argila. Os fragmentos possuem espessura entre 2mm e 22mm, com predomínio de espessuras entorno de 6mm e 8mm. As vasilhas com pasta e espessuras mais finas receberam alisamentos que deixaram estrias visíveis na superfície dos fragmentos, além de tratamentos crômicos como engobo e pintura em vermelho, branco e amarelo.

As bordas remetem a vasilhas de maior tamanho, com borda extrovertida, contorno composto e alisamento fino em ambas as faces, como a forma *japepa'í*, ou bordas diretas de contorno simples e alisamento grosseiro na face externa, como a forma *jape'é*. Dentre as bordas, registra-se também uma forma de boca flexionada ou cambada. As bases que compõem a coleção são planas, e uma delas corresponde a um fragmento de possível torrador/assador, com espessa camada de fuligem na face externa. A coleção de Ypukui é associada basicamente à cerâmica Asurini. Observa-se, todavia, a presença de cerâmicas com superfícies totalmente erodidas, pasta de produção mais grosseira e maior proporção de grãos de feldspato. A pasta e o estado de conservação dessas cerâmicas as diferenciam do conjunto Asurini.

Foto 35: Coleção cerâmica sítio Ypukui

Coleção Tapypiri

A coleção cerâmica Tapypiri é composta por alguns poucos fragmentos (26) e oito vasilhas inteiras e parcialmente inteiras. Dentre estas, três permaneceram com os Asurini. Essas vasilhas foram os únicos objetos das antigas aldeias que os Asurini tiveram interesse em manter junto a eles. A coleção Tapypiri é constituída basicamente por vasilhas produzidas pelos antepassados dos Asurini, do tempo em que a aldeia foi habitada por seus parentes. Trata-se de cerâmicas com pasta de produção e espessura extremamente finas (5mm – 8mm).

A pasta pode ser caracterizada pela presença de grãos minerais de quartzo e mica. O acabamento de superfície de maior visibilidade é o alisamento, muitas vezes acompanhado por uma fina camada de coloração avermelhada, possivelmente associada à aplicação de seiva vegetal (*titiva*), além de resquícios de engobo amarelo. A queima de produção é completa, com gradações de bege e ocre. No processo de queima, algumas vasilhas ficaram com *fired cloud* em sua superfície, em decorrência do contato dos recipientes com a fogueira. Alguns sinais de uso também são visíveis, como fuligem e depósito carbônico no interior das bases. Parte das manchas de escurecimento ou

descoloração na superfície das vasilhas também resulta da formação de pátinas e infestação biológica (ver SILVA e CUNHA LIMA, 2015).

Foto 36. Coleção cerâmica sítio Tapypiri

Dentre os fragmentos, observam-se bases planas, borda extrovertida ou direta, esta última relacionada à vasilha irrestrita de contorno simples, corpo mais espesso e alisamento grosseiro na face externa. Tais características remetem à forma *jape'e* Asurini. Já a borda extrovertida provavelmente está associada a um grande *japepa'í*, pois outras partes do corpo indicam tratar-se de vasilha com maior volume, pasta rica em mica, muito bem alisada, corpo com espessura de 5 mm, resquícios de pigmento amarelo na face externa e borda com face interna enegrecida.

O conjunto das vasilhas inteiras e semi-inteiras apresenta maior variabilidade formal.

A vasilha 1 foi classificada pelas mulheres Asurini como *ja'eniwa*. A peça coletada refere-se a uma vasilha de corpo esférico, contorno fechado, alisamento fino, borda extrovertida, lábio levemente dobrado, base convexa. A *ja'eniwa* obteve as seguintes medidas: 21cm de diâmetro de boca, 24cm de diâmetro máximo do corpo, 13,5cm de altura, 0,5cm de espessura das paredes do corpo, 10cm de diâmetro da base.

A vasilha 2 foi identificada como uma *yawa*, forma de corpo elíptico, contorno restritivo, pescoço, alisamento fino, camada de resina vegetal (*titiva*), pigmento vermelho, perda da borda provavelmente em virtude do uso, base plana. A *yawa* obteve as seguintes medidas: 14 cm de diâmetro de boca, 21cm de diâmetro máximo do corpo, 15,5cm de altura, 0,5cm de espessura das paredes do corpo.

A vasilha 3 pode ser classificada como um *kavioí*, forma que muitas mulheres desconhecem (SILVA, comunicação pessoal), forma de corpo cilíndrico, restritiva,

contorno simples, borda direta com inclinação interna, lábio levemente dobrado, base plana, alisamento fino com aplicação de resina vegetal (*titiva*), manchas de queima no corpo e base. O *japu* obteve as seguintes medidas: 11 cm de diâmetro de boca, 20cm de diâmetro máximo do corpo, 21cm de altura, 1cm de espessura das paredes do corpo, 19cm de diâmetro da base.

Foto 37. Vasilhas cerâmicas 1, 2 e 3 (da esq. para a dir.). Coleção sítio Tapypipiri.

As demais vasilhas foram registradas em campo e laboratório. A vasilha 4 é um *japepa'í*, forma recorrente nos conjuntos cerâmicos Asurini. Trata-se de uma panela com corpo esférico, irrestritiva, contorno composto, borda extrovertida inclinada externamente, lábio arredondado, alisamento fino na superfície interna e externa, base plana com erosão na face externa, depósito carbônico no fundo interno da base, manchas de queima no corpo e base. O *japepa'í* obteve as seguintes medidas: 26 cm de diâmetro de boca, 27cm de diâmetro máximo do corpo, 15,5cm de altura, 0,5 cm de espessura das paredes do corpo, 13,5cm de diâmetro da base.

A vasilha 5 foi nomeada como *japepaí'eté*. É uma panela de corpo semiesférico, levemente restritiva, com contorno composto, borda extrovertida de inclinação externa, lábio arredondado, base plana, alisamento fino, resquício da aplicação de seiva vegetal (*titiva*) na face interna, manchas de queima na face interna e na borda. Esse *japepaí'eté* obteve as seguintes medidas: 37,5cm de diâmetro de boca, 40cm de diâmetro máximo do corpo, 22,5cm de altura, 0,5cm de espessura das paredes do corpo, 21,5cm de diâmetro da base. Conforme Silva e Cunha Lima (2015, p. 134), as marcas de uso dessa vasilha indicam que ela provavelmente foi pouco utilizada, o que é corroborado pela baixa visibilidade de sinais decorrentes de resíduos alimentares impregnados no corpo cerâmico, especialmente na superfície e no núcleo da base.

A vasilha 6 foi nomeada pelas mulheres Asurini de *japepaí'pevi*. Refere-se a uma vasilha irrestritiva, rasa, com borda levemente extrovertida, lábio arredondado, base

plana, alisamento fino em ambas as faces – interior e exterior –, com superfície avermelhada de provável aplicação de seiva vegetal (*titiva*) na face externa. O *japepaí'pevi* obteve as seguintes medidas: 34cm de diâmetro de boca, 31cm de diâmetro máximo do corpo, 10,5cm de altura, 0,5cm de espessura das paredes do corpo. As manchas observadas na face interna são decorrentes de processo de queima e infestação biológica. A vasilha não apresenta marcas de que tenha sido levada ao fogo (SILVA e CUNHA LIMA, 2015, p. 136).

Tapypiri: Vasilha 4

Foto 38. Vasilha 4 cerâmica coleção sítio Tapypipiri

A vasilha 7 também foi nomeada como *japepaí'eté*. Possui corpo esférico, contorno fechado, alisamento fino, *titiva* na face externa, borda extrovertida com inclinação externa, lábio arredondado com quebra e base plana. A vasilha está fragilizada devido a rachaduras e fragmentação. Esse *japepaí'eté* obteve as seguintes medidas: 42cm de diâmetro de boca, 48cm de diâmetro máximo do corpo, 25 cm de altura, 0,8cm de espessura das paredes do corpo, 20cm de base.

Tapypiri: vasilha 5

Foto 39. Vasilha 5 cerâmica coleção sítio Tapypiri

Tapypiri: vasilha 6

Foto 40. Vasilha 6 cerâmica coleção sítio Tapypiri

Como observado por Lima (comunicação pessoal), as manchas claras na face externa dessa vasilha são decorrentes de bioinfestações e processo de biodeteriorização de sua superfície. A face interna desse *japepaí'eté* é constituída por espessa camada de depósito carbônico, o que é possível observar na superfície interna da base e no perfil da quebra.

Tapypiri: vasilha 7

Foto 41. Vasilha 7 em processo de restauro e reconstituição. Coleção sítio Tapypiri

Por fim, a vasilha 8, a qual podemos dizer que também corresponde a um *japepaí*. Essa peça, assim como todas as outras, foi coletada em superfície e remontada em laboratório. Trata-se de forma esférica, irrestritiva, com contorno composto, borda extrovertida inclinada externamente, lábio arredondado, base convexa, alisamento fino nas faces interna e externa, com superfície avermelhada em decorrência de provável aplicação de resina vegetal (*titiva*), sinais de uso associado à fuligem no perímetro de maior diâmetro do corpo e mancha escura no fundo interno da base aparentemente não associada a depósito carbônico. Esse *japepaí* obteve as seguintes medidas: 30 cm de diâmetro de boca, 25cm de altura e 0,7cm de espessura das paredes do corpo.

Tapypiri: vasilha 8

Foto 42. Vasilha 8 cerâmica coleção sítio Tapypiri

Coleção Uirasimbé

A coleção Uirasimbé é constituída por apenas doze fragmentos cerâmicos coletados na superfície do solo. Trata-se de bordas (3), bases (7) e corpo (1). Essas cerâmicas apresentam pasta fina com quartzo, feldspato, turmalina e mica. Os grãos minerais possuem menor dimensão (<1mm) e proporção (5%-10%) em relação à argila. A espessura dos fragmentos também é fina (4 mm-7 mm). O único fragmento que não possui essas características é uma base (fotos 1 e 2) com pasta mais grosseira e maior espessura (25 mm).

Foto 43. Coleção cerâmica sítio Uirasimbé

No geral, trata-se de um pequeno conjunto de cerâmicas com a superfície já bem erodida. Contudo, em alguns fragmentos é possível visualizar alisamentos finos com estrias que acompanham a orientação horizontal dos roletes. A queima de produção é predominantemente completa, com três fragmentos de queima incompleta ou núcleo escurecido. Essas cerâmicas são possivelmente Asurini, pois apresentam as mesmas características formais dos conjuntos cerâmicos já descritos e conhecidos etnograficamente. O fragmento da base de maior tamanho, como havia observado o pajé Moreyra, também é parte de uma vasilha Asurini, neste caso, fragmento da base da grande vasilha ritual *tauva rukaia* que teria sido retirado de uma antiga aldeia e deixado em Uirasimbé.

Coleção Myrina

A coleção cerâmica Myrina é composta por 358 fragmentos, duas vasilhas parcialmente inteiras e uma vasilha inteira. A amostra de fragmentos analisada é composta por bordas (15), lábios (5), pescoço (1) e corpo (316). A pasta de produção das cerâmicas desse conjunto é composta por grãos minerais de quartzo e feldspato, com menor visibilidade de óxidos de ferro, turmalina e mica. Os grãos minerais apresentam tamanho aproximado de 1mm e frequência entre 5% a 10% em relação à fração argila, tal característica é própria do que se qualifica como pasta fina. Contudo, há também uma frequência significativa de pasta com grãos de areia entre 10% a 20%, qualificada como pasta medianamente fina, ou seja, a pasta com grãos de areia em maior proporção e visibilidade macroscópica. A cerâmica resultante das intervenções em subsuperfície é reduzida e de poucos atributos diagnósticos. Contudo, as características da pasta são distintas do conjunto cerâmico Asurini, especialmente as cerâmicas dos níveis 2 e 3.

Foto 44. Coleção cerâmica sítio Myrina.

O corpo das vasilhas também possui menor espessura, entre 4mm e 9mm. Mas há fragmentos com espessuras ainda mais finas 2mm-3mm, ou mais espessos, entre 10mm e

20mm. O acabamento de superfície mais visível é o alisamento e as estrias deixadas em sua aplicação. Há pouca visibilidade de pinturas que possam ter existido, de modo que todos os fragmentos possuem alguma erosão ou desgaste. Em alguns poucos fragmentos observam-se tratamentos crômicos com engobo amarelo e vermelho, resquício de pintura vermelha, decorações plásticas com traços incisos, corrugado e digitado. Algumas peças com superfície avermelhada apresentam sinais da aplicação de resina vegetal (*titiva*), ou seja, uma lente extremamente mais fina que o engobo, mas que, assim como este último, pode ser facilmente identificada em decorrência da diferença de cor e opacidade em relação à superfície da cerâmica. O resultado de queima, observado a partir das quebras dos fragmentos, é de queima completa com coloração na graduação bege e ocre, e queima incompleta com núcleo. A maioria das cerâmicas de Myrina apresenta sinais de uso, com face interna enegrecida e muita fuligem.

Foto 45. Vasilha cerâmica coleção sítio Tapypiri.

A vasilha acima possui forma do tipo *japepaí*; possui corpo com ombro acentuado, borda extrovertida, abertura restritiva, alisamento fino, seiva vegetal na face interna, lábio fino, arredondado e levemente dobrado – traço esse característico em muitos dos fragmentos de borda das cerâmicas arqueológicas Asurini, cujo detalhe pode

ser observado no fragmento de borda de outra vasilha do conjunto de imagens anterior. Há quebras na borda. Como mostra a análise das marcas de uso de outras vasilhas, essas quebras podem ser decorrentes do uso (SILVA e CUNHA LIMA, 2015). Esse *japepaí* obteve as seguintes medidas: 25cm de diâmetro de boca, 35cm de diâmetro máximo do corpo, 20cm de altura, 0,5cm de espessura das paredes do corpo e 15cm de base. Assim como observado na superfície de outras vasilhas, as manchas claras na face externa dessa vasilha são decorrentes de bioinfestações (Cf. SILVA e CUNHA LIMA, 2015). A face interna desse *japepaí* é constituída por espessa camada de depósito carbônico, e a face externa por fuligem concentrada no perímetro do ombro. Parte das manchas escuras na face interna é decorrente da queima. Algo que realmente impressiona nessa vasilha é a perfeição simétrica e de proporcionalidade. Como observado por Silva (2000, 2009b) para as cerâmicas Asurini atuais, essa característica remete a um grande domínio da tecnologia cerâmica entre as mulheres que desde cedo desenvolvem a percepção das regras de proporcionalidade. O ombro acentuado, a base um pouco mais destacada, a espessura e a pasta mais fina são propriedades físicas que demandam muito controle do processo de dar forma à vasilha, pois tudo isso oferece alto risco de quebra ou de rachadura da vasilha durante a manufatura. A proporção entre diâmetro da base e expansão do ombro é fundamental para essa forma, pois uma base menor ou ombro maior não proporcionaria equilíbrio. Tanto o ângulo existente entre base e ombro quanto a expansão do próprio ombro proporcionava o controle ideal das chamas, restringindo-as na parte inferior do corpo da vasilha. Trata-se realmente de uma vasilha *ikatu* (muito bonita).

As bordas reconstituídas, ao que tudo indica, são Asurini. Formas como a peça KTM 17-165, 194 e 34 não possuem correlatos nas morfologias etnograficamente conhecidas, mas apresentam características de pasta, alisamento, espessura e acabamento de lábio que são característicos dos conjuntos Asurini. A forma 5 (KTM 17- 165) é recorrente entre os conjuntos cerâmicos Tupi-Guarani. Nesse caso, contudo, a face externa possui um corrugado mal alisado, sendo este um acabamento de superfície incomum em tigelas com ombro. A forma 8 (KTM 17 – 34) é uma variação das formas com borda cambada, cuja flexão do lábio resultou em uma forma com ângulo e flexão, respectivamente escalonados. De maneira geral, as projeções remetem a formas irrestritivas de contorno simples, rasas ou de profundidade média; e formas restritivas, profundas, com contorno composto, borda extrovertida ou introvertida. Há na coleção

Myrina borda associada à vasilha em miniatura, em que a morfologia remete a uma forma fechada, profunda, com lábio reforçado e carena.

Figura 38. Formas cerâmicas sítio Myryna

Coleção Ytapytiúú

A coleção cerâmica Ytapytiúú é composta por fragmentos de corpo (424), base (134), borda (92) e pescoço (2). A técnica de manufatura é predominantemente acordelada (552), com ocorrência de um fragmento de base com reforço na face externa (placa). A pasta de produção é caracterizada pela presença de grãos minerais de quartzo, feldspatos, limonita/hematita, turmalina e mica. Esses grãos minerais apresentam espessura e porcentagem variadas na composição da pasta, sendo mais recorrente grãos de menor dimensão (<1 mm ou 1 mm>3 mm) e em maior proporção (10% a 30%) em relação à fração argila. A grande maioria dos fragmentos possui espessura fina (entre 5mm e 9mm), com menor recorrência de espessuras médias (10mm e 15mm) e raramente de espessuras muito finas (4mm) ou muito grossas (16mm-21mm).

O acabamento de superfície pode ser caracterizado basicamente por alisamentos refinados, observados em mais de 50% dos fragmentos analisados. Mas há também alisamentos grosseiros aplicados, em geral, na face externa. As estrias de alisamento são extremamente visíveis na superfície dos fragmentos. Esse conjunto cerâmico também possui acabamentos crômicos em vermelho, amarelo, branco e traços vestigiais de pintura em traços pretos. Como parte do tratamento de superfície também foi registrada resinas e resina vegetal (*titiva*), ambas identificadas nas faces internas e externas dos fragmentos. Decorações plásticas, como corrugado, ungulado e ponteadado, tiveram menor visibilidade

na coleção. Os fragmentos de borda indicam a existência de vasilhas com formas restritivas e irrestritivas, com inclinações diretas, extrovertidas e cambadas. Os lábios, em geral, são arredondados, mas há àqueles que apresentam formas apontadas, com dobra ou reforço. As bases, cuja morfologia foi identificada, são planas. Assim como outros conjuntos analisados, o resultado da queima de produção das cerâmicas é predominantemente completo, com coloração bege ou ocre.

Foto 46. Coleção cerâmica sítio Ytapitiú

A maior parte da cerâmica da coleção Ytapitiú é proveniente da coleta de superfície e apresenta fragmentos levemente erodidos (60%). Contudo, é possível que vários fragmentos com alisamento e estrias de alisamento preservadas tenham perdido camadas mais finas e sensíveis, como pinturas e resinas, as quais não são mais visíveis macroscopicamente. Outra característica da coleção são as marcas de fogo, algumas associadas de forma mais evidente ao uso, como depósito carbônico nos fundos de base e fuligens localizadas na face externa de determinados fragmentos.

A pintura do fragmento de corpo na imagem seguinte é composta por traços em vermelho (*itawpirygi*) sobre fundo amarelo (*itawa*) e resquício de resina na parte inferior – que aparece como manchas escuras na imagem, e com leve lustro. O desenho remete ao padrão geométrico do motivo *taingawa* do grafismo Asurini (MÜLLER, 1993; SILVA, 2000). Não é possível afirmar se a pintura foi realizada antes ou após a queima. Mas

tendo em vista a fragilidade da pintura, é possível que o desenho tenha sido aplicado após a queima, como observado entre as vasilhas etnográficas. Tendo em vista que o sítio possui uma data situada no século XVIII, a pintura pós-queima há muito faz parte do processo de confecção das cerâmicas Asurini.

Foto 47: Fragmento de corpo com pintura vermelho sobre engobo amarelo e resquício de resina. Sem escala. Peça mede 15cm x 7cm.

Coleção Yaí

A coleção cerâmica do sítio Yaí é composta por apenas vinte e dois fragmentos. Esse pequeno conjunto possui cerâmicas já bem erodidas, com fragmentos de corpo, borda, lábio e base. A pasta de produção é constituída por grãos minerais de quartzo e feldspato em maior ou menor proporção, aspecto que deixa a pasta mais grosseira ou fina, respectivamente. As cerâmicas são mais espessas (8mm – 16mm) e apresentam queima completa na coloração bege e ocre. O único fragmento de borda possui inclinação vertical e lábio arredondado, indicando tratar-se de parte de vasilha aberta, com profundidade média e contorno simples.

Coleção Kaafera do Ativa

A coleção cerâmica Kaafera do Ativa é composta por cinquenta fragmentos, sendo a maior parte deles relacionados a uma mesma vasilha. Nesse conjunto há fragmentos de corpo, borda, borda com flange, lábio e base. A cerâmica é mais grossa, tanto no que se refere às características da pasta de produção quanto à espessura dos fragmentos (7mm-18mm). A peça mais significativa dessa amostra é, sem dúvida, a parte

de uma grande vasilha cuja morfologia remete ao yapepó Guarani, indicando tratar-se de pote profundo, com corpo e base cônicos, ombro, borda flexionada ou introvertida e lábio arredondado. A face externa dessa peça possui alisamento fino, já a face interna está com a superfície craquelada e erodida. A base é mais espessa que o corpo, possuindo leve camada de depósito carbônico no seu interior e face externa erodida.

Foto 48. Coleção cerâmica sítio Kaafera do Ativa.

Coleção Itapemi

A coleção cerâmica Itapemi é composta por 100 fragmentos, metade deles são fragmentos com tamanho inferior a 2cm, e a outra metade são fragmentos de corpos, lábios, bordas, ombros e roletes. As cerâmicas com traços diagnósticos se encontravam na superfície do solo. Apesar de muito erodidas, as características formais da cerâmica do sítio Itapemi são semelhantes às características das cerâmicas do sítio Itapemüu e Aldeia Kwatinemu. A cerâmica apresenta acabamentos de superfície com roletados, digintungulados, corrugados, e traços morfológicos associados a vasilhas com flange labial, ombros e carenas. As bordas digitadas e corrugadas remetem a vasilhas maiores com forma aberta, rasa e contorno simples, como tigelas ou assadores. Há também bordas com reforço na face externa. Nesse caso, o reforço no perímetro da borda resulta em relevo em que foram aplicadas incisões horizontais e que possivelmente formavam

círculos concêntricos contornando o lábio da vasilha. No Itapemũu há um fragmento de borda com características similares a essa, porém, neste último caso, o desenho é resultado de excisões em traços angulares. A pasta de produção da cerâmica do Itapemũu é composta por grãos de quartzo e feldspato, com maior proporção de grânulos e areia. Os fragmentos também são mais espessos (7mm – 19mm) em relação aos conjuntos cerâmicos Asurini.

Foto 58. Coleção cerâmica sítio Itapemũu

Coleção Kupu'ujá

A coleção cerâmica Kupu'ujá é composta por 217 fragmentos, nos quais se identificam bolotas de argila, bordas, carena, ombros, corpo, base e roletes, estes últimos, associados a vasilhas com acabamento de superfície roletado. As cerâmicas desse conjunto apresentam pasta mais fina, com predomínio de grãos de quartzo e, em alguns fragmentos, maior quantidade de mica. A espessura dos fragmentos varia entre 5mm e 30mm, sendo àqueles mais espessos associados a bases e bolotas de argila. Assim como os sítios Kwatinemu Velho e Aldeia Kwatinemu, no conjunto cerâmico de Kupu'ujá há fragmentos cuja pasta é composta por cauxí. Os acabamentos de superfície estão associados ao corrugado, ungulado no lábio, acanalado, incisões, pintura branca em faixas largas e engobo vermelho. Os traços morfológicos remetem a vasilhas com ombros, flange labial e borda cambada. Uma das bordas com pintura em faixa branca, apesar de diminuta, apresenta características formais do *yapepó* Guarani, tal como

observado também no sítio Kaafera do Ativa. Um dos fragmentos de maior tamanho é parte de um grande assador/torrador, com face interna bem alisada e face externa com corrugado mal alisado. Há sinais de fogo na superfície dos fragmentos, mas não é possível relacioná-los a sinais de uso.

Foto 50. Coleção cerâmica sítio Kupu'ujá

Coleção Kururu-y

O conjunto cerâmico de Kururu-y é composto por quatorze fragmentos coletados em beira de barranco, limite da linha d'água no período de estiva e planície de inundação na época de cheia do rio. Os fragmentos se encontram extremamente erodidos e fragilizados. Nota-se pelas características de pasta, queima e espessura, que os fragmentos remetem a duas vasilhas de paredes grossas (11mm – 16mm) e pasta composta por grãos de feldspato e quartzo de maior dimensão (>3mm). Apenas um dos fragmentos se diferencia do conjunto, trata-se de uma pequena borda de vasilha com menor espessura (6mm) e tamanho.

Coleção Murumunaka

A coleção cerâmica Murumunaka é formada por cinquenta e um fragmentos, com bordas, ombro, corpo, base e uma bolota de argila. A cerâmica desse conjunto se encontra bem erodida e apresenta pasta de produção mais fina, com grãos de quartzo na fração areia em menor proporção. Há registro de um fragmento com cauxi. Em espessura, a cerâmica do sítio Murumunaka é mais grossa (8mm-20mm), com resquício da camada de alisamento e um único fragmento com acabamento roletado. Os traços morfológicos indicam vasilhas com ombro reforçado e flange labial.

Coleção Ativa

No sítio Ativa foram coletados apenas quatro fragmentos de cerâmica, sendo uma borda de possível prato, com lábio arredondado, alisamento fino na face interna e grosseiro na face externa; duas bordas com carenas, lábios reforçados e arredondados, alisamento fino em ambas as faces; e um quarto fragmento de corpo inferior com início do ombro, alisamento fino na face externa e erodido na face interna. Trata-se de cerâmica com pasta mais fina, com grãos de quartzo e queima de produção completa, sem núcleo. As cerâmicas desse conjunto possuem entre 8mm e 9mm de espessura.

Coleção Roça do Murumunaka

Na Roça Murumunaka foram coletados apenas dez fragmentos cerâmicos já bem erodidos, com pasta mais grossa, composta por grãos minerais de quartzo basicamente. O único fragmento de borda desse conjunto remete a uma vasilha de contorno simples, irrestritiva, com lábio arredondado e dobrado. Os fragmentos apresentam queima completa e espessura em torno de 8mm e 10mm.

Coleção Roça Velha do Takamui

O conjunto cerâmico coletado na Roça Velha do Takamui é composto por apenas dezoito fragmentos, em que se identifica ombro, base e partes gerais do corpo de vasilhas. Com exceção de alguns fragmentos mais erodidos e com acabamento de superfície roletado na face externa, as cerâmicas desse conjunto são Asurini e remetem basicamente a fragmento de prato ou torrador e a fragmento de panela com borda extrovertida, como o

japepa'í. A cerâmica com acabamento roletado remete a uma forma plana ou a um possível prato, com pasta rica em grãos de quartzo e feldspato em maior dimensão, queima de produção completa, e espessura que varia entre 17mm e 21mm a depender do fragmento. As cerâmicas apresentam pasta com grãos minerais de quartzo e feldspato em menor dimensão e proporção em relação à fração argila, queima de produção completa, alisamento fino em ambas as faces dos fragmentos de panelas e alisamento grosseiro na face externa da base de possível assador, o qual possui também, marca de fogo da queima de confecção da vasilha.

Coleção Roça Velha do Pai de Apebu

A coleção Roça Velha do Pai de Apebu é composta por fragmentos de dois jepapaí coletados na área de antiga casa de roça. Os fragmentos apresentam borda extrovertida com ondulação, lábio arredondado, barriga ou corpo medial acentuado e base plana. As partes associadas a uma mesma vasilha apresentam resultado de queima completa e incompleta com núcleo escuro entre faixas claras. Na superfície dos fragmentos há fired cloud, estrias de alisamento bem visíveis – com marcas dos dedos e camada avermelhada associada à aplicação de resina vegetal (titiva). Todos os fragmentos apresentam alisamento e pasta fina, sem grãos de feldspato visíveis, espessuras entre 9mm e 10mm nas bordas, 6mm no ombro e 9mm na base, ou seja, essas vasilhas possuíam o corpo medial mais fino (6mm) em comparação com a borda e base (9mm-10mm).

Foto 51. Coleção cerâmica sítio Roça Pai Apebu.

Coleção Yvytyrapitera

A coleção analisada do sítio Yvytyrapitera é proveniente dos poços-teste (1020NW920NE, 1080NW1120NE), trincheira e coletas de superfície (especialmente realizada na área da aldeia e entorno das casas). As cerâmicas coletadas nas tradagens e em um dos poços-teste realizados (1040NW1080NE) apresentaram muitos fragmentos menores que 2cm², bem como pouca informação relativa à morfologia e aos acabamentos de superfície e não foram, portanto, analisadas.

Conjunto cerâmico unidade 1020NW920NE

No conjunto cerâmico da unidade 1020NW920NE observaram-se fragmentos de corpo, base, borda e lábio, com maior frequência de fragmentos de corpo e menor frequência de lábios. A pasta de produção das vasilhas era composta por grãos minerais de quartzo e feldspato, e menor visibilidade de grãos de turmalina, óxidos de ferro (hematita e limonita) e mica. O carvão também está presente no interior da pasta, contudo, como em outras coleções, o carvão é vestigial, associado à queima da matéria orgânica contida na argila. A pasta da cerâmica é mais fina, especialmente nos níveis 1 e 2, em que os grãos menores que 1mm predominam. A frequência de grãos com tamanho entre <1mm e ≥1<3mm nos níveis 3 a 7 são relativamente correspondentes (gráfico 88 - anexo). Já nos níveis 1 e 2, em que há maior concentração de cerâmicas, a pasta com predomínio de grãos menores que 1mm torna-se mais visível. O mesmo ocorre com a porcentagem de grãos minerais, em que os fragmentos com 10% de grânulos e areia em relação à fração argila são mais frequentes nos primeiros níveis de escavação (1 e 2). Essas variações nas características da pasta indicam que as cerâmicas dos níveis 1 e 2 apresentam pasta mais fina, com grãos minerais em menor proporção e tamanho. As vasilhas eram confeccionadas por meio de roletes, resultando em cerâmicas mais ou menos espessas, com maior visibilidade de fragmentos com espessura entre 4mm e 7mm e, em menor frequência, fragmentos entre 8mm e 12mm de espessura, aspecto esse comum à amostra analisada em todos os níveis de escavação (gráfico 90 - anexo).

As cerâmicas do sítio Yvytyrapitera são, do ponto de vista dos acabamentos de superfície, simples. Com alisamento fino na maioria dos exemplares. Todos os fragmentos, contudo, possuem algum grau de erosão de sua superfície, haja vista a baixa preservação dos tratamentos crômicos – como engobos e pinturas, visivelmente erodidos

e apagados pelo tempo. Entretanto, mais de 50% da amostra ainda possui a superfície de alisamento – as quais foram classificadas como não erodidas. Os fragmentos considerados erodidos já perderam total ou parcialmente a camada de alisamento, o que deixa o interior da pasta exposto. As peças com essa característica constituem os outros 50% da amostra analisada da unidade 1020NW920NE. Alguns fragmentos preservaram resquícios de pigmentos nas cores vermelho, branco e preto, além de aplique e incisões.

As vasilhas eram bem queimadas, com resultados de queima completa em quase todos os fragmentos analisados, independentemente do nível de proveniência. Além disso, grande parte dos fragmentos possui marcas de fogo, o que remete tanto ao seu contexto de deposição, associados à estrutura de fogueira, quanto a sinais de uso identificados especialmente pela existência de depósitos carbônicos no interior de alguns fragmentos (gráfico 93 - anexo).

Figura 39. Formas cerâmicas coleção sítio Yvytyrapitera

Do ponto de vistas morfológico, as bordas projetadas apresentaram lábios apontados, levemente dobrados, planos e, mais frequentemente, arredondados. Os fragmentos de base indicam a existência de vasilhas com bases planas, contudo, tanto os

fragmentos de corpo quando as extremidades das bases não apresentaram ponto angular de intersecção entre base e corpo. De modo que as vasilhas deveriam possuir bases de fundo plano e extremidades abauladas. Bases convexas também foram registradas no conjunto da unidade 1020NW920NE. As formas remetem a vasilhas de contornos simples, abertura irrestritiva, profundidades médias e rasas, ou ainda contornos compostos com borda extrovertida, abertura de boca restritiva e profundidade funda. A projeção das bordas deu origem a morfologias comumente empregadas no armazenamento (forma 7, 8), processamento (formas 2 e 3), preparo (formas 1), ou de servir/consumir (formas 2, 4, 5, 6), além de bordas de vasilhas em miniaturas. As formas associadas ao preparo ou armazenamento de alimentos possuem fragmentos um pouco mais espessos (8mm-10mm) em relação àqueles que remetem às vasilhas de servir/consumir (5mm-6mm). A forma 1 remete a um assador/torrador. Nesse caso, é comum e desejável que seja espesso, pois essa propriedade formal lhe proporciona maior resistência ao impacto e ao choque térmico. Já as panelas para cocção teriam sua eficácia de aquecimento afetada com o aumento da espessura, tomando mais tempo para o preparo dos alimentos (e.g. SCHIFFER e SKIBO, 1997; RICE, 2005; SKIBO, 2013). Em todo caso, os fragmentos com espessuras mais finas são predominantes no conjunto analisado. Se essa característica corresponde mais comumente a vasilhas de servir e consumir, estas últimas resultaram na grande maioria dos fragmentos cerâmicos encontrados na unidade 1020NW920NE.

Como mencionado, as cerâmicas da unidade 1020NW920NE são simples. As pinturas ou decorações plásticas são praticamente inexistentes, mas é preciso considerar que parte dos fragmentos possui engobos, fuligem e depósitos carbônicos, fatores decorrentes dos processos de manufatura e uso, respectivamente, que atuam na diminuição da porosidade/permeabilidade da cerâmica e, no caso das vasilhas que vão ao fogo, melhoram a performance de aquecimento e retenção de calor (SKIBO, 2013; RICE, 2005). Além disso, o bom alisamento e a redução da porosidade/permeabilidade prolongam a vida útil das vasilhas, além de favorecer também a preservação das cerâmicas no contexto deposicional.

Conjunto cerâmico unidade 1080NW1120NE

A coleção cerâmica analisada da área da roça é proveniente da unidade 1080NW1120NE. O conjunto é composto por fragmentos de base, corpo, ombro, carena,

borda e lábio, com maior quantidade de fragmentos de corpo nos níveis 1 e 2, e frequência equilibrada entre as diferentes categorias de fragmentos nos demais níveis. A pasta é caracterizada por grãos minerais de quartzo e feldspato, com menor visibilidade de grãos de turmalina, hematita, limonita e mica, como usualmente é observado nas outras coleções descritas. Alguns fragmentos também apresentaram carvão e cauxi na pasta. Diferente da cerâmica da unidade 1020NW920NE, nota-se um maior equilíbrio do tamanho dos grãos minerais da pasta, sendo estes associados a grãos <1mm e >=1mm<3mm, especialmente nos níveis 1 e 2. Contudo, a proporção de grãos de quartzo e feldspato é maior, varia entre 10% e 30%, com predomínio de grânulos e areia. Essas características indicam que, de maneira geral, a cerâmica dessa unidade de escavação apresenta pasta mais grosseira, com maior granulometria.

As vasilhas teriam medidas entre 4mm e 21mm de espessura, sendo mais recorrente medidas entre 6mm e 13mm (gráfico 108 - anexo). De modo que os fragmentos mais espessos também são mais visíveis nessa unidade de escavação. Assim como o conjunto anteriormente descrito, os acabamentos de superfície das cerâmicas da unidade 1080NW1120NE se restringem basicamente ao alisamento fino, com ocorrência de tratamentos crômicos, aplique e incisão. A maior parte da amostra possui queima completa, com marcas de fogo associadas ao uso e possíveis ações pós-deposicionais (gráfico 111 - anexo). O grau de erosão dos fragmentos é mais intenso nesse conjunto em relação à amostra da unidade 1020NW920NE (gráfico 112 - anexo).

Figura 40. Formas cerâmicas coleção sítio Yvytyrapitera

A projeção dos fragmentos de borda remete a formas irrestritas, rasas, com contornos simples e composto, lábios levemente dobrados, arredondados, reforçados, apontados e planos. A princípio, os fragmentos de base indicam a existência de bases de fundo plano ou face externa convexa. Algumas vasilhas eram compostas por ombros, carenas e flanges labiais. As formas projetadas remetem a morfologias utilizadas para servir/consumir (formas 9, 10); preparar/cozinhar (forma 11) e vasilhas miniaturas (formas 12, 13, 14), com aproximadamente 6cm-8cm de diâmetro. O acabamento de superfície das bordas das vasilhas miniaturas é extremamente elaborado, especialmente a borda da forma 13, a qual possui acanalados finos e sobrepostos contornando o lábio, e reforço externo que faz que a boca da pequena vasilha se destaque em relação ao restante do corpo. Nesse conjunto há fragmentos com caixi, porém, nenhum apresentou acabamento ou morfologia.

Conjunto cerâmico da trincheira

No conjunto cerâmico da trincheira vê-se fragmentos de base, ombro, carena, borda, lábio, aplique e corpo. A pasta de produção apresenta grãos minerais de quartzo, feldspato, óxidos de ferro, turmalina e mica. Há diferença, no entanto, na forma como eles aparecem. No nível 2 os grãos de feldspato possuem visibilidade bem inferior em relação aos grãos de quartzo presentes na pasta. Já nos níveis 1, 3, 4, 5 e 6, é possível considerar que a diferença na frequência do quartzo e do feldspato é regular, sendo o primeiro sempre predominante em relação ao segundo, e ambos predominantes em relação a outros grãos minerais presentes na pasta. Fragmentos com caixi (4) ocorrem apenas no nível 4. A granulometria da pasta das cerâmicas da Trincheira é fina, com grãos minerais dimensionados entre $<1\text{mm}$ e $\geq 1\text{mm} < 3\text{mm}$, sendo predominante grãos na fração areia em proporção entorno de 10% e 20% em relação a argila. Contudo, fragmentos com grãos minerais de 1mm e proporção entorno de 10% são mais frequentes. As vasilhas mediam entre 2mm e 18mm de espessura, com claro predomínio de fragmentos com medidas entre 4mm e 8mm, característica essa observada nas cerâmicas de todos os níveis.

As cerâmicas da trincheira possuem maior variabilidade no acabamento de superfície, em que se nota a existência de engobo vermelho, branco e amarelo, resquício de pinturas em vermelho e preto, decorações plásticas como corrugado, inciso, roletado, pontado, entalhado, unglado e filete aplicado. As vasilhas recebiam alisamentos finos,

em alguns casos, com estrias do alisamento. Essa característica é comum a quase todas as cerâmicas, mas há peças com alisamentos grosseiros, que apresentam superfícies irregulares e rugosas. Resquícios de engobo ou pintura branca também apresentam maior frequência, especialmente entre as cerâmicas do nível 2. Os resultados de queima observados pela quebra dos fragmentos analisados é basicamente queima completa em tons bege, ocre e cinza. Há também alguns fragmentos com sinais de uso, como depósitos carbônicos ou fuligem. Entretanto, essas marcas de fogo foram observadas em apenas 20% das cerâmicas da trincheira. A maioria dos fragmentos cerâmicos apresenta algum grau de erosão da superfície, sendo mais frequente erosões em ambas as superfícies de uma mesma peça. Apenas no nível 2 registra-se um equilíbrio na frequência de fragmentos erodidos e (erodidos AF) e não erodidos (gráfico 103 - anexo).

Figura 41. Formas cerâmicas coleção sítio Yvytyrapiteta

As bordas projetadas remetem a vasilhas de contornos simples, com aberturas restritivas e irrestritivas, e profundidades médias e rasas. Observam-se também vasilhas

de contornos compostos, com a presença de bordas extrovertidas, carenas ou flanges labiais. A abertura das vasilhas de contorno composto é, em geral, restritiva, com profundidades variadas. As formas com contorno complexo apresentam bordas com lábios extrovertidos e carena, bordas cambadas ou escalonadas. Os lábios são arredondados ou planos, mas também ocorrem lábios reforçados e dobrados. Os fragmentos de base, assim como observado para os conjuntos das unidades de escavação já descritas, são, em geral, planas e convexas. De maneira geral, as formas podem ser associadas a vasilhas para servir/consumir (formas 15, 16, 18, 18, 19, 20); preparar (formas 21, 22, 23); armazenar (formas 29, 30). A maioria das formas em miniatura possui contornos compostos e complexos, reproduzindo as formas das vasilhas maiores. No conjunto cerâmico da Trincheira, os fragmentos remetem a vasilhas com 16 cm-44cm de diâmetro e miniaturas com 6cm-10cm de diâmetro. O predomínio de fragmentos menos espessos (4mm-8mm) denota que vasilhas pequenas e médias seriam descartadas com mais frequência. Não há registro de bordas que indique a existência de vasilhas muito grandes, porém, a presença de fragmentos mais espessos mostra que partes de vasilhas grandes também fazem parte desse conjunto.

As características da pasta das cerâmicas da coleta de superfície são similares aos conjuntos provenientes das áreas de escavação. Como se trata de um conjunto resultante de coleta seletiva, a maior diferença está associada à visibilidade dos acabamentos de superfície e ao volume das vasilhas reconstituídas a partir da projeção das bordas. No primeiro caso, nota-se a existência de pinturas brancas em faixas, excisões, apliques, ponteados, incisos e figuras antropomorfas. No segundo, observam-se lábios reforçados, planos, arredondados, bordas com flange, ocas/vazadas, cambadas. Esses mesmos fragmentos de borda também são compostos por ombros e carenas.

As formas remetem a vasilhas de contorno simples, com abertura restrita e irrestrita e profundidade média. No entanto, são mais frequentes no conjunto as formas com contornos compostos e complexos, associados à presença de carenas e bordas extrovertidas. Essas vasilhas teriam aberturas restritas e irrestritas, e profundidades variadas. A maioria das formas possui de 30 cm a 56 cm de diâmetro. As morfologias podem ser relacionadas a vasilhas comumente empregadas no armazenamento (formas 38, 39, 40, 43), preparo (formas 33, 34, 38), e servir/consumir (formas 31, 32, 35, 36, 37). Assim como nos outros conjuntos, há formas de vasilhas em miniatura.

Figura 42. Formas cerâmicas coleção sítio Yvytyrapitera

Cerâmicas do Yvytyrapitera e os estilos Tupi-Karib

A maior parte da coleção cerâmica do sítio Yvytyrapitera está associada à existência de camadas de ocupação melhor delimitadas entre os níveis 14cm-27cm. A atividade de transect e caminhamento mostraram a existência de áreas com terra preta e sem terra preta, bem como o reconhecimento da configuração espacial do sítio – seus limites naturais, relevo, formações rochosas, áreas de melhor acesso associadas a trilhas, áreas florestadas e locais de roça.

As unidades escavadas apresentaram configurações distintas, o que de certa forma também é refletido nos conjuntos cerâmicos provenientes de cada uma delas, especialmente nas unidades 1020N920E e Trincheira. As cerâmicas da unidade 1020N920E são lisas, com baixa visibilidade de outros acabamentos de superfície que não o próprio alisamento, e morfologias relacionadas a vasilhas comumente empregadas para cozinhar e servir/consumir. As cerâmicas da Trincheira possuem maior variabilidade

de acabamentos de superfície (resquícios de pinturas e decorações plásticas) e morfologias – as quais podem ser correlacionadas às categorias de vasilhas para cozinhar, servir/consumir e transportar/armazenar.

Apesar das diferenças relativas à ausência/presença ou frequência de determinados tratamentos de superfície ou morfologias por área ou unidade de escavação, essas cerâmicas, e aqui é possível incluir também o conjunto proveniente das unidades escavadas na área da roça, são muito similares em termos de pasta, manufatura e acabamentos de superfície. Resumidamente, trata-se de cerâmicas com pasta mais fina e rica em grãos minerais na fração areia. As vasilhas também são mais finas, bem alisadas, com acabamentos angulares, especialmente nas bordas – com lábios reforçados ou flange, presença de ombro e carena, e vasilhas de menores dimensões ou volume. Os acabamentos de superfície seriam realizados por meio de incisões, ponteados, engobo vermelho, entalhados, corrugados, digitungulados, apliques zoomorfos, pastilhas e filetes aplicados. A maioria dos fragmentos, entretanto, possui superfície apenas alisada. Se, por um lado, as cerâmicas provenientes das áreas escavadas no topo do morro apresentam características similares, as cerâmicas da coleta seletiva de superfície podem ser lidas como parte de um conjunto heterogêneo, com cerâmicas distintas do ponto de vista morfológico – grandes vasilhas com flange e formas com bordas ocas/vazadas, e maior visibilidade de elementos simbólicos –, com apliques antropomorfos e zoomorfos, ou figuras (rostos humanos ou animais) desenhadas em alto relevo. Essa heterogeneidade, notada nos fragmentos dispersos em superfície, corrobora a percepção de diferenças tênues identificadas nas cerâmicas das unidades de escavação – no qual o predomínio de cerâmicas “simples” e de pasta, com as mesmas qualidades, dificulta a diferenciação minuciosa entre elas.

Explicar o significado da variabilidade formal do sítio Yvytyrapitera não é uma tarefa fácil. A princípio, as cerâmicas desse sítio remetem ao estilo tecnológico associado aos povos Tupi e, nesse caso, sugerimos que possivelmente sejam de ancestralidade Juruna – o que é especialmente notado nas formas associadas a tigelas com carenas (i.e. cambuchí caguaba), panelas de base conoidal e corpo superior com paredes infletidas (i.e. yapepó), além de formas com contornos simples e bordas extrovertidas. Essas morfologias são notadas nas cerâmicas de superfície e nos níveis 1 e 2 das unidades escavadas. Já as cerâmicas contextualizadas entre os níveis 2 e 4 possuem formas predominantemente simples de tigelas, panela com flange, e pequeno pote (16cm de diâmetro) com inflexão escalonada. Essas diferenciações, observadas nas unidades

escavadas, tornam-se bem marcadas no conjunto proveniente da coleta de superfície, corroborando a possibilidade de uma ocupação ancestral Karib no sítio Yvytyrapitera.

Figura 43: Acabamentos de superfície e morfologias das cerâmicas antigas – estilo tecnológico Juruna¹⁶.

Figura 44: Acabamentos de superfície e morfologias cerâmicas antigas – estilo tecnológico Karib.

Essas cerâmicas, de estilos tecnológicos distintos, encontram-se misturadas na superfície e no nível 2 das unidades escavadas. As cerâmicas coletadas em superfície são

¹⁶ Para visualizar as projeções com escala ver a descrição da coleção do sítio Yvytyrapitera.

provenientes das áreas comuns e entorno das casas da aldeia Itaaka. E, como observado, refletem dinâmicas de deslocamento do material arqueológico das áreas ocupadas por meio de processos naturais diversos (e.g. carreamento das cerâmicas com a força das chuvas, avanço e recuo sazonal do rio) favorecidos pelos diferentes processos de ocupação humana ao longo do tempo, e que justificam a heterogeneidade do conjunto cerâmico localizado em superfície. Na aldeia Itaaka há, portanto, cerâmicas que remetem a ancestralidade Karib, Juruna e, atualmente, Asurini. De certa forma, no nível 2 das unidades escavadas observa-se um processo semelhante, em que é notada a existência de cerâmicas distintas em camadas que se mesclam.

Se, por um lado, as morfologias e os acabamentos de superfície – que do ponto de vista etnográfico se confundem com as pinturas corporais (Cf. VIDAL, 1985), e assim como ensina a mitologia Asurini, são associados à pele de gente que as cerâmicas devem ter – diferenciam os conjuntos Karib e Juruna, a pasta das cerâmicas compartilham as mesmas qualidades. Esse aspecto já havia sido apontado, mas ele é retomado para assinalar que, no caso dos conjuntos associados à ancestralidade Juruna parece haver uma mudança, pois a pasta das cerâmicas apresenta-se mais fina. As cerâmicas da unidade da roça (1080NW1120NE) apontaram de forma clara essa variação, indicando a composição de pastas com granulometria mais grosseira no primeiro nível em relação ao segundo. A datação do Yvytirapitera foi proveniente de amostra coletada no nível 2, profundidade em que se observou maior concentração do componente cerâmico. A partir dos dados obtidos até o momento, e considerando tratar-se de uma primeira cronologia para o contexto de ocupação do sítio, não é possível correlacionar a data somente às cerâmicas que indicam uma ocupação ancestral Juruna que se tornam visíveis nesse mesmo nível.

CAPÍTULO 8

CERÂMICAS E HISTÓRIAS INDÍGENAS NO MÉDIO-BAIXO XINGU

Um dos primeiros textos que li ao iniciar na arqueologia foi escrito por Irmihild Wüst intitulado: *“Etnicidade e Tradições Ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso”*. A partir da sua experiência arqueológica junto aos Bororo da região do Rio Vermelho, no Brasil Central, Wüst (1999) procurou mostrar as continuidades e mudanças observadas na relação entre as cerâmicas Uru, Tupi-Guarani e Bororo. Para ela (WÜST, 1999), o repertório cerâmico das antigas aldeias Bororo seria mais heterogêneo no período pré-contato, seu argumento é que essa heterogeneidade estava relacionada à manutenção de diferentes tradições ceramistas e que estas teriam, ao longo do tempo, dado lugar a um repertório mais homogêneo, atribuído aos processos históricos de pós-contato com europeus e ao predomínio da tradição ceramista Bororo, que incorporaria o uso do caco-moído, entendido como tempero característico da pasta das cerâmicas vinculadas à tradição Tupi-Guarani. Para Wüst, as cerâmicas Bororo resultavam de relações multiétnicas, o que seria corroborado pela tradição oral Bororo (WÜST, 1999, p. 311-315). O texto de Wüst (1999) é parte do seu doutorado (WÜST, 1991), trabalho importante que inspirou várias questões discutidas em outras pesquisas arqueológicas em terras indígenas no país (e.g. HECKENBERGER, 1996; NEVES, 1998, 1999; RODRIGUES, 2001, 2013; EREMITES, 2006; SILVA e STUCHI, 2010; SILVA et al., 2010; BESPÁLEZ, 2010), inclusive neste doutorado.

Como coloca Stark (1999, p. 26), do ponto de vista antropológico, a etnicidade pode ser vista como situacional e as fronteiras étnicas e etnolinguísticas como constantemente em fluxo. A ideia de etnicidade também é entendida como de origem colonialista, o que atribuiu a ela um valor mais heurístico do que histórico. Nas últimas décadas, na arqueologia a etnicidade vem sendo compreendida como parte da estruturação das identidades sociais indígenas (Cf. JONES, 1997; WÜST, 1999; STARK, 1999, 2008; GOSSELAIN, 2000; NEVES, 1998; HECKENBERGER, 2005, 2007;

HORNBORG, 2005; HILL, 2013) e, em especial, do esforço arqueológico para compreender a relação entre variabilidade artefactual e fronteiras sociais e linguísticas do passado (STARK, 1999, p. 26; SILVA, 2016, CORRÊA, 2014).

Diversos estudos etnoarqueológicos dedicados a tecnologias cerâmicas demonstram que categorias como variabilidade formal, identidade e etnicidade estão intimamente relacionadas (e.g. STARK 1999, 1998; STARK et al., 2008; GOSSELAIN, 1992, 2000; ARNOLD, 2000; HEGMON, 2000; COSTIN, 2000; STAHL, 1999; SILVA, 2008; DOBRES, 2010; PIKIRAYI e LINDAHL, 2013). A premissa que orienta grande parte das reflexões a esse respeito é a de que não se pode esperar entender a tradição cerâmica sem dar atenção aos contextos sociais e históricos específicos aos quais as cerâmicas pertencem (GOSSELAIN, 2008, p. 152). E uma das mais belas contribuições dos trabalhos orientados por essa perspectiva tem sido perceber as tradições técnicas como histórias de vida e a variação estilística como parte da dimensão social e histórica das identidades culturais (e.g. STARK, 1999; GOSSELAIN, 1992, 2000, 2008; BOWSER e PATTON, 2008; SILVA, 2000b, 2009; MILLS, 2008).

Se, por um lado, as experiências etnoarqueológicas entre as populações ceramistas contemporâneas delineiam um universo vasto de variáveis culturais que afetam o entendimento da variabilidade formal, por outro, essas mesmas experiências apontam quase invariavelmente que os estilos técnicos são relativos tanto aos modos de ensino-aprendizagem ligados à transmissão (vertical/horizontal) do conhecimento tradicional, às formas de socialidade e identidades individuais e coletivas (e.g. STARK, 2003; STARK e BOWSER, 2008; GOSSELAIN, 1992, 2000; SILVA, 2000a, 2008, 2009b) quanto aos modos de apropriação, interligados a processos culturais de inovação ou (re)criação das coisas materiais a partir da “dialética entre o novo e o pré-existente e a continuidade/descontinuidade dos princípios socioculturais de produção, utilização e distribuição dos objetos” (SILVA, 2009b, p. 730). Ambos, transmissão e apropriação, refletem persistências e transformações culturais que definem os aspectos materialmente observáveis na variabilidade formal e que caracterizam o estilo tecnológico (e.g. LONGACRE, 1991; ARNOLD, 1999, 2000; CARR, 1995; GOSSELAIN, 1992, 2000, 2008; RICE, 2005, p. 274-306; COSTIN, 2000; HEGMON, 2000; DEBÖER, 2003; SILVA, 2000b, 2009a, 2009b; STARK, 1998, 1999, 2003; BOWSER e PATTON, 2008, para citar alguns).

A arqueologia amazônica oferece um quadro de cores distinto daquele observado no mapa etno-histórico do Nimuendajú (1948). Embora grande parte das configurações

territoriais indígenas apresente profundidade temporal, do ponto de vista arqueológico, o colorido do mapa se transformaria em manchas extensas, sobrepostas e bem mais borradas entre si. E é justamente essa sobreposição de cores que possibilita perceber o estilo tecnológico das cerâmicas indígenas do passado como um fragmento da história das populações contemporâneas. Como negar que no médio-baixo Xingu lidamos com histórias ancestrais de coletivos Juruna, conhecidos na região desde os primeiros séculos de colonização, e cujas vasilhas cerâmicas presentes nas descrições históricas e acervos gerados durante o século XIX estabelecem correlações estilísticas com os conjuntos arqueológicos? Como ignorar a trajetória histórica dos Asurini do Xingu na região de interflúvio Xingu-Bacajá e o modo como a territorialidade desses é incorporada nas suas cerâmicas? As coleções cerâmicas analisadas busca contribuir com essas questões.

8.1. As cerâmicas Asurini arqueológicas

As cerâmicas asurini são parte da trajetória histórica dos mesmos e estão relacionadas à dinâmicas de mobilidade que conjugam territorialidade e deslocamentos indígenas registrados pelas fontes históricas ao longo dos séculos XIX e XX na região do médio-baixo Xingu, sendo as datas das antigas aldeias do Piranhaquara anterior à esse período. Do ponto de vista arqueológico, linguístico e da própria tradição oral dos Asurini, a ancestralidade deles no interflúvio Xingu-Bacajá é anterior à história da colonização e do colonialismo¹⁷. Nesse meio, as cerâmicas asurini arqueológicas representam a relação imbrincada entre a arqueologia do passado recente – relacionada com a memória das aldeias, com as fontes históricas e etnográficas; e com a arqueologia da *longue durée* – ligada às continuidades e transformações observadas na tradição tecnológica, na língua e na paisagem.

As cerâmicas asurini arqueológicas são similares às cerâmicas etnográficas em vários aspectos: características da pasta; alisamentos; acabamentos de superfície nos quais se verificam sinais de pintura, grafismo e uso de resinas; morfologias e aspectos

¹⁷ De maneira geral, uso o termo colonização aplicado por Dietler (2005, p. 55) para indicar o ato de imposição do domínio político sobre territórios e pessoas, bem como a formação de colônias que denotam o ato de estabelecer novos assentamentos em um território estrangeiro. De maneira mais ideológica, o colonialismo é entendido como projeto e práticas de interações entre sociedades relacionadas por forma assimétrica de poder e processo de transformação social e cultural resultantes dessas interações. Nesses termos, a colonização é solidificada e mantida por meio do colonialismo. Este, no entanto, pode operar sem a subjugação política formal por meio da dominação de territórios e estabelecimento de colônias. A natureza e efetividade das práticas definidas como colonialismo pode variar de um contexto para outro, sendo o mesmo alcançado por outras esferas como as práticas comerciais, as atividades missionárias, conflitos de guerra e alianças, administração política, educação, e assim por diante.

morfológicos como a espessura das paredes dos recipientes; a terminação de lábios levemente dobrados e arredondados; e bases levemente cônicas e destacadas como na forma *japepaí-já'enewa*. As morfologias identificadas nas cerâmicas asurini arqueológicas remetem a formas de vasilhas do tipo *japepa'i*, *japepa'i/já'enewa*, *já'e*, *jape'e*; *yawa* e *kavioí*, com maior frequência de fragmentos de bordas associados às formas *japepaí*, *já'e*, *jape'e*. Entretanto, os conjuntos cerâmicos arqueológicos também indicam o uso de engobo vermelho, acabamentos corrugados e roletados, morfologias como tigela levemente carenada, bordas cambadas ou flexionadas e contorno escalonado. Tais características foram especialmente notadas nos conjuntos cerâmicos das antigas aldeias do Igarapé Piranhaquara, cuja variabilidade formal apresenta variações estilísticas em relação aos conjuntos das antigas aldeias do Igarapé Ipiaçava e das cerâmicas etnograficamente conhecidas.

As cerâmicas asurini arqueológicas apresentam pasta com antiplásticos minerais em menor proporção e predomínio de grãos na fração areia. Entretanto, a granulometria da pasta ou a presença de grãos minerais de maior tamanho pode variar em alguns casos, especialmente quando se tratam de fragmentos de vasilhas com paredes mais grossas – como pratos, assadores e o próprio fragmento da grande vasilha ritual, identificado no sítio Uirasimbé. Assim como verificado no processo de manufatura das cerâmicas etnográficas, tal variação provavelmente está relacionada ao maior cuidado na limpeza da argila destinada à produção das vasilhas de paredes finas (SILVA, 2000, p. 62-65). Para a produção das vasilhas de paredes grossas essa preocupação parece ser relativizada, aspecto esse observado não só no fragmento de base do sítio Uirasimbé como também nos fragmentos da vasilha ritual *tauva rukaia* produzida pelas mulheres Asurini.

Foto 52: fragmentos da *tauva rukaia* registrada na *Tavyva* da Aldeia Kwatinemu, etapa de campo 2014.

As coleções das antigas aldeias do Igarapé Ipiaçava são associadas à história do passado recente dos Asurini ao longo desse igarapé, marcada por conflitos e fugas constantes, bem como pela redução demográfica em decorrência das “doenças do contato”, especialmente gripe, malária e tuberculose (MÜLLER, 1993; SILVA, 2000; VILLELA, 2016). A menor variabilidade formal notada nos conjuntos cerâmicos asurini dos sítios Itapemũu, Taiuviaka e Akapepugy pode ser entendida como um reflexo desse processo histórico. A maior parte dos fragmentos cerâmicos que compõe essas coleções remete a vasilhas de menor volume (≈ 500 ml a 4l) e morfologias associadas basicamente ao cozimento (e.g. *japepaí*), sendo mais raros fragmentos cerâmicos ligados a categorias de vasilhas destinadas a servir/consumir e ao armazenamento/transporte.

Na coleção Itapemũu quase não há cerâmicas associadas à ocupação Asurini. O sítio Itapemũu é conhecido como um acampamento utilizado pelos Asurini por ocasião do estabelecimento do contato com os padres Anton e Karl Lukesch (Lukesch, 1976, p.15-19). No registro fotográfico desse acampamento realizado por A. Lukesch é possível observar vasilhas do tipo *japepaí*¹⁸ e *japepaí'pevi*¹⁹ em uso (LUKESCH, 1976, p. 26 e 107). É provável que essas vasilhas estivessem sendo transportadas da aldeia mais próxima ocupada na época (Taiuviaka) e dos locais de ocupação dos grupos domésticos. As etnografias mostram que já bastante reduzidos demograficamente e perseguidos pelos inimigos Araweté e Kayapó-Xicrín de um lado, e pressionados pelos “brancos” de outro, os Asurini optaram por estabelecer contato com os *akaraí* (brancos) que ofereceram ajuda (MÜLLER, 1993, p. 35-90; SILVA, 2000, p. 47-55, SILVA e NOELLI, 2015; VILLELA, 2016, p. 121-156). Como coloca Villela (2016) por meio da etnografia das fotos do contato publicadas por A. Lukesch (1976), os Asurini mais velhos (Marakauá, Takamuin) lembram que já não aguentavam mais “ficar andando no mato, fugindo de *tapy'yia* (inimigos) e comendo *maritá'ui* (farinha de casca do coco babaçu) porque não tinham como fazer roça” (Villela, 2016, p.138). E como indica Silva (2000, p. 76), o uso e a produção da cerâmica para os Asurini estão intimamente relacionados ao consumo dos alimentos cultivados nas roças – especialmente o mingau de milho e a mandioca, presentes no cotidiano e nas cerimônias rituais (ver também MÜLLER, 1993).

¹⁸ Panela de borda extrovertida, profundidade e abertura variável, ombro mais ou menos pronunciado, e base plana ou convexa.

¹⁹ Tigela aberta e rasa, borda direta, lábio levemente dobrado e base plana.

Figura 45. Formas cerâmicas sítios Igarapé Ipiçava

No sítio Taiuviaka as cerâmicas arqueológicas são basicamente Asurini. Trata-se de um conjunto de poucos fragmentos coletados em superfície (91 fragmentos). Obviamente, as coleções são resultado da metodologia adotada para o levantamento arqueológico e, ao se considerar que Taiuviaka foi a última aldeia com *tavyva* estabelecida antes do contato (SILVA et al., 2011, p. 50), é provável que um conjunto com tão poucos fragmentos não seja representativo. Os registros etnográficos e a narrativa dos Asurini, todavia, mostram que Taiuviaka, como o próprio nome diz, era conhecida como a casa da formiga (*Aka* = casa, *taiuvi* = formiga), e não era considerada lugar ideal para uma aldeia. “Não havia roça grande no lugar de Taiuviaka”, segundo Marakauá Asurini (VILLELA, 2016, p. 147), e essa seria uma prerrogativa tradicional para a formação de uma nova aldeia entre diferentes populações de línguas Tupi-Guarani, e que inclui a própria verificação da existência de pragas como formigas, e que está na origem do nome a Taiuviaka (e.g. BALÉE, 2013; SILVA e STUCHI, 2010).

Em Taiuviaka, a *tavyva* estava sendo construída quando os Asurini levaram os padres até lá. Apesar de citada como grande aldeia por Anton Lukesch (1976), o qual tinha como parâmetro comparativo apenas o acampamento Itapemũu, as observações decorrentes do *survey* arqueológico indicam que o lugar para construção de Taiuviaka foi escolhido por condições favoráveis à defesa e à fuga dos ataques inimigos, localizado em área de difícil acesso (SILVA et al., 2011, p. 50). O conjunto cerâmico do Akapepugy é

um pouco mais numeroso (281 fragmentos) em relação à Taiuviaka, e um dos aspectos notáveis da coleção desse sítio é a existência de frascos medicinais e outros objetos relacionados à situação de contato com os indígenas e à memória das mortes e doenças que acometeram a população Asurini no período pós-contato. Os padres Anton e Karl Lukesch ficaram estabelecidos com outros seis “mateiros” ou colonos da região no local que depois se tornou a aldeia Akapepugy (Silva, 2017, comunicação pessoal). Após conviverem com os Asurini em Itapemũu e em Taiuviaka, os padres se dirigiram com várias famílias Asurini (30 pessoas) para Akapepugy (LUKESCH, 1976, p. 17-19). Em seu relato sobre o contato com os Asurini, Lukesch (1976) dá a entender que ele e seus companheiros de missão encontraram os Asurini em Itapemũu, mas conforme Silva (2017, comunicação pessoal) os velhos relatam que foram os Asurini que encontraram o acampamento dos padres antes. De modo que Akapepugy é considerado pelos velhos Asurini, o local do primeiro contato com os padres. Após a partida dos religiosos, em menos de dezoito meses, treze asurinins morreram sob os “cuidados” da frente de atração liderada pela FUNAI (VILLELA, 2016, p. 123).

A coleção cerâmica do Avatikirera é composta por fragmentos que possibilitaram a projeção da maior parte das morfologias associadas às cerâmicas asurini do Igarapé Ipiaçava, as quais remetem ao uso de assadores (42 cm de diâmetro) e panelas pequenas e médias (14cm-30cm de diâmetro). Nos sítios Kwatinemu Velho e Avatikirera as cerâmicas Asurini arqueológicas possuem maior visibilidade e encontram-se misturadas às cerâmicas antigas nos primeiros níveis (superfície ao nível 2). Esses sítios são lugares onde os Asurini retornam com certa frequência, pois ambos possuem plantas de interesse para eles. O Avatikirera, em especial, tornou-se roça.

No Kwatinemu Velho, as morfologias das cerâmicas asurini ficam a cargo das vasilhas parcialmente inteiras. De modo que os fragmentos cerâmicos associados à ocupação Asurini encontram-se em tamanhos reduzidos, dificultando a análise dos aspectos morfológicos. Esse sítio é tido como lugar cuja *tavyva* abriga muitos sepultamentos, pajés de grande poder espiritual se encontram enterrados lá – observou Apeúna Asurini quando fomos até essa antiga aldeia. O lugar também é associado a uma aldeia na qual os Asurini intensificaram a sua vida ritual e a produção da cultura material (MÜLLER, 1993, p. 13-84). A vasilha 3 – identificada como *japepaí* de maior tamanho e corpo extremamente simétrico e de fina espessura (4mm) – não é uma panela qualquer, é especial. O que se verifica não só pela perícia necessária à sua produção (SILVA, 2009b, p. 129-130), mas a ligação entre *japepaís* grandes e a realização de cerimônias rituais

(SILVA, 2000). A vasilha 3 da coleção Kwatinemu Velho pode estar relacionada justamente ao processo de formação da aldeia e retomada das roças e dos rituais.

Como apontado anteriormente, os resultados do *survey* arqueológico e as cerâmicas do Igarapé Ipiaçava estão diretamente ligados à memória do contato recente dos Asurini. Mas é preciso lembrar que, do ponto de vista das fontes históricas, coletivos de etnônimo Asurini são identificados na região Ipiaçava-Xingu desde o século XIX, e a tradição oral dos Asurini, especialmente a toponímia dos caminhos e os lugares no curso dos igarapés, indicam que a história de seus antepassados nessa região do Igarapé Ipiaçava é anterior à memória do contato recente. Parte das antigas aldeias Asurini relacionadas por Müller (1993, p. 13-66) é situada no Igarapé Ipiaçava – como *kafuifuruk* na margem esquerda do curso superior do Igarapé Ipiaçava. Nesta mesma área havia outras aldeias, que assim como *kafuifuruk* são desconhecidas pelos *akaraí* (nesse caso, os arqueólogos). Nesse sentido, pode-se entender que existe uma discrepância entre o que se observa arqueologicamente e o que é registrado historicamente e oralmente – e que inclui a própria toponímia asurini dos lugares ao longo do igarapé.

No igarapé Ipiaçava, as aldeias do tempo do contato – como a aldeia Kwatinemu Velho – parecem ter sido ocupadas por antigos *tapy'yia* (inimigos) dos Asurini. O sítio Kwatinemu Velho possui uma data por termoluminescência situada na segunda metade do século XVII (Cal. 1624-1704). O fragmento que deu origem a essa datação foi coletado em subsuperfície (nível 2), na qual se observam cerâmicas asurini e cerâmicas antigas. As características do fragmento datado (cerâmica grossa – em termos de granulometria e espessura) são associadas às cerâmicas antigas e não asurini. Essa data torna-se representativa quando inserida no processo histórico das ocupações indígenas do interflúvio. Como já visto, as fontes históricas do século XVII-XVIII corroboram pensar o domínio territorial amplo das populações da família linguística Juruna (Yudjá-Juruna, Shipaya) no Xingu e no interflúvio Xingu-Iriri, e das populações falantes de línguas Tupi-Guarani na margem direita do Xingu e no interflúvio Xingu-Tocantins. O nome Ipiaçava, contudo, é provavelmente de origem Juruna, e foi registrado historicamente a partir da toponímia informada por pessoas juruna que guiaram os viajantes do século XIX.

Figura 46. Motivo inciso das cerâmicas arqueológicas e grafismo Juruna.

O grafismo inciso das cerâmicas que ocorre nos sítios ao longo do Xingu, e de forma menos preservada no sítio Kwatinemu Velho, combina volutas e traços sinuosos de grande semelhança com desenhos da pintura corporal e cerâmica dos coletivos de língua Juruna (Cf. VIDAL, 1985, p. 76). Tendo em vista a associação histórica entre os povos de línguas Tupi-Guarani e a região de interflúvio que abrange o Igarapé Ipiaçava, é difícil pensar que indícios de ocupações ancestrais Juruna nessa área resultem de processos de ocupação pacíficos – nunca são, diriam os tupinológos (e.g. FERNANDES, 1963; VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 181-265, 1986; CARNEIRO DA CUNHA e VIVEIROS DE CASTRO, 2009, p. 77-100; FAUSTO, 1992, 2001; LIMA, 2005; SZTUTMAN, 2012).

Mediante a tradição oral dos Asurini, verifica-se que as grandes aldeias de seus antepassados estão localizadas nas regiões do Rio Bacajá e cabeceiras dos igarapés Ipiaçava, Piranhaquara e Ipixuna, sendo os seus formadores ou igarapés secundários associados a lugares e caminhos que, provavelmente, conectavam a extensa região que abrange o alto curso desses igarapés. O conhecimento que os Asurini possuíam dessa região de interflúvio provavelmente deu a eles grandes vantagens sobre os seus inimigos ao longo do tempo. Mas, ao contrário da memória das grandes aldeias das áreas de cabeceira (*yrypyra* em Asurini) do Igarapé Piranhaquara, o médio-baixo curso do Igarapé Ipiaçava é conhecido como área de conflitos de guerra na qual, entre os séculos XIX-XX,

os Asurini enfrentaram colonos, caucheiros, e outros coletivos indígenas que viviam ou passaram a viver no médio-baixo Xingu. De modo que para os Asurini a expedição pelo Igarapé Ipiaçava foi um retorno a lugares específicos do contato. Trata-se de lugares do tempo da “correria” e a variabilidade formal das cerâmicas asurini arqueológicas do Igarapé Ipiaçava remete a esse tempo. Contudo, ao cruzar as narrativas históricas e indígenas com os dados arqueológicos, nota-se que as aldeias do contato não dizem respeito apenas a histórias de conflito do passado recente, no período pós-colonial o médio-baixo Igarapé Ipiaçava já seria ocupado por antigos inimigos dos Asurini.

Diferente das aldeias conhecidas até o momento no Igarapé Ipiaçava, as antigas aldeias do Igarapé Piranhaquara são anteriores ao contato oficial dos Asurini na primeira metade do século XX. As datações obtidas para as antigas aldeias Myryna e Ytypytiuú podem ser situadas na segunda metade do século XVIII. As cerâmicas desses sítios podem ser correlacionadas a esse tempo, o tempo de aldeias com muitas pessoas lembradas pelos anciões Asurini e associadas à memória de seu passado recente, quando essas aldeias também foram ocupadas por seus parentes mais próximos (SILVA, 2015, p. 156).

O primeiro aspecto a ser observado nos conjuntos cerâmicos do Igarapé Piranhaquara remete a variação na espessura das vasilhas, especialmente as formas do tipo *japepaí*. Em Ipukui, os fragmentos de borda associados à projeção de vasilhas *japepaí* apresentam espessuras entre 6mm e 8mm. Na coleção Myryna, as formas *japepaí* medem 5mm e 6mm de espessura, contudo, nessa coleção os potes de maiores dimensões, que correspondem a formas *japepaí* com bordas flexionadas ou cambadas, seriam um pouco mais espessos, medindo 7mm. Já em Ytypytiuú há projeções de formas *japepaí* que medem 5mm, 7mm e 9mm, com predomínio das de 5mm. No sítio Tapypiri ocorre algo semelhante ao sítio Ytypytiuú, com predomínio de *japepaí* com exatos 5mm e algumas formas com 6mm, 7mm e 9mm de espessura. As variações na espessura são, em muitos casos, relacionadas à variação do tamanho das vasilhas – esse aspecto é notado nos conjuntos associados às cerâmicas antigas cujos fragmentos de vasilhas de maior volume costumam apresentar paredes mais grossas. Entretanto, nas formas *japepaí* essa correlação não é verdadeira, pois *japepaís* de grandes dimensões medem, recorrentemente, meio centímetro de espessura e possuem corpo com paredes extremamente finas. Esse aspecto reforça o que é observado etnoarqueologicamente, ou seja, a variação na espessura do corpo do *japepaí* não está relacionada ao volume que a vasilha deve ter, mas à habilidade técnica da ceramista que o produziu (SILVA, 2009b, p.

129-131) – o que é notável nas vasilhas grandes que combinam curvaturas de borda, barriga bem marcada e espessuras entre 5mm e 6mm da base até a borda.

O segundo aspecto é o tamanho das vasilhas asurini das antigas aldeias do Igarapé Piranhaquara, em que formas *japepaí* variam entre 30cm e 58cm de diâmetro. Já as formas projetadas do tipo *já'é* variam entre 34cm e 44cm. Nesse conjunto há fragmentos de um assador com diâmetro aproximado de 1m, o qual se encontra em procedimento de restauro. Potes de maior volume, com morfologia similar à forma *yawa*, apresentam diâmetros de 34cm e 52cm. Formas de tamanhos pequenos e médios (12cm-30cm de diâmetro) também possuem visibilidade nesses conjuntos. Já vasilhas em miniatura são praticamente inexistentes nas coleções do Igarapé Piranhaquara, o que também ocorre nas coleções do Igarapé Ipiaçava, sendo formas em miniatura mais visíveis apenas na coleção do sítio Kwatinemo Velho.

Essa quase ausência de vasilhas em miniaturas pode ser simplesmente um reflexo da amostragem durante as etapas de campo, o que parece contraditório ao se considerar a variabilidade formal das cerâmicas registrada a partir das coletas realizadas. Os fragmentos pequenos e de espessuras que atingem até 2mm também podem indicar a presença de vasilhas miniaturas. Assim, a ausência destas estaria, nesse caso, pautada apenas na falta de bordas. Em todo caso, essas variáveis talvez não sejam suficientes para explicar a quase ausência de vasilhas miniaturas nas coleções cerâmicas das nove antigas aldeias Asurini (Itapemuu, Taiuviaka, Akapepugy, Kwatinemu Velho, Avatikirera, Ipukui, Tapypiri, Myryna, Ytapypiuú). Especialmente porque essa quase ausência está especificamente relacionada aos conjuntos asurini. Nos conjuntos associados às cerâmicas antigas, as vasilhas em miniatura possuem visibilidade e são identificadas nas coleções analisadas.

Nos conjuntos cerâmicos asurini registram-se quatro miniaturas (com diâmetro até 10cm), sendo três identificadas na coleção Kwatinemu Velho e uma na coleção Myryna. Como indicado etnoarqueologicamente, as vasilhas em miniatura entre as ceramistas Asurini dizem respeito ao processo de ensino-aprendizagem, à presença das crianças e das jovens no contexto social da produção cerâmica, e ao cotidiano da prática ceramista (SILVA, 2000, 2008, 2009b). Nesse sentido, a menor visibilidade das miniaturas nos conjuntos associados às cerâmicas asurini arqueológicas – especialmente nas coleções das aldeias coloniais e do contato recente – corrobora o que é apontado historicamente, relacionado com a ruptura demográfica ou número de mortes muito superior em relação aos nascimentos na sociedade Asurini no período do contato (MÜLLER, 1993, p. 13-48).

Nas aldeias do Igarapé Ipiaçava há predomínio de vasilhas pequenas e médias, e assim como as miniaturas, as vasilhas grandes, se existiram, talvez estejam depositadas nas antigas *tavyvas*, como observado na *tavyva* de Kwatinemu Velho.

Nas coleções cerâmicas das aldeias mais antigas do Igarapé Piranhaquara, também é observada certa ausência das vasilhas em miniatura, porém, isso não se aplica as vasilhas grandes. A memória ancestral dos Asurini dessas antigas aldeias, como dito, é de uma população numerosa, da intensificação dos conflitos de guerra e do domínio territorial. No século XVIII (período que corresponde a datas obtidas para os sítios Myryna e Ytypitiuú), as mazelas do processo de colonização há muito já atingiam as populações indígenas da Amazônia, inclusive com o espalhamento das doenças infectocontagiosas. No entanto, ao contrário do contexto arqueológico observado para o Igarapé Ipiaçava em períodos mais recentes, os sítios/antigas aldeias do Igarapé Piranhaquara exemplificam o domínio territorial que os Asurini tinham das regiões de cabeceira dos igarapés e interflúvio. Assim, ao contrário do tempo do contato, quando já estavam reduzidos demograficamente e os Asurini se sentiam ameaçados, as aldeias do Igarapé Piranhaquara correspondem a um tempo em que os Asurini provavelmente ameaçavam seus inimigos, imagem essa aparentemente mantida até o avanço definitivo dos Kayapó-Mebêngôkre no século XIX (*e.g.* TURNER, 1992) que, como apontou Friel (1963), só tiveram êxito devido ao enfraquecimento das populações Tupi-Guarani após séculos de colonização e políticas colonialistas.

Entre as cerâmicas asurini arqueológicas do Igarapé Piranhaquara não é possível distinguir exatamente as vasilhas associadas às ocupações mais antigas – datadas entorno do século XVIII, daquelas das ocupações mais recentes do século XX. As similaridades entre as cerâmicas desse conjunto e o contexto de deposição delas dificultam essa tarefa, o que se aplica especialmente às coleções das antigas aldeias. Do ponto de vista contextual, é possível considerar que grande parte das vasilhas inteiras dispostas na superfície dos sítios resulte das ocupações mais recentes, pois dificilmente se manteriam íntegras por tanto tempo nessas condições – haja vista a dinâmica ambiental da floresta e das próprias ocupações humanas subsequentes. Essa mesma observação não vale para os fragmentos cerâmicos na superfície dos solos, comumente associados a processos de ocupação distintos. Alguns aspectos da variabilidade formal, como a variação na espessura das formas *japepaí* já mencionada, acabamentos de superfície e morfologias, corroboram a diferenciação entre as cerâmicas das ocupações mais recentes e pós-coloniais. Nesse sentido, o terceiro aspecto relativo às coleções do Igarapé Piranhaquara

diz respeito à morfologia, na qual se observam variações estilísticas que podem corresponder a ocupações asurini mais antigas. Aspecto este a ser conversado com os Asurini futuramente.

Figura 47. Formas cerâmicas coleções sítios igarapé Piranhaquara

A partir das formas reconstituídas por meio dos fragmentos de borda das cerâmicas asurini arqueológicas do Igarapé Piranhaquara (na qual não foram consideradas as vasilhas inteiras), três aspectos chamam mais a atenção: o primeiro é o tamanho das vasilhas em relação aos conjuntos do Igarapé Ipiacava, sobre o qual já tecemos algumas considerações; o segundo é a maior visibilidade dos tipos *japepaí* e *jape'é*; e o terceiro é a presença de morfologias com características distintas das cerâmicas asurini etnográficas, aqui identificadas como variações de mesmo estilo tecnológico.

Silva (2000) mostra etnoarqueologicamente que formas do tipo *japepaí*, *já'e*, *jape'e* são mais utilizadas no contexto de uso doméstico e cotidiano, e que as formas como *japepaí* e *ja'e/ja'ekuia* também são parte das refeições e complexos rituais dos Asurini (ver também MÜLLER, 1993, p. 83-84). Müller (1993, p. 83-84) faz menção a algumas receitas preparadas nas panelas *japepaí* e que envolvem, além dos mingaus fermentados de mandioca e milho verde, diferentes combinações com farinhas, castanhas,

aves, caldos de carne, peixes crus ou moqueados e, posteriormente, cozidos. O *ja'e* seria tradicionalmente utilizado para servir mingaus, e o *jape'e* para a torrefação das farinhas.

Figura 48. Formas cerâmicas etnográficas Asurini. Adaptado de Silva, 2000.

As formas destinadas ao cozimento, como o *japepa'i* e *jape'e*, seriam mais frequentes no processo de formação do registro arqueológico, não só pela demanda de uso, mas também pelas características de performance associadas à tecnologia de produção – como a configuração da pasta mais porosa e permeável e, no caso das panelas, a manufatura de paredes finas e menos resistentes à quebra; e a funcionalidade dessas vasilhas – que ao serem destinadas para irem ao fogo são sujeitas ao estresse térmico e mecânico, este último ligado à manipulação da vasilha e ações de preparo dos alimentos. Ao contrário das vasilhas domésticas, as vasilhas rituais possuiriam menor frequência de uso. Esses fatores influenciam na vida útil e reposição das vasilhas (SILVA, 2000; 2008; 2009b; SILVA e CUNHA LIMA, 2015), o que se reflete na visibilidade arqueológica delas nos contextos deposicionais e, em especial, nos próprios conjuntos cerâmicos do Igarapé Piranhaquara. Mas não para por aí, existem outras histórias por detrás da tradição tecnológica de produção dessas vasilhas. Ambos os tipos, *japepa'i* e *jape'e*, remetem a morfologias amplamente reconhecidas nos conjuntos cerâmicos arqueológicos associados a populações Tupi. E como indicam Silva e Noelli (no prelo):

A cerâmica Asurini é um exemplo contemporâneo da relação entre língua e cultura material na história de longa duração dos povos Tupi – pois ela apresenta morfologias que se assemelham com as cerâmicas Guarani e Tupinambá, reforçando a noção de que os elementos comuns presentes em conjuntos artefatuais distintos estão entre os mais antigos.

A tradição tecnológica de produção das cerâmicas asurini mostra que um conjunto relativamente limitado de elementos técnicos, ao ser manipulado e combinado, pode dar origem a diferentes morfologias e significativa diversidade tipológica. A estrutura do corpo das cerâmicas arqueológicas asurini combina bases planas, plano-cônica ou convexa, corpo médio com contornos sinuosos/e inflexões que podem ser sobrepostas ou não, bordas de perfil reto-vertical, introvertido (côncavo) ou extrovertido (convexo). As vasilhas abertas e rasas geralmente combinam as morfologias de base e borda, e as vasilhas de profundidade média ou funda, abertas ou mais fechadas (restritivas), apresentam contornos sinuosos na transição base-corpo, no corpo médio, ou sobrepõem contornos de corpo e borda, ou base-corpo e borda. A única exceção seria o tipo kavioí, que apresenta corpo tronco-cilíndrico. Do ponto de vista morfológico, essa padronização formal das cerâmicas arqueológicas e etnográficas dos Asurini remete à história de longa duração dos povos Tupi. No entanto, a variabilidade formal e as variações no estilo técnico estão ligadas a contextos particulares e trajetórias históricas específicas.

A variabilidade na forma (ou contorno formal, shape) do tipo japepaí talvez seja o melhor exemplo para refletir sobre esses diferentes tempos e temporalidades. Os tipos japepaí estão presentes em todas as coleções arqueológicas associadas às ocupações asurini. E provavelmente, a sua versão em tamanho menor (ja'enywa), pintada com o grafismo tayngava e resina de jatobá, tradicionalmente utilizada para servir o mingau ritual do complexo ritual das flautas *Turé*²⁰ (Müller, 1993, p. 28 e p. 91), identificaria, pela primeira vez nas narrativas históricas, os Asurini (Silva e Noelli, 2015). Na etnografia realizada no final dos anos 1970, Müller (1993) observou que a panela japepaí é o símbolo da comida, sendo utilizada em ocasião ritual tanto em tamanhos grandes quanto menores. Mas a japepaí também é parte de refeições não ritualizadas e que congregavam pessoas de diferentes grupos domésticos, como notado nessa envolvente passagem:

O peixe cru ou moqueado é cozido com água, nas grandes panelas de cerâmica. Às vezes, coloca-se nesta água castanha-do-pará. Uma vez cozido, o peixe é servido da seguinte maneira: os convidados de sentam em círculo junto aos homens da casa. Ele [o anfitrião] estará, geralmente, sentado em sua rede; os demais sentam-se em bancos de madeira (alguns os levam de casa). No meio

²⁰ O complexo ritual das flautas *Turé* compreende ritos relacionados com a instituição das guerras, iniciação dos jovens e celebração das mortes. Do ponto de vista social, o *Turé* envolve a relação entre os grupos locais, a troca de bens culturais e a realização de casamentos (MÜLLER, 1993, p. 28 e p. 91). Esse complexo ritual duraria até quatro meses e seria invariavelmente realizado na passagem da estação chuvosa para a estação seca, sendo iniciado na colheita do milho e, portanto, também interligado ao ciclo econômico dos Asurini (MÜLLER, 1993, p. 92).

do círculo, a mulher coloca o caldo da carne cozida, servido numa travessa (já'é ou já'ekuia). Cada um se serve com a kuia, cabaça recortada que é usada para tomar líquido: o caldo é misturado com um pouco de farinha, dentro da kuia. Em seguida ao caldo, são servidos os pedaços de carne. Os visitantes comem uma parte, e a outra as mulheres levam para casa. A mulher que está servindo já separou, então, pedaços que juntará ao que sobrou na travessa (pouco). No caso de peixe, retiram-se desta parte todos os espinhos. Mistura-se a farinha de mandioca e a castanha-do-pará e leva-se tudo para pilar. Mistura-se um pouco do caldo e está pronta a mutava. Todos se servem e está terminada a refeição. Os convidados levam, também, um pouco de mutava para casa. Juntamente com a carne que já separam nas cabaças que levam para se servir, a mutava será a refeição da família nuclear, noutro momento do dia. (MÜLLER, 1993, p. 81)

No contexto etnográfico, a morfologia do japepaí apresenta diferentes variações formais, o que é notado também nas coleções arqueológicas. Nesse sentido, observam-se variações na morfologia das bases – japepaí com base/bunda convexa, plana ou saliente/levemente cônica (e.g. *ja'eniwa*). A parede ou barriga também possui variação morfológica, podendo ser mais ou menos saliente, posicionada, ora mais próxima da borda, ora mais próxima da base. A inflexão da borda extrovertida também é variável. De modo que algumas vasilhas possuem estrangulamento bem marcado na borda, que remetem tanto a um colarinho curto quanto a um pescoço pouco mais alongado. O grau de extroversão da borda pode ser discreto ou acentuado a ponto de lembrar uma flange sem ponto angular na face interna da borda. Os lábios, grosso modo, são finos e arredondados. Mas, assim como as outras partes das vasilhas, também possuem variações. Talvez o traço mais marcante dos lábios das vasilhas Asurini, e mais especificamente das formas japepaí, seja o delineamento sutil que destaca o lábio como se ele fosse um filete finamente aplicado no contorno da boca da vasilha. Nas vasilhas arqueológicas, esse acabamento remete a uma leve dobra na finalização do lábio. Há também os lábios levemente aplanados ou com reforço na face externa que pouco altera a espessura deles. A relação entre a abertura da boca e a altura da vasilha também pode variar, o que resulta em japepaís mais rasos ou pouco mais profundos. O que parece não variar, nesse caso, é a relação entre o diâmetro da boca e a largura do ombro/barriga. De modo que o diâmetro máximo da boca é sempre igual ou menor ao diâmetro máximo do ombro/barriga. Aspecto esse ligado à sustentação/equilíbrio da vasilha para ficar de pé. A estrutura que se sobressai a todas essas variações é a de um tipo de vasilha irrestritiva, com abertura maior ou igual ao diâmetro máximo do corpo da vasilha, com profundidade média ou funda caracterizada pela inflexão da borda (extrovertida), barriga/ombro destacados, lábios arredondados. Trata-se de vasilhas de contornos sinuosos e inflexões (boca e corpo médio) sobrepostas. No sítio Ytypituiú, a morfologia com borda cambada

pode ser vista como uma variação da forma *japepaí*. Nesse caso, com diferença na terminação da borda.

Peça 5
Erêndira

Figura 49. Sítio Ytapytiúú: peça KTM 19-02. A vasilha possuiria 56cm de diâmetro.
Desenho Erêndira Oliveira.

Essa morfologia é, historicamente, associada ao preparo de bebida alcoólica fermentada – *cauim* (BROCHADO, 1991), cujo consumo não é registrado entre os Asurini após o contato. Na borda projetada, a inflexão é suavizada na face interna, não chega a formar o ângulo de 90° comumente presente em outras coleções arqueológicas com morfologias correlatas e, em geral, mais antigas – identificadas entre os Tupinambá do século XVI e nos sítios pré-coloniais da região de interflúvio Xingu-Tocantins. Já a forma identificada no sítio Myryna é correlata com a morfologia *cambuchí iguaba* da cerâmica Guarani. Como descrito por Noelli (1993, p. 210), trata-se de “tigelas abertas e levemente restringidas, de contorno composto ou complexo, com um ponto de ângulo marcando a junção da base conoidal com a borda convexa [extrovertida], reta ou côncava [introvertida]”. Essa peça é corrugada na face externa e apresenta espessa camada de deposição de fuligem também na face externa. Diferente do *japepaí*, as vasilhas de forma semelhante ao *cambuchí iguaba* Guarani, aparentemente, deixaram de existir nos conjuntos cerâmicos asurini, mudança que pode estar relacionada à própria interrupção das cauinagens. É provável também que essa forma tenha sido substituída pelo tipo *já’ekuia* que, por sua vez, é semelhante ao tipo *cambuchí yarucuaî* Guarani. É interessante notar que, ao se tirar a cintura e a barriga da vasilha anterior (*japepaí* com borda cambada) e prolongar verticalmente sua borda, obtém-se uma forma muito semelhante ao *cambuchí iguaba*.

Figura 50. Sítio Myryna: peça KTM 17-165. A vasilha possuiria 36cm de diâmetro, sem escala. Desenho: Erêndira Oliveira.

O possível *japepaí* com borda cambada ou a tigela de corpo corrugado apresentam um traço distintivo, que é a presença de ângulos no corpo das vasilhas, os quais não são observados nos conjuntos cerâmicos asurini mais recentes. Assim como parte das cerâmicas das antigas aldeias, as coleções dos sítios Maritaiva'pijá, Kumanayká e Aray'pijá, localizados no médio-baixo curso do Igarapé Piranhaquara, apresentam cerâmicas provavelmente mais antigas, com estilo tecnológico mais próximo dos conjuntos arqueológicos associados às populações de línguas Tupi-Guarani da região de interflúvio Xingu-Tocantins, local onde se observam morfologias correlatas às formas *yapepó* e *cambuchi caguâba* Guarani, além de outros fragmentos de vasilhas com a borda cambada. No sítio Kumanayká, em especial, observa-se forma correlata ao *yapepó* ou vasilha de forma cônica, com borda introvertida e parede de espessura mais grossa, que apresenta resquícios de engobo vermelho e resina vegetal queimada na face externa. Já a tigela de servir/consumir, ou *cambuchi caguâba*, possui borda introvertida, lábio arredondado, parede de espessura fina e engobo vermelho em ambas as faces, interna e externa. Ambas as vasilhas possuem ângulos suaves ou pouco marcados na intersecção entre borda e corpo. Também faz parte da coleção um fragmento de corpo de pequena vasilha com pintura em faixa vermelha na face externa e traços pretos sobre engobo vermelho na face interna. A cerâmica do sítio Kumanayká, especialmente a vasilha com grafismo pintado em preto e vermelho na face interna, foi considerada por Moreyra, pajé Asurini, como cerâmica de um lugar onde teriam vivido seus antepassados mais distantes.

8.2. As cerâmicas antigas dos ancestrais Juruna e Karib

Como mencionado em capítulo anterior, grande parte dos sítios arqueológicos registrados na T.I. são compostos por registros de ocupação anteriores aos Asurini. Os sítios que compõem as coleções mais representativas das cerâmicas antigas são: Itapemuu e Kwatinemu Velho, localizados no Igarapé Ipiaçava; e Aldeia Kwatinemu e Yvytyrapitera, na aldeia Itaaka, situados nas margens do Rio Xingu. Além desses sítios, há outros compostos por coleções menores, como o Avatikirera, Yaí, Kaafera do Ativa, Kururu-y, Itapemi, Kupujujá e Murumunaka. A maioria desses sítios apresenta configurações complexas e diferentes processos de ocupação, associados a depósitos espessos de terra preta, áreas relativamente extensas, topografias e contextos de implantação distintos – em terraços, topos de morro de maior altitude e ilhas, formados por oficinas de polimento, situados em canais secundários do rio Xingu. Por volta do início do segundo milênio da era cristã, essas ocupações estariam relacionadas a continuidades culturais observáveis no estilo tecnológico das cerâmicas. Ao considerar os dados relativos a cerâmicas etnográficas, bem como os dados históricos, linguísticos e arqueológicos, proponho que esses sítios e coleções estão interligados à história de longa duração das populações falantes de línguas Juruna e às relações históricas estabelecidas entre essas populações e ancestrais de línguas Tupi-Guarani e Karib no médio-baixo Xingu.

O mapeamento da variabilidade formal das coleções cerâmicas analisadas demonstra que as características mais expressivas das cerâmicas antigas podem ser resumidas da seguinte maneira: trata-se de cerâmicas com pasta rica em grãos minerais na fração areia e grânulos, com maior visibilidade de feldspatos. A manufatura é acordelada, com pouca obliteração dos roletes e queima de oxidação completa notada na maioria dos fragmentos. As vasilhas possuem paredes pouco mais espessas (entorno de 7mm) em relação as cerâmicas asurini (entorno de 5mm), o que é notado mais especificamente nas morfologias que seriam comumente empregadas para a cocção (panelas). No conjunto das cerâmicas antigas, contudo, as espessuras parecem variar em relação ao tamanho das vasilhas (se maiores ou menores). E, como notado nos conjuntos asurini, não haveria variação significativa de espessura no perfil de uma mesma vasilha. A estrutura morfológica das vasilhas seria pautada em contornos esféricos, semiesféricos, cônicos e planos. A presença de ângulos no corpo das vasilhas é uma característica expressiva nesses conjuntos, com contornos angulares no acabamento da borda – com reforço no lábio e flanges posicionadas na horizontal ou deitadas; corpo médio – com carenas de ângulo acentuado e ombros. Os acabamentos de superfície são diversificados, mas nota-

se o predomínio de engobo vermelho, pinturas em branco e vermelho, incisões finas com motivos espiralados, ondulados, angulares, corrugados, roletados e aplicação de figuras zoomorfas. No médio-baixo Xingu, esses atributos identificam o que é tratado nesta tese como cerâmicas ancestrais Juruna.

Figura 51. Formas cerâmicas Igarapé Ipiçava

A cerâmica arqueológica Juruna é, de maneira geral, uma “cerâmica grossa”. Como já salientado várias vezes, o qualificativo “cerâmica grossa” está relacionado menos com a espessura do que com as qualidades da pasta e a aparência visual dessas cerâmicas no próprio contexto arqueológico. Essas cerâmicas não apresentam policromia e, nesse aspecto, diferenciam-se, de certa maneira, das etnograficamente conhecidas que sobrepõem grafismos em preto e branco sobre fundo (engobo) vermelho-vinho. Diferentemente das cerâmicas etnográficas, os grafismos das cerâmicas Juruna arqueológicas seriam especialmente aplicados por meio de incisões. Além das incisões, os acabamentos de superfície mais comuns são o corrugado, o roletado e o digitungulado no lábio. A grande maioria das cerâmicas, entretanto, possuem apenas superfícies alisadas e com engobo vermelho. Assim como determinadas morfologias, esses

elementos técnicos se repetem, ou seja, estão presentes em praticamente todas as coleções analisadas.

Foto 53: Vasilhas cerâmicas Juruna etnográficas. Acervo Antropologia MPEG.

A família linguística Juruna é uma das dez famílias linguísticas que constituem o tronco de línguas Tupi; ela é associada ao ramo oriental de línguas desse tronco. O ramo oriental é composto pelas famílias Tupi-Guarani, Awetí, Mawé, Mundurucu, além, claro, das línguas Juruna (RODRIGUES, 1985; CABRAL et al., 2014). Como observado no estudo mais recente realizado por Correa-da-Silva (2011), há poucos trabalhos sobre as línguas Juruna (Juruna/Yudjá e Shipaya), especialmente no subcampo da linguística histórica e no aprofundamento das questões linguísticas apontadas por Nimuendajú (1948), em meados do século XX. Entretanto, ressaltam-se dois aspectos relativos à origem das línguas Juruna. O primeiro, apontado anteriormente, indica um fracionamento mais antigo dessa família, do Proto-Tupi. E o segundo aspecto, interligado ao primeiro, é que as línguas Juruna e Mundurucu já estiveram ligadas ao Proto-Mawé-Awetí-Tupi-Guarani em um período remoto, só começando o processo de mudança depois de terem se separado dessas últimas. Identificam-se assim relações genéticas mais próximas entre as famílias do ramo oriental, o que seria especialmente notado por meio de mudanças

vocálicas compartilhadas não só pelas famílias Mawé-Awetí-Tupi-Guarani, mas também pelas famílias Juruna e Mundurucu. Em ambos os casos, a protolíngua Juruna é correlacionada indiretamente a influências linguísticas do Proto-Karib. No primeiro caso, apontam-se o relacionamento genético entre Tupi-Karib e Macro Jê, ou seja, como parte da origem do próprio Proto-Tupi. E, no segundo caso, identificam-se influências (por empréstimo lexical associado a contato interétnico) das línguas Karib no ramo oriental, mais especificamente no Proto-Awetí-Tupi-Guarani (Cf. RODRIGUES, 2005a, apud CORREA-DA-SILVA, 2010, p. 67-76).

Diferente dos etnônimos Juruna mencionados desde o século XVII, as fontes históricas citam coletivos de línguas Karib no médio-baixo Xingu apenas no século XIX, com referência a populações de língua Arara, pertencente ao subgrupo linguístico Baikari – Ikpeng (MEIRA, 2006). Desde esse período (por volta de 1850), mencionam-se contatos entre os Araras e os “brancos” da região do Xingu-Iriri. Assim como os Asurini, os Arara se dividiram em vários subgrupos, forçados a constantes deslocamentos, seja por ataques orquestrados por outros coletivos indígenas, especialmente Kayapó e Juruna, seja por perseguições de seringueiros, caçadores ou colonos (TEIXEIRA-PINTO, 1997, p. 206). De modo que, coletivos de línguas Juruna há séculos vivem em territórios historicamente cercados por grupos de línguas Karib a oeste e ao sul da bacia do Xingu e por populações de línguas Tupi-Guarani a leste e na margem direita do Xingu. Ao considerar as informações histórico-etnográficas sobre o contato e os conflitos de guerra entre essas populações, Corrêa-da-Silva (2011, p. 358) indica que o contato interétnico com povos Karib, incluindo o consequente empréstimo lexical, também pode ter ocorrido de forma independente pela família Juruna.

Na relação entre língua e cultura material, os conjuntos cerâmicos associados às ocupações pré-coloniais e pós-coloniais Juruna no médio-baixo Xingu possibilitam retomar as hipóteses enfatizadas por Noelli (1996, p. 9), em que se postula que: “1) as diferenciações materiais acompanharam as derivações linguísticas; e que 2) as diferenciações materiais e tecnológicas não aconteceram isoladamente, mas a partir de fenômenos culturalmente encadeados”. Considerando a primeira hipótese, ressalta-se que há similaridades entre as cerâmicas arqueológicas Juruna e os conjuntos Tupi Norte Ocidental (Cf. CORRÊA, 2014) ou do sudoeste amazônico (ALMEIDA, 2013; ZIMPEL, 2008; CRUZ, 2008) quanto à morfologia, a uma menor variabilidade de acabamentos de superfície (i.e. corrugados, incisos e engobo vermelho) e à ausência de policromia –, esta última parece ser estrutural às cerâmicas Juruna. Todavia, essas cerâmicas apresentam

características que lhes são próprias, distinguindo-se dos conjuntos associados a outros povos Tupi e populações de línguas Tupi-Guarani do leste amazônico. O reconhecimento de morfologias mais similares aos tipos *yapepó*, *ñaetá* e *cambuchi*, bem como a adição de ângulos bem marcados no corpo das vasilhas, comparativamente aproxima as cerâmicas arqueológicas Juruna aos estilos Guarani e Karib.

Uma das conclusões apresentadas por Corrêa (2014), após comparação entre os conjuntos Tupi de fora da Amazônia e os conjuntos Tupi Norte Oriental, recai justamente na observação de que as cerâmicas do interflúvio Xingu-Tocantins são mais similares às cerâmicas dos Conjuntos Guarani. Ao contrário das cerâmicas Tupinambá, “que contaria[m] com maior número de inovações, as Guarani parece[m] ter passado apenas por mudanças métricas/escalas nos elementos já presentes nas cerâmicas da Amazônia” (CORRÊA, 2014, p. 215). Nesse sentido, o que diferenciaria as cerâmicas arqueológicas Juruna das cerâmicas Tupi-Guarani do leste amazônico?

Antes de responder é interessante retomar que: ao analisar as cerâmicas Tupi-Guarani da região do Rio Itacaiúnas, onde ainda se mantém as datas mais recuadas para os sítios de proveniência Tupi-Guarani (ca.150 d.C.), pude perceber que determinados elementos técnicos se tornariam mais visíveis com o passar do tempo, ao passo que outros, seriam nitidamente transformados. Para o sítio Mutuca, com cronologias entre 700 d.C. e 1200 d.C., essa observação parece fazer sentido (GARCIA, 2012). De modo que a policromia, ou a produção de grafismos complexos por meio da pintura, seria um dos elementos de tecnologia que se tornaria mais visível, ao passo que o ângulo – ou mais especificamente, as bordas tipo flange – daria lugar para contornos cada vez mais sinuosos na confecção das vasilhas. O tipo *japepaí* asurini talvez possa ser tido como o resultado extremo desse processo de transformação de longo termo. Algumas vasilhas inteiras, exemplificadas por Corrêa (2014) como de maior semelhança com o tipo *cambuchí* Guarani, são provenientes da região do Rio Itacaiúnas, mais especificamente do sítio Domingos, com cronologia situada por volta de 700 d.C. (PEREIRA et al., 2008), sendo este último provavelmente contemporâneo ao sítio Mutuca. Nesse sentido, as cerâmicas Tupi-Guarani do leste amazônico, estilisticamente mais similares às cerâmicas Guarani, talvez sejam parte de conjuntos mais antigos ou de complexos cerâmicos mais específicos – neste caso, associado à fase Itacaiúnas.

Há também outra variável. Ao se considerar que as morfologias possibilitam de fato a percepção dos elementos mais estáveis das tradições ceramistas, tal como é demonstrado por exemplos etnoarqueológicos (STARK, 1999; GOSSELAIN, 2008), e a

esse respeito, a própria arqueologia Tupi não deixa muitas dúvidas (BROCHADO, 1984, 1991, NOELLI, 1996, 2008; CORRÊA, 2014; SILVA e NOELLI, *no prelo*), a mudança no contorno de formas correlatas ao tipo *cambuchí*, presentes nos conjuntos cerâmicos Tupi-Guarani do leste amazônico, pode ter sido tão lenta quanto o próprio processo de diversificação linguística das populações que as produziram. Uma das consequências dessa percepção é que a variação estilística na morfologia e o desenvolvimento da policromia não seriam entendidos, portanto, como paralelos temporalmente. O surgimento da primeira seria anterior as mudanças morfológicas observáveis nos conjuntos Tupi-Guarani do leste amazônico (LATHRAP, 1970; BROCHADO, 1984; ALMEIDA, 2013). Tais aspectos me parecem fundamentais para o entendimento da tradição cerâmica Juruna ao longo do tempo, que, diferentemente de seus vizinhos, manteria os elementos morfológicos de maior antiguidade nos conjuntos Tupi e não desenvolveria a [re]produção de grafismos policrômicos ou em bicromia, mais tipicamente reconhecidos nos conjuntos cerâmicos Tupi-Guarani.

Ao correlacionar as cerâmicas Juruna aos estilos Guarani, portanto, refiro-me as características morfológicas duráveis e que remetem ao caráter prescritivo do estilo tecnológico Guarani (Cf. NOELLI, 1993), especialmente notado nas vasilhas associadas ao preparo e ao consumo de bebidas fermentadas. Ao mesmo tempo, as cerâmicas Juruna arqueológicas apresentam maior proximidade com o estilo Karib²¹, o que é percebido na manutenção de flanges labiais pouco pronunciadas ou largas, além de determinados acabamentos de superfície que parecem refletir os aspectos mais variáveis da tradição tecnológica (i.e. STARK, 1999; GOSSELAIN, 1992, 2000, 2008; BOWSER e PATTON, 2008; SILVA, 2000b, 2009) percebidas sob a ótica das mudanças de longa duração (i.e. LATHRAP, 1970; LATHRAP e DEBÖER, 1979; ROE e SIEGEL, 1986; BROCHADO, 1984, 1991; NOELLI, 1996; WÜST, 1999; HECKENBERGER, 2001, 2005; NEVES, 1998; ROCHA, 2012, GARCIA, 2012; ALMEIDA, 2013; CORRÊA, 2014).

²¹ As cerâmicas ancestrais Karib do médio-baixo Xingu apresentam pasta rica em grãos minerais, porém, mais fina. As vasilhas são mais finas, bem alisadas, com acabamentos angulares, especialmente nas bordas – com lábios reforçados ou flanges largas, presença de ombro e carena, e vasilhas com menores dimensões ou volume. Os acabamentos de superfície seriam realizados por meio de excisões, incisões, ponteados, entalhados, engobo vermelho, apliques zoomorfos e zooantropomorfos, bordas floriformes/ou lobuladas, acanalados e filetes aplicados. Apesar da grande variabilidade de acabamentos de superfície, observa-se o predomínio de cerâmicas com superfície simples, apenas alisadas – registro feito pela análise de coleções arqueológicas pertencentes ao acervo do MPEG provenientes de sítios localizados na margem esquerda do Xingu, Rio Iri e Volta Grande do Xingu. Essas cerâmicas apresentam similaridades mais próximas ao estilo Koriabo associado a sítios do interior do Amapá e Guianas (e.g. ROSTAIN, 2016; SALDANHA et al., 2016).

De forma abrangente, nas coleções arqueológicas provenientes de sítios localizados na margem direita do Xingu, Rio Iriri e Volta Grande do Xingu, a presença de cerâmicas com características comuns aos estilos Karib e Tupi é uma constante. E apesar de não haver uma associação direta entre essas coleções e as datações realizadas pelo PRONAPABA, a maioria das datas obtidas concentram ocupações a partir do segundo milênio da era cristã e remetem a um contexto similar ao observado no Yvytyrapitera. Essas questões abrem uma série de perguntas para a arqueologia do médio-baixo Xingu, uma delas é sobre a própria antiguidade das ocupações associadas aos falantes de línguas da família Juruna e Karib, e qual a correlação temporal entre os sítios e as cerâmicas interligadas às populações ancestrais falantes de línguas dessas famílias? Outras questões são: qual a história das ocupações Karib no médio-baixo Xingu? A partir de que momento os ancestrais Juruna teriam estabelecido o domínio territorial das áreas ao longo do rio, historicamente delimitada entre o Rio Fresco e a Volta Grande do Xingu – cartografia essa, amplamente enfatizada pelas fontes históricas, mitologia e tradição oral Juruna? Por ora, é possível dizer que as características dos sítios arqueológicos e a variabilidade formal das cerâmicas do médio-baixo Xingu e áreas de interflúvios dialogam com os dados históricos e linguísticos que situa os ascendentes de línguas Juruna no médio-baixo Xingu. A princípio, as cerâmicas pré-coloniais e pós-coloniais dos povos de línguas Juruna incorporaram em seus estilos tecnológicos características observadas na variabilidade formal dos complexos cerâmicos associados aos povos de línguas Karib. Entretanto, ainda não é claro se o estabelecimento de ancestrais Karib no médio-baixo Xingu antecede as ocupações pré-coloniais Juruna, tal como notado nos contextos de ocupação Tupi-Guarani nas áreas de interflúvio.

CONCLUSÃO

A indigeneidade das paisagens - último horizonte de reflexão

People relate to place and time through memory, but the memories maybe of other places and other times (BENDER, 2002, p.107).

A arqueologia do passado recente dos Asurini acrescenta outras camadas à história de longa duração Tupi-Guarani. Diferentemente da narrativa dos arqueólogos sobre a origem Tupi e Tupi-Guarani, e da ligação que fazem entre essa história e os Asurini, Kwain, jovem liderança Asurini, relatou para Silva (2015) que os Asurini nasceram de *Uirá* e *Ajaré* (também grafado como *Uajaré*), personagens míticos que estão na origem dos Asurini e de seus antepassados (ver SILVA, 2015, p.147; SILVA *et al*, 2011, p. 56). Depois da grande enchente do fim do mundo, *Ajaré* e *Uirá* (garça ou grande pássaro) povoaram a terra com muitos filhos, dando origem aos xamãs primordiais e aos Asurini. Existem duas versões do mito de *Ajaré*. Na versão coletada por Müller (1993), a palmeira suspende *Ajaré* ao alto, que fica sentado num banco, seu companheiro, é um camaleãozinho. As palmeiras, em ambas as versões, aparecem como elemento anterior à tragédia do fim do mundo, fazendo parte do tempo ancestral dos Asurini. Nesse mesmo mito, ressalta-se o papel feminino na aquisição do fogo, através do qual a humanidade obteve o alimento cozido e o mingau fermentado, compartilhado por espíritos, humanos e xamãs (MÜLLER, 1993, p.151).

Pode-se dizer que acompanhar os Asurini até as suas antigas aldeias e roças é vivenciar o tempo mítico de suas narrativas, e perceber que os lugares contam outras histórias. Entretanto, essa percepção não se dá a partir de ‘histórias contadas’ efetivamente, mas no curso das experiências vividas. Como argumentaram os Wajãpi no diálogo apresentado por Cabral (2014, p.397), se para os arqueólogos o mais antigo está ‘embaixo’, na parte mais profunda da estratigrafia, para eles (Wajãpi) é o oposto, o mais antigo está ‘em cima’, na copa das árvores. Se deslocarmos essa observação dos Wajãpi

para a temporalidade das paisagens, essa percepção faz todo sentido, afinal, a paisagem que se vive vem de muito tempo, e esta, não está enterrada.

No primeiro capítulo dessa tese utilizei um trecho de diálogo com Apebu Asurini. A conversa se deu na roça, e ambos olhávamos para um *japepaí*, quebrado em muitas partes. Nesse momento, Apebu me explicava que seu pai gostava de viver naquela roça, e que o *japepaí* era do tempo em que seu pai e sua mãe tomavam mingau juntos. Com as mãos, Apebu retirava cuidadosamente as folhas e a terra que cobriam os fragmentos, dizendo que seu pai era um pajé forte, e para que o mesmo não ficasse bravo de mexerem no *japepaí*, era preciso que ele (Apebu) estivesse por perto e cuidasse da vasilha.

Foto 54: vasilha *japepaí* quebrado, Roça Velha Pai de Apebu.

A camada superficial de lugares como a roça do pai de Apebu, muitas vezes descontextualizada pela globalização e pelos projetos de (des)envolvimento empreendidos pelo Estado, é parte de camadas mais profundas, interligadas a origem das paisagens amazônicas que se conhece hoje. Essas paisagens podem ser adjetivadas de várias maneiras – paisagem ecológica, social, política, colonial, ritual, simbólica, e assim por diante, mas qualquer adjetivo que se possa eleger para qualificá-las está irremediavelmente ligado à temporalidade e regimes de historicidade das populações indígenas contemporâneas (i.e. SANTOS-GRANERO, 1998, 2009; SILVA, 2002; WHITEHEAD, 2003; VIDAL, 2002, 2003; HILL, 2011, 2013; HECKENBERGER, 2007, 2011; CABRAL, 2014a; 2014b). Como arqueóloga, o *japepaí* que vejo é muito diferente do *japepaí* que o Apebu vê. Mas existe um ponto em comum que vai além do lugar e do objeto, pois o *japepaí* é parte das histórias de vida dos Asurini nessa região do

médio-baixo Xingu. O modo como essa história é contada a partir da percepção arqueológica é que é, portanto, o que nos separa (eu e Apebu) do mesmo lugar.

Os Asurini possuem uma história de longa duração na região de interflúvio do leste amazônico, sendo a sua língua provavelmente uma das ramificações mais antigas das línguas Tupi-Guarani do interflúvio Xingu-Tocantins (cf. MICHAEL et al, 2015). O *japepaí* de certa forma incorpora – como diriam Fausto e Heckenberger (2007, p.5), “a dialética existente entre mudança histórica e continuidade estrutural – onde a transformação é constitutiva do plano das permanências”. Para ilustrar essa percepção a partir da variabilidade formal das cerâmicas podemos retomar a classificação feita pelos Asurini, e que separa as cerâmicas finas das cerâmicas grossas. Do ponto de vista arqueológico, a espessura dos fragmentos tornou-se um dos atributos de diferenciação entre as cerâmicas, tanto do ponto de vista da variabilidade formal de cada conjunto; quanto do ponto de vista dos estilos técnicos que os caracteriza. Nesse sentido, as diferenças de espessura são relativas tanto à variabilidade morfológica dos conjuntos associadas a um mesmo estilo tecnológico; quanto à tradições tecnológicas distintas, associadas às cerâmicas asurini arqueológicas, e mais genericamente, às cerâmicas antigas.

As características de *performance* das vasilhas de paredes finas e paredes grossas estão interligadas a história que o *japepaí* possibilita contar a partir da narrativa arqueológica. A morfologia do *japepaí* – enquanto tipo e forma de vasilha – é reconhecida em diferentes conjuntos cerâmicos arqueológicos associados às populações de línguas Tupi-Guarani, sendo, neste caso, correlacionada a uma identidade cultural e origem linguística comum às populações falantes dessas línguas. Ao mesmo tempo, o *japepaí* tal como é conhecido e nomeado, é parte da trajetória histórica dos Asurini e de mais ninguém. Entretanto, se olharmos o *japepaí* a partir da história de longa duração Tupi-Guarani, veremos vasilhas com morfologias similares em diversos conjuntos cerâmicos arqueológicos, é o caso do *yapepó* Guarani, por exemplo. O *japepaí* e o *yapepó* identificam panelas produzidas para irem ao fogo e cozinhar, e de uso secundário, em contexto funerário, cujas dimensões, diâmetros de boca, acabamentos de superfície e morfologia da base, podem variar. Do ponto de vista arqueológico, as panelas do tipo *japepaí* ganharam contornos (*shape*) diversificados ao longo do tempo (ca. 1800 anos). No leste amazônico, formas com bordas extrovertidas, aos poucos foram ganhando ângulos, incorporando flanges, carenas, ângulos escalonados. Esses contornos angulares seriam lentamente substituídos por contornos sinuosos, mantendo ombros e barrigas

salientes. Essa reconstituição [ideal] diz muito sobre a origem do *japepaí*. Diferentemente dos contextos arqueológicos pré-coloniais onde as formas do tipo *japepaí* apresentariam maior variabilidade formal²², o *japepaí* Asurini obedece a regras rígidas de confecção, que combinam contornos e espessura, que do ponto de vista das características de *performance*²³, o tornam uma vasilha perfeita ao uso a que se destina.

Uma das principais transformações observadas na padronização formal do *japepaí* no período pós-colonial em relação às vasilhas pré-coloniais está na espessura. Como mostram as experiências etnoarqueológicas, diversos fatores podem afetar a forma e a funcionalidade das vasilhas, o que implica em considerar aspectos sociais, políticos, econômicos e/ou trajetórias históricas específicas. De modo que, as mudanças no estilo podem ser rápidas ou graduais a depender de aspectos sociológicos e/ou contingenciais (STARK 1999, 1998; STARK et al., 2008; GOSSELAIN, 1992, 2000; ARNOLD, 2000; HEGMON, 2000; COSTIN, 2000; STAHL, 1999; SILVA, 2000, 2008; DOBRES, 2010; PIKIRAYI e LINDAHL, 2013). Historicamente, a espessura fina do *japepaí* pode ter favorecido o ritmo acelerado das mudanças decorrentes dos processos de colonização, cuja perda territorial e redução demográfica impuseram diversas limitações de acesso a determinados lugares e recursos ambientais comuns à produção dos objetos culturais, além da intensificação das dinâmicas de mobilidade e instabilidade contínua dos modos de vida tradicionais. Ao reduzirem a espessura da parede de suas vasilhas, as mulheres Asurini prolongaram o tempo de uso das suas fontes de argila, e ao mesmo tempo, mantiveram todas as características positivas de *performance* das panelas destinadas a irem ao fogo, cuja durabilidade passaria a exigir ainda mais cuidado, pois ao tornarem a parede de suas vasilhas mais fina, as tornaram também, mais frágeis. Portanto, o *japepaí* que observo ao lado do Apebu, mostra que ao longo de séculos de colonização e perda em termos demográficos e territoriais, as mulheres Asurini fizeram do *japepaí* uma panela ainda mais bonita (*ikatu*), cuja simetria, proporcionalidade e espessura, superam a habilidade técnica de seus ancestrais Tupi-Guarani do interflúvio Xingu-Bacajá-Tocantins. Por outro lado, esse mesmo processo pode ter interrompido as grandes cauinagens, e com ele, várias vasilhas deixaram de existir, ou ficaram adormecidas na memória.

²² O que inclui principalmente variações na finalização da borda, acabamentos de superfície e espessura da parede.

²³ Cerâmicas de paredes finas com as características de pasta do *japepaí* proporcionam melhor absorção e condução do calor e cozinham mais rápido; além disso, os contornos curvilíneos minimizam o *stress* térmico e proporcionam uma melhor distribuição do calor durante as ações de cozimento.

Como Silva (2000) e Müller (1993) mostram, para os Asurini a cerâmica só é bem compreendida quando percebida diante da noção de totalidade que os Asurini expressam em relação aos objetos, e que abarca as relações sociais e o conteúdo intrínseco da própria forma das coisas "relacionado á outras esferas, como a cosmologia e a mitologia á ela associada" (MÜLLER, 1990, p.217, apud SILVA, 2000, p.52). Nesse meio, a cerâmica assume a mesma importância que o xamanismo na produção e transmissão cultural. Mas ao se tornarem *tapemberas*, os corpos das panelas Asurini perdem a forma, se espalham e se misturam às cerâmicas de seus ancestrais míticos, fazendo emergir narrativas onde fronteiras culturais e temporais que marcam a narrativa arqueológica não existem. Junto às cerâmicas de paredes finas, existem as cerâmicas de paredes grossas, pertencentes à *Anumaí*, primeira *Uirasimbé* – dona do mingau no tempo dos xamãs primordiais.

Na narrativa arqueológica, as cerâmicas de paredes grossas também evocam outro tempo. Essas cerâmicas são amplamente identificadas nos sítios ao longo do Xingu, implantados em topografias distintas – topos dos morros, nas ilhas, nos terraços não inundáveis. Do ponto de vista arqueológico, argumento que esses sítios são parte da história das populações ancestrais falantes de línguas Juruna e Karib. A cronologia conhecida para os sítios do médio-baixo Xingu até o momento aponta que as ocupações mais antigas associadas aos ancestrais dessas populações se dariam por volta de 300 d.C.- 400 d.C., contudo, a grande maioria das datas estão situadas por volta de 700 d.C. - 1000 d.C. As ocupações ancestrais Karib no médio-baixo Xingu são notadas em sítios localizados nos topos dos morros. Essa topografia seria comum aos sítios datados por volta do ano 1000 d.C. no Xingu-Iriri. Entretanto, esses sítios apresentam configurações distintas nas áreas localizadas no interior da Volta Grande do Xingu e baixo Xingu. A partir da leitura do contexto mais abrangente das ocupações pré-coloniais do leste amazônico, propõe-se que os ancestrais de línguas Karib remetem a paisagens iniciais de ocupação das áreas de interflúvio e ao longo do Xingu. Ainda se conhece pouco da história pré-colonial e pós-colonial dessas populações no leste amazônico. Entretanto, considerando os dados arqueológicos, linguísticos e históricos sugere-se que tanto nos conjuntos cerâmicos Tupi-Guarani quanto nos conjuntos cerâmicos Juruna observam-se processos de transformação tecnológica de longo prazo, especialmente relacionados às morfologias e elementos simbólicos presentes nos corpos das cerâmicas, e que se cruzam fundamentalmente com a história dos ancestrais de línguas Karib que provavelmente, já habitavam a região de interflúvio Xingu-Tocantins (1000 a.C. – 800 d.C.). Mas,

diferentemente das áreas de interflúvio onde as ocupações ancestrais Karib parecem ter sido interrompidas por volta de 700 d.C., no Xingu, a história Karib teria continuidade ao longo do segundo milênio da era cristã.

Como observado para a região de interflúvio, as cerâmicas Juruna incorporam características comuns às cerâmicas associadas ao estilo tecnológico dos povos Karib, sendo a principal dessas características a reprodução de ombros e flanges no corpo das vasilhas. Diferentemente dos conjuntos cerâmicos das áreas de interflúvio, as cerâmicas Juruna do médio-baixo Xingu apresentam menor variabilidade de acabamentos plásticos, e motivos pintados são raros. As grandes vasilhas de paredes grossas destinadas ao preparo do *cauim*, “com aparência de dois cones truncados e unidos pela sua base”, como observado por Métraux ([1928] 2012, p.338) são comuns aos conjuntos Juruna, e praticamente inexistentes nos conjuntos cerâmicos conhecidos das áreas de interflúvio Xingu-Tocantins. Essas vasilhas seriam confeccionadas em tamanhos variados, e sua estrutura é similar às tigelas de servir e beber com ângulo bem marcado na parte medial/central; e a parte superior – como nas palavras de Métraux (*op.cit.*), são é muito inclinada para o interior. Como notado para outros conjuntos Tupi, é como se as tigelas tivessem sofrido um prolongamento da parte superior e inferior até a base, formando assim as grandes panelas para bebidas fermentadas, muito similares à forma reconhecida nos conjuntos Guarani, e de morfologia distinta dos outros conjuntos Tupi-Guarani das áreas de interflúvio. As panelas para cocção, assim como as tigelas dos conjuntos Juruna, apresentam lábio tipo flange. Ao contrário dos conjuntos cerâmicos Karib onde a flange é mais proeminente, a flange das vasilhas Tupi-Juruna são menos largas, discretas, não chamam mais atenção que a carena e o ombro. Estudos mais recentes em linguística histórica indicam que empréstimos e influências linguísticas entre as famílias Karib e Tupi-Guarani seriam unilaterais, com modificação nas línguas apenas destes últimos (cf. MEIRA, 2006). Entretanto, os contextos arqueológicos observados no médio-baixo Xingu, indicam que as cerâmicas Karib também apresentam características correlacionadas às cerâmicas Tupi-Guarani e Juruna. Nos conjuntos cerâmicos Karib ocorrem tigelas similares à forma *cambuchí iguaba*, as quais seriam produzidas com flanges largas, e muitas vezes pintadas internamente. Nesses conjuntos as flanges, e não os ombros, seriam mais pronunciadas. A princípio, os elementos técnicos compartilhados entre essas duas tradições tecnológicas remetem a vasilhas empregadas no preparo e consumo de bebidas fermentadas, e como indica a tradição oral Yudjá, seus inimigos do baixo Xingu faziam parte da ‘civilização do *cauim*’.

Entretanto a cartografia histórica não indica a presença de coletivos de línguas Karib no médio-baixo Xingu durante os primeiros séculos de colonização. Ao contrário das populações Tupi-Guarani e Juruna, que desde o século XVII passaram a fazer parte dos mapas e narrativas sobre as *nações* indígenas da referida região (ADALBERT [1842], 1977; STEINEN, 1942; COUDREAU [1896], 1977; NUMENDAJU, 1948, GALVÃO, 1979; TURNER, 1996; SOUZA; CARDOSO, 2008). No século XIX, a paisagem que surge através dos relatos de viagem é feita de pequenas histórias escondidas por trás de uma grande narrativa, e que possibilitam o desdobramento do tempo. A partir dos relatos de viagem escritos por Adalbert, Coudreau, von den Steinen, Emília Sneathalge é possível acompanhá-los em seus acampamentos nas praias do Xingu, sentir o sabor das refeições, o cansaço, a tensão das negociações, o ambiente das aldeias, e nesse mesmo processo, surge uma paisagem cheia de toponímias, relevos, lugares sagrados e cartografias indígenas que não aparecem nos mapas. Da convivência com as histórias desses viajantes, assim como a experiência arqueológica na T.I. Koatinemo, é possível dizer que existe uma paisagem sagrada das *caruaras* dos Juruna do século XIX, assim como uma cartografia de *tavyvas* que conformam os lugares da memória dos Asurini. Essas toponímias estão interligadas as territorialidades indígenas do médio-baixo Xingu, e à formação das paisagens ao longo do tempo, sendo os conjuntos cerâmicos tratados ao longo da tese, fragmentos dessas histórias.

Mas ao vincular o meu discurso ao tempo empírico da *longue-durée*, me afasto da temporalidade que busca perceber, não o tempo construído, externo, cronológico, mas àquele tempo que fui buscar nas experiências da antropologia e, principalmente, da arqueologia da paisagem, onde a temporalidade recai não apenas na subjetividade da noção de tempo, mas fundamentalmente na percepção de que paisagem e temporalidade são indissociáveis. Portanto, não se trata de lidar com a temporalidade dos modos como diferentes sociedades constroem seus discursos sobre as marcas ‘do’ passado, mas sim, como essas marcas são parte das experiências vividas nos lugares, onde o tempo que passa, é continuamente materializado na paisagem – sendo a própria prática arqueológica, parte disso (INGOLD, 1993). No mito e tradição oral dos Asurini, as cerâmicas de paredes grossas não são significadas a partir da ruptura com o passado, mas a partir da transformação e da contínua relação que os mesmos estabelecem com seus lugares – e onde as cerâmicas de Anumaí sempre estiveram presente. Durante a etapa de campo no Yvytyrapitera, Tara Asurini, uma das mulheres mais velhas, um dia pediu que a seguissemos para que pudesse mostrar as cerâmicas de paredes grossas, selecionando os

fragmentos que mais lhe chamavam a atenção. Essa cena, que poderia ser entendida como corriqueira, sempre fez parte do modo como os Asurini reconhecem os lugares habitados pelos mesmos no presente e no passado. Um passado – diga-se de passagem, que não se reduz às camadas decorrentes dos processos de colonização e colonialismo. Ao lidar com outras ‘formas de história’, os arqueólogos se dão conta que não são os únicos a ter acesso à longa duração – a tradição oral e o conhecimento das populações indígenas contemporâneas, bem como as paisagens da qual são parte, contam histórias que falam da memória social das paisagens, e colocam o desafio para arqueologia que se vê diante de temporalidades que invertem o sentido do tempo. Portanto, os lugares que insisto em tratar como sítios arqueológicos ao longo da tese, abrigam histórias que vão muito além do que esta narrativa se propõe a contar. Desde a última etapa de campo, realizada no ano de 2014, não pude retornar a T.I., rever e conversar com os Asurini sobre as ideias apresentadas neste trabalho, mas prevejo que ‘outras teses’ já devem ter sido produzidas por lá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARIN, R. A. Visão histórica da região do Rio Xingu: economia e diversidade étnica. **Papers do NAEA**, n. 276, 2010.

ADALBERT, Príncipe da Prússia [1811-1873]. **Brasil: Amazonas - Xingu**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 34)

ALBERT, B.; RAMOS, A. R. **Pacificando o Branco**. Cosmologias do Contato no Norte-Amazônico. São Paulo: UNESP, 2002.

ALMEIDA, F. O. **O Complexo Tupi da Amazônia Oriental**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 353 p.

_____. Arqueologia Tupinambá na Amazônia Oriental. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB, 15., 2009, Belém, PA. **Caderno de Resumos, Simpósio Arqueologia Tupi (-Guarani) na Amazônia II: estudos regionais**, 2009.

_____. **A Tradição Policroma no alto Rio Madeira**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013a. 650 p.

_____. Cerâmica Antiga na periferia leste amazônica: O sítio Remanso/MA. **Amazônica Revista de Antropologia**, v. 5, n. 1, p. 76-96, 2013b.

ALMEIDA, F. Arqueologia dos Tupi-Guarani no baixo Amazonas. In.: BARRETO, C.; LIMA, H.; BETANCOURT, C. **Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese**. Belém: IPHAN; Ministério da Cultura, 2016. p. 170-182.

ALMEIDA, F. O.; GARCIA, L. Aspectos do Espaço Tupinambá. **Revista da SAB**, v. 21, n. 2, p. 97-119, 2008.

ALMEIDA, F.; NEVES, E. Evidências Arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no Leste da Amazônia. **MANA**, v. 21, n. 3, p. 499-525, 2015.

AMMERMAN, A. J. Surveys and archaeological research. **Annual Review of Anthropology**, v. 10, p. 63-88, 1981.

AMOROSO, M. R. Corsários no caminho fluvial: os Mura do rio Madeira. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

AMOROSO, M. Nimuendajú às voltas com a história. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 44, n. 2, p. 173-186, 2001.

ANDERSON, A.; POSEY, D. A. Management of a Tropical Scrub Savana by the Gorotire Kayapó of Brazil. In: POSEY, D. A.; BALEÉ, W. (Ed.). **Resource Management in Amazonia**: Indigenous and Folk Strategies, bulletin 7, p. 159-188, 1989.

ANDRADE, L. A marca dos tempos: identidade, estrutura e mudança entre os Asurini do Trocará. In: VIDAL, L. B. (Org.). **Grafismo Indígena**: estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; EDUSP, 1992. p. 117-132.

ARAÚJO COSTA, F. **Projeto Baixo Tocantins**: Salvamento Arqueológico na Região de Tucuruí – Pará. 72 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

ARAÚJO COSTA, F.; CALDARELLI, S. B. **Relatório do Programa de Estudos Arqueológicos na Área do Reservatório de Kararaô (PA)**. Belém: MPEG, 1988. 2 v.

ARNAUD, E. Breve Informação sobre os índios Asuriní e Parakanan, Rio Tocantins, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Nova série, Belém, n. 11, p. 9-22, 1961.

_____. Notícias sobre os índios Araweté, Rio Xingu, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 71, p.1-23, 1978.

_____. Mudanças entre grupos Indígenas Tupi da Região do Tocantins-Xingu (Bacia Amazônica). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, 1-50 p., 1983.

ARNOLD III, P. J. The Organization of Refuse Disposal and Ceramic Production within Contemporary Mexican Houselots. **American Anthropologist**, New Series, v. 92, n. 4, p. 915-932, 1990.

ATALAY, S. Multivocality and indigenous archaeologies. In: HABU, J.; FAWCETT, C.; MATSUNAGA, J. M. (Ed.). **Evaluating multiple narratives**. Beyond nationalist, colonialist, imperialist archaeologies. New York: Springer, 2008. p. 29-44.

BACELLAR, C. A. P. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

BALEÉ, W. The Culture of Amazonian Forests. In: POSEY, D. A.; BALEÉ, W. (Ed.). **Resource Management in Amazonia**: Indigenous and Folk Strategies - Advances in Economic Botany – v. 7. New York: The New York Botanical Garden, 1989. p. 1-17.

_____. **Footprints of the Forest**: Ka'apor Ethnobotany – the historical ecology of plant domestication by an Amazonian people. New York: Columbia University Press, 1994.

_____. Historical ecology: premises and postulates. In: _____. **Advances in historical ecology**. New York: Columbia University Press, 1998. p. 13-29.

_____. Antiquity of tradicional ethnobiological knowledge in Amazonia: The Tupí-Guaraní family and time. **Ethnohistory**, v. 47, n. 2, 2000.

_____. The research program of historical ecology. **Annual Review of Anthropology**, v. 35, p. 75-98, 2006.

_____. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 09-23, 2008.

_____. Contingent Diversity on Anthropic Landscapes. **Diversity**, v. 2, p. 163-181, 2010.

_____. **Cultural Forests of the Amazon: A historical ecology of people and their landscapes**. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2013.

BALÉE, W.; CAMPBELL, D. G. Ecological aspects of liana forest, Xingu River, Amazonian Brazil. **Biotropica**, v. 22, n. 1, p. 36-47, 1990.

BALÉE, W, ERICKSON, C. L. (Ed.). **Time and Complexity in Historical Ecology: Studies from the Neotropical Lowlands**. New York: Columbia University Press, 2006.

BALÉE, W.; MOORE, D. Language, Culture and Environment. Tupi-Guarani plant names over time. In: ROOSEVELT, A. **Amazonian Indians from prehistory to the present: anthropological perspectives**. Tucson: University of Arizona Press, 1994. p. 363-380.

BANNING, E. B. **Archaeological Survey**. New York: Kluwer Academic; Plenum Publishers, 2002.

BARCELOS NETO, A. Apontamentos para uma Iconografia Histórica Xinguana. In: FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. (Org.). **Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 193-218.

BARCELOS NETO, A. Coleções Etnográficas do Alto Xingu: 1884-1998. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 9, p. 239-255, 1999.

BARRETO, C. N. G. B. **Meios Místicos de Reprodução Social: Arte e Estilo na Cerâmica Funerária da Amazônia Antiga**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BARRETO, C. N. G. B. **Beyond pots and pans: ceramic record and context in pre-colonial Amazonia**. ANNUAL MEETING OF THE SOCIETY FOR AMERICAN ARCHAEOLOGY, 78., Honolulu, HI, 2013a. Paper presented.

_____. **Modos de figurar o corpo na Amazônia Pré-colonial**. ENCONTRO INTERNACIONAL DE ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA, 3., Quito, 2013b. Comunicação oral.

BARRETO, C.; LIMA, H.; BETANCOURT, C. **Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese**. Belém: IPHAN; Ministério da Cultura, 2016.

BARTON, C. M. et al. Long-Term Socioecology and Contingent Landscapes. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 11, n. 3, p. 253-295, 2004.

BASSO, K. Wisdom sits in places: notes on a Western Apache Landscape. In: FELD, S.; BASSO, K. **Senses of Place**. Santa Fe: School of American Research Press, 1996. p. 53-90.

BECK, M. Midden Ceramic Assemblage Formation: A Case Study from Kalinga, Philippines. **American Antiquity**, v. 71, n. 1, p. 27-51, 2006.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order**. Cambridge: Stanford University Press, 1994.

BECK, M. E.; HILL, M. E. Rubbish, Relatives, and Residence: The Family Use of Middens. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 11, n. 3, p. 297-333, 2004.

BECQUELIN, P. Arqueologia Xinguana. In: COELHO, V. P. (Org.). **Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu**. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 223-232.

BELLETTI, J. A Tradição Polícroma da Amazônia. BARRETO, C.; LIMA, H.; BETANCOURT, C. **Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese**. Belém: IPHAN; Ministério da Cultura, 2016. p. 348-364.

BENDER, B. **Landscape**. Politics and perspectives. Oxford: Blackwell, 1993.

_____. The politics of the past: Emain Macha (Navan), Northern Ireland. In: LAYTON, R.; STONE, P.; THOMAS, J. (Ed.). **Destruction and conservation of cultural property**. London: Routledge, 2001. p. 199-211.

_____. Time and Landscape. **Current Anthropology**, v. 43, p. 103-112, Supplement, 2002.

BESPALEZ, E. **Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na Aldeia Lalima, Miranda/MS: um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BESPALEZ, E. Arqueologia e Etno-história na Terra Indígena Lalima, Miranda/MS. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 1, p. 86-95, 2013.

BETTENDORFF, J. F. [1627-1698]. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. 2. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves: Secretaria de Estado da Cultura, 1990. 697 p. (Série Lendo o Pará)

BLANKHOLM, C. **Intrasite spatial analysis in theory and practice**. Denmark: Aarhus Univ. Press, 1991.

BORDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOWSER, B.; ZEDEÑO, M. N. (Ed.). **The archaeology of meaningful places**. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2008.

BOWSER, B. From Pottery to Politics: An Ethnoarchaeological Study of Political Factionalism, Ethnicity, and Domestic Style in the Ecuadorian Amazon. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 7, n. 3, p. 219-248, 2000.

BOWSER, B.; PATTON, J. Learning and Transmission of Pottery Style: women's life histories and communities of practice in the Ecuadorian Amazon. In: STARK, M. et al. **Cultural Transmission and Material Culture: Breaking Down Boundaries**. Tucson: The University of Arizona Press, 2008. p. 105-198.

BRADLEY, R. J. **The archaeology of natural places**. London: Routledge, 2000.

BRAUDEL, Fernand. **La história e las ciencias sociales**. Tradução de Josefina Gómez Mendoza. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1970. p. 60-106.

BROCHADO, J. J. P. **Dessarolo de la tradición cerâmica Tupiguarani (A.D 500 – 1800)**. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS, 1973. Publicação n. 3.

_____. **An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into eastern South America**. PhD (Dissertation in Philosophy and Anthropology) – University of Illinois, Urbana Champaign, 1984.

_____. A Expansão dos Tupi e da Cerâmica da Tradição Policroma Amazônica. **Dédalo, Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 9, n. 17-18, p. 65-82, 1989.

_____. What did the Tupinambá cook in their vessels? An humble contribution to ethnographic analogy. **Revista de Arqueologia**, v. 6, p. 40-88, 1991.

BROCHADO, J.; LATHRAP, D. W. **Chronologies in the new world Amazonia**. Manuscrito não publicado, 1982.

_____. et al. **Arqueologia Brasileira em 1968**. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Belém: MPEG, 1969. (Publicações Avulsas, n. 12).

BROCKEIMEIER, J. **Beyond the archive: memory, narrative, and autobiographic process**. Oxford: Oxford University Press, 2015. 373 p.

BRUCHAC, M. M.; HART, S. M.; WOBST, H. M. (Ed.). **Indigenous Archaeologies. A reader on decolonization**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.

BRUIT, H. O visível e o invisível na Conquista Hispânica da América. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **América em Tempo de Conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 77-101.

BUENO, L.; PEREIRA, E. Indústrias líticas em sítios cerâmicos na Amazônia: um estudo do sítio Domingos, Canaã dos Carajás, Pará. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 17, p. 99-126, 2007.

CABRAL, A. S. A. C. Different Histories, Different Results: The origin and development of two Amazonian Languages. **PAPIA**, v. 21, n. 1, p. 9-22, 2011.

CABRAL, M. P. E se todos fossem arqueólogos?: Experiências na T.I. Wajãpi. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, v. 39, n. 2, p. 115-132, 2014.

CARNEIRO, R. The Upper Amazon by Donald Lathrap: Review. **American Journal of Archaeology**, v. 75, n. 2, p. 238-239, 1971.

CASTRO, A. H. F. O fecho do Império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, F. S. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: Ed. Universitária, UFPA, 1999. p. 129-194.

CARDIM, Pe. F. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1939.

CARDOSO, A. C. **Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

CARDOZO, A. História como espetáculo: a missão da Companhia de Jesus nas águas do Xingu. 1636. In: SOUZA, C. M.; CARDOZO, A. **Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séc. XVII - XXI)**. Belém, PA: Ed. Universitária UFPA, 2008. p. 17-34.

CARDOSO, A.; CHAMBOULEYRON, R. Fronteiras da Cristandade: Relatos Jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII). In: DEL PRIORE, M.; GOMES, F. (Org.). **Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e Histórias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 33-60.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Introdução a uma história indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; FAPESP; SMC-SP, 1992. p. 9-24.

_____. **Índios no Brasil**. História, Direitos e Cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. 158 p.

CARNEIRO, R. A base ecológica dos cacicados amazônicos. **Revista de Antropologia**, v. 20, p. 117-154, 2007.

CARNEIRO, R. L. A theory of the Origin of the State. **Science**, v. 169, n. 3947, p. 733-738, 1970.

- CARR, C. Building a Unified Middle-Range Theory of Artifact Design: Historical perspectives and Tactics. In: CARR, C.; NEITZEL, J. E. **Style, Society and Person: Archaeological and Ethnological Perspectives**. New York, London: Plenum Press, 1995. p. 151-170.
- CARROL, A. K.; ZEDENHO, M.; STOFFLE, R. W. Landscapes of the ghost dance: a cartography of Numic ritual. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 11, n. 2, p. 127-156, 2004.
- CASCON, L. M.; SILVEIRA, M. I. O estudo de microvestígios botânicos no âmbito do Projeto Salobo, sudeste do Pará. CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA - SAB; XVI CONGRESS OF THE UNION INTERNATIONALE DES SCIENCES PRÉHISTORIQUES ET PROTOHISTORIQUES (UISPP), 16.; Florianópolis, SC, 2011. **Comunicação verbal**.
- CASTAÑEDA, Q. The Ethnographic turn in archaeology: Research positioning and reflexivity in ethnographic archaeologies. In: CASTAÑEDA, Q.; MATTHEWS, C. **Ethnographic Archaeological practices**. Lanham, MD: Altamira Press, 2008. p. 25-62.
- CASTAÑEDA, Q.; MATTHEWS, C. **Ethnographic Archaeological practices**. Lanham, MD: Altamira Press, 2008.
- CHAMBOULEYRON, R. O sertão dos Taconhapé: cravo, índios, guerras no Xingu. In: SOUZA, C. M.; CARDOZO, A. **Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séc. XVII - XXI)**. Belém, PA: Ed. Universitária UFPA, 2008. p. 51-74.
- CHARTKOFF, J. Transect interval in forests. **American Antiquity**, v. 43, n. 1, p. 46-53, 1978.
- CHAVES, C. E. Um frei entre o Xingu e o Araguaia: circulação de informação e civilização indígena no século XIX. In: SOUZA, C. M.; CARDOZO, A. **Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séc. XVII - XXI)**. Belém, PA: Ed. Universitária UFPA, 2008. p. 121-136.
- CIGARAN, B. R. et al. Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 1, 2013.
- CLARKE, D. L. Spatial Information in Archaeology. In: CLARKE, D. L. (Ed.). **Spatial Archaeology**. London; New York: Academic Press, 1977. p. 1-32.
- CLEMENT, C. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. II. Crop biogeography at contact. **Economic Botany**, v. 53, p. 203-216, 1999.
- CLEMENT, C. et al. The domestication of Amazonia before European conquest. **Proceedings B Royal Society**, v. 282, 2015.

COELHO, V. P. (Org.). **Karl von den Steinen**: um século de antropologia no Xingu. São Paulo: EDUSP, 1993. 631 p.

_____. Figuras Zoomorfas na Arte Waurá: Anotações para o estudo de uma estética indígena. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 5, p. 267-281, 1995.

COLLINS, J. M.; MOLYNEAUX, B. L. **Archaeological survey**. New York: Altamira, 2003.

COLWELL-CHANTHAPHONH, C. Myth of the Anasazi: Archaeology language, collaborative communities, and the contested past. **Public Archaeology**, v. 8, n. 2-3, p. 191-207, 2009.

COLWELL-CHANTHAPHONH, C.; FERGUSON, T. J. (Ed.). **Collaboration in Archaeological Practice**. Engaging Descendent Communities. Lanham, MD: Altamira Press, 2008.

CONKEY, M. Comments. **Current Anthropology**, v. 43, n. S4, p. 113-137, Special Issue Repertoires of Timekeeping in Anthropology, 2002.

CORRÊA, A. A. **Pindorama Mboia e Îakaré**: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CORRÊA-DA-SILVA, B. C. Etnolinguística e Etno-História Tupi: desfragmentando o olhar. **Revista Estudos da Linguagem**, v. 18, n. 1, p. 61-86, 2010a.

_____. **Mawé/Awetí/Tupí-Guarani**: relações linguísticas e implicações históricas. Tese (Doutorado) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2010b.

COSGROVE, D. **Social formation and symbolic landscape**. London: Croom Helm, 1984.

COSTA, J. A.; COSTA, M. L.; KERN, D. C. Analysis of the spatial distribution of geochemical signatures for the identification of prehistoric settlement patterns in ADE and TMA sites in the lower Amazon Basin. **Journal of Archaeological Science**, v. 40, p. 2771-2782, 2013.

COSTA, M. L. et al. The ceramic artifacts in archaeological black earth (terra preta) from Lower Amazon Region, Brazil: chemistry and geochemical evolution. **Acta Amazonica**, v. 34, p. 375-386, 2004.

COSTA, M. L. et al. Paisagens Amazônicas sob a Ocupação do Homem Pré-Histórico: uma visão geológica. In: TEIXEIRA, W. G. et al. (Ed.). **As terras Pretas de índio da Amazônia**: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Ed. Universidade Federal do Amazonas; Embrapa Amazônia Ocidental, 2010.

COSTIN, C. L. The use of ethnoarchaeology for the Archaeological study of ceramic production. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 7, n. 4, p. 377-403, 2000.

COUDREAU, H. [1896]. **Viagem ao Xingu**. Tradução de Eugenio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 49)

COUDREAU, H. [1897]. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. Tradução de Eugenio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 60)

CRUXENT, J. M.; ROUSE, I. **Arch. Chronology of Venezuela**. Washington: Pan American Union, 1958.

CUNHA FRANCO, E. As “Terras Pretas” do planalto de Santarém. **Rev. da Sociedade Agrônoma e Veterinária**, Pará, v. 8, p. 17-21, 1962.

CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; FAPESP; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. 605 p.

_____. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

D’ABBEVILLE, C. [1614]. **História da missão dos Padres Capuchinos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

D’ÉVREUX, Y. [1613-1614]. **Viagem ao Norte do Brasil**: feita nos anos de 1613 e 1614. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2002. 379 p.

DAVID, B. et al. Poromoi Tamu and the Case of the Drowning Village: History, Lost Places and the Stories We Tell. **International Journal of Historic Archaeology**, v. 16, p. 319-345, 2012.

DAVID, B.; THOMAS, J. Introduction. In: DAVID, B.; THOMAS, J. (Ed.). **Handbook of landscape archaeology**. Walnut Creek: Left Coast Press Inc., 2008. p. 27- 43.

DEBÖER, W. Ceramic longevity and archaeological interpretation: an example from the upper Ucayali, Peru. **American Antiquity**, v. 39, n. 2, p. 335-343, 1974.

DEBÖER, W. R. Interaction, imitation, and communication as expressed in style: the Ucayali experience. In: CONKEY, M.; HASTORF, C. A. **The uses of Style in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 82-104.

DEBOER, W. Comment on “Sweet beginnings: Stalk sugar and the domestication of maize,” by J. Smalley and M. Blake. **Current Anthropology**, v. 44, n. 5, p. 675-703, 2003.

DEBÖER; W.; LATHRAP, D. The making and breaking of Shipibo-Conibo ceramics. In: KRAMER, C. (Ed.). **Ethnoarchaeology**: implications of ethnography for archaeology. New York: Columbia University Press, 1979. p. 102-138.

DEBÖER, W. et al. Observations on collections of ancient ceramics from the Altamira State of Pará. **Eldorado**, v. 2, n. 2, 1977.

DENEVAN, W. The pristine myth: the landscape of the Americas in 1492. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 82, n. 3, p. 369, 1992.

_____. **Cultivated Landscapes of Native Amazonia and the Andes**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2001

DESCOLA, P. Societies of Nature and the Nature of Society. In: KUPER, A. (Ed.). **Conceptualising Society**. Londres: Routledge, 1992. p. 107-125.

DIAS, A. S. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém/PA, v. 2, n. 1, p. 59-76, 2007.

DIETLER, M. The Archaeology of Colonization and the Colonization of Archaeology: Theoretical Challenges from an Ancient Mediterranean Colonial Encounter. In: STEIN, G. J. (Ed.). **The Archaeology of Colonial Encounters: comparative perspectives**. Santa Fe: School of American Research Press; Oxford: James Currey, 2005. p. 33-68.

DIETLER, M.; HERBICH, I. Habitus, Techniques, Style: An Integrated Approach to the social Understanding of Material Culture and Boundaries. In: STARK, Miriam. **The archaeology of social boundaries**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 232-263.

DIGGS, C. K. Brazil after Humboldt – Triangular Perceptions and the Colonial Gaze in Nineteenth-Century German Travel Narratives. PhD Dissertation – University of Maryland, 2008. 280 p.

DOSSE, F. **História a prova do tempo: da historiografia em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

DREYFUS, S. Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796. In: VIVEIROS DE

CASTRO, E. B. et al. **Amazônia: Etnologia e História Indígena**. São Paulo: Núcleo de história indígena e do indigenismo - USP; FAPESP, 1993. p. 19-41.

EDEN, M. J. et al. Terra Preta soils and their archaeological context in the Caqueia Basins of southeast Colombia. **American Antiquity**, n. 49, p. 125-140, 1984.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. **Guatô: argonautas do Pantanal**. Porto Alegre: EdUPUCRS, 1996.

_____. Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. **Revista de Arqueologia**, v. 16, p. 71-86, 2003.

ERICKSON, C. Historical ecology and future explorations. In: LEHMANN, J. **Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management**. Dordrecht: Kluwer, 2003. p. 455-500.

_____. Amazonia: The Historical Ecology of a Domesticated Landscape. In: SILVERMAN, H; ISBELL, W. **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer, 2008. p. 157-183.

EVANS, C.; MEGGERS, B. **Guia para prospecção arqueológica no Brasil**. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1965.

FALESI, I. C. **Solos de Monte Alegre**. Belém, IPEAN, 1970. (Série Solos da Amazônia, v. 2, n. 1).

_____. estado atual dos conhecimentos sobre os solos da Amazônia brasileira. In: **Zoneamento Agrícola da Amazônia (1a aproximação)**. Belém, IPEAN, 1972. 153 p. (Boletim Técnico, v. 54).

_____. Soils of Brazilian Amazon. In: WAGLEY, C. (Ed.). **Man in the Amazon**. Gainesville: University of Florida Press, 1974. p. 201–229.

FARIA, E. S. S. Viagem etno-histórica e arqueológica ao Xingu: a ocupação (pré) colonial da cidade de Altamira-Pará. In: SCHAAN, D. P. **Arqueologia, Patrimônio e multiculturalismo na beira da estrada**: pesquisando ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, Pará. Belém, PA: GKNoronha, 2012. p. 135-148.

FAUSTO, C. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. C. (Ed.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 381-396.

_____. **Inimigos Fiéis**: história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: EDUSP, 2001.

FAUSTO, C.; HECKENBERGER, M. **Time and Memory in Indigenous Amazônia**: Anthropological Perspectives. Flórida: University Press of Florida, 2007.

FELD, S.; BASSO, K. **Senses of Place**. Santa Fe: School of American Research Press, 1996.

FERNANDES, F. **A organização social dos Tupinambá**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963. (Corpo e Alma do Brasil).

_____. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira; EDUSP, 1970.

_____. Aspectos da educação na sociedade tupinambá. In: SCHADEN, E. **Leituras de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 63-86.

FERREIRA, L. M. **Território Primitivo**: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FERRING, C. R. **Intrasite Spatial Patterning**: its role in settlement-subsistence systems analysis. London: Cambridge University Press, 1984.

FIGUEIREDO, N. A cerâmica arqueológica do rio Itacaiúnas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, PA, n. 27, 1965.

FLANNERY, K. V.; WINTER, M. Analyzing household activities. In: FLANNERY, K. V. (Ed.). **The Early Mesoamerican Village**. New York: Academic Press, 1976. p. 34-47.

FRANCHETTO, B. Línguas e História no Alto Xingu. In: FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. (Org.). **Os Povos do Alto Xingu**: História e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 111-156.

FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. (Org.). **Os Povos do Alto Xingu**: História e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

FRIKEL, P. Notas sobre a situação atual dos índios Xikrin do Rio Caeteté. **Revista do Museu Paulista**, nova série, v. XIV, p. 145-158, 1963.

_____. Os Xikrin: Equipamentos e Técnicas de Subsistência. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, PA, n. 7, 1968.

GADAMER, H. História do Universo e Historicidade do homem (1988). In.: GADAMER, G. **Hermenêutica em Perspectiva**: A virada hermenêutica. vol. II. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 185-208.

GALLOIS, D. T. De arredio a isolado: perspectivas de autonomia para os povos indígenas recém-contactados. In: GRUSPIONI, D. B. **Índios no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2000. p. 121-134.

_____. Gêneses Waiãpi, entre diversos e diferentes. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 45-83, 2007.

GALVÃO, E. **Encontro de sociedades**: índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GARCIA, L. **Arqueologia na região dos interflúvios Xingu-Tocantins**: A ocupação Tupi no Cateté. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Arqueologia Tupi na Amazônia Oriental**: Reflexões a partir dos significados da mobilidade entre os Asurini do Xingu, PA. SIMPÓSIO PAISAGENS DO MOVIMENTO: uma reflexão interdisciplinar sobre a pluralidade e os significados das paisagens, dez. 2013 (comunicação oral).

_____. **Paisagens Históricas do Xingu**: Arqueologia das Narrativas Asurini. Relatório de Qualificação (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. Cerâmicas e Histórias Indígenas no médio-baixo Xingu. In: BARRETO, C.; LIMA, H.; BETANCOURT, C. **Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia**: Rumo a uma nova síntese. Belém: IPHAN; Ministério da Cultura, 2016. p. 183-195.

_____. et al. Caracterização de solos com terra preta: estudo de caso em um sítio Tupi-Guarani pré-colonial da Amazônia Oriental. **Revista de Arqueologia**, n. 28, v. 1, 2015.

GLASER, B. et al. Soil organic matter stability in Amazonian dark earths. In: LEHMANN, J. et al. (Ed.). **Amazonian Dark Earths**: Origin, Properties, Management. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 141-158.

GELL, A. **The anthropology of time**: cultural constructions of temporal maps and images. Oxford; Washington D.C.: Berg, 1996.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991. (Biblioteca Básica)

GNECCO, C.; HERNÁNDEZ, C. La historia y sus descontentos: statuas de piedra, historias nativas y arqueólogos. In: GNECCO, C.; ROCABADO, P. **Pueblos indígenas y arqueología en América Latina**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010.

GOMES, D. M. C. **Cerâmica Arqueológica da Amazônia**: vasilhas da coleção Tapajônica MAE-USP. São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Análise dos Padrões de Organização Comunitária no Baixo Tapajós**: o Desenvolvimento do Formativo na área de Santarém, PA. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **Cotidiano e Poder na Amazônia Pré-colonial**. São Paulo: Edusp, 2008.

GOMES, F. Migrações, populações indígenas e etnogenese na América Portuguesa (Amazônia Colonial, s. XVIII). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [On-line], Debates. 2011.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. G. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, J. (Ed.). **Mundos tribales**: una visión etnoarqueológica. Valência: Museu de Prehistória de Valência, 2008. p. 16-27.

GORDON, C. **Folhas Pálidas**: A incorporação Xikrin (Mebêngôkre) do dinheiro e das mercadorias. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Economia Selvagem**: Ritual e Mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngokrê. São Paulo: UNESP, ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

GOW, P. 'Ex Cocama': Transforming identities in Peruvian Amazonia. In: FAUSTO, C.; HECKENBERGER, M. **Time and Memory in Indigenous Amazônia**: Anthropological Perspectives. Florida: University Press of Florida, 2007.

- GREENE, K. **Archaeology: An Introduction**. 3. ed. London: Batsford Ltd, 1999.
- GREEN, L. F.; GREEN, D. R.; NEVES, E. G. Indigenous knowledge and archaeological science. **Journal of Social Archaeology**, v. 3, n. 3, p. 366-398, 2003.
- GRÜNBURG, Georg. **Os Kaiabi do Brasil Central: História e Etnografia**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
- GUAPINDAIA, V. L. C. **Fontes Históricas e Arqueológicas sobre os Tapajó de Santarém: A Coleção “Frederico Barata” do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 1993.
- GUAPINDAIA, V. L. C. **Além da margem do rio – a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA**. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GUZMÁN, D. A. O inferno abreviado: Evangelização e Expansão portuguesa no Xingu (século XVII). In: SOUZA, C. M.; CARDOZO, A. **Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séc. XVII - XXI)**. Belém, PA: Ed. Universitária UFPA, 2008. p. 35-50.
- HABU, J.; FAWCETT, C. e MATSUNAGA, J. M. **Evaluating multiple narratives. Beyond nationalist, colonialist, Imperialist archaeologies**. Nova York: Springer, 2008.
- HAMILAKIS, Y. Archaeological Ethnography: A Multi-temporal Meeting Ground for Archaeology and Anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v. 40, p. 399-414, 2011.
- _____. Decolonial archaeologies: from ethnoarchaeology to archaeological ethnography. **World Archaeology**, v. 48, 2016.
- HAMILAKIS, Y.; ANAGNOSTOPOULOS, A. Archaeological ethnographies: a special issue of Public Archaeology. **Public Archaeology**, v. 8, n. 2-3, 2009.
- HARRIS, H. Indigenous worldviews and ways of knowing as theoretical and methodological foundations for archaeological resource. In: SMITH, C.; WOBST, M. W. **Indigenous Archaeologies**. London: Routledge, 2005. p. 33-41.
- HARTOG, F. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (Coleção História e Historiografia)
- HECKENBERGER, M. **War and Peace in the shadow of empire: sociopolitical change in the Upper Xingu of Southeast Amazônia, A.D 1400-2000**. PhD (Dissertation in Philosophy) – Department of Anthropology, University of Pittsburgh, Pittsburgh, 1996.
- _____. Manioc agriculture and sedentism in Amazonia: The Upper Xingu example. **Antiquity**, Special sections: Issues in Brazilian archaeology, v. 72, n. 77, p. 633-648, 1998.

HECKENBERGER, M. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na longue durée, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (Org.). **Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 21-62.

HECKENBERGER, M. J. Rethinking the Arawakan diaspora: Hierarchy, regionality, and the Amazonian formative. In: HILL, J.; SANTOS-GRANERO, F. (Ed.). **Comparative Arawak Histories: Rethinking Culture Area and Language Group in Amazonia**. Urbana: University of Illinois Press, 2002. p. 99-122.

_____. Archaeology as indigenous advocacy in Amazonia. **Practicing Anthropology**, v. 26, n. 3, p. 35-39, 2003.

_____. **The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, AD 1000-2000**. New York: Routledge, 2005.

HECKENBERGER, M. Xinguano Heroes, ancestors, and others: Materializing the past in chiefly bodies, ritual space, and landscape. In: FAUSTO, C.; HECKENBERGER, M. **Time and Memory in Indigenous Amazônia: Anthropological Perspectives**. Florida: University Press of Florida, 2007.

_____. Entering the agora: archaeology, conservation, and indigenous peoples in the Amazon. In: COLWELL-CHANTHAPHONH, C.; FERGUSON, T. J. **Collaboration in Archaeological Practice**. Engaging Descendent Communities. Lanham, MD: Altamira Press, 2008. p. 243-272.

HECKENBERGER, M. J. et al. Amazonia 1492: Pristine forest or cultural parkland? **Science**, v. 1302, p. 1710-1714, 2003.

_____. et al. The legacy of cultural landscapes in the Brazilian Amazon: implications for biodiversity. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**, v. 362, p. 197-208, 2007.

_____. et al. Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. **Science**, v. 321, p. 1214-1217, 2008.

HECKENBERGER, M.; FRANCHETTO, B. História e Cultura Xinguana. In: _____. **Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 7-20.

HECKENBERGER, M.; NEVES, E.; PETERSEN, J. De onde surgiram os modelos? As origens e expansões Tupis na Amazônia Central. **Revista de Antropologia**, USP, v. 41 n. 1, p. 69-96, 1998.

HECKENBERGER, M.; PETERSEN, J.; NEVES, E. Village Size and Permanence in Amazonia: two Archaeological Examples from Brazil. **Latin American Antiquity**, v. 10, n. 4, p. 353-376, 1999.

HEMMING, J. A fresh look at amazon Indians: Karl von den Steinein and Curt Nimuendajú, Giants of Brazilian anthropology. **Tipiti: Journal of the society for the**

anthropology of lowland South America, The Berkeley Electronic Press, v. 1, n. 2, 2003.

HEMMING, J. [1978]. **Fronteira Amazônica**. Tradução de Antônio de Padua Danesi. São Paulo: EDUSP, 2009.

HIETALA, H. J. **Intrasite spatial analysis in archaeology**. New York. Cambridge University Press, 1984.

HILBERT, P. P.; HILBERT, K. Resultados preliminares da pesquisa arqueológica nos rios Nhamundá e Trombetas, Baixo Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Nova série Antropologia, n. 75, p. 1-15, 1980.

HILL, J. Sacred landscapes as environmental histories in lowland South America. In.: HORNBERG, A.; HILL, J. **Ethnicity in Ancient Amazonia**: reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory. Boulder, CO: University Press of Colorado, 2011.

_____. Etnicidade na Amazônia Antiga: reconstruindo identidades do passado por meio da arqueologia, da linguística e da etno-história. **ILHA**, v. 15, n. 1, p. 35-69, 2013.

HILL, J.; SANTOS-GRANERO, F. **Comparative Arawak Histories**: Rethinking Culture Area and Language Group in Amazonia. Urbana: University of Illinois Press, 2002.

HIRSCH, E.; O'HANLON, M. **The anthropology of landscape**: perspectives on place and space. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HODDER, I. (Ed.). **Archaeology as long-term history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. (New Directions in Archaeology)

HORNBERG, A. Ethnogenesis, Regional Integration, and Ecology in Prehistoric Amazonia: Toward a System Perspective. **Current Anthropology**, v. 46, n. 4, p. 589-620, 2005.

HORNBERG, A.; HILL, J. D. **Ethnicity in ancient Amazonia**. Reconstructing past identities from archaeology, linguistics and ethnohistory. Boulder: University Press of Colorado, 2011.

HOWARD, G. **Prehistoric Ceramic Styles of Lowland South America**: Their Distribution and History. New Haven: Yale University Press, 1947. (Yale University Publications in Archaeology, v. 37)

HOWARD, M. Landscape and the reproduction of the ancestral past. In: HIRSCH, E.; O'HALON, M. **The Anthropology of landscape**: perspectives on place and space. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 184-209.

HOWARD, P. **Archaeological Surveying and mapping**: Recording and depicting the landscape. London, New York: Routledge, 2007.

HOY, D. C. **The time of our lives: a critical history of temporality**. Cambridge; London: The MIT Press, 2012.

IBGE. **Mapas temáticos**. Disponível em: <www.IBGE.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2009.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v. 25, p. 152-174, 1993.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill**. London; New York: Routledge, 2000. (Capítulos: 1, 7, 8, 10, 11, 13, 14)

JACKSON, G.; SMITH, C. **Living and learning on Aboriginal lands: decolonizing archaeology**. Indigenous Archaeologies. London: Routledge, 2006. p. 328-351.

JUNGHANS, M. Emília Sneatlage (1868-1929): uma naturalista alemã na Amazônia. **Revista História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, suplemento, v. 15, p. 243-255, 2008.

KÄMPF, N.; KERN, D. C. O solo como registro da ocupação humana pré-histórica na Amazônia. **Tópicos em ciência do solo**. v. 3. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2005. p. 227-230.

KÄMPF, N. et al. Classification of Amazonian Dark Earths and other ancient anthropic soils. In: LEHMANN, J. et al. (Ed.). **Amazonian Dark Earths: origin, properties, management**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. 77-102 p.

KÄMPF, N. et al. Classificação das Terras Pretas de Índio e outros solos antrópicos antigos. In: WENCESLAU, G. T. et al. **As Terras Pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas**. Manaus: EDUA – Universidade Federal do Amazonas; Embrapa, 2010. p. 87-102.

KENT, S. **Method and theory for activity area research: an ethnoarchaeological approach**. New York: Colombia University Press, 1987.

_____. The Archaeological Visibility of Storage: Delineating Storage from Trash Areas. **American Antiquity**, v. 64, n. 1, p. 79-94, 1999.

KERN, D. C. **Caracterização pedológica de solos com Terra Preta Arqueológica na região de Oriximiná, Pará**. Tese (Mestrado em Solos) – Curso de pós-graduação em Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988. 232 p.

_____. **Geoquímica e pedogeoquímica de sítios arqueológicos com terra preta na floresta nacional de Caxiuanã (Portel-Pa)**. Tese (Doutorado em Geologia) – Centro de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 1996. 124 p.

KERN, D. et al. O potencial espeleoarqueológico da região de São Geraldo do Araguaia-PA. **Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia**, v. 8, n. 2, 1992.

KERN, D. C. et al. A influência das palmeiras como fonte de elementos químicos em sítios arqueológicos com Terra Preta. SIMPÓSIO DA GEOLOGIA DA AMAZÔNICA, 6., 1999, Manaus. **Anais...** Manaus, Sociedade Brasileira de Geografia, p. 347-350, 1999.

KERN, D. C. et al. Distribution of Amazonian dark earths in the Brazilian Amazon. In: LEHMANN, J. et al. (Ed.). **Amazonian Dark Earths**. Origin, properties, management. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 51-76.

KERN, D. C. et al. Pedo-Geoquimical Signatures of Archaeological Sites in the Tapirapé-Aquiri National Forest in Marabá, Brasil. **Geoarchaeology: an international Journal**, v. 30, p. 430-451, 2015.

KERN, D. C.; COSTA, M. L.; FRAZÃO, F. J. L. Evolution of the scientific knowledge regarding Black Earth soil in the Amazon. In: GLASER, B.; WOODS, W. I. (Ed.). **Explorations in Amazonian Dark Earth**. Heidelberg: Springer, 2004.

KERN, D. C.; KÄMPF, N. O Efeito de Antigos Assentamentos Indígenas na Formação de Solos com Terra Preta Arqueológica na Região de Oriximiná-Pa. **Rev. Bras. Ci. Solo**, Campinas, v. 13, p. 219-25, 1989.

_____. Ação antrópica e pedogênese em solos com Terra Preta em Cachoeira-Porteira, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 1, p. 187-201, 2005.

KIPNIS, R.; CALDARELLI, S. B.; OLIVEIRA, W. C. Contribuição para a cronologia da colonização Amazônica e suas implicações teóricas. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 18, p. 81-93, 2005.

KNAPP, A. B.; ASHMORE, W. (Ed.). **Archaeologies of landscapes: contemporary perspectives**. Oxford: Blackwell Publishing, 1999.

KODAMA, K. **Os índios no império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009. (Coleção História e Saúde).

KROEBER, A. [1928]. The culture-area and age-area concepts of Clark Wissler. In: LYMAN, R. et al. (Ed.). **Americanist Culture History: fundamentals of time and space**. New York: Plenum Press, 1997. p. 121-138.

KROLL, E. M.; PRICE, T. D. (Ed.). **The Interpretation of Archaeological Spatial Patterning**. New York; London: Plenum Press, 1991.

KUPER, A. "Introduction". In: _____. (Ed.). **Conceptualizing society**. London: Routledge and Kegan Paul, 1992. p. 1-14.

KUWANWISIWMA, L. J. Collaboration means equality, respect, and reciprocity: a conversation about archaeology and the Hopi tribe. In: COLWELL-CHANTHAPHONH, C.; FERGUSON, T. J. (Ed.). **Collaboration in Archaeological Practice**. Engaging descendent communities. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 151-169.

LAGROU, E. Antropologia e Arte: uma relação de amor e ódio. **Revista Ilha**, Florianópolis - SC, v. 5, n. 2, p. 93-113, 2003.

LANE, P. The use of ethnography in landscape archaeology. In: DAVID, B.; THOMAS, J. **The Handbook of Landscape Archaeology**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press Inc., 2008. p. 237-244.

_____. Present to past. In: TILLEY, C. et al. **Handbook of Material Culture: Heritage and the present past**. London: Publishing Company: SAGE Publications Ltd . p. 402-424.

LARAIA, R. B.; DA MATTA, R. **Índios e castanheiros**: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 9-17

LATHRAP, D. W. **The Upper Amazon**. London: Thomas and Hudson, 1970.

_____. Our Father the Cayman, Our Mother the Gourd: Spinden Revisited, or a Unitary Model for the Emergence of Agriculture in the New World. In: REED, C. A. (Ed.). **Origins of Agriculture**. The Hague: Mouton, 1977. p. 713-752.

LAYTON, R. **Who needs the past?** Indigenous values and archaeology. London: Routledge. 1989.

LEHMANN, J. et al. **Amazonian Dark Earths**. Origin, properties and management. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. 505 p.

LEITE, SERAFIM S. J [1938]. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004a. v. 2, Tomos IV-VI.

_____. [1938]. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004b. v. 1, Tomos I – III.

LEMOS, R. C.; SANTOS, R. D. **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. 4. ed. Viçosa: SBCS, 2002. 83 p.

LIGHTFOOT, K. Culture Contact Studies: Redefining the relationship between Prehistoric and Historical Archaeology. **American Antiquity**, v. 60, n. 2, p. 199-217, 1995.

_____. Collaborative Research Programs: implications for the practice of North American archaeology. In: SILLIMAN, S.; ZIMMERMAN, L. **Collaborating at the trowel's edge**: teaching and learning in indigenous archaeology. Tucson: The University of Arizona Press, 2008. p. 211-227.

LILLEY, I. Archaeology, diaspora and decolonization. **Journal of social archaeology**, v. 6, 2006.

LIMA, H. P. **História das Caretas**: A Tradição Borda Incisa na Amazônia Central. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, H.; FERNANDES, G. C. B. Cerâmicas arqueológicas da foz do Xingu: uma primeira caracterização. In: BARRETO, C.; LIMA, H.; BETANCOURT, C. **Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia**: rumo a uma nova síntese. Belém: IPHAN; Ministério da Cultura, 2016. p. 210-223.

LIMA, H. P.; NEVES, E. G.; PETERSEN, J. B. A Fase Açutuba: um Novo Complexo Cerâmico na Amazônia Central. **Revista Arqueologia Suramericana**, v. 2, n. 1, p. 26-52, 2006.

LIMA, T. S. **Um peixe olhou pra mim**: o povo Yudjá e a perspectiva. São Paulo: UNESP, 2005. 399 p.

_____. O Dois e seu Múltiplo: Reflexões sobre o Perspectivismo em uma cosmologia tupi. **Mana** 2, v. 2, p. 21-47, 1996.

_____. Para uma teoria etnográfica da distinção entre natureza e cultura na cosmologia juruna. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 43-52, 1999.

LIZEE, T.; PLUNKETT, T. **Archaeological Sampling Strategies**. University of Connecticut 1996. Disponível em: www.lib.uconn.edu/. Acesso em: 20 abr. 2015.

LÖSCHNER, R. As ilustrações nos livros de viagem de Karl von den Steinen. In: COELHO, V. P. (Org.). **Karl von den Steinen**: um século de antropologia no Xingu. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 131-152.

LUCAS, G. Interpretation in contemporary archaeology: some philosophical issues. In: HODDER, I. **Interpreting Archaeology**: finding meaning in the past. London, New York: Routledge, 1995. p. 37-44.

LUCAS, G. **The archaeology of time**. New York: Routledge, 2005.

LUKESH, A. **Bearded Indians of the Tropical Forest**. The Asurinis of the Ipiçaba. Graz: Akad, Druck und Verlag Anst, 1976.

LYMAN, R. L.; O'BRIEN, J. M.; DUNNELL, R. C. **The rise and fall of culture history**. New York: Plenum Press, 1997.

MACHADO, J. S. Processos de formação: hipóteses sobre a variabilidade do registro arqueológico de um montículo artificial no sítio Hatahara, Amazonas. **Revista de Arqueologia**, v. 18, p. 9-24, 2005.

_____. Arqueologia e história nas construções de continuidade na Amazônia. **Boletim Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 4, n. 1, p. 57-70, 2009.

_____. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 72-85, 2013.

_____. Arqueologia Indígena e os objetos do pensar. In: SEMANA DE ARQUEOLOGIA, MAE/USP, 4. **Anais...** Revista de Arqueologia do MAE/USP, Suplemento, 2016. (*No Prelo*)

MAGALHÃES, A. C. Os Parakanã e os Akwawa em Paranatin. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia. v. 7, n. 2, p. 181-207, 1991.

_____. **Os Parakanã**: Espaços de Socialização e suas Articulações Simbólicas. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MAGALHÃES, M. P. **Arqueologia de Carajás**. Rio de Janeiro: Vale do Rio Doce, 1994.

MARSHALL, Y. What is community archaeology? **World Archaeology**, v. 34, n. 2, p. 211-19, 2002.

MAY, P. et al. Subsistence Benefits from the Babassu Palm (*Orbignya martiana*). **Economic Botany**, v. 39, n. 2, p. 113-129, Apr. - Jun., 1985.

McEWAN, C.; BARRETO, C.; NEVES, G. **Unknown Amazon**. London: The British Museum Press, 2001.

McMANAMON, F. P. Discovering Sites Unseen. **Advances in Archaeological Method and Theory**, v. 7, p. 223-292, 1984.

MEDINA, D. From keeping it oral to writing to mapping: The Kuyujani legacy and the De'Kuana self-demarcation project. In: WHITEHEAD, N. L. **Histories and Historicities in Amazonia**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2003. p. 3-32.

MEGGERS, B. J. Environmental Limitation on the Development of Culture. **American Anthropologist**, v. 56, n. 3, p. 801-824, 1954.

_____. **Amazonia**: Man and Culture in a Counterfeit Paradise. Chicago: Aldine, 1971.

_____. **A Reconstrução da Pré-História Amazônica**. São Paulo: EDUSP, 1974. p. 1-19.

MEGGERS, B. J. Environment and Culture in Amazônia. In: WAGLEY, C. (Ed.). **Man in the Amazon**. Gainesville_____: University of Florida Press, 1974. p. 91-110.

MEGGERS, B. J. Climatic Oscillation as a Factor in the Prehistory of Amazonia. **American Antiquity**, v. 44, n. 2, p. 252-66, 1979.

MEGGERS, B. J. et al. Implications of Archaeological Distributions. In: VANZOLINI, P. E.; HEYER, R. (Ed.). **Proceedings of a Workshop on Neotropical Distributions Patterns**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1988. p. 275-294.

MEGGERS, B. J.; EVANS, C. An Experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest Area of South America. In: LOTHROP, S. (Ed.). **Essays in Pre-Columbian Art and Archaeology**. Cambridge: Harvard University Press, 1961. p. 372-388.

_____. Reconstrução do Comportamento Locacional Pré-Histórico na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 183-203, 1989.

_____. **A reconstituição da pré-história amazônica**: algumas considerações teóricas. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1974. p. 51-69. (Publicações Avulsas, v. 20)

_____. Amazonia on the Eve of European Contact: Ethnohistorical, Ecological, and Anthropological perspectives. **Revista de Arqueologia Americana**, Instituto Panamericano de Geografia e História, n. 8, p. 92-115, 1995.

_____. La Cerámica Temprana en América del sur: Invención independiente o Difusión? **Revista de Arqueologia Americana**, n. 13, p. 7-40, 1997.

MEGGERS, B. J.; MILLER, E. T. Evidencia Arqueológica para el comportamiento social y habitacional en la amazonía prehistórica. In: RÍOS, G. M.; MORA, S.; CALVO, F. C. (Org.). **Pueblos y paisajes antiguos de la selva amazónica**. Washington, DC: Taraxacum, 2006. p. 325-348.

MEIRA, S. A família linguística Caribe (Karíb). **Revista de Estudos e Pesquisas. FUNAI**. Brasília, v. 3/2, p. 157-174, 2006.

MEIRA, S.; FRANCHETTO, B. The southern Cariban languages and the Cariban family. **International Journal of American Linguistics**, v. 71, p. 127-192, 2005.

MELATTI, C. **Sobre etnologia no Brasil**: Um roteiro. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2007. 64 p. (Série Antropologia. Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais)

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2007. 300 p.

MELO, A. e KNEIP, A. Diálogo Linguística – Arqueologia: origem e dispersão dos povos Tupi-Guarani. CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 13. **Anais...** Campo Grande, 2005.

MELO, A. e KNEIP, A.. **Evidências linguísticas que apontam para a origem dos povos Tupi- Guaraní no leste amazônico**. CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 52. Sevilha, 2006.

MENÈNDEZ, M. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, M. C. (Ed.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 281-296 p.

MERRIMAN, N. (Ed.). **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004.

MÉTRAUX, A. Migrations historiques des Tupí-guaraní. **Journal de la Société des Américanistes**, v. 19. Paris: Librairie Orientale et Américaine, 1927.

_____. **A religião dos Tupinambás e suas relações com as demais tribos Tupi-Guaranis**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EDUSP, 1979.

_____. The Guarani. In: STEWARD, J. H. (Ed.). **Handbook of South American Indians: The Tropical Forest Tribes**, v. 3. Washington: Smithsonian Institution, 1948a. p. 63-94. (Bureau of American Ethnology, Bulletin 143)

_____. The Tupinamba. In: STEWARD, J. H. (Ed.). **Handbook of South American Indians: The Tropical Forest Tribes**, v. 3. Washington: Smithsonian Institution, 1948b. p. 95-133. (Bureau of American Ethnology, Bulletin 143)

MÉTRAUX, A. [1928] **A civilização material das tribos tupi-guarani**. Campo Grande: Gráfica Editora Alvorada, 2012. 470 p.

MICHAEL, L. A Bayesian Phylogenetic Classification of Tupí-Guaraní. **Liames Línguas Indígenas Americanas**. v.15, nº 2, p.1-36, 2015.

MILLER, E. T. et al. **Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte**. Brasília, DF: Eletronorte, 1992.

MONTEIRO, J. M. Brasil indígena no século XVI: dinâmica histórica tupi e as origens da sociedade colonial. **Ler História**, v. 19, p. 1-103, 1990.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. Entre o etnocídio e a etnogênese: identidades indígenas coloniais. In: FAUSTO, C.; MONTEIRO, J. **Tempos Índios: Histórias e Narrativas do Novo Mundo**. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia Assírio & Alvim, 2007. p. 25-65.

MONTEIRO, P. (Org.). **Deus na Aldeia: Missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006.

MOORE, D.; STORTO, L. As línguas indígenas e a pré-história. In: PENA, S. D. J. **Homo brasilis**. São Paulo: FUNPEC, 2002. p. 73-92.

MORAES, C. Aldeias circulares na Amazônia Central: um contraste entre fase Paredão e fase Guarita. In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. **Arqueologia Amazônica**. v. 2. Belém: MPEG/ IPHAN/ SECULT, 2010. p. 581-604.

_____. **Amazônia ano 1000: Territorialidade e Conflito no tempo das hierarquias regionais**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORAES, C. P.; NEVES, E. G. O Ano 1000: Adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. **Amazônica**, v. 4, n. 1, p. 122-148, 2012.

MORRIS, I. Archaeology as cultural history. In: _____. **Archaeology as cultural history: words and things in iron age Greece**. Malden, Mass: Blackwell, 2000. p. 3-33.

MPEG - MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Descrição e Análise da Flora da região do médio-baixo rio Xingu**: Relatório Final de Vegetação. Belém, PA: MPEG, 2008. 384 p.

MUELLER, J. W. (Ed.) **Sampling in Archaeology**. Tucson: The University of Arizona Press, 1975. p. 147-154.

MÜLLER, R. P. Asuriní do Xingu. **Revista de Antropologia**, v. 27/28, p. 91-114, 1984/1985.

_____. Abstracionismo na pintura corporal asuriní. In: **Arte e corpo**: pintura sobre a pele e adornos de povos indígenas brasileiros. Rio de Janeiro: FUNARTE; Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1985. p. 21-25.

MÜLLER, R. P. Tayngava, a noção de representação na arte gráfica Asurini do Xingu. In: VIDAL, L. B. (Org.). **Grafismo Indígena**: Estudos de Antropologia Estética. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; EDUSP, 1992. p. 231-248.

MÜLLER, R. P. **Os Asuriní do Xingu**: história e arte. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1993. 345 p.

MÜLLER, L. M. et al. Considerações iniciais sobre a cerâmica arqueológica da Volta Grande do Xingu. In: BARRETO, C.; LIMA, H.; BETANCOURT, C. **Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia**: rumo a uma nova síntese. Belém: IPHAN; Ministério da Cultura, 2016. p. 196-209.

MUNSELL COLORS COMPANY. Munsell soil colors charts. Baltimore, 2000.

MYERS, T. Agricultural Limitations of the Amazon in Theory and Practice. **World Archaeology**, The Humid Tropics, v. 24, n. 1, p. 82-87, 1992.

_____. et al. Historical Perspectives on Amazonian Dark Earths. In: LEHMANN, J. et al. (Ed.). **Amazonian Dark Earths**: Origin, Properties, Management. Kluwer: Academic Publishers, 2003. p. 15-24.

NAVARRETE LINARES, F. **Los aborígenes de los pueblos indígenas del valle de México**: Los Altépetl y sua historias. Universidade Nacional Autónoma de México, México, DF: CDI, 2008. (Pueblos del México Contemporáneo)

NEVES, E. G. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. **A temática indígena na escola**: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília (DF): MEC; MARI; UNESCO, 1995. p. 171-196.

_____. **Paths in Dark Waters:** Archaeology as indigenous history in the upper Rio Negro basin, northwest Amazon. PhD Dissertation (Doctor of Philosophy) – Department of Anthropology, Indiana University, 1998.

_____. Arqueologia, História Indígena e o Registro Etnográfico: Exemplos do Alto Rio Negro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Supl. 3, São Paulo, p. 319-330, 1999.

_____. Tradição oral e Arqueologia na história indígena no alto rio Negro. In: FORLINE, L. C.; MURIETA, R. S. S.; VIEIRA, I. C. G. **Amazônia:** além dos 500 anos. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.

NEVES, E. G. Ecology, Ceramic Chronology and Distribution, Long-Term History, and Political Change in the Amazonian Floodplain. In: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. **Handbook of South American Archaeology**. London: Springer, 2008. p. 359-379.

_____. Archaeological cultures and past identities in the pre-colonial Central Amazon. In: HORNBORG, A.; HILL, J. D. (Org.). **Ethnicity in Ancient Amazonia**. Boulder: University Press of Colorado, 2011. p. 31-56.

_____. **Sob os tempos do Equinócio:** oito mil anos de História na Amazônia Central (6.500 AC - 1.500 DC). 2012. Tese (Livre-Docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. et al. Historical and sociocultural origins of Amazonian Dark Earths. In: LEHMANN, J. et al. (Ed.). **Amazonian Dark Earths**. Origin, Properties and Management. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 29-50.

_____. et al. The Timing of terra preta formation in the central amazon: archaeological data from three sites. In: GLASER, B.; WOODS, W.I. (Ed.). **Explorations in Amazonian Dark Earth**. Heidelberg: Springer, 2004.

NEVES, E. G.; PETERSEN, J. B. Political economy and pre-Columbian landscape transformations in Central Amazonia. In: BALÉE, W.; ERICKSON, C. **Time and complexity in historical ecology:** Studies in the neotropical lowlands. New York: Columbia University Press, 2006. p. 279-309.

NETO, J. M. B. De Porto de Mós a Ponte Seca: gente, espaço e tempo no Xingu oitocentista. In: SOUZA, C. M.; CARDOZO, A. **Histórias do Xingu:** Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séc. XVII - XXI). Belém, PA: Ed. Universitária UFPA, 2008. p. 97-120.

NICHOLAS, G. (Ed). **Being and becoming indigenous archaeologists**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.

NIMUENDAJÚ, C. **The Apinayé**. Tradução de Robert H. Lowie. Washington: The Catholic University of America Press, 1939. p. 179-180.

_____. Little-know Tribes of the Lower Tocantins River Region e Tribes of the Lower and Middle Xingu River. In: STEWART, J. H. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington: Smithsonian Institution, 1948. p. 213-242. (Bureau of American Ethnology, Bulletin 143)

_____. Tribes of the lower and middle Xingú River. In: STEWARD, J. H. (Ed.). **Handbook of South American Indians: The Tropical Forest Tribes**, v. 3. Washington: Smithsonian Institution, 1948. p. 213-243. (Bureau of American Ethnology, Bulletin 143)

_____. **Fragmentos de Religião e tradição dos índios Sipáia**: Contribuição ao conhecimento das tribus de índios da região do Xingu, Brasil Central. Rio de Janeiro: Tempo e Presença; São Paulo: Cortez, 1981a. p. 10-47. (Religião e Sociedade, n. 7).

_____. **Mapa etno-histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981b. 97 p.

_____. [1917-1921]. **In Pursuit of a Past Amazon**: archaeological researches in the Brazilian Guyana and in the amazon Region. Göteborg: Etnologiska Studier, 2004.

NOELLI, F. S. **Sem Tekoha não há Tekó**: Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Rio Jacuí-RS. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 1993.

_____. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, FFLCH/USP, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 08-53, 1996.

_____. The Tupi: explaining origin and expansions in terms of archaeology and historical linguistics. **Antiquity, Special sections: Issues in Brazilian archaeology**, v. 72, n. 277, p. 648-663, 1998.

_____. La Distribución Geográfica de Las Evidencias Arqueológicas Guarani. **Revista de Índias**, v. LXIV, n. 230, p. 17-34, 2004.

_____. The Tupi Expansion. In: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. H. (Ed.). **The Handbook of South American Archaeology**. London: Springer Science, 2008. p. 659-670.

NOELLI, F. S.; BROCHADO, J. P. O cauim e as beberagens dos Guarani e Tupinambá: equipamentos, técnicas de preparação e consumo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 8, p. 117-128, 1998.

NOELLI, F. S.; FERREIRA, L. M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências e Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, 2007.

NOGUEIRA, F. **Etnodesenvolvimento e o mercado verde na Amazônia indígena: os Asuriní no médio Xingu**. Dissertação (mestrado em Ciência Ambiental) – Internunidades em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NOGUEIRA, S. M. S. Mais histórias de desertores: fuga militares no Xingu e Tapajós (1773-1823). In: SOUZA, C. M.; CARDOZO, A. **Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades** (Séc. XVII - XXI). Belém, PA: Ed. Universitária UFPA, 2008. p. 75-96.

OLIVEIRA, A. E.; GALVÃO, E. A cerâmica dos índios Juruna (Rio Xingu). **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, n. 41, p. 19-23, 1969.

OLIVEIRA, E. R.; SILVEIRA, M. I. A face da cerâmica Tupiguarani no sudeste paraense. CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB, 15., **Caderno de Resumos**, Simpósio Arqueologia Tupi (-Guarani) na Amazônia I: estudos regionais, 2009.

OLIVEIRA, J. E. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 95-113, Jan.-Jun., 2007.

_____. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista Tellus**, ano 12, n. 22, p. 27-48, 2012.

_____. **Entre plantas e palavras: modos de Constituição de saberes entre os Wajãpi**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVER, J. The archaeology of forest foraging and agricultural production in Amazonia. In: McEWAN, C.; BARRETO, C.; NEVES, G. **Unknown Amazon**. London: The British Museum Press, 2001. p. 50-85.

OLIVER, J. R. The Archaeology of Agriculture in Ancient Amazonia. In: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. **Handbook of South American Archaeology**. London: Springer, 2008. p. 185-212.

OLIVER, J. **Landscape and social transformation on the Northwest coast: colonial encounters in the Fraser Valley**. Tucson: University of Arizona Press, 2010.

_____. History from the Ground Up: Historical Ecology and Temporality in Colonial British Columbia. In: POPE, P. E.; LEWIS-SIMPSON, S. (Ed.). **Exploring Atlantic Transitions: Archaeologies of Transience and Permanence in New Found Lands**. Woodbridge: Boydell Press, 2013. p. 103-114. (Society for Post Medieval Archaeology Monograph Series, v. 8)

ORSER, C. E. **A Historical Archaeology of the Modern World**. New York: Plenum Press, 1996.

- ORTON, C. **Sampling in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A. **Pottery in archaeology**. 10. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. (Cambridge Manuals in archaeology)
- PABST, E. Critérios de distinção entre Terra Preta e Latossolo na região de Belterra e seus significados para a discussão pedogenética. B. **Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 7, p. 5-19, 1991.
- PALMATARY, H. The archaeology of the Lower Tapajos Valley: Brazil. **Transactions of the American Philosophical Society**, New Series, v. 50, 243 p., 1960.
- PANJA, S. Mobility strategies and site structure: a case study of Inamgaon. **Journal of anthropological archaeology**, v. 22, n. 2, p. 105-25, 2003.
- PATERNOSTRO, J. **Viajem ao Tocantins**. Rio de Janeiro: Brasiliense, Ed. Nacional, 1945. Série 5, v. 248, p. 132-151.
- PATTERSON, T.; ORSER, C. (Ed.). **Foundations of social archaeology selected writings of V. Gordon Childe (1852-1957)**. Walnut Creek: Altamira Press, 2004.
- PAYNE, D. L. A classification of Maipuran (Arawakan) Languages based on shared lexical retentions. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUN, G. K. (Org.). **Handbook of Amazonian Languages**. Haia: Mouton, 1991. p. 355-499. (Edição Especial)
- PEREIRA, E. **Arte Rupestre na Amazônia - Pará**. Belém: MPEG; São Paulo: UNESP, 2003.
- _____ et al. A Tradição Tupiguarani na Amazônia. In: PROUS, A.; LIMA, T. (Org.). **Ceramistas Tupiguarani**. Belo Horizonte: IPHAN, Ministério da Cultura, Sigma, 2008. p. 49-66.
- PEREIRA, E. et al. **O sítio Domingos** – uma aldeia Tupiguarani no sudeste do Pará, Amazônia, Brasil. CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA - SAB, 15.: Caderno de Resumos, Simpósio Arqueologia Tupi (-Guarani) na Amazônia I: estudos regionais, 2009.
- PEREIRA, G. et al. Ecologia Histórica Guarani: as plantas utilizadas no bioma Mata Atlântica do litoral sul de Santa Catarina, Brasil (Parte 1). **Cadernos do Lepaarq**, v. XIII, n. 26, p. 197-248, 2016.
- PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (Org.). **Arqueologia Amazônica 1**. Belém, PA: MPEG, IPHAN, SECULT, 2010.
- PERRONE-MÓISES, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.

PEROTA, C. **Relatório de Trabalho de Campo, Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica**. Vitória, ES. 1977.

_____. **Relatório de Trabalho de Campo, Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica**. Vitória, ES. 1978.

_____. Adaptação Agrícola no baixo Xingu. In: MEGGERS, B. J (Ed.). **Prehistória Sudamericana: Nuevas Perspectivas**. Santiago: Taraxacum, 1992. p. 221-218.

PEROTA, C.. **Relatório de Trabalho de Campo**. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica. Vitória, ES, 1977.

_____. **Relatório de Trabalho de Campo**. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica. Vitória, ES, 1978.

PETERSEN, J. B.; NEVES, E., HECKENBERGER, M. J. Gift from the past: Terra Preta and prehistoric amerindian occupation in Amazonia. In: McEWAN, C.; BARRETO, C.; NEVES, E. G. (Ed.). **Unknown Amazon**. London: The British Museum Press, 2001. p. 86-105.

PETRERE-JÚNIOR, M. Nota sobre a pesca dos índios Kayapó da aldeia de Gorotire, Rio Fresco, Pará. **Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi**, série Antropologia, v. 6, p. 5-17, 1990.

PIKIRAYI, I. Ceramics and group identities. Towards a social archaeology in southern African Iron Age ceramic studies. **Journal of Social Archaeology**, v. 7, n. 3, p. 286-301, 2007.

PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

PIRES, J. M. Tipos de vegetação da Amazônia. Belém. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n. 20, p. 179-202, 1973.

PLOG, S; PLOG, F.; WAIT, W. Decision making in modern surveys. **Advances in Archaeological Method and Theory**, v. 1, p. 384-21, 1978.

POLITIS, G. Foragers of the Amazon: the last survivors or the first succeed? In: McEWAN; C.; BARRETO, C.; NEVES, G. **Unknown Amazon**. London: The British Museum Press, 2001. p. 26-49.

POLITIS, G. et al. Quarenta e oito saídas: etnoarqueologia das saídas diárias de forrageio dos Awá. In: HERNANDO, A.; COELHO, E. M. (Org.). **Estudos sobre os Awá: caçadores-coletores em transição**. São Luís, MA: EDUFMA, 2013. p. 155-186.

POSEY, A. D. Contact before contact: typology of post-colombian interaction with northern Kayapó of the Amazon Basin. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, v. 3, n. 2, 1987.

POSEY, D. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapo indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**, v. 3, p. 139-158, 1985.

- _____. **Kayapó Ethnoecology and culture**. London, New York: Routledge, 2002.
- POVOS Indígenas do Brasil, sudeste do Pará. São Paulo: CEDI, 1985.
- PREUCEL, R. W.; CIPOLLA, C. N. Indigenous and Postcolonial Archaeologies. In: LIEBMANN, M.; RIZVI, U. Z. (Ed.). **Archaeology and the Postcolonial Critique**. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 129-140.
- PYBURN, K. A. Practicing Archaeology – As if it really matters. **Public Archaeology**, v. 8, n. 2-3, p. 161-175, 2009.
- RAHARIJAONA, V. Archaeology and oral traditions in the Mitonga-Andrainjato area (Betsileo region of Madagascar). In: LAYTON, R. (Ed.). **Who needs the past? Indigenous values and archaeology**. London: Routledge, 1994. p. 189-194.
- REDMAN, C. Multistage fieldwork and analytical techniques. **American Antiquity**, v. 38, p. 61-79, 1973.
- RENFREW, C.; BAHN, P. **Teorías, Métodos y Prácticas**. Tradução de María Jesús Mosquera Rial Torrejón de Ardoz. Madrid: Akal, 1993.
- RIBEIRO, B. **A civilização da palha: a arte do trançado dos índios do Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- _____. A Oleira e a Tecelã. **Revista de Antropologia**, v. 26, p. 25-61, 1982.
- _____. Araweté: a índia vestida. **Revista de Antropologia**, n. 26, 1983.
- _____. **Arte Indígena, Linguagem Visual**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. 186 p. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 9).
- _____. Ao vencedor, as batatas. Plantas ameríndias oferendas à humanidade. **Carta': falas, reflexões, memórias** / informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro, n. 9, p. 113-121. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1993.
- RIBEIRO, D. Ciclo Annual das Atividades de subsistência de uma tribo da floresta tropical. In: SCHADEN, E. **Leituras de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 23-43.
- RIVAL, L. Domestication as a Historical and Symbolic Process: Wild Gardens and Cultivated Forests in the Ecuadorian Amazon. In: BALÉE, W. (Ed.). **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia Univ. Press, 1998. p. 232-250.
- RODRIGUES, A. D. A classificação do tronco linguístico Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 12, p. 99-104, 1964.
- _____. Relações internas na família lingüística Tupí-Guaraní. **Revista de Antropologia**, v. 27/28, p. 33-53, 1984/1985.

_____. Hipótese sobre as migrações dos três subconjuntos meridionais da família Tupí-Guaraní. In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 2., Florianópolis, 2000. **Atas do II Congresso Nacional da ABRALIN**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. p. 1596-1605. (CD-ROM)

_____. Hipótese Sobre as Migrações dos Três Subconjuntos Meridionais da Família Tupí-Guaraní. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 2, INSTITUTO LINGÜÍSTICO, 14, Florianópolis, 1999, **Anais...** Florianópolis: ABRALIN, 2000. 1 CD-Rom.

_____. Agricultura Tupí Pré-Histórica na Amazônia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 5, Belo Horizonte, 2007, **Resumos...**, Belo Horizonte: ABRALIN, 2007. p. 453.

_____. Linguistic reconstruction of elements of prehistoric Tupí culture. In: CARLIN, E. B.; VAN DER KERKE, S. (Org.). **Linguistics and archaeology in the Americas: the historization of language and society**. Leiden, The Netherlands: Brill, 2010. v. 2, p. 1-10.

RODRIGUES, A.; CABRAL, A. S. A. C. Tupían. In: CAMPBELL, L.; GRONDONA, V. (Org.). **The Indigenous Languages of South America**. Berlin, Boston: Mouton de Gruyter, 2012. v. 2, p. 495-574.

RODRIGUES, R. Territórios em disputa: O papel da pesquisa Etnoarqueológica nos estudos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Guarani Nandeva no sudeste do Estado de São Paulo. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 1, p. 96-111, 2013.

RODRIGUES, S. F. S. **Mineralogia química e avaliação da fertilidade potencial de fragmentos cerâmicos de Terra Preta Arqueológica do sítio Jabuti (Bragança Pará)**. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. 130 p.

ROOSEVELT, A. **Parmana**: Pre-historic maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco. New York: Academic Press, 1980.

ROOSEVELT, A. C. Resource Management in Amazonia before the Conquest: Beyond Ethnographic Projection. **Advances in Economic Botany**, v. 7, p. 30-62, 1989.

ROOSEVELT, A. Determinismo Ecológico na Interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: NEVES, W. (Org.). **Origem, Adaptações e Diversidade Biológica do Homem nativo da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991. 103-141 p.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia amazônica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

ROOSEVELT, A. et al. Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling Americas. **Science**, n. 272, p. 373-384, 1996.

- ROSKAMS, S. **Excavation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- ROSTAIN, S. Que hay de nuevo al norte: apuntes sobre el Ariste. **Revista de Arqueologia**, v. 24, n. 1, p. 10-31, 2011.
- ROSTAIN, S.; VERSTEEG, H. The Arauquinoid Tradition in the Guianas. In: DELPUECH, A.; HOFMAN, C. (Ed.). **Late Ceramics and Late societies in the eastern Caribbean**. Oxford: Archaeopress, 2004. p. 233-250.
- ROTHSCHILD, N. A. **Colonial Encounters in a native American Landscape**. The Spanish and Dutch in North America. Washington, London: Smithsonian books, 2003.
- ROUSE, I. Introduction. In: _____. **Migration in prehistory**: Inferring population movement from cultural remains. New Haven: Yale University Press, 1986. p. 1-18.
- _____. Arawakan phylogeny, Caribbean chronology, and their implications for the study of populations movement. **Antropologica**, v. 63-64, p. 9-21, 1985.
- RYE, O. S. **Pottery technology**: Principles and reconstruction. Washigton D.C.: Taraxacum, 1981.
- SACKET, J. The meaning of Style in Archaeology: a general model. **American Antiquity**, v. 42, n. 3, p. 369-380, 1977.
- SÁEZ, O.C. **O nome e o tempo dos Yaminawa**. Etnologia e história dos Yaminawa do rio Acre. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____. **Metáforas históricas e realidades míticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- SALOMÃO, R. P. et al. As florestas de Belo Monte na grande curva do rio Xingu, Amazônia Oriental. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 2, n. 3, p. 57-153, 2007.
- SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. T. **História, documento e metodologia de pesquisa**. São Paulo, Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SANJAD, N. **A Coruja de Minerva**: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010. 496 p.
- SANTOS-GRANERO, F. Writing history into the landscape: space, myth, and ritual in contemporary Amazonia. **American Ethnologist**, v. 25, n. 2, p. 128-148, 1998.
- SANTOS, L. O.; ANDRADE, L. M. M. (Org.). **As hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SAWAKUCHI, O. et al. The Volta Grande do Xingu: Reconstruction of Past Environments and Forecasting of future scenarios of a unique Amazonian Fluvial Landscape. **Scientific Drilling**, v. 20, p. 21-32, 2015.

SCHAAN, D. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 2, n. 1, p. 77-89, 2007.

_____. **Sacred Geographies of ancient Amazonia**: historical ecology of social complexity. New York: Left Coast Press, 2012.

SCHADEN, E. **Leituras de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. Pioneiros Alemães da exploração etnológica do Alto Xingu. In: COELHO, V. P. (Org.). **Karl von den Steinen**: um século de antropologia no Xingu. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 109-130.

SCHIFFER, M. B. Archaeology as Behavioral Science. In: _____. (Ed.) **Behavioral Archaeology**: First Principles, Foundations of Archaeology Inquiry. Salt Lake City, UT: The University of Utah Press, 1975. p. 46-54.

_____. **Formation Processes of the archaeological record**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1991. 428 p.

SCHIFFER, M. B. et al. The design of archaeological surveys. **World Archaeology**, v. 10, n. 1, p. 1-28, 1978.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. The explanation of artifact variability. **American Antiquity**, v. 62, n. 1, p. 27-50, 1997.

SCHIMITZ, P. I. Migrantes da Amazônia: Tradição Tupiguarani: Arqueologia do RGS, Brasil. **Documentos**, São Leopoldo, v. 5, p. 1-66, 1991.

SCHMIDT, M. J. Landscapes of Movement in Amazonia: new data from ancient settlements in the middle and lower Amazon. **Papers of the Applied Geography Conferences**, v. 35, p. 355-364, 2012.

_____. Amazonian Dark Earths: pathways to sustainable development in tropical rainforests? **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, Belém, v. 8, n. 1, p. 11-38, jan.-abr. 2013.

SCHMIDT, M. J.; HECKENBERGER, M. Formação de terra na região do Alto Xingu: resultados preliminares. In: TEIXEIRA, W. G. et al. (Ed.). **As terras Pretas de índio da Amazônia**: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Ed. Universidade Federal do Amazonas, Embrapa Amazônia Ocidental, 2010. p. 103-126.

SCHMIDT, P. M. **Historical Archaeology in Africa**: representation, social memory and oral traditions. Lanham, MD: Altamira Press, 2006.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos Sociais e a formação da Amazônia**. Belém: UFPA, 2012. 496 p.

SCIENTIA. **Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção da Mineração Onça Puma e Linha de Transmissão associada, Sudeste do Pará** - Relatório Final. 2008.

_____. **Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção da Mineração Onça Puma e Linha de Transmissão associada, Sudeste do Pará** – Segunda etapa, Relatório Parcial 02/2010. 2010.

SEVÁ FILHO, A. O. **Tenotã-mõ**: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network - IRN, 2005.

SHANKS, M.; TILLEY, C. Style and Ideology. In: _____(Ed.). **Re-Constructing Archaeology**: theory and practice. 2. ed. London: Routledge, 1992. p. 137-171.

SHETLER, J. B. **Imagining Serengeti**. A history of landscape memory in Tanzania from earliest times to the present. Athens: Ohio University Press, 2007.

SHOTT, M. Shovel-Test Sampling in Archaeological Survey: Comments on Nance and Ball, and Lightfoot. **American Antiquity**, v. 54, n. 2, p. 396-404, 1989.

_____. Archaeological Implications of Revisionism in Ethnography. **Michigan Discussions in Anthropology**, v. 10, n. 1, p. 31-40, 1991.

_____. Reliability of Archaeological Records on Cultivated Surfaces: A Michigan Case Study. **Journal of Field Archaeology**, v. 22, n. 4, p. 475-490, 1995.

SIEGEL, P. E.; ROE, P.G. Shipibo Archaeo-Ethnography: Site Formation Processes and Archaeological Interpretation. **World Archaeology**, Perspectives in World Archaeology, v. 18, n. 1, p. 96-115, 1986.

SILLIMAN, S.; ZIMMERMAN, L. **Collaborating at the trowel's edge**: teaching and learning in indigenous archaeology. Tucson: The University of Arizona Press, 2008.

SILVA, B. N. R. et al. Os solos da área de Cacau Pirera-Manacapuru. **IPEAN**, Série Solos da Amazônia, Belém, v. 2, p. 1-198, 1970.

SILVA, F. A. **As tecnologias e seus significados**: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kaiapó-Xikrin sob uma perspectiva Etnoarqueológica. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000a.

_____. Produção e uso da cultura material e a formação do registro arqueológico: o exemplo da cerâmica dos Asuriní do Xingu. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 32, p. 59-110, 2000b.

_____. Mito e Arqueologia: A Interpretação dos Asuriní do Xingu sobre os vestígios Arqueológicos encontrados no Parque Indígena Kuatinemu, Pará. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 175-187, 2002.

SILVA, F. A. Cultural Behaviors of indigenous population and the formation on the archaeological record in amazonian dark earths: The Asurini do Xingú case study. In: LEHMANN, J. **Amazonian Dark Earths**: Origin, properties, management. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003a. p. 373-386.

_____. **O processo de produção da cerâmica Asuriní**: uma contribuição para os estudos arqueométricos de material cerâmico. São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2003b.

_____. A variabilidade dos trançados dos Asurini do Xingu: uma reflexão etnoarqueológica sobre função, estilo e frequência dos artefatos. **Revista de Arqueologia**, v. 22, n. 2, p. 17-34, 2009a.

_____. A Etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. **Boletim Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 4, n. 1, p. 27-38, 2009b.

_____. **Território e História dos Asuriní do Xingu**: Um estudo bibliográfico, documental, arqueológico e etnoarqueológico sobre a trajetória histórica dos Asuriní do Xingu (século XIX aos dias atuais). Projeto FAPESP. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009c.

_____. As atividades econômicas das populações indígenas e a formação das terras pretas: o exemplo dos Asurini do Xingu. In: TEIXEIRA, W. G. et al. (Ed.). **As terras Pretas de índio da Amazônia**: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Ed. Universidade Federal do Amazonas; Embrapa Amazônia Ocidental, 2010. p. 54-61.

_____. O plural e o singular das arqueologias indígenas. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 24-42, 2012.

_____. Território, lugares e memória dos Asurini do Xingu. **Revista de Arqueologia**, v. 26, p. 28-41, 2013. (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso)

_____. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: Um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. **Revista de Antropologia**, v. 58, n. 2, 2015.

SILVA, F. A. et al. A arqueometria e a Análise de Artefatos Cerâmicos: um estudo de fragmentos cerâmicos etnográficos e arqueológicos por fluorescência de Raios X (EDXRF) e transmissão Gama. **Revista de Arqueologia da SAB**, v. 17, p. 41-61, 2004.

SILVA, F. A.; BESPALÉZ, E.; STUCHI, F. F. Arqueologia Colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Koatinemo, Rio Xingu, Pará. **Revista Amazônica**, Belém, v. 3, n. 1, 2011.

SILVA, F. A.; GARCIA, L. Arqueologia Colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. **Revista Amazônica**, Belém, v. 7, n. 1, p. 74-99, 2015.

SILVA, F.; NOELLI, F. Mobility and territorial occupation of the Asurini do Xingu, Pará, Brazil: an archaeology of the recent past In the Amazon. **Latin American Antiquity**, v. 26, n. 4, p. 493-511, 2015.

SILVA, F. A.; STUCHI, F. F. Evidências e significados da mobilidade territorial: A terra indígena Kaiabi, Mato Grosso, Pará. **Revista Amazônica**, v. 2, n. 1, p. 38-59, 2010.

SILVA, J. P. **A avaliação da diversidade de padrões de canais fluviais e da geodiversidade na Amazônia**: aplicação e discussão na Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

]SILVA-PINTO, M. Arara do Pará. In: **Enciclopédia dos Povos Indígenas**. ISA, 2002.

SILVEIRA, M. I. **Estudo sobre estratégias de subsistência de caçadores coletores pré-históricos do sítio Gruta do Gavião, Carajás (Pará)**. Dissertação (Mestrado) -- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____ et al. Seriam as Terras Pretas Arqueológicas grandes áreas contínuas? O caso dos sítios Bitoca 1 e Bitoca 2 na região de Carajás-PA. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO – ABEQUA, 11., Belém. **Anais...** Belém, PA: MPEG, 2007. v. 1.

SILVEIRA, M. et al. Sequência Cronológica de Ocupação na Área do Salobo (Pará). **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 1, 2008.

SILVEIRA, M.; JALLES, C. **Relatório de trabalho de laboratório do Projeto de Prospecção Arqueológica na Área do Projeto Salobo/PA**. Belém: MPEG, 2003.

SIMÕES, M. F. **Considerações preliminares sobre a arqueologia do alto Xingu (Mato Grosso)**. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do primeiro ano: 1965-1966. Belém, PA: MPEG, 1966. p. 129-152. (Publicações Avulsas, v. 18)

_____ **Índice das fases arqueológicas Brasileiras (1950-1971)**. Belém, PA: MPEG, 1972. 75 p. (Publicações Avulsas, v. 18)

_____ **Pesquisa Arqueológica no Baixo Tocantins**. Relatório preliminar, 2º parte. Belém, PA: MPEG, 1976.

_____ Salvamento arqueológico. In: ALMEIDA JR., J. M. G. (Org.). **Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento**. Brasília: Brasiliense, CNPq, 1986.

SIMÕES, M. F.; ARAÚJO-COSTA, F. **Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos**. Belém, PA: MPEG, 1978. (Publicações Avulsas, v. 30)

SIMÕES, M. F.; ARAÚJO-COSTA, F. Pesquisas Arqueológicas no baixo rio Tocantins (Pará). **Revista de Arqueologia**, Belém, PA, v. 4, n. 1, p. 11-28, 1987.

SIMÕES, M. F.; CORRÊA, C. G.; MACHADO, A. L. **Achados Arqueológicos no Baixo rio Fresco – Pará**. Belém, PA: MPEG, 1973. 142 p. (Publicações Avulsas, v. 20)

SMITH, A. Archaeology, local history and community in French Polynesia. **World Archaeology**, v. 42, n. 3, p. 367-380, 2010.

SMITH, C.; WOBST, M. (Ed.). **Indigenous Archaeologies**. London: Routledge, 2005.

SMITH, L. Towards a theoretical framework for archaeological heritage management. In: FAIRCLOUGH, G. et al. (Ed.). **The heritage reader**. London: Routledge, 2010. p. 62-74.

SMITH, N. Anthroposols and Human carrying capacity in Amazonia. **Annals of the Association of American Geography**, v. 70, n. 4, p. 553-566, 1980.

SNEAD, J.; ERICKSON, C.; DARLING, A. **Landscapes of Movement: Trails, Paths, and Roads in Anthropological Perspective**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, Incorporated; University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2009.

SNEATHLAGE, E. [1912] **A travessia entre o Xingu e o Tapajós**. Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2002. 72 p. (Coleção Documentos da Amazônia, v. 98).

SOMBROEK, W. **Amazon soil: A reconnaissance of the soils of the Brazilian Amazon region**. Wageningen: Centre for Agricultural Publications and Documentation, 1966. 292 p.

SOUZA, C. M.; CARDOZO, A. (Org.). **Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades - séc. XVII-XXI**. Belém, PA: Universitária UFPA, 2008.

SOUZA, C. M.; NETO, I. Z. S. De migrantes nordestinos a Seringueiros no Xingu: história, Memória e literatura em “A Batalha do riozinho do Anfrísio”. In: SOUZA, C. M.; CARDOZO, A. **Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séc. XVII - XXI)**. Belém, PA: Ed. Universitária UFPA, 2008. p. 215-234.

STAHL, P. Interpreting interfluvial landscape transformations in the pre-Columbian Amazon. **The Holocene**, v. 25, p. 1598-1603, 2015.

STARK, M. (Ed.). **The archaeology of social boundaries**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998.

STARK, M. et al. Ceramic Technology and Social Boundaries: cultural practices in Kalinga clay selection and use. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 7, n. 4, p. 295-331, 2000.

STARK, M. et al. **Cultural Transmission and Material Culture: Breaking Down Boundaries**. Tucson: The University of Arizona Press, 2008.

STEIN, G. J. (Ed.) **The Archaeology of Colonial Encounters: comparative perspectives**. Santa Fe: School of American Research Press; Oxford: James Currey, 2005.

STEINEN, K. [1884] **O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu**. Tradução de Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. 379 p. (Brasiliana, v. 3)

STEWART, J. H. (Ed.). **Handbook of South American Indians: the Tropical Forest Tribes**, v. 3. Washington: Smithsonian Institution, 1948. (Bureau of American Ethnology, Bulletin 143)

STEWART, J.; FARON, L. **Native peoples of South America**. New York: Mc-Graw-Hill, 1959.

STEWART, P. J.; STRATHERN, A. Introduction. In: STEWART, P. J.; STRATHERN, A. (Ed.). **Landscape, memory, and history**. Anthropological perspectives. London: Pluto Press, 2003. p. 1-15.

STILES, D. Ethnoarchaeology: a Discussion of Methods and Applications. **Man**, v. 12, p. 87-103, 1977.

STONE, T. Social Identity and Ethnic Interaction in the Western Pueblos of the American Southwest. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 10, n. 1, p. 31-67, 2003.

SUHRBIER, M. B. Dos tempos da onça: sobre a significação de objetos dos Kamayurá (Alto Xingu). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, USP**, São Paulo, n. 9, p. 195-204, 1999.

SZTUTMAN, R. **O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens**. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2012.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ano II, p. 59-83, 2008.

TAYLOR, C. Gadamer on the human sciences. In: DOSTAL, R. **The Cambridge Companion to Gadamer**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 126-142.

TEIXEIRA, W. G. et al. (Ed.). **As terras Pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas; Embrapa Amazônia Ocidental, 2010. 420 p.

THIEME, I. Karl von den Steinen: vida e obra. In: COELHO, V. P. (Org.). **Karl von den Steinen**: um século de antropologia no Xingu. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 35-108.

THOMAS, J. **Time, Culture and Identity**: An interpretive archaeology. London, New York: Routledge, 1996. 288 p.

TILLEY, C. **A phenomenology of landscape**: places, paths, and monuments. Oxford: Berg, 1994.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TONEY, J. R. **Pottery Technology in the upper Xingu, southern amazon, Brazil, A.D. 700-1770**. PhD (Dissertation in Philosophy) – Department of Anthropology, University of Florida, 2012.

TRIGGER, B. G. Alternative archaeologies: Nationalist, colonialist, imperialist. **Man**, v. 19, p. 355-370, 1984.

TULLY, G. Community archaeology: general methods and standards of practice. **Public Archaeology**, v. 6, n. 3, p. 155-187, 2007.

TURNER, T. Os Mebêngôkre Kayapó: História e Mudança Social: de comunidades autônomas para coexistência interétnica. Tradução de Beatriz Perrone-Móises. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Ed.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 311-339.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo línguas nativas. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Ed.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 87-102.

_____. On the geographical origins and dispersion of the Tupian languages. **Revista de Antropologia**, USP, São Paulo, n. 39, v. 2, p. 61-104, 1996.

VIDAL, L. B. **Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira**: os Kayapó-Xikrin do Rio Cateté. São Paulo: HUCITEC, 1977.

_____. O Espaço habitado entre os Kaiapó-Xikrin (Jê) e os Parakanã (Tupi), no médio Tocantins, Pará. In: NOVAES, S. C. (Org.). **Habitações Indígenas**. São Paulo: Nobel, 1983. p. 77-98.

_____. Os Kayapó-Xikrin do Bacajá. In: SANTOS, L. A. O.; ANDRADE, L. M. M. (Org.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-índio de São Paulo, 1988. p. 165-166.

_____. (Org.) **Grafismo Indígena**: Estudos de Antropologia Estética. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; EDUSP, 1992.

VIDAL, L. B.; SILVA, A. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, DF: MEC; MARI; UNESCO, 1995. p. 340-368.

VIDAL, S. M. Kuwé Duwákalumi: The Arawak Sacred Routes of Migration, Trade, and Resistance. **Ethnohistory**, v. 47, n. 3-4, p. 635-668, 2000.

_____. The Arawak-Speaking groups of Northwestern Amazonia: Ameridian Cartography as a way of preserving and interpreting the past. In: WHITEHEAD, N. **Histories and Historicities in Amazonia**. Lincoln, London: University of Nebraska Press, 2003. p. 33-58.

VIEIRA, L. S. **Manual da ciência do solo**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1975. 464 p.

VIEIRA, M. P. A. et al. **A Pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989. p. 29-64. (Série Princípios)

VILLELA, A. **Das Acontecimentos: experiência e performance no ritual Assurini**. Campinas, 2009. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. **Araweté: os deuses canibais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. Histórias Ameríndias. **Novos Estudos, CEBRAP**, n. 36, p. 22-33, 1993.

_____. Comentário ao artigo de Francisco Noelli. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 39, p. 55-60, 1996.

_____. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; ANDRADE, L. M. M. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as Sociedades Indígenas. In: SANTOS, L. O.; ANDRADE, L. M. M. (Org.). **As hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

VON DEN STEINEN, K. [1883] **O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu**. Tradução Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. 379 p. (Série Extra Brasileira, v. 3).

WALKER, J. Recent Landscape Archaeology in South America. **Journal of Archaeology Research**, v. 20, n. 4, p. 309-355, 2012.

WANDSNIDER, L.; CAMILLI, E. The Character of Surface Archaeological Deposits and Its Influence on Survey Accuracy. **Journal of Field Archaeology**, v. 19, n. 2, p. 169-188, 1992.

WEINSTEIN, B. **The amazona rubber boom, 1850-1920**. Stanford: Stanford University Press, 1983.

WHITE, G. G.; KING, T. F. **The Archaeological Survey Manual**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2007.

WHITEHEAD, N. **Histories and Historicities in Amazonia**. Lincoln, London: University of Nebraska Press, 2003.

WHITRIDGE, P. Landscapes, houses, bodies, things: place and the archaeology of Inuit Imaginaries. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 11, n. 2, p. 213-250, 2004.

WOBST, H. M. Style in Archaeology or Archaeologists in Style. In: CHILTON, E. S. (Ed.). **Material Meanings: Critical Approaches to the interpretation of material culture**. Salt Lake City: The University of Utah Press, 1999. p. 118-132.

_____. Indigenous archaeologies: A worldwide perspective on human immaterialities and human rights. In: BRUCHAC, M.; HART, S. WOBST, M. **Indigenous archaeologies: a reader on decolonization**. California: Walnut Creek, 2010.

WOODS, W. Os solos e as ciências humanas: interpretação do passado. In: TEIXEIRA, W. et al. (Ed.). **As terras Pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas; Embrapa Amazônia Ocidental, 2010. p. 62-71.

WÜST, I. **Continuidade e Mudança: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso**. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

_____. Continuities and discontinuities: archaeology and ethnoarchaeology in the heart of the Eastern Bororo territory, Mato Grosso, Brazil. **Antiquity, Special sections: Issues in Brazilian archaeology**, v. 72, n. 277, p. 663-675, 1998.

_____. Etnicidade e Tradições Ceramistas: Algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Supl. 3, São Paulo, p. 303-317, 1999.

ZECH, W.; PABST, E.; BECHTOLD, G. Analytische Kennzeichnung von Terra Preta do Índio. **Mitt Dtsch Bodenkundl Ges**, v. 29, p. 709-716, 1979.

ZEDENÑO, M. Landscapes, land use and the history of territory formation: an example from pueblo an southwest. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 4, n. 1, p. 63-103, 1997.

ZEDEÑO, M. N.; BOWSER, B. J. The archaeology of meaningful places. In: BOWSER, B. J.; ZEDEÑO, M. N. (Ed.). **The archaeology of meaningful places**. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2008. p. 1-14.

ZUCCHI, A. Evidencias arqueológicas sobre grupos de posible lengua Caribe. **Antropológica**, v. 63-64, p. 23-44, 1985.

ANEXO I

REGISTRO FOTOGRÁFICO DOS LUGARES/SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Etapas de campo 2013 e 2014

Fotografias: Lorena Garcia, Meliam Gaspar, Leandro Mathews Cascon.

SÍTIO AVATIKIRERA (PA-KTM-02)

Foto 1: Bacia de polimento e amolador identificados em afloramento rochoso na margem do rio e área de acesso ao sítio. Sem escala. A bacia mede 20cm de largura em seu contorno melhor delimitado, e os amoladores 10-12cm de comprimento.

Foto 2: Fragmentos de cerâmica em contexto deposicional de superfície.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M324420E9553966N

SÍTIO KWATINEMU VELHO (PA-KTM-03)

Foto 1: bacia de polimento e amolador.

Foto 2: vasilha cerâmica – japepaí em superfície

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M338082E9545402N

SÍTIO MARITAIVA'PIJÁ (PA-KTM-08)

Foto 1: mata secundária em estado avançado de regeneração

Foto 2: detalhe de área concentração de seixos e líticos, quartzo.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem esquerda. Altamira, PA.
UTM: 22M352066E9513992N

SÍTIO KUMANUYKA (PA-KTM-09)

Foto 1: mata secundária de sub-bosque, com presença de palmeiras;

Foto 2: terra preta registrada durante a realização da tradagem.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem direita. Altamira, PA.
UTM:22M351839E9513792N

SÍTIO ARAY'PIJÁ (PA-KTM-10)

Foto 1: coleta de fragmento de vasilha Asurini em superfície.

Foto 2: cerâmica identificada em superfície

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem esquerda. Altamira, PA.
UTM: 22M356733E9503214N

SÍTIO ITATATU (PA-KTM-11)

Foto 1: Mata secundária com palmeiras babaçu

Foto 3: Fragmento de cerâmica em superfície

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem direita. Altamira, PA.
UTM:22M358041E9499978N

SÍTIO JAUNAPINA (PA-KTM-12)

Foto 1: realização de tradagem

Foto 2: canoas atracadas na entrada do sítio e acampamento da expedição.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M361573E9484652N

SÍTIO IPUKUI (PA-KTM-13)

Foto 1: Observando a vasilha cerâmica em superfície

Foto 2: mata secundária com palmeiras – caminhamento na antiga Aldeia Ipukui

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M360915E9489302N

SÍTIO TAPYPIRI (PA-KTM-14)

Foto 1: criança Asurini mostrando esteio da *Tavyva*;

Foto 2: conversa sobre vasilha cerâmica - já'eniwa em superfície

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem direita. Altamira, PA.
UTM:22M361269E9487684N

SÍTIO TAPYPIRI (PA-KTM-14)

Foto 3: vasilha cerâmica Asurini em superfície - *yawa*

Foto 4: vasilha cerâmica Asurini em superfície – *japepai*

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem direita. Altamira, PA.
UTM:22M361269E9487684N

SÍTIO TAPYPIRI (PA-KTM-14)

Foto 5: vasilha cerâmica em superfície

Foto 6: fragmentos cerâmicos em superfície

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem direita. Altamira, PA.
UTM:22M361269E9487684N

SÍTIO UIRASIMBÉ (PA-KTM-15)

Foto 1: terra preta e vegetação secundária com palmeiras de babaçu

Foto 2: fragmento cerâmico em superfície

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem direita. Altamira, PA.
UTM:22M361320E9479632N

SÍTIO CACHOEIRA UIRASIMBÊ (PA-KTM-16)

Fotos 1: amoladores nos matacões da cachoeira Uirasimbê

Fotos 2: detalhe dos amoladores

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem esquerda. Altamira, PA.
UTM: 22M361232E9479624N

SÍTIO MYRINA (PA-KTM-17)

Foto 1: *Japepaí* emborcada, identificada em superfície

Foto 2: Escavação de poço-teste (Poço-teste 2)

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M361765E9478590N

SÍTIO MYRINA II (PA-KTM-18)

Foto 1: Pedral do Igarapé Piranhaquara, onde foram encontrados amoladores

Foto 2: detalhe dos amoladores

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, posicionado no curso do igarapé. Altamira, PA.
UTM: 22M361572E9478460N

SÍTIO YTYPTYIUÚ (PA-KTM-19)

Foto 1: área de lixeira com terra preta.

Foto 2: coleta de material cerâmico na área da lixeira.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem esquerda.Altamira, PA.
UTM: 22M361572E9478460N

SÍTIO YTPYTIUÚ (PA-KTM-19)

Foto 3: Pedral na entrada do sítio, com local da oficina lítica com bacias de polimento e amoladores, área também utilizada para atracamento das embarcações.

Foto 4: detalhe das bacias de polimento

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem esquerda. Altamira, PA.
UTM:22M361572E9478460N

SÍTIO YVYTYRAPITERA (PA-KTM-20)

Foto 1: Escavação da unidade 1020NW920NE

Foto 2: Perfil estratigráfico da unidade 1020NW920NE

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Rio Xingu, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M326490E9581388N

SÍTIO YAÍ (PA-KTM-21)

Foto 1: mata secundária com palmeiras de babaçu.

Foto 2: tradagem e coloração do solo

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Rio Xingu, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M324011E9547659N

SÍTIO KAFEERA ATIVA (PA-KTM-22)

Foto 1: coleta de cerâmica em superfície.

Foto 2: detalhe do fragmento cerâmico coletado

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Rio Xingu, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M323476E9547119N

SÍTIO ITAPEMI (PA-KTM-23)

Foto 1: frente do sítio Itapemi;

Foto 2: tradagem com coleta de material cerâmico em subsuperfície.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Rio Xingu, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M323476E9551863N

SÍTIO KUPI'JUJÁ(PA-KTM-24)

Foto 1: mata secundária com palmeiras jovens de babaçu

Foto 2: tradagem com coleta de material cerâmico em subsuperfície.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Rio Xingu, margem direita.Altamira, PA.
UTM: 22M322958E9546561N

SÍTIO KURURU'Y (PA-KTM-25)

Foto 1: Gravura rupestre com representação antropozoomorfa.

Foto 2: detalhe de fragmentos cerâmicos em superfície.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Rio Xingu, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M324264E9573951N

SÍTIO MURUMUNAKA (PA-KTM-26)

Foto 1: visualização geral da área do sítio – Aldeia Gavião da família de Mara e Murumunaka Asurini.

Foto 2: detalhe de amoladores em afloramento na entrada do sítio

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Rio Xingu, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M325345E9576619N

SÍTIO ATIVA (PA-KTM-27)

Foto 1: frente do sítio, e moradia da família de Ativa Asurini.

Foto 2: Detalhe de material cerâmico em superfície.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Rio Xingu, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M334556E9585707N

SÍTIO KAAFERA JÚLIO NOTATO (PA-KTM-28)

Foto 1: Restos de estrutura de forno, associado a área de moradia do *akarai* que vivia neste lugar

Foto 2: Detalhe de fragmentos de garrafa e frasco medicinal em superfície

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Rio Xingu, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M322119E9545871N

Paisagens do médio-baixo Xingu: arqueologia, temporalidade e historicidade.
ANEXO CAPÍTULO 4 – LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO NA T.I. KOATINEMO.

SÍTIO ROÇA MURUMUNAKA (PA-KTM-32)

Foto 1: Foz do Igarapé Piranhaquara nas proximidades do sítio

Foto 2: detalhe de amoladores identificados na margem esquerda, em frente a entrada do sítio

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Piranhaquara, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M325442E9541559N

SÍTIO ILHA PIRANHAQUARA (PA-KTM-33)

Foto 1: visualização geral da área habitada do sítio.

Foto 2: fragmento cerâmico em superfície.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Rio Xingu, margem esquerda. Altamira, PA.
UTM: 22M320014E9540486N

SÍTIO ROÇA VELHA DO TAKAMUI (PA-KTM-34)

Foto 1: vegetação da área de moradia

Foto 2: Fragmentos cerâmicos em superfície.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem esquerda. Altamira, PA.
UTM: 22M327288E9553975N

SÍTIO ROÇA PAI DO APEBU (PA-KTM-35)

Foto 1: área do sítio com mata secundária e presença de palmeiras.

Foto 2: procedimentos de coleta de material arqueológico de superfície

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem esquerda. Altamira, PA.
UTM: 22M327415E9553863N

SÍTIO IPHEAPUKU (PA-KTM-36)

Foto 1: Restos de armadilha de pesca feita

Foto 2: Fragmentos cerâmicos em superfície.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M327200E9553165N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 1 (PA-KTM-37)

Foto 1: Afloramento com oficina lítica ou marcas de Maíra ao longo do Igarapé Ipiaçava.

Foto 2: detalhe dos amoladores que fazem parte da oficina lítica. Sem escala. Os amoladores medem 20cm-15cm de comprimento e 5-6-cm de largura.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem esquerda. Altamira, PA.
UTM: 22M324517E9554089N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 2 (PA-KTM-38)

Foto 1: Afloramento com oficina lítica ou marcas de Maíra ao longo do Igarapé Ipiaçava.

Foto 2: detalhe do amolador que faz parte da oficina lítica.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem esquerda. Altamira, PA.
UTM: 22M325995E9552949N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 3 (PA-KTM-39)

Foto 1: área de corredeira com oficina lítica ou marcas de Maíra ao longo do Igarapé Ipiacava.

Foto 2: detalhe do amolador e bacia de polimento que fazem parte da oficina lítica.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiacava, margem esquerda. Altamira, PA.
UTM: 22M326974E9553031N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 4 (PA-KTM-40)

Foto 1: afloramentos com oficina lítica ou marcas de Maíra ao longo do Igarapé Ipiaçava.

Foto 2: detalhe dos amoladores que fazem parte da oficina lítica. – sem escala. Os amoladores medem aproximadamente 20cm de comprimento x 5-6cm de largura.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M327000E9553051N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 5 (PA-KTM-41)

Foto 1: afloramentos com oficina lítica ou marcas de Maíra ao longo do Igarapé Ipiaçava.

Foto 2: detalhe dos amoladores que fazem parte da oficina lítica. – sem escala. Os amoladores medem aproximadamente 15cm de comprimento x 6cm de largura.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M328539E9552584N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 6 (PA-KTM-42)

Foto 1: trecho do igarapé onde está localizada a oficina lítica

Foto 2: detalhe dos amoladores que fazem parte da oficina lítica. – sem escala. Os amoladores medem aproximadamente 15cm de comprimento x 6cm de largura.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M328843E9551914N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 7 (PA-KTM-43)

Foto 1: Cachoeira depois da Jakauaka, onde se encontra a oficina lítica

Foto 2: detalhe dos amoladores que fazem parte da oficina lítica.. Os amoladores medem aproximadamente 15cm de comprimento x 6cm de largura.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem direita.Altamira, PA.
UTM: 22M32983E99550053N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 8 (PA-KTM-44)

Foto 1: 1ª Cachoeira Jakauaka, onde se encontra a oficina lítica

Foto 2: detalhe dos amoladores que fazem parte da oficina lítica.. Os amoladores medem aproximadamente 15cm de comprimento x 6cm de largura.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, ambas as margens. Altamira, PA.
UTM: 22M330091E9549884N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 9 (PA-KTM-45)

Foto 1: 2ª Cachoeira Jakauaka, onde se encontra a oficina lítica

Foto 2: detalhe da bacia de polimento que faz parte da oficina lítica. Essa bacia de polimento apresenta aproximadamente 30cm de diâmetro.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, ambas as margens. Altamira, PA.
UTM: 22M330449E9549765N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 10 (PA-KTM-46)

Foto 1: Corredeira – local de acampamento dos Asurini onde se encontra a oficina lítica

Foto 2: detalhe das bacias de polimento e amoladores que fazem parte da oficina lítica. Essa bacia de polimento apresenta aproximadamente 30cm de diâmetro.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, ambas as margens. Altamira, PA.
UTM: 22M332408E9549646N

Paisagens do médio-baixo Xingu: arqueologia, temporalidade e historicidade.
ANEXO CAPÍTULO 4 – LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO NA T.I. KOATINEMO.

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 11 (PA-KTM-47)

Foto 1: afloramentos – local de acampamento dos Asurini onde se encontra a oficina lítica – Acampamento do igarapé Tuvii

Foto 2: detalhe da superfície polida..

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem direita. Altamira, PA.
UTM:22M332476E9549602N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 12 (PA-KTM-48)

Foto 1: afloramentos – local de acampamento dos Asurini onde se encontra a oficina lítica – próximo a Cachoeira Itaphuku

Foto 2: detalhe da superfície polida..

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem esquerda. Altamira, PA.
UTM: 22M332273E9548918N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 13 (PA-KTM-49)

Foto 1: pequeno afloramento com bacia de polimento isolada - próximo a Cachoeira Itaphuku

Foto 2: detalhe da bacia de polimento.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I.. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, margem direita. Altamira, PA.
UTM: 22M332213E9548775N

MAÍRA ENEWA-GAPYPARERA – 14 (PA-KTM-50)

Foto 1: Cachoeira Itaphuku, onde está localizada a oficina lítica

Foto 2: detalhe dos amoladores. Sem escala. Esses amoladores são menores e estreitos, medem aproximadamente 10-12cm de comprimento e 3cm de largura.

Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia colaborativa na T.I. Koatinemo – Pará Brasil .
PORTARIA IPHAN Nº 15 DE 27/03/2013 (PROCESSO Nº 0142.000.482/2012 -8)
Localização do sítio: T.I. Koatinemo, Igarapé Ipiaçava, ambas as margens. Altamira, PA.
UTM: 22M336592E9546149N

ANEXO II

GRÁFICOS

ANÁLISE DAS COLEÇÕES
CERÂMICAS

Sítio Aldeia Kwatinemo (PA-KTM-01): sistematização dos dados da análise cerâmica

Sítio Aldeia Kwatinemo: categorias dos fragmentos cerâmicos analisados

Gráfico 1

Sítio Kwatinemo: técnica de manufatura cerâmica

Gráfico 2

Sítio Aldeia Kwatinemo: antiplásticos

Gráfico 3

Gráfico 4

Sítio Aldeia Kwatinemu: porcentagem de grânulos e areia em relação aos grãos de argila

Gráfico 5

Sítio Aldeia Kwatinemu: Espessura dos fragmentos de vasilhas cerâmicas

Gráfico 6

Sítio Aldeia Kwatinemu: Acabamentos de Superfície

Gráfico 7

Sítio Kwatinemu: resultado de queima de produção cerâmica

Gráfico 8

Sítio Kwatinemu: Sinais de Uso

Gráfico 9

Sítio Kwatinemu: estado de conservação dos fragmentos de cerâmica

Gráfico 10

Sítio Avatikirera (PA-KTM-02): sistematização dos dados da análise cerâmica

Sítio Avatikirera: categoria dos fragmentos analisados

Gráfico 11

Sítio Avatikirera: técnica de manufatura cerâmica

Gráfico 12

Sítio Avatikirera: antiplásticos

Gráfico 13

Sítio Avatikirera: tamanho dos grãos minerais na pasta de produção cerâmica

Gráfico 14

Sítio Avatikirera: porcentagem de grânulos e areia em relação aos grãos de argila

Gráfico 15

Sítio Avatikirera: Espessura dos fragmentos de vasilhas cerâmicas

Gráfico 16

Sítio Avatikirera: acabamentos de superfície cerâmica

Gráfico 17

Sítio Avatikirera: sinais de uso

Gráfico 18

Sítio Avatikirera: resultado da queima de produção cerâmica

Gráfico 19

Sítio Avatikirera: estado de conservação cerâmica

Gráfico 20

Sítio Kwatinemu Velho (PA-KTM-03): sistematização dos dados da análise cerâmica

Sítio Kwatinemu Velho: categorias de fragmentos de cerâmica analisados

Gráfico 21

Sítio Kwatinemu Velho: técnica de manufatura

Gráfico 22

Sítio Kwatinemu Velho: antiplásticos

Gráfico 23

Gráfico 24

Sítio Kwatinemu Velho: resultado de queima de produção cerâmica

Gráfico 25

Sítio Kwatinemu: sinais de uso

Gráfico 26

Sítio Kwatinemu Velho: espessura dos fragmentos de cerâmica

Gráfico 27

Gráfico 28

Gráfico 29

Sítio Itapemuu (PA-KTM-04): sistematização dos dados da análise cerâmica

Sítio Itapemuu: categorias dos fragmentos de vasilhas cerâmicas analisadas

Gráfico 30

Sítio Itapemuu: Técnica de manufatura

Gráfico 31

Sítio Itapemuu: antiplásticos

Gráfico 32

Gráfico 33

Gráfico 34

Sítio Itapemuu: espessura dos fragmentos de vasilhas cerâmicas

Gráfico 35

Sítio Itapemuu: acabamentos de superfície

Gráfico 36

Sítio Itapemuu: resultado de queima dos fragmentos de vasilhas cerâmicas

Gráfico 37

Sítio Itapemuu: sinais de uso

Gráfico 38

Sítio Itapemuu: estado de conservação

Gráfico 39

Sítio Akapepugy (PA-KTM-05): sistematização dos dados da análise cerâmica

Sítio Akapepugy: categorias dos fragmentos cerâmicos analisados

Gráfico 40

Sítio Akapepugy: técnica de manufatura

Gráfico 41

Sítio Akapepugy: antiplásticos

Gráfico 42

Sítio Akapepugy: tamanho dos grãos minerais

Gráfico 43

Sítio Akapepugy: porcentagem de grânulos e areia em relação aos grãos de argila

Gráfico 44

Sítio Akapepugi: espessura dos fragmentos de cerâmica

Gráfico 45

Sítio Akapepugi: acabamentos de superfície

Gráfico 46

Sítio Akapepugi: resultado da queima de produção cerâmica

Gráfico 47

Sítio Akapepugi: sinais de uso

Gráfico 48

Sítio Akapepugi: estado de conservação dos fragmentos de cerâmica

Gráfico 49

Sítio Taiviaka (PA-KTM-06): sistematização dos dados da análise cerâmica

Sítio Taiviaka: categorias de fragmentos de vasilhas cerâmicas analisadas

Gráfico 50

Sítio Taiviaka: técnica de manufatura

Gráfico 51

Sítio Taiviaka: antiplásticos

Gráfico 52

Sítio Taiviaka: porcentagem dos grânulos e areia em relação aos grãos de argila

Gráfico 53

Sítio Taiviaka: dimensão dos grãos minerais na pasta de produção cerâmica

Gráfico 54

Sítio Taiviaka: espessura dos fragmentos de cerâmica

Gráfico 55

Sítio Taiviaka: acabamentos de superfície

Gráfico 56

Sítio Taiviaka: resultado de queima de produção cerâmica

Gráfico 57

Sítio Taiviaka: estado de conservação dos fragmentos de cerâmica

Gráfico 58

Sítio Kumanayká (PA-KTM-09): sistematização dos dados da análise cerâmica

Sítio Kumanuyká: categorias de fragmentos de cerâmica analisados

Gráfico 59

Sítio Kumanayká: antiplásticos

Gráfico 60

Gráfico 61

Sítio Kumanayká: porcentagem de grânulos e areia em relação aos grãos de argila

Gráfico 62

Gráfico 63

Sítio Kumanayká: acabamentos de superfície

Gráfico 64

Sítio Kumanayká: resultado da queima de produção cerâmica

Gráfico 65

Sítio Kumanayka: sinais de uso

Gráfico 66

Sítio Kumanayká: estado de conservação dos fragmentos cerâmica

Gráfico 67

Sítio Aray'pijá (PA-KTM-10): sistematização dos dados da análise cerâmica

Sítio Araypijá: categorias de fragmentos de vasilhas cerâmicas analisadas

Gráfico 68

Sítio Araypijá: antiplásticos

Gráfico 69

Gráfico 70

Gráfico 71

Sítio Araypijá: espessura dos fragmentos de cerâmica

Gráfico 72

Sítio Araypijá: acabamentos de superfície

Gráfico 73

Sítio Araypijá: resultado da queima de produção cerâmica

Gráfico 74

Sítio Araypijá: sinais de uso

Gráfico 75

Sítio Araypijá: estado de conservação dos fragmentos cerâmica

Gráfico 76

Sítio Ypukui (PA-KTM-13): sistematização dos dados da análise cerâmica

Sítio Ypukui: categorias de fragmentos de vasilha cerâmica analisados

Gráfico 68

Sítio Ypukui: antiplásticos

Gráfico 69

Sítio Ypukui: tamanho dos grãos minerais

Gráfico 70

Sítio Ypukui: porcentagem de grânulos e areia em relação a fração argila

Gráfico 71

Sítio Ypukui: espessura dos fragmentos de vasilha cerâmica

Gráfico 72

Sítio Ypukui: acabamentos de superfície

Gráfico 73

Sítio Ipukui: resultado de queima de produção cerâmica

Gráfico 74

Sítio Ypukui: sinais de uso

Gráfico 75

Sítio Ypukui: estado de conservação dos fragmentos de cerâmica

Gráfico 76

Sítio Myryna (PA-KTM-17): sistematização dos dados da análise cerâmica

Sítio Myryna: categorias de fragmentos de vasilhas cerâmicas analisados

Gráfico 77

Sítio Myryna: antiplásticos

Gráfico 78

Gráfico 79

Gráfico 80

Sítio Myryna: espessura dos fragmentos de cerâmica

Gráfico 81

Sítio Myryna: acabamentos de superfície

Gráfico 82

Sítio Myryna: resultado da queima de produção cerâmica

Gráfico 83

Sítio Myryna: sinais de uso

Gráfico 84

Sítio Myryna: estado de conservação dos fragmentos cerâmicos

Gráfico 85

Sítio Ytypitiuú (PA-KTM-19): sistematização dos dados da análise cerâmica

Sítio Ytypitiuú: categoria dos fragmentos cerâmicos analisados

Sítio Ytypitiuú: técnica de manufatura

Sítio Ytypitiuú: antiplásticos

Gráfico 79

Gráfico 80

Sítio Ytypytiúú: espessura dos fragmentos de vasilhas cerâmicas

Gráfico 81

Sítio Ytypytiuú: acabamentos de superfície

Gráfico 82

Sítio Ytypytiuú: resultado da queima de produção

Gráfico 83

Sítio Ytypytiuú: sinais de uso

Gráfico 84

Sítio Ytypytiuú: estado de conservação dos fragmentos de cerâmica

Gráfico 85

Sítio Yvytyrapitera: sistematização dos dados de análise dos fragmentos de vasilhas cerâmicas

Sítio Yvytyrapitera: 1020NW920NE - categorias dos fragmentos de vasilhas cerâmicas analisadas

Gráfico 86

Sítio Yvytyrapitera: 1020NW920NE - antiplásticos po nível

Gráfico 87

Sítio Yvytyrapitera: 1020NW920NE - tamanho dos grãos minerais

Gráfico 88

Sítio Yvytyrapitera: 1020NW920NE - porcentagem dos grãos minerais em relação a fração argila

Gráfico 89

Sítio Yvytyrapitera: 1020NW920NE - espessura dos fragmentos cerâmicos por nível

Gráfico 90

Sítio Yvytyrapitera: 1020NW920NE - acabamentos de superfície

Gráfico 91

Sítio Yvytyrapitera: 1020NW920NE - resultados da queima de produção

Gráfico 92

Sítio Yvytyrapitera: 1020NW920NE - sinais de uso

Gráfico 93

Sítio Yvytyrapitera: 1020NW920NE - estado de conservação dos fragmentos cerâmicos

Gráfico 94

Sítio Yvytyrapitera: sistematização dos dados de análise dos fragmentos de vasilhas cerâmicas

Sítio Yvytyrapitera : 1080NW1120NE - categorias de fragmentos cerâmicos analisados por nível de escavação

Gráfico 104

Gráfico 105

Gráfico 106

Sítio Yvytyrapitera: 1080NW1120NE - porcentagem de grãos minerais na pasta em relação a fração de argila

Gráfico 107

Sítio Yvytyrapitera: 1080NW1120NE

Gráfico 108

Sítio Yvytyrapitera: 1080NW1120NE - acabamentos de superfície dos fragmentos de cerâmica

Gráfico 109

Sítio Yvytyrapitera: 1080NW1120NE - resultado da queima de produção cerâmica

Gráfico 110

Sítio Yvytyrapitera: 1080NE1120NE - sinais de uso na cerâmica

Gráfico 111

Sítio Yvytyrapitera: 1080NW1120NW - estado de conservação dos fragmentos de cerâmica

Gráfico 112

Sítio Yvytyrapitera: sistematização dos dados de análise dos fragmentos de vasilhas cerâmicas

Gráfico 95

Gráfico 96

Gráfico 97

Sítio Yvytyrapitera: Trincheira - porcentagem de grãos minerais em relação a fração argila

Gráfico 98

Sítio Yvytyrapitera: Trincheira - espessura dos fragmentos cerâmicos

Gráfico 99

Sítio Yvytyrapitera: Trincheira - acabamentos de superfície cerâmica

Gráfico 100

Sítio Yvytyrapitera: Trincheira - resultados da queima de produção cerâmica

Gráfico 101

Gráfico 102

Gráfico 103